

Cúpula do PMDB boicotou a candidatura própria (Atuação Parlamentar – 2006)



Senador Pedro Simon

BRASÍLIA
2006



SENADO FEDERAL

Senador PEDRO SIMON

***Cúpula do PMDB boicotou
a candidatura própria***

(Atuação parlamentar – 2006)

BRASÍLIA – 2006

Ilustração da capa: "A Parábola dos Cegos", de Pieter Bruegel, 1568. Museo Nazionale di Capodimonte. Nápoles

Simon, Pedro.

Cúpula do PMDB boicotou a candidatura própria:
atuação parlamentar 2006/ Pedro Simon. – Brasília:
Senado Federal, 2007

850 p.

1. Política e governo, Brasil. 2 Discurso parlamentar. 3.
Simon, Pedro, Atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

Sumário

	Pág.
Apresentação	5
Pronunciamentos	9
Candidatura de Rigotto à Presidência da República ...	11
Saudação do Senador Ramez Tebet	17
Germano Rigotto e a candidatura própria do PMDB...	21
Arquivamento de processo contra ex-Ministro	31
Melhoria do sistema previdenciário.....	36
Defesa das CPI	38
PT e PSDB, iguais	56
Violência à brasileira	79
Situação da mulher no Brasil	102
Vandalismo dos sem-terra.....	109
A divisão do PMDB	113
Sistema fiscalizador do Estado.....	133
Panorama da eleição presidencial	136
Prévias do PMDB	151
Carta de Paulo Brossard	161
As lutas do PMDB	169
Um festival de mentiras.....	183
Homenagem a Nelson Jobim	190
Violação do sigilo do caseiro.....	194
CPMI dos Correios	204
Gastos na campanha eleitoral.....	213
A crise da Varig	216

	Pág.
A revolta da classe média	232
Crise nos municípios	238
Discurso da Ministra Ellen Gracie	244
Disputa presidencial	252
Economia do Rio Grande do Sul	264
As elites brasileiras	274
A cúpula do PMDB.....	283
Base do PMDB quer candidatura	305
PMDB, o maior partido	317
Heloísa Helena e Cristovam Buarque	329
O País da impunidade.....	335
O dia D da Varig	365
Acusações no Governo Lula	370
Homenagem a Brizola	378
Telenovelas brasileiras	390
A salvação da Varig.....	401
Museu Vivo do Código Penal.....	408
Ética dá voto?	423
Preocupação com o voto nulo	434
Pesquisa espacial no Sul	469
Corruptos e corruptores.....	473
Imunidade parlamentar	487
Em defesa da imunidade parlamentar	507
Reestruturação da dívida do Rio Grande do Sul	514
Governo Federal maltrata o Rio Grande.....	519
Crise ética e moral da classe política	530
Data farroupilha	541
Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres.....	557
Atuação parlamentar de Ramez Tebet	564
Homenagem a João Goulart	575
Centenário de Mário Quintana	582
Instalação do Parlamento do Mercosul	593
Finanças públicas do Rio Grande do Sul	600
Propostas Legislativas.....	607
Pareceres	669
Requerimentos	775

Apresentação

Ano eleitoral, 2006 teve como tema dominante a eleição presidencial. Nos primeiros pronunciamentos do ano, o Senador Pedro Simon emprestou seu apoio ao governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, para que assumisse a candidatura presidencial do PMDB.

Depois de uma prévia confusa, regida por um quase incompreensível mecanismo de contagem dos votos, Germano Rigotto – embora com uma votação muito superior – acabou sendo derrotado por Anthony Garotinho.

Em vários pronunciamentos em que abordou a questão, o Senador Pedro Simon denunciou que desde sempre foi forte a pressão desencadeada por importantes líderes do partido para evitar a candidatura, ficando o PMDB como caudatário do PT.

Em função também do instituto da verticalização, um bom número de lideranças regionais, quase sempre comandadas por candidatos à eleição de governador, também optou por não ter uma candidatura própria.

O Senador Pedro Simon denunciou em várias ocasiões essa postura de dirigentes nacionais do partido, que, dizia ele, estavam mais interessados em assegurar ministérios e empresas estatais e cargos num possível segundo Governo Lula.

Aliás, nos primeiros meses, as pesquisas indicavam uma vitória até mesmo fácil de Lula, já no primeiro turno. No entanto com a eclosão do escândalo do dossiêgate (no qual importantes quadros petistas foram acusados de ter tentado

comprar um dossiê contra o tucano José Serra), em setembro, Lula, que chegou a ter onze pontos a mais do que a soma de seus adversários, foi para o segundo turno.

Pedro Simon sempre alegou que o PMDB, como maior partido do País, deveria ter um candidato próprio. Fez um longo pronunciamento para mostrar que as bases do partido, em todos os Estados da Federação, apoiavam uma candidatura própria. No entanto, como se viu mais adiante, a maioria das lideranças do partido optou por não ter candidatura própria. O ganhador da prévia, Garotinho, foi boicotado por líderes peemedebistas que já trabalhavam por Lula.

Em várias ocasiões, nos seus pronunciamentos, Pedro Simon disse que tudo o que o PT dizia a respeito do governo do PSDB era verdadeiro. Do mesmo modo, acrescentava o Senador, tudo o que o PSDB dizia a respeito de irregularidades no Governo do PT também tinha fundamento. Os dois partidos, quando no governo, segundo Simon, cometeram uma série de irregularidades. O PSDB, disse Simon, tem que explicar a privatização de empresas estatais. Sendo que o caso mais grave seria o da Companhia Vale do Rio Doce, vendida por quantia irrisória. Também o PT tem que explicar à opinião pública brasileira o mensalão e o dossiê contra José Serra.

O início do ano foi marcado pelo escândalo do caseiro. Francenildo Costa, um humilde caseiro, foi o homem que confirmou à Justiça que o Ministro Antônio Pallocci, da Fazenda, costumava freqüentar uma casa no Lago Sul, em Brasília, onde se reunia um grupo de lobistas de Ribeirão Preto, cidade natal do ministro. O caseiro foi firme nas suas declarações: havia visto o ministro em mais de uma ocasião naquele local.

Partindo se uma falsa ilação – que um dinheiro depositado na conta de Francenildo teria sido recebido como propina de adversários do PT para denunciar o ministro –, foi desencadeada no interior do governo uma operação para quebrar o sigilo bancário do caseiro. Descobriu-se depois que ele realmente havia recebido uma quantia, mas de seu pai, que mora no Piauí.

Nas várias ocasiões em que foi à tribuna, o Senador tratou de temas importantes como: a insistência do Governo Federal em não resgatar as dívidas que tem para com o Rio Grande do Sul, em especial no que se trata de compensações da Lei Kandir; a violência urbana; a situação da mulher no mercado de trabalho do Brasil; a crise da Varig, que culminou no quase fechamento da empresa; o verdadeiro massacre tributário a que é submetida a classe média; a situação de penúria vivida pela maioria dos municípios brasileiros; o vandalismo dos sem-terra, que destruíram uma estação experimental no Rio Grande do Sul. É importante destacar ainda o pronunciamento feito por Pedro Simon nas sessão comemorativa dos cem anos de nascimento do poeta Mário Quintana.

Além de 63 pronunciamentos, o senador gaúcho apresentou 18 propostas legislativas, elaborou 18 pareceres e redigiu 30 requerimentos.

Entre as iniciativas legislativas apresentadas pelo senador, podemos destacar as que tratam da reposição das perdas dos Estados com a Lei Kandir, Estatuto da Criança e do Adolescente, gestão de florestas públicas, maior controle do financiamento de campanhas eleitorais, criação de disciplina sobre ética e cidadania no ensino público e restrição do sigilo fiscal de empresas que transacionam com o governo.

No que se refere aos pareceres, podemos ressaltar as indicações de embaixadores para Iraque e Uruguai, bem como sobre acordos relevantes com Uruguai, Chile, Síria e Líbano. Importantes também foram os pareceres sobre a resolução por via administrativa de divórcios, partilha e inventário, no caso de haver consenso.

Quanto aos requerimentos, destacamos: pedido de informações sobre a propalada venda de ações do Banco do Brasil, análise da criação da Secretaria de Receita do Brasil, realização de sessões especiais para comemorar os 40 anos do PMDB e o centenário do nascimento de Mário Quintana, sugestão de impenhorabilidade de máquinas agrícolas, recuperação da Varig e convocação de vários ministros.

Lourenço Cazarré

Pronunciamentos

Candidatura de Rigotto à Presidência da República

Pronunciamento em 17 de janeiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto depois de uma cirurgia na coluna, que levei dez anos para fazer, pois tinha um medo danado. E foi uma brincadeira. Graças a Deus, estou firme e desejo a todos que este ano seja um pouco melhor do que foi o ano passado.

Venho aqui para dizer que amanhã, às 15 horas, o Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, registrará sua candidatura à Presidência da República perante a Executiva Nacional do Partido. A reunião será realizada na sala 4 das comissões da Câmara dos Deputados, se não me engano, na sala da Comissão de Financiamento ou coisa parecida. Já está registrado o Garotinho, e amanhã registra-se o Rigotto. Consolida-se, assim, a posição do PMDB de ter a sua candidatura própria à Presidência da República.

O Governador Rigotto é uma pessoa de grande competência, seriedade, credibilidade e honorabilidade. É verdade que o Rio Grande do Sul atravessa uma das crises maiores da sua economia, mas terminou de sair a prévia de uma pesquisa em que aparece o Rigotto à frente de todos, longe do PT, do PSDB ou de qualquer outro partido, uma demonstração do apreço e do respeito que ele tem no seu Estado. Ele tem percorrido o País e recebido carinho e admiração em todo o Brasil.

Achamos que esta é uma eleição realmente muito importante. Talvez a análise mais profunda, o debate mais sério que se faça em uma eleição seja nesta que vamos ter pela frente. Vamos analisar os oito anos da social-democracia do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, intelectual considerado o homem mais culto, mais inteligente da América Latina, no qual o Brasil inteiro depositou todas as suas expectativas numa época em que a social-democracia era a voz dominante em praticamente todo o mundo. Analisaremos seus oito anos, o que fez e o que não fez. Analisaremos também os quatro anos do PT do Lula, Governo recebido com a maior expectativa na História do Brasil. Lula era o homem que o Brasil esperava como um grande herói, como aquele que, representando o povo brasileiro, traçaria, enfim, a abertura para a democracia social com a qual tanto sonhamos.

A imprensa quer centrar a eleição nestas duas candidaturas: PT e PSDB. Seria a quarta vez que isso aconteceria. Fernando Henrique ganhou duas vezes, Lula ganhou na terceira, e agora iriam para a quarta. Doze anos da Paulipetro, Governo de São Paulo, com mais quatro, dezesseis anos.

Não sei se a candidatura de Rigotto representa uma terceira via ou se, de certa forma, não seria a segunda via, porque, se analisarmos, nos atos e nas ações, o Governo Fernando Henrique e o Governo Lula, chegaremos à conclusão de que são a mesma coisa. Nem um foi social-democrata, nem o outro foi de esquerda. Parece que os dois seguiram o mesmo modelo: o Fernando Henrique tendo como líder o PFL, que praticamente dominou o seu Governo no que tange à economia e ao social; o Lula buscando para Presidente do Banco Central o Presidente do Banco de Boston, com uma economia tão liberal quanto a outra.

O Rigotto apresentará sua proposta, que é realmente diferente. Primeiro, no novo pacto federativo. O Rio Grande do Sul, por muito menos do que está acontecendo hoje, fez a Revolução Farroupilha, em 1835, e fez vitoriosa, cem anos depois, a Revolução de 30, pelo esmagamento que estava sofrendo por parte do Império e da Primeira República. Os estados exportadores hoje estão massacrados, porque expor-

tam sem receber um centavo de imposto. O Governo diz que vai compensar, mas compensa apenas uma pequena parte daquilo que deveria. E o Rio Grande perde um bilhão por ano, só nesse ritmo.

O ex-líder e ex-presidente do PTB, o Deputado que fez a denúncia de tudo isso que está acontecendo, Roberto Jefferson, em manchete, no Rio Grande do Sul, disse que ele estava a par e continua a par de que há uma política no Governo do PT de esmagar o Rio Grande do Sul, de não deixar nada acontecer no Rio Grande do Sul. Custou a acreditar nisso. Fui das pessoas que aqui defendeu sempre o Lula das acusações, olhando com otimismo, com expectativa boa a sua pessoa, mas o Deputado Jefferson faz afirmações dramáticas. E é o que acontece.

Ao Rio Grande do Sul, praticamente, não se fez nada neste Governo. Mas isso não ocorreu apenas em relação ao meu Estado. Terminou de sair da tribuna um senador do Paraná, relatando como seu Estado é tratado. Na verdade, um novo pacto federativo tem de ser feito, sob a nova realidade de um País onde as federações existam e os estados tenham os mesmos direitos. Isso deverá ser feito.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, companheiro.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Pedro Simon, encontro-me inscrito, para uma explicação pessoal, e vejo, com alegria, que V. Ex^a, antecedendo-me na tribuna, antecede também o meu pronunciamento. Eu iria tratar – como farei ainda – desse encontro do PMDB, amanhã, que sem dúvida alguma é extremamente expressivo para todos nós e o povo brasileiro. Quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a, fazendo ressaltar uma frase que decorre de uma análise brilhante que V. Ex^a acaba de fazer. A candidatura do PMDB não representará a terceira via, porque as duas que existem representam a mesma coisa. Portanto, o PMDB representará a segunda via, a alternativa que o Brasil precisa para o seu

engrandecimento. Minha solidariedade a V. Ex^a e ao nosso Partido, o PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Amanhã uma grande delegação virá do Rio Grande do Sul. Não viremos a cavalo, como na década de 30 – creio que não será necessário –, mas viremos para registrar a candidatura.

Alguns companheiros do PMDB, alguns líderes, os melhores, pessoas por quem temos o maior respeito, que ocupam e ocuparam as maiores posições no nosso partido, ontem foram e hoje vêm à imprensa dizer que o PMDB não tem condições de ter candidato próprio; que o PMDB não tem uma liderança que possa unir ou que tenha expressão nacional.

Fico a me perguntar onde está o senso crítico de uma liderança, de um expoente nacional que vai à imprensa e diz que o partido não tem ninguém com expressão nacional para ser candidato, que o partido não tem expressão de ninguém para unir-se. Pelo amor de Deus! Chamo esses meus companheiros e colegas, que ocupam as duas maiores posições na bancada do Senado, para que entendam. Não fica bem para eles.

É verdade que, em alguns estados, parece que o cidadão é tão líder que tudo que ele fala fora não significa nada dentro do estado. Não é o meu caso, por exemplo. Sobre o que falo aqui tenho de prestar conta lá no Rio Grande do Sul; e, se eu não disser aquilo que eles crêem que eu devo dizer, ai de mim! Porque eu sou cobrado.

Imaginem o que ocorreria se eu chegasse aqui e dissesse que o PMDB é um partidozinho que nasceu para ser partido de reboque; que escolhe ser reboque do PT ou reboque do PSDB. Não há condições! Eu não conseguiria desembarcar no Rio Grande do Sul! Mas alguns não. Eles dizem com a maior naturalidade, com a maior tranqüilidade, até transparecendo que um e outro gostariam – um, ele próprio; e outro, alguém da família – de ser candidatos a vice do PT ou do PSDB.

Vamos devagar. Vamos respeitar o partido, que atravessa o seu maior momento. No Rio Grande do Sul, vivemos horas

difíceis: o PT tinha 24%, como partido de preferência popular, e o segundo era o PMDB, com 15%. Hoje estamos em primeiro lugar. Atinge e atingiu o partido. Hoje o MDB é o partido que representa a esperança da sociedade brasileira. Porque o MDB foi o grande partido da transição, o grande partido da democracia, o grande partido que botou para correr os militares. E o povo respeita isso. Erramos? Erramos. Pagamos o preço dos nossos erros. Erramos no Governo Sarney, onde deveríamos ter ficado com o Sarney ou na Oposição, mas não com um pé no Sarney e um pé na Oposição. Erramos naquela candidatura do Quércia; não era a vez dele, e entramos errado. Porém, agora, temos o maior partido no Senado, o segundo na Câmara, o maior número de parlamentares, o maior número de governadores, o maior número de prefeitos, o maior número de vereadores; temos a candidatura do Garotinho, a candidatura do Rigotto, a do Requião, a do Jarbas Vasconcelos, a do Itamar, a do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se coloca à disposição para renunciar para ser o candidato do nosso partido. Há a candidatura do Sr. José Sarney, ex-Presidente da República. Dizer que um partido como esse não tem expressões... Pelo amor de Deus! Vamos nos respeitar. Essa é a hora em que o PMDB vai apresentar sua candidatura, junto com Lula, com o PSDB e com a companheira Heloísa Helena. Haveremos de caminhar, e o partido se unificará, porque não há nada por que nos dividirmos. Nada!

Sei que o meu tempo terminou, mas, para não dizer que começo o ano sem ouvir o aparte do Senador Mão Santa – com o aparte de S. Ex^a, começo com a mão direita certa –, posso concedê-lo, Sr. Presidente?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E o Presidente é um irmão do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Seja breve, por gentileza, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei breve. Senador Pedro Simon, V. Ex^a, neste instante, revive e representa Ulysses, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino, sofrido, cassado até aqui no Senado. V. Ex^a é esse grande comandante neste

momento. E aí estão postas duas candidaturas extraordinárias, cada uma com suas características: Garotinho, que teve uma extraordinária votação, tem formação cristã e lidera o Estado da Guanabara; e Rigotto, que traz a história de Farroupilhas, dos lanceiros negros, de Bento Gonçalves, João Goulart e V. Ex^a. Então, nunca dantes, na história do PMDB, desde o período em que Ulysses – encantado no fundo do mar – teve coragem, em 1974, de inspirar o PMDB a partir para a luta, não será agora, depois de tantas lutas, que vamos nos apequenar. Vou encerrar, Sr. Presidente. Napoleão Bonaparte disse que o francês é tímido, mas que, como comandante, vale por cem, por mil. E nós temos esse grande comandante, que é Pedro Simon, e também o Presidente do Partido, Michel Temer, que saberá levar. Eu terminaria com a Bíblia, com Deus: PSDB de um lado, PT do outro; a virtude está no meio, que é o PMDB do povo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito ao nosso Congresso Nacional. Estamos começando uma fase muito difícil. Venho do Rio Grande, onde a opinião pública tem machucado muito a gente. A imprensa tem judiado muito de nós. Se ela tem razão ou não, se cometemos equívocos ou não, eu não sei, mas a verdade é que a imprensa debocha, zomba... As charges que dizem respeito ao Congresso, ao Senado e à Câmara, são imensas. Que Deus nos compenetre de fazer a nossa parte, Sr. Presidente! Acho que vamos votar, finalmente, algumas medidas que já deveríamos ter votado há muito tempo, mas precisou que chegássemos no fundo do poço para reconhecermos que devemos votar. Vamos votar, sim, para que o Congresso tenha a altivez necessária, tenha condição e autoridade para desempenhar o seu papel. Este é o grande ano da decisão no nosso País. Não será apenas o ano da Copa do Mundo ou das eleições, mas será um ano de profunda importância para o Brasil se encontrar com o seu destino. E confio, Sr. Presidente, em V. Ex^a, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Saudação ao Senador Ramez Tebet

Pronunciamento em 17 de janeiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu bom amigo Ramez Tebet, nesse momento tão conturbado em que a convocação extraordinária não disse a que veio, com uma classe política que não expõe o que quer; com Governo e Oposição, ambos muito longe do que deveriam ser, de repente, não mais do que de repente, Deus propiciou a todos nós um oásis, uma paz. Deus nos traz a uma solenidade que tem o sentimento de mostrar que temos a obrigação de ver além. Não podemos ficar na picuinha, naquilo que nos afasta, naquilo que faz com que não sintamos a compreensão e o valor da vida.

Meu amigo Tebet, ninguém nesta Casa te conhece mais do que eu; ninguém teve a felicidade de conviver e de saber quem é Ramez Tebet.

O Senador? Sim, o senador. O político? Sim, o político. O empresário, proprietário de terras, governador, senador, presidente do Senado, ministro? Sim, tudo isso. Grande orador, um dos melhores que esta Casa tem? Sim, tudo isso. Homem íntegro, correto, decente, sério e responsável? Sim, tudo isso. Mas isso apenas faz parte daquilo que constitui Ramez Tebet.

No seu todo, um símbolo realmente de criatura de Deus, homem que tem muito de Deus. Homem nos seus erros, porque nós os praticamos, mas que é puro na sua intenção, na sua beleza, na sua grandeza.

Faço uma reflexão: se todo mundo no Congresso fosse como o Tebet, se todo o mundo, na classe política, fosse como o Tebet, estaríamos vivendo em um outro País, se todo o cidadão tivesse o espírito de grandeza, de amor; de olhar o seu semelhante e o seu adversário com a grandeza do Tebet.

O Ramez Tebet pode ser o seu irmão, companheiro de PMDB; pode ser o governador do seu Estado, adversário total, para o Tebet somos todos irmãos, porque o Tebet tem a grandeza de ver não aquelas coisas que nos separam e que geralmente são ocasionais. Nós nos achamos os tais, porque o nosso partido é o tal, nós nos achamos certos, porque a nossa religião é a certa, nós nos achamos corretos, porque estamos em uma situação correta; mas, na verdade, quem está aqui, amanhã, está lá; há pessoas sérias nesta religião e há naquela; há pessoas dignas no meu partido e no partido do meu adversário, e a recíproca é verdadeira. Há gente que não vale nada no meu partido e no partido do meu adversário.

Por que ver só coisa ruim? Por que ver só o que não é certo? Por que ver só o equívoco? Por que não ver a grandeza e a pureza? E a grandeza de somarmos as nossas mãos no sentido de construirmos um grande País? Esse é o Tebet.

Dizemos que faltam referências no Brasil – e o tenho dito muitas vezes. Olhando para um lado e para outro, no Congresso e fora do Congresso, não vemos essas grandes referências, que foi um Teotônio, que foi um Ulysses, que foi um Dom Helder Câmara; pois, agora, neste momento, estamos vendo uma referência. O Tebet é uma referência.

O Tebet é uma referência para quem quer que seja; seja um homem de bem, seja um homem de Igreja, seja um homem de fé, seja um político, seja um empresário, seja um intelectual, seja um chefe de família, seja um pai de família, o Tebet é referência. Podemos olhar para ele e dizer: “É por aí que nós temos de caminhar”. Podemos olhar para a sua maneira de ser como Senador da República e dizer: “É esse o caminho”. Podemos olhar para a sua maneira simples e singela e dizer: “É por aqui”.

Devemos olhar, às vezes, o Congresso agitado. Eu mesmo, quando estou irritado, falando exageradamente, ele vem, me abraça e diz: “Pedro, tudo bem, mas tu tens de ter mais calma, Pedro. A coisa não é só assim, Pedro. Tu tens de ver que as pessoas também têm um lado que está certo. Vejo tudo que tu falaste, mas tu esqueceste isso. Tu esqueceste isso aqui, que eu acho que é importante”. Ele tem a grandeza de ver sempre o outro lado. O lado que queremos ocultar, que não queremos enxergar, porque, “se não está comigo, é porque não está certo”. O Tebet, não. Muitas vezes, não se está com ele, e ele acha que está certo.

Faz tempos que quero te agradecer. Não calculas o favor que estás nos fazendo, ao Congresso Nacional e a nós todos; a felicidade que nos proporciona com a tua presença.

O Antero Paes de Barros, com a sua sensibilidade, com a sua competência e inteligência – e eu me atrevo a dizer, com a inspiração que ele teve –, apresenta um projeto: um projeto que pode parecer singelo, um projeto que é uma honra muito grande, pois se trata de uma universidade, afinal, que reflete aquilo que representamos nas nossas relações, aquilo que queremos para o futuro. Não como ocorre aqui, onde o que resta é o busto de Rui Barbosa ou uma história na biblioteca. Queremos uma universidade para relegar às futuras gerações a média do nosso pensamento, o que de bom produzimos, o que de concreto apresentamos para a sociedade futura. Queremos que os jovens aprendam e se preparem para receber isso.

Então, ser o Mestre, ser o Professor *Honoris Causa*, ser o Orientador! Ele que foi o grande responsável pela criação e pela consolidação daquilo que era uma idéia e que foi transformada em realidade. É importante, sim, é muito importante. Mas é importante que, hoje, a decisão do Antero nos proporcionou uma oportunidade de este Congresso Nacional viver um dos seus grandes momentos. Ninguém foi eleito presidente do Congresso Nacional nem presidente da República; ninguém ganhou vantagem nem regalia, nem coisa nenhuma; nem foi um grande pronunciamento. Hoje, estamos registrando aquilo que estava aqui todos os dias. Todos os dias, ele entrava por aqui e caminhava; nós o recebíamos, nós o ouvíamos e nós

o abraçávamos, mas, hoje, estamos oficializando o grande padrão, o grande condutor. Podemos dizer que a grande referência que hoje existe no Brasil chama-se: o bravo companheiro Ramez Tebet. Ele é esta referência. Nós, aqui, estamos consolidando que ele é este nome. Ele é essa bandeira, ele é esta história. Todos nós estamos representados nele. Neste momento, ao se passar esse título ao Tebet, estamos recebendo uma parte dele, porque somos 81 bravos.

Querido Tebet! Que bom, meu irmão! Que bom vencer os obstáculos da saúde – quem não os tem – com a sua fibra! Que bom, na sua espiritualidade, na sua maneira de ver a vida, você ter ido a Fátima com sua querida esposa, para agradecer! Que bom você ver a sua filha como uma prefeita extraordinária e ouvir alguém já dizendo que ela vai subir junto a você! Que bom você poder receber uma homenagem como essa! Que bom você poder ouvir isso!

Obrigado, meu Deus, por me dar um amigo como o meu querido companheiro Tebet.

Germano Rigotto e a candidatura própria do PMDB

Pronunciamento em 19 de janeiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senhor Presidente, V. Ex^a é o Presidente predileto deste Plenário.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ontem foi um dia histórico para o PMDB. Já havíamos registrado a candidatura do grande companheiro nosso Antony Garotinho, ex-Governador do Rio de Janeiro, e ontem registramos a candidatura do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Foi uma reunião muito concorrida em que mais de 60 deputados da bancada e quase 16 senadores do PMDB estavam presentes.

É um momento histórico o que estamos vivendo. É um momento realmente muito importante e muito significativo.

Há quatro anos, o candidato era eu. Percorri o Brasil inteiro, consegui simpatia em praticamente todo o País, embora, naquela altura, eu mesmo reconhecesse que a vez era do Lula. Havia a grande expectativa, a grande esperança de que o Lula faria um Governo fantástico. Mesmo assim, eu achava que o MDB não podia deixar de ter candidato, para mostrar suas idéias, para definir seu pensamento.

Na hora da Convenção – tínhamos maioria tranqüila –, a Executiva, em vez de pôr em votação o candidato do partido, Pedro Simon, colocou o companheiro Serra e a vice do PMDB. Levantados os protestos, eles responderam que, se

perdesse essa chapa, votariam a outra. Já estava tudo comprometido.

Agora é diferente. Estamos vivendo um momento completamente novo na política brasileira. Tivemos oito anos de PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que fez um Governo com altos e baixos. Foi a experiência da chamada social-democracia, experiência que, diga-se de passagem, se fez pelo mundo afora, na Europa e em vários países.

Oito anos depois, entrou o companheiro Lula, um Governo de Esquerda, homem que veio do povo, trabalhador, simples, honesto, competente, de um partido com 25 anos de história de luta, de uma campanha pela ética e pelo social, e, agora, está completando o mandato.

A verdade é que, mais do que as comissões de inquérito, a sociedade brasileira está acompanhando e verificando que houve fatos muito graves no Governo do Fernando Henrique e no Governo do Sr. Lula, como, por exemplo, as privatizações. Até hoje não se entende como é que a Vale do Rio Doce foi privatizada por R\$3 bilhões. Ela foi dada com o dinheiro do BNDES. Outro fato: a aprovação da emenda da reeleição, comprada escandalosamente. Foram fatos muito graves que ocorreram no Governo do Fernando Henrique. E o Governo do Lula é isso que nós estamos vendo.

Então, não pode haver uma eleição... Eu fico até com medo, porque, se houver uma eleição em que concorram PT/PSDB, Lula e Serra ou o governador de São Paulo, o tom vai ser tão agressivo, a linguagem vai ser tão negativa que eu não sei para onde a gente vai caminhar. Essa é a hora do PSDB. E o PT tem os seus candidatos. Mas é hora também do PMDB apresentar o seu candidato. Candidato que fará a vez de uma terceira via. Eu até digo que nem é terceira via, mas segunda via, porque PSDB e PT, nesses doze anos, foram praticamente a mesma coisa. Mas, de qualquer maneira, é uma terceira via.

E nós apresentamos, que era o Garotinho. E o que é o nosso candidato, Rigotto, um homem tranquilo, sereno, de bem, responsável, que tem uma biografia – o que é importante

nessa hora com tantas interrogações sobre o que aconteceu –, não vai dizer: “Eu sou”. A vida dele diz: “ele é”.

Então, eu tenho o pressentimento de que a candidatura do PMDB vem numa hora tremendamente importante, numa hora em que o Brasil tanto dela precisa.

É interessante verificar as pesquisas de opinião pública. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o PMDB sempre foi o maior partido no Estado – é o maior partido no Rio Grande do Sul. Mas, nas pesquisas dos últimos tempos, pela vontade popular, dava PT. PT, 28 pontos; PMDB, 17; em terceiro lugar, 3 ou 4 pontos. Nas últimas pesquisas, o PT, de 28, baixa para 13, e o PMDB sobe para 20. Quer dizer, o PMDB recebeu o espólio, como percebemos por onde a gente anda.

É impressionante como tenho sido convidado para fazer palestras nas universidades. Há quatro anos, quando fazia essas palestras, alunos e professores me diziam: “Senador, nós gostamos muito do senhor. Mas olhe como o senhor fala do PT e do Lula, senão o senhor leva vaia”. Eu olhava e não podia nem dizer nada, porque estava todo mundo com bandeira do PT, todo mundo com camiseta do PT, todo mundo com bandeirinha do PT. Do meu lado, o reitor; do outro lado, o diretor da faculdade, com bandeirinha do PT. Hoje, você entra na universidade e não vê nada disso. Não é um ambiente contra o PT. E isso é muito interessante, pois não é como na época de Collor, em que o povo teve ódio dele. Collor disse: “Todo mundo venha de verde e amarelo” – e todo mundo foi de preto, de raiva. Hoje, não há esse ambiente. O ambiente não é de ódio, mas de desgosto, de tristeza, de mágoa. É como se dissessem: “Pôxa, mas nós perdemos o direito de ter esperança?”

Então, é esse sentimento que está aí, e, para fazermos uma campanha de alto nível, uma campanha séria, temos de ter uma candidatura com a credibilidade do MDB para fazer o confronto.

Por isso, peço ao nosso amigo Renan, ao nosso amigo Sarney, ao nosso amigo Suassuna – inclusive hoje haverá um jantar na casa do Senador Suassuna, com a presença do

Presidente Lula – que entendam este momento. Não ficará bem para eles forçar uma posição que impeça o MDB de ter uma candidatura; de forçar um apoio do MDB ao Lula, de quem gosto, quero bem, de quem sou amigo e até hoje ainda defendo – não sou daqueles que atiram pedras no Lula –, mas acho que devemos ter o nosso candidato.

Não fica bem para o Senador Sarney, para o Lula dizer que o MDB não tem condições, não tem candidato. Veja que o PT só tem o Lula. Tira o Lula, não tem mais ninguém. Veja que o PSDB, em rigor, só tem o governador de São Paulo, porque o Serra, um grande candidato, cria um problema dos diabos para o PSDB: o Serra tem um compromisso, assinado em cartório, de permanecer quatro anos na Prefeitura de São Paulo. Quer dizer, se ele romper esse compromisso, vai fazer como o Tarso Genro, que rompeu o compromisso com a Prefeitura de Porto Alegre ao renunciar para ser candidato. Ele foi cobrado e não ganhou a eleição.

Em rigor, o candidato do PSDB – um grande candidato, diga-se de passagem – é o Governador Alckmin. O MDB? O MDB tem o Garotinho; o MDB tem o Rigotto; o MDB tem o Governador Jarbas Vasconcelos; o PMDB tem o Presidente Sarney, que foi presidente da República; tem o Governador Itamar, que se colocou à disposição; tem o presidente do Supremo Tribunal Federal, que está disposto a renunciar ao Supremo para ser candidato do PMDB.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Tem V. Ex^a também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o MDB não me aceita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Claro que aceita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou pessoa malvista no MDB, nem falo aqui.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só um minutinho, Senador.

O MDB tem o ex-Governador Itamar Franco. O MDB tem candidatos de sobra. Não há nenhum outro partido que tenha um mar de candidatos como tem o MDB. Agora, virem o Dr. Sarney e o Sr. Presidente do Senado, Renan, dizer que não temos candidatos que se impõem à opinião pública?! Pelo amor de Deus!

E dizem: "São candidatos que ninguém une". Claro! Vá ver se no PSDB isso acontece! Agora estamos falando em unir o Serra e o Alckmin. Estão debatendo, estão discutindo. Mas todo mundo sabe que um vai ganhar, e o outro o apoiará. É o mesmo que vai acontecer com o MDB: vamos fazer uma prévia, vamos nos reunir e, nessa reunião, vamos discutir. Quem ganhar, ganhou. Aliás, todos estão dizendo isso. Garotinho diz: "Quem ganhar, ganhou"; o Rigotto diz: "Quem ganhar, ganhou"; o Requião diz: "Quem ganhar, ganhou"; o Jarbas Vasconcelos diz: "Quem ganhar, ganhou"; o Quércia diz: "Quem ganhar, ganhou".

Agora, fazer um jantar com o presidente da República e dizer para a imprensa que vão adiar a reunião? Nós vamos ter uma reunião na terça-feira, porque não fomos felizes na escolha da data da prévia. Escolhemos 5 de março. Mas quem marcou a data ou não tem competência, ou errou ou usou de má-fé, porque o dia 5, terça-feira, é carnaval. Terça-feira, carnaval; quarta-feira, Cinzas. Como é que eles vão fazer a campanha para dia 5, e, no domingo, a prévia?

Então, o que a gente quer na terça-feira é transferir a prévia: primeiro turno, 19 de março; segundo turno, 25 de março. Por que segundo turno? Porque pode ter mais de um candidato, pode ter três ou quatro candidatos, e aí haverá segundo turno. Eles querem marcar para abril ou maio. Por que querem fazer isso? É má-fé! Eles querem obrigar que o Rigotto retire a candidatura, que os governadores retirem a candidatura, porque eles não podem renunciar antes de sair o resultado da prévia. Fazer a prévia em maio é retirar as candidaturas.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso não fica bem, isso absolutamente não fica bem.

Faço um apelo aqui à Executiva, que vai se reunir na terça-feira. Estarei lá, espero que não se faça coação, não se use o Governo Federal, o fulano de tal, membro da Executiva, o beltrano de tal, aqui de Brasília, que é membro da Executiva... Espero que não se use de coação nem de pressão, nem que se ofereçam favores para mudar os votos que já estão marcados e garantidos. A Executiva vai confirmar a prévia.

Com o maior prazer.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Pedro Simon, quero, mais uma vez, me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que a tese que V. Ex^a esboça é a minha. Digo até mais, o meu PMDB é o de V. Ex^a, o norte do PMDB é o que V. Ex^a traça. Quero ratificar as palavras quando diz que ficará muito feio para as lideranças da estirpe, da magnitude do ex-Presidente Senador José Sarney, assumir, adotar uma postura, permita-me, desculpe-me, equivocada como essa anunciada há dois dias, sobretudo a tentativa de não se realizarem as prévias no mês de março. Por último, somando-me às palavras de V. Ex^a, é preciso se alertar que o PMDB oficialmente não é um Partido que dá sustentação ao Governo, o Partido fala pela sua convenção nacional, que desautorizou essa participação. Não cabe, portanto, nenhuma injunção do Executivo dentro do pensamento do PMDB, para que não venhamos a cair num novo escândalo. O PMDB deve se reunir na próxima semana, como V. Ex^a está a dizer, para alterar a data, com a qual concordamos, fixando outra dentro do mês de março, mas sem interferência e sem cooptação do Governo para que o Congresso Nacional, a classe política não seja mais uma vez envolvida em escândalos. Que o Governo do Presidente Lula fique de fora e que não pratique nenhuma injunção dentro das decisões, deliberações do PMDB. Este é o meu aparte e a minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Mas quero dizer que, por parte do Governo Lula, ele está na jogada dele. Quer dizer, o Governo Lula está buscando companheiros, está buscando apoio, mostra...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mostra com muita simpatia que ele gostaria de ter o PMDB do lado dele. Eu acho que ele está no direito dele.

O que importa ao PMDB são os Líderes do PMDB. Os Líderes do PMDB devem receber a proposta do Lula, analisá-la, mas responder: “Olha Lula, podemos até estar juntos no segundo turno, se o PT for para o segundo turno e o PMDB não for para o segundo turno, poderemos apoiar o PT, mas nos respeite o direito de ter o nosso candidato no primeiro turno.

O Lula pode falar, mas a nossa gente é que tem de responder com altivez e não fazer um jogo interno negativo tentando dificultar as áreas do PMDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a não é apenas uma pessoa querida e um Líder dentro do PMDB; é uma pessoa admirada por todos os partidos políticos, pelo Brasil inteiro. Quando V. Ex^a diz que o PMDB tem candidato a, b ou c, até quero dizer o seguinte: tem V. Ex^a também. Poderia V. Ex^a ser também um candidato do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O comando do PMDB me tem como *persona non grata*. Por isso, nem entro com o meu nome, que é para não complicar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Esse é um pensamento nosso. Quanto ao José Serra ter uma assinatura em cartório, não quero desmentir, pelas informações que tenho não é verdade, em cartório não é verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Melhor. Tenho muito carinho pelo Serra, eu falei por falar, para alguém não dizer...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Só para eu continuar, eu tenho...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu retiro, retiro, não falei. Falei sem saber. Peço desculpas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Comenta-se isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço desculpas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Não há necessidade, V. Ex^a não precisa pedir desculpas a ninguém.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que não foi intenção minha atingir o meu amigo Serra. Eu quis apenas dizer que se comenta...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Claro, é isso aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...são candidaturas sobre as quais há comentários.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Claro, eu quis apenas pedir este aparte para justificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo com V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Outra questão. Em política, o certo seria cumprir a assinatura de acordo político. O certo! Em Santa Catarina, o meu amigo Governador Luís Henrique tem um compromisso assinado comigo, com a Executiva inteira, com o PSDB, e não foi cumprido. No entanto, segue a sua carreira, o seu caminho, o qual respeito muito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas repare que ele vai renunciar ao Governo de Santa Catarina.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E nós ouvimos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas ele vai renunciar ao Governo de Santa Catarina, ele vai concorrer.

*O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – ...o compromisso político que tinha, caso vencesse as eleições, compromisso anterior, compromisso de coligação que tínhamos antes de sua candidatura, assinado por ele e por toda a executiva, que, a meu modo de ver, não foi cumprido. Ontem, eu estava lendo no jornal o *Correio Braziliense* uma matéria que dizia que o PMDB estaria se oferecendo ao Lula para concorrer a vice em troca de apoio em alguns estados do Brasil. Eu li no jornal.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a leu mal. V. Ex^a leu que determinado senador do MDB almoçou com o Presidente e fizeram essa proposta. Não é o MDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador, eu só queria perguntar para V. Ex^a se isso é verdadeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É bom esclarecer que determinado senador almoçou com o presidente e colocou-se no jornal essa notícia. Não é o MDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Certo. Se não existem outros caminhos entre pessoas tentando azedar a candidatura ou melar a candidatura do nosso querido Rigotto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho, Sr. Presidente, que temos aqui uma candidata, a Senadora Heloísa. É uma pena que as Esquerdas não se unam em torno da Heloísa. Se os Partidos de Esquerda se unissem em torno da Senadora Heloísa seria uma grande candidatura. Aliás, vai ser uma grande candidatura de qualquer jeito. O PT que meça, porque os votos da Senadora Heloísa podem fazer muita falta para o PT. A Senadora Heloísa tem o meu carinho e o meu afeto quase que filial, com o seu jeito tão carinhoso, tão meigo. O que tenho que dizer para as pessoas quando me olham: “mas ela é isso?” Ela é a criatura mais meiga que conheço. “Mas ela é tão brava na televisão...” É exatamente. Eu acho que se o PMDB tiver uma candidatura, o candidato do PMDB, se as Esquerdas tiverem um pouco de competência e fecharem com a Heloísa, vamos ter o PT com o seu candidato, o PSDB com o seu candidato, as Esquerdas verdadeiras com a sua candidata e o MDB com o seu candidato. Vai ser uma grande campanha. Vai ser uma campanha de alto nível. E não como estão querendo. Porque se ficarem o PT e o PSDB brigando nas candidaturas, aí eu que conheço a Senadora Heloísa acho que ela vai entrar para brigar junto. E aí o ambiente não vai ser o que nós desejamos.

Por isso, meus irmãos...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Está convidando a Senadora Heloísa Helena para ser vice do Sr. Germano Rigotto?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela poderia aceitar, mas a gente dela não aceita. A gente dela é brava. Se ela falar isso, ela estará queimada com o Partido dela. Mas seria uma boa vice para qualquer Partido. Aliás, ela é boa candidata a Presidente, quanto mais a vice-Presidente.

Por isso eu digo que o PMDB vive o seu momento. Não podem o Dr. Renan Calheiros, o Dr. José Sarney, o nosso Líder, não podem ir de encontro à realidade. As coisas acontecem. Não fomos nós; não foi o PMDB o responsável por CPI, pelo que aconteceu, pelos rumos que a política tomou. Por isso eu digo que nós temos de apresentar ao Brasil um leque de opções. Está lá o Lula, que irá mostrar o que fez de bom – e fez muita coisa de bom. Vai tentar provar que não sabia das coisas erradas. Deus o ajude. Lá está o PSDB, que fez muita coisa boa, mas vai ter que provar muita coisa errada que o Fernando Henrique Cardoso fez. Vai estar a Senadora Heloísa Helena mostrando que o mundo inteiro está errado, mas que tem muita coisa boa dentro do mundo, embora não esteja na política. E uma candidatura do PMDB que representa a nossa história, a nossa biografia, os nossos anos a favor da luta pelo Brasil. Muitos erros? Muitos erros. Muitos equívocos? Muitos equívocos. O MDB deve isso ao Brasil. O MDB tem um compromisso com o Brasil de responder ao carinho que o povo brasileiro sempre teve com o MDB.

Deixo aqui o meu apelo dramático ao meu amigo Presidente José Sarney, ao meu amigo Presidente Renan e ao meu amigo Líder da bancada, Senador Suassuna: deixem correr em paz a reunião de terça-feira, deixem o Partido decidir, confirmem a prévia no dia 19 e no dia 25 de abril, primeiro e segundo turno, porque assim haverá um pleito tranqüilo e um PMDB altivo. Fora disso, a luta vai continuar, porque nós do PMDB estamos dispostos a ir até a convenção. Se não deixarem sair a prévia, vamos à convenção e pode acontecer fato novo como o de pessoa importante se desincompatibilizar, renunciar a governo para ser candidato ainda que fora da hora.

Muito obrigado.

Arquivamento de processo contra ex-ministro

Pronunciamento em 25 de janeiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a merece, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi divulgado pela imprensa que, até o mês de março do corrente ano e até o fim deste mês, o Supremo Tribunal Federal decidirá, definitivamente, pela Reclamação nº 1.238, impetrada em 2002, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, contra a decisão da Justiça Federal de Brasília que foi contrária ao ex-Ministro de Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg. Entende aquele Governo do Fernando Henrique que não se aplica, em tese, a Lei da Improbidade Administrativa – a qual eu tive a honra de ser Relator nesta Casa – aos seus ministros no caso específico.

Lembram-se que o Ministro Ronaldo Sardenberg usou o avião da FAB para um *tour* em Fernando de Noronha – ele, sua família e alguns amigos. A ação foi impetrada, houve o recurso. Ele foi condenado na Justiça Comum, e a informação que se tem é que, agora, o Supremo vai anular a decisão, absolvendo-o.

Argumentam os advogados – e suas ponderações já sensibilizaram seis ministros do Supremo Tribunal Federal – que o agente político não responde pela Lei da Improbidade Administrativa. Essa é uma decisão fantástica que me custa

crer o Supremo Tribunal Federal esteja na possibilidade, nas vésperas de decidir.

O agente político não responde pela Lei da Improbidade Administrativa. E, além disso, defendem os tucanos, que seus ministros já responderiam judicialmente na abrangência da norma dos crimes de responsabilidade – Lei nº 1.079/50.

Muito me preocupa essa interpretação do Supremo que está em vias de acontecer. Eu repito: caso o Supremo Tribunal Federal consolide esse entendimento, considerando procedente a reclamação do Governo Fernando Henrique Cardoso, as autoridades não responderão mais pelos desvios de conduta administrativa, abrindo grave precedente para mais uma monumental brecha na punição dos atores do setor público.

Ninguém mais será processado! Não se trata nem mais de impunidade pelo fato de o processo não andar. Ninguém mais será sequer processado, e, se essa decisão for tomada, no caso do ministro que usou o avião da FAB... Existem, hoje, 10 mil inquéritos, 10 mil ações análogas correndo nas Cortes brasileiras e que poderão ser arquivadas. Com essa decisão – arquivando o processo do ex-Ministro Ronaldo Sardenberg, que usou os aviões da FAB em várias viagens de turismo para Fernando de Noronha – de que, repito, as autoridades não responderão mais pelos desvios de conduta administrativa, dez mil processos que estão em andamento, a maioria deles provavelmente engavetados, mas que estão sendo processados, serão arquivados. Daqui para diante, ninguém mais pode ser processado por desvio de função.

Quero apelar ao bom senso do nosso Supremo: é verdade que deve estar martelando no Supremo o fato de haver dez mil processos parados, nas gavetas, aqui, acolá, sem andamento, e esta pode ser uma fórmula fácil para resolver a questão: arquivar tudo, enviar tudo para o arquivo geral. E, mais do que arquivar tudo, determinar que, daqui para diante, fatos delituosos como este não mais sejam processados. É uma liberação para tantas quantas pessoas do ministério quiserem visitar a ilha de Fernando de Noronha: que peguem o aviãozinho da Força Aérea e para lá se destinem. Como essa, são milhares

de questões onde há abuso do poder político-administrativo, e nada acontece.

Quero lembrar ao Supremo Tribunal Federal que a Lei nº 8.429/92 é clara, direta e objetiva com relação a essa parte.

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de identidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o Erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público [ilustres membros do Supremo Tribunal Federal] para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas, no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Portanto, meus irmãos, primeiro, é incontroverso o entendimento de que o agente político é espécie do qual agente público é gênero.

Segundo, o fato de responder por crime arrolado em uma lei não exime de responder por outro crime correlacionado àquele em outra norma. Nesse sentido, a Lei da Responsabilidade Fiscal e a Lei da Improbidade Administrativa podem ser perfeitamente aplicadas simultaneamente.

Em outras palavras, o agente que responde por crime de improbidade administrativa não está isento de responder, se for o caso, correlatamente aos mesmos fatos e contingências por ilícitos da Lei de Responsabilidade.

Seria o mesmo que dizer que, em um crime fiscal, o mesmo criminoso só responde em uma esfera, ou somente sob um aspecto do conjunto de ilicitudes.

Por último, faço um apelo aos novos cruzados: se for o caso, em favor da ética, da moralidade, da probidade administrativa, que os autores desistam, retirem a Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal. É melhor retirar essa ação do que vê-la ser resolvida da forma como quer o Supremo: por meio de uma decisão que manda para o arquivo dez mil casos semelhantes e que estabelece, daqui para o futuro, que é irresponsável, perante a Lei da Impunidade, o agente político.

É lamentável, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho ao Supremo Tribunal Federal, que seja dado esse encaminhamento num caso em que há essas dúvidas. O caso é, de fato, muito sério: há dez mil casos nas gavetas sem decisão. Não se decide nada, até porque teria de mandar prender ou algo que o valha vinte ministros que usaram os aviões da FAB; teria de prender, mandar devolver o dinheiro ou algo que o valha um sem-número de agentes – presidentes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco Central – que cometeram esse tipo de ilicitude. Se se fizesse isso, se essa fosse a lei, se essa fosse a norma, é evidente que essa situação não se repetiria.

É evidente que, se o cidadão que hoje exerce o cargo de Ministro soubesse que, se não cumprisse sua responsabilidade, se não cumprisse seu dever, ele receberia punição, isso não aconteceria. Ao longo do tempo, isso não aconteceu. Ao longo do tempo, essas pessoas cometeram esse tipo de delito e continuam na irresponsabilidade. Ao longo do tempo, uma série enorme de ações populares, as mais variadas, ingressou no Supremo Tribunal Federal. Recorre-se para cá, recorre-se para lá, mas as ações não param e não são julgadas. Convivemos com a impunidade: são dez mil casos processados que estão sendo julgados, mas a impunidade é real.

E qual é a decisão do Supremo? A decisão do Supremo é mandar arquivar os dez mil casos e baixar uma norma para determinar que ninguém mais vai ser processado. Ninguém mais vai ser processado! Desaparece o crime, porque ninguém mais vai ser processado.

Admira-me o Supremo tomar uma decisão dessas! Considero-a um absurdo, ainda que se diga que é em prol da rapidez: a coisa não está acontecendo, essas pessoas não estão sendo punidas, então vamos encerrar. Eu não acredito!

Faço um apelo dramático ao Supremo Tribunal: faça o que quiser, cobre de nós, do Congresso Nacional, a decisão que fomos obrigados a tomar, mas que não leve a cabo essa decisão que é escandalosamente absurda!

Muito obrigado pela tolerância sempre gentil de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Melhoria do sistema previdenciário

Pronunciamento em 13 de fevereiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apresentar aqui algumas idéias para melhorar o sistema previdenciário do Brasil, que, como todos sabemos, é injusto. Os aposentados brasileiros, na sua esmagadora maioria, recebem remuneração indigna.

Inicialmente, eu diria que é preciso corrigir as distorções e injustiças atuais de modo a assegurar uma previdência pública que tenha mesmo um caráter social, voltada principalmente para atender as camadas mais humildes daqueles que vivem do seu trabalho.

O ideal seria que tivéssemos um sistema previdenciário obrigatório, social, solidário, público, e amplo de forma a integrar a todos os que vivem do trabalho.

Essa previdência deveria abranger desde os presidentes dos Três Poderes até os mais humildes dos trabalhadores, sejam eles da economia informal, sejam eles trabalhadores da chamada economia formal.

Creio que essa aposentadoria deveria atender, indistintamente, tanto ao setor público quanto ao setor privado, seja no campo, seja na cidade, exerça a pessoa uma função militar ou civil.

Do mesmo modo ela deveria abranger a totalidade dos servidores públicos: federais, estaduais ou municipais.

Para controle dessa aposentadoria única, o Governo teria todos os muitos cadastros nacionais. Como CPF, CPMF, FGTS. Sem falar, claro, nos cadastros das secretarias estaduais de segurança.

O controle do sistema caberia ao INSS, mas para verificar seu funcionamento participariam: o Governo, os trabalhadores da ativa, os aposentados e os empresários.

O financiamento dessa aposentadoria única viria de contribuições: de associados, de empresas e também de tributos específicos. O Tesouro Nacional ficaria de fora.

Os trabalhadores que desejassem uma aposentadoria acima do limite de dez salários mínimos participariam em, em caráter facultativo, de fundos de pensão, que poderiam ter fixado um teto de contribuição e benefícios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Defesa das CPI

Pronunciamento em 16 de fevereiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, pessoalmente, confesso que sinto que Deus foi muito bom comigo quando, na primeira manifestação deste último ano da minha presença nesta Casa, falo com a Senadora Heloísa presidindo. O início, para mim, não podia ser mais promissor. Que bom o dia em que as transformações do Brasil permitam que este Senado seja tão representativo da nossa sociedade que a Senadora Heloísa Helena não ocupe a Presidência por uma casualidade, mas possa ser eleita Presidente do Senado Federal. Não tenho dúvida alguma de que isso seria o símbolo de que este País estaria mudado.

Alagoas não tem mais o Teotônio, e Teotônio Vilela, para mim, foi um dos símbolos mais lindos da História do Brasil. Teotônio não ocupou cargo, não ocupou posição, não teve poder. Não era o Dr. Ulysses Guimarães, presidente do MDB, presidente do Congresso, presidente da Constituinte, candidato a Presidente da República, que tinha gosto pelo poder. Não era o Dr. Tancredo Neves, um estadista, Primeiro Ministro, Presidente da República, que vinha para governar.

Teotônio era um poeta, um sonhador, um revolucionário nas suas idéias. Teotônio era um pregador. Pregava, fechava os olhos e conversava com a gente simples e dizia: “Eu sou um plantador de cana, um usineiro, pertencço ao grupo mais conservador, eu não devia estar aqui, eu não devia estar aqui.

Doente, meus médicos dizem: vá para Paris, vá passear, vá se divertir. Minha consciência diz que devo estar aqui”.

V. Ex^a, Senadora Heloísa, graças a Deus, com plena saúde, lembra-me muito Teotônio, pois V. Ex^a fala com um sentimento, com uma alma. V. Ex^a se refere a gente simples, a gente humilde. V. Ex^a põe para fora uma raiva, quase uma ira sagrada, vendo os absurdos que nós, da classe política, cometemos todos os dias, nós que, querendo ou não querendo, pertencemos à classe dominante, e despreocupados estamos com a realidade do dia-a-dia.

Apresentei, Mão Santa, um projeto de lei dizendo que os nossos salários não podiam ser mais do que 20 vezes o menor salário. Recebi um bombardeio contrário. Um Senador me aparteou: “Senador, eu gostava tanto do senhor; tenho o maior respeito pelo senhor, mas o que o senhor está fazendo é uma demagogia barata. V. Ex^a está na tribuna do Senado pensando que está num comício de beco de rua. O trabalhador é um trabalhador. Eu respeito o trabalhador, mas é um trabalhador; ele trabalha. Um senador é um senador; ele tem obrigações, tem responsabilidade. Como é que um senador vai viver com um salário dez vezes maior do que um salário mínimo? Não tem condições. Responda-me, Senador, como é que vai viver?” E eu respondi: “Olha, meu Senador, acho que a pergunta não é bem essa. Não é V. Ex^a me perguntar e eu responder como é que um senador vive com dez ou com vinte salários mínimos. A pergunta eu faço a V. Ex^a: Como é que uma família vive com um salário mínimo e milhões de brasileiros vivem com meio salário mínimo?”.

Foi em meio a essa realidade que o Brasil recebeu o Lula.

O Lula vinha daquele mundo que estava lá. O Lula era um sobrevivente dos milhões que morriam no Nordeste sem completar um ano, morriam de fome. O Lula é um sobrevivente: o pai abandona a família com sete filhos, e a mãe vem num pau-de-arara para São Paulo. Ele consegue resistir e sobreviver. Líder sindical, cria um partido e chega a Presidente da República. E justiça seja feita, em toda essa vida dele, não

se tem notícia de um desvio. Isso é importante. Ele foi um homem digno, correto, sério. Cumpriu os seus compromissos, perdeu três vezes a Presidência da República – perdeu com dignidade, não se aliou a grupo nenhum para tentar ganhar. Na primeira vez, botaram a mão na eleição, porque o Lula ganhava aquela eleição. O programa da Globo, Jornal Nacional, inverteu escandalosamente um programa de debate, fazendo com que, na última hora, as pesquisas que davam vitória a Lula terminassem dando errado.

Infelizmente, o Governo está aí. Como disse o Senador Cristovam, está aí se comparando com os anteriores. Realmente, querendo, pode se comparar em vários setores. O que eu nunca imaginava é que nós compararíamos o Governo do meu amigo Lula, no campo da ética, no campo da seriedade, no campo da moral, no campo da credibilidade.

Estamos aqui abrindo a sessão. E olhando o calendário para este mês, vejo que temos, na segunda e na terça-feira, sessões deliberativas. Na quarta e quinta-feira, sessões não deliberativas. Na sexta-feira, sessão não deliberativa. Na outra terça-feira e na outra quarta-feira, carnaval. Na semana seguinte, a quarta-feira é a quarta-feira de cinzas. Na quinta e na sexta-feira posterior, sessão não deliberativa.

Na verdade, para quem fez uma convocação extraordinária, que durou 15 dias, para avançar nos primeiros 15 dias do novo ano político vai parar durante 15 dias. Algo me diz que vai parar 15 dias para esvaziar as Comissões de Inquérito. Algo me diz que vai parar 15 dias para esgotar o prazo de duração. E é uma ansiedade para se dar tudo por acabado.

E nem aqueles que no início pareciam acreditar... E eu era um dos que diziam que os denunciados pela Comissão de Ética e pela Comissão dos Correios, que receberam dinheiro do mensalão seriam cassados, sem nenhuma dúvida. Mas não vão. Está no ar um acordão imenso, onde “salva os meus e eu salvo os teus”.

Chegou o momento em que eu teria a esperança de que alguma coisa seria apurada na CPI. E apresentei uma proposta que foi aprovada por unanimidade. Nós tivemos a Comissão

do Banestado. Comissão do Banestado que recebeu os dossiês dos Estados Unidos apurando de cima, mandando para cá as contas e os números, os dólares enviados para o exterior por muita gente importante. Esse dossiê, enviado pela Justiça americana, está no cofre do Senado.

O Sr. Mentor, Relator, do PT, apresentou uma Comissão em que se falavam horrores do Governo do Sr. Fernando Henrique, Banco Central e tudo o mais. Não tocava no PT. O Presidente da Comissão apresentou um parecer em substitutivo, em que contava tudo do Governo do PT, e não dizia uma palavra do Governo do PSDB, do Governo anterior.

Eu, membro da Comissão, apresentei um outro substitutivo, em que peguei do parecer do Mentor quase tudo que ele contava da história do PSDB passado, o que era verdadeiro na minha opinião. E peguei também do parecer do presidente da Comissão tudo que ele contava do atual Governo do PT que, na minha opinião, era verdadeiro. Então apresentei uma terceira proposta. Engavetaram. Passou o tempo e a Banestado não aprovou absolutamente nada.

Na Comissão dos Correios, apresentei uma proposta para que ela trouxesse os arquivos da CPI do Banestado e fizesse a apuração na Comissão dos Correios, para não tumultuar, porque a Banestado já é uma coisa fantástica no roubo, no escândalo que tem. Para não tumultuar ainda mais a Comissão dos Correios, eu propunha que se criasse uma Subcomissão, sob a direção da Deputada Juíza Denise Frossard, para que ela fizesse um levantamento e trouxesse a conclusão para o resultado final. A minha idéia foi aprovada, mas até hoje não entregaram à Juíza Frossard absolutamente nada. E a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado continua arquivada. E lá vai ficar, arquivada.

O início da CPI foi profundamente agitado contra o PT: o mensalão, a figura do Presidente do PTB, o Deputado Roberto Jefferson, brilhante como orador, fazendo denúncias imensas, provando que as coisas eram verdadeiras. Não tendo resposta, cai o Chefe da Casa Civil, cai a direção do PT. E o PT se desmonta, o Governo também. E o PSDB, uma festa só!

Mas a verdade é que, nos últimos tempos, começou a aparecer o outro lado, e o PT, com competência, diga-se de passagem, começou a trazer fatos ocorridos no Governo do PSDB. Então, apareceu que o Sr. Marcos Valério já era conhecido daquela época, que os métodos que ele empregou agora já teria empregado naquela época. Apareceram fatos relativos à votação da emenda da reeleição, parlamentares que teriam recebido quantias imensas para votar a favor da reeleição. E, quando quiseram trazer à tona a discussão da Vale do Rio Doce, uma empresa que praticamente foi doada, e não vendida, o jogo empacou.

Vamos convocar o Fernando Henrique! Vamos convocar o filho do Lula! Vamos convocar o Presidente do Banco Central de vocês! Nós vamos convocar o de vocês! O que está acontecendo é que ninguém vai convocar ninguém, ninguém vai processar ninguém, e ninguém vai condenar ninguém. É uma pena.

Sou um apaixonado pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Essas que estão aí – modéstia à parte – saíram porque o Senador Jefferson Péres e eu tivemos a coragem de entrar contra a decisão do Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e contra os líderes do Governo, que tinham mandado arquivar a CPI. Entramos no Supremo Tribunal Federal, dizendo que era um escândalo o que se estava fazendo aqui, porque o Presidente do Senado Federal e os Líderes, por decisão deles, estavam rasgando a Constituição Federal.

A Constituição Federal diz que um terço de parlamentares podem constituir uma CPI e que ela tem de ser instalada. Fizemos um requerimento com a assinatura de um terço dos senadores para constituir a CPMI dos Correios e o mandamos para o Presidente. O Senador Renan Calheiros, o Senador Aloizio Mercadante, enfim, os líderes assinaram nota, que vai ficar para a história, dizendo que não haveria CPI. “CPI só sai quando os líderes quiserem. Se os líderes quiserem, sai CPI; se os líderes não quiserem, não sai CPI!” – que se dane o artigo da Constituição Federal que diz que a vontade de um terço dos parlamentares já determina a instalação!

Recorremos ao Presidente. Se os líderes não indicam, cabe ao Presidente indicar. Esta é a tradição, esta é a história: o Presidente faz a indicação. O Presidente respondeu que, se os líderes não indicassem, ele também não indicaria.

Fomos ao Supremo Tribunal Federal. Levou um ano e dois meses. Repare como quanta coisa poderia não ter acontecido, já que havíamos entrado com aquela primeira CPI lá atrás, quando o Sr. Waldomiro apareceu na televisão pegando dinheiro de propina para distribuir entre os fulanos; e tinham seis meses de Governo. Se a CPI tivesse sido instalada naquela época, muita coisa depois não teria ocorrido. Talvez não fossem necessárias outras CPI.

O Supremo Tribunal Federal mandou criar a CPI, e a CPI se criou. E, por uma coincidência fantástica, no dia em que o Presidente do Senado iria engavetar as outras duas CPI, o Supremo mandou indicar, e ele indicou as três. E as três estão aí.

Elas prestaram um bom trabalho, mas, lamentavelmente, com os meus vinte anos de Senado, sou obrigado a dizer: nunca tínhamos chegado a esta posição. Lembro-me de CPI delicadas como a CPI do Collor, que cassou o mandato do Presidente. No início, praticamente, era todo mundo Collor. As coisas foram vindo, foram vindo, foram provadas, e ele foi cassado praticamente por unanimidade.

Numa Comissão Parlamentar de Inquérito, claro que os senadores são senadores, claro que têm seus partidos, claro que têm suas idéias, claro que são partidários, claro que são parciais; mas há um limite. Uma CPI é como se fosse um tribunal. E o senador tem que votar como se fosse um ministro de tribunal; não tem que votar pelo seu partido, mas pela sua consciência. E isso, durante estes anos em que estive no Senado, mais ou menos vinha sendo cumprido. Mas, agora, é PT *versus* PSDB. "Tu me ajudas a salvar os meus; eu te ajudo a salvar os teus. O resto que se dane."

A busca da moral, a busca da seriedade, a busca da verdade pouco importa. E é verdade, o Lula está se comparando com Fernando Henrique: "Você fez isso, eu fiz isso; você fez aquilo,

eu fiz aquilo, e vamos tentar nos salvar. Vamos esquecer o filho do Presidente, afinal, R\$5 milhões para uma empresa... Vamos deixar isso de lado. Vamos esquecer os problemas do Sr. Fernando Henrique com relação à Vale, vamos colocar uma pedra em cima”.

E agora assisto aqui, neste Senado vazio, casualmente sem nenhum representante do PT... O Senador Eduardo Suplicy veio, mas se sabe que o Senador Suplicy é um petista muito independente; ele tem que ter muito cuidado, pois já estão querendo tirar a vaga dele do Senado pelo Estado de São Paulo. Isso é algo que tento colocar na cabeça dele, mas ele não muda. Eu até disse para ele: “Suplicy, vai devagar. Tu estás numa posição que é muito delicada!” E o que ainda gera dúvida se deixam ou não o Suplicy como candidato é que ele ganha a eleição. Se tirarem o Suplicy, eles não têm quem ganhe a eleição. Se tirarem o Suplicy... Se tirarem o Suplicy da vaga de Senador pelo PT, o Partido dos Trabalhadores não tem em São Paulo quem ganhe a eleição para o Senado. Por isso é que ele ainda está aí. E por isso é que eu entendo... E mesmo assim ele tem coragem.

Mas, tirando o Senador Eduardo Suplicy, que esteve aqui e fez o “pronunciamentozinho” dele e já se foi embora, o PT aderiu à orientação: “Vamos entrar de férias”. Afinal, está aí... Todo mundo recebeu... Não era mensalão, mas era ajuda de custo – entrada/saída. Essa todo mundo vai receber, inclusive... Mais a entrada normal a que temos direito pelo início do ano legislativo. Então, é carnaval! E são 20 dias, meu querido Presidente, Senador Efraim Morais, exatamente para tentar esvaziar a CPI. Para levar a CPI lá para o final... Lá para o final! E terminar não acontecendo nada.

Felicito V. Ex^a, nobre Presidente, Senador Efraim Morais. Podem ter chamado a CPI de V. Ex^a de CPI do Fim do Mundo, mas, na verdade, V. Ex^{as} estão investigando coisas lá do fim do mundo. Lá do fim do mundo! Eu acho muito estranho... Como é que alguém pode ter a coragem de dizer: “Mas a CPI foi feita para apurar os bingos; o que ela tem a ver com o assassinato do prefeito do interior?” A pena mostrou que, na Justiça de um Estado como São Paulo, ocorre um absurdo

como o de transformar um crime odioso, político, em que o cidadão sofreu tortura, em um crimezinho à toa: “Mataram para roubar”.

O trabalho de V. Ex^{as} é muito positivo, mas desconfio que não chegará a muita coisa, apesar do importante relatório produzido pelo prezado Relator. O companheiro Garibaldi Alves Filho, com muita categoria, apresentou um parecer de alto significado, de alta importância, sem adentrar a fundo, mas relatando o que foi possível. Mas creio que muita gente tem medo do relatório.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Pedro Simon, trato V. Ex^a como o mestre desta Casa, porque temos muito o que aprender com V. Ex^a: sua sinceridade, sua transparência, sua vontade de servir não só ao País, mas principalmente a esta Instituição. O que ouvimos hoje de V. Ex^a basta para que continuemos chamando-o de Mestre Pedro Simon. Em meu nome e no nome do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, agradeço as referências. Recebemos uma missão desta Casa, que V. Ex^a sabe que está sendo cumprida à risca, com independência, com transparência e, acima de tudo, com muita coragem. Isso é o que estamos fazendo. Vou esclarecer a V. Ex^a e a esta Casa: se houver qualquer indício de negociação, de acordo na CPI dos Bingos, já tenho o compromisso e a palavra do Relator de que o denunciaremos ao País. Estamos finalizando os nossos trabalhos, e a CPI dos Bingos não terminará sem um relatório verdadeiro, com todas as investigações. Temos até o dia 25 de abril para concluir os nossos trabalhos. Espero que possamos concluí-lo. Temos algumas pendências na Justiça. Precisamos do apoio da Justiça, da Polícia Federal e do Ministério Público. Creio em Deus e tenho fé n’Ele de que, até o dia 25 de abril, poderemos entregar a esta Casa, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e à sociedade brasileira um relatório transparente e verdadeiro. Quanto a tudo o que estão dizendo da nossa CPI – como disse V. Ex^a, a CPI do Fim do Mundo –, pode ter certeza de que, antes de chegar ao fim do mundo, chegaremos à verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a e o Senador Garibaldi Alves Filho. Reconheço que, quando V. Ex^{as}

foram indicados, alguns deram o seguinte sinal: “A coisa não vai andar. Acomodaram a Comissão”. O Senador Garibaldi Alves Filho, inclusive, não queria aceitar a relatoria. Hoje, ele reconhece a missão importante que o destino lhe reservou e que a sua competência lhe determinou. V. Ex^a e o Senador Garibaldi Alves Filho formam uma dupla excepcional.

O Senador Garibaldi Alves Filho, com aquela serenidade e aquela tranqüilidade, tranqüilidade que vem de longe, traz o conhecimento e devagarzinho vai falando, vai falando, você não percebe, mas, de repente, ele derrota todos os argumentos.

E V. Ex^a, Senador Efraim Morais, quando necessário, bate na mesa e com voz alta, ao contrário do Senador Garibaldi Alves Filho, que, com voz firme e resoluta, chama a atenção para a importância e o significado de se dizer a verdade. V. Ex^{as} formam uma grande dupla, que nos enche de orgulho.

A manifestação de V. Ex^a sobre o compromisso com o Senador Garibaldi Alves Filho de chegar com dignidade até o fim da CPI ou desmascarar os que os impedem é muito importante e será um argumento fortíssimo contra aqueles que têm a pretensão de esvaziar a Comissão com compromissos extras.

Concedo um aparte ao querido Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, primeiramente quero dizer que V. Ex^a faz muita falta à CPI. Não sei por que razão seu Partido não o designou para participar ativamente dos trabalhos da CPI.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que temos uma nova Liderança, com um novo sentido do que deve ser e de como deve ser o trabalho, um sentido moderno. O Senador Ney Suassuna fez estudos pelo Parlamento do mundo. Então, chegaram à conclusão de que sou uma pessoa superada, de que eu não tinha mais o que fazer, e tiraram-me para melhorar – e eu reconheço. O que vou fazer?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É uma pena, Senador Pedro Simon, porque V. Ex^a é uma autoridade, por sua postura

ética, sua competência, sua experiência, seu currículo. Enfim, não creio ser necessário fazer nenhuma espécie de louvação para recomendar a sua presença em qualquer atividade parlamentar, sobretudo em CPI, que exigem a presença de pessoas honradas, intocáveis, que possam ser investigadas, até porque essas pessoas, por serem insuspeitas e por terem vida limpa, possuem a coragem necessária para investigar em profundidade, não importando quem seja o investigado. Por isso V. Ex^a faz muita falta. Se tivéssemos vários senadores como V. Ex^a, sem demérito a nenhum dos membros das CPI, certamente teríamos maior qualidade na investigação, e o resultado seria mais significativo, certamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero apenas dizer que tenho acompanhado com muita alegria a participação de V. Ex^a, realmente impressionante. Nota-se que tem estudado, que tem uma boa assessoria e tem levado a sério a investigação.

Eu o felicito muito pela seriedade do seu trabalho.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Aproveito este aparte para, na esteira do que disse V. Ex^a sobre a CPI dos Bingos e sobre a figura do Presidente Efraim e do Relator Garibaldi, enfatizar que considero essa CPI emblemática, porque tem um sentido diferenciado e porque, mesmo que não produza efeitos de natureza jurídica, gerou denúncias, colocou o mal à luz para que possa ser combatido e, sobretudo, significou essa resistência, na iniciativa de V. Ex^a e do Senador Jefferson Péres, à imposição do Executivo, que desejava abafar as CPI. Essa CPI se tornou referência exatamente porque, por seu intermédio, garantiu-se o direito à Minoria de, com 27 assinaturas, convocar a instalação de CPI nesta Casa. Portanto, Senador Pedro Simon, faço justiça, como fez V. Ex^a, ao Senador Efraim Moraes, que tem sido um líder e tem tido o pulso necessário para comandar com autoridade e liderança esta CPI. Também louvo a dedicação e a competência do Senador Garibaldi Alves. Essa CPI poderá produzir conseqüências de natureza jurídica. Mas, mesmo que não produzisse, o seu efeito é fundamental neste momento de

transição que estamos vivendo, quando se procura realmente propor transparência à atividade pública no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu diria ao Presidente e ao Relator da Comissão que seria interessante, nesse recesso do carnaval...

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador, com a permissão de V. Ex^a, a CPI dos Bingos fará reunião na terça-feira e na quarta-feira da próxima semana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na terça-feira e na quarta-feira haverá sessão deliberativa.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – E nós teremos oitivas na terça-feira e quarta-feira, inclusive com votação de requerimentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estarei lá.

Há outros, aqui em Brasília, que participam do chamado Rebanhão. É muito interessante. Passam o carnaval ali no ginásio... qual é o nome?

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Pacotão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é o Pacotão, não.

E lá, durante quatro dias, fazem um retiro espiritual. São milhares de pessoas, crianças, jovens. Eu fico impressionado quando lá estou e vejo uma infinidade de jovens. E fico a me perguntar por que as televisões não mostram esses jovens aqui? Só mostram jovens com droga, violência e roubo. No entanto, estão aqui. Passam quatro dias analisando, debatendo e aprofundando as idéias da verdade.

O Brasil vive momentos importantes. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, as igrejas cristãs estão se reunindo num grande congresso que realizam de sete em sete anos. São 130 países das chamadas igrejas cristãs que estão se reunindo para debater uma maior aproximação – a Igreja Católica enviou

representantes –, uma maior identidade e um maior sentimento do Cristo e do mundo como nós estamos vivendo.

É neste contexto que nós devemos nos preparar para, quando a CPI reabrir, façamos o que V. Ex^a está querendo.

Vejo aqui o Líder Arthur Virgílio, por quem tenho o maior carinho e respeito, e de cujo pai fui amigo e fã. É bom ver – perdoe-me dizê-lo – que o filho até supera o pai. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande. Desculpe-me dizer-lhe: não aceite esse compromisso, nem do PMDB, nem do PT, nem do PFL, nem do PSDB, de fazer um “acórdão”. Se seu Partido tiver que pagar um preço, que o faça. V. Ex^a há de convir que o PSDB se sairá muito melhor se pagar o preço de “A” ou de “B” do que se jogar para debaixo do tapete tantas coisas que estão aparecendo.

A imprensa tem noticiado que o acórdão está sendo feito e vai para debaixo do tapete isso, mais isso, mais isso.

Eu, que conheço a dignidade e a seriedade de V. Ex^a, espero que não caia na tentação que devem estar-lhe fazendo. Devem estar lhe cercando, inclusive internamente no seu Partido, e eu entendo. “Vamos esquecer o fulano e o beltrano. Vamos deixar este aqui e aquele lá, para que as coisas não aconteçam”.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AL) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que o carinho é recíproco e que a admiração que lhe tenho é a ponto de V. Ex^a ter sido um dos meus faróis, quando se precisava de força para enfrentar cotidianamente uma ditadura que enchia de sombras o País. Agradeço muito a referência carinhosa que faz ao meu pai, o Senador Arthur Virgílio Filho, e só discordo quanto a essa história de superar, porque meu pai foi vitimado por uma coisa muito cruel. Era Líder de Governo e Líder do seu Partido, o PTB, que era um Partido enorme à época, aos 41 anos de idade, foi cassado aos 48 anos. E, portanto, nunca mais teve pelos fados a possibilidade de voltar à política. Orador primoroso, como V. Ex^a também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era meu Líder, eu era do PTB, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu diria que tinha muito tempo pela frente para descrever uma trajetória que certamente seria fulgurante, enfim. Mas, de qualquer maneira, tranqüilizo V. Ex^a, primeiramente porque V. Ex^a está correto e, segundo, quando a já ter eu próprio proposto, no foro das duas CPIs, desta tribuna do Senado, um grande “acordão”. O meu acordão é punir quem quer que tenha que ser punido, o meu acórdão é não poupar quem quer que tenha culpa no cartório, o meu acórdão é nós não deixarmos pedra sobre pedra de nenhuma denúncia de corrupção. Agora mesmo – e falarei sobre isso daqui a pouco – o Senador Antero Paes de Barros literalmente desmoralizou a brincadeira de mau gosto que tentaram fazer com ele. Emocionou-me e transmitiu-me enorme sentimento de orgulho eu ser colega e amigo do Senador Antero Paes de Barros. O Governo pediu a iniciativa de suspender a reunião, não foi iniciativa nossa. Jogou a toalha, jogou a toalha. E o Senador Antero Paes de Barros mostrou que as acusações contra ele viraram contra o acusador, que foi desmoralizado e que não agüentavam essas acusações uma reunião inteira. Eu até depois disse que me espantei muito de ver o tal juiz ter tido pernas para ir ao banheiro, porque eu achei que ele não ia nem conseguir sair para fazer xixi mais. Eu achei, francamente, que ele ia ficar preso, imóvel, imobilizado na cadeira. Fique tranqüilo que serei, como V. Ex^a, um guardião para que tenhamos relatórios eficazes que apontem a verdade, somente a verdade, e nada mais do que a verdade, Senador. Agradeço a V. Ex^a pela ternura. E saiba que a admiração só cresce com o nosso convívio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Emociona-me o pronunciamento de V. Ex^a. V. Ex^a é um Líder dos mais respeitados e dos mais combativos. O pronunciamento de V. Ex^a, feito no primeiro dia da sessão legislativa, diz que o PSDB não aceita. Eu não posso falar pelo PMDB. Eu diria que, no PMDB, eu só lidero eu mesmo e eu também não aceito. Mas espero que haverá mais pessoas no PMDB e de outros Partidos que acompanhem V. Ex^a.

Primeiramente, concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho, e, depois, com muito prazer, ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, estou ouvindo V. Ex^a e discordar de V. Ex^a apenas quando diz que só pode falar por V. Ex^a mesmo, porque sei que V. Ex^a fala por muitos outros do PMDB. E por falar assim, de uma maneira corajosa e aberta, é que V. Ex^a tem tantos admiradores por este País afora. E na hora em que V. Ex^a apresenta, diante do Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, e de mim, que sou o Relator, a possibilidade de um acordão nos bastidores das CPI, queria dizer a V. Ex^a que a nossa CPI não vai, de maneira nenhuma, concorrer para isso. Nós vamos até o final dos nossos trabalhos, vamos produzir o nosso relatório, como já produzimos um relatório parcial...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Brilhante.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ... a respeito da GTech e da Caixa Econômica. Com aquele mesmo espírito e com aquela mesma vontade nós iremos até o fim dos nossos trabalhos. Agradeço a V. Ex^a as palavras de estímulo, bem como ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. Ouço o Senador Romeu Tuma e posteriormente o Senador Mão Santa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe da admiração e do respeito que tenho por V. Ex^a. Felizmente o meu Líder chegou e ponho a mão no fogo pelo Senador José Agripino de que ele jamais fará qualquer tipo de acordo para engavetar qualquer procedimento que possa apontar aqueles que desrespeitam o voto da sociedade. Sei que o Senador Garibaldi Alves e o Senador Efraim Morais estão lutando para levar adiante uma CPI que foi a fundo em vários fragmentos de investigação e estão formando um mosaico claro de tudo que aconteceu nos últimos tempos no País. Acho que está valendo a pena nós nos angustiarmos. Hoje foi um dia de angústia, de tensão, de amargura, Senador Arthur Virgílio, no enfrentamento, mas que – talvez preparado

ou não – trouxe intranqüilidade à CPI. Ontem foi outro dia em que se passou quase 10 horas discutindo se a lista era quente ou fria, quer dizer, o objetivo é tentar desmoralizar a CPI. É alguma coisa estranha, porque, até provem o contrário, a lista é fria; até que alguém comprove a autenticidade, ela é fria. Então, quando V. Ex^a faz um alerta, a sociedade monta uma frente em defesa para que se chegue até o fim e V. Ex^a poderá contar conosco como soldados a seu comando para que não haja, em hipótese alguma, acordo que desmereça este Senado, este Congresso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Eu queria conceder mais dois apartes, Sr^a Presidente.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, São Pedro negou Cristo por três vezes. V. Ex^a não negou Cristo, a Pátria, o Partido e nem a democracia. V. Ex^a somente foi injusto em um instante, pelo excesso de humildade e modéstia franciscana, que pregam: “onde houver discórdia que eu leve a união.” Lembro, quando adentrei por esta Casa, que telefonei para V. Ex^a. Quero dizer, para que faça parte da História, que se estavam digladiando o Presidente Renan e o ex-Presidente Sarney. O Senador Renan queria fazer uma eleição, ser o Presidente. Eu disse: “Calma! Quero trazer uma inspiração do Piauí, de Petrônio, o qual me ensinou que onde há prazo não há pressa. Não faça essa eleição. Ele ganharia.”. E V. Ex^a foi ao Iraque, que era a Paraíba, à residência do Zé Maranhão, para ver o outro grupo. Estava a guerra feita. V. Ex^a foi lá – “onde houver discórdia, que eu leve a união” – e abdicou. V. Ex^a deveria ser o Líder, como o é de fato. Vemos V. Ex^a como o símbolo maior. V. Ex^a tem uma grande responsabilidade, porque sintetiza, para nós, Ulysses Guimarães – “Ouça a voz rouca das ruas, o povo” -; Teotônio Vilela, seu irmão camarada; Tancredo Neves e o próprio Juscelino. V. Ex^a é essa grandeza, o comandante de fato do PMDB, que sem a sua pessoa não existiria. V. Ex^a é a virtude e a crença na democracia. Pedro, que negou Cristo três vezes, disse no fim da vida: “Percorri

meus caminhos,” – e os caminhos de V. Ex^a são os do Brasil e da democracia – “preguei minha fé” – a fé de V. Ex^a é no homem, na mulher e na criança do Brasil – “e combati o bom combate” – é o que V. Ex^a está fazendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula como a minha mulher está feliz da vida lá em casa. Ela me disse: “Mas como o Senador Mão Santa gosta de ti, Simon! Como tu tens que agradecer a bondade que ele tem por ti. Ele fala e parece até que tu és uma pessoa excepcional! Eu sei que tu não és, mas reconheço que ele fala bem demais de ti.”.

Muito obrigado. Realmente, tenho uma amizade muito carinhosa por ti, uma pessoa pura, sincera e que diz as coisas do fundo do coração.

Muito obrigado, Mão Santa.

Concedo o aparte ao nobre Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, acompanho V. Ex^a há muito tempo. Já estou ficando velho, já sou Senador pela terceira vez e acompanho V. Ex^a há muito tempo. Já vi grandes momentos de V. Ex^a, que tem uma vida parlamentar plana, mas já teve momentos palpitantes. Já ouvi V. Ex^a, dessa tribuna, dirigindo palavras duras a um Ministro de Estado que, no dia seguinte, renunciou. Vi V. Ex^a fazendo a campanha das diretas como figura proeminente; ouvi seus discursos em momentos complicados da vida nacional. Então, V. Ex^a tem o direito de falar o que quiser, porque V. Ex^a é uma referência. E, acima de tudo, V. Ex^a é um homem de vida limpa. Em política, o principal predicado de quem quer ter vida longa é ser sério, é ser honesto. Quem dá longevidade a político é vida pública limpa. E V. Ex^a tem esse crédito. Então, tem autoridade, por talento, por posições políticas coerentes, por lisura de comportamento, e direito de fazer um apelo aos seus Pares por um não acordo. Eu quero dizer a V. Ex^a qual é a posição do meu Partido. O meu Partido vai pautar as suas posições – pode, em algum momento, até merecer questionamentos – no argumento. Não vai fazer acordo jamais. Vai ter argumentos para defender posições que podem

ser contestadas. Eu tenho um companheiro que está, na minha opinião, injustamente sob processo de investigação: o Deputado Roberto Brant, um homem da melhor qualidade. Ele pode até ter cometido um pecado venial, mas o Partido tem argumentos às toneladas para defendê-lo e vai fazê-lo. Agora, para salvar ou preservar o mandato de Roberto Brant, não faremos acordo com ninguém. Não vamos trocar voto com ninguém e quem está falando a V. Ex^a é o Líder do PFL no Senado. Com ninguém! E quero que alguém atire uma pedra dizendo que o PFL teve uma conversinha com "a", "b" ou "c" para, em troca de suporte dessa tese, oferecer o suporte daquela outra tese. Vamos defender as nossas teses com argumentos, como no episódio em que defendi, naquele plenário, a vinda do Sr. Dimas Toledo. O Sr. Dimas veio ontem aqui. Ouvi o começo do pronunciamento de S. S^a e fui um dos que, ao lado do Senador Arthur Virgílio, veio aqui não para ficar com nhenhênem ou para sugerir isso ou aquilo, mas para exigir que o requerimento fosse posto em votação. Fui o primeiro, ao lado de Arthur Virgílio, a ir à CPMI dos Correios, da qual não faço parte, para pedir a votação do requerimento. Quem poderia ser apenado? Os que estão naquela lista fraudada, que são políticos do meu Partido e do PSDB. Queremos ver o assunto esclarecido e fomos os primeiros a vir aqui. Quem fala assim, Senador Pedro Simon, não participa de acordo. Vai fazer acordo para se auto-imolar? Vai fazer acordo para se auto-investigar? Agora, deve ter argumento para exigir de S. Ex^a, o Ministro da Justiça, que acabe com essa conversa fiada. Ele é quem conhece essa lista. A PF não está investigando o fato? Um passarinho me disse que a PF não está investigando nada, nada, e que toda a história que se conta é espuma para alimentar uma fogueira, a das suspeições, para queimar em fogo brando pessoas que estão naquela lista de forma injusta. Queremos ver essa lista passada a limpo. Um passarinho ilustrado, que entende muito de Direito, disse-me isso, Senador Pedro Simon, e, antes que os fatos ficassem irreversíveis, fizemos com que o Sr. Dimas Toledo viesse. Quero dizer a V. Ex^a que fique tranqüilo. Se nada, nenhum desses argumentos que estou colocando para V. Ex^a prevalecer, existe uma coisa chamada imprensa livre. A imprensa livre

não perdoa nem Partido, nem praticante de acordo espúrio. Se pegar, está morto. Se pegar no acordão, está morto até pelo próprio sentido de preservação. Nem vem que não tem. Com o PFL não tem acordo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fico satisfeito com o pronunciamento de V. Ex^a, muito satisfeito.

O PFL e o PSDB deixam a situação clara. Lamento que o PT não esteja aqui, mas fico na expectativa do pensamento do Partido.

Como salientou muito bem o Presidente da Comissão, essa é uma CPI especial, criada por decisão da Justiça, em um recurso à decisão do Senado, e é importante que seu resultado seja positivo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Quero apenas deixar claro que participei desse debate durante todo o tempo, com V. Ex^a presidindo, porque caso contrário as pessoas poder-me-iam perguntar depois: “Mas tanta gente pediu um aparte e a Senadora não o fez?” Que as pessoas entendam que a Senadora não pode pedir aparte porque está presidindo. Recebo, de íntimo a íntimo, o aparte de V. Ex^a, que sei que concorda com o que estou falando aqui.

Muito obrigado.

PT e PSDB, iguais

Pronunciamento em 20 de fevereiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que bom que esteja presente V. Ex^a, Presidente Renan, de quem todos sabemos a importância da posição. V. Ex^a foi Líder do PMDB, ocupa a Presidência do Congresso Nacional. Sabemos que o Líder do PMDB, Senador Suassuna, é uma indicação com a simpatia total de V. Ex^a; sabemos que V. Ex^a e o Presidente Sarney, ex-Presidente do Senado, detêm uma profunda amizade e um profundo entendimento. Vossas Excelências são considerados dentro do partido como um grupo responsável. V. Ex^a tem usado muito e há bastante tempo uma tese: V. Ex^a defende a governabilidade do País. V. Ex^a diz que tem um compromisso pessoal e, como Líder do PMDB, V. Ex^a diz que o PMDB tem um compromisso com a governabilidade. Não é um compromisso com o apoio ao Presidente Lula, obrigatório, mas é um compromisso com o País, para que consigamos sair com dignidade das horas difíceis que atravessamos. Vejo com simpatia essa afirmativa de V. Ex^a e também acho que todos, não apenas o PMDB – na verdade, a classe política – deveríamos ter a obrigação com a governabilidade.

Quando o PT ganhou as eleições, havia uma interrogação – eu diria até que havia uma angústia – sobre o que aconteceria. Quando ganhou, o Presidente Lula era o homem da esquerda, o homem que vinha das lideranças sindicais, o homem compromissado com o socialismo, o homem sobre quem, em eleições anteriores, o então presidente da Fiesp dizia que

os empresários nacionais se atirariam ao mar, caso ganhasse as eleições. Então havia realmente uma expectativa do que ocorreria com o Brasil. Diante deste mundo novo, onde Rússia, China e Índia abrem as portas para o capital multinacional, qual seria a posição reservada ao Brasil se o Lula tomasse a posição imaginada de radicalizar, principalmente em relação aos juros e ao capital estrangeiro?

Há de convir V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, que essa fase está plenamente superada. Hoje, é claro que os compromissos com a governabilidade devem continuar – não devemos brincar com uma coisa como essa –, mas não há nenhuma dúvida quanto à firmeza e à solidez do Governo Lula. É um Governo firme e sólido. Na minha opinião – não sei se também na opinião de V. Ex^a, nobre Presidente Renan Calheiros –, foram dúvidas e interrogações.

Não nego que senti mais mágoa do que alegria no estilo do Governo adotado pelo Presidente Lula. Agradou-me S. Ex^a não adotar aquela linha de radicalização que alguns imaginavam. Na verdade, hoje não existe país que adote isso, excetuando-se o nosso amigo Hugo Chávez, de um país pequeno, sem expressão maior. O mundo internacional, a China, a Rússia, a Índia, todas as nações estão num diálogo completamente diferente, e o Brasil está participando dele, e não poderia ser diferente. Mas com relação às fórmulas com que vem avançando, creio que o Governo do nosso amigo Lula tem sido muito mais parecido com o Governo Fernando Henrique Cardoso do que um Governo progressista, como esperávamos. Já o Governo Fernando Henrique não foi o que imaginávamos. Imaginávamos, naquela época, 11 anos atrás, que o Governo FHC seria uma social-democracia, que era do que se falava no mundo, na Espanha, na Inglaterra e na França. Imaginava-se que isso ocorreria. Mas o Governo Fernando Henrique deixou para trás a social-democracia. Na verdade, foi um Governo que teve a predominância do PFL. O PFL teve praticamente o domínio da política econômica; e o Governo do Fernando Henrique foi um Governo identificado com a política do PFL. O Governo Lula continua o Governo do Fernando Henrique, mais ou menos no mesmo sentido. Se o

Governo do Fernando Henrique não foi social-democrata, foi um Governo de centro, o Governo Lula, muito menos, tem sido um Governo de esquerda; tem sido de centro.

Ao lado disso, a questão ética – esta, muito séria – que envolve a gravidade das acusações que pesam contra o Governo do Sr. Lula; e a gravidade das acusações que ao longo dessas três CPI, desses meses e mais meses vem se repetindo a cada dia e a cada hora. O que está tornando a situação mais complicada é que – e não poderia deixar de ser –, nessas CPI que vasculham o Governo Lula, estão aparecendo fatos do Governo Fernando Henrique. Os fatos graves que se repetiram no Governo Fernando Henrique, desde a privatização da Vale do Rio Doce, desde a negativa de se criar uma CPI, desde a fórmula de votação e a suspeita de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição. Todos esses fatos estão de volta; estão se repetindo nas CPI.

Então estamos vivendo um momento profundamente estranho: nós temos dois governos que se repetem e duas candidaturas que se apresentam para o novo governo com uma imensa semelhança e muito poucas diferenças. Semelhanças e identidade do que foram, do que fizeram, dos equívocos que cometeram. Por isso, tenho dito e repetido que seria muito ruim para o Brasil se se concretizar o que a grande imprensa está insistindo, insistindo: que esta eleição seja um debate entre PT e PSDB, entre uma candidatura do Lula e uma candidatura do PSDB, principalmente se a candidatura do PSDB for a candidatura do Sr. Serra, que é mais arrojado e mais radical. Que tipo de campanha nós teremos, que tipo de eleição nós teremos? Eu me atrevo a imaginar que a Justiça Eleitoral é capaz de tirar do ar, várias vezes, candidatos, tanto de um lado quanto do outro, a Presidente da República, dando direito de defesa tanto a um quanto a outro. Conhecemos, pelas comissões de inquérito, fatos graves que, quando forem para a tribuna levados pelo PT contra o PSDB, verificaremos, são verdadeiros; e que, quando forem levados pelo PSDB contra o PT, também o são.

Por isso, Sr. Presidente, é muito importante a posição do PMDB. A esta altura, Presidente Renan Calheiros, o PMDB

presta um serviço à Nação, presta um serviço à sociedade se entender a posição em que se encontra, qual seja, defender as suas idéias e apresentar a sua candidatura a Presidência da República. Absolutamente natural. Em primeiro lugar, pela sua história, pela sua biografia, pelo que representa e representou na vida do País, é realmente o único Partido que tem algo a apresentar. Porque nas horas dramáticas que vivemos foi o velho MDB que teve a coragem de enfrentar e conseguir uma vitória inesperada sem a radicalização, sem a luta armada, sem a violência, sem a subversão. Derrubou o regime militar, com o povo na rua, com os jovens na rua, com a caminhada de Teotônio, do Ulysses, de Tancredo, de Mário Covas, com os jovens caras-pintadas que foram e conseguiram aquilo que parecia impossível: conseguiram vencer o Regime Militar e derrubá-lo, elegendo – embora pelo Colégio Eleitoral, mas de uma forma democrática, aberta, aceita pela Nação inteira – Tancredo Neves Presidente da República.

Isso é um fato real em um país onde a vida partidária não tem história, não tem biografia, não tem nada! Mas, olhando para trás, não se deve nada da História do Brasil a um partido político: nem à República, nem ao Império, nem às leis sociais, nem à Petrobras. Nada do que possamos imaginar tem um partido político atrás. A não ser o PMDB na redemocratização. Na redemocratização, teve um partido atrás e que se chama MDB. Esse Partido viveu horas difíceis. Não tivemos competência. Tivemos lideranças fantásticas – Dr. Ulysses, Tancredo, Teotônio, Arraes, Covas – e, numa hora importante e dramática, não tivemos capacidade.

Quando morreu o Dr. Tancredo, nós caímos numa mediocridade incompreensível. Pagamos os nossos pecados. Dr. Ulysses não devia ser candidato naquela ocasião; foi e levou o troco. Dr. Quércia não devia ter sido candidato ali. O candidato Itamar era do PMDB e queria indicar um candidato do PMDB, tinha feito um governo espetacular, criou o Plano Real, e nós, da Bancada do PMDB, é que dávamos maioria ao Governo. Eu fui Líder do PMDB, fui Líder do Itamar nesta Casa, e nós, do PMDB, é que dávamos força e cobertura para o Governo do Sr. Itamar Franco. Na hora, o Itamar Franco

queria um Presidente do PMDB, mas o Dr. Quércia, Presidente do PMDB, queria ser ele o candidato. Conseqüentemente, não queria o apoio do Itamar porque sabia que o candidato do Itamar não seria ele.

Então, cometemos o absurdo de não apresentar um candidato em entendimento do Governo e o PSDB nos apoiaria, porque o próprio Fernando Henrique não era candidato àquela altura.

Estou aqui e falo. Fernando Henrique está ali. Na reunião em que estive o Itamar, o Fernando Henrique, o Antonio Britto e eu, onde nós discutíamos a candidatura que o Governo apresentaria, tanto o Itamar como o Fernando Henrique e eu achávamos que o Antonio Britto era um grande candidato e não aceitou. Àquela altura é que o Quércia apresentou-se e aconteceu o que aconteceu. Agora, hoje, nós temos de meditar.

Eu acho que a eleição passada, tudo bem. Na eleição passada, era o Partido que estava dividido, era o Fernando Henrique com aquele seu governo de oito anos, e o Lula que, na minha opinião, era uma avalanche para ganhar as eleições. Eu me apresentei candidato. Eu percorri o Brasil inteiro como candidato, tinha o apoio de todo mundo. Era a coisa mais engraçada! São Paulo me apoiava, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, enfim, todo o Brasil, e quando eu cheguei na convenção, os governistas já tinham lá uma chapa: Serra e a Deputada Camata.

E daí eu perguntei: mas não vamos apresentar primeiro a chapa própria do PMDB? "Não, é essa a chapa!" E é o que aconteceu. O PMDB não teve nem a competência, porque àquela altura já se sabia que quem ganharia a eleição seria o Lula e já tinha muita gente comprometida com o Lula, como era o caso do próprio Presidente Sarney.

Mas agora, hoje, não dá para entender. Não dá para entender que o PMDB não tenha outra posição que não seja a de absoluta independência. Nós, tendo o nosso candidato...

Presidente Renan Calheiros, V. Ex^a tem uma posição relevante importante, porque é o homem mais importante dentro

do PMDB, pela sua biografia e pelo cargo que exerce na Presidência do Congresso Nacional, é a pessoa mais relacionada, mais debatida e mais discutida hoje na imprensa brasileira. A pergunta é esta: qual é a posição do Presidente Renan? Nunca aparece na imprensa V. Ex^a dizendo: “O PMDB vai ter candidato e o candidato do partido é o meu candidato. Acho que não há como não ter candidato”. Mas logo depois aparece que V. Ex^a e os governistas – o Senador José Sarney, V. Ex^a e outros – estariam naquela de apoiar o Lula de qualquer jeito.

Outros dizem que não se quer o Garotinho porque ele tem 15% e, ganhando a prévia, o Garotinho fica com uma posição muito forte e não pode ser colocado fora depois. Então, vamos votar no Rigotto, porque ele tem 2% e, com 2%, ele ganha a prévia, e, até a convenção, tira-se ele fora.

Eu não acredito em um argumento tão triste e tão lamentável como esse; tão antipolítico e tão antiético como esse. Eu sou Rigotto, respeito o Garotinho, mas acho que o Rigotto é mais candidato. Os 2% para mim não significam nada, porque o Collor – e V. Ex^a, que foi Collor, sabe disso – começou com 0%. Ele saiu de um partido como o MDB, do tamanho do MDB, que tinha vinte governadores, e fundou um partido. V. Ex^a sabe, ele esteve lá no Rio Grande do Sul, na Rainha do Mar, me procurando, ele governador e eu governador. Convidou-me para ser vice dele, inclusive para eu ser presidente e ele meu vice, porque ele dizia que eu era mais importante do que ele, que eu era Senador, já fora ministro, era de um grande estado que nem o Rio Grande do Sul. Eu olhava para ele e dizia: mas este homem não está certo, ele está louco. Como é que um guri, menino de Alagoas, que está no MDB, um partido do tamanho de um bonde, vai sair do MDB e vai criar um partido e vai se eleger Presidente?

O bobo era eu. Ele estava certo e V. Ex^a também estava certo quando se reuniu, numa série de reuniões da China, onde os quatro lançaram o Collor e todos diziam que era uma loucura. V. Ex^a, naquela época, já sabia que tinha Rede Globo, que tinha etc. e tal – a gente não sabia – e deu certo.

Mas o que digo é o seguinte: o Rigotto começou sua candidatura para governador com 2%. A eleição do Rigotto para Governador do Rio Grande do Sul foi igual à situação hoje para Presidente da República. Hoje é Lula e PSDB. Quem se apresenta é maluco. Lá no Rio Grande do Sul era o Brito que tinha saído do PMDB e, em tese, levado todo o partido, e o PT. Um tinha 42%, outro tinha 39% e o Rigotto, 2%. O Rigotto ficou com 2% até a televisão começar e, até na televisão, o Brito e o PT comecem a dizer as coisas verdadeiras que um tinha sobre o outro, e o Rigotto pôde apresentar sua proposta.

Olha, estou falando do fundo do coração a V. Ex^a, Presidente. V. Ex^a pode pensar: “Mas, este assunto, o Simon não devia falar da tribuna. Ele devia falar lá no meu gabinete.” Mas, como o assunto é tão amplo e aberto e não estamos falando nada de escondido, são coisas tão verdadeiras, eu me atrevo a falar publicamente a V. Ex^a para dizer exatamente isso.

Eu acho, Presidente – leia as pesquisas – que o PT nacional, quando Lula assumiu, tinha o dobro do que o MDB. Quer dizer, qual é o maior partido? Agora é o seu partido. Em todo o Brasil, o PT tinha o dobro do MDB. Era o MDB em queda, e o PT subindo. Hoje, o MDB está lá em cima e o PT está lá embaixo. O PT perdeu 50% dos votos. O PMDB hoje é o maior partido do Brasil em aceitação da sociedade brasileira. Isso é um fato muito importante. E é um fato que eu vejo todos os dias, andando pelas ruas da cidade. Eu não consigo atender a todos. Eu vou a 2% dos compromissos, mas já tenho andado por todas as universidades do Brasil. E é impressionante. Modéstia à parte, eu sempre tive uma aceitação com os jovens. Os jovens sempre me respeitaram, porque tenho uma linha de coerência, uma linha de seriedade, e eles aceitam.

Antes da eleição do Lula, quando eu ia fazer uma palestra em uma universidade, eles diziam: “Olha, Senador Simon, todo mundo é seu fã. Mas olhe o que o senhor vai falar do Lula, porque aqui todo mundo é Lula”. Mas não precisava me dizer, pois eu estava vendo o reitor do meu lado com a bandeira do Lula; o diretor da escola com a bandeira do Lula. Todo mundo. O único que não tinha a bandeirinha do Lula era eu.

Hoje, eu duvido que alguém entre em qualquer faculdade do Brasil e veja uma bandeira do PT. Se alguém tem bandeira do PT, é aqui, do lado de dentro da gola, mas escondidinha. Essa é uma realidade. Nos centros acadêmicos, nas eleições para o Brasil inteiro das universidades, quem tem ganho normalmente é o PMDB. Os centros acadêmicos, que tradicionalmente eram do PT, estão perdendo. Associações de amigos de bairros estão perdendo. É uma situação que é real e que é concreta.

A esta altura? Dói meu coração quando vejo um homem querido como Presidente Sarney e V. Ex^a, Presidente Renan, dizerem que o MDB não tem nomes, não tem quadros disponíveis. Por amor de Deus! Por amor de Deus! Se disserem que o MDB não tem nome na mídia, é verdade. Mas a mídia sempre foi assim. Nas eleições passadas se não fosse o Lula, ninguém do PT teria nome na mídia. Nas eleições anteriores, governador do Rio Grande do Sul, era só o MDB que tinha nome na mídia. Só não era para ser o Quércia. Nas outras eleições era só o MDB que tinha nome na mídia. Não era para ser o Ulysses e nós fomos duas vezes. Só podemos ter errado. As duas vezes perdemos.

Mas o MDB não tem candidato? Falo no Garotinho, falo no Rigotto, falo em V. Ex^a, Presidente do Congresso Nacional, falo no Presidente Sarney, falo no Itamar, ex-Presidente da República, falo no Governador do Paraná, Requião, uma pessoa extraordinária, falo no Jarbas Vasconcelos, um governador espetacular. Mas como que o MDB não tem candidato? Mas como que o MDB não tem expressão? Não tem liderança? De onde fomos tirar uma argumentação como essa?

O que está acontecendo, Sr. Presidente, é que ninguém calcula a ansiedade que V. Ex^{as} estão causando às bases do MDB. Eles estão naquela, porque a imprensa está dizendo: não, não adianta, não vai ter.

Em primeiro lugar, já estão argumentando, e a Executiva Nacional fez. Não entendi o argumento do voto calculado que vai ter na prévia. Para mim, não tinha de ter nada disso. A

prévia tinha de ser como a convenção: tantos votos, tantos votos.

Então, inventaram isso e já disseram que foi inventado para entrar na Justiça e tentar anular a prévia do MDB. Não sei, não acredito que seja verdade. Mas mesmo que seja verdade, o Rigotto vai até o fim, vai para convenção. O Garotinho, pelo que sei, vai também para a convenção.

Por isso, penso, meu Presidente, que ninguém mais do que V. Ex^a, com a autoridade que tem, poderia prestar um serviço inestimável ao PMDB e ao Brasil, se a esta altura, V. Ex^a esclarecesse o quadro e nós deixássemos esse quadro absolutamente esclarecido.

Somos a favor da governabilidade. Queremos apoiar o Lula até o último dia do seu Governo. Não queremos romper com o Lula. Nós, do MDB, nunca defendemos... Por exemplo, houve uma hora em que se falou em *impeachment* e nós fomos os primeiros a ser contra o *impeachment*, achando que não era caso de *impeachment*. Vim a esta tribuna várias vezes dizendo que não era caso de *impeachment*, defendendo a governabilidade. Mas é dizer: o MDB vai ter seu candidato, Lula.

Da maneira como o MDB vai fazer a candidatura, também não tem problema se tiver um segundo turno – aí V. Ex^a, com a sua liderança e competência, terá condições... Em primeiro lugar, eu tenho certeza de que o MDB vai para o segundo turno. Tenho a convicção. Indo para o segundo turno, ganha, porque, indo para o segundo turno com o PT, o PSDB vota conosco. Indo para o segundo turno com o PSDB, o PT vota conosco.

Se não formos para o segundo turno, aí, sim, seremos o fiel da balança para decidir. Mas, aí, teremos autoridade para decidir. Aí nós temos um programa, nós temos uma idéia, nós temos uma filosofia. E nós nos apresentaremos como um grande partido que cumpriu com o seu dever e vai decidir quem vai ocupar o País.

É um papel importante para V. Ex^a, Senador. Importante a V. Ex^a. V. Ex^a e o líder da bancada, que é um discípulo de V. Ex^a,

e o Senador Renan Calheiros, que não é discípulo nem de V. Ex^a nem de ninguém, é mestre de todos, mas, geralmente, não ouve ninguém. Que belo papel V. Ex^{as} desempenhariam!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a voz rouca das ruas quer dar o testemunho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Renan, V. Ex^a hoje foi descrito aí. Agora vou dizer o que pensa o povo. Evidentemente, eu não recebo tantos convites como V. Ex^a, mas, no momento em que o País vivia o “Severino”, fui convidado pela CEUT para um poliesportivo com todos os estudantes. A CEUT é para o Piauí o que Harvard é para os Estados Unidos: a maior instituição privada do ensino superior do Piauí. Convidaram-me para uma visão de futuro do Piauí. Um debate natural. A estudantada. Mas ocorria, naquele momento, o episódio Severino. O Professor Tião sabe como é rebelde a juventude. Então eles indagaram no debate – nada a ver com o tema para o qual eu tinha sido convidado, atentai bem, Renan!... Eles aceitaram. O povo queria. Naquele escândalo... porque nunca ninguém viu tanto escândalo como o que nós vivemos. Collor foi para o purgatório. Para essa turma aí não houve, não houve... E não vamos mensurar, não. Tanta ignomínia, indignidade, corrupção!!! Não é mar de lama, não. É oceano. Então, Pedro Simon, eles indagaram: se a gente afastar o Lula, o Vice e o Severino, qual a saída? Lembrei-me de Rui, que disse: Só há um caminho: a lei – a Justiça é a salvação. Ulysses que beijou a Constituinte; Constituição cidadã. Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira, é enterrar as liberdades. E eu sei o que é isso. Então, raciocinei, porque eu tinha de responder ao estudante: Não, há uma saída constitucional. O Presidente – atentai bem, Renan! – pode assumir a Presidência. O povo da rua, a voz, aceitou, porque o escândalo foi muito pior do que Collor-PC, negócio de carrinho Fiat, Rosane. Foi muito mais degradante. Renan, eu disse: Não. Tem saída na Constituição. O nosso Presidente do Senado assume e, por um mês, de acordo com a Constituição, pode ter uma eleição indireta do Parlamento. Qualquer brasileiro pode ser votado. Pedro Simon, quero dizer que eu citei todos que me vieram a

nomes, todos brasileiros, e, quando eu citei o nome de V. Ex^a, a mocidade estudiosa do Piauí levantou: Pedro Simon. Esse é o significado e o testemunho. É isto o que V. Ex^a representa: a esperança da dignidade da nossa democracia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, mas eu sei que eu seria o último nome que a cúpula do PMDB quisesse indicar.

Eu tenho a humildade suficiente para nem me candidatar para não criar uma confusão dessas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas como diz a Bíblia: Os últimos serão os primeiros. V. Ex^a é o primeiro nas virtudes deste Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas os nomes de que estamos falando são nomes sobre os quais há o absoluto entendimento.

Nobre Presidente Renan – agora estou com o nosso Líder aqui presente, o nobre Líder Senador Ney Suassuna – não vou repetir, mas o que eu estava dizendo ao Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fora do microfone) – Eu estava assistindo pela TV Senado. Não posso deixar de assistir...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, então, repare que V. Ex^a é um dos milhões de brasileiros que assistem à TV Senado e, portanto, é bem informado.

Penso que V. Ex^a, Presidente Renan... – acho o Presidente Sarney um pouco mais difícil, mas impossível não... – podia, a esta altura, fazer uma intermediação no MDB e dar um rumo a essa campanha.

Digo mais, Senador Renan Calheiros: a essa altura, PSDB e PFL podem estar lá, o PT e seus partidos auxiliares podem estar lá. A sua colega Senadora de Sergipe também está aí. Uma série de partidos e de nomes, como o PDT e o próprio PPS, têm procurado a mim, que não sou ninguém, dizendo que gostariam de fazer um entendimento com o PMDB na

terceira via, que têm a perspectiva de que isso poderia ser viável. Se isso acontecesse, seria uma maravilha. Em vez de 30 ou 40 Partidos, em vez de os partidos pequenos começarem a apresentar pequenas candidaturas, venderem legenda ou coisa que o valha, haveria grandes candidaturas: o PT, com seus aliados; o PSDB e o PFL; a Senadora Heloísa Helena pelo PSOL; e o PMDB com seus aliados.

Senador Renan Calheiros, houve momento em que eu era o segundo. V. Ex^a e o Senador José Sarney disputavam a Presidência do Senado. Eu era o candidato a líder da bancada. Aí, companheiros, como o Suassuna, convenceram-me de que era muito importante não fazermos aquela divisão ou disputa entre V. Ex^a e o Presidente Sarney e que seria muito importante, naquela hora, que um fosse Presidente e o outro, líder da bancada. Concordei na mesma hora. Não tem problema. Estou aqui para ajudar e creio que, realmente, temos grandes nomes. Vamos para uma disputa entre os dois. Quem ganhar vai criar atrito interno. Se nós elegermos por unanimidade o presidente e o líder, estaremos preparando o caminho para essa legislatura. Não tive nenhum problema nesse sentido.

Por isso, digo agora que não faço oposição ao Presidente Lula. Gosto de Lula, tenho carinho pelo Lula. Sou amigo do Lula. Defendi o Lula ao longo do tempo. No Rio Grande do Sul, o PMDB tinha mágoa de mim. “Por que não vai para o PT, se é tão Lula?” É que eu via Lula como uma pessoa fantástica por sua vida, por sua biografia, por sua história.

Nessa CPI, o Senador Suassuna deixou-me de lado, sem participar dela. Senti que, não estando lá, não tinha a obrigação de ir toda hora. Muitas vezes tenho conversado. Por exemplo, quando queriam partir para o *impeachment*, quando o PFL e o Senador Jorge Bornhausen tinham reunido os juristas, durante o fim de semana, para discutirem, apressei-me e vim de Porto Alegre, no domingo. Fui o primeiro a falar. Disse que o PFL estava cometendo um equívoco. *Impeachment* não se decide com comissão de juristas. Não se pode reunir juristas para decidir se haverá ou não *impeachment*. *Impeachment* se debate, analisa-se, vê com a sociedade, estuda os fatos, para depois chegar até lá. No momento em que ele reunisse

juristas para criar o *impeachment*, já o estariam matando. E eu seria um dos que seriam contra. Repeti: entendo ser melhor que Lula e o PT fiquem como vítimas do que como réus. Se cassarmos o Lula, ele vira vítima e, como vítima, não sei o que ele pode ou o que é capaz de fazer. Lembro-me de que o Dr. Getúlio Vargas, que estava praticamente deposto, com o Lacerda e os militares querendo o sangue dele, de repente ele se suicidou e virou Deus. E o Lacerda teve de ir para o exterior, e as forças militares tiveram de calar a boca, e o Dr. Getúlio virou herói.

Então, repito: tenho o maior respeito pelo Lula, mas acho que nós do PMDB deveríamos ter a nossa candidatura. Não é justo, Sr. Presidente. Às vezes, fico um pouco magoado com V. Ex^a – perdoe-me a sinceridade. É que V. Ex^a não é um apaixonado como eu. Estou no PMDB desde que o MDB nasceu. Vivi as agruras, as coisas ruins e as coisas boas. Sofri com o MDB. Eu vinha do velho PTB. Quando extinguiram o PTB, no Rio Grande do Sul, só mudamos a placa: PTB, viramos e colocamos MDB.

Vimos suportando essas caminhadas, essas dificuldades, essas pauladas. Lá no Rio Grande do Sul, Senador Renan, sofremos cassações. O Rio Grande do Sul teve três vezes mais cassações do que qualquer outro estado: cassação de deputado, prefeito, de jovens estudantes. Com o Decreto nº 288, foram centenas de estudantes postos para fora da universidade, proibidos de estudar. Coisa mais fantástica: uma lei proibir o estudante de estudar! Ficaram cinco anos fora da faculdade! Os intelectuais mais espetaculares do Brasil, a fina flor da cultura do Rio Grande do Sul, foram expulsos da universidade e proibidos de estudar. O Professor Fiori é conhecido até hoje porque o mundo inteiro chorou, quando um intelectual de primeiríssima grandeza foi expulso da universidade e proibido de estudar. Então, vivemos esse tempo todo. Temos esse carinho pelo MDB.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só um minutinho.

Nós achamos, Senador Renan Calheiros, que vivemos... Olha, não dá para dizer. O normal seria que o PMDB estivesse acabando agora. Vamos falar com toda a sinceridade. Eu achava que o PMDB estaria acabando agora, porque pensava que o PT faria um Governo que nem nós esperávamos, como V. Ex^a colaborou para que acontecesse desde o início. Nós, da bancada do Congresso Nacional, também colaboramos para que o PT fizesse um espetacular governo. Se o PT tivesse feito um espetacular governo, não tenha dúvida de que teríamos de votar com ele. Não teria nenhum espaço para nós. Seria até ridículo, nessa altura, virmos aqui, completamente vazios, com o povo todo querendo o PT e com a Oposição pequenina, do lado do PSDB. Mas não aconteceu isso e não fomos culpados disso.

Se, de repente, o povo acha que o PMDB é uma saída, é uma proposta, temos a obrigação – e temos de ter a coragem – de apresentar essa proposta. Seria covardia nossa – perdoe-me – um grupo partidário... Somos um conjunto de pessoas, assim como a Igreja se reúne, assim como o Exército se reúne, assim como a intelectualidade. Somos um partido que tem sangue, alma, sentimento, história! Somos uma família que tem um conteúdo, uma idéia, uma filosofia.

Nessa altura – não é que queiramos –, não podemos nos acomodar e nos acovardar de não ter posição. A História pode nos acusar de tudo – perdemos, apresentamos candidato errado, fomos equivocados, o povo não nos aceitou –, mas não se pode aceitar que nós nos escondamos, que nós nos boicotemos, que um fez mal para derrubar o outro, para no fundo não haver ninguém. Isso não fica bem para nós. E V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, tem uma posição extraordinária.

Tenho respeito pelo Lula. Não acho que está errado o Lula querer falar com V. Ex^a e insistir para que V. Ex^a seja o vice dele ou para que o PMDB sugira o vice dele. É normal que o Lula insista. Que o Lula queira o apoio do PMDB considero correto. O PSDB dizer que vai abandonar o PFL, se o PMDB indicar o vice, e querer o apoio do PMDB, considero correto. Eu faria o mesmo. Mas não é correto não apresentarmos a nossa bandeira. Se a hora nos apresentou, se o destino nos

apresentou, se o PT não ocupou seu espaço na sua hora, se tivemos a oportunidade do PSDB, por oito anos, se o PT fez, se o velho MDB fez a democracia, que tem história, que tem raça, que tem garra, se há uma chance de apresentarmos a nossa proposta, o que não é correto é não procedermos assim.

E tudo leva a crer, meu Presidente, que os anos vindouros serão os anos da Rússia, da China, da Índia e do Brasil. Tudo leva a crer que, em nível internacional, chegou a nossa vez! E, se nesta hora, em que a contingência internacional é esta, em que a perspectiva internacional é esta, se, em nível nacional, apresenta-se uma proposta para nós, não podemos jogá-la fora, Presidente. Não teremos autoridade, perante a história, de dizer: “Era um grupo que tinha maioria no Senado, que tinha maioria na Câmara, que participava da Mesa no Congresso, que tinha a maioria dos governadores, que tinha a maioria dos prefeitos, que tinha a maioria dos vereadores, dos governadores, a credibilidade da sociedade brasileira, e não se apresentou. Não se apresentou! Tinha os candidatos, o povo estava doido de contente, querendo, e não se apresentou. Então, vamos dar uma rasteira para a prévia não valer, ou vamos fazer a prévia e depois dar uma rasteira no candidato para que ele caia fora? Quem vai ganhar com isso? Ninguém.

Acredite, Senador Renan: se isso acontecer e a imprensa disser que V. Ex^a foi o grande vitorioso e que, por trás, foi quem orientou, será uma vitória de Pirro. Não seria uma vitória que engrandeceria a biografia de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não marquei prévia, nunca discuti esse assunto de prévia! Pelo contrário, concordo com V. Ex^a: penso que o PMDB tem que ter um candidato, sim. Mas um candidato que, se for necessário, dispute a prévia, a convenção, que unifique o partido e que tenha um plano de desenvolvimento para o País. Um candidato que tenha o respeito e a união de todos em torno dele. Qualquer um dos dois. Tenho muito respeito pelo Rigotto e pelo Garotinho também. Qualquer um dos dois que chegar a essa condição terá meu respeito, minha participação, minha colaboração. Mas não marquei prévia, não tenho nada com

prévia. Quem marcou prévia é que deve estar preocupado com ela.

Se V. Ex^a me permitir, faço só uma interrupção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pelo amor de Deus, fale à vontade. É uma honra para mim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós temos o prazo da lei. As convenções começarão no dia 10 de julho. Penso que a prévia confere legitimidade. Precisávamos ter um pouquinho mais de tempo. Não vou discutir isso publicamente, nem tenho discutido. Vamos fazer prévia? Já deram rumo? Melhor, nem vou discutir isso. Mas o PMDB deveria procurar um pouquinho mais alguém que dê mais competitividade e possa unir o partido. Lembrei o nome do Jarbas Vasconcelos, do Joaquim Roriz, de V. Ex^a, do Itamar Franco, pessoas que pudessem realmente dar a vitalidade que a candidatura precisa ter. Não adianta disputar por disputar, marcar posição.

O Rigotto é Governador do Rio Grande do Sul, e compreendo as razões dele de querer uma prévia até o dia 1^o; mas é uma questão pessoal dele. Compreendo as razões do Garotinho de querer que saia até o dia 1^o uma decisão, porque senão a Governadora não vai poder ficar no cargo; mas é uma razão pessoal dele, e não um critério coletivo e partidário. Poderíamos conversar com V. Ex^a, com o Roberto Requião, com o Jarbas Vasconcelos, para saber se haveria condições de unir o partido em torno de um nome desses, com um programa de desenvolvimento na mão.

Não sei se o programa que o Rigotto apresentou para o Rio Grande do Sul deu certo, se deu resultado, se o estado cresceu, se deixou de crescer. Preciso ser apresentado primeiro a isto: qual a avaliação que ele tem; qual o apoio que tem no seu estado; se o que ele fez lá cria condições para que postule a Presidência da República, ou se a candidatura à Presidência da República é uma maneira de não disputar a reeleição no estado. Estou com esse problema em Alagoas, não sei se vou ser candidato. Essa é uma decisão do partido e não minha. Se o partido me escolher, eu serei.

Creio que esse debate é fundamental, é importante, oxigena o PMDB, legitima o Partido, tanto que estou aqui ouvindo V. Ex^a e concordo inteiramente. Só não concordo – mas também já deixei de discordar publicamente – é com essa prévia no dia 19. Quem tem a primeira obrigação de escolher o seu candidato é o PSDB, que tem um candidato natural de oposição à Presidência da República, e não o PMDB. Seria bom o PMDB escolher um candidato no dia 19, se todos nós disséssemos: “Ó, tem aí o Rigotto. Ele não tem muita densidade eleitoral, só tem 2%, mas há uma unanimidade do partido em torno dele. O partido é muito forte regionalmente, tem 14 candidatos competitivos. Então, apesar de ter 2%, apesar de não ter tido um bom resultado, uma boa avaliação no Rio Grande do Sul, vamos escolher o Rigotto para jogá-lo na rua e dar-lhe visibilidade. Vamos fortalecer o Rigotto, fortalecer o PMDB”. Assim, concordo que o PMDB antecipe essa decisão. Mas parece que o caso não é esse. Parece-me que, se for candidato, talvez o Roriz tenha mais visibilidade, seja melhor. Se for candidato, talvez o Requião tenha um melhor desempenho, unifique o Sul. Existe uma avaliação melhor com relação ao que ele fez no Paraná, seu Estado.

Eu não gostaria de entrar nesse debate. Perdoe-me esta interrupção. Esse debate teria de ser travado dessa forma: o que o Rigotto fez mesmo; o que deixou de fazer?

Quanto ao Garotinho, tenho com ele o melhor relacionamento, e já disse a ele: Garotinho, se você for candidato do partido, eu não vejo problema nenhum.

No entanto, não sei o porquê das prévias no dia 19 para um partido que é muito grande, de difícil administração, composto de muitas correntes. Nós deveríamos ter mais tempo ouvindo pessoas como V. Ex^a, uma voz abalizada, sempre muito respeitada, para que, no momento certo, pudéssemos escolher o melhor candidato do PMDB.

Concordo que o PMDB deve ter candidato próprio. Concordo. Tenho dito isso. Já disse isso ao Presidente Lula várias vezes. Eu não posso evocar nunca o testemunho de um Presidente da República, mas Sua Excelência já ouviu isto de mim

várias vezes: defendo a necessidade de um candidato, mas um digno desse nome, para que não se repita o fiasco que já tivemos no passado, com o partido dividido, exposto. Quando chegava o candidato a um lugar, ninguém o recebia.

Mas concordo, em número, gênero e grau, com o que V. Ex^a está dizendo. Talvez não tenhamos muita convergência com relação aos nomes, mas por enquanto. Quem sabe se mais adiante não vamos ter?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, com relação aos nomes, Sr. Presidente, sempre falei desta tribuna no nome de V. Ex^a, sempre falei no nome de Sarney, sempre falei no nome do Itamar, sempre falei no nome do Jarbas Vasconcelos, sempre falei no nome do Requião. Sempre disse que nenhum outro partido tinha tantos candidatos como o PMDB. Não há outro partido com a fartura de candidatos que tem o PMDB.

Se for esta a questão, penso que temos ocasião e oportunidade de resolvê-la a qualquer momento. O que não podemos é deixar de ter candidato. Isso sim.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu estava ouvindo V. Ex^a pela TV Senado, lá em meu gabinete. Por isso, quando cheguei, continuei dentro do contexto. V. Ex^a falava do seu amor pelo PMDB, e eu quero dizer da minha concordância, porque eu sei o que é isso. A minha família sempre foi PSD, mas eu nunca tive partido. O primeiro partido da minha vida até hoje é o mesmo: PMDB. Nunca pertenci a outra agremiação, só ao PMDB. Prefiro sair da política a sair do PMDB. Por isso entendo a preocupação e a amargura que V. Ex^a está vivendo. É difícil haver um partido como este, que tem espírito democrático. Existe algum partido que tenha o espírito democrático como temos? Nenhum. Um pode dizer que vai por aqui e o outro dizer que vai por ali, mas continuamos na mesma agremiação, porque a democracia dentro do PMDB existe. Não há coronel, não há dono. Não temos donos neste partido; somos

todos iguais. Há pessoas com mais tradição e que, por isso, amamos mais. E temos vários exemplos, como é o caso de V. Ex^a, que é uma história. Quando vi a biografia do Germano Rigotto, também fiquei muito feliz. Isso não quer dizer que Garotinho não mereça a nossa atenção. Ele merece, pois é um lutador. Mas o Rigotto tem uma história inteira dentro do PMDB. S. Ex^a foi líder do Partido, foi deputado pelo partido, sempre foi do PMDB também. Comungo com as pessoas que têm amor pelo PMDB, como é o caso de V. Ex^a. Dessa forma, solidarizo-me com V. Ex^a nesta amargura que está sofrendo. Eu também estou.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito ao meu Líder.

Nobre Presidente Renan, nobre Líder, meu amigo Garibaldi, meu amigo Mão Santa, reparem que a situação é bastante viável. A disposição apresentada pelo Presidente é a melhor possível. S. Ex^a defende uma candidatura própria e já fez sentir ao Presidente da República que o PMDB tem de ter candidatura própria. Isso é o adjetivo, é o principal; o resto são substantivos, são capítulos que estão dentro do contexto e que podem ser alterados. O importante é termos candidatura própria. Tem de ser alguém que nos una? Concordo. Se o Rigotto ou o Garotinho ganhar a prévia e um romper com o outro... Se ganha o Rigotto, o Garotinho vem e diz: "O Rigotto eu não aceito". Vem o Senador Ney Suassuna e diz: "Nós, da Paraíba, também não o aceitamos". Cria-se um impasse. Concordo que se cria um impasse.

Então, Senador, o fato de haver a prévia, concordo com V. Ex^a que isso podia ficar para mais tarde, mas V. Ex^a também concorda comigo que o PMDB tem de apresentar candidato, porque o PT já tem, é o Lula. O PSDB está fazendo uma coisa fantástica: tinha dois candidatos espetaculares e está queimando os dois. Refiro-me àquela reunião – com todo respeito, com todo carinho – em que o presidente do PSDB, que é uma das pessoas mais sérias, mais responsáveis e que amo do fundo do meu coração, que é o Senador Tasso Jereissati, mais o Fernando Henrique e mais o querido Governador de Minas Gerais se reuniram com o José Serra; saíram de uma

reunião, de uma solenidade, onde estava todo mundo, em homenagem ao Líder, em que estava inclusive o Governador, e foram jantar separados para, segundo disse a imprensa, escolherem um candidato. V. Ex^a concorda, Sr. Presidente Renan Calheiros, que é melhor a nossa prévia? V. Ex^a concorda que é melhor a nossa prévia do que uma reunião, com um vinho de R\$250,00 a garrafa, em que os treze estavam reunidos com um candidato, deixando o outro de lado? E o candidato estava na reunião! Na primeira reunião, em torno do Líder na Câmara, estava todo mundo, inclusive o candidato. Daí, perguntaram ao Fernando Henrique: “Mas por que o outro candidato não está aqui?” E o Presidente respondeu: “É que ele costuma levantar muito cedo”.

V. Ex^a concorda que o PSDB está fazendo algo que é muito grave? O PSDB tem dois candidatos muito bons e está desgastando os dois. Repare V. Ex^a que, entre o Garotinho e o Rigotto, que estão indo para uma prévia, não tem até agora nenhum atrito. Quer dizer, V. Ex^a não ouviu uma palavra do Rigotto ou do Garotinho que não seja de respeito recíproco e de compreensão recíproca. Isso não está acontecendo do lado de lá. No PSDB, não está acontecendo isso. Estão atingindo, estão magoando o Governador Geraldo Alckmin de uma maneira que ele não merecia.

Portanto, se acontecer o que estou dizendo, ganhe o Rigotto ou o Garotinho, e saírem com quatro pedras, com uma confusão, é o caso de nos reunirmos e discutirmos. Vamos nos reunir para conversar. E digo mais a V. Ex^a: se sai a prévia, mas, lá pelas tantas, nós nos reunimos e há um fato superveniente da maior importância, do maior significado, e temos uma pesquisa que nos mostra “esse é isso aqui”, podemos discutir. Desde que tenhamos uma candidatura própria. Esse é o grande compromisso.

E V. Ex^a é o grande responsável. Se V. Ex^a vai, o Senador Ney Suassuna, que é o nosso Líder, vai acompanhar o Presidente. Não é V. Ex^a que vai acompanhar o Senador Suassuna, concorda? O Senador Suassuna, que é o nosso atual Líder, é que vai acompanhar o presidente do Senado. Eu vou acompanhar V. Ex^a. Se V. Ex^a defender uma bandeira dessa, vou

acompanhá-lo com muito orgulho. E o Senador José Sarney virá conosco. V. Ex^a tem essa responsabilidade.

Quero que V. Ex^a aja com paz, com carinho. Não quero rompimento com o PT! Não defendo nem que os ministros deixem o Governo. Se o Lula resolver demitir, que demita! Por exemplo: estamos lá com o Rigotto, que vai ser candidato, vai largar o Governo; mas temos lá o PDT, que já tem candidato a governador; o PSDB já tem candidato a governador e tem quatro secretários; o PDT tem três secretários e já tem candidato a governador; o PP tem quatro secretários e já tem candidato a Governador. Nós não estamos pedindo para saírem. Querem ficar, que fiquem! Na nossa luta, fizemos um governo de entendimento; nós nos unimos no segundo turno e estamos dispostos a levar até o fim. Com o Lula, a mesma coisa: nós levamos a governabilidade até o fim.

Sr. Presidente, será uma página histórica, será a campanha mais bonita da história do Brasil. Não será como as que passaram, nem a do Collor acusando Sarney e Lula, nem como a do Getúlio, nem como a do Juscelino, mas será uma grande campanha, em que faremos perante a Nação um movimento novo.

V. Ex^a não calcula, Sr. Presidente, mas nós estamos no chão. A moral da sociedade, a esperança, o carinho, a expectativa da sociedade... Nunca vi um momento tão ruim. E não é como quando aconteceu com o Collor. Perdoe-me, mas, com o Collor, havia uma raiva. Quando o Collor mandou que o povo saísse de verde e amarelo, e as pessoas saíram de preto, havia rancor. Agora, não há esse rancor, não há ódio; há uma descrença. É como eles dizem: nós perdemos o direito de ter esperança. Esperança é o mínimo que se pode ter, no entanto perdemos esse direito. Então, há esse sentido de mágoa; estamos caminhando para trás.

V. Ex^a não calcula como está sendo difícil – não sei como está lá em Alagoas ou nos outros estados – conseguir candidato a deputado. As pessoas não aceitam. Pessoas assim, como um empresário, um professor universitário, um líder sindical, um líder estudantil; isso não passa pela cabeça deles.

“Mas como vou aceitar? Daqui a pouco, viro mensalista e nem sei o que é, o que não é...” As pessoas não estão querendo aceitar. E muita gente está querendo cair fora. Há gente importante no Rio Grande do Sul que está querendo cair fora, está desistindo.

Há uma vara no Rio Grande do Sul, a chamada Quarta Vara do Tribunal, que é rígida e, na minha opinião, exagerada. Está acontecendo um fato muito engraçado: não vai ninguém para a cadeia; ninguém é preso, não acontece nada com ninguém. No Rio Grande do Sul, o que eles fazem com os coitados dos prefeitos... Abre o olho, fecha o olho, o prefeito está na cadeia. O promotor entra, pega a Constituição, diz que o lixo é responsabilidade do prefeito e que o prefeito tem de fazer não sei o quê, mas não faz; e já vem um juiz – e é uma gurizada moça, é muito moça essa gente que está entrando.

Outro dia, em fim de campanha, no último comício, era mais de meia-noite, eu me senti mal, porque não tinha botado nada na boca. O prefeito disse: “Vamos ali, é um lugar que é da gurizada”. Eu concordei. Era um sábado à noite, e a cidade era um cemitério. De repente, era um barulhão, parecia uma cidade grande. E aquela gurizada, igual à da cidade grande, berrando, gritando, não sei o quê; todos de roupa moderna, aquela coisa toda. Daqui a pouco, vejo o prefeito se levantar, todo empertigado, e ir até um local onde estavam dois jovens, iguais aos outros – ela de minissaia, ele de não sei o quê, bebendo chope. Ele fica de pé ali, os caras nem dão muita bola para ele, mas ele os cumprimenta. Perguntei quem eram e ele disse: “Ela é a juíza e ele, o promotor”.

Quer dizer, é uma gurizada que recém saiu da faculdade. Essa gente tem aquela idéia de que tem de cumprir os valores que estão na Constituição. Tive uma discussão longa com ele. Sei que aquilo está na lei, mas se formos cobrar tudo que está na Constituição, que cabe fazer, de quem não fez, vai todo mundo para a cadeia! Não é só o prefeito, que não resolveu o problema do lixo; vai todo mundo para a cadeia. Então, esses prefeitos não querem mais.

Sr. Presidente, há o caso de um prefeito que é fantástico. Ele era um cara muito rico e havia lá um problema, um negócio de terra, de areia, não sei o quê. Ele pegou o dinheiro dele, comprou, pagou pelos quatro anos, e foi usando durante os quatro anos. E cassaram o mandato dele, porque ele não conseguiu provar de onde tinha vindo o dinheiro! Mas também não saiu um tostão da prefeitura. Ele pagou para depois ver, e cassaram o mandato do cara. Quer dizer, fica difícil!

Então, estamos vivendo uma hora muito amarga e temos de encontrar condições. Por essa convocação extraordinária nós pagamos um preço caro. V. Ex^a teve uma atuação brilhante, diga-se de passagem. Aliás, eu disse isto da tribuna: dos vinte anos em que estou aqui, esses foram os dois meses mais espetaculares de trabalho, de dedicação, de votação, e com as matérias mais importantes, a começar pela medida provisória, que foi qualquer coisa de espetacular; foi a decisão mais importante desde que aprovamos a nova Constituição. Mesmo assim, tivemos um desgaste. A opinião pública nos acompanhou, nos machucou; estamos pagando um preço caro nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, digo que nós, do PMDB, temos de conseguir preencher o nosso papel. E repito pela milésima vez: não pedimos; não passava pela minha cabeça que estaríamos nessa posição. Para mim, o PT era o herói, e os quatro anos a mais do Lula eram tão certos como um mais um são dois. Ainda acho que o Lula é o favorito, mas acho que, para ganhar ou para perder, o nosso papel é ter o nosso candidato, para defender as nossas idéias e os nossos princípios.

Atente, Sr. Presidente, que falei com o maior carinho e com o maior respeito, porque sei que V. Ex^a tem condições, tem liderança e poderá comandar esse processo, e nós poderemos ter um bom desempenho.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Violência à brasileira

Pronunciamento em 23 de fevereiro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O problema do Senador é ser o PT dos anos 80 no Governo, porque ser PT dos anos 80 é fácil na Oposição. Até o PSDB, agora, está sendo meio PT dos anos 80 na Oposição. O importante é no Governo. Ser o PT dos anos 80 no Governo é o que eu gostaria que o PMDB e o PSDB também fossem. Mas parece que não é fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Simon, pelo tempo que entender necessário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está se acostumando com a Presidência, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Alta periculosidade para alguns poucos do País se chegasse à outra Presidência. Muito boa para o País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A informação que tenho é de que a opinião pública está se acostumando com V. Ex^a na Presidência e está achando que o Senador Renan deve fazer uma longa viagem, inclusive pelo exterior. Seria interessante, até para nós do PMDB. Que bom se o Senador Renan ficasse pelo exterior até a realização da prévia. Seria muito bom que levasse o prestígio do Partido e do Congresso Nacional a outros cantos do mundo. Olha, essa é uma missão que o Senador Renan poderia fazer; acho que teria o aplauso geral da Nação. V. Ex^a não acha, Senador Mão Santa? Que tal

o Senador Renan percorrer o mundo até o dia 19 de março? O PMDB agradecerá.

Temos grandes jornalistas, com colunas importantes, que falam do dia-a-dia da Nação. Eu sou admirador de vários deles. Mas confesso que a coluna de ontem do jornalista Clóvis Rossi, na *Folha de S.Paulo*, me chocou, me machucou, fez com que se reduzisse a minha autoconfiança e com que eu visse a Nação mais cinzenta do que ela é.

Não dá para dizer que o Sr. Clóvis Rossi tenha feito um artigo derrotista, que tenha querido mexer com o espírito mau das pessoas, mas já o título é um tanto forte: “A animalização do país”.

No sóbrio relato de Elvira Lobato, lia-se ontem, nesta *Folha*, a história de um Honda Fit abandonado em uma rua do Rio de Janeiro “com uma cabeça sobre o capô e os corpos de dois jovens negros, retalhados a machadadas, no interior do veículo”.

Prossegue o relato: “A reação dos moradores foi tão chocante como as brutais mutilações. Vários moradores buscaram seus celulares para fotografar os corpos, e os mais jovens riram e fizeram troça dos corpos.

Os próprios moradores descreveram a algazarra à reportagem. ‘Eu gritei: Está nervoso e perdeu a cabeça?’ – relatou um *motoboy* que pediu para não ser identificado, enquanto um estudante admitiu ter rido e feito piada ao ver que o coração e os intestinos de uma das vítimas tinham sido retirados e expostos por seus algozes.

‘Ri porque é engraçado ver um corpo todo picado’, respondeu o estudante ao ser questionado sobre a causa de sua reação”.

O crime em si já seria uma clara evidência de que bestas-feras estão à solta e à vontade no país. Mas ainda daria, num esforço de auto-engano, para dizer que crimes bestiais ocorrem em todas as partes do mundo.

Mas a reação dos moradores prova que não se trata de uma perversidade circunstancial e circunscrita. Não. O País

perde, crescentemente, o respeito à vida, a valores básicos, ao convívio civilizado. O anormal, o patológico, o bestial, vira normal. “É engraçado”, como diz o estudante.

O processo de animalização contamina a sociedade, a partir do topo, quando o Presidente da República diz que seu Partido está desmoralizado, mas vai à festa dos desmoralizados e confraterniza com trambiqueiros confessos. Também deve achar “engraçado”.

Alguma surpresa quando é declarado inocente o comandante do massacre de 111 pessoas, sob aplausos de parcela da sociedade para quem presos não têm direito à vida? São bestas-feras, e deve ser “engraçado” matá-los. É a lei da selva, no asfalto.

Esse artigo do jornalista Clóvis Rossi chama a atenção porque mostra, de um lado, o que estamos sentindo. Realmente esses crimes bestiais estão ocorrendo no mundo inteiro: é mãe matando filho; são os filhos matando os pais. Aqui em Brasília, anos atrás, jovens estudantes da sociedade incendiaram, num banco de praça, um jovem. Quando lhes perguntaram por que haviam feito aquilo, disseram que o incendiaram porque pensaram que era um miserável, não sabiam que era um índio – pediram desculpas, porque não sabiam que era um índio.

Realmente, às vezes parece que a sociedade está se desorganizando, perdendo as suas referências. Parece que não há mais respeito recíproco, não há mais regras de convivência para firmar o que é e o que deve ser. Às vezes nos perguntamos onde está a sociedade familiar, feita na família legalizada ou na família consolidada, mas uma organização social onde pai, mãe, filhos, professores, alunos aprendem a conviver, a se respeitar, aprendem a viver, crescer, avançar, a ser gente; aprendem que na vida temos de caminhar, e caminhar para frente, que nem todas as madrugadas são cheias de raios de sol, que muitas vezes os trovões, as trovoadas, as tempestades se abatem sobre nós, mas que a vida é isto: é um dia depois do outro, é um cair e levantar-se, mas a vida é a responsabilidade que temos de ser gente.

Nós não somos animais; nós somos criados à semelhança de Deus, nós temos uma alma, temos um corpo, temos sensibilidade, nós fomos constituídos para, como irmãos, vivermos e convivermos. O mundo organizado, a cada dia que passa, com os seus avanços científicos, mostra que a humanidade tem todas as condições para oferecer uma vida de paz, de tranqüilidade, com alimento sadio para todos os seres humanos.

No século retrasado, houve um cientista, Malthus, que disse que, no mundo, as criaturas morreriam de fome, porque o crescimento da população se dava em proporção geométrica, e o dos alimentos, em proporção aritmética. Defendia que o aumento da população era tão intenso que não haveria alimentos suficientes para todos.

Um século depois, isso cai no ridículo. Hoje a teoria de Malthus é desmoralizada e ridicularizada porque a capacidade de produzir alimentos é infinita. A população pode crescer à vontade, que os alimentos podem ser multiplicados. Aquilo que antes demandava milhares de hectares para ser produzido, hoje, com a biotecnologia, é produzido em alguns hectares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não, o mundo não é perverso e não está caindo pelas leis da natureza. O homem, infelizmente, é que não está tendo capacidade e compreensão suficientes para saber conviver. Hoje, alguns dizem que ser um homem digno, ser um homem correto é perder tempo, é até ser um homem ridículo; a pessoa é até ridicularizada.

Conheço um caso em Porto Alegre. Lá tem um funcionário público que é exemplar: ele chega ao serviço às 9 horas, senta e fica até o último minuto no seu trabalho. Se o chefe chega na frente da sua escrivaninha, ele se levanta, fica de pé; quando faltam alguns elementos, um papel, um gram-pinho ou coisa que o valha, ele faz um requerimento, como diz o regulamento. Mas ninguém dá bola. Ele vai lá buscar, e recolhe. Se ele tem uma dor de dente, tem um enterro, ele faz um requerimento, e avisa o chefe: "Olha, vou ter que faltar por causa disso, mas compenso essas horas que vou faltar, no sábado". Chega o sábado, e está lá ele, sozinho; senta ali e

fica no sábado trabalhando. Esse é o cidadão. E esse cidadão é considerado meio biruta. Ele é gozado, é ridicularizado. Ele é considerado um cara fora do normal, porque faz o que deve ser feito, porque faz o que é a sua obrigação.

Na verdade, estamos caminhando para isso, e esse artigo mostra que é isso. Um crime brutal que nem esse, em que matam, esfacelam o corpo em centenas de pedaços, expõem a público, e a população vem correndo, olhando, dando risada, tirando fotografia, achando um espetáculo de circo! Mas isso é porque já se viram cenas que nem essa na novela e no jornal – e notícias sobre essas questões acontecem todos os dias –, já viram a polícia e os drogados darem tiros na favela. E eles assistem àquilo como se não fosse nada. Então, a vida humana realmente não vale nada! Então, o respeito realmente não vale nada!

E quem vê a televisão e vê as nossas CPI; e quem ouve os depoimentos e o que está acontecendo; e quem vê a maneira como se brinca com o dinheiro público, e quem vê o Supremo Tribunal dando licença para o cidadão vir mentir e poder mentir à vontade, pois nada lhe acontece, pensa: Onde nós estamos? Um cidadão pode até mentir, pode dizer o que quiser, mas receber uma licença do Supremo Tribunal para vir mentir e dizer o que quer? Por que, então, o aluno tem de dizer a verdade para o professor? Por que o filho vai ter de dizer a verdade para o pai quando chegar em casa, se o ladrão, o vigarista, recebe autorização do Presidente do Tribunal, do relator do Tribunal, para não dizer a verdade?

Olha, não sei, as manchetes de hoje dizem que o Presidente Lula faz política 365 dias por ano. Não. Mentira! Faz campanha 365 dias por ano. Na verdade, como eu me enganei aqui, pode ser que tenha sido o que ele pensou. Realmente, um político pode fazer política 365 dias por ano. Mas política é um longo trabalho. Estamos fazendo política aqui no plenário, estamos fazendo política em nosso gabinete, estamos fazendo política visitando as bases, estamos fazendo política elaborando um projeto de lei, estamos fazendo política visitando um ministério e pedindo algo do interesse... Fazendo política.

Contudo, fazer campanha é na hora da campanha. Se o Presidente Lula faz campanha 365 por ano... Agora, neste momento, ele está no Palácio, mas está fazendo política. Neste momento, ele está despachando, mas está fazendo política; convém que neste momento ele esteja nomeando, mas está fazendo política. Mas está nomeando para quem? Está gastando para quem? Está nomeando quem?

A única resposta que se pode dar para uma afirmativa como essa do Presidente da República é: ignorância. Sua Excelência diz o que diz, pensou que era uma coisa e disse outra completamente diferente, mas ele disse. E aparece. Não é um fim-de-semana. Ele não gosta de viajar nos fins-de-semana. Ele podia viajar na sexta-feira, no sábado ou no domingo. Que pegue o seu avião e vá viajar. Mas ele gosta de viajar no meio da semana: terça, quarta ou quinta-feira.

E viajou, esteve lá na cidade de V. Ex^a. Esteve no Piauí e se banhou nas águas do mar – e V. Ex^a, Senador Mão Santa, está branquinho, branquinho. Nesse veraneio, V. Ex^a não teve tempo de tomar um banho de mar. Estava lá ele feliz da vida: “Faço política 365 dias por ano”.

Não sei, não vejo nenhum outro país em que, no ano inteiro, a grande imprensa faça prévia. Qual é o interesse da Confederação dos Construtores de Estradas – parece que é essa a entidade – de fazer prévia de dois em dois meses? O que a Confederação dos Construtores de Estradas tem a ver com isso? Qual o interesse dela? Saber quem é o vencedor para ver como vai construir estradas mais baratas? Saber onde tem de fazer um trabalho mais eficaz os agenciadores que vão procurar dialogar?

No Brasil é assim: de 15 em 15 dias – e agora será assim até novembro –, uma agência de publicidade faz uma pesquisa. E isso é em nível nacional. Imagine você lá na cidade do interior, que só tem um jornal ou só tem uma rádio, e o dono do jornal ou o dono da rádio é quem faz a pesquisa! Faz a pesquisa que ele quer, e publica o que ele quer. Como é que o sujeito se candidata a prefeito, a vereador ou a deputado naquele lugar?

São essas coisas que estão deteriorando o nosso País. Acho que estamos perdendo os anos mais importantes da nossa vida. Por quê? Porque se dizia, desde o final do século passado, que este era o século da China, da Rússia, da Índia e do Brasil. Dizia-se e se insistia nisso. Muitas pessoas duvidavam e estranhavam: "A China?" A China está lá. "Na Índia morrem não sei quantos milhões, de fome, por ano. Como a Índia vai se transformar em uma grande nação?" Pois aí está. A China corre o risco de empatar com os Estados Unidos daqui a dez anos, sendo que a sua competição é tão diabolicamente intensa que ninguém sabe como fazer. A China nunca foi um país que gozasse de grandes liberdades. Não com o comunismo e muito menos antes do comunismo. A China é um país cujo regime, cuja força, cuja religião, cuja fórmula de ser é um homem espiritualizado esperando para ver o que vai acontecer. E fica, medita, reflete. O homem mais velho na China tem mais valor. O mais velho é mais respeitado. Então, a China sabe esperar; e, de repente, ela está aí.

Todo mundo ficava imaginando o que aconteceria com Hong Kong, quando, passados os cem anos de dominação britânica, Hong Kong voltasse para a China. Que caos seria! Que violência! Que loucura! Mas estão lá os comunistas da China em um pragmatismo mais fantástico. Hong Kong é chinês, mas é capitalista. Um capitalismo adaptado a eles, do jeito deles. Mas está lá. Até melhor do que antes, porque Hong Kong já estava ficando de tal maneira espremido que mais de um milhão de chineses moravam em barcas na bacia, porque não havia onde construir.

A China agora abriu o continente, e as fábricas vão se transferir para a China, para o continente da China. A legislação deles permitiu que fábricas que estejam em Hong Kong, cuja administração esteja em Hong Kong, possam vir para a China, possam se transferir para a China com a legislação social e trabalhista igual a de Hong Kong. E a China está aí: 10% ao ano de crescimento, e a Índia está indo no mesmo passo. E por que não o Brasil? O que essa gente tem mais que o Brasil?

A China tem que importar toda a energia; nós somos auto-suficientes em petróleo. A China tem que dar o que comer a um milhão e trezentos milhões de pessoas; nós temos as maiores reservas de terras agricultáveis do mundo inteiro, nós temos as maiores reservas de água doce do mundo inteiro.

Por que o Brasil está nessa situação? Por que o Brasil não se dá conta de que a sua vez chegou? Por isso, eu não perdôo o Governo Lula; aliás, eu já não perdoava o Governo Fernando Henrique, porque eu achava que a social-democracia, naquela época em que o Fernando ganhou, parecia moda no mundo: na Inglaterra; na Espanha, com Felipe González; na França, com Mitterrand. Parecia que eles fariam um governo social-democrata, um governo progressista semi-socialista.

É verdade que a social-democracia fracassou praticamente no mundo inteiro. Não deu. Mas, no Brasil, foi pior: fracassou em todos os campos, e foi quando começou a fracassar na ética.

Olha, eu fui Líder nesta Casa do Governo Itamar Franco. E podemos mostrar a diferença do que foi o Governo Itamar Franco e do que foram os governos que estão aí, para mostrar como começa a degradação do povo brasileiro e do Governo do Brasil.

Denunciado, o Ministro-Chefe da Casa Civil do Sr. Itamar foi convocado para depor numa CPI, e a primeira coisa que o ministro fez foi pedir demissão. Renunciou à chefia da Casa Civil e veio depor não como Ministro, veio depor como cidadão. Só depois que a CPI concluiu os trabalhos – ele, quando depôs, foi aplaudido de pé –, nada havendo contra ele, ele voltou ao seu trabalho. É simples, mas é uma maneira de ser.

O Sr. Waldomiro foi deposto? Não. O Sr. Waldomiro, muito tempo depois, foi demitido a pedido. Ele pediu para ser demitido, e nenhum inquérito até agora foi feito contra ele.

Eu me lembro, eu era Líder do Governo, o Presidente do Senado Humberto Lucena me chama. Estava no seu gabinete o Vice-Presidente – não sei como era o nome na época – da entidade que cuidava das privatizações do Governo, cujo Presi-

dente era o filho do Governador Montoro. Ele disse: “Olha, na privatização tal, está acontecendo isso, mais isso, mais isso. Vão privatizar na sexta-feira”. “Como é que o senhor está me dizendo isso agora”? “Não, porque eu disse isso tudo lá, e não adiantou nada. Eu repeti e insisti, mas não adiantou nada. Eles vão fazer”. “O senhor bota isso no papel? O senhor assina”? “Boto”. Ele se levantou, foi lá, bateu à máquina, assinou e me entregou. Eu fui ao Presidente Itamar.

No dia seguinte, às nove horas, ele marcou uma reunião com a companhia de privatização, com o Ministro da Fazenda, com esse cidadão, que era ex-Ministro do Supremo. Ele foi e fez a exposição. Quando terminou a exposição, deram a explicação. Itamar Franco bateu na mesa e disse: “Está suspensa a privatização, porque vocês não me convenceram. Estou de acordo com esse senhor. O que ele disse é sério demais”. E suspendeu a privatização. Pura e simplesmente, suspendeu. Esse é um governo. Essa é uma política.

O Sr. Itamar Franco chega para mim – eu, Líder do Governo – e me pede: “Olha, Simon, eu tenho um sobrinho, que é filho do meu irmão, que manteve o irmão dele médico, que manteve os meus estudos quando meu pai morreu. Quando meu pai morreu, eu era jovem. A minha mãe era uma mulher simples, e esse meu irmão manteve os meus estudos. Agora, o filho dele está aqui, e eu preciso arrumar um trabalho para ele. Você não pode botá-lo lá no seu gabinete de líder”? “Não posso, Itamar”. “Mas por que não pode”? “Eu não tenho gabinete de Líder”. “Como não tem gabinete de líder”? “Eu assumi a Liderança, mas não instalei o gabinete de líder. Eu só tenho o meu gabinete de senador. O de líder, eu não tenho”. “Está bem. Então, por que você não nomeia?” “Eu não nomeio. Eu não nomeio parente nenhum”. E, no Governo Itamar, não se nomeou parente nenhum, não nomeou parente nenhum.

Eu disse isto ao Fernando Henrique quando ele nomeou a sua filha – coisa que é normal – para sua secretária: “Fernando, por que você está fazendo isso”? “Mas qual é o problema? Uma filha da minha confiança, que fica aqui. Eu preciso de uma pessoa dessa. Eu podia colocar qualquer multinacional, qualquer empresa; daria dez vezes mais o que ela está rece-

bendo aqui". "Não é esse o problema, Fernando. O problema é o exemplo. Se você está fazendo isso, está abrindo exemplo para que todo prefeito, para que todo deputado nomeie filho, para que isso aconteça e se repita". E foi o que aconteceu. E foi o que aconteceu.

São essas coisas que vão desmoralizando a sociedade, desmoralizando o pensamento da opinião pública. Imagino a desgraça da desilusão do Fernando Henrique, a desgraça da desilusão do Lula, que se abateu sobre a sociedade brasileira.

Estou sendo convidado, mas não posso – quero já dizer da televisão aos meus irmãos, colegas universitários – atender, porque são três, quatro convites por dia, e eu não tenho condições de fazer isso. Mas eles me convidam, e eu me emociono com os termos do convite. "Convidamos V. Ex^a porque diz hoje o que dizia ontem. Lembramos quando V. Ex^a esteve aqui e ficamos em silêncio, mas tínhamos vontade de vaiá-lo. Agora, estamos vendo que tudo aquilo que V. Ex^a diz é verdade". Então, os estudantes estão fazendo isso, os estudantes estão fazendo a revisão dos sentimentos.

Por isso, querem fazer essas pesquisas de lavagem cerebral. É piada? Não, é sério.

Fique V. Ex^a tranqüila com seus 4%, 5%, 6%, porque não valem dois mil réis essas pesquisas.

Eu, com o Rigotto, tenho dito: não dou nenhuma importância a isso e me admiro que alguém leve a sério uma coisa dessas.

É a coisa mais fácil. Aparece o Presidente Lula, vai à televisão e noticia que o bônus de passagem vai ser dado em dinheiro, noticia que, agora, o remédio popular vai ser recebido na farmácia. Até hoje, as farmácias populares não têm, mas, a partir de agora, em qualquer farmácia, vai ter o medicamento popular. Cada dia, uma notícia.

É evidente, é evidente que a resposta é essa, mas ela é hoje, ela não é no dia 1º de outubro. Antes do dia 1º de outubro, serão 60 dias em que a Senadora Heloísa vai poder dizer,

ainda que seja em dois minutos, o que ela pensa. O Collor, que era o Collor, não tinha mais de dois minutos e conseguiu desmontar um Governo Sarney, com Dr. Ulysses, com Covas, com Brizola, com Lula e tudo mais, porque essas pessoas foram para uma campanha sem saber o que queriam, e o Sr. Collor terminou parecendo um homem de passo certo.

Agora, isso no leva a pensar que é uma crueldade, se, lendo a crônica de Clóvis Rossi, não nos compenetrarmos do mal que estamos fazendo ao povo brasileiro. Não temos o direito de fazer isso. O povo brasileiro é de uma índole boa, de uma índole pacífica.

Lembro-me de Darcy Ribeiro sentado ali, descrevendo seu livro *O Povo Brasileiro*, e quando chamava a atenção para o fato de que o povo brasileiro ainda não é um povo formado, não é uma raça terminada, está em formação. É o índio, o português, é o negro, é o imigrante – o português, o espanhol, o alemão, o italiano, o árabe, o judeu, o chinês, o japonês. Só que essa gente, ao contrário dos Estados Unidos... Quando vamos aos Estados Unidos, a Nova Iorque ou Los Angeles ou Washington, uma das atrações turísticas é a visita ao bairro chinês, com um milhão só de chineses, ou o bairro espanhol, ou o latino, onde só há latinos. Lá, eles não se misturaram, e se constituem organizados desde os velhos irlandeses puros que vieram da Inglaterra, quando foram praticamente expulsos porque eram os melhores e mais puros, e constituíram a Nova Inglaterra. Desde Filadélfia, quando eles se organizaram, até aqui, eles conservam aquele espírito, aquele princípio, eu diria, de raça pura. O Brasil não. Na verdade, na prática, é diferente. É verdade que o negro, que o pobre, sofrem misérias. É verdade. Mas o povo brasileiro é a mistura de todos. Na História da Humanidade, nesses próximos tempos, a raça brasileira será uma grande raça, será uma raça diferente. Diferente do europeu – do português, do espanhol –, do índio, do negro. Será uma mescla, uma mistura, do que se está formando.

O que se sente, nessa mistura, é que a índole do povo brasileiro é boa demais. Talvez até exageradamente pacífica. Falta para nós o arroubo do espanhol, do argentino que, lá para as tantas, vira, faz, mete, arromba, e as pessoas têm

medo. O brasileiro não. O brasileiro, a não ser quando há uma violência real, até faz. Houve o golpe de 64 – as coisas acontecem –, o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O povo meio que suporta.

Este é o período em que temos os níveis mais dramáticos e mais cruéis de injustiça social, no mundo inteiro. Não há, no mundo, um outro país com diferença entre o menor e o maior salário do que o Brasil. É uma coisa fantástica. O PT está no Governo. O partido do Lula está no Governo. O partido de um cidadão que renasceu – estava morto, ressuscitou –, veio para São Paulo, criou-se, formou-se. Deus o fez sair do nada, ser um líder sindical e chegar à Presidência da República, sem compromisso com ninguém a não ser com o povo. Três anos depois, e a diferença de nível entre o maior e o menor salário do Brasil é a maior do mundo. Como explicar isso?

Uma coisa que está me assustando, e a pesquisa está publicando, e é verdade, é que as classes ricas estão começando a dizer que vão votar no Lula. As classes ricas estão dizendo que vão votar no Lula! Tenho sentido isso em vários lugares. O Lula lhes dá confiança.

É. Está vendo? Até os sem-terra se acalmaram. Onde está o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, invasão, aquela coisa? Parou. Distribuíram terra a mais? Não. Fizeram mais divisão? Não. Mas se acalmaram. Por que se acalmaram? Porque se acomodaram.

Quem é o Ministro do Trabalho? O Presidente da CUT é o Ministro do Trabalho. Está ali, satisfeito, propondo que se termine com o vale-passagem.

Como é que pode! Como é que pode, outro dia, um Ministro do Supremo Tribunal Federal soltar o Maluf e o filho do Maluf, que estavam na cadeia! Era uma cadeia do corpo da Polícia, um quarto com televisão, com comida vindo de fora, mas os dois estavam no mesmo quarto. O Ministro do Supremo Tribunal Federal disse o seguinte: “Mas como? Eu me choquei, quando vi na televisão que pai e filho estavam no mesmo quarto. É um absurdo. Mande soltar”. Mas esse Ministro, que, antes de ser ministro, foi juiz, nunca olhou uma

cadeia? Ele não sabe que há cadeia em que estão pai, filho, avô e o diabo! São quinhentas pessoas num lugar em que não cabem cem, de pé, porque não dá para deitar.

Esta é a sociedade brasileira. Este é o Brasil onde vivemos. Este é o Brasil que estamos sentindo.

Durante todos estes anos, 25 anos, eu via a senadora presidente e o PT falando do que ia ser feito, das transformações. O meu partido queria me botar para fora do PMDB: "Tu elogias tanto o Lula, tu elogias tanto esses caras, por que não vais para lá?". Eu pensei em ir, mas achei que não deveria sair do meu partido. Tem mulher que é de um homem só, tem homem que é de uma mulher só, e eu sou um homem de uma religião só, de um partido só e de uma mulher só.

Por outro lado, eu dizia que o PT do Rio Grande do Sul também não ia me querer. Quando insinuaram a minha escolha para ministro, eu disse a mesma coisa, eu acho que ajudo mais no Senado. Porque eu estava seguro de que o Lula ia dar certo. Eu acho que ajudo muito mais na tribuna, tendo um cargo e autoridade para falar, do que ocupando um ministério. E o PT do Rio Grande do Sul ia ficar louco de brabo, e eu perderia toda a autoridade. Mas nós imaginávamos: "Como vai ser diferente! Como vai ser bom!". E o Lula às vezes dizia: "Você já imaginou, Pedro, só esse dinheiro aí que eles botam na roubalheira, dizer: "Olha, não precisa mais roubar. Não precisa mais, porque você vai ganhar o preço justo. Não precisa pagar comissão".

Eu me lembro do Tarso Genro, que é uma grande pessoa. Eu gosto dele, tenho muito carinho pelo Tarso Genro. E nós não nos lembramos mais das coisas. O Lula convidou o Tarso para ser presidente do PT. E o Tarso aceitou, porque o Lula ofereceu para o Tarso a presidência. O Tarso disse que ia fazer um novo PT, refundar o PT, e, para refundar o PT, não entraria nem o ex-Chefe da Casa Civil etc. e tal. Coitado do meu amigo Tarso! Ficou falando sozinho. Mas eu me lembro do Tarso, quando ele disse que, quando assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, reuniu os empresários do serviço de ônibus, e disse para eles o seguinte: "Olha, vamos discutir agora como

é que vai ser o nosso diálogo – entre nós, o PT, e os senhores – durante os quatro anos. Queremos estabelecer a taxa de ônibus de maneira franca, aberta, sincera e leal. Vamos botar no papel os custos do que deve ser. Ele me contou que disse assim: “Em primeiro lugar, tirem do custo qualquer comissão ou porcentagem que vocês estão acostumados a pagar hoje, a qualquer título; não tem comissão para comprar ônibus, não tem comissão para ajudar partido, não tem coisa nenhuma. Tirem isso! Abatam no preço da passagem”. E assim foi.

Meu Deus, o que está acontecendo nas prefeituras do PT na grande São Paulo... Tudo começou exatamente com as passagens de ônibus, com as empresas de ônibus...

O que dói é que ninguém quer melhorar!

Vejo o PSDB. Tenho o maior respeito pelo companheiro Tasso. Tenho respeito pelo estilo dele, pela obra que ele fez no Ceará, no campo da seriedade.

Tenho respeito pelo governador de São Paulo. Estou publicando um livro dos grandes líderes que salvaram a democracia no Brasil. Entre outros, coloco o Mário Covas. Lembro-me de Mário Covas. Eu o visitava seguidamente. No final da sua vida, os médicos queriam que ele fosse para casa. E ele disse: “Se eu for para casa é para morrer. Não tenho como ir para casa”. Os médicos então chamaram o vice e chegaram a uma conclusão. Em São Paulo, a residência do governador é ao lado do Palácio, atravessa-se uma porta. Mário Covas levantava-se às dez horas, vestia-se, ia ao gabinete de governador, atendia a imprensa rapidamente, assinava uns papéis, recebia alguém que era considerado importante, era fotografado e voltava. O Vice-Governador Alckmin, durante todo o tempo, levou o Governo nas costas. Nunca tirou uma fotografia, nunca inaugurou uma obra, nunca fez um discurso, nem manifestação. Ninguém sabia. A sociedade nunca ficou sabendo que quem estava governando era o vice-governador e que o Covas estava fazendo apenas a figuração. Esse é um homem que merece respeito. Aliás, no meio de um debate enorme entre o Maluf, não sei quem mais e o Alckmin para o Governo de São Paulo, quando se chegou ao auge dos ataques, ao auge das ofensas,

o máximo que o Maluf conseguiu dizer dele é que ele era um picolé de chuchu, que tinha gosto de picolé de chuchu, quer dizer, não tinha gosto de nada. Mas, se o grande mal na biografia de um homem que é governador de São Paulo, que tem a história do governador de São Paulo é apenas ter gosto de picolé de chuchu... Meu Deus do céu!

No entanto, o PT, o PSDB – e hoje vejo nos jornais a bancada federal do PSDB se dirigindo à cúpula, dizendo: “Não é a cúpula, não; nós queremos participar”. Eu acho que está certo.

Está, acho que está certo o PT: o candidato é o Lula, não há outro candidato.

Está certa a candidatura de V. Ex^a, Sr^a Presidente.

Eu fiquei tão magoado quando ouvi o presidente do PPS dizer que não vê nenhuma chance na união das esquerdas. Aquilo não precisava ter sido dito; podia até ter sido pensado, mas não precisava ter sido dito, porque dizer chama o azar. Acho que ele tinha a obrigação de, até o fim, tentar fazer essa união.

Ora, se de repente aparecesse V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, o nosso querido senador do Amazonas, o nosso querido governador de Brasília ou o próprio Roberto Freire, reunindo-se e constituindo um grupo para apresentar uma proposta.... E não é uma proposta... Nós reconhecemos que estamos vivendo uma fase diferente no mundo.

Concordo com V. Ex^a, Sr^a Presidente. Eu tenho dito a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, com o amor e carinho que lhe dedico, que estamos vivendo uma fase em que temos de medir as palavras. Já não dá mais para fazer o discurso de salvador que o Lula fez há quatro anos. Se o Lula repetir o discurso de quatro anos atrás, ele estará liquidado.

Nunca me esqueci do que li num livro: o homem quer coisas simples; o homem não quer milagre; o homem não quer coisas sensacionais. Não pense você, meu amigo Mão Santa, que, se você for a uma vila, lá no teu Piauí, e perguntar o que aquela gente cabocla quer, vai ouvir que ela quer uma

casinha modesta em que não chova dentro, em que se pise num chão que não seja terra batida; ele quer uma alimentação que seja sadia; quer um emprego que lhe dê condições para viver com sua mulher, com seus filhos; ele vai querer condições para educar seus filhos.

Olha, fazer promessas miraculosas, prometer o infinito como Fernando Henrique e Lula prometeram e não cumprir nada é um grande passo negativo para o povo.

Se amanhã eu fosse candidato à Presidência da República... Eu quis ser, mas meu partido não deixou. Quatro anos atrás, percorri o Brasil inteiro. Tinha apoio praticamente de todos os estados; não tinha apoio da cúpula. Aliás, a cúpula, se pudesse... Não sei... Acho que aqui eu não estaria. Onde estaria, não sei; mas aqui eu não estaria.

Quando fomos para a convenção, para discutir, a cúpula já tinha amarrado. Na hora do voto, foram ver o que estavam votando: não era o candidato do partido – que era eu; o Itamar havia retirado; estavam votando se aceitavam ou não o Serra para Presidente e a Deputada do PMDB do Espírito Santo para Vice-Presidente. Perguntaram: “Há uma decisão do Diretório Nacional? O PMDB vai ter candidatura própria?” Ninguém deu bola. Afastaram-se. Nessa convenção no Auditório Petrônio Portela, não havia mais do que trinta pessoas.

Mas hoje, este candidato – e vou falar para você, minha querida Heloísa Helena, pois, claro, isto é o que você está fazendo – tem de prometer, bater na mesa, gritar que vai cortar na carne as vigarices, as cafajestadas, as roubalheiras que estão acontecendo! Ah, não tenha dúvida nenhuma! Com isso, eu concordo. Nós temos de ver os escândalos dos fundos de Previdência, as aposentadorias escandalosas do INPS, as remessas de dólares para o exterior, as contas do Banestado enviadas pela Justiça americana, que estão no cofre do Senado Federal, e o Senado não deixou abrir. Isso sim.

Mas, afora isso, o que temos de dizer é muito simples. Nós vamos ver o que tem de dinheiro brasileiro e o que sobrar aqui vamos aplicar no que for mais necessário. O que hoje é mais necessário? São os que estão morrendo de fome, os que

estão passando fome – nós vamos cuidar desse aspecto –, são os que moram praticamente debaixo do Sol, da Lua, debaixo da ponte. Esses são os problemas que vão ser cuidados.

O problema da saúde – muitos têm o máximo e outros nada – é um problema que vai ser cuidado. A prioridade é diminuir a diferença entre o menor e o maior salário, e nós temos de fazer isso. Não digo diminuir o maior, mas deixá-lo parado algum tempo, e elevar o menor. Não é diminuir a diferença, baixando o maior e elevando o menor. Não! O maior fica aqui, mas que o menor venha vindo, venha vindo, até chegar a um determinado ponto.

Creio que essas coisas devem ser feitas, mas no sentido de que tenham de ser feitas, e o governador tem de levá-las a sério.

Perdoe-me, Sr. Presidente, vou repetir o que tenho dito, mas é a maneira que tenho para mostrar como acho que deveria ser feito. Eu era governador e disse: no meu governo não tem parentes, não tem parente de ninguém. Quando chego lá, recebo a lista dos militares que vão para a Casa Militar. “E esse aqui?” – perguntei. “É meu filho”. Mas na Brigada Militar é diferente, há uma lista de promoções. E ele disse: “Eu não posso prejudicar o meu filho”. Claro, o senhor não pode prejudicá-lo, o senhor não vai prejudicá-lo. Ele fica, o senhor sai. Com isso, eu não tive um segundo caso.

Eu disse no meu governo: me desculpem, mas, no meu governo, a pessoa tem de ser honesta e parecer honesta. Na dúvida, eu faço a injustiça, mas demito. E demiti. Demiti irmão meu, não de sangue, mas de coração, de sentimento, colega que vinha lá do Rosário, lá da Faculdade, amigo de todas as horas, e que não tinha culpa nenhuma, mas a imprensa, cruel, colocou a questão de tal forma que eu tive de demitir.

Demiti um outro companheiro – situação ridícula! Com uma placa oficial, foi veranejar lá na praia de Bombinhas, em Santa Catarina. *Zero Hora* tirou fotografia e botou na capa o carro oficial da Caixa Econômica. Demiti. Demiti meia dúzia. Perguntem sobre o que diziam os empreiteiros à época: se tem obra que podemos pegar é lá no Rio Grande do Sul, em

primeiro lugar, porque tenho de dar o preço justo, senão eu não levo; em segundo lugar, eu sei que posso dar o preço justo, porque não dou comissão para ninguém e recebo o dinheiro na hora certa.

São coisas que se fazem do começo. Isso eu disse desta tribuna quando pedi a CPI do Waldomiro: Lula, demita! Deixe criar já a CPI, agora, no início do teu governo, porque eles vão ver que o teu governo vai ser assim!

Ele impediu o Senado de criar a CPI e não fez nada com Waldomiro. Por isso, o Brasil é este do nosso amigo Clóvis Rossi. Por isso o Brasil é este das nossas novelas; por isso o Brasil é este do nosso carnaval; por isso o Brasil é este, talvez o único, ou um dos poucos países do mundo, onde há turismo sexual. Os aviões vêm de lá, em vôo *charter*, só de homens, para as nossas praias, para as nossas mulheres. Quando é que vamos parar com isso? E onde vamos parar com isso?

Eu digo com profunda sinceridade: aos poucos, estamos perdendo a consciência. Eu me pergunto: vale a pena? Não estamos sendo dom-quixotes? Nada! Nada resolve, nada soma, nada significa nada. Será que vale a pena?

De tudo que foi dito e apontado como errado no PT, alguma coisa mudou? O Lula está dizendo: eu quero ser reeleito, porque vai ser diferente, agora vai ser assim. Em algum momento, ele bateu no peito para dizer: “Não, nós erramos, mas agora vai ser diferente”?

O que houve foi uma luta política, em que o Chefe da Casa Civil perdeu e caiu fora. O presidente do partido perdeu e caiu fora. Mas o estilo de fazer continua o mesmo. Botaram uma mulher muito competente, na minha opinião, muito séria, que é a Chefe da Casa Civil, mas o resto continua. Não houve transformações no sentido de *mea culpa*, fizemos, mas vamos mudar, vamos melhorar. Mas não.

Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, 23 de fevereiro de 2006. Senador Arthur Virgílio, esta democracia é complicada, mas o homem é um animal político e busca a

melhor forma de governo. Mas lá onde ela nasceu, Senadora Heloísa Helena, um filósofo andava toda noite com uma lanterna. Diógenes, o que é que você procura toda noite nas ruas de Atenas? – perguntavam. Ele respondeu: “Eu procuro um homem honesto”. Aquele homem honesto que ele procurava na república de Atenas, na velha Grécia, está aí na tribuna. É Pedro Simon. Houve um padre que andou a pé pelo Brasil. O português Antonio Vieira saía a pé lá de Fortaleza, Ceará, passava pelo meio-norte do Piauí, por onde o Lula passou, e ia para São Luís. Levava sessenta dias nessas andanças. Ele disse que palavras sem exemplo são como tiro de bala e, mais adiante, dizia que o exemplo arrasta. Nem tudo está perdido, porque V. Ex^a é o melhor exemplo da democracia brasileira. Sei que estamos em dificuldades. Senadora Heloísa Helena, sem Pedro Simon talvez eu tivesse ido embora, com vergonha do Parlamento. Então, V. Ex^a prende muito a gente. V. Ex^a sabe que me comuniquei, antes de entrar neste Senado, para saber qual o rumo, se ficaria ou não no PMDB. V. Ex^a me fez ficar. V. Ex^a é muito importante neste País, foi buscar a história. Collor? Collor já está absolvido pelo País. A esposa, ingênua, inocente, não era uma estudiosa, uma culta como a de Fernando Henrique. No negócio do Fiat, a pobre coitada foi vítima. Collor está absolvido – desculpe, Senadora Heloísa Helena. Mas, diante dessas malandragens, desse mar de corrupção, desse oceano de corrupção... O azar dele, o único azar do Collor foi que a alternativa era o Itamar, era Minas, a história de Minas, a tradicional família mineira, a política mineira. Assim houve alternativa, e todos nós saímos de cara pintada. V. Ex^a acha que a minha filha Daniela ia sair de cara pintada – pois o vice se complicou – para botar o Severino? Ela diria logo: o papai é melhor. E as alternativas? Terminavam no Jobim mesmo, que foi condenado no último artigo de Brizola: “Tijolaço, as fraudes de Jobim”. Portanto, não havia alternativa, tivemos de agüentar isso. Cícero, como V. Ex^a, disse: *minima de malis*. E o mal menor é este: ficar com Lula, patrulhado. Mas nós não podemos abdicar da pureza da democracia que nasceu em Atenas, para a qual todos nós nos sacrificamos: V. Ex^a; Ulysses aqui enfrentando a ditadura, em 1974 candidatando-se com Sobral Pinto, encantado no fundo do mar; seu amigo, irmão

camarada, com câncer, moribundo, Teotônio Vilela, discursando – e V. Ex^a era Cirineu dele; Tancredo que se imolou; Juscelino aqui cassado, isso tudo para renascer a democracia. Nela está a alternância de poder, e V. Ex^a é essencial. Olha, o PMDB de luta, o maior partido contemporâneo só está vivo pela moral de V. Ex^a. Querem acabar com as prévias, a ausculta do povo está fora. São uns tresloucados, uns imorais e amorais. É, estão comprando, estão comprando o nosso PMDB. E se ele ainda não foi vendido é porque V. Ex^a está nele. V. Ex^a é a grandeza e a firmeza. Então, o essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê com o coração. E o Brasil vê em V. Ex^a neste momento o que viu em Rui Barbosa. Ele também não chegou à Presidência, como V. Ex^a não chegou, como o Brizola também não chegou. Mas o que disse Rui Barbosa? E V. Ex^a fala para o povo, com uma inspiração maior, orador até melhor do que Rui Barbosa, porque o outro falava muito complicado e difícil, e o senhor fala com o coração para o povo. O que Rui Barbosa disse? De tanto ver as nulidades triunfarem, assumirem o poder, a corrupção campear, o mal se agigantar, vai chegar um tempo de rir-se da honra e de se ter vergonha de ser honesto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É mais ou menos o artigo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas V. Ex^a neste momento simboliza a nossa bandeira, o verde da esperança e da alternância do poder, da ordem e do progresso. Então V. Ex^a é muito importante. Sem V. Ex^a – olhe para cá, Pedro Simon – o nosso partido já estaria todo vendido para o Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me deixa enca- bulado e me deixa sem graça. Mas eu digo a V. Ex^a o seguinte. Por onde eu tenho andado, as pessoas têm me perguntado: “E aquele Mão Santa?” E eu faço questão de dizer: “Ele é um lutador, que tem o nome Mão Santa porque era um médico santo, que curava quase milagrosamente sem cobrar de nin- guém, e que diz o que pensa. Se a maioria do Senado fosse como ele, a coisa seria diferente”.

V. Ex^a tem razão quando diz que o nosso partido deveria dar sua presença. Nesta hora, nós do MDB tínhamos de dar o mínimo de patriotismo e apresentar o nosso candidato que, na minha opinião, pode ganhar. Porém, o mais importante não é ganhar, mas competir.

Querida Heloísa, vejo o candidato do PT, o candidato do PSDB e V. Ex^a. O estilo de V. Ex^a – e graças a Deus este é o seu estilo – é dizer, é debater. Fico me perguntando quantas vezes o Tribunal Superior Eleitoral vai tirar do ar programa do PT ou do PSDB e se vamos levar essa campanha até o fim sem uma crise institucional.

Uma candidatura do MDB, como a candidatura de Germano Rigotto, vai expor uma via, vai determinar a fórmula pela qual será conduzido o debate político. Agora, os homens do meu partido dizerem que o nosso caminho é ir para o lado de lá, ir para o lado de cá, e não ter candidatura, é difícil entender, é muito difícil entender! Creio que Germano Rigotto tem condições de ganhar. E o que há a seu favor, falo aqui: a integridade. S. Ex^a tem a biografia de um homem que, aos 55 anos, é uma linha reta em seu proceder. É formado na estirpe da maior dignidade da política gaúcha. Sempre foi assim. Está governando assim. Seu Governo enfrenta mil problemas financeiros. O Rio Grande do Sul atravessa, outra vez, a maior fase, a maior guerra, a maior luta contra o esfacelamento da sua economia. É o que está vivendo agora. Mas o Rio Grande do Sul o respeita porque vê em S. Ex^a um homem sério, um homem de bem.

Quando vejo a nossa gente pensando em um cargo aqui, em um carguinho acolá, esquecendo-se da responsabilidade que tem com o futuro, irmão Mão Santa, isso machuca. Nós temos biografia, nós temos história, nós temos compromisso. Nós somos o pai de todos os partidos que estão por aí. Nós não podemos nos reduzir a um anão moral numa hora em que temos de ser uma bússola ética.

Por isso, estamos caminhando para esses dias finais, e eu rezo a Deus, meu bravo e brilhante Senador Arthur Virgílio, para que o seu partido encontre o rumo e que, cá entre nós,

não complique o que não está complicado. Mas o partido tem dois baitas candidatos. É uma piada! Perdoe-me a sinceridade, é uma piada.

Quero muito bem ao Serra. Eu até diria que sou mais amigo do Serra do que do Governador. Mas acho que essa história de ir ao cartório e assinar “sou prefeito, vou ficar prefeito durante quatro anos e, se eu sair daqui, não vote em mim”, isso tem peso. Isso tem peso! Isso tem peso! Eu acho que existe isso. O Serra está começando, vai fazer uma administração de quatro anos. Tenho convicção de que ele vai ser um grande prefeito, que poderá ser depois um grande governador e, depois, um grande presidente. Agora, o outro está terminando, está no fim, são oito anos de mandato. Qualquer dia ele encontra o seu destino.

Quando eu estava numa reunião do grupo católico, o Frei Betto comunicou que tinha saído do Governo, mas que continuava muito amigo do Lula. Com a amizade e o carinho que ele tinha pelo Lula, ele continuava rezando e pedindo a Deus pelo Lula, mas não dava mais e ele tinha saído do Governo. Ali, no meio da missa, no meio da pregação, eu me meti – eu não podia me meter – e disse: “Acho que o senhor agiu errado”. Todo mundo olhou para mim. Eu disse: “Os que têm de ficar saem e os que devem sair ficam. Assim, não vai dar certo”. Ele ficou meio sem graça e tal, mas a verdade é essa. O Lula poderia olhar em roda e ver quantos ele queria que ficassem e saíram e quantos estão que deveriam ter saído. Ele podia tentar fazer isso e fazer uma reformulação total, pelo menos nessa proposta de governo novo. Ele poderia – agora, que ele está mais livre – fazer as transformações tão necessárias.

Senadora, eu acho que as esquerdas tinham de se unir em torno de V. Ex^a. É uma coisa impressionante: as mulheres estão governando na América Latina. Hoje, no Rio Grande do Sul, 43% dos juízes são mulheres. No Chile, um dos países mais machistas da América Latina, uma mulher está lá. Com a sensibilidade que V. Ex^a tem, tenho certeza de que, se for candidata, o discurso de sua candidatura não vai ser o discurso de oposição aqui no Senado. Vai ser o discurso de quem vai prometer fazer. Evidentemente, parte do discurso

destinar-se-á às coisas que estão erradas, mas V. Ex^a não vai dizer que vai ser Presidente para cobrar do Lula, do Fernando Henrique Cardoso... Não. Seu objetivo será construir para o futuro. Será um grande discurso. Se, de fato, acontecer isso e se o PMDB tiver uma candidatura como a de Germano Rigotto, poderemos ter uma eleição revolucionária: cento e oitenta graus diferente daquela ocorrida há quatro anos, e poderemos iniciar um novo Brasil.

Eu dizia ao Lula, quando jantou na minha casa há quatro anos, que podia fazer quase que um Pacto de Moncloa, pois o Brasil todo estava com ele, que ia chamar todo o mundo para governar e fazer o sonho do País, que era um Brasil para todos. Não o fez. Alguém poderá fazê-lo agora. Alguém poderá fazê-lo.

Por isso, minha querida Presidente, com muito carinho e afeto, dou-lhe meu abraço e digo ao bravo Clóvis Rossi que, no amargo de sua crônica, falou o que precisávamos ouvir: que a gente saiba ler, saiba interpretar e saiba entender.

Situação da mulher no Brasil

Pronunciamento em 8 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste horário, 20 horas e 45 minutos, quem ligar a TV Senado poderá imaginar que se está repetindo a sessão que começou às 14 horas. Mas venho a esta Casa neste fim de sessão porque amanhã será um dia muito tumultuado. Creio que oitenta senadores falarão aqui sobre o Dia da Mulher. Então, eu falo hoje, no Dia Internacional da Mulher. E falo do fundo do meu sentimento que, na verdade, estamos vivendo a época e o momento em que, em definitivo, as mulheres estão vindo para ocupar o seu espaço.

Olhando para trás, ouvindo a música clássica, ouvimos tantos e tantos músicos e perguntamos: onde está a mulher? Olhando a pintura, vemos tantas e tantas pinturas e perguntamos: onde está a mulher?

A mulher viveu praticamente em um regime de escravidão. A mulher não teve chance nem voz. A mulher ficou obscurecida pelo que de pior há no homem, que se considera de uma raça superior.

Olhando para o mundo inteiro, dá gosto de ver o avanço das mulheres. Elas realmente ocuparão seu espaço no mundo. Não tenho dúvida alguma de que, muito mais cedo do que imaginamos, mais da metade dos chefes de Estado e mais da metade dos parlamentares do mundo inteiro serão mulheres.

A mulher tem mais sensibilidade. A mulher vive mais. Sobre a terra, não encontro nada mais lindo e mais universalmente magistral que uma mãe parindo seu filho. Isso é a mulher. É a mulher que cria e dá vida. Nós todos, homens e mulheres, nascemos do ventre da nossa mãe, cujo seio nos amamenta. Isso nos acompanha o resto da vida.

Em todas as sociedades, sempre a parte da orientação, da conscientização da vida dos filhos coube à mulher. Lembro-me de que, lá em Caxias, terra de colonização italiana – nunca vou me esquecer de que, em Caxias, os colonizadores italianos ganhavam 25 hectares, dois sacos de semente, uma pá, uma enxada, um machado, e tinham de se virar –, o marido trabalhava, mas a mulher já tinha dupla jornada de trabalho. A mulher plantava com o marido, colhia com o marido, mas ia fazer comida e cuidar dos filhos. E quando o marido estava bebendo e se distanciando, a mulher estava cuidando dele.

Vivemos hoje um momento que, infelizmente, o Brasil ainda não analisou com profundidade. O avanço correto, certo, irreversível da mulher buscando seus espaços apresenta um problema: o lar tem um vazio. Uma coisa é alguém ser criado, de manhã, de tarde e de noite, com a mãe, como eu fui. Hoje, o lar é um ponto de encontro. A mãe é médica e o pai é advogado ou a mãe é dona-de-casa e o pai é operário, mas, no lar, eles se encontram à noite.

O Governo do Brasil ainda não se deu conta do que há de mais importante. O Dr. Brizola fez algo espetacular, as escolas de tempo integral, mas as crianças começavam aos sete anos. O mais importante é a creche, onde a criança possa ter aquilo que, com mulher e marido trabalhando fora, não tem. Esse é um problema sério. O problema com a mocidade e com a infância aumentou muito, porque a mulher não está ali. Esse é um problema que a sociedade tem de enfrentar.

Observo a história do Rio Grande e lembro que fui o governador de Estado que primeiro assinou a nomeação de mulheres para a Brigada Militar. Era proibido até ontem. Até ontem, era proibido que mulheres fossem funcionárias do Banco do Brasil, do Banco do Rio Grande do Sul e da Caixa

Econômica Federal; até ontem, era proibido que as mulheres fossem juízas ou promotoras. Por que uma mulher não podia ser juíza? Meu Deus, qual a razão? Não podia. Juiz era coisa para homem, promotor era coisa para homem.

O que está acontecendo hoje? No Rio Grande do Sul, 50% dos juizes já são mulheres. E a cada concurso novo, 80% das vagas são preenchidas por mulheres. Por quê? As mulheres, quando concluem a faculdade e querem prestar concurso para delegado de polícia – no Rio Grande do Sul, a maioria das vagas para esse cargo é preenchida por mulheres –, para juiz de Direito ou promotor, retiram-se, vão para casa, pegam os livros, não têm namorado ou, se casadas, ficam em casa. Não saem para tomar um chopinho, não vão ver jogo de futebol. Dedicam-se de corpo e alma aos estudos.

Percebe a diferença quem tem filho e filha. A filha dedica-se 24 horas; o filho tem a saída na sexta-feira, o chopinho no sábado, o futebol. Por isso é que as mulheres estão logrando êxito nos concursos.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a trata esta questão com muita propriedade. De fato, o ingresso das mulheres em determinados cargos tem sido significativo. As carreiras que anteriormente eram consideradas absolutamente masculinas e que são providas por concurso público cada vez mais estão sendo preenchidas por mulheres. V. Ex^a citou dois casos: juiz de 1^a instância e delegado de polícia. É a realidade de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E promotor.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Promotor também. Eu até havia levado um documento para a tribuna e pretendia utilizá-lo, mas acabei não o fazendo. Refiro-me a um estudo do Inep, segundo o qual as mulheres são maioria nas universidades e também ultrapassam os homens em número de alunos

a partir da quinta série. Então, a dedicação das mulheres aos estudos – isso tem sido um diferencial significativo – acaba contribuindo, de forma bastante relevante, para que, na hora da disputa, do concurso, nas provas de conhecimentos e de títulos, em que, digamos, o diferencial de gênero não pode ser utilizado, a mulher sobressaia. A maior ocupação dos bancos escolares, principalmente nas universidades, acaba se revelando na disputa. V. Ex^a ressalta bem esse fato, que confirma o estudo do Inep.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando vocês olham para mim, estão olhando para um velho, este velhinho; mas eu olhando para mim sinto como se tivesse saído ontem da faculdade, parece que saí ontem.

Quando eu estava na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em toda a faculdade havia apenas duas mulheres. Hoje, dois terços são mulheres. Hoje, quando vamos a formaturas de Medicina, de Engenharia, de Direito, de Odontologia, comprovamos que, em todas as faculdades, dois terços são mulheres. Isso está espelhando uma realidade.

Essa realidade ocorre no Brasil. Essa realidade ocorre no mundo. A Argentina já teve presidenta, o Chile está tendo, a Alemanha está tendo. Assistimos à notícia de que talvez, nos Estados Unidos, haja uma eleição com duas mulheres: a esposa do ex-Presidente Clinton e a Condoleezza – aliás, uma mulher excepcional.

À parte os elogios e as festas, temos de constatar que estamos vivendo uma virada. Nós homens fizemos muitas conquistas na tecnologia, na economia, mas o mundo que deixamos é muito cruel. Deixamos a humanidade repartida, com metade passando fome, nações na miséria, vaidade e prepotência como a do presidente norte-americano que faz o que faz na África. Creio que, nesse mundo que vem, em que sentimos que as nações emergentes, como China, Índia, África do Sul, Brasil virão para ocupar seu espaço dentro da sociedade mundial, as mulheres virão também. E creio que ocuparemos um mundo diferente, Sr. Presidente. Acredito que, no momento em que elas puderem se colocar... Aliás,

foi espetacular a decisão da Presidenta do Chile: metade dos ministérios é ocupada por homens e metade por mulheres. Ela respondeu que foi justa – afinal, ela poderia colocar uma mulher a mais, mas não o fez.

Tenho a convicção de que estamos caminhando para uma sociedade em que haja mais entendimento, mais respeito, mais carinho e mais justiça social.

Não tenho por que felicitar as mulheres. Tenho por que agradecer às mulheres, que estão ocupando seu espaço.

Lembro que, na legislatura passada, quando votamos a emenda que determinava que 30% das vagas deveriam ser ocupadas por mulheres – passou na Câmara e veio para o Senado – a Casa estava lotada de mulheres. Bernardo Cabral fez um daqueles seus discursos e disse o seguinte: “Todo mundo sabe que sou um homem encantado por mulheres, mas todo mundo sabe que sou um jurista, e não posso deixar de seguir a Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, como vou assegurar às mulheres um percentual, seja ele qual for? Então, eu teria que assegurá-lo aos negros, aos homossexuais e a tantos outros”. Foi uma vaia geral.

Depois dele, falei eu: “Quero dizer que concordo com Bernardo Cabral”. A então Deputada Marta Suplicy estava aqui, eu estava lá no meu lugar, e ela deu um berro: “Mas, Simon, tu garantiste pra nós que ias fazer a defesa do nosso projeto. Não podes fazer uma traição dessas!” Ela deu esse grito e houve uma gargalhada geral. Eu disse: “Desculpe-me, mas tenho de reconhecer que o Bernardo Cabral está certo. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Então, não podemos colocar na Constituição que 30% são mulheres. Isso é inconstitucional. Mas o que podemos colocar na Constituição é o seguinte: cada sexo terá direito a 30%”. E foi uma risada!

Continuei: “Quero dizer para vocês que não estou colocando isso na Constituição – quero ser muito sincero –, não estou colocando isso na Constituição para garantir às mulheres 30%. Eu serei lembrado daqui a dez, vinte ou trinta

anos, quando alguém dirá: “Você se lembra do Pedro Simon? Ele foi aquele senador que previu que tinha de ser 30% para cada sexo. Os homens terão direito a 30% e as mulheres não podem impedir”.

Acho que estamos caminhando para isso. Vejo aqui, por exemplo, a Líder do PT, que peço que não se ofenda comigo, e quero falar também na Líder do PSOL. São pessoas que, às vezes, as duas, tremem, ficam com sua fisionomia hostil, perdem até um certo controle. Mas daí a pouco aquilo passa, desaparece, e elas voltam a ser o que são. Isso não acontece com o homem. Geralmente, o homem faz, agride e sai com raiva. É aquilo que o nosso querido Senador do PFL do Piauí disse ao nosso Líder do PT: “Enquanto V. Ex^a continuar economizando bom-dia e boa-tarde, colocando na poupança, V. Ex^a não chegará a governador de São Paulo”.

O homem é assim e é difícil a mulher ser assim. A mulher tem bondade. Vejo meu filho. Olha que trato meu filho bem, trato meu filho com carinho, até porque sou um velho e filho de velho é outra coisa. Mas não adianta. É a minha mulher. Ele pede alguma coisa e eu digo: “Pode ser, filho”. “Posso?” “Pode, meu filho”. “Ah, então vou perguntar para a mãe para ver o que ela vai achar”. “Mas estou dizendo que pode ser”. “Mas vou ver o que a mamãe acha”. Se ele vai até a mãe e ela deixa, quando pergunto, ele diz: “A mãe já deixou”. Não importa minha opinião. Isso é natural!

Então, olhando o mundo, vemos que a bipolarização entre Rússia e Estados Unidos desapareceu, os Estados Unidos estão vivendo o clímax de uma era do tipo Império Romano, que chegou no seu cume, aí vem a China, vem a Índia, vem o Brasil... E dessas nações a melhor é o Brasil, que tem o povo mais puro, tem a natureza mais fértil, um solo espetacular, água doce que não acaba mais. E o povo... Como dizia Darcy Ribeiro, que povo!

Enquanto o negro está ali, o chinês está ali, o italiano está ali, o latino-americano está ali, cada um num mundo separado, nós aqui temos essa mescla, e logo ali teremos a

raça brasileira. E nessa raça brasileira, eu confio sinceramente nas mulheres.

Agora ganhará ou o Lula, ou o PT, ou o PSDB, ou o PMDB, não sei quem, mas não demorará nem vinte anos para termos uma presidente mulher aqui no Brasil. Pode escrever: não demorará nem vinte anos. E o Brasil marchará rumo ao seu futuro.

Eu venho aqui, com muita humildade, levar às mulheres o meu abraço, o meu carinho, o meu afeto, à mulher trabalhadora, operária, que ainda ganha menos do que devia. A mulher, em alguns lugares, ainda apanha do marido e não tem coragem de ir à polícia, mas essas coisas estão acabando.

Creio que estamos marchando para uma nova sociedade. O efeito mais grave – repito – se dá nos filhos, que tinham na mãe a sua sustentação básica, e o lar hoje é um ponto de encontro. Nós temos por obrigação número um a criação de creches, porque é importante que se saiba que o cérebro de uma criança se forma até os três anos de idade. Todo o resto vem depois. A criança não pode, principalmente até essa idade, passar fome, não pode viver torpeza. Ela tem de viver uma vida de tranqüilidade e paz para ir adiante. E vemos, no Brasil, muitas vezes, crianças de um ou dois anos no colo de suas mães mendigando e passando fome. Esse é um problema nosso. Esse é um problema que as mulheres haverão de não deixar evoluir ainda mais.

Por isso, meu abraço muito afetivo à mulher brasileira. Para nosso orgulho, as mulheres já são em maior número que os homens. Que bom! As mulheres já estão avançando mais rápido que os homens. Que bom!

Olhando para trás, eu, que estou no fim da jornada, vejo que não foram lá muitas coisas positivas que a minha geração semeou. Mas fico feliz por sair no momento em que aumenta o número de mulheres neste Senado. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Vandalismo dos sem-terra

Pronunciamento em 9 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado debate na tarde de hoje a notícia de uma ação lamentável ocorrida no Rio Grande do Sul.

Cerca de 1,5 mil agricultores e ativistas da Via Campesina, organização ligada ao Movimento dos Sem-Terra, o MST, invadiram com violência na madrugada de hoje o horto florestal da empresa Aracruz, no Município de Barra do Ribeiro.

Destruíram um laboratório de pesquisa e quatro milhões de mudas de eucalipto, prontas para serem plantadas. Além do prejuízo econômico, o desalento dos pesquisadores que trabalhavam há mais de uma década com as sementes. Isabel Barros Gonçalves, analista do laboratório, lamentou a perda de um trabalho que durava já 19 anos.

Com a ação, anacrônica e inusitada, impensável até ontem – afinal, estamos em pleno século XXI – seus participantes e mandantes conseguiram o que pretendiam: ampla exposição na mídia para suas organizações e conseqüente fortalecimento político de suas lideranças. Redes de televisão e um fotógrafo foram avisados com antecedência e acompanharam a invasão.

O momento foi considerado ideal porque Porto Alegre abriga, nestes dias, um encontro internacional sobre reforma agrária patrocinado pela FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, e pelo Incra.

Quero felicitar o Ministro Miguel Rosseto, que se apressou em condenar os métodos utilizados pelos invasores. Não se poderia esperar outra atitude de Sua Excelência.

Para o estado, o dano pode ser irreversível. A barbárie põe em risco o investimento de US\$1,2 bilhão, que a empresa Aracruz pretende fazer no Brasil, com a implantação de uma fábrica de celulose. Essa unidade terá capacidade de produção de um milhão de toneladas de celulose, gerando 50 mil empregos diretos e indiretos.

Além do Rio Grande do Sul, também disputam esse investimento o Espírito Santo e a Bahia, estado que já levou do Sul uma fábrica da Ford “dispensada” pelo Governo Olívio Dutra. Hoje, essa unidade na Bahia é responsável pela produção do maior sucesso de vendas da indústria automobilística do País. Enquanto o Rio Grande ficou só com o terreno, que já estava até pronto para receber a fábrica que não veio.

Além do meu Estado, o MST promoveu invasões de propriedades em outros pontos do País. É o “abril vermelho” em marcha, cujo objetivo é chamar a atenção do Governo para a necessidade da reforma agrária.

E isso tudo acontece sob o Governo Lula! Assistimos hoje às mesmas controvérsias em torno das estatísticas sobre a reforma agrária que marcaram os governos brasileiros, desde os militares. Todos, sem exceção, alegavam que promoviam “o maior programa de reforma agrária do mundo”. E, pelo visto, os números e otimismo oficiais não aplacaram a ansiedade dos movimentos de sem-terra.

Aqui no Senado, num debate sobre a questão da terra, questionei o líder do MST, João Pedro Stédile sobre o assunto. Achava eu que, com o PT no poder, essa questão estaria encaminhada. Mas, fui surpreendido pela resposta: “Senador, continuam nos enrolando”.

A reforma agrária, ao lado de outras reformas de base, já serviu de pretexto para a derrubada de um presidente da

República, João Goulart, em 1964. Mas, reforma agrária pra valer não pode se limitar à distribuição de terra, característica dos assentamentos atuais – com raríssimas exceções.

Na ocasião em que percorri o País como pré-candidato à Presidência da República, tinha como uma das teses centrais de minha proposta de governo a questão da agricultura familiar. Concretamente, consegui aprovar no Senado – agora está na Câmara dos Deputados – projeto de lei que torna a agricultura familiar um dos eixos centrais da política agrícola nacional.

Nessa proposta, constava:

- garantia de crédito rural à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária;

- taxa de juros subsidiada;

- equivalência preço-produto no pagamento do financiamento;

- carência, garantia e prazos diferenciados em crédito agrícola;

- proteção ao meio ambiente

- produção de alimentos

- geração de empregos por meio de associações e cooperativas.

Ainda, as propostas de impenhorabilidade de máquinas e implementos agrícolas e a criação de um Programa de Trator Popular. O Senado aprovou essas duas propostas, sendo que depende agora da Câmara dos Deputados sua efetiva implantação.

São essas as linhas gerais de uma política agrícola voltada para a agricultura familiar. Acatadas e implementadas por um

governo realmente progressista, teríamos uma verdadeira revolução no campo.

Enquanto tergiversarmos sobre esse tema, evitando soluções corajosas e urgentes, continuaremos vivenciando os acampamentos de lona – únicos no mundo – e as invasões de propriedade e prédios públicos. E, sujeitos às ações de vândalos e aproveitadores como os que agiram no Rio Grande do Sul na madrugada de hoje, acobertados por lideranças destrutivas e reacionárias.

Muito obrigado.

A divisão do PMDB

Pronunciamento em 10 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna movido por um sentimento muito dolorido, porque estamos numa caminhada que busca a eleição presidencial.

No Brasil, infelizmente, uma eleição presidencial normalmente vem acompanhada de crise. Quando o Dutra ganhou, o Ministro da Guerra da ditadura, a UDN esperava que fosse o Brigadeiro, e houve a crise. Em 50, os militares esperavam o Brigadeiro, ganhou Getúlio, e houve a crise, com o suicídio de Getúlio. Juscelino resolveu nomear Jango como Vice-Presidente – João Goulart tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio, e um manifesto de coronéis tinha obrigado Getúlio a demiti-lo –, houve a crise, e, por muito pouco, Juscelino não foi deposto. Por muita categoria, muita competência do Lott, a classe política conseguiu que Juscelino assumisse e cumprisse o seu mandato. Jânio Quadros, uma esperança – era 50% gênio, 50% louco –, permaneceu sete meses no poder e foi embora. Jango: houve uma luta para que ele assumisse, a legalidade do Brizola, e, depois, a sua derrubada. Cinco generais substituindo-se uns aos outros como ditadores!

Aquele foi o período áureo do MDB. Se analisarmos com profundidade, em todas essas crises, em toda a história do MDB, em toda a História do Brasil, partido político não tem participação. Triste o destino dos partidos políticos brasileiros! O próprio Partido Comunista Brasileiro fez a Intentona

Comunista, que deu errado, e ficou naquilo. Um partido que parecia heróico, que era o PT, deu nisso aí! O PSDB, um partido composto de santos que saíram de vários partidos, deu no que deu. E, agora, estamos aqui, às vésperas de um pleito.

O MDB foi o grande responsável, na época da ditadura, pelo Brasil chegar à democracia. Houve alguns heróis, aqueles heróis que não ganham busto, como Ulysses dizia. Ulysses fez a campanha, andou pelo Brasil inteiro; ele tinha voto, ele tinha partido, ele tinha idéia, mas não tinha vitória na eleição. Um general já estava eleito, e ele foi o anticandidato. Com o General Euler, quatro anos depois, ocorreu a mesma coisa: ele foi o anticandidato.

Depois, o MDB conseguiu, ainda que derrotada a emenda das “Diretas Já”, ter candidato. Tancredo ganhou. Dizem que Deus é brasileiro, mas, às vezes, me pergunto: “Será?” Tancredo não podia ter morrido. Não que o Presidente Sarney não tenha sido um grande Presidente. Foi. Um homem que realizou, um homem sério, um homem competente. Ele fez o máximo que poderia ter feito, mas ele não era Tancredo. Ele era um ex-Presidente da Arena, colaborador do regime revolucionário. Fez o que podia fazer. Mas este Brasil seria diferente se o Tancredo tivesse assumido. Ele não seria substituído pelo Collor, como ocorreu. Não haveria margem para que aparecesse um Collor da vida se o Tancredo tivesse feito o seu governo.

Este Congresso está vivendo as horas mais amargas.

Meu nobre Senador Delcídio, tenho carinho e respeito por V. Ex^a, mas não se ofenda: estou com dó de V. Ex^a, porque – não sei como o seu nome vai entrar na biografia –, fazendo o trabalho fantástico que V. Ex^a fez, assim como o Relator da Comissão de V. Ex^a, está acontecendo o que está acontecendo.

Naquela época, tiramos o Collor e assumiu o Itamar. Eu tive muita honra de ser Líder do Governo do Itamar. Tive de brigar muito com ele para não ser ministro. E eu dizia que não aceitava ser ministro porque eu vinha da queda do Getúlio. Houve aqueles que derrubaram Getúlio e que, depois, assumiram ministérios. E eu, que havia participado do *impeachment*,

liderando a CPI, não queria que dissessem que derrubei o Collor para assumir o ministério. É uma questão de ética que muitos não entendem, é uma questão de princípio, mas não aceitei. Mas ajudei muito o Governo do Itamar e creio que foi um grande Governo.

O Dr. Ulysses e o Quércia não deixaram o PMDB apoiar o Itamar. O candidato era para ser do PMDB. O Quércia quis ser candidato, foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Como antes, quatro anos atrás, não deveria ter sido o Dr. Ulysses, mas ele foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Agora, que estamos vivendo uma plenitude democrática, agora que o PMDB é o grande partido nacional, deveríamos ter um candidato. A história escreve, e os destinos aparecem, às vezes, da maneira mais estranha!

Não nego a V. Ex^{as}: quando o Lula ganhou a Presidência, pensei que houvesse mudado a história. Estava lá o partido, o PT, e estava lá o homem que finalmente mudaria o País. “O destino bateu à nossa porta, e vamos seguir o nosso caminho”, confiei.

Quando sondado, quando o Lula e o José Dirceu jantaram na minha casa e não aceitei o ministério, dias depois eu não dormia, porque todo mundo para quem eu falava isso dizia: “Mas, agora que vamos salvar o Brasil? Você passou quarenta anos brigando e agora não entra no Governo?” Comecei a pensar: será que fiz tanta besteira? Embora tivesse dito ao Lula: “Nesta tribuna do Senado, Lula, posso te ajudar muito mais do que no ministério. Para ministro haverá gente de montão; no Senado, não haverá tanta gente. Eu posso te ajudar”.

Foi essa a minha disposição, mas deu no que deu. Se o Lula fizesse um Governo 50% do que imaginávamos, o PMDB não teria o que fazer. Talvez até já estivesse no PT, se visse que o PMDB era inviável; talvez estivesse defendendo uma outra posição, e não teríamos o que discutir. Mas deu no que deu, com todo o respeito. Não quero nem entrar na análise, mas o PT não foi aquilo que imaginávamos; o PT não cumpriu os compromissos assumidos.

Vimos agora o ilustre senador do Mato Grosso do Sul fazer uma análise sobre a seriedade dos problemas de infra-estrutura da sua região. Eu dizia para S. Ex^a, com todo o respeito: “Que bom se esse discurso fosse no início do Governo Lula e se o Lula tivesse quatro anos para fazer! Mas V. Ex^a está analisando os resultados dos quatro anos de Lula, que não fez, e está pedindo então que ele faça nos próximos quatro anos”. Essa é a realidade.

Então, chegou-se a esta situação: estamos vivendo um quadro dramático. Estamos caminhando para uma eleição, e vejamos o que está acontecendo: por exemplo, ontem, o PFL absolveu o candidato do PT, e o PT absolveu o do PFL. O meu querido Líder do PSDB e o Líder do PFL me garantiram que não haveria acordo em hipótese nenhuma. Mas foi estranho! Como parece que, daqui a dois dias, vai ser a mesma coisa; sempre se vai absolver um do PT e um do outro lado. Foi o que aconteceu.

No meio desse contexto, vamos para uma eleição com o PSDB e o PFL de um lado, e o PT do outro. Tudo bem, vamos! Mas o PMDB não entender sua posição, não entender que ele tem obrigação? Há coisas na vida que são obrigação. Há momentos em que se pode entrar e outros em que não se pode! O Senador Delcídio pode ser candidato a governador de Mato Grosso, mas pode não ser. Eu, se fosse S. Ex^a, não seria. Com todo o respeito e carinho que tenho por S. Ex^a, entendo que esta é a vez do outro. Eu esperaria quatro anos. Mas o senador pode concorrer, embora não tenha a obrigação de concorrer. Mas o PMDB tem obrigação, o PMDB não pode pura e simplesmente dizer: “Eu vou assistir!”, como está fazendo.

Com toda sinceridade, estou pensando, embora o Conselho de Ética ninguém leve a sério, em levar para lá o nome de alguns homens do PMDB, porque não é possível.

O PSDB está vivendo um papel difícil: dois grandes nomes, dois candidatos que, em vez de somarem, até agora estão se desgastando. Perdoe-me senador, mas até agora estão se desgastando. No entanto, estão cumprindo o seu papel. Ninguém tem dúvida de que, seja um, outro ou um terceiro, o PSDB

vai ter o seu candidato. E não poderia ser diferente. Como o PSDB vai deixar de ter um candidato? Como ele vai deixar de ter um candidato?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, trinta segundos?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo, é um desgaste enorme, que a mim me tem causado uma irritação grande, e V. Ex^a tem razão na argumentação que desenvolve. A nossa vontade de cumprir o compromisso de candidatura própria é tão grande que os dois se engalfinham e estão se desgastando, mas a definição é que vamos para a luta com cara própria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade. Corretíssimo, corretíssimo! É uma coisa que apareceu, mas ninguém está pensando que o PSDB não tem candidato. Ficou limitado a dois, mas teria mais do que isso. Teria V. Ex^a, senador, e o Senador Tasso Jereissati, que, na minha opinião, é uma figura espetacular e que ainda vai ser Presidente da República. Então, o PSDB tem candidato.

Agora, o PT está em uma situação muito difícil, mas está se recompondo, a gente tem de tirar o chapéu. O Lula levou um tiro em cada asa e está se mantendo, está lutando e está dando força. Eu fico impressionado com a sua capacidade. Se fosse eu, já estaria abatido. Se visse o jornal e as coisas que aconteceram, eu já estaria no chão, com depressão, não seria mais candidato. O Lula tem garra e é o único cara que o PT tem.

Mas e o MDB? O Dr. José Sarney está fazendo o que está fazendo para manter uns carguinhos no Governo, o de ministro de Minas e Energia, de presidente da Eletrobrás e não sei o quê. O Sr. Renan, para ter uns carguinhos no Governo, está na briga, e a briga agora é porque o PMDB quer o ministro dos Transportes. Se o Renan conseguir que o PMDB não tenha

candidato, o ministro dos Transportes será do PMDB. Isso é triste, isso é triste.

Então, há o Dr. Sarney, o Dr. Renan, o Dr. Suassuna e mais alguns para alguns cargos que o PT está dando. E querem manter esses cargos. O que aparece é dramático: essas pessoas, esses homens pensam e preferem ficar no PT com esses cargos a ter um presidente do PMDB, porque acreditam que, sendo o Presidente do PT, os três mandarão.

O PT cometeu um erro gravíssimo, meu querido líder. O PT deveria ter negociado com o PMDB. O PT não precisava comprar deputado e senador, nem dar emenda. Poderia até ter um diálogo aberto e franco com o conjunto do PMDB, fazer uma composição, uma aliança, um entendimento, mas fez isso com o Sarney e com o Renan, deixando o PMDB de fora. Essas pessoas que fizeram parte do entendimento estão com altíssimos cargos e querem mantê-los.

Acho que o PT está na dela. O Lula e o PT estão na deles. Se o PMDB não tiver um candidato e os apoiar, é quase certo que terminem sendo eleitos no primeiro turno. No entanto, o PMDB não está na deles. O PMDB tem obrigação de ter candidato. O PMDB fez uma convenção e aprovou uma prévia. Viajei com o Rigotto pelo Brasil, percorri todos os estados do Brasil e percebi uma unanimidade. Fomos lá no Maranhão do Dr. Sarney, onde há unanimidade. Todo o PMDB do Maranhão quer uma candidatura própria. Estivemos nas Alagoas do Senador Renan Calheiros e todo o PMDB de Alagoas quer uma candidatura própria. O que estamos vendo?

No domingo que vem, vamos ter as prévias do PMDB. A rigor, no domingo que vem começa a campanha, porque, nesta semana, entre hoje e segunda-feira, a notícia é de que o PSDB escolhe o candidato. No domingo que vem, o PMDB escolhe o candidato na prévia. O do PT já é o Lula; o PSOL já está com a candidata preparada para começar. Terminada a prévia do PMDB, estarão os quatro candidatos na rua. Mas o que acontece? O Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna querem suspender a prévia. Quer dizer, querem marcar uma reunião da Executiva para segunda ou terça-feira para

suspender a prévia de domingo. E falam em ética? Mas que comportamento é esse, meu Deus do céu?

Apelo, pela TV Senado e pela Rádio Senado, a você, meu irmão, que está assistindo, que é vereador no interior do Brasil, membro do Diretório Municipal, prefeito, deputado estadual ou federal, que telefone, telegrafe, mande uma mensagem ao Presidente do PMDB, Michel Temer, ao Sr. Renan Calheiros ou ao Sr. José Sarney, dizendo: "A prévia é para valer. Nós exigimos prévia para escolher o nosso candidato!" Deve haver uma movimentação de todos, porque não podemos aceitar isso.

No outro domingo, em todas as capitais do Brasil, haverá uma urna. Os senhores deverão sair dos seus municípios e ir à capital do seu estado para votar em Garotinho ou em Rigotto – naquele que quiserem. Mas para votar. Os senhores devem fazer isso, devem cobrar isso. Não devem aceitar golpes de última hora. Isso equivale a um golpe de Estado. Antigamente, os militares iam para as ruas, derrubavam e não deixavam realizar eleição. Pois agora são os nossos. Em uma eleição democrática e aberta, meia dúzia, pensando nos seus interesses, nos cargos e nas vantagens que tem, está vendendo a legenda do partido.

Eu vou entrar no Conselho de Ética. Eu vou entrar no Conselho de Ética.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa gente não pode fazer o que está fazendo. Eu vou para a reunião da Executiva. Não sei o que vai acontecer comigo, mas farei o meu protesto. Se for preciso fazer como alguns, que rasgaram a urna, eu a rasgarei, para não deixar que se realize uma reunião da Executiva na última hora, a fim de suspender uma prévia que já está marcada e a respeito da qual todo o Brasil está na expectativa.

Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, é bom recordarmos a História. Antes de assumir meu mandato no Senado, eu compareci a uma reunião. O Líder era o hoje

Presidente Renan. Ele queria eleger-se Presidente do Senado. Pedi a palavra – foi 15 dias antes de tomar posse – e disse que queria dar um ensinamento do Piauí, de Petrônio Portela: “Há prazo, não há pressa. Para que essa decisão agora?” V. Ex^a também postulava e tem o meu voto. Esse é um direito que me assiste. V. Ex^a é o meu líder no PMDB. É subjetivo, mas é. Não tenho quem me tire o direito de segui-lo, de acompanhá-lo. Quero assinar qualquer requerimento de V. Ex^a. Ele recuou diante da inspiração de Petrônio Portela. Quinze dias e nós dois fomos para o que chamo de “Iraque”. Era lá na Paraíba, onde estavam o Sr. Quércia e o Sr. Sarney. Estava feio, com esse mesmo clima. Era o “general” Sarney contra o “coronel” Renan. E nós fomos. V. Ex^a, com o espírito de São Francisco – “onde há discórdia, que eu leve a união” –, recuou do pleito justo de ser líder. Sarney, Presidente, e Renan, o Líder. Hoje, estamos aí. Esse PMDB cresceu pelo recuo de V. Ex^a. Foi essa união que se concedeu e foi com essa mesma união que fomos para uma convenção em que houve a decisão pela prévia. O mundo é plano. Com a globalização atual, a democracia é do mundo. Essa ausculta da base faz parte da cultura democrática do mundo e chegou ao Piauí. Quero dizer a V. Ex^a que nós estamos aqui. Outro líder está ali. Está ali Rui Barbosa. Ô, Presidente Sarney, ô Renan, por que ele está ali? Ele recebeu propostas desses carguinhos. Queriam os militares da Primeira República se sucederem. Aí, ele disse: “Estou fora!” Ofereceram um ministério: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Esse é o nosso compromisso. E digo que quero ser o cireneu de V. Ex^a nessa batalha pelo PMDB. E hoje considero a unidade de comando e a direção do nosso partido ao Presidente Michel Temer, a quem devo obediência, bem como ao encantado no fundo do mar: “Ouça a voz rouca das ruas”. O PMDB está ouvindo o povo que está nas ruas. São seus militantes, seus vereadores, seus delegados, seus suplentes de delegados, seus presidentes de diretórios, seus Prefeitos, seus vice-prefeitos, seus deputados estaduais e federais e seus senadores. Então, é essa a nossa luta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O PMDB é, hoje, o partido que tem o maior número de senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, prefeitos e vereadores e o maior número de filiados. A última pesquisa de opinião pública sobre o partido com que o povo tem mais identidade demonstrou que o PT perdeu 50%, e o PMDB aumentou 50% e se transformou no partido, longe, que tem mais simpatia da opinião pública brasileira.

Ter candidato é natural. Ir para o debate e apresentar idéias é natural. Acho que, no choque das dificuldades entre o discurso do PT e o discurso do PSDB, o Rigotto, por exemplo, tem chance, muita chance, porque ele tem a palavra, a biografia e o momento exato de apresentar o seu programa. Na pior das hipóteses, se não ganharmos, não há nenhuma dúvida de que o PMDB, no segundo turno, definirá quem ganha, porque ganhará quem o partido apoiar. E poderá fazer um acordo de alto nível com quem ganhar e for para o segundo turno, não um acordo com Renan Calheiros, José Sarney, Ney Suassuna, mas um acordo do PMDB com o partido vencedor. Mas, se for para o segundo turno com o Lula, o PMDB ganha, porque o PSDB não tem outro caminho senão votar em nós. Se for PMDB com PSDB, não tem outro caminho ao Lula senão votar em nós.

É triste ver o Brasil inteiro entusiasmado, empolgado, achando que é o momento, que é a hora de um candidato do PMDB, e aparece uma manchete do Dr. José Sarney, dizendo: "Não; o PMDB não pode ter candidato. Não tem ninguém em condições de ser candidato". E aparece o Dr. Renan dizendo: "Não; o PMDB não tem candidato. O PMDB não tem condições de ter candidato". E aparece o Sr. Suassuna: "Não; o PMDB não tem candidato. Não tem condições para ter candidato. É cedo para ter candidato". Então, a tese agora do Dr. Renan Calheiros é a de que é cedo para ter candidato, porque é muito cedo ainda para fazer a prévia. Ele não é contra a prévia; só acha que a prévia não deve ser feita agora, mas em maio, em junho, agosto.

O Senador Renan, quando jovem, pegou o Governador do PMDB, Dr. Collor, e, na China, ele e mais quatro lançaram-no candidato a Presidente da República. E o Collor saiu do PMDB,

fundou o PRN e se lançou candidato, contra Ulysses, contra Brizola, contra Lula, contra Aureliano, contra Covas. Até junho, julho, ele tinha 2% das intenções de voto, e ganhou a eleição. E o Renan foi o Líder do Governo dele. Engraçado que o Renan, naquela época, em janeiro, estava tão apaixonado por lançar um candidato que saiu do PMDB. Ele esteve lá no meu Estado – eu era Governador do Rio Grande do Sul –, procurando-me, inclusive convidando-me para ser seu vice, até dizendo: “O senhor já foi ministro, senador e é governador. V. Ex^a pode ir para a Presidência e eu para vice”. Olhei e ri, achando que era uma piada. A piada era eu, porque eu estava diante de um candidato a Presidente da República e não imaginava isso. Ali, o Renan achou bacana. E, agora, o Dr. Renan acha que não, que devemos deixar a prévia lá para maio, para junho, para agosto. Ora, não fica bem! Não fica bem! E as pessoas estão dizendo que o PMDB está de olho arregalado porque quer o Ministério dos Transportes. Quer porque quer esse ministério. Então, na véspera de uma eleição, vai assumir o Ministério dos Transportes e deixar de ter candidato à Presidência da República. Isso não é sério! isso não é sério!

Na verdade, temos de ver o seguinte: o PMDB tem uma unidade, sua bancada, seus prefeitos, seus vereadores, a sua sociedade, os seus líderes e as suas bases. Quero ver o Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna vir aqui e apresentar às nossas bases proposta contra a candidatura própria, contra o PMDB ter um candidato.

Faço um apelo, primeiro, a esses homens para que não façam uma convocação da Executiva. Segundo, que não a levem a votar pela suspensão das prévias. Imagine V. Ex^a se terça ou quarta-feira – e as prévias são domingo – reúne-se a Executiva e diz: “Não haverá mais prévias”. Isso é acabar com o partido; isso é desmontar o partido; isso é desmoralizar o partido. Isso é aquela demonstração realmente de que o Dr. Renan, que já passou por vários partidos – S. Ex^a pertenceu a vários partidos antes, e dizem alguns que haverá vários depois –, e o Dr. Sarney, que sempre foi do PMDB, mas nunca foi um apaixonado pelo partido, na verdade, são pessoas que não têm o estímulo, a paixão, a vida pelo partido.

Olho para o PFL e vejo os companheiros daquele partido numa luta dramática. O PFL, há quatro anos, lutava para fazer de Roseana Sarney candidata a Presidente – ela estava na cabeça das pesquisas. Ai, o governo do PSDB fez aquela injustiça: foram lá e fizeram um espalhafato com o dinheiro em cima da mesa, e ela não pôde ser candidata. O PFL agora, inclusive, tentou lançar a candidatura do Prefeito do Rio de Janeiro, tentou fazer dele um candidato, tentou encontrar um nome para ser candidato. Não podendo fazê-lo, vai para o PSDB, de mãos amarradas, porque não tem outra saída.

Agora, o PMDB? O que é isso?

No início do Governo, tinha de dar condições de governabilidade. Fui o primeiro que falou: tem de dar governabilidade. O PT não tinha maioria no Congresso e, se o PMDB fosse para a Oposição no início deste Governo, por amor de Deus, tudo isso que está acontecendo aconteceria duas vezes mais e dificilmente o PT sairia do *impeachment*, que seria votado aqui. Lembro-me de que fui um dos que, na hora em que alguns quiseram – e o PFL na frente – reunir uma comissão de juristas para estudar o *impeachment* do Presidente Lula, foram contra e disse: “Vocês estão enganados. O *impeachment* não se pede numa comissão de juristas. O *impeachment* discute-se na Comissão de Ética, na CPI, com o povo, com a sociedade. A sociedade empurra o Congresso Nacional para pedir o *impeachment*, e não uma comissão de juristas”. Quanto à governabilidade, tudo bem; mas, agora, ninguém está querendo a governabilidade, ninguém está buscando a governabilidade do Lula.

Vou dizer uma coisa: para o Lula é muito melhor concorrer a Presidente com o PSDB tendo o seu candidato, a Heloisa Helena sendo candidata e o PMDB tendo o seu candidato. Assim, é certo que haverá segundo turno, no qual o PMDB pode ter um papel muito importante. No entanto, se o PMDB resolver se suicidar, desaparecer do mapa, ser um partido de terceira linha, para que o Presidente Sarney possa fazer um acordo no sentido de que o PSDB apóie a Roseana lá no Maranhão, para que o Presidente Sarney, candidato ao Senado, possa apoiar alguém de um outro partido lá no Amapá, para que

o Renan, candidato ao Senado ou a governador, possa fazer um acordo com outro partido ou seja lá o que for, em troca disso, nós não teremos candidato a Presidente.

Qual é o partido que tem candidatos mais quentes a governador do que o PMDB? No Rio Grande do Sul, o candidato mais forte é do PMDB; em Santa Catarina, o candidato mais forte é do PMDB; no Paraná, o candidato mais forte é do PMDB; em São Paulo, eu acho que é o PSDB ou o PT, mas o Quéricia está lá disputando; no Rio, o candidato mais forte é do PMDB; em Minas Gerais, se o Governador for candidato, ele é o mais forte; mas, como ele está falando em não ser, de repente, pode aparecer o Itamar com uma candidatura forte. Na maioria dos estados, o candidato mais forte é do PMDB. Se o PMDB tem mais palanque nos estados, por que, de repente... No Piauí, o candidato mais forte é V. Ex^a. No entanto, vou ao Piauí e vejo que, de um lado, o partido todo quer o Mão Santa como candidato a governador e, de outro lado, o Alberto Silva, presidente, e outros querem fazer um acordo para o Mão Santa não ser candidato a governador; eleito que ele está. É uma nomeação o Mão Santa! No entanto, a cúpula está imaginando não deixar ele ser candidato a governador. Mas onde nós estamos?!

Este é um momento sério, Sr. Presidente. Alguém pode dizer que o PMDB não tem liderança nacional, porque cada estado tem um líder, por isso não pode se unir e apresentar um candidato. O PSDB, em cada estado, tem um líder. Olhe para o PSDB. Quem é que manda no PSDB do Paraná, Senador Alvaro? Qual é a força que o Tasso Jereissati tem no PSDB do Rio Grande do Sul? Cada Estado tem o seu líder. Agora, os líderes reúnem-se em torno do que é bom para o Partido em nível nacional.

Então, o fato de o PMDB ter líderes locais, ter líderes regionais – eu sou líder no Rio Grande do Sul, um governador é líder em Santa Catarina, outro é líder no Paraná e ainda outro é líder no Rio de Janeiro – não quer dizer que não podemos nos reunir, ter uma candidatura própria e nos reunirmos em torno desse candidato.

O que nos impede de ter um candidato não é o fato de termos lideranças regionais, porque os outros partidos também as têm. O que nos impede de ter candidato são três pessoas: o Senador Suassuna, o Senador Sarney e o Senador Renan, que estão fazendo um esquema diabólico para impedir o PMDB de se consolidar como Partido, para levar o PMDB para uma posição de segunda linha, para um escalão secundário. Nem é um fato de grandeza, de espírito público, não é nem um grande acordo, como se fez no passado. Por exemplo, Juscelino foi lá buscar o Jango. Pegou contra ele os militares, foi uma guerra quando ele fez o acordo com o PTB, porque o PSD tradicional, Nereu Ramos, os clássicos não queriam, de forma alguma, nem o Juscelino, o apoio do PTB, e muito menos ainda o João Goulart. Mas aí foi um acordo histórico. O Juscelino foi buscar, enfrentou os militares, enfrentou a burguesia, porque com o Jango ele ganhava a eleição! E ganhou a eleição. Isso é uma coisa.

Mas não é isso que essa gente está pregando. Não é para ganhar a eleição que o Sr. Sarney, o Sr. Renan e o Sr. Suassuna estão fazendo isso tudo. Estão fazendo para manter os carguinhos que têm, para manter um acordinho, para que o PMDB não apareça com a sua letra, com a sua biografia, com a sua história, com a sua gente, com o seu poder, com a sua autoridade! Para que, daqui a algum tempo, o PT não cometa o mesmo erro estúpido. Em vez de fazer um acordo, um entendimento com o PMDB, direção para direção, comando para comando, foi fazer o acordo com dois ou três, dando um ministério para um, outro ministério para outro. E deu no que deu: mensalão para cá e, na hora da votação de um projeto importante, lá se vão as emendas. E passou a ser um troca-troca, compra e venda a atuação aqui. Isso, parece que alguns querem continuar.

Por isso, acho que nem para o Lula é bom isso. É muito melhor o Lula apresentar um candidato a vice e ir para sua campanha, e o PSDB, para a dele, e o PMDB, para a dele, e a Heloísa Helena, para a dela, e depois vamos ver o que acontece. No segundo turno, vamos discutir. No segundo turno, vamos ver. Eu acho que o PMDB vai para o segundo turno.

Se for, boto minhas duas mãos no fogo como ele ganha. Se não for, o PMDB vai decidir quem ganhará a eleição, porque o PMDB, com a autoridade, com a força, com o prestígio, com a credibilidade, com o respeito, com a bancada enorme que terá de deputados, de senadores e de governadores, será o fiel da balança do segundo turno. Se o PMDB não for, se fizer um acordozinho ali – e o Presidente Sarney já o fez e pegou os carguinhos dele, o Renan já o fez e pegou os carguinhos dele, o Suassuna já o fez e pegou os carguinhos dele –, se tornará um Partido de terceira linha, e estará iniciado o esvaziamento – talvez definitivo – do nosso partido.

Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, é bom vermos alguém aqui fazendo uma dissecação até do seu próprio Partido. Mas acho que precisamos colocar um outro ingrediente. A culpa de tudo isso não é apenas dos líderes do PMDB, não é do Palácio do Planalto nem dessa conivência entre os dois; a culpa é de todos nós. Nós deixamos, Senador Delcídio, que se fortalecesse, no Brasil, o pensamento único dominante. Deixamos que as pessoas pensem que não há sonho alternativo, que não há nem mesmo alternativa dentro até dos sonhos que estão aí. E assim os partidos ficam todos iguais. Não há diferença fundamental entre os partidos, nem entre eles nem também quando analisamos dentro deles e que tem de tudo dentro de cada partido. Perdemos a capacidade de oferecer alternativas que pareçam reais, concretas e ao mesmo tempo transformadoras. Alguns são transformadores, outros são responsáveis. Não estamos formulando uma proposta que unifique a transformação com a responsabilidade. Não estamos oferecendo um sonho alternativo, e, aí, todo o futuro, todas as análises, todos os acordos são em função de nomes, de números de ministérios, de interesses imediatos, sem sonhos a médio e longo prazo. Está na hora de fazermos essas críticas, porque essas lideranças não estão à altura do momento que o Brasil vive, mas também de fazermos uma autocrítica. Sinto-me culpado, como senador, de não estar conseguindo sensibilizar, de maneira alguma, aqueles que podem representar uma alternativa. A próxima eleição vai se

dividir entre aqueles que vão votar no continuísmo, aqueles que vão votar na raiva – voto nulo, contestação – e alguns que vão votar em propostas. Quantos? Talvez pouquíssimos. Esse pensamento único é que faz com que as lideranças do PMDB não se sintam em condições, além de suas próprias não vou chamar de mediocridades ideológicas, mas de suas próprias limitações. Essa falta de alternativas faz com que eles terminem caindo na mesmice do Governo Lula, na mesmice do PSDB, na mesmice do PMDB também. Mesmice por falta de clareza da não-mesmice.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nobre Senador, V. Ex^a sabe que não é fácil, tanto que V. Ex^a, um homem brilhante, terminou tendo de sair do partido porque o partido não correspondia ao que V. Ex^a esperava. Tenho outro estilo. Não saí do PTB, fui vereador e deputado pelo PTB. Extinto o PTB, mudei a placa no Rio Grande do Sul e botei PMDB, e fiquei no PMDB.

Nunca me esqueço que Mário Covas, eu governador, e ele lá no Rio Grande do Sul, fez-me um apelo dramático para que eu fosse para o PSDB e eu lhe fiz um apelo dramático para que ele ficasse no PMDB. E eu dizia: “Mário Covas, o senhor é nosso grande homem. O senhor é o Presidente da República. Com Ulysses, sem Ulysses, querendo, não querendo, a Presidência da República é tua, vai ser tua”. E terminou naquilo: Mário Covas em quarto, Brizola em terceiro, Lula em segundo e Ulysses lá no fim. Como lutei para que o Dr. Ulysses retirasse sua candidatura e apoiasse Covas! E ele me disse, quando eu era governador: “É, para ti é fácil – não é, Simon? – sair daqui e apoiar o Mário Covas. Por que é que não pede para apoiar o Brizola?” Respondi: “Dr. Ulysses, está enganado. Se o PMDB decidir apoiar o Brizola, eu bato palmas dez vezes. É que penso que, em São Paulo, tirar um paulista para apoiar um gaúcho, acho que vai ser difícil. Por isso é que estou dizendo: saí um paulista e fica outro paulista que era PMDB até ontem. Mas se o senhor achar que o problema é botar o Brizola, fico dez vezes mais satisfeito”. Mas deu no que deu. O PSDB – digamos – até que chegou ao poder, mas não como

gostaríamos; chegou ao poder paulista demais – perdoem-me a sinceridade.

Chegou ao poder com os paulistas praticamente. Hoje, vemos que os paulistas estavam lá na época da ditadura militar; que os paulistas estavam lá na época do Fernando Henrique. E os paulistas, na época do Lula, estão lá. Só não estiveram lá no Governo Itamar Franco, em que o Ministro da Fazenda foi de Pernambuco, e o Ministro do Planejamento, de Minas Gerais. A *Folha* noticiou: “Dupla Caipira comanda o Brasil”. Mas ele não colocou.

Então, a luta foi difícil no PMDB. O Dr. Ulysses Guimarães é um grande nome, mas teve um início bem diferente. A Executiva do PMDB era composta por Ulysses Guimarães, por Nelson Carneiro, por Amaral Peixoto, por Tales Ramalho; era uma Executiva ultraconservadora.

Modéstia à parte, em 1979, quando cheguei aqui como senador, a Executiva mudou 100%. Ulysses Guimarães saiu desse grupo e veio para o grupo de cá, onde estávamos eu, Chico Pinto, Miguel Arraes, Teotônio Vilela, e o PMDB passou a ter a verdadeira bandeira e a exercer seu verdadeiro papel. E, durante todo o tempo em que estivemos na Executiva do PMDB, ele foi o grande partido da vida deste País. Foi o PMDB que teve a coragem de se reunir em uma assembléia no Rio Grande do Sul, de lançar uma bandeira constituinte – Diretas Já, fim da tortura e anistia – e de dizer: “Não aceitamos guerrilha, não aceitamos voto em branco, não aceitamos extinção de partido!”. Lançamos nossa bandeira, fomos para a rua, o povo foi atrás, e ganhamos a eleição! Mas aí Tancredo morreu, e Dr. Ulysses ficou brigando com Sarney, e não tivemos a coragem nem de ir para Oposição, nem de ficar no Governo Sarney, e pagamos o preço.

Agora, estamos lutando, Senador. Há quatro anos, eu era candidato à Presidência da República e percorri o Brasil inteiro. Por onde eu andava, tinha o apoio de todo o mundo. Quando chegou a hora, suspenderam a prévia, não deixaram sair a prévia, terminaram com a prévia, e, na hora da convenção, não havia uma chapa partidária. A chapa era Serra e a vice-

presidência do PMDB. E o candidato do Partido? Disseram: “Se essa não passar, colocamos o candidato do Partido”.

Então, vimos lutando, mas não é fácil. Há quatro anos, eu era candidato a líder da bancada. Eu me apresentei a líder da bancada. O Sarney seria Presidente, e o Pedro Simon, líder da bancada. E eu tinha a maioria da Bancada e tinha condições de ganhar. Aí, lá na Paraíba, o Dr. Sarney fez entendimento com o Renan, que era o outro candidato a Presidente, e fez um apelo para que eu abrisse mão da candidatura à liderança: Sarney seria o presidente, Renan seria líder, e eu ficaria para daí a dois anos. Dois anos depois, quem entrou no lugar foi o Suassuna; nunca mais se falou no Pedro Simon.

Não é fácil, Senadora! V. Ex^a saiu do PT por causa disso, porque sabe que não é fácil. A luta contra os que mandam, contra os que comandam o País, não é fácil. Olha, temos uma grande coisa: eu era do MDB do Rio Grande do Sul, e o velho MDB do Rio Grande do Sul é o mesmo de sempre. Lá, estamos com a mesma idéia, com o mesmo ideal, com a mesma bandeira e com a mesma garra. Estamos ali preparados. Até se tiverem de vir a cavalo, os gaúchos do PMDB virão a Brasília no dia da prévia. Lá, estamos preparados, pois mantivemos a unidade, o entendimento e o respeito entre nós.

É muito difícil esse tipo de luta, quando se diz a um senador que ele vai receber emenda. A emenda é que dará o mandato para ele, uma emenda de tantos milhões. “Fica conosco que vai ganhar a obra tal.” “Não, mas nós vamos nomear o fulano de tal e o beltrano de tal.” Isso que o PT está fazendo é muito triste, muito triste. Lamentavelmente, esse troca-troca é uma realidade, uma triste realidade.

Até acho muito estranho que, apesar de tudo isso, a oito dias da prévia... As bases do PMDB querem a prévia. À revelia do presidente do PMDB, que também quer a prévia, a cúpula do Sr. Renan, do Sr. Sarney e do Sr. Suassuna quer manobrar no sentido de evitá-la. Querem fazer com que ministro saia e vá para a Executiva, querem forjar uma reunião da Executiva a quatro dias da prévia, para anulá-la.

Estamos fazendo o máximo, meu querido Senador Cristovam Buarque. O Garotinho, de um lado, e o Rigotto, do outro, percorrem o Brasil inteiro, em uma campanha magnífica, de respeito e de recíproco conhecimento, em uma campanha de grandeza com relação ao Governo. Ninguém está pregando a luta armada, nem a guerra. Há respeito, e os dois dizem que, se ganhar o Garotinho, o Rigotto o apóia e que, se ganhar o Rigotto, o Garotinho o apóia. Qual é o problema?

É triste. Alguns pensam que, como têm força nos seus estados... Alguns estados são um pouco pequenos ou muito distantes, e a figura do senador é tão importante, tão ilustre, tão brilhante, que isso passa despercebido, e o que ele fala lá é cumprido. Mas o tempo volta, e a história termina por ser esclarecida – cada detalhe e cada fato. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fizer aqui. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fizer aqui.

Eu, velho cabo de guerra, que ainda tenho boca para falar, mantenho a mesma linha ao longo de toda essa vida. Eu podia ser ministro do Fernando Henrique e não o aceitei. Eu podia ser líder do Fernando Henrique e não o aceitei, com respeito, porque disse, quando ele fez aliança com o PFL, que eu não ia me entender, que eu ia causar problema. Então, era melhor eu não aceitar, para não causar problema. Mas, hoje, tenho autoridade para dizer que estou na mesma linha. O velho MDB está sendo convocado.

Terminei de fazer uma cirurgia da coluna, e Deus foi bom demais comigo. Todo o mundo achava que as conseqüências seriam imprevisíveis; não sabiam se eu ia continuar caminhando. Parece que Deus me pegou ali, e estou aqui, caminhando e falando. Não quero nada e não busco absolutamente nada a esta altura da minha vida, apenas a obrigação que tenho com o meu País.

Joguei muito para que Fernando Henrique desse certo. Joguei muito para que Lula desse certo. Estamos vivendo a hora mais difícil da História brasileira, e quem fala é alguém que viveu todos esses momentos.

Eu era um guri, era presidente da UNE quando fui à presença de Juscelino, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, só gostaria de lembrá-lo que V. Ex^a está há 50 minutos na tribuna. Eu e o País reconheçamos que são os 50 minutos mais importantes da história deste Parlamento e da história mais verdadeira, que essa é uma contribuição para a democracia. Mas, pacientemente, aguardam alguns senadores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro já, Sr. Presidente.

Creio que a história escreveu que esta seria a vez de o PMDB dizer “presente”, e não podemos fugir à nossa responsabilidade. Não podemos fugir à nossa responsabilidade, que é a de apresentar uma candidatura, a de ter um programa e a de falar a verdade. Isso, por exemplo, é o que tem o Rigotto. Vá ver a vida do Rigotto! Prometer mais do que o Fernando Henrique prometeu, só o Lula. Agora, mais do que o Lula prometeu, ninguém: 15 milhões de empregos, todos os brasileiros com quatro refeições por dia... Ninguém pode prometer mais do que o Lula!

Então, o problema não é de quem promete, o problema é de credibilidade do candidato. Dá para confiar nessa gente? Será que ele não vai fazer como o Fernando Henrique, que foi eleito pela social-democracia e governou com o PFL? Será que ele não vai fazer como o Lula, que foi eleito pela esquerda e governou pela centro-direita? É importante que o candidato tenha credibilidade.

Isso o Rigotto tem, isso eu garanto que ele tem. Ele não é um homem de arroubos, não é um homem radical, mas é um homem que, ao longo de sua vida, vem seguindo um princípio. É isso o que nós estamos querendo, Sr. Presidente.

Ao falar aqui, lembro a história do PMDB e sei que comigo estariam falando Teotônio, Ulysses, Arraes, Covas, Tancredo, os homens que fizeram a história da democracia e da oposição brasileira. Eles não aceitariam a posição de três pessoas, que

eu respeito, mas que não têm vínculos com o PMDB: nosso querido Renan foi do PCdoB, foi do Collor, hoje é do PMDB e não sei o que será amanhã; Dr. Sarney, que até hoje não disse o que é; e o Dr. Suassuna, que é um novato que está aí. Eles não podem enfrentar a história, a vida de um partido como o PMDB na hora trágica em que vive o Brasil.

Muito obrigado.

Sistema fiscalizador do Estado

Pronunciamento em 13 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no final de 2003, recebi correspondência de candidatos aprovados em concurso para procuradores da Fazenda Nacional, que manifestavam sua preocupação e indignação para com o fato de não haver interesse do Governo em aparelhar institucionalmente o sistema fiscalizador do Estado.

À época, o assunto repercutiu em vários meios de comunicação. Reproduzo aqui matéria publicada no jornal *O Tempo*, de Minas Gerais no dia 14-11-2003.

“Impasse prejudica Fazenda Nacional

O impasse entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda seria o responsável pelo atraso na contratação de novos 388 procuradores da Fazenda Nacional em todo o País. Só em Minas Gerais, o órgão conta com um déficit de 30 procuradores no quadro geral de funcionários e um acúmulo de R\$11 bilhões da dívida ativa da União. Em Brasília, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, teria interferido diretamente no caso, pedindo agilidade na convocação dos concursados. Uma funcionária da Procuradoria da Fazenda Nacional questiona o interesse da contratação de novos funcionários para o recolhimento da dívida ativa da União. Segundo ela, o envolvimento de grandes empresas devedoras de impostos pode ter influência na demora das contratações. As provas do concurso foram realizadas, em todo o País, em

22 e 23 de fevereiro deste ano. Em julho, a lista de classificados foi encaminhada à AGU para que fosse ali dada. Desde então, o concurso permanece parado. No mesmo período, a Advocacia-Geral da União realizou concurso semelhante para os seus quadros e divulgou o resultado. Os aprovados já foram empossados. Em Brasília, o órgão negou que seja o responsável pelo atraso da homologação, como responsabilizou a Procuradoria da Fazenda Nacional. Segundo a assessoria de imprensa da AGU, a divulgação do resultado final aguarda providências do Ministério da Fazenda. Em Minas Gerais, 45 pessoas foram classificadas no concurso da Procuradoria Nacional da Fazenda. O Estado conta, atualmente, com 23 vagas. Outras seis, abertas durante o processo do concurso, também deverão ser oferecidas, seguindo autorização do edital.”

Hoje volto a esta tribuna para, novamente, buscar a reflexão e o entendimento sobre esta importante e imprescindível carreira de estado que vive, de novo, um grave impasse, agora, inclusive, com a greve da categoria.

Os procuradores da Fazenda Nacional se encontram em greve desde o dia 13 de fevereiro, em busca de recomposição remuneratória e de melhor estruturação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Estes servidores, de alta qualificação e dedicação, têm tido na última década uma defasagem salarial de tal ordem que, sendo historicamente equiparados aos juizes federais e procuradores da República, hoje ganham 1/3 do que percebem estas outras carreiras.

E são eles, Sr^{as} e Srs. Senadores, os responsáveis pela cobrança da Dívida Ativa da União e pela defesa da Fazenda Nacional, tendo arrecadado em juízo, em 2005, cerca de R\$9 bilhões.

Não obstante, esses dedicados profissionais trabalham sem carreira de apoio, sem recursos adequados de informática e acompanham, em média anual, mais de 6.990 processos judiciais cada um.

Hoje, o estoque de dívida ativa a ser cobrada é da ordem de R\$334 bilhões. É mais do que óbvio que uma Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional adequadamente estruturada redundará em mais recursos a fazer frente aos serviços públicos essenciais.

Além disso, eles são os responsáveis pela cobrança do FGTS, o que tem surtido grande efeito em termos arrecadatórios, e por consequência, tem refletido nos indicadores macroeconômicos que tanto orgulha o atual Governo.

Ademais, a PGFN arrecada apenas dos devedores do Fisco o chamado encargo legal, que são honorários destinados a um fundo – FUNDAF, justamente criado para aparelhar a PGFN. Porém, estes recursos são contingenciados ano a ano. Em 2005, por exemplo, a PGFN arrecadou R\$458 milhões de reais, mas a previsão é de que receba pouco mais de R\$100 milhões de reais no corrente ano, o que é um descalabro.

É importante ressaltar que esta categoria tem importância fundamental para o Estado brasileiro e é pilar da Justiça Fiscal. E cobrando bem de quem deve, o Estado pode diminuir a carga tributária de muitos que pagam em excesso.

Sr. Presidente, faço aqui um apelo à sensibilidade política do Governo. Que os Ministérios da Fazenda e o do Planejamento examinem com muita atenção e com a devida importância e valoração o pleito desta categoria, que repito: é imprescindível ao Estado brasileiro.

Muito obrigado.

Panorama da eleição presidencial

Pronunciamento em 14 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que tenho de trazer aqui uma mensagem ao bravo Governador Alckmin. S. Ex^a é um homem de bem, por quem tenho o maior respeito.

Sempre me lembro do papel que o Governador Alckmin assumiu durante o período em que Mário Covas sofria de uma doença praticamente sem volta – e os médicos não queriam que ele renunciasse. Os médicos achavam que, se Covas renunciasse e fosse para casa, para Paris ou a algum outro lugar, isso anteciparia a sua morte.

Então, Covas ficou no governo até o fim. Levantava às 10h30min, ia ao gabinete do governador, despachava, tirava duas fotografias, voltava para a sua residência, dormia, às 16h30min voltava ao gabinete e fazia a mesma coisa.

E o Alckmin, como Vice-Governador, deu todo o suporte, cobertura, apoio e nunca disse uma palavra; nunca tirou uma fotografia e nunca obteve vantagem alguma dessa situação.

Aliás, dizem que a viúva do Covas gosta muito do Tasso Jereissati, porque, quando governador do Ceará, toda vez que ia a São Paulo visitava-o, embora o Covas já estivesse fora de qualquer tipo de disputa; enquanto outros – não vou citar os nomes –, sabendo que o Covas estava fora de disputa, mesmo morando em São Paulo, nunca mais o visitaram.

Então, vejo a escolha do Alckmin com muita alegria, embora respeite o Serra. Contudo, penso que o Serra tinha um impedimento grave, pois assinou uma declaração: “Eu sou prefeito; se for eleito, ficarei quatro anos. Se renunciar, não vote em mim para qualquer cargo”. Eu acho que o Serra fez bem em não aceitar. Era um contraste muito grande. O Serra é moço e tem tempo para esperar.

Creio que o quadro está resolvido. O PSDB não precisou reunir o Diretório Nacional, fazer convenção ou reunir a Executiva. O chefe, o líder, o Presidente do Partido, Senador Tasso Jereissati, e o ex-Presidente da República Fernando Henrique, com a sua experiência, resolveram a questão. E um agrado foi dado a Minas Gerais – somente o Itamar não está gostando: chamaram o Governador de Minas para participar da decisão, entre dois paulistas, é claro! Mas o Governador de Minas Gerais participou da decisão. Escolheram. Já têm candidato a Presidente.

O PT, do nosso querido amigo Lula, ferido e abatido, está em pleno combate, campanha e luta, livrando-se dos ferimentos. Está lá o Lula. O PT é o partido de se reunir, debater, discutir, fazer seminários, ouvir as bases. Alguém abriu a boca para falar algo? O candidato é o Lula, e está acabado! O que vai acontecer é a convenção oficial, burocrata, que vai homologar o nome do Lula.

Hoje, a candidata de Oposição para valer está aqui. Todos sabem quem é. A Senadora Heloísa Helena está aí. Eu acho que os pequenos partidos de Oposição deveriam reunir-se – PDT, PPS... E essa candidata, com um tempinho de Oposição, meu Deus do céu! Mas a candidata está ali!

Só tem o PMDB. Perdoem-me os outros partidos, mas o PMDB é o único partido que está fazendo um debate. Parece até que o Brasil é uma democracia para valer, como na Inglaterra e nos Estados Unidos, com os candidatos debatendo, reunindo as bases, conversando e discutindo, num debate bonito que há muito tempo não se via.

Andando lá na sua Alagoas, Senadora Heloísa Helena, só o Senador Renan é contrário. Todo mundo, em Alagoas,

quer uma candidatura própria. Chegando ao Maranhão, só o Senador Sarney é contrário. Todo mundo no Maranhão quer uma candidatura própria. Quer dizer, o partido deseja isso.

Agora, o que vamos dizer? A campanha começou! Os dois candidatos mais fortes já estão na rua – o Lula e o Governador de São Paulo. A Heloísa já está na rua.

E o que quer o PMDB? Transferir as prévias para junho. É piada! Não é algo sério! Não tem explicação! Não tem lógica! Transferir para junho por quê? Porque alguns não querem candidato. Mas não querem candidato por quê? Por que um partido do tamanho do PMDB, com a sua história, com a sua biografia, com os seus quadros, não vai ter candidato?

O PSDB ficou entre dois e escolheu um. Escolheu o único, porque o Serra, com todo o carinho, tinha um impedimento, que era o seu compromisso de ficar na Prefeitura até o fim. O PT não fez escolha: era o Lula e pronto, está acabado.

O PMDB, não. Poderiam ser candidatos a Presidente da República pelo PMDB: Germano Rigotto, Governador do Rio Grande do Sul; Luiz Henrique, Governador de Santa Catarina; Roberto Requião, Governador do Paraná, que está fazendo uma administração espetacular; Anthony Garotinho; Itamar Franco e José Sarney, ex-Presidentes da República; Jarbas Vasconcelos, Governador de Pernambuco; Iris Rezende, de Goiás; Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional.

Meu Deus, como possui nomes para a candidatura presidencial o PMDB! Dizer que o PMDB não tem quadros! Onde é que nós estamos?! Alguém disse que temos de esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal no que se refere à verticalização, para sabermos se candidato a Presidente só pode fazer coligação com os partidos que o apóiam em nível nacional. Isso prejudicará? Sim. Se a decisão que o Congresso tomou, se emenda à Constituição for derrubada no Supremo, o que não acredito, prejudicará. Prejudicará quem? O PMDB, porque o meu amigo, candidato a governador de Mato Grosso do Sul, quer fazer aliança com o PSDB e não vai poder fazê-la. Prejudicará. Poder pode, porque o PMDB pode lançar o candidato a governador, e o PSDB lançar candidato ao Senado.

O PMDB não lança candidato ao Senado, e o PSDB de Mato Grosso do Sul não lança candidato a governador. Poder pode. Que prejudica, prejudica. Mas o PMDB tem 16 ou 17 candidatos praticamente garantidos para eleger como governadores.

E o PT, que está oferecendo a vice, em Goiás, em troca do apoio para o Lula; está oferecendo a vice, em Tocantins, em troca do apoio para o Lula; está oferecendo a vice, no Espírito Santo, em troca do apoio para o Lula; está oferecendo a vice, no Amazonas, em troca do apoio para o Lula; enfim, está oferecendo a vice-governança a quem quiser, em troca do apoio para o Lula.

Por que para o PT é importante eleger o Presidente e para o PMDB é importante eleger dois governadores a mais em vez de eleger o Presidente? Por que para o PSDB é importante eleger o Presidente? O que o PSDB tem? O governador do Paraná, muito importante; o governador de Minas, muito importante; o governador de Goiás, que vai perder. No entanto, não vejo ninguém do PSDB dizer o seguinte: "Não, nós não vamos apoiar. Nós queremos ver como vai ser, se há uma unidade total, porque, se não tiver, nós não vamos apresentar". O PSDB é um grande partido. Tem candidato à Presidência. O PT é um grande partido; tem candidato à Presidência. O PMDB é um grande partido; tem de ter candidato à Presidência.

Só quem não quer são as três pessoas que nós conhecemos. Por que não querem? No Maranhão, eu acho que o candidato do PMDB a governadora do Maranhão é a Roseana Sarney. É. Aliás, para mim, ela estaria há muito tempo no meu partido. Eu creio que ela é mais PMDB do que o pai dela. A Roseana tem tudo para ser candidata, tem tudo para ser governadora. Acho que o PMDB não deve apresentar candidato a governador no Maranhão, deve apoiar Roseana, e o candidato a senador é do PMDB. No Amapá, por amor de Deus, o candidato a senador é José Sarney, e concordo que lá apoiemos o candidato de qualquer outro partido que apóie Sarney para candidato a senador. Isso é lógico! Mas daí a não termos candidato...

Primeiro apresentaram um nome – ninguém sabe quem apresentou. Ontem apareceu um terceiro candidato lá, um nome que já foi candidato à Presidência da República, já foi não-sei-o-quê e mais não-sei-o-quê. Apresentava-se como candidato a Presidente, o terceiro candidato. E o que ele dizia? “Eu defendo a tese de que o PMDB não deve ter candidato. Defendo a tese de que o PMDB deve indicar o vice do Lula. Por isso sou candidato: para boicotar a prévia do PMDB”.

É claro que isso foi rejeitado pelo presidente do PMDB, até por que o estatuto diz que, na prévia, o candidato a Presidente da República tem de ter o apoio de pelo menos um Estado. Uma unidade da Federação pelo menos tinha de apoiá-lo, mas ele não tinha ninguém. Rejeitado, o quadro está composto.

Neste momento, quero dizer ao Brasil que o quadro sucessório está definido: Lula é candidato a Presidente pelo PT, Alckmin é candidato pelo PSDB, e o PMDB vai decidir domingo entre dois homens ilustres, Garotinho e Rigotto. As oposições já têm um grande nome, o da Senadora Heloísa. Se forem competentes, fecham em torno da Senadora Heloísa. E não tenho dúvida alguma de que pode acontecer aqui o mesmo que aconteceu no Chile: uma mulher na Presidência. Basta que dêem a ela a chance de expor suas idéias com tempo e oportunidade. Ela não perde para o Teotonio em garra, em luta, em disposição, em capacidade e em competência. Não perde! A Senadora Heloísa Helena é um pouco radical nas idéias, mas quando for candidata à Presidência da República deve agir como lhe falei: candidato a Presidente é candidato a Presidente, não pode dizer que o Bush é isso ou aquilo. A gente sabe o que ele é, mas é preciso tratá-lo com mais jeito, porque amanhã podemos ter de nos reunir com ele para conversar. E parece-me que ela absorveu essas idéias.

Está ali o futuro Governador do Rio de Janeiro, o Senador Sérgio Cabral. Perguntem-lhe o que é melhor para ele: ser candidato a Governador havendo um candidato a Presidente da República do próprio partido – 15 para Presidente e 15 para governador – ou ser candidato a governador do Rio de Janeiro tendo de apoiar o 45 ou o PT para Presidente da República?

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Senador Pedro Simon, é uma honra ouvir esse vaticínio de V. Ex^a. Quero dizer-lhe que, enquanto V. Ex^a falava do nosso partido com essa altivez, do alto da história que carrega, eu me lembrava de 1981, quando o General Golbery do Couto e Silva bolava uma solução jurídica para impedir o crescimento da oposição no Brasil. Inventou algo absolutamente inimaginável para obstaculizar esse crescimento da oposição: o voto vinculado, segundo o qual a população brasileira tinha de votar, de vereador a governador, no mesmo partido. E o PMDB, o velho PMDB de V. Ex^a – naquela ocasião eu era um modesto presidente da Juventude do PMDB do meu Estado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu já era o presidente do MDB do Rio Grande do Sul.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – V. Ex^a já era o presidente do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São gerações diferentes as nossas, Senador.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – E V. Ex^a liderou, junto com outros grandes líderes do nosso partido, com muita inteligência, com muita competência, a luta contra essa tentativa de destruir o crescimento da oposição. Em 1982, nós fizemos nove governadores de Estado, além do Governador Brizola no Rio de Janeiro, e começamos a campanha das Diretas Já, que culminou com o fim da ditadura militar. E agora esse PMDB vai se dobrar a uma verticalização? Francamente, é uma vergonha que algum membro do nosso partido cogite que deixemos de fazer prévias no próximo domingo por conta de uma decisão de verticalização no processo eleitoral que vale para o PSDB, que vale para o PT, que vale para o PSOL, que vale para todos os partidos. Quero dizer que V. Ex^a, neste momento, encarna o sentimento de todo o partido, dos oito mil vereadores do PMDB, dos mais de mil prefeitos do PMDB, das centenas de deputados estaduais do PMDB. Parabéns! Nós faremos uma festa cívica no próximo domingo elegendo um dos dois – e temos o privilégio de ter dois grandes candidatos a Presidente da República: o meu candidato, o ex-Governador Anthony

Garotinho, e o candidato de V. Ex^a, o grande Governador Germano Rigotto. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade. Agradeço o aparte de V. Ex^a, que foi muito oportuno.

A verdade tem de ser dita: a tese de esperar a decisão do Supremo para fazer as prévias é ridícula. Embora a convenção do PMDB tenha se afastado do Governo, o PMDB participa do Governo. Não foi a convenção do PMDB que indicou, não foi o diretório nacional que indicou, não foi a executiva nacional que indicou, não foi o presidente nacional que indicou, não foi a bancada estadual ou federal que indicou, não foi a bancada no Senado que indicou, foram pessoas que indicaram. O Senador Sarney indicou, o Senador Renan indicou, o Senador Suassuna indicou e mais gente indicou. Essas pessoas estão ocupando cargos, e acho que estão fazendo um trabalho digno de respeito.

Havia um movimento no sentido de exigir a expulsão. Não apoiei esse radicalismo. O PT fez isso com a Erundina quando a Erundina aceitou ser ministra do Itamar, foi um erro do PT. Se eles querem ser ministros, que sejam ministros. Não são ministros do PMDB, mas são companheiros do PMDB que, por conta própria, são ministros.

Essas pessoas – temos dois, três, quatro, cinco do PMDB – têm cargos neste Governo que não acabam mais. Vários líderes do PT falando comigo me disseram: “Você sabe, Simon, quem tem mais força e quem mais telefona para o Lula? Não é o Mercadante, não. Não é o presidente da Câmara, não. É o fulano e o beltrano” – dois senadores do PMDB. São os que têm o maior carinho do Lula, os que têm mais cargos do Lula e os que têm o maior respeito do Lula e com quem o Lula trabalha. O Lula inventou uma forma para ir a Alagoas festejar o aniversário do Dr. Renan e o encheu de homenagens. Tudo bem! Tudo bem, mas não pode prevalecer a situação pessoal.

O PMDB tem de ter candidato próprio. É provável que o Dr. Renan e o Dr. Sarney não tenham, em governos do PTB, do PP e do PMDB, tantos cargos quanto têm no governo do

PT. É provável, porque no governo do PMDB haverá 15 governadores, 25 senadores... Agora não: no governo do PT, só têm cargos Sarney, Suassuna e Renan. No PMDB, haverá 30 senadores, 100 deputados federais, dez governadores e, portanto, eles não vão poder ter tanta coisa.

Mas não é por isso, eles têm de ter grandeza. Temos de pensar no partido e não em nós mesmos! Temos de pensar no partido e em sua causa. E nesta hora, neste momento, repito: quando Lula ganhou, eu agradei a Deus, achei que a História do Brasil estava mudando. Quando não aceitei as formulações para que eu fosse ministro, fiquei três noites sem dormir, e todo mundo me dizia: "Mas tu és louco, Simon? Estás há cinqüenta anos brigando para mudar o Brasil e agora, que o Brasil vai ser mudado, foste convidado a participar e não entras?" E eu dizia: "É, mas o que eu vou fazer? Não deu, não deu!"

E o PMDB? O PMDB apoiou de corpo e alma o Governo Lula, deu cobertura, deu total apoio. Quero que me citem um projeto na Câmara ou no Senado que tenha sido rejeitado, boicotado ou dificultado para o Governo Lula. Aliás, diga-se de passagem que o PSDB e o PFL não boicotaram o Governo do Lula. Quero que me digam um projeto, uma iniciativa de grande importância nesta Casa que o PSDB tenha boicotado, que o PFL tenha boicotado, que não tenha saído.

Mas não deu! Eu era uma pessoa que tinha de estar em casa, despedindo-me dos companheiros: "Estou indo embora. Até logo! O Governo está uma maravilha, estamos caminhando". Mas se estou nesta luta é porque estamos hoje pior que 12 anos atrás. O Brasil está hoje pior que 12 anos atrás, quando Itamar Franco deixou o governo. Hoje, estamos piores.

Então, não é justo que o PMDB vá para a casa. Numa hora como esta, a realidade se apresentou. Veio o PSDB, por oito anos, mas não deu; veio o PT, por quatro anos, mas não deu. Então, é a vez do PMDB. O PMDB tem o direito de apresentar sua proposta. Era o Tancredo, que morreu, que não pôde fazê-lo. Quer dizer, o PMDB tem o direito de ter sua proposta. O Dr. Sarney e o Dr. Renan, que não têm muita tradição de PMDB,

nem muito amor pelo PMDB, e o Suassuna muito menos, não podem impedir o PMDB de ter candidato.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não podem impedir o PMDB de ter candidato! Não podem desmoralizar o PMDB, dizendo que apresentar candidato vai ser ridículo, que não vai sair de 2%, que ninguém vai ligar! Isso não é verdade!

Andei pelo Brasil inteiro. É impressionante a emoção! Parece a época antiga, quando, de repente, do nada, começa a florir, começam a aparecer flores. A gente começa a levantar, a refazer suas casas do nada. O PMDB está assim, parece um jovem correndo, rindo, satisfeito, disposto a apresentar sua caminhada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São três pessoas: Renan, Sarney e Suassuna. Isso não pode ser, não pode ser.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe dou o aparte. E querem boicotar a prévia?! Querendo cantar! Pelo amor de Deus, estão pegando representantes de Goiás, oferecendo mundos e fundos para irem à Executiva votar contra a prévia!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, pediria para não dar mais apartes, porque já estamos prorrogando o tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na reunião no Rio Grande do Norte, oferecem a alma, para o ilustro e bravo deputado do Rio Grande do Norte ir à Executiva e votar contra! Estão oferecendo aos membros da Executiva céus e terras, para eles irem à Executiva e votarem contra! Mas o que é isso?!

Estamos mobilizados para, no domingo, às 9 horas, em todas as capitais de todos os estados do Brasil, comparecer

à prévia: Garotinho e Rigotto. E querem suspendê-la. Estão cantando as pessoas, estão colocando as pessoas na parede, fechando a porta e dizendo: “Dou isso e isso para você ir lá e votar contra”. Mas o que é isso, meu Deus do Céu?!

Sr. Presidente, o PMDB terá seu candidato. A eleição começa no domingo. Parecia que iria começar depois, mas o PSDB resolveu. Falavam até que o PSDB iria fazer uma prévia, mas a trinca mostrou que o PSDB é mais organizado do que imaginávamos. Os três deram uma solução. A Heloísa já está de candidata. O problema não é da Heloísa, que já é candidata. O problema é das oposições, de terem a competência de escolher uma candidatura para valer! Esse é um problema dos pequenos partidos. Se tiverem a vaidade de cada um apresentar seu candidato, será uma vaidade.

Ando por aí, e todo mundo pergunta – chegam a me elogiar – se sou amigo da Senadora Heloísa Helena. Digo que sou muito amigo dela. O título mais importante que levo por onde ando é o de que sou grande amigo da Senadora Heloísa Helena, pelo prestígio e pela credibilidade que S. Ex^a tem pelo Brasil inteiro. Então, os candidatos já estão aí.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, encanta o Plenário quando está na tribuna, quando não derruba ministros. Ou é uma coisa ou outra, mas nos está encantando. V. Ex^a esqueceu de falar que o candidato a Presidente do Congresso, oriundo do Partido de V. Ex^a, já está lançado: é o Senador Ney Suassuna. V. Ex^a veja como esse trio funciona! O futuro presidente do Congresso será o Senador Ney Suassuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Futuro Presidente do quê?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Do Congresso. Será o Senador Ney Suassuna. Não sei se ouviram V. Ex^a, provavelmente não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não duvido.

Era candidato à Presidência do Senado o Senador José Sarney. O candidato a líder da bancada era Pedro Simon. Estava fechado. O Senador Renan Calheiros estava disputando com o Senador José Sarney a presidência do Senado e ia perder, pois o Senador José Sarney ia ganhar. No entanto, muita gente, bem como o Senador José Sarney, entendeu que seria bonito o Senador José Sarney ser eleito por unanimidade, evitando-se a disputa. Então, cortaram a cabeça de Pedro Simon. O Senador Renan Calheiros ficou como líder, com o pressuposto de que, depois, o Senador José Sarney largaria a Presidência, de que Renan Calheiros iria para a Presidência e de que Pedro Simon seria Líder. Nunca mais falaram comigo. Quando vi já estava lá Ney Suassuna.

Para a Presidência do Senado, não duvido. Assustei-me quando V. Ex^a falou. Pensei que V. Ex^a dizia que ia ser Presidente da República. Também pode ser. Se chegar à presidência do Senado, não sei onde terminará. O Senador Ney Suassuna é um grande nome, respeito-o muito.

V. Ex^a é um nome de peso no PFL. Podem gostar ou não de V. Ex^a, mas V. Ex^a possui uma tradição, uma bandeira. O PMDB detesta V. Ex^a na Bahia, mas V. Ex^a tem uma bandeira. E até digo com toda a sinceridade: somos obrigados a respeitá-lo, porque os governadores indicados por V. Ex^a e as equipes de V. Ex^a são umas melhores do que as outras. V. Ex^a sabe fazer quadros; talvez, no Brasil, nos estados, seja a pessoa que mais tenha organizado quadros de primeira competência.

Mas o que está acontecendo no PMDB, agora, é diferente. As pessoas não querem organizar quadros, não querem fazê-lo.

Lembro-me, como se fosse hoje, de que o PMDB era contra Sarney ser Vice-Presidente do Tancredo. Digo do PMDB do Rio Grande do Sul. Quando o levamos do seu gabinete para o plenário da Câmara, onde havia um mar de gente, ele estava angustiado, porque achava que ia levar uma vaia tremenda, porque as bases não queriam Sarney. A minha tese, na época, era a de que, se nós, do PMDB, abrimos mão da candidatura

do Ulysses, que era nosso candidato à Presidência da República, e indicamos o Tancredo, porque o Tancredo unia, a Arena também não devia indicar Sarney, que era o Presidente na época da ditadura. Deveríamos indicar um nome que unisse todos, que unisse Deus e todo mundo.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, eu lhe pediria, encarecidamente, que concluísse seu pronunciamento. Já proroguei todo o tempo que podia.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já termino, Sr. Presidente.

Sarney entrou no Congresso. O aplauso que recebeu foi uma coisa espetacular. Ele foi às lágrimas. As bases do PMDB aplaudiram quando entraram o Dr. Ulysses e o Sarney juntos, e o discurso dele foi delirantemente aplaudido. Ele foi bem recebido pelas bases. Quando morreu o Dr. Tancredo, houve um entendimento total em torno da Presidência Sarney, e, inclusive, demos liberdade. Íamos renunciar na mesma hora em que Tancredo morreu. Ele pediu para ficarmos, e ficamos. V. Ex^a estava lá, V. Ex^a era Ministro. Não queria renunciar na mesma hora em que o Dr. Tancredo morreu? O Dr. Sarney pediu: “Vamos ficar para organizar, para dar força para ele”. Então, ficamos até ele organizar o ministério dele.

Sarney devia estar no PMDB. Perdoe-me V. Ex^a, mas a filha dele tinha de estar no PMDB. Ela já seria até Presidente da República no PMDB. Os filhos dele deveriam estar no PMDB, como os de V. Ex^a estão no PFL, brilhando no PFL.

Nosso amigo Renan veio do PCdoB. Imagine o Renan, que homem espetacular!

Collor era Governador de Alagoas, e eu, Governador do Rio Grande do Sul. Ele chegou para mim, no Rio Grande do Sul, e disse: “Simon, você é meu candidato a Vice”. Eu disse: “Não”. Ele falou: “Simon, então, você vai para Presidente, e eu vou para Vice. Você já foi ministro, já foi senador, é do Rio Grande do Sul”. Ele gostava muito do Rio Grande do Sul, porque o avô dele era gaúcho, o Collor. Olhei para ele e ri. Esse cara está doido! Ele é do PMDB – estamos em fevereiro –, o Governador de Alagoas. O PMDB tem 26 governadores. Ele quer sair, criar um partido e ser Presidente.

O bobo era eu. Ele fez isso. E teve o apoio de quem? Teve o apoio do Renan. Na China, tomando o pato chinês, lá estavam o Collor e o Renan, firme do lado dele. Não falou em esperar. Não disse que era cedo. Não! Foi e topou. Agora, o Dr. Renan diz que é cedo, que é a favor, mas que é muito cedo. Ó, Renan, V. Ex^a envelheceu, mas não tanto!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Primeiro, concedo o aparte a meu Líder, meu grande Líder.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, os discursos de V. Ex^a sempre são, para nós, uma aula. E eu ouvia, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a. Meu nome foi citado, mas sou uma pessoa que respeito muito os outros. Antes de mim, tem a reeleição de Renan; antes de mim, tem o nome do Sarney sempre; e, quem sabe, talvez na última posição, se não tiver ninguém, inclusive V. Ex^a, talvez possa ser eu, se formos maioria. Mas sei respeitar os mais velhos e, mais do que isso, sei respeitar os que têm uma biografia muito mais extensa do que a minha e muito mais vivência. Portanto, agradeço a V. Ex^a a referência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dá para entender porque o homem está aí. Dá para entender por que eu estou aqui e ele está ali. Eu uso esta linguagem de bobo aqui, e ele está ali. Por isso, todo mundo quer falar com ele e há muito tempo que não fala mais comigo.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Mas quero agradecer a V. Ex^a e dizer exatamente isto: fique na certeza de que temos ainda a reeleição de Renan, temos nomes maravilhosos, como o de Sarney, como o de V. Ex^a, temos paciência e sabemos esperar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O Senador Ney Suassuna firmou um compromisso público com V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, esperar.. Eu estou esperando há 24 anos, nunca fui Presidente, nem Vice-Presidente, nem membro da Mesa, nem líder de partido, nem presidente de comissão. Estou há 24 anos Senador e não fui porque não fiz questão de ser, não é meu estilo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a não precisa de cargo para ser líder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em 24 anos, acho que teria sobrado uma presidência de uma comissãozinha, uma liderança, uma vice-liderança, uma secretaria da Mesa. Nunca ocupei cargo! O único cargo que ocupei aqui foi a liderança do Governo, porque achei que era uma obrigação. Itamar queria me fazer Ministro, mas não aceitei o cargo porque eu tinha sido um dos que coordenaram a CPI do *Impeachment* e eu não queria que acontecesse comigo o que ocorreu na época de Getúlio, quando os que o derrubaram foram para o ministério depois. Eu disse: “Não quero que digam que foi no gabinete do Simon que derrubaram o Collor, para ele ser ministro”.

Mas não pude renunciar à liderança do Governo, aceitei o cargo, embora não tivesse gabinete de governo. O Itamar quis colocar o sobrinho dele, que terminou morrendo no exterior, no meu gabinete, porque ele tinha de dar um cargo para o sobrinho, que não tinha cargo nenhum. Vejam como era o Itamar, não nomeou ninguém, nem o sobrinho dele, para com quem tinha obrigação, porque era filho do irmão que tinha pago a faculdade de Engenharia do Itamar. Ele me pediu para pôr o guri no meu gabinete. Eu disse: “No meu

gabinete, não dá". Ele me respondeu: "Mas como? Você tem um gabinete de líder!" Eu disse: "Não tenho gabinete de líder. Eu só tenho o meu gabinete, porque eu não compus o gabinete da Liderança".

Então, não estou preocupado com essa questão. Estou preocupado, isto sim, com o destino do PMDB. O Senador Sarney, o Senador Renan e o Senador Ney Suassuna têm de entender isso. Nunca as bases estiveram de olho tão arregalado como agora. Não vai acontecer de reunirem a Executiva repentinamente, como querem fazer, e, dobrando três votos a peso de ouro, suspenderem a prévia. Não vai acontecer!

O PMDB vai ter o seu candidato, vai para a campanha, vai lutar e, queira Deus, vai desempenhar a sua missão.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância exagerada, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Prévias do PMDB

Pronunciamento em 15 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, nós, que somos a rapa-de-tacho, ficamos com cinco minutos. Mas como ontem falei um tempão, só tenho a agradecer.

Quero transcrever nos *Anais* do Senado a nota assinada pelos dois pré-candidatos do PMDB à Presidência da República, Anthony Garotinho e Germano Rigotto, intitulada “Em defesa das prévias e da candidatura própria do PMDB”.

Queremos expressar, por meio desta nota, nosso absoluto repúdio às manobras de bastidores daqueles que tentam adiar as prévias do partido, com o claro intuito de impedir que o PMDB venha a ter um candidato próprio às eleições deste ano.

As prévias significam um momento histórico para o nosso partido. Um reencontro com sua tradição democrática e um reencontro do PMDB com o Brasil. A candidatura própria é oportunidade que se abre para o PMDB voltar a ocupar um papel decisivo na política brasileira, pondo fim ao condomínio tucano-petista responsável pela estagnação econômica e pela involução social dos últimos anos. Por isso, não aceitaremos a ação conspirativa daqueles que, no intuito de preservar cargos e benesses políticas particulares, tentam violentar e inviabilizar o processo altamente democrático, em que as bases peemedebistas, depois de anos de manipulação, são chamadas a decidir sobre o futuro do nosso partido.

Mas o PMDB não é propriedade de alguns. O PMDB não é deles. O PMDB é o partido da nossa história e dos militantes que, em todo o Brasil, têm preservado o partido como o mais profundamente enraizado em todo o Brasil. O PMDB é dos quadros e militantes que esperam pela oportunidade de oferecer ao Brasil a generosa proposta de retomada do desenvolvimento, da justiça social, do equilíbrio federativo e da ética na política.

A candidatura própria é a vontade do PMDB. Vamos denunciar até o fim qualquer ato que signifique a traição do nosso partido. O PMDB é grande e tem força para vencer as eleições presidenciais.

Pelo bem do PMDB e pelo bem do Brasil, cobraremos a responsabilidade das falsas lideranças que [usando cargos oferecidos pelo partido] trabalham contra a afirmação de nosso partido e rejeitaremos, intransigentemente, todas as medidas diversionistas ou protelatórias que, pondo em risco as prévias, impliquem a renúncia do projeto nacional de nosso partido e a desmoralização do PMDB.

Assinado: Anthony Garotinho e Germano Rigotto, candidatos à Presidência da República.

Infelizmente, Sr. Presidente, aconteceu o que não esperávamos: Sarney, Suassuna e Renan foram às últimas conseqüências. E, forçando – nem quero discutir de que maneira – assinaturas, conseguiram. Marcaram uma reunião da Executiva para amanhã.

A presidência nacional podia até não marcar essa reunião. Não é uma obrigação da presidência nacional receber uma assinatura hoje e marcar uma reunião da Executiva para amanhã, em se tratando de um assunto da importância desse, que eles, deliberadamente, deixaram para a última hora. Estamos debatendo, discutindo, andando pelo Brasil e falando sobre as prévias há quatro meses. Na quinta-feira, véspera de domingo, eles entram com um pedido para marcar a reunião. A reunião vai sair. Eu duvido! Em primeiro lugar, não acredito que os estatutos permitam que três parlamentares que mudam de posição determinem que a prévia não se realize,

para manter os cargos do Dr. Sarney, do Dr. Renan e do Dr. Suassuna; que desmoralizem o PMDB; que impeçam o PMDB de ter candidato!

Exatamente no dia em que se consolida a candidatura do Sr. Alckmin – aliás, grande escolha –, a líder do PT vem a esta tribuna, mostra resultados de umas pesquisas e diz: “Está consolidado o confronto bipolarizado entre PSDB e PT”. No momento, certa parte da imprensa quer dizer isto, o Brasil está reduzido a isto: confronto PSDB/PT, São Paulo/São Paulo. O candidato de um dos partidos é paulista e o candidato do outro partido é paulista; o candidato anterior do PSDB é paulista, e o candidato anterior do PT é paulista. Não!

O Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna derrubaram o Líder da Câmara, que assinou a nota convocando sem ouvir os deputados. Derrubaram-no. Ele não é mais líder na Câmara. Não sei por que a bancada no Senado não faz o mesmo com o Sr. Suassuna. Ele é membro da Executiva e assinou. Correto. Mas assinou como líder, sem ouvir a bancada.

Daqui desta tribuna, falei meia dúzia de vezes; o Senador Mão Santa e vários senadores do PMDB falaram daqui, defendendo as prévias. Não vi nenhum outro senador falar contra as prévias. E o Sr. Suassuna foi lá e assinou o documento, como líder, para suspender as prévias.

É triste, Sr. Presidente!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No início da semana, quando V. Ex^a falava da tribuna, tive muita vontade de dizer-lhe algo. Agora, terei oportunidade de fazê-lo. Primeiro, foram muitas as ocasiões em que V. Ex^a, demonstrando afinidade com as batalhas que nós, do Partido dos Trabalhadores, travamos, fez recomendações a mim próprio e a alguns companheiros do Partido dos Trabalhadores. E sempre ouvi as palavras de V. Ex^a como vindas de um amigo, de um irmão. Mas, hoje, chegou a oportunidade de eu dizer algo ao com-

panheiro-irmão que tenho no Senado e ao seu partido. V. Ex^a sabe que algumas vezes foi muito importante a sua palavra para que eu tomasse decisões. Mas, diante das reflexões de V. Ex^a – da mesma forma, dirijo-me ao Senador Garibaldi Alves, que também é do seu Partido e que hoje preside a sessão –, fiquei pensando: será que não seria uma boa idéia, Senador Pedro Simon, levarmos em conta as recomendações dos Senadores Renan Calheiros, José Sarney e Ney Suassuna, de um lado, e aquelas que V. Ex^a aqui tem exposto, sobre a importância de se realizar a prévia, e conclamar, então, todos os filiados do PMDB a comparecerem, no domingo próximo, mas ampliando-se a prévia para três alternativas? Os que desejarem Germano Rigotto como candidato, poderão votar em S. Ex^a; os que desejarem, Senador Pedro Simon, votar em Anthony Garotinho, poderão fazê-lo; e os que desejarem votar no sentido de apoiar o Presidente Lula também poderão fazê-lo. A minha sugestão é que não apenas os 21 mil delegados votem, mas que se conclamem todos os filiados do PMDB, no âmbito nacional – não sei precisamente o número, mas imagino que seja próximo de um milhão, senão até mais, mas são centenas de milhares de militantes...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais de dois milhões.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mais de dois milhões! Então, Senador Pedro Simon, quem sabe não se convoquem todos! Já que V. Ex^a tem participado de tantas plenárias dos filiados e delegados, que se chame um público amplo para votar e escolher entre essas três alternativas: Germano Rigotto, Anthony Garotinho ou aquilo que os senadores preferirem. Fica a sugestão de um companheiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte e a sugestão do irmão e companheiro.

Creio que faz muito bem V. Ex^a em começar a se interessar pelo nosso PMDB, porque, no PT, não dão bola para V. Ex^a. Olha que V. Ex^a tem feito belíssimas propostas! Se o PT tivesse seguido V. Ex^a, tudo o que está acontecendo atualmente não estaria acontecendo.

Sou testemunha, por exemplo, de que V. Ex^a lutou para que a primeira CPI fosse assinada, para que o Lula e o Senador Aloizio Mercadante deixassem que fosse assinada. Se dependesse de V. Ex^a, isso que está acontecendo não aconteceria, não; teríamos assinado o requerimento de instalação da primeira CPI, teríamos começado do zero e não teriam seqüência esses acontecimentos.

Por isso, agradeço realmente a V. Ex^a. Creio que V. Ex^a está certo. Comece a se interessar por outros partidos. Um bom partido para V. Ex^a começar a se interessar é o da nossa querida Senadora que está aqui ao lado. Olha que a Senadora merece o apoio de V. Ex^a!

Vejo, à Mesa, um extraordinário deputado federal de mais de seis mandatos. Tive a honra de ser Ministro com seu pai e verifico o carinho e o afeto que a sua família recebe do povo do seu Estado. O velho Alves, para mim, é a cultura política mais extraordinária que já vi na vida. Não me lembro de ninguém assim. Quando ministro, viajamos uma vez 16 horas, percorrendo vários estados do Nordeste. Ele passou as 16 horas contando a História do Brasil. Que coisa fantástica, que coisa fantástica! Ele contou, por exemplo, algo de que nunca soube: o Carlos Lacerda falsificou uma capa da *Tribuna da Imprensa*, colocando que o irmão de Getúlio, Bejo Vargas, que era Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, tinha fugido para Buenos Aires, porque o Getúlio já estava caindo; e, com essa capa, lá na cadeia, o cara confessou, porque percebeu que não tinha mais seu protetor.

Graças a Deus, o Deputado Alves não assinou a convocação. E fez bem em não assiná-la.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, porque assinar uma convocação na quarta-feira para marcar uma reunião na quinta-feira e realizar uma prévia no domingo – e que há meses poderia ter sido feita – não dá para entender. E, olhe, um ex-Presidente da República da estatura do Dr. Sarney...

O Dr. Renan, com a sua história, deveria estar à frente de todos nós – um homem da estatura do Dr. Renan neste Congresso, um especialista em fazer Presidente que, gurizi-

nho, elegeu o Collor do zero, lá em Alagoas, pelo PRN. Criou um Partido e elegeu o Presidente da República. Ele deveria estar à nossa frente, coordenando. Podia até ser candidato. Teria todas as condições para sê-lo se não estivesse querendo manter os carguinhos que tem, ficando com o PT e não defendendo a candidatura própria.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei. Nós viveremos, amanhã, a página mais importante do PMDB. Ou o PMDB se consolida e pode ganhar essa eleição, ou, dessa vez, o PMDB desaparece. É aquilo que o Dr. Renan quer: cada estado escolhe uma fórmula, cada lugar vai de um jeito e era uma vez o PMDB. Vamos viver do passado. Agora, o que é engraçado é que o Dr. Renan, sentado aí na cadeira de V. Ex^a como presidente, dizia que tínhamos que adiar a prévia para depois, porque se a fizéssemos agora, o candidato do PMDB que a ganhasse ia perder tanto, ia ficar tão pequenininho que, quando chegasse a hora da Convenção, teria que se retirar.

O que o Renan, o Sarney e o Suassuna estão dizendo para o presidente do partido? O que eles querem? Eles não querem a prévia agora. Até argumentamos: “Vamos fazer a prévia agora. Depois tem a Convenção.” Vamos ter uma Convenção. Se tiver argumentos, coisas sérias, responsáveis e graves, poderemos reunir a Convenção e não apresentar candidato. Não estamos amarrados! Podemos nos reunir e não apresentar candidato se, por exemplo, ele ganhar a prévia e, no final, tiver 2%, se acontecer de fato e se chegarmos à conclusão de que é negativo para o PMDB.

No entanto, o que eles estão dizendo? “Não, não se pode fazer a prévia agora, porque se ela for feita até a Convenção, o candidato já se terá consolidado e não se mexerá mais nele.” Mas, então, qual é a que vale? Se o candidato já se consolidou e não se mexe mais nele, o candidato está no chão e deve-se tirá-lo. Não, não dá!

Tenho 76 anos e, na semana que vem, vou apresentar um requerimento, Sr. Presidente, porque, na quinta-feira, o

PMDB completará 40 anos. Trata-se do partido de vida contínua mais antiga da História do Brasil. É claro que o PCdoB e o PC têm vida antiga, mas interrompida, porque viveram um tempo enorme na clandestinidade. O PMDB completa 40 anos na próxima quinta-feira. Pretendo vir a esta tribuna para fazer um discurso em homenagem aos 40 anos do PMDB e dizer que temos candidato, que o que a senadora líder do PT falou sobre a bipolarização, que o Brasil tem dois pólos, PT e PSDB, não é verdade. Com todo respeito, em primeiro lugar, não é só o PSDB, porque o PFL é tão importante quanto o PSDB. Em segundo lugar, o PMDB é o partido número um na quantidade de candidatos, de vereadores, de parlamentares e na preferência popular.

Concedo um aparte ao Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Pedro Simon, serei muito breve. Quero dizer que o PMDB não pode perder o caráter nacional. O PMDB está se tornando um partido de líderes localizados e locais, por que não dizer paroquiais? Realmente, o PMDB precisa da unidade e da grandeza da Nação brasileira. Sabemos que é um dos maiores partidos e V. Ex^a já citou os números. Infelizmente, pensa-se mal. Em todo ano de eleição, é a mesma cantilena, o mesmo discurso: “Não! O PMDB terá candidatura própria. Agora, sim, o PMDB terá candidatura própria à Presidente da República. Vamos à Convenção, que vota e consagra essa decisão.”. Depois, começam os processos de esvaziamento, chegando-se à Executiva. Aí ocorre, então, o adiamento. Aí é o nada, o vácuo, a derrogação da decisão maior do órgão supremo, que é a Convenção. Há uma hierarquia de decisões no partido, estabelecida pelo estatuto. Ou o PMDB deve estabelecer uma cláusula no seu estatuto, ou o PMDB renuncia, a qualquer tempo, sempre, ao seu candidato à Presidente da República. Assim, saberemos que se trata de um partido que jamais terá candidato a Presidente da República. Porém, não se pode conviver com essa idéia. Quantos discursos foram feitos? Não vou citar pessoas, mas todos estavam presentes e eram ferrenhos na disputa junto ao Presidente Lula, que disse várias vezes: “Não, o PMDB não pode desfigurar-se e deve manter sua candidatura

própria.” Esse é o discurso do Presidente Lula. A participação no Governo não implica renúncia à candidatura presidencial. Se houver segundo turno entre partidos diferentes, será outro momento, porque sempre ele invocou o apoio do PMDB se houvesse segundo turno sem a participação do PMDB. Então, nobre Senador Pedro Simon, por que essa incoerência? Por que essa forma de enganar a si e aos outros? Afinal, política não se faz com trapaça. A política verdadeira se faz com o compromisso da palavra dada e a coerência, para ser verdadeira diante da Nação. Senão, vamos construir, sempre, aqui, o ódio e a mentira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só para concluir, V. Ex^a é a favor da prévia? É contra o adiamento?

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É evidente que sou contra. Eu sou pela manutenção da decisão feita pela Convenção nacional.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito bem. Não tinha dito ainda.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Não, eu disse que, exatamente, nobre Senador, uma decisão maior, agora, é revogada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso aí. É isso aí.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Então, exatamente isso. Não à incoerência, não à mentira, não à enganação, não à farsa, não à decepção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro. O que aconteceu conosco, Sr. Presidente, é muito simples. Houve uma época em que tivemos líderes até demais. Conviveram, ao mesmo tempo, o Dr. Ulysses, o maior de todos, Tancredo, Teotonio, Arraes, Covas. Nós tivemos grandes nomes.

Hoje, vivemos um momento muito triste, muito triste. Não temos líderes? Temos, mas no comando estão pessoas que não têm identidade com o nosso partido. Isto é que é triste: não têm identidade com o nosso partido. O presidente do Senado Federal, o ilustre ex-Presidente da República e o

nosso líder no Senado não têm nenhuma identidade com o PMDB, não amam o PMDB, não sofrem com o PMDB.

O nosso querido amigo Renan tem o coração grande, que comporta todos: o PCdoB, o Collor, o Fernando Henrique, o Lula. Não sei se comporta o PMDB. Que bom se houvesse, no coração dele, o espaço que deu para o PSDB quando foi ministro e que dá, agora, para o Lula, por quem é apaixonado. Que desse um pedacinho para o PMDB, mas não dá.

O Dr. Sarney é uma bela pessoa. A sua filha tinha que estar no PMDB, pois é uma mulher excepcional, extraordinária, fantástica, que foi por duas vezes governadora, senadora. Ela deveria estar no PMDB. Ela, hoje, seria uma grande candidata do PMDB, até mesmo à Presidência da República. Mas não está. A filha está no PFL, o filho está no PV. No Maranhão, o candidato a governador é do PFL. Lá no seu estado, ele é candidato ao Senado e o candidato a governador sei lá de que partido é. Quer dizer, não tem amor pelo PMDB.

O Senador Suassuna, não sei de quando veio. Está no Rio, assumiu como suplente do senador, o senador saiu, ele ficou e, nesse emaranhado, ele terminou na posição em que está. Mas amor pelo PMDB não tem. Capacidade, muita.

Se esses três tivessem amor pelo partido e se dedicassem a ele, meu Deus do céu, que trabalho poderiam fazer. Mas, sabotando, como estão atrapalhando! Meu Deus do céu!

O Lula eu não entendo. Adivinhem quem o PT me disse, várias vezes, que é o homem do sonho, o homem dos olhos do Presidente Lula? Adivinhem quem é? O Dr. Sarney. O Dr. Sarney e o Dr. Renan são as pessoas que telefonam diariamente para o Lula e recebem telefonemas diários. Hoje, a imprensa publica, em manchete, nos jornais que se o PMDB não tiver candidato e adiar as prévias, recebe, na semana que vem, o Ministério dos Transportes! Isso é publicado com a maior tranquilidade, com a maior serenidade, como se isso não fosse coisa alguma! Recebe, na semana que vem, o Ministério dos Transportes. Como temos, lá na Petrobras, aquela diretoria que está construindo os petroleiros; uma grande iniciativa. Aliás, um discurso belíssimo do Lula, na televisão: "Nós, agora,

vamos construir os nossos petroleiros. Os nossos petroleiros vão ser brasileiros!”. E aí vem a notícia depois: “O petroleiro brasileiro vai sair duas vezes o valor do petroleiro importado”. Vamos pagar o dobro pelo petroleiro feito aqui do que pelo importado. Mas o “cara” é companheiro do PMDB; está lá...

Não, Sr. Presidente, nós não podemos continuar com isso! Esse assunto vai parar no Conselho de Ética. Pensa-se muito em levar o nome do Dr. Sarney, do Dr. Renan e do Dr. Suassuna ao Conselho de Ética, para eles examinarem se essas pessoas, com a importância que têm, podem, numa hora em que estamos indo para rua com as nossas candidaturas, debatendo, analisando, procurando crescer, eles declararem que o PMDB não tem candidato, que não tem nenhum candidato, que não deve apresentar candidato, e fazer uma executiva pedindo a anulação da prévia. Acho que a Conselho de Ética deve analisar uma questão como essa.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, e o felicito. V. Ex^a é uma pessoa que tem compromissos e responsabilidades. V. Ex^a é uma pessoa fantástica! Foi prefeito da capital do seu Estado, governador do seu Estado, senador, governador, senador e vai ser governador novamente. Não tem, na história deste Congresso, alguém com essa categoria. De deputado foi a governador; de governador foi a senador; de senador foi a governador; de governador foi a senador e agora, de Senador vai a governador, e governador nomeado! Mas V. Ex^a cumpre como eu. V. Ex^a tem acordos firmados com outros partidos? Tem. Mas isso não impede V. Ex^a de respeitar o seu partido e de fazer a sua luta partidária, o esforço da sua campanha, dando força ao seu partido. Que bom que o exemplo de V. Ex^a seja seguido em todo o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Carta de Paulo Brossard

Pronunciamento em 23 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, presidindo a sessão; o Senador Sérgio Zambiasi deixando a tribuna a que assomo agora. Que bom! A nossa representação no Senado nunca teve um momento como este. Embora pertencamos a três partidos diferentes, estamos permanentemente juntos na defesa do Rio Grande do Sul. Isso é tão importante e tão significativo que, muitas vezes, fazemos um trabalho três vezes ao mesmo tempo: V. Ex^a está num lugar, eu estou em outro e o Senador Sérgio Zambiasi, em outro.

V. Ex^a, por exemplo, sempre preocupado com o problema dos excluídos, que abordamos ontem, o problema do idoso, o problema do salário mínimo. Acho que V. Ex^a é o Senador que mais se preocupou com os problemas sociais ao longo da existência desta Casa. V. Ex^a dá um tom diferente desde que assumiu a senatoria. As manchetes de jornais inclusive publicam isso. O grande debate sobre o salário mínimo não é mais na Câmara, é aqui no Senado com V. Ex^a, como aconteceu – e foi um trabalho espetacular de V. Ex^a –, na questão dos aposentados, quando da defesa da emenda paralela. Naquela ocasião, nós, inúmeros senadores, tivemos oportunidade de ficar atrás de V. Ex^a, dando-lhe apoio, e foi uma vitória muito grande à qual o Governo teve de se curvar.

E o mesmo com Zambiasi. O Senador Zambiasi, para quem não o conhece, é um homem que tem um programa de rádio durante anos a fio, das 6 da manhã até à uma da tarde,

totalmente dedicado às questões, aos problemas sociais. Eu ficava impressionado com a vida do Zambiasi, porque ele não vivia. Ele resolvia centenas de problemas, equacionava uma infinidade de questões. Eu fui um dos responsáveis – porque insisti muito! – pelo fato de o Zambiasi entrar na política; ele não queria, porque dizia que a missão dele era fazer aquele trabalho social que ele fazia. E tem obra do Zambiasi, como o problema das drogas, lá no Recanto do Zé, onde ele fez mais sozinho do que todo o Governo do Estado junto, recolhendo, debaixo das pontes, pessoas praticamente às vésperas da morte e que vejo lá se recuperarem, deixando completamente o vício da droga, tornando-se inclusive colaboradores anônimos no trabalho de combate à droga.

Para mim, é uma honra muito grande ser companheiro de V. Ex^a e do Senador Sérgio Zambiasi. V. Ex^{as} vieram dignificar e honrar o Estado do Rio Grande do Sul. E, ao entrar na sublegenda, nos trabalhos dos dois, posso dar ao meu trabalho um sentido social e humano tão mais profundo do que era antigamente.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

Sr. Presidente, o Senador Paulo Brossard foi uma das figuras mais extraordinárias deste Congresso. Ele viveu as horas mais difíceis. Em 1974, quando era difícil falar e havia um medo no ar, Paulo Brossard, líder do nosso Partido nesta Casa, começou a denunciar a violência e a tortura; ele começou a falar. Pena que, naquela altura, não tinha ainda a TV Senado. E foi uma voz que percorreu o Brasil em defesa da liberdade. Depois, Paulo Brossard foi Ministro da Justiça do Presidente José Sarney, que o indicou para membro do Supremo Tribunal Federal, aprovado pela unanimidade desta Casa.

Foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, onde começou as reformas enormes que terminaram hoje no processo da urna eletrônica, que nos coloca na frente de todo mundo nessa questão. Foi Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Apresentei um projeto aqui porque achei um absurdo quando ele completou 70 anos e teve de deixar o Tribunal, exatamente

às vésperas de uma eleição em que iria possibilitá-lo presidir o Tribunal e poder mostrar toda a sua capacidade.

Foi assim com ele e com o Ministro Jatene, que teve de abandonar a presidência do Instituto do Câncer por ter completado 100 anos. Apresentei uma emenda nesse sentido, mas está aí uma confusão que nem sei responder.

Recebi uma carta de Paulo Brossard, que foi escolhido para ser advogado da Mesa do Senado na questão referente à decisão tomada ontem no Supremo com relação à verticalização das eleições. Ele tornou pública a carta e a distribuiu, inclusive, à imprensa.

O conteúdo da carta é o seguinte:

Paulo Brossard

Advogado

Brasília, 20 de março de 2006.

Ex^{mo} Sr.

Renan Calheiros

DD. Presidente do Congresso Nacional

Brasília – Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Anexo à presente, e dentro do prazo legal, faço a entrega do trabalho jurídico que me foi solicitado, informações que o Congresso Nacional deveria prestar ao egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADIn nº 3.685, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao formalizar a entrega do trabalho, sinto-me no dever de fazer o registro de alguns fatos.

Cronologicamente, lembro que fui convidado por V. Ex^a para defender a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 52 e sua aplicabilidade imediata, pois, publicamente, sustentara posição que afastava a dita “verticalização” das eleições do presente ano.

O convite ocorreu tão logo a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que ingressaria no Supremo Tribunal Federal contra a Emenda.

Em 6 de março corrente, a pedido de V. Ex^a, ficou esclarecido que meu trabalho seria como advogado, ficando a meu encargo elaborar as informações que o Congresso prestaria na ADIn anunciadas pela OAB, o único momento em que há possibilidade de expor razões nos autos por advogado em Ação Direta de Inconstitucionalidade. Fazia-se necessário aguardar o ingresso da ADIn anunciada pela OAB, para ver os fundamentos que seriam utilizados e, então, enfrentá-los.

Nos termos do despacho do Sr. Ministro Gilmar Mendes, foi determinado que o julgamento da liminar se daria com o mérito da ação. O Congresso Nacional, após a intimação, tinha dez dias de prazo para prestar informação ao Supremo Tribunal Federal. Após prestadas, e com elas, o processo seria encaminhado à Advocacia-Geral da União e, depois, à Procuradoria-Geral da República, ambos com prazo de cinco dias para manifestação.

Quando instruído, o processo retorna ao ministro relator, que pede dia para julgamento, colocando-o em pauta, com antecedência mínima de 48 horas. É feito este registro, que reproduz normas legais e regimentais do Supremo Tribunal Federal, pois ocorreram fatos inexplicados e inexplicáveis.

A ADIn nº 3.685 foi ajuizada no dia 9 de março de 2006.

O Congresso Nacional foi intimado a prestar informações no dia 10, sexta-feira. O prazo iniciou na terça-feira, dia 13 de março, primeiro dia útil, findando em 22 de março. Até esta data o Congresso Nacional teria prazo para apresentar suas informações ao STF, com as razões jurídicas na defesa da constitucionalidade da Emenda.

No domingo, dia 12, por mensagem eletrônica, consultei a Advocacia-Geral do Senado sobre a data da intimação para prestar informações, consignando que utilizaria todo o prazo dos dez dias. Em resposta, na segunda-feira, 13 de março,

o Advogado-Geral não se insurgiu quanto ao uso integral do prazo, e consultou se responderia também a segunda ADIn de nº 3.686.

Com surpresa recebi ligação telefônica do Advogado-Geral, feita a seu pedido [do Presidente do Senado], na noite do primeiro dia do prazo, 13 de março, perguntando se o trabalho poderia ser entregue no dia seguinte, quando recém estava tomando contato com a ação e, mais, havia recebido cópia da segunda ADIn, nº 3.686, com cerca de cem páginas, ajuizada sobre a mesma matéria por outra entidade.

Desnecessário dizer que a responsabilidade profissional, a importância institucional do Congresso, a matéria a ser submetida ao mais alto Tribunal da Nação não tornavam possível fazer um trabalho de afogadilho, sem utilizar o prazo processual legalmente assegurado para prestar as informações.

Um segundo telefonema do Advogado-Geral, à noite de segunda-feira, solicitou o meu comparecimento ao Senado na manhã de terça-feira, para conversar com Vossa Excelência.

Lá estive, em seu gabinete, na manhã de 14 de março, mas V. Ex^a não pôde comparecer. Mas falamos ao telefone; expus as razões pelas quais não podia apresentar as informações com a pressa subitamente pretendida.

V. Ex^a pediu-me que expusesse ao presidente de um partido, debitando a ele o interesse na rápida solução. Assim o fiz, ao telefone, de seu gabinete, imaginando que a situação estivesse explicada.

Como o advogado do Congresso Nacional, tinha a obrigação de fazer o melhor na defesa do cliente, ao representá-lo em juízo, e não poderia apresentar um trabalho de forma apressada, para cumprir mera formalidade. Se o Congresso Nacional havia me escolhido, eu haveria de me desincumbir para bem defendê-lo. Naquela ocasião, perguntando, disse que não poderia apresentar o trabalho antes do próximo final de semana, ainda dentro do prazo, que finalizaria na quarta-feira, dia 22 de março.

Na tarde de 14 de março, estava na Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando fui chamado pelo Presidente da Corte, Ministro Nelson Jobim, em seu gabinete. No caminho, atendi ligação telefônica de Vossa Excelência, e comuniquei o fato.

O Presidente Nelson Jobim pediu que fossem logo apresentadas as informações do Congresso Nacional. Respondi que não tinha como fazê-lo, que o prazo estava em curso, que aquele era o segundo dia, que havia razões a serem expostas pelo advogado.

Disse S. Ex^a que tinha compromisso com os partidos para julgar a ADIn nº 3.685, e que precisava que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas com urgência. O julgamento deveria ocorrer a 23 ou 24 de março.

Nesse contexto, o Ministro Presidente informou que já havia providenciado junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República, e que a manifestação de uma e o parecer da outra já estavam prontos. A Ministra Relatora já estava apta para levar a julgamento o efeito, informou o Presidente do STF.

Tudo isto antes que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas e que as instituições – AGU e PGR – pudessem conhecer suas razões.

Salientei que havia outra ADIn, além da primeira, nº 3.686, extensa, que também deveria ser examinada e respondida pelo Congresso Nacional, que fora intimado a fazê-lo. S. Ex^a disse que o Congresso respondesse apenas a da Ordem dos Advogados; ponderei que o Congresso estava intimado a prestar informações na ADIn nº 3.686, e não podia se furtar de responder. Estávamos no segundo dia de prazo.

Pela responsabilidade da incumbência que me fora atribuída, não poderia apresentar informações adequadas com a pressa subitamente pretendida. Ele então disse que assim seria impossível de julgar a ADIn nº 3.685, no dia 23 ou 24 de março, e chegou a aventar a possibilidade de o Congresso prestar as

informações imediatamente, por seus serviços próprios, e a tramitação da ADIn prosseguir como ele esperava.

Na data de hoje, quando o Congresso Nacional disporia ainda de prazo para prestar informações, conforme o combinado, entrego a V. Ex^a o trabalho que me foi cometido. Considero cumprida a minha tarefa profissional.

Não posso deixar de registrar que chegou ao meu conhecimento que já foram apresentadas pelo Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal as informações pela Advocacia-Geral do Senado, sem que isso me tivesse sido sequer noticiado, por Vossa Excelência, ou por quem quer que fosse. Aliás, até agora não conheço o teor das informações, que suponho brilhantes.

Estes os fatos, dos quais concluo ter sido dispensado do encargo congressional. É claro que V. Ex^a poderia dispensar-me, o que estranho é a forma como isto foi feito. Não me queixo, apenas registro o fato. Sempre entendi que, se o advogado deve ser leal com o cliente, o mesmo dever de lealdade tem o cliente para com o advogado.

Passo às suas mãos o teor das informações por mim elaboradas apenas para documentar sua tempestividade. Outrossim, reservo-me o direito de dar publicidade a trabalho de minha autoria.

Atentamente, – *Paulo Brossard de Souza Pinto.*

Ora, Sr. Presidente, nego-me a comentar esse projeto. Nego-me. É um assunto tão sério, tão previsível, tão grave, é o Presidente do Congresso Nacional, é o Presidente do Supremo, é a figura de uma pessoa como Paulo Brossard de Souza Pinto. Peço a transcrição nos *Anais*, mas não comento. As pessoas haverão de vir copiar esse documento, haverão de tomar conhecimento dele e haverão de fazer o seu juízo.

Paulo Brossard de Souza Pinto é uma das pessoas mais digna e correta que conheço, mais justa e mais descentes; advogado talvez o melhor do Brasil; ministro dos mais dignos que o Supremo já teve; a sua vida é uma linha reta. Brossard é até tímido, ele é introspectivo. Imagino o profundo sentimento

de tristeza que ele deve ter tido para escrever esta carta e lhe dar publicidade. Não sei se o presidente da Casa ou o outro presidente quer alguma resposta, mas nos *Anais* da Casa ficará para que, no devido tempo, se tome conhecimento.

Muito obrigado.

As lutas do PMDB

Pronunciamento em 23 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Concorrer com candidato próprio à Presidência da República é uma responsabilidade da qual, a não ser por covardia, não podemos fugir.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dias atrás, entrei com requerimento junto à Mesa do Senado Federal pedindo uma sessão especial para homenagear o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, no dia em 24 de março deste ano, comemora quarenta anos de vitoriosa existência.

O meu objetivo era fazer uma justa homenagem a essa grande agremiação política, uma das mais importantes da nossa vida republicana. Uma homenagem também aos grandes líderes do partido, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Miguel Arraes.

Assim, vou me concentrar aqui principalmente nos primeiros vinte anos de vida do partido, os vinte anos gloriosos do nosso partido.

O Movimento Democrático Brasileiro surgiu por força de uma reforma partidária imposta pelo regime militar, que decidiu limitar em apenas duas siglas o espectro político nacional. O Movimento Democrático Brasil nasceu como o partido de oposição ao governo vigente, oposição consentida, é verdade. Dizia-se, então, que o se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava incondicionalmente o regime militar,

era o partido do “sim, senhor”, o MDB era mais altivo, era o partido do “sim”, nunca do “sim, senhor”.

Inicialmente, a nova agremiação foi presidida pelo Senador Oscar Passos, que tinha como vice-presidente aquele que seria o principal dos militantes do partido, o Deputado paulista Ulysses Guimarães. Os outros Vice-Presidentes eram os Deputados Franco Montoro, também paulista, e Oswaldo Lima Filho, pernambucano.

Ao longo dos vinte anos seguintes, o MDB escreveria uma das mais belas páginas da História brasileira: a nossa longa caminhada em direção ao restabelecimento de um regime democrático.

Façamos uma breve digressão histórica.

Em 1964, instala-se no Brasil um regime arbitrário, comandado pelas Forças Armadas. Após a derrubada do Presidente eleito democraticamente, João Goulart, começa o sistemático desmantelamento das instituições democráticas.

Em 9 de abril, a junta militar liderada pelo General Costa e Silva baixa o AI-1, que cassa os direitos políticos de 102 brasileiros, entre eles João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.

No dia 13 de abril de 1964, surge uma nova lista: com 400 cassações ao todo.

No final de 1965, o AI-2 altera a vigência da Constituição de 1946, ampliando os poderes do presidente (eleito indiretamente) e suprime o multipartidarismo.

Em 24 de março de 1966, no então Estado da Guanabara, surge o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Naquele mesmo ano, a democracia recebe um novo golpe. O Ato Institucional nº 3 estabelece eleições indiretas para os governos estaduais. Mas, na primeira eleição direta para o Senado que disputa, o novo partido consegue eleger vinte dos seus integrantes.

Em 13 de dezembro de 1968, com o AI-5, o Governo fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais. Sindicatos e entidades estudantis são também impedidos de

funcionar. A partir daquela data, líderes estudantis, sindicais e políticos passam a ser perseguidos, têm seus direitos políticos cassados ou são obrigados a partir para o exílio.

Cabe, então, ao MDB, partido que tinha como bandeira o respeito às normas democráticas, denunciar as arbitrariedades sucessivas, que passam a ser conhecidas como “casuísmos”. Para cada dificuldade política que enfrentava, o regime militar inventava uma lei de exceção. A repressão se estende a todo e qualquer movimento social. O regime se concentra em cassar todos que se insurgem. Restringido o direito à liberdade e com a imprensa manietada, ganha terreno a corrupção.

É numa pequena margem de liberdade que os líderes e militantes do PMDB têm de atuar.

Em uma atitude de protesto e, ao mesmo tempo, de enfrentamento ao regime, o Dr. Ulysses Guimarães, em 1971, lança a sua anticandidatura à Presidência da República. Numa eleição de cartas marcadas, que enfrenta só para firmar posição, o Dr. Ulysses tem como companheiro de chapa o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI.

Nesse quadro de grave crise institucional, o MDB passa a exigir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que considera o caminho mais rápido para restabelecer as instituições democráticas.

O início da década de 70 ficou marcado por uma repressão cada vez mais violenta, que incluía a perseguição e até mesmo o assassinato de líderes políticos de oposição.

Nesse tempo tão amargo, apenas uma voz se insurgia contra o regime: a dos líderes e militantes do MDB, comandados pelo Dr. Ulysses.

Agremiação política que tinha a admiração de estudantes e trabalhadores, o MDB elege 16 senadores em 1974.

A luta pela Constituinte, pela anistia e contra a tortura de presos políticos ganha força. As passeatas e atos de protestos, sob a coordenação dos líderes emedebistas, se repetem.

Lembro do nosso Presidente Ulysses Guimarães construindo o partido apesar de todas as dificuldades. Havia muito medo. Mas, habilidoso e determinado, o Dr. Ulysses comandou uma verdadeira articulação nacional para lutar pela democracia. Era um combate diuturno para alcançar que os direitos básicos de liberdade de expressão e de reunião fossem assegurados para todos os cidadãos.

O Congresso Nacional é forçado a um recesso em abril de 1977. O Governo militar edita então o chamado “Pacote” de abril de 1977, restringindo ainda mais as liberdades. Surge a figura dos senadores indicados, chamados “biônicos”, de forma que o Governo pudesse manter sua maioria no Congresso Nacional.

Com a crise do petróleo, o “milagre econômico” do Brasil de transforma num pesadelo. O País está endividado, em dólares, em função de uma política econômica que não levava em conta o interesse da população e que desperdiçava as verbas públicas em obras faraônicas.

Em 1979, treze anos depois de criado, o partido consegue suas duas maiores vitórias: a concessão de anistia política aos que haviam sido perseguidos pelo regime e a extinção do mais arbitrário dos instrumentos criados pelo regime de exceção, o Ato Institucional nº 5.

Na virada para a década de 80, o povo começa a sair às ruas em protesto. O partido que dava sustentação a essa insatisfação era o MDB, que funcionava como um guarda-chuva para todos os que discordavam do regime.

Por essa época, ganha espaço no partido um dos mais importantes políticos brasileiros do século passado: Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que literalmente deu sua vida pela reconstrução da democracia em nosso País.

Com a anistia, os presos políticos são postos em liberdade. Começa, então, o retorno dos líderes políticos brasileiros que haviam sido forçados ao exílio.

Para enfraquecer a oposição, o regime lança mão de mais um casuísmo: decreta o fim dos dois únicos partidos. Forçado

pela nova lei, que exigia a palavra “partido” em todas as legendas, o MDB acrescenta um “P” à sigla. Fica sendo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sob o comando do Dr. Ulysses Guimarães.

Nós considerávamos que ainda não era tempo de dividir a oposição. Pensávamos que deveríamos, todas as forças democráticas, seguir abrigados numa mesma sigla, acumulando forças até a Assembléia Nacional Constituinte. Uma vez instalada, seriam extintos os partidos e criadas as novas agremiações, com base nas idéias e, princípios e afinidades surgidos nos debates da elaboração da nova Constituição brasileira.

Mas, essa tese não prosperou e em 6 de dezembro de 1980 é aprovado o novo Estatuto do PMDB, eleito o novo Diretório Nacional e a nova Comissão Executiva Nacional.

Em 1981, o Partido Popular, que tinha como líder máximo o extraordinário Tancredo Neves, incorpora-se ao PMDB numa operação que o regime tentou impedir.

A nossa grande luta passou a ser pela eleição direta para a Presidência da República. Em 1984, o PMDB liderou aquela que certamente foi a maior mobilização já vista por este País em torno de uma causa política: a frente popular que ficou conhecida como “Diretas Já”.

Depois de uma reunião inicial em Goiânia, realizou-se na capital do Paraná o primeiro comício pelas Diretas Já. Com o descontentamento popular no seu ponto máximo, os comícios se sucedem por todo os cantos do Brasil. Os meios de comunicação, subordinados ao regime, tentaram esconder as manifestações de massa em favor das eleições diretas. Foram obrigados, no entanto, a abrir espaços para o assunto depois que veículos da imprensa começaram a ser atacados e virados nas ruas pela ira popular.

Mesmo enfraquecido, o regime decreta estado de emergência. Brasília é sitiada por forças militares. Volta a censura aos meios de comunicação. A emenda constitucional sugerida pelo Deputado Dante de Oliveira – que permitia eleições diretas para presidente – é derrotada no Congresso.

Naquele momento, nada mais poderia deter o povo brasileiro na sua ânsia por liberdade. A batalha continuou nas ruas, em grandes manifestações populares que pregavam a eleição de Tancredo Neves, mesmo que no execrado Colégio Eleitoral.

O PMDB une-se a outros partidos na Frente Liberal e lança, no plenário da Câmara dos Deputados, Tancredo Neves para Presidente da República, tendo como Vice José Sarney. A batalha final se travaria no Colégio Eleitoral montado pelo próprio Governo.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, mas não chega a tomar posse. Doente, é internado às pressas na noite que antecedeu a posse. O povo brasileiro passou a acompanhar pelos meios de comunicação a luta do Presidente eleito contra a doença. Eram diárias e tocantes as cenas de brasileiros, em geral pessoas humildes, orando pela recuperação de Tancredo.

A morte de Tancredo mergulhou o País na tristeza. Foi um grande choque para a população. Em Belo Horizonte, em Brasília, emocionado, o povo se despediu do grande político mineiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1985, com a posse do Senador José Sarney na Presidência, inicia-se a Nova República.

No ano seguinte, em função do Plano Cruzado, estabelecido pelo Ministro Dílson Funaro, o PMDB colhe sua maior vitória de todos os tempos: elege 21 governadores e 26 senadores.

Com essa votação esmagadora, o partido elegeu uma bancada expressiva na Assembléia Nacional Constituinte, instalada sob o comando de Ulysses Guimarães.

Orgulhoso, depois de um trabalho exaustivo, o Dr. Ulysses apresenta aos brasileiros, no final de 1988, aquela que ele vai chamar Constituição Cidadã. Trata-se de uma Carta Magna que vinha para garantir instituições democráticas fortes, como nunca antes na nossa História.

Em abril de 1989, o PMDB se reúne para a escolha de seu candidato a presidente da República. Os nomes cotados

eram: Alvaro Dias, Waldir Pires, Íris Rezende e Ulysses Guimarães. No final de um processo interno de escolha, Ulysses Guimarães é aclamado candidato do partido.

Nessas eleições, ocorreu uma das maiores surpresas da história republicana, a vitória de Fernando Collor, um aventureiro. Collor era Governador de Alagoas pelo PMDB e eu governava o Rio Grande do Sul. Ele chegou a me procurar na época e me disse que iria sair do PMDB, formar um novo partido e se candidatar à Presidência da República. Convidou-me para ser vice dele, mas aceitava também a fórmula inversa, ele poderia ser meu vice caso eu aceitasse concorrer. Achei que se tratava de um desequilibrado. Mas, esse homem venceu as eleições, surpreendendo a todos, enquanto grandes líderes ficaram à margem.

Em março de 1991, Dr. Ulysses Guimarães transfere a presidência do partido ao ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Em um discurso emocionado, diz: “Meu filho, PMDB: vá em frente. Caminhe rumo ao Sol, que é luz, não rumo à Lua, que é noite. Que Deus te abençoe e a Pátria ateste: Cumpriste o teu dever!”

No ano seguinte, o PMDB teve papel central no processo que levou à cassação do mandato de Fernando Collor. Na verdade, o Presidente nunca pensou que as investigações chegassem até ele. Mas, apareceu uma testemunha, uma pessoa singela, um motorista que fez as ligações todas e apresentou as provas que faltavam, os cheques de contas fantasmas que compraram um automóvel com nota fiscal em nome de Collor. Assume, então, a Presidência da República um antigo militante emedebista o mineiro Itamar Franco.

Com grande habilidade, Itamar Franco forma um governo de coalizão nacional. O PMDB desempenha papel de grande destaque na administração Itamar, caracterizada pela estabilização da moeda, retomada do crescimento econômico, criação do Plano Real e restauração da dignidade da função pública.

Viria, então, a maior perda do partido em sua história: a morte do Dr. Ulysses em um trágico acidente de helicóptero.

Falecem, na mesma ocasião, a esposa de Ulysses, dona Mora, o ex-Ministro Severo Gomes e sua esposa.

No pleito de 1994, o PMDB escolhe Orestes Quércia para concorrer à Presidência da República. Mas já estava desgastado politicamente e não aceitou concorrer na condição de candidato do Governo, apoiado por Itamar, que tinha uma aceitação popular fantástica. O Presidente Itamar Franco lança então o seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que acaba vencendo a eleição.

Na eleição seguinte, em 1998, trava-se luta interna no PMDB para definir uma posição diante da disputa pela Presidência. Por fim, o partido opta por não ter candidato próprio. E decide não dar respaldo a nenhum dos candidatos. Mesmo sem candidato ao principal cargo da República, o PMDB sai daquela eleição como a maior agremiação partidária nacional.

Em 2002, novamente, o partido decide não apresentar candidato à Presidência da República. Dá apoio ao candidato do PSDB, José Serra, no primeiro turno. No segundo turno, parte do partido respalda Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que saiu vencedor.

Começa, então, uma nova fase na vida do partido, que se estende até hoje. Uma fase menos gloriosa, eu diria.

Mas, na semana passada, o PMDB mostrou, pelo voto de milhares de seus militantes, que quer ter, este ano, finalmente, um candidato próprio à Presidência da República.

Essa é a luta que enfrentamos hoje, para que nosso partido não entre no próximo pleito a reboque de uma outra legenda, numa posição secundária indigna de sua glória e de seus quadros.

Nessa campanha das prévias, caminhamos pelo Brasil inteiro. Há muito tempo não realizamos, no conjunto partidário, uma jornada desse alcance e dessa importância. Tampouco, um grande congresso nacional para debater os rumos do partido e as nossas propostas para o País.

Um partido com a tradição do PMDB não pode se omitir dessa responsabilidade. Na História do Brasil não há exemplo

igual de um partido com a dimensão nacional que alcançou o PMDB. Os partidos nunca não foram fortes e enraizados, com idéias e princípios firmes. Eram mais agremiações restritas aos estados. Só em 1945, com a Constituinte, se formaram partidos mais sólidos. Mesmo assim, não foram construídos com base em doutrinas específicas, mas surgiram tendo como referência a figura do Presidente Getúlio Vargas. Os que formavam com a oposição criaram a União Democrática Nacional (UDN), que reunia a elite urbana e setores oligárquicos que estavam fora do poder, além de intelectuais liberais. Já os partidários de Vargas criaram dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD), da burguesia rural, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), das massas trabalhadoras que começavam a aparecer.

Quando essas siglas começaram a crescer, veio a ditadura e acabou com a liberdade partidária, impondo o bipartidarismo com a Arena e o MDB. Essa situação permaneceu até que o MDB cresceu tanto e obteve tanto apoio popular, vencendo eleições seguidas, que o regime encontrou outra fórmula para dividir a oposição. Mais uma vez, extinguíram as agremiações e criaram esses partidos que estão aí até hoje.

Tivemos duas esperanças, o PSDB e o PT. Eu hoje me pergunto se não devia ter aceitado o convite do Covas. Eu era Governador do Rio Grande do Sul e ele, dramaticamente, pedia que eu fosse para o PSDB, porque o medo do Covas era que o PSDB ficasse um partido só de paulista e não um partido nacional.

Eu fiquei fiel ao meu partido e o PSDB cresceu. Que pena que o Covas não se elegeu presidente. Covas era um homem para ser presidente. O Covas é um homem notável na História deste País. Não ganhou. Aí o PSDB ficou oito anos e aconteceu o que aconteceu.

Outra expectativa foi o PT – 25 anos. Vinte e cinco anos em que o PT parecia o partido que vinha para salvar. O PT era o partido dos cruzados, dos homens santos, dos idealistas, que se formou na sacristia, que tinha o apoio da Igreja, o apoio da credibilidade nacional. Era o grande partido.

E Lula, praticamente um herói, nascido no zero para ser o presidente. Deu no que deu. Juro que rezei muito para que o PT desse certo. Juro que rezo muito para que o Lula acorde e volte ser o Lula por quem tive tanto carinho e cujas idéias eu tanto respeitei. E não sei o que aconteceu para o Lula de ontem se transformar no Lula de hoje.

E no meio dessa realidade, eu não consigo convencer o Presidente José Sarney, que é o grande líder do nosso partido, nem o Dr. Renan, que é o grande chefe do nosso partido, nem o líder, Senador Ney Suassuna. Nosso querido Renan, que, quando jovem, teve a grandeza, teve a capacidade, teve a competência de pegar o Collor, um guri, de menos de 40 anos, ali, em Alagoas. Quando Collor veio me procurar – eu, Governador do Rio Grande do Sul, em março, dizendo que queria criar um partido para ser candidato a presidente da República – eu ri. Achei que era um bobo; bobo era eu. Porque ele fez e ganhou. O meu querido Renan apostou e apostou bem, acertou. Ah, se meu amigo Renan tivesse hoje, com a Presidência do Congresso e com a competência que tem hoje, a mesma fé no seu partido.

Nesse conjunto todo, por amor de Deus. Olho para o PT: tem o Lula, o Lula com as duas asas pisadas, amarradas, cuidadas para que ele possa se manter. Nós aqui dando mil garantias para não atingir o Palocci demais, para não atingir demais o Lula, porque achamos que é melhor o Lula e o PT serem réus do que serem vítimas, porque levaria a um *impeachment*, a uma situação insustentável.

Mas o PT, que é partido de discussão, de reunir, de debater, não abre a boca. O candidato é o Lula e pronto. O PT não vai se reunir, porque, se se reunirem numa grande assembleia, vai se cobrar aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, e não tem resposta. Então, não se reúne. O candidato é o Lula.

O PSDB se reúne. Quem se reúne? Uma assembleia? Um diretório nacional? Reúne o Presidente do partido, Senador Tasso Jereissati; reúne o Governador de Minas Gerais. Se não tem mais café com leite, é só café. Então, ele tem uma posição importante, e pode decidir. Está lá em Minas Gerais

decidindo. E se reúne o ex-Presidente da República. E tem de escolher entre dois. Então, não dá para escolher, porque o Serra foi lá no cartório e assinou: “Eu, Serra, digo que, se for eleito Prefeito de São Paulo, fico até o último dia e, se eu renunciar, ninguém vote em mim para qualquer cargo”. Não renunciou. Então, só tinha o Governador de São Paulo.

Agora, o MDB tem o Presidente Sarney, que foi um grande Presidente. Tenho dito isso e repetido: choro a morte do Dr. Tancredo, porque ele tinha história, tinha biografia, tinha atrás dele a força para fazer. Mas o Dr. Sarney assumiu naquela hora e cumpriu os compromissos. A Assembléia Nacional Constituinte saiu; as grandes reformas que ele prometeu saíram; as tentativas com o plano econômico saíram. Foi um regime democrático, aberto, amplo, respeitoso. Temos o Itamar, que foi um presidente da República espetacular. Temos o Rigotto. Temos o Requião, duas vezes governador do Paraná, que está fazendo um Governo excepcional. Temos o Quércia, que, hoje, já está recuperado – porque eu, que fui dos que mais bateu no Quércia, sou obrigado a reconhecer que, em 30 anos, não tem um processo, não tem uma vírgula contra ele. Temos o Garotinho. Temos o Governador de Brasília, que é um segundo Juscelino, está fazendo um Governo fantástico de obra, de realizações. Temos Jarbas Vasconcelos, duas vezes prefeito em Recife, por oito anos considerado o melhor prefeito do Brasil, duas vezes governador, considerado o melhor do Brasil.

Mas, meu Deus, o MDB não tem gente em condições? Temos o Senador Renan, Presidente do Congresso, de atitude brilhante. Temos o Jobim, que está sendo apresentado aí para ser vice. Por que não apresentá-lo para presidente, já que foi Presidente do Supremo e um homem de grandes qualidades? Então, o MDB não pode, não tem condições, não pode. Por quê? Mas que complexo de inferioridade é esse? Ah, mas agora veio o voto de cima a baixo, a verticalização que nos destruiu. Mas, se o voto de cima a baixo nos destruiu, o que dizer do PT e do PSDB? O MDB tem candidato vitorioso em condições de ganhar no Brasil inteiro. Em São Paulo, vai disputar, mas ganha no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná,

Rio de Janeiro e disputa também em Minas Gerais. Temos cerca de 16 governadores em condições de se reeleger.

E o PT, como vai fazer? Com quem ele vai fazer? E o PSDB, que só tem governador forte em São Paulo, em Minas Gerais e no Ceará? Vai perder em Goiás. O voto vinculado de cima a baixo atinge todo mundo! O que menos é atingido é o PMDB, que é o que tem mais prefeito, mais vereadores, mais deputados, mais senadores, mais governadores, tem mais candidato forte, tem percentual, porque houve um momento em que o PT foi lá para cima e o MDB baixou. Hoje, em nível nacional, nas pesquisas, o PMDB está em primeiro lugar com 22%; em segundo está o PT, com 14%; em terceiro, o PSDB, com 5%. Quer dizer, o PMDB hoje é o partido que nacionalmente tem o maior percentual de simpatia a seu favor.

Eu, com os meus 76 anos, não tinha por que estar aqui a essa altura, eu podia estar em casa; eu podia estar olhando, assistindo. O PMDB podia ficar mais dez anos nessa vidinha de faz-de-conta; não foi o PMDB que pediu, não fomos nós que nos apresentamos. Se o PT tivesse dado certo, era a vez do PT, seria uma reeleição tranqüila, e eu acharia que oferecendo um vice ao PT era a grande saída. Mas a verdade é que hoje a sociedade brasileira não aceita que tenha de escolher somente entre PSDB e PT, e mais ninguém.

Há uma ansiedade, e as pesquisas mostram isso: 80% respondem que deve haver uma terceira opção. E quem é essa terceira opção se não o velho MDB, com sua história, com sua tradição, com sua biografia? Foi o destino que nos colocou. Não fomos nós que pedimos. Não estamos rompendo portas. Não nos estamos apresentando à força. Colocaram na nossa frente uma responsabilidade de que, a não ser por covardia, não podemos fugir. É claro que temos companheiros nossos com cargos importantes no Governo. Acho isso normal e importante, mas mais importante é que tenhamos uma linha a oferecer à Nação brasileira nesta hora. E podemos fazer isso. Temos condição para fazer isso. Temos dois Presidentes, Sarney e Itamar, para contar as histórias, as dificuldades e os acertos que eles cometeram.

Por isso, nosso velho MDB faz essa reunião singela, simples, pelos seus quarenta anos. Não é com festa, nem com foguete, nem com flores. É singela. Essa reunião até me lembra quando festejávamos o MDB na época da ditadura. Também era singela, só que lá as pessoas não vinham porque podia ter cassação ou outras coisas. Então, era ato de coragem estar presente. Em muitas reuniões do MDB era ato de coragem estar presente. Aqui, não. Hoje estamos numa democracia plena. É verdade que há esses exageros, como a Caixa Econômica brincando com a conta do nosso amigo, mas a democracia existe. Mesmo assim, a reunião é singela. Mas ela tem significado. São quarenta anos de uma história que existe. Ninguém tirará o nome do MDB da História do Brasil.

Infelizmente, os partidos políticos têm pouco a deixar na História do Brasil. Na Independência, foi de pai para filho: "Põe essa coroa na sua cabeça antes que um aventureiro o faça". A República, um golpe de Estado, ninguém sabia o que estava acontecendo. As leis sociais, numa ditadura, o Dr. Getúlio assinou, e todas as leis vieram. Não há muita participação da vida política partidária. A única é a do MDB no restabelecimento da democracia. A única vez que o povo brasileiro se manifesta, avança, está presente, luta, é o velho MDB na frente, quando reconstitui a democracia.

Lá estavam os generais. Eu me lembro: olhavam para mim e riam, mais do que agora. "Mas o que vocês querem, vocês, do MDB? Vocês estão brincando! Vocês não reparam que esses generais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, vocês não reparam que os grandes meios de comunicação estão todos fechados? Vocês não reparam que os grandes empresários estão fechadinhos? Vocês não reparam que o norte-americano está ali, e, se quisermos fazer um movimento de violência, se os americanos botaram milhares de soldados em São Domingos, quantos não vão botar aqui? Vocês estão ficando com a cara de bobo, rapaz!". E nós fomos avançando. Fomos avançando e ganhamos.

No início, o sentimento era anárquico, cada um dizia o que queria. Fizemos uma reunião no Rio Grande do Sul de todas as lideranças do Brasil, onde definimos o que seria o MDB:

1. Assembléia Nacional Constituinte;
2. Diretas Já;
3. Anistia;
4. Fim da tortura.

São essas quatro bandeiras que o MDB levanta. E líderes, deputados e parlamentares do MDB só podem levantar essas quatro bandeiras. Luta armada, guerrilha, voto em branco e não sei mais o que não é o MDB. Foi a partir dessa organização que nós chegamos lá, partindo do nada. Hoje nós estamos aqui com uma história, com uma biografia e com o povo olhando.

Já faríamos um grande favor se evitássemos que nessa eleição houvesse o conflito entre PSDB e PT, os dois usando a televisão para cada um contar a história do que o outro fez, e nós olharmos para um e dizermos, "é verdade"; para o outro e repetirmos "também é verdade". Uma candidatura do MDB, no meio dessa disputa, muda o ambiente da campanha. A campanha mostraria mais o que se vai fazer do que os erros que se cometeu. Estaríamos já prestando um grande serviço à Nação se partirmos para uma eleição tranqüila e serena.

Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a pela gentileza e agradeço aos nobres companheiros a honra da presença. Deixo aqui a minha saudação fraterna ao velho MDB, partido que, ao longo do tempo, se nega a morrer, se nega a baixar a cabeça e quer estar presente. Presente ele está, vamos ver até onde Deus permita que avancemos.

Muito obrigado.

Um festival de mentiras

Pronunciamento em 28 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quinta-feira, dizia eu desta tribuna que era muito importante que o Ministro da Fazenda renunciasse. E renunciasse antes de segunda-feira, porque o PSDB já tinha lançado o seu candidato, Geraldo Alckmin; o PT já tem seu candidato, o Lula; e o PMDB faria uma prévia no domingo para escolher seu candidato entre Garotinho e Rigotto. Na segunda-feira começaria a campanha. E se o Ministro da Fazenda não renunciasse, a campanha começaria em cima dele, em cima do seu comportamento. E eu não tinha nenhuma dúvida de que ele seria demolido. Disse eu: “Meu querido amigo, renuncie. Vá para casa, nem que seja temporariamente. Deixe passar essa tempestade, deixe que se apurem os fatos e, mais adiante, vamos ver o que acontecerá com V. Ex^a”.

Não digo que foi por causa do meu pronunciamento, porque seria pretensão e vaidade da minha parte, mas aconteceu um fato que deve ser salientado. O Congresso Nacional está vivendo uma fase muito triste, um festival de mentiras. Acho até que a televisão deveria ser proibida de transmitir os depoimentos na CPI, porque, no momento em que o Supremo libera as pessoas para não dizer a verdade, o que vemos são pessoas se repetindo e não dizendo o que está acontecendo.

De repente, não mais que de repente, nós assistimos a um festival de verdades. Dois funcionários magrinhos da Caixa foram depor na Polícia Federal: “Foram vocês?” Eles respondem

que sim. “E quem mandou vocês?” “Foi o gerente.” Aí a Polícia Federal trouxe o gerente e disse: “Olha, eles estiveram aqui e disseram que foi você”. “Sim, fui eu.” “A mando de quem?” “A mando do gerente-geral.”

Aí veio o gerente-geral. “Os magrinhos disseram que foi o gerente; o gerente disse que foi você. Foi você?” “Fui eu.” “Em nome de quem?” “Em nome do diretor.” Aí chamaram o diretor que confirmou: “Fui eu, mas em nome do Presidente da Caixa”. Chamaram o Presidente da Caixa: “Fui eu, mas eu entreguei o resultado ao Ministro da Fazenda, fui lá na casa do Ministro da Fazenda e entreguei o resultado nas mãos dele”.

Quem diria que, no meio de um festival de mentiras, apareceria um festival de verdades e, nesse festival de verdades, mais uma vez – parece que para mostrar que Deus existe –, pela segunda vez, num segundo momento dramático da vida brasileira, aparece o caseiro, em meio a doutores, ministros, presidente, empresários, intelectuais, economistas, quando a CPI vai para lá e para cá, e não sabe o que faz e o que deixa de fazer. Lá no *impeachment* do Collor, nós não tínhamos idéia para onde caminhar e veio o motorista e indicou o caminho. Parecia piada, parecia ridículo, parecia incompreensível, mas o motorista disse: “Eu era o motorista, eu tinha os cheques fantasmas, eu levava os cheques fantasmas do PC Farias ao gabinete da Primeira-Dama no Palácio e recebia as contas dela e as contas da casa da Dinda. E no meio desses cheques fantasmas, fui a Goiás e comprei um carro em nome do Presidente da República, com um cheque fantasma”. A partir daí, desmoronou o império.

Agora, a figura singela de um caseiro. E, até agora, eu não entendo a decisão do Supremo. Acho que o Supremo Tribunal Federal vive um dos momentos mais impressionantes, incompreensíveis e indesculpáveis da sua história. Por que o Supremo Tribunal Federal suspendeu o depoimento desse caseiro na CPI? E por que o Supremo Tribunal Federal negou novo requerimento para ele vir depor? Ele está depondo agora perante o Corregedor, Senador Romeu Tuma. Tivemos de recorrer a isso para ele falar, porque o Supremo impediu que esse cidadão falasse na CPI.

Eu nunca vi, nem na época da ditadura, o Supremo interferir, como interferiu nessa CPI, a favor dos grandes e contra os fracos. Mas, mesmo assim, esse rapaz falou o suficiente. Há gente que acha que para ter caráter, dignidade, falar a verdade, respeitabilidade, tem de ter roupa bonita, tem de ter título de doutor, tem de ter dinheiro no bolso. Quem é um caseiro, do Piauí, para vir à CPI e depor contra o todo-poderoso Ministro da Fazenda? Quem é ele? Pois ele veio depor com simplicidade, com singeleza. Chamou-me a atenção a maneira firme com que ele falava, com que ele encarava os fatos. E ele contou: “O homem foi lá umas dez, vinte vezes”.

Aí, começou-se a investigar a vida desse homem: “Foi o Senador Heráclito Fortes, lá do Piauí, quem deu dinheiro para ele. Ele está a mando da Oposição”. E, de repente, aparecem R\$25 mil na conta desse homem. “Está aí, eu não dizia: é um baita vigarista”. Milhões na conta de milhares! Um mar de lama, um mar de dinheiro circulando pelo Brasil afora, em malas e mais malas. E até agora não se pediu para investigar a conta de ninguém!

No entanto, a vida desse cidadão foram investigar. “Como é que esse cidadão, esse caseiro, tem R\$35 mil em sua conta? O que é isso? É um escândalo?” Foram ver a conta para desmoralizar o caseiro, a CPI, a Oposição. E aconteceu o que aconteceu. O dinheiro fora enviado por seu pai biológico, do Piauí. O caseiro diz que é seu pai. E o pai, com angústia, afirma que foi há tanto tempo, que não se lembra, mas sabe, com toda clareza, que mandou o dinheiro. O dinheiro foi ele quem mandou do Piauí para o filho aqui. E aí desmorona tudo aquilo que foi feito para desmontar a CPI.

E a coragem que doutores, ministros, deputados, senadores não têm nem de cassar nem de dizer a verdade nem de apurar tem o nosso amigo, o caseiro. Ele vem, fala e conta. E conseguiu: caiu o Ministro e, o que é mais importante, fechou-se o círculo da mentira. Se aquela casa existiu, se lá ia o Ministro da Fazenda, tudo aquilo que se dizia do dinheiro que correu lá, do dinheiro que andava por lá, que circulava por lá também é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Pedro Simon, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais trinta minutos, concedendo-lhe mais cinco minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

E chegamos ao final: o Presidente demite o Ministro. Faz bem. O Presidente demite o Ministro, mas será que isso encerra o episódio?

O Presidente Lula teve uma oportunidade. Quando estourou o escândalo que derrubou o Presidente do PT, o Secretário-Geral do PT, o Tesoureiro do PT, o Chefe da Casa Civil, o Lula tomou uma posição e escolheu uma nova direção para o PT, entregando a Presidência do PT para o Ministro Tarso Genro, e disse: “Vamos recriar o PT. O nosso problema não é a Justiça nem a Procuradoria, nem a Polícia Federal, nem a CPI, nem o Congresso; o problema é o PT. E nós, do PT, no congresso do PT, vamos limpar o partido; vamos botar para fora os corruptos do PT; vamos fazer um novo partido e vamos fazer um novo Governo”.

Vim, então, a esta tribuna dizer que isso era excepcional, era algo altamente positivo, era algo que merece respeito. Realmente, reconhecer a culpa, bater no peito, ainda que já meio tarde, é algo que é digno de ser feito.

Vai para convenção e deixa o Tarso falando sozinho! O próprio Lula não o acompanhou, não lhe deu apoio. Entrou uma nova direção no PT, e as coisas continuaram como estavam.

Houve a eleição do atual Presidente do Senado Federal. Como não havia mais o antigo Chefe da Casa Civil, quem coordenou, quem costurou os acordos para que ele se elegeisse presidente foi o próprio Lula. Foi o próprio Lula que chamou o PTB, garantindo que, no segundo turno, votariam nele; foi o próprio Lula que chamou o MDB; foi o próprio Lula que costurou a aliança, o entendimento para se eleger o novo presidente da Câmara.

E as coisas continuam iguais. Absolutamente iguais!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora, demitem o Palocci; sim; demitem o Palocci, mas as coisas continuarão iguais?

É claro que o Governo adotou uma linha. Não há, na História do Brasil, momento em que a publicidade governamental esteve tão intensa. Não há! Onde se lê “Brasil” – com letras coloridas – “aqui tem Governo Federal”. Isso se vê de dois em dois minutos, em qualquer emissora de televisão. E essa frase é encontrada em todo o Brasil. Basta conceder R\$50 mil, do BNDES, para ajudar alguma instituição, e ela estará lá: “obra do Governo Federal”.

Será que isso é suficiente? Será que, no momento da eleição, ninguém vai se lembrar do PT, dos seus compromissos, do seu passado e da sua história? Ou será que vamos encontrar a verdade?

Quero levar uma palavra ao Relator da CPMI dos Correios.

Tenho admirado S. Ex^a pela sua firmeza, não pelos seus arroubos de paixão e de vaidade. S. Ex^a segue devagar, firme e reto. Agora, estamos assistindo a uma pressão que estão fazendo sobre esse homem, no sentido de “tira esse”, “tira aquele”, “não bota isso”, “não bota aquilo”. Ameaças aos seus filhos e a ele. Tudo o que se possa imaginar está sendo feito com o Relator Serraglio para que S. Ex^a tire o Presidente, tire o Ministro, tire não sei mais quem, esvazie seu relatório. “Tira esse do PFL, tira aquele do PT, tira aquele de não sei onde”, e todo mundo querendo se acomodar.

Falo ao meu companheiro Serraglio que ele tenha firmeza em resistir. Derrotem seu parecer no plenário! Derrotem-no lá, na Comissão! Peçam votos e derrubem o parecer dele! Mas que ele não abra mão da sua consciência. Quem ele tiver de incluir ali, que inclua! Se o nome do Lula tem de estar ali, explicando que ele, por omissão ou por ação, participou do episódio, que se inclua o nome dele! Não retire nome nem

de deputado, nem de senador por pressão de ninguém! É o nome dele, é a vida dele, é a personalidade dele que está em jogo.

Ele ganhou a credibilidade do Brasil inteiro, porque o Brasil inteiro acompanhou os trabalhos da CPMI, a firmeza, a coragem, a sensibilidade e a seriedade com que ele se comportou.

A esta altura, observamos que ninguém está buscando a verdade. Cada um quer salvar os seus: o MDB, os seus; o PFL, os seus; o PT, os seus; o PSDB, os seus, e o PTB, os seus.

O Relator Serraglio vive um drama que dá pena. Que S. Ex^a tenha firmeza! Ele está se escondendo, não pode aparecer, não pode se expressar, porque, na verdade, estão esmagando o seu pensamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que é hora de se transmitir confiança ao Relator Serraglio e de os partidos políticos transmitirem tranqüilidade para a decisão que vem aí.

Esta Casa está se saindo muito mal nessas decisões. Esta CPMI, o episódio da Câmara de absolver praticamente todos e a dança daquela deputada... Eu até não levo, como a imprensa está levando, para o lado da radicalização. Creio que aquele foi um momento triste, um momento infeliz, mas a verdade é que, assistindo pela televisão, a imagem é horrível, porque, na verdade, parece que ela está dançando em cima de uma *pizza*, da qual cada um de nós tem o seu pedaço. Cada um de nós deu o seu quinhão para comprá-la.

Meus irmãos, saiu o Ministro. Não nego que gostei dele. A meu ver, dentro deste Governo, ele teve tranqüilidade e firmeza. Foi o único setor do Governo que realmente caminhava e andava. Não há dúvida alguma. Mas ele tinha de sair, e que bom que ele renunciou, e que bom que as coisas continuam.

O Governo não pode ficar assistindo a essa situação; o Lula não pode ficar parado dizendo: "Me livrei de mais um!"

Ontem, foi o Chefe da Casa Civil; hoje, é o Ministro da Fazenda, e ele continua impune. Está enganado. Todas essas questões são pedaços do Lula que desaparecem.

Outro dia, falando na televisão, o Lula disse: "Ora, meu Deus, vamos dar importância a um simples trabalhador que não representa nada?" A coluna de um jornal de hoje diz muito bem:

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um simples trabalhador, não fez o curso de torneiro mecânico, mas é um trabalhador que fez a sua parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a Nelson Jobim

Pronunciamento em 29 de março

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo; Sr^a Vice-Presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; Sr. Presidente da OAB, Dr. Roberto Busato; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vantuil; Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente do Tribunal de Contas; Sr. Presidente e nosso homenageado, prezado amigo Nelson Jobim, não há dúvida nenhuma de que nós estamos aqui homenageando uma pessoa excepcional, detentora de qualidades, méritos e tributos que a fazem se impor ao respeito da sociedade brasileira.

Como deputado federal, encantou o Congresso desde o início. O velho Dr. Ulysses Guimarães apaixonou-se por ele, porque via nele tudo aquilo que ele imaginava – e isso ele dizia várias vezes – que devia ter um homem público: capacidade, consciência, cultura, seriedade, honradez, capacidade de comando.

Foi um grande deputado. Foi um grande membro da Assembléia Nacional Constituinte. Líder da nossa bancada, relator substituto, teve um desempenho muito importante na Assembléia Nacional Constituinte, na luta interna do meu partido e no apoio que deu a esse grande homem que foi o companheiro Ulysses Guimarães.

Poderia continuar e ser ministro tantas vezes quantas quisesse. Não concorreu. E foi escolhido por Fernando Henrique para ser seu Ministro da Justiça. Não há como deixar de reconhecer sua atuação de coragem. Foi o primeiro a olhar para o problema dos direitos políticos, o problema dos cassados, o problema dos direitos humanos, o problema da criança. Foi realmente uma atuação exemplar e muito significativa como Ministro da Justiça.

No Supremo, olhou, e lembro-me de quando S. Ex^a dizia: “É claro que muito depende da mudança da lei, da mudança da Constituição, mas muita coisa já pode ser feita se tivermos essa disposição de fazer”.

Eu dizia a S. Ex^a que eu não conseguia entender, e a sociedade toda imaginava que o Supremo era supremo e que juiz e desembargador de qualquer outro Tribunal estaria sujeito às decisões do Supremo. E vejo, com alegria, que S. Ex^a foi o grande responsável e conseguiu criar o Conselho Federal da Magistratura, órgão que, sob sua Presidência, já teve um desempenho excepcional com relação a veto de parentesco, coisa que, diga-se de passagem – justiça seja feita – o Supremo sempre vinha fazendo. Era o único, aliás, que fazia. Hoje, a magistratura, os promotores, os procuradores nos dão exemplo a ser seguido.

Além disso, o teto. É importante haver um teto. Pela primeira vez, há um teto. Imagino não terem sido fáceis para V. Ex^a e para os Conselhos as decisões que tomou.

Quando vejo um tribunal com a tradição, com a história e com a biografia do Tribunal de Minas Gerais entrar em greve por causa dos salários, vejo como as coisas não são fáceis e como a luta realmente é difícil.

Disseram aqui os que me antecederam que V. Ex^a foi o grande responsável pela mudança da reforma do Judiciário. Não fora V. Ex^a, a reforma ficaria mais 12 anos parada onde estava. A grande verdade é que esse é talvez o primeiro grande passo para que aconteça aquilo que esperamos.

Tenho o maior respeito pela Justiça do Brasil. De modo especial, nós, do Rio Grande do Sul, temos o maior respeito pela Justiça do nosso Estado, por sua seriedade, dignidade e correção.

Mas a grande verdade é que a justiça que tarda transforma este País praticamente em um País de impunidade. Nessas CPI, vemos como é difícil querer executar e como é difícil vermos alguém de colarinho branco na cadeia.

Por isso, as modificações feitas permitirão que a Justiça aja com mais vigor.

Creio que a ilustre Ministra Ellen Gracie terá o papel facilitado, embora difícil, e haverá de executar um grande trabalho na presença da Justiça, com rapidez e com firmeza.

Disse bem o Senador Antonio Carlos Magalhães: se se dissesse que o Ministro Nelson Jobim foi como Deus, só acertou – aliás, Deus também errou em muita coisa –, não se estaria dizendo toda a verdade. Suas ações levantaram dúvidas e interrogações.

Eu mesmo, que sou um defensor apaixonado das comissões parlamentares de inquérito, ao contrário de muitos parlamentares que entendem que ela faz o que deve ser realizado na delegacia de polícia, penso que realizam uma grande ação, um grande trabalho. É verdade que, pela primeira vez, estou vendo, nos meus 24 anos nesta Casa, que elas não estão agindo com aquela isenção com que sempre agiram, mesmo as mais difíceis. Mas fazem seu papel. Vamos ter de encontrar uma forma de entendimento. Que o Supremo tenha um pouco mais de carinho com a nossa missão. E que a comissão tenha o devido respeito pelo Supremo.

A verdade é que não sou jurista, como é V. Ex^a, mas não consegui entender a suspensão daquele depoimento do caseiro e impedir que ele voltasse a depor. E nós, para ouvi-lo, tivemos de ir à Corregedoria. E, mais uma vez, como o motorista, no *impeachment* do Presidente Collor, foi o grande responsável, Francenildo, na sua singeleza, foi o dedo de Deus que agiu

para mostrar o que, ou não encontrávamos ou parecia não querermos encontrar.

Meu amigo Jobim, meu carinho e meu abraço, meu respeito muito grande por V. Ex^a. É com grande alegria que acompanhei o início da sua caminhada, empurrado, a rigor, pela OAB, que, como V. Ex^a queria uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e fazia uma campanha para que ela fosse criada; e, não tendo sido criada, a OAB o indicou para representá-la. Veio o progresso impressionante de V. Ex^a, na sua cultura, no seu conhecimento jurídico, na sua capacidade política, na sua imensa liderança. V. Ex^a é um homem hoje com o respeito de toda a sociedade. Nunca um presidente do Supremo teve tanto debate, tanta manchete, tanta discussão, tanta ação e tanta realização.

Parece mentira. Com 60 anos, muitas pessoas estão entrando na vida pública, estão se candidatando a deputado ou coisa parecida. V. Ex^a, com 60 anos, passou pela Assembléia Nacional Constituinte, onde foi líder, foi Relator da Revisão da Constituição, foi Ministro da Justiça, foi Presidente do Supremo Tribunal Federal. Com essa biografia, V. Ex^a volta ao Rio Grande do Sul para reiniciar o seu trabalho, onde V. Ex^a e Deus nos indicarão logo ali. Meu abraço, muito carinhoso. (*Palmas.*)

Violação do sigilo do caseiro

Pronunciamento em 4 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também trazer o meu abraço solidário ao nobre Senador Arthur Virgílio pelo falecimento de sua querida mãe, a Sr^a Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.

Faz tempo que o Senador Arthur Virgílio passava parte do seu tempo aqui, parte em Manaus e parte no Rio, aonde ia sempre visitar sua mãe. E era triste quando perguntávamos a ele, e ele dava a resposta de que a realidade era uma: o quadro era irreversível.

Digo que o Senador estava preparado, e sua mãe descansou. Pela vida que teve, tenho certeza de que terá a recompensação merecida. Conheci sua mãe muito tempo atrás, ao lado de seu pai, Arthur Virgílio Filho, um senador brilhante, digno, competente, liderança de primeiríssima grandeza, que honrava os quadros de nosso partido, uma das pessoas que aprendemos a respeitar lá no Rio Grande do Sul, porque, vindo da Amazônia, nas horas mais amargas e mais difíceis que aconteceram aqui nesta cidade, ele provou a sua coragem, a sua dignidade e a sua bravura. Seu nome constou na lista daqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, na lista daqueles que nunca o movimento de 64 pôde justificar, porque não tinha uma linha nem uma vírgula contra a honra, contra a dignidade e contra o patriotismo do senador.

Dona Izabel resistiu, sofreu, levou adiante seus filhos e sua educação. Tenho certeza do orgulho que deve ter tido do seu filho Arthur Virgílio, que é uma amostra do pai, que herdou as características de firmeza e de seriedade do querido Senador Arthur Virgílio Filho, mas que tem o sentimento de bondade e de carinho de dona Izabel. É por isso que até me parece, olhando – e eu com o meu curso de Psicologia, embora seja um psicólogo mais com mania do que com conhecimento –, eu diria que, olhando a brilhatura do Arthur Virgílio Neto, a sua ação, a sua garra, a sua luta, mas, ao mesmo tempo, logo depois, a sua gentileza, a sua grandeza, o seu carinho, eu diria que Arthur herdou a bravura e a garra do pai, mas a bondade e a elegância da mãe.

Eu dizia, outro dia, na Comissão de Relações Exteriores, quando uma proposta estava sendo discutida com relação ao Brasil romper, protestar, ou coisa parecida, com relação ao Presidente da Venezuela e as atitudes que o Congresso daquele país estava tomando por iniciativa dele, eu disse: “Olha, Arthur, você não deve fazer isso não. Você, antes de ser um senador, é um diplomata, brilhante diplomata. Algum passarinho me disse que se o PSDB ganhar esta eleição, eles não têm outro nome para o Itamaraty senão o teu. Vai ser muito importante alguém do Amazonas, alguém formado em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, alguém que já foi prefeito de uma cidade como Manaus e excepcional senador nesta Casa ser um grande chanceler. E V. Ex^a tem de ter cuidado porque, se V. Ex^a for o chanceler, o que estamos votando agora pode cair no seu colo ano que vem. Por isso, talvez seja mais interessante mudar os termos, usar termos mais harmoniosos. Em vez de levar para lá, devemos nos aproximar, nos entender. E ele, com muita elegância, aceitou e concordou plenamente, não que possa vir a ser chanceler, embora eu ache que pode, mas concordou que o requerimento devia ser mudado.

Eu levo meu abraço muito carinhoso ao Arthur Virgílio Neto, minha reza muito profunda à dona Izabel. Claro que sentimos a morte da mãe, mas creio que o Arthur, ao lado do conforto de tê-la atendido durante todo o tempo, sabe que dona Izabel tinha o direito de descansar. Depois de um longo

martírio, de uma doença sem cura e sem volta, ela descansou. E ao Arthur, o meu abraço.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me conceder mais um tempinho, queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex^a eu concedo o tempo que quiser. Mas eu quero lhe dizer que acho muito difícil V. Ex^a se superar do discurso que fez ontem em homenagem a Ramez Tebet.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Nós estamos caminhando para o final desse tumulto que se avolumou e tomou conta do Congresso Nacional e da política brasileira desde o segundo semestre do ano passado. Não dá para a gente dizer por que chegou até aqui. Por que nós não paramos antes? Não dá para dizer que alguém é o grande e único responsável. Cristo já dizia para atirar a primeira pedra quem não tivesse culpa nenhuma. Eu não atiro! Não atiro porque devo ter a minha parcela. Eu, o mais experiente, o mais tarimbado, o mais velho.

Um brilhante membro do PT candidatou-se ao Senado: Olívio Dutra. Ele, que foi um grande vice-governador, um grande ministro da Reforma Agrária, foi lançado candidato ao Senado para ocupar a minha vaga. Ele diz em seu primeiro pronunciamento que ele é candidato para terminar com os 24 anos do Pedro Simon. E eu recebo com carinho essa afirmação. Eu diria que ele é candidato para continuar a luta dos brasileiros e dos rio-grandenses-do-sul. Terminar com os 24 anos de Pedro Simon, não vejo qual é o mérito! Mas é um grande nome. Posso anunciar aqui. Talvez V. Ex^a, Senador, poderá, ano que vem, apartear-lo e dizer: “Bem que o Senador Simon disse que o senhor era um grande nome e que poderíamos ficar tranquilos”.

Mas a grande verdade é que não dá para atirar a primeira pedra, num problema como esse, em que os responsáveis vêm em cadeia... Eu vejo hoje a imprensa de São Paulo dizendo que o número de Comissões Parlamentares de Inquérito pe-

didadas pela Oposição, na Assembléia Legislativa de São Paulo, é interminável – e não conseguiram instalar uma CPI! Então, o PSDB de lá é como o PSDB daqui, do tempo de Fernando Henrique, quando também não conseguimos aprovar pedidos para instalação de CPI. Lutamos, nos esforçamos, mas não conseguimos aprovar CPI importantes, como a da corrupção das empreiteiras – importante, de minha autoria; CPI da corrupção da compra de votos na emenda da reeleição, CPI das privatizações – a começar pela Vale do Rio Doce, que foi dada de presente. Nesses oito anos de Fernando Henrique, nesta Casa, que bravura do PT! Que garra!

Quando fui governador, o PT elegeu deputados estaduais no Rio Grande do Sul pela primeira vez. Eu tenho dito a um desses deputados: “Vocês têm de me pagar *royalties* pelo que me fizeram nos meus quatro anos de Governo, com experiências nunca vistas. E eu tinha de agüentar!”

Eles achavam que tinham sido enviados por Deus à Terra, para um tal de corrupto Pedro Simon não praticar absurdos. Eles eram os donos da verdade. Com o tempo, foram se acalmando, foram se preparando e melhoraram.

Aqui é a mesma coisa. Ah! a bravura do PT. O PT vinha da sacristia com a benção de D. Evaristo às comunidades de base. A gente achava que realmente era uma pessoa preparada, que eles estavam preparados. Mas quando víamos o Lula anunciando o nome dos técnicos, dos tecnocratas, dos estrangeiros que se reuniam para debater cada plano de Governo, eu disse: “Chegou a nossa vez!”

E como eles cobraram do Governo Fernando Henrique! Como eles cobraram! Mas, agora, vivemos uma reunião fantástica. O PSDB cobra – e cobra corretamente, mas sem olhar para trás – fatos gravíssimos do PT, mas sem olhar para trás.

Vejo uma grande deputada que, se não for se tornar governadora, deveria vir para o Senado. Nunca me esqueço que esta nobre Deputada foi a primeira mulher que teve coragem e garra de, como juíza, no Rio de Janeiro, mandar para a cadeia todos os deuses do jogo do bicho, endeusados

por todos. E todos tinham medo. Dona Denise Frossard, a senhora é extraordinária!

A senhora não acredita o carinho e o respeito que o Rio Grande do Sul tem por V. Ex^a, os que assistem a TV Câmara e a TV Senado têm por V. Ex^a. Eu, que tenho a felicidade de conhecê-la pessoalmente e privar de sua amizade, posso dizer aos senhores que ela é muito mais do que aparenta. Ela, como juíza, tem sentimento, não julga só observando a lei e a frieza da lei. Ela julga olhando o fato e a realidade das pessoas. Como deputada, ela é a política que não é dona da verdade, mas que analisa os fatos e decide com a sua consciência.

Como seria bom se na nossa CPI tivéssemos meia dúzia de pessoas como a senhora. Se a nossa CPI tivesse aceitado as orientações de Denise Frossard, imparciais, frias, absolutamente dentro do fato, tendo a genialidade de se colocar na posição de juíza – que ela é – mas, de deputada. Como juíza, vendo o fato, analisando com frieza e, como deputada, sentindo os dois lados que devem buscar o entendimento.

O Estado lhe deveria pagar *royalties* pelo que a senhora está ensinando a todos nós. V. Ex^a deveria ter sido a relatora – e na hora falei nesse sentido –, embora seja sincero ao dizer que tivemos um bom relator. O que ele não tem da sua cultura jurídica ele teve de inspiração divina, de firmeza; ele teve que aceitar seus conselhos e suas orientações, e de outros tantos que lá estão, e com serenidade fez um relatório com a firmeza de não agradar ninguém. Vê-se que o relatório não tem a preocupação de agradar, muito mais desagradar. Serraglio é o grande nome que sai nesta hora deste Congresso.

Eu não tenho voto. Estou há 24 anos aqui e pertenci a todas as CPI, mas agora o Senador Ney Suassuna tem novos conceitos, para isso estudou o Parlamento americano, o Parlamento europeu; ele tem novos conceitos e, baseado neles, ele entende que eu não tenho condições. Portanto, não estou lá e não vou votar. Mas, se eu pudesse, daria um voto de louvor para o Serraglio e votaria o relatório. Quero dizer publicamente que eu votaria o relatório; por isso não estou lá, porque o meu líder vai colocar lá pessoas que não

vão votar ou que vão votar o substitutivo do PT. Eu votaria o relatório. Eu daria um voto de louvor ao relator. Não sei. V. Ex^a é jurista, mas eu votaria. Em adendo, que vá junto o parecer do PT; que vá junto; que vá para a Procuradoria o parecer do PT. Por que não? Mandamos o voto, o parecer e mandamos, em conjunto, o substitutivo.

O PT está cometendo um erro dramático. O PT está saindo sem entrar. Ele não sabe o que é uma CPI. Ele diz que tem de ter prova provada, tem de ter a prova provada, como um mais um são dois, para se incriminar. E não tem prova provada, como um mais um são dois, de que o cidadão está lá. Então, não pode estar na CPI. É uma pena! Estão dando uma demonstração de incapacidade tremenda!

A CPI não faz denúncia! Quem denuncia é o procurador, é o promotor. A CPI elabora um documento político, uma posição do contexto geral. Mas é claro que a CPI não pode ter conclusão final. Mas ela não abriu a conta de tantas pessoas? Ela não fez o que podia fazer? Ela não teve, diante de si, os dados, os fatos, as testemunhas? É evidente que não pode; ela julga um fato político. Para nós, essas pessoas são responsáveis. E o que acontece com o parecer? As pessoas saem dali e vão para a cadeia? As pessoas saem dali e vão responder a processo no dia seguinte? Nada disso! O processo vai para a Procuradoria.

Nos oito anos do Sr. Fernando Henrique, todos os processos de todas as CPI foram para a gaveta. Um escândalo! Um escândalo dos escândalos! Provas e mais provas, criminosos e mais criminosos fizeram horrores, e está na gaveta do Sr. Procurador.

Se o parecer não oferece nem denúncia, quanto mais condenação!? Vamos votar. Votado o parecer, vai ao Procurador-Geral da República; o Procurador-Geral da República vai analisar caso a caso e apresentará denúncia no caso que merecer. Daí o cidadão vai se defender. Aí será o momento em que terá de se provar, prova provada! E o cidadão vai se defender.

Agora, o PT que passou 23 anos, desde que foi criado, atirando pedra no telhado de todo mundo, brincando com a

honra e com a dignidade de todo mundo, cobrando de todos – pareciam uns enviados de Deus, os novos cruzados a soterrar a podridão e a escravidão –, esse PT, que não perdoava ninguém, agora quer colocar tudo para debaixo do tapete, colocar tudo para debaixo do tapete. E repito: se há fatos que envolvem outro partido, e o relator não colocou, e o PT quer que se coloque, sou a favor. Acrescente-se e coloque. Mas tirar os nomes dos deputados do PT, tirar os nomes das pessoas que estão ali, acho que não pode.

Será triste, muito triste, não votarmos o parecer. Já tivemos a Comissão do Mensalão, cujo presidente, um querido amigo meu, me deixou magoado com o resultado. O tempo passou, e não se preocuparam nem em pedir prorrogação da Comissão, que morreu sem missa de sétimo dia. Agora temos essa outra Comissão. É claro que temos o Plenário da Câmara. Com toda franqueza e sinceridade, sou a favor do voto secreto, mas acho que nesse caso, como na Câmara, o voto deveria ser aberto porque é o corporativismo que está em jogo. Se é uma votação contra o Presidente da República, contra uma entidade, se é uma votação minha com relação a um projeto aqui ou acolá, o voto secreto é muito importante. Mas é importante nesses determinados casos; nesse tipo de votação, o voto deve ser aberto. A Câmara ficou muito desgastada junto à opinião pública.

Quanto àquela querida deputada, tenho muito respeito por ela, e acho que lhe estão fazendo uma grande injustiça. Ela, alegre e feliz com a absolvição do seu companheiro, levantou-se e deu uns passos para lá e outros para cá para, de repente, a *Veja* colocou-a na capa e apresentou-a como símbolo do mal. Eu até vou ser muito sincero: acho que ela tem razão quando diz que, por ser gorda e disforme, aparece daquele jeito. Se ela fosse uma morena bonita e com formas, ela já teria sido convidada para posar nas páginas de revistas especializadas.

A verdade é que o conceito da Câmara ficou muito aquém do necessário. O Congresso está se saindo muito mal desses episódios. Não vamos nos iludir: é todo o Congresso. Esse deputado mais do que aquele, esse partido mais do que

aquele, mas, no fundo, é todo o Congresso. Quando ouço, somente ouço “os políticos”; quando ouço, somente ouço “aquele Congresso”. É tudo igual! Triste será se não votarmos o parecer na Comissão; triste e dramático será se não votarmos o parecer.

Temos sido muito ajudados, Sr. Presidente. No auge da repressão, o Supremo Tribunal Federal – acho isto fantástico – interromper o testemunho de um jovem no meio da declaração... E pedimos para ouvi-lo de novo e nos foi negado: não pode ser ouvido porque pode falar coisas feias sobre o Ministro da Fazenda. Pelo amor de Deus, onde estamos? Onde é que nós estamos? E não vem um ato, Sr. Presidente! Esse rapaz sai daqui e é chamado para depor na Polícia, e acaba indiciado. Ele, que se apresenta como testemunha, passa a indiciado. Deus existe, e o que traz aos nossos caminhos, às vezes, é imprescritível.

De repente, o jardineiro falou com o deputado; o deputado falou com o senador. Chegou ao Governo que aquele caseiro, que ganha R\$300,00, R\$400,00 por mês, tinha um monte de dinheiro e estava comprando uma casa lá na vila. O Ministro da Fazenda ficou sabendo. O homem tem uma montanha de dinheiro, está denunciando; é um vigarista. Alguém está por trás dele. Veio lá do Piauí. O que é isso? Não se lembraram de V. Ex^a; lembraram do Senador Heráclito Fortes. “É coisa do Heráclito Fortes!”

Mandaram ver a conta, e o dinheiro estava lá. O dinheiro estava lá. O cidadão com R\$25 mil, R\$35 mil, um cidadão que ganha R\$300 reais por mês. Não tiveram nenhuma dúvida. Põe na revista. Faz um estardalhaço na revista dizendo que vão implodir esse pobre-diabo que pensa que é gente e vamos implodir a Oposição, que forçou o que está acontecendo. E estavam certos. Se, de repente, aparecesse na conta algo enviado pelo Senador Heráclito Fortes, ou pelo Senador Mão Santa, ou por sei lá quem, realmente esse homem tinha implodido.

Mas pessoas honestas existem, ainda que pobres. Pessoas decentes existem, ainda que sem cultura. E o dinheiro era

legítimo. Seu pai, ainda que não o tenha reconhecido legalmente, enviou-lhe o dinheiro. E foram lá procurar o seu pai, uma criatura humilde, singela, que fala com dificuldade. Mas ele disse com todas as letras: “Eu mandei o dinheiro. Pois é, 25 anos atrás, a fulana veio falar, não me lembro”.

No fundo, acho que ele está correto. Uma aventura que ele teve há 25 anos, ele não se lembrava se era ou se não era. Mas ficou provado que era e que o dinheiro ele mandou.

Mas, de quem foi a idéia de liberar as contas? De quem foi a idéia de entrar nas contas do Fulano? E a sorte virou contra ele. O que era para ser uma segunda-feira explosiva, com aquele pobre-diabo exposto, nu, perante a sociedade, deixou o Ministro da Fazenda sem ter o que dizer.

Eu disse desta tribuna de quinta-feira para sexta-feira: “Ministro, renuncie até segunda-feira, porque segunda-feira vai começar a campanha”. O PSDB está lançando, e lançou hoje, quinta-feira, seu candidato, o Governador de São Paulo. O PMDB fará domingo a sua prévia e vai ter o seu candidato. Segunda-feira a campanha estará na rua. Vai ser muito ruim para nós todos se a campanha começar em cima da figura do Ministro da Fazenda, uma figura que merece respeito pela posição que tem.

Ele renunciou na segunda-feira. Só que até agora ainda não se sabe por que o Presidente da Caixa Econômica Federal declarou à Polícia Federal: “Eu entreguei o extrato da conta nas mãos do Ministro da Fazenda”. Por quê? Isso tem algum significado. Por que o Presidente da Caixa Econômica Federal, na Polícia Federal... E ali não há pressão de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu somente gostaria de lembrar que o discurso de V. Ex^a completa trinta minutos, embora sejam os trinta minutos mais brilhantes da história deste Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O discurso de V. Ex^a se iguala ao de ontem, quando fez o mais belo pro-

nunciamento em homenagem a Ramez Tebet, que engrandece a política, assim como V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por que ele ia fazer isso, se não tivesse algo atrás?

Caiu o Ministro da Fazenda. O assunto está esclarecido. O que resta é esta Casa e a decisão na comissão especial sobre o parecer do Deputado Osmar Serraglio. Faço um apelo a todos os líderes: vamos ter grandeza, vamos deixar claro que o fato de votar não significa que estamos a favor de todas as coisas. Vamos até dar declaração de voto no sentido de que estamos votando porque o assunto ultrapassou o tempo que podia ficar nesta Casa. Deve ir para a Procuradoria-Geral da República. Lá se buscará toda a verdade.

Não estou de acordo com tudo o que está aqui, mas voto para que termine o assunto, para que haja um feliz sinal da Comissão para esta Casa. Faço um apelo nesse sentido. Estarei lá na Comissão e, se me derem oportunidade, pedirei na Comissão que, independentemente de sermos Oposição ou Governo, votemos todos a favor desta Casa.

Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente.

CPMI dos Correios

Pronunciamento em 10 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero prestar minha solidariedade ao Senador Romero Jucá.

A imprensa está contando os dias para dizer quando a Varig fechará suas portas, e, de maneira fria, o novo Ministro da Fazenda diz que nada tem a ver com a questão. Volto a repetir que o início das dificuldades que a Varig atravessa se deu quando da intervenção absurda e ridícula do Governo.

A Varig, como empresa brasileira voltada para o exterior, tinha uma atividade de primeiríssima classe. Era considerada uma das melhores empresas do mundo. Cada empresa internacional representa um país. Não há um país com duas empresas internacionais. Cada país tem a sua empresa, e nós tínhamos a Varig.

O Presidente Collor resolveu permitir que aviões de outras empresas nacionais voassem para o exterior. A cada vôo que ia para o exterior, era permitido que viesse para o Brasil um novo vôo de uma empresa estrangeira.

Lembro-me de que o vôo mais lucrativo da Varig era o de São Paulo para Nova Iorque. O Governo concedeu para outra empresa brasileira o vôo São Paulo/Brasília/Washington/Nova Iorque a um preço inferior, e é evidente que caiu, e muito, o vôo da Varig.

Nesses anos, a Varig e as outras empresas tiveram de trabalhar com preços de passagem reduzidos por um tabelamento ilógico, porque tudo aumentava, menos a passagem. Já ganhou na Justiça há muito tempo, mas sabemos que a Justiça brasileira, quando não quer que alguém pague – e, de fato, não paga –, vem recorrendo, e o recurso é feito tão exclusivamente para que não se pague. E os anos passam. Só aquela verba que a Varig tinha a receber, há dois anos, representava o pagamento de toda a sua dívida; hoje, não sei como isso está. O que sei é que, hoje ou amanhã, em aviões locados, trezentos funcionários da Varig virão a Brasília solicitar que algo seja feito, e acredito que alguma coisa realmente deve ser feita.

Faço um apelo à Chefe da Casa Civil, que, no Rio Grande, conhece – e conheceu muito bem – a nossa Varig. É a pessoa que, talvez, hoje, tenha a autoridade, porque sei que já participou desses trabalhos, para ajudar no sentido de que a Varig não encontre no fechamento das portas, no sucateamento do que ela tem, a saída para a situação em que se encontra.

Sr. Presidente, fui daqueles que ficaram muito satisfeitos com o resultado da CPMI dos Correios. Eu estava vivendo uma angústia, porque via o tempo passar e parecia que, nos Correios, iria acontecer o mesmo que aconteceu na CPI do Banestado. Naquela CPI, havia a mesma disputa entre dois partidos: o PSDB queria fazer a discussão e o debate sobre a situação do Banco Central, do Banco Agrícola e de tudo o mais, e o PT queria ver a situação à época do Governo anterior. O Relator, Deputado José Mentor, fez um parecer em que deixou de lado tudo que se referia ao Governo atual e colocou apenas o Governo do PSDB. Os ex-presidentes do banco, diretores, absurdos que aconteceram, tal qual o caso da diretora que foi condenada na CPI do Sistema Financeiro por formação de quadrilha, denunciada pelo procurador – o seu caso está no Supremo Tribunal Federal –, e nada aparecia no relatório. Então, o Presidente da Comissão fez um relatório paralelo, substituto; e os dois foram para votação. Eu pedi vista e apresentei um terceiro relatório, no qual inseri tudo o que o PT dizia do Governo anterior e tudo o que o Governo

anterior dizia do atual Governo. O que aconteceu? Passou o tempo, e nada foi votado.

A CPMI dos Correios ia terminar assim.

Trago um abraço fraterno ao Presidente e ao Relator. Eles assumiram com muito pouca credibilidade. Era uma nomeação governista feita para tocar adiante, sem se decidir nada, mas a atuação de S. Ex^{as} foi excepcional! A imparcialidade do Presidente e a firmeza do Relator levaram a um resultado realmente importante.

É claro que nós sabemos que a CPMI e o relatório abordam um percentual das coisas que aconteceram, ainda mais quando se trata de uma CPMI cujo trabalho foi, de certa forma, dificultado e complicado pelo Supremo Tribunal Federal. Eu nunca tinha visto isso! As pessoas me abordam nas ruas: “Como é que o Supremo dá um *habeas corpus* para que o cidadão que vai depor poder mentir, não ter a obrigação de dizer a verdade?” Em meio a isso, em meio à luta que se fez entre os dois partidos, de novo, o Relator, Deputado Osmar Serraglio, apresentou um parecer espetacular: respeitoso, sério e firme. S. Ex^a poderia ter denunciado o Presidente da República. Elementos há, muitos mais do que tínhamos quando denunciemos o Sr. Collor. O que apresentamos para denunciar o Sr. Collor e pedir o seu *impeachment* é uma gota d’água perto do que se tem nesta CPMI. Mas o PT não ficou contente e apresentou um outro parecer, cujo objetivo era um só: “Amanhã, termina o prazo da CPI dos Correios; e, não se votando na quinta-feira, tendo em vista os dois pareceres e pedido de vista, não se votará mais”. Vejam o *quorum* hoje: 22 pessoas! Quanto teríamos, se o próprio PT não estaria presente para permiti-lo?

Foi firme o Presidente. Fez o que devia ter feito: salvou a honra do Congresso Nacional. Poderão dizer tudo, menos que foi uma *pizza* geral comandada por todo o Congresso. E agiu bem o Presidente do Senado, arquivando, não aceitando o pedido do PT para anular a decisão do Presidente.

Estamos indo por um caminho que nos levará a algum lugar. Foi conclusa a parte do Sr. Ministro da Fazenda, que

todos – inclusive eu – achávamos que era um homem que vinha mantendo a respeitabilidade do Governo. É claro que divergindo, como divergimos da política econômica do Governo, somos obrigados a reconhecer que ele a vinha levando adiante.

Eu disse desta tribuna, quando apareceu o caseiro, que Deus existe, e, como no Collor apareceu o motorista, aqui apareceu o caseiro para desmentir o Ministro e toda sua gente e colocar a verdade no lugar.

Agora, vivemos uma situação, e felicito o Ministro da Justiça por se antecipar. Enquanto o PT discutia, tentando evitar que viesse depor, S. Ex^a se predispôs a depor aqui no plenário. Acho que o Ministro da Justiça está certíssimo em vir aqui depor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PDMB – RS) – Já lhe darei um aparte, com o maior prazer.

É uma pessoa que também admiro, que vem trabalhando e se esforçando: o Ministro da Justiça. Mas esse caso S. Ex^a terá de explicar. Vai ter de explicar! Quem fala, quem depõe é um advogado do Ministro da Fazenda, que diz que foi indicado para o Ministro da Fazenda pelo Ministro da Justiça. E esse advogado, que diz que foi indicado para o Ministro da Fazenda pelo Ministro da Justiça, afirma que tiveram uma reunião – o Ministro da Justiça, o Ministro da Fazenda, o Presidente da Caixa Econômica, e ele, advogado – em que se tratou da defesa do Ministro da Fazenda.

Cá entre nós, com todo o respeito, não cabe ao Ministro da Justiça... Claro que não estou discutindo. Eu não quero nem discutir, pois são dois colegas. Os dois são ministros: um é da Fazenda, e o outro, da Justiça. O Ministro da Justiça é um dos melhores advogados do Brasil, respeitado e com muita credibilidade. Se, lá pelas tantas, o Palocci telefonou dizendo: "Olha, me arrume um advogado", e ele arrumou; nisso, não vejo nada demais. Se o Palocci telefonasse para mim, eu es-

colheria alguém. Agora, a reunião realizada na residência com o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, o Presidente da Caixa Econômica e os funcionários do Ministério da Fazenda, isso é delicado e extrapola a missão do Ministro da Justiça.

Pois, não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, comungo com V. Ex^a esse elogio à iniciativa do Ministro Márcio Thomaz Bastos de comparecer aqui, ao plenário. V. Ex^a acompanhou que, em diversas situações em que surgiram dúvidas a respeito de ministros de Estado, eu sempre fui muito favorável a que S. Ex^{as}, de pronto, se colocassem à disposição; o que aconteceu, por exemplo, em 2004, quando surgiu o episódio Waldomiro Diniz, e eu sugeri ao Ministro José Dirceu que viesse aqui, ao Senado. No meu entender, isso teria contribuído muito para desanuviar o ambiente tenso que vivemos por meses aqui e, possivelmente, teríamos, depois, evitado muitos dos problemas que se sucederam. Acredito que o Ministro Márcio Thomaz Bastos terá a disposição de explicar todas essas questões que V. Ex^a aborda com muita acuidade. É mais que natural que possa responder a respeito. Tenho a confiança de que S. Ex^a vai dar explicações satisfatórias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tomara!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Faço ainda uma ponderação: tendo sido V. Ex^a uma das pessoas que, ao longo de toda a minha convivência, sempre esteve atento aos problemas da aviação comercial civil, especialmente da Varig, até por causa da sua origem no Rio Grande do Sul, acho muito importante, qualquer que seja a decisão tomada pelo Governo brasileiro, que isso se dê de maneira muito transparente para o Congresso Nacional, para todos aqueles que, de alguma maneira, respondem pela Varig, desde a sua direção – os pilotos, os aeronautas, os aeroviários – e, obviamente, para os passageiros e o povo brasileiro. Avalio que esse problema será resolvido. Que o Ministro da Defesa, a Aeronáutica, a Anac e todos os responsáveis possam trazer a solução que está por ser colocada de maneira muito aberta e transparente para que não se sucedam, posteriormente, situações como a

que ocorreu com a Pan Air durante o regime militar – naquela ocasião, até em benefício da Varig – ou outras situações como a caracterizada no filme “O Aviador”, quando a Pan American queria de toda maneira assumir o controle de TWA, agindo de maneira a passar por cima até mesmo do Congresso Nacional. A transparência, nesse caso, será também o melhor para o destino não somente da Varig, mas de todas as empresas aéreas que com ela competem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Com relação à Varig, lembro que me referi à Ministra Dilma Rousseff, mas, hoje, está no Ministério da Defesa o meu e seu amigo Waldir Pires, que conhece esse problema e, penso, tem condições de ajudar. O ex-Ministro da Defesa – o atual Vice-Presidente – tentou ajudar e chegou a avançar o sinal. Foi quando o Presidente Lula mandou-o voltar atrás. E a promessa que fez e a solução que apresentou resolveriam a questão, mas o Presidente Lula disse que não aceitava.

Parece que há uma certa antipatia do Governo pela Varig. Com relação ao ex-Ministro da Casa Civil, essa situação ficou clara. Ele queria entregar a Varig à TAM. Essa era a disposição de governo que existia, mas agora não é isso. Com sinceridade, posso dizer que agora não é isso. Espero que o Governo tome uma posição.

Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a pela tolerância, digo que o Senado vive realmente o primeiro dia da Semana Santa. Há muito silêncio, muita meditação. Alguns não estão presentes porque devem estar rezando em seus gabinetes. Com base nesse sentimento, quero chamar a atenção, agora, para um momento muito importante.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, concede-me V. Ex^a um aparte? Desculpe-me interrompê-lo.

Sr. Presidente, levando em conta a frequência de parlamentares hoje, creio que não seria pedir muito que fossem cedidos alguns minutos a mais ao Senador Pedro Simon para que eu possa participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Com certeza, Senador Cristovam Buarque. Vou conceder mais três minutos para o aparte de V. Ex^a e a conclusão do discurso do Senador Pedro Simon.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, vou tentar ser rápido e concentrar-me em um dos aspectos do discurso de V. Ex^a: o caso da Varig. Creio que o assunto merece um debate profundo do Senado, porque o que está em jogo – e fico feliz de V. Ex^a abordar o problema – é mais que a dissolução de uma empresa; é o desemprego de seis mil trabalhadores. O problema é ainda mais grave que a situação em si. Trata-se da dissolução do Brasil no cenário mundial da globalização. Não estamos vendo apenas uma empresa que se desfaz, mas um símbolo nacional que desaparece. Durante os últimos anos o Brasil foi privatizando empresas que simbolizavam o Brasil. Agora, como essa empresa é privada e não se pode privatizá-la, deixamos que ela se acabe. Isso é uma irresponsabilidade com o futuro do Brasil. Nós temos de salvar a Varig, obviamente exigindo que a própria empresa faça esforços para encontrar um caminho permanente, para que não fique sempre dependendo de governos. Mas eu queria, Senador Pedro Simon, que fizéssemos algo mais do que o seu discurso, que é importante, mais do que o meu aparte, que fizéssemos algo mais concreto. Por que não, aproveitando a manifestação favorável do Senador Eduardo Suplicy e de V. Ex^a, não fazermos um documento nosso, assinado pelos senadores? Se conseguirmos que 81 senadores aprovem uma requisição ao Presidente da República, para que interceda para salvar a Varig, não é possível – com 81 senadores assinando o documento – que isso fique engavetado. Eu quero propor que V. Ex^a lidere, até como senador do Rio Grande do Sul, de onde é a Varig, um movimento dos senadores da República para salvar a Varig.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço. Tenho convicção de que é o mínimo que podemos fazer. Pelo menos é mostrar a nossa parte. Estarei à disposição para fazer esse trabalho.

Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é que o documento da CPMI chega hoje às mãos do Procurador-Geral da República, um homem que tem as maiores credenciais, que foi aprovado pela unanimidade desta Casa e que tem o apoio unânime dos procuradores deste País. Ele será o condutor. Durante muito tempo, Sr. Presidente, a Nação olhou para o Congresso Nacional, e, como este órgão faz muito barulho com duas televisões, parecia que resolveríamos o problema. Convém que se entenda que esta Casa fez exatamente o que podia fazer: fez o processo, fez a denúncia, deu os nomes e mandou ao Procurador. Agora, a palavra está com o Procurador. Durante os oito anos do Governo do Sr. Fernando Henrique, o Procurador, Sr. Geraldo Brindeiro, arquivou os processos. Não os leu. Não denunciou. Não mandou de volta para pedir melhores informações. Deixou-os na gaveta. Oito anos! A CPI terminava, os processos iam às mãos do Procurador, e este os colocava na gaveta.

Agora, vamos iniciar uma outra época. O Procurador, que ocupou os dois anos do Sr. Lula, teve uma atuação nota 10, corajosa. Se era para denunciar o presidente do Banco Central, denunciou; se era para denunciar o presidente do Senado, denunciou; se era para denunciar o senador, denunciou; fez o que tinha de fazer, e não era um caso tão sério como esse.

Nas mãos do Procurador-Geral da República estão os próximos passos. E eu, que tenho o maior respeito, a maior admiração e o maior carinho pelo atual Procurador-Geral da República posso dizer: confio que ele fará o que deva ser feito. Se tiver de pedir maiores diligências, vai pedir; se tiver de pedir arquivamento, é homem de pedir; mas, se tiver de denunciar, é homem que vai denunciar. O Brasil olha para ele, e eu, daqui, espero que, desta vez, esta CPI gere conseqüências. E as únicas conseqüências que pode haver, meu povo do Brasil, é exatamente esta.

Fizemos a nossa parte com sangue, suor, com garra do Presidente da Comissão, do Relator da Comissão, concluímos, entregamos nas mãos do Procurador. A palavra está com o Procurador que já se reuniu com uma equipe de técnicos, de procuradores, chamou para junto de si uma série de procuradores para fazer o estudo profundo da área e dizer que vai dar uma resposta. Essa

resposta sairá. Daqui a algum tempo vamos ver a denúncia dessas pessoas ir adiante.

É importante, Sr. Presidente, porque tenho visto pesquisas por aí onde a pergunta é uma só: o senhor acredita que haverá punidos? Noventa por cento diz que não. Achem que colarinho branco não tem punição. Esta Casa fez o que podia ter feito. Suou, foi difícil. V. Ex^a estava lá, trabalhou muito mais do que eu, que não pude nem participar da Comissão como membro. V. Ex^a viu como foi difícil – cada um de nós tem o seu partido, tem a sua idéia – encontrar uma média do pensamento que fosse boa para o Brasil. Não foi fácil, mas se conseguiu.

Mas o Procurador pode avançar e se aprofundar com mais facilidade do que nós. O relatório que mandamos não é o limite: “É isso ou mais nada”. Não! O Procurador pode aprofundar, pode chamar à colação, pode levar adiante. Mas tenho a convicção de que as conclusões da CPI não vão ficar na gaveta do Procurador-Geral como ficaram oito anos na gaveta do Sr. Brindeiro.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Gastos na campanha eleitoral

Pronunciamento em 20 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, durante muito tempo, ressaltai nesta Casa a importância de conhecermos antecipadamente a Ordem do Dia. Houve uma época – e não sei se na Câmara mudou ou ainda é assim – em que chegávamos aqui e íamos sabendo da Ordem do Dia na medida em que o Presidente ia lendo. Não tínhamos a mínima idéia de qual seria a Ordem do Dia de amanhã, de sexta-feira, de terça-feira ou de quarta-feira. Sob a Presidência de José Sarney no Senado, adotou-se uma iniciativa excepcional: ele passou a publicar mensalmente a Ordem do Dia. Pegava-se a agenda da semana e lá se via a programação das votações, sabia-se antecipadamente quais projetos seriam votados, quando seriam votados e em que ordem seriam votados. Sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, a coisa foi ainda melhorada no sentido de garantir a esta Casa – pode no mundo haver melhor, mas como a nossa, não – a tranqüilidade e a serenidade de saber o que votaria e quando votaria.

Eu sei que o ambiente está muito tumultuado. Essa história de medida provisória trancar a pauta e, de repente, não trancar provoca uma confusão dos diabos, eu concordo. Também ainda não me acostumei com este equipamento aqui, e sinto saudade da Ordem do Dia impressa, porque nós tínhamos acesso fácil a ela o tempo todo. O computador é muito bacana, moderno, mas a verdade é que é preciso mais organização.

Anteontem, por exemplo, fiquei profundamente magoado. Fui a primeira pessoa a falar nesta Casa sobre os problemas da campanha eleitoral na televisão, nos gastos. Eu tenho uma série de projetos sobre esse tema – inclusive os projetos que estão aí ou são meus ou são alterações feitas em projetos meus. Nós votamos, a Câmara votou, fez alterações e eu estava preparado para discutir novamente o projeto – a minha tese era votar o projeto do Senado, contra as mudanças da Câmara. Eu estava em uma reunião com o Itamar, mas vim aqui e pedi à minha secretária que me informasse se houvesse alguma coisa nova importante que exigisse a minha presença. Cheguei aqui às 19 horas e perguntei como seria. Responderam que estava na Ordem do Dia e a discussão toda seria sobre a votação do Orçamento, que o Congresso estava preparado para votar o Orçamento. Fui à missa e, quando voltei, já haviam votado o projeto da reforma eleitoral. Isso aconteceu sem que ninguém tomasse conhecimento prévio de que seria assim. Eu não sabia de nada. O meu gabinete não sabia, às 19 horas, o que iria ser votado dali a quinze minutos. Fui informado que a Secretaria Geral da Mesa também não sabia de nada, que havia sido feito um acordo de lideranças: viram que dava e decidiram votar naquela hora. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente, não pode. Temos de lembrar como era e voltar a ser como era.

Sei que não há, por parte do Senador Renan Calheiros, má vontade, respeito o espírito dele e sei da confusão que reina, volto a repetir. Agora vem esse feriadão, daqui a pouco vem o outro feriadão do dia 1º de maio, eles acharam que dava e votaram. Mas que não está bom, não está bom. Precisamos nos reunir e discutir essa questão. Precisamos saber com certeza qual será a Ordem do Dia, quer seja sessão extraordinária, quer seja sessão ordinária. O importante é, como era antigamente – trata-se de conquista da qual não podemos abrir mão –, sabermos, por exemplo, o que será votado neste mês de maio. É claro que depois o Secretário pode incluir mais matérias, mas que vá incluindo e publicando, dando-nos conhecimento com tempo do que vai ser votado. Agora, como aconteceu dessa vez, não. A reforma passou por aqui de forma indevida. Eu estava preparado, tinha meus destaques

para apresentar, estava preparado para debater, e, modéstia à parte, se eu estivesse aqui, com a experiência que tenho, se tivesse contado a história de como tinha sido, alguma coisa teria sido votada de forma diferente. Estive aqui à tarde; estava em uma reunião, mas o meu gabinete estava sabendo que deveria me informar – eu disse: “Qualquer coisa, me chamem”. Às sete horas da noite, quando começou a Ordem do Dia daquela sessão, perguntaram o que havia para votar. Responderam que, se conseguissem o entendimento, votariam o Orçamento. Quando voltei, às oito e meia, já haviam votado. Em meia hora, votaram a reforma político-eleitoral.

Chamo a atenção, porque considero esse problema grave. Não era uma materiazinha qualquer. Com todo o respeito: não é problema de acordo de líderes. Sabemos que, nesta Casa, acordo de líder é acordo de líder. O que quer dizer isso? O líder conta com a confiança de sua bancada, mas não reúne sua bancada para saber o que ela pensa ou deixa de pensar. Quando é uma matéria normal, tudo bem! Mas matéria polêmica como aquela deveria ser publicada.

Muito obrigado.

A crise da Varig

Pronunciamento em 20 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim, o Senador Sérgio Zambiasi e eu temos, diariamente, desta tribuna e nas Comissões, falado sobre a Varig.

Ontem, o Senador Jefferson Péres fez um pronunciamento que comoveu toda esta Casa. Creio que foi o recorde de permanência do Senador Jefferson Péres na tribuna. S. Ex^a, que é brilhante mas também muito singelo e curto em seus pronunciamentos, ontem, entendeu a importância e recebeu uma dezena de apartes, salientando a importância e o significado da Varig.

Em meio a tantas notícias desencontradas e pessimistas envolvendo a grande empresa aérea brasileira, surge uma luz no final do túnel. O juiz Luiz Roberto Ayoub, responsável pelo processo de recuperação judicial da Varig, declarou que a empresa “se mostra viável”. Ele descarta a possibilidade de falência.

Provavelmente em consequência dessa manifestação do magistrado, que conhece a fundo a questão, as ações da Varig no mercado de capitais tenham subido 24 pontos anteontem.

Num setor tão delicado e crucial como é o transporte aéreo, a Varig se tornou um símbolo de brasilidade reconhecido em todo o mundo. Sim, a verdade é que, no exterior, seus escritórios funcionam como verdadeiros consulados informais do Brasil. Aliás, o PT, como muitos dos jovens que estiveram

exilados durante o tempo da ditadura, contava sempre que era no escritório da Varig, em Paris, em Roma, em Buenos Aires, que eles liam as revistas e os jornais brasileiros e que eles tomavam conhecimento das coisas que aconteciam no Brasil.

Já no que se refere à sua atuação no território nacional, é importante considerar que a Varig é uma empresa aérea que teve e tem importante papel na integração deste País, de impressionantes distâncias geográficas. Além de atender a todas as grandes cidades, a Varig voa para os lugares mais distantes, enfrentando as rotas mais difíceis e menos rentáveis, aquelas que nem sempre interessam às empresas mais novas.

Quero, inicialmente, dizer que a Varig estará completando, no ano que vem, 80 anos de importantes serviços prestados ao povo brasileiro. Ao longo de todo esse tempo, a Varig se manteve como sinônimo de elevada qualidade de serviço.

Como constata o jornalista Luís Nassif, na *Folha de S. Paulo*, edição de 14 de abril passado: “A Varig vale mais pela sua tripulação, pela equipe de manutenção, pela parte administrativa, pela estrutura comercial, pela operação em vários países e em várias cidades do País. Tudo isso virará pó se a empresa Varig for fechada”.

Quero prender-me a esse número: 80 anos! Se digo que a Varig é uma empresa brasileira de 80 anos – e temos pouquíssimas empresas com essa idade –, estou afirmando que ela, obviamente, enfrentou dezenas de problemas econômicos mirabolantes, que foi forçada a negociar com várias moedas nacionais e que deve ter-se submetido aos mais estapafúrdios congelamentos de tarifas.

Em outras palavras, ao longo de sua história, em vários momentos, a Varig sofreu grandemente com as decisões – e também com as hesitações – do Governo brasileiro.

Como é empresa que se confunde com o Brasil, a Varig foi pioneira em vôos internacionais, que interessavam, estrategicamente, ao nosso País. Assim, fez vôos pioneiros para a Ásia,

para a África. Seus vôos davam respaldo efetivo às diretrizes da nossa política externa. Por anos e anos, num tempo de comunicações difíceis, a Varig foi a imagem e a bandeira do Brasil pelo mundo afora.

É claro que a situação de outras empresas que surgiram há pouco tempo é diferente e – até digo isso surpreendentemente – elas foram contempladas com as rotas mais rentáveis da aviação brasileira.

A Varig pagou um preço muito alto para ser um símbolo brasileiro, mas deu conta do recado. Agora, estamos diante de um grave problema: a empresa tem um passivo elevado, e o Governo, indiferente, frio, nega-se a buscar uma solução. O Governo observa o problema a distância. Ontem, por exemplo, disse a Ministra: “Se encontrarem uma solução, o Governo será favorável a ela, mas o Governo não bota dinheiro em poço sem fundo. Não contem com o Governo”.

Os jornais publicam que um parlamentar foi falar com o Presidente Lula. E, falando sobre uma solução para a Varig, ele teria dito – está no jornal de hoje: “Arrumem aí quem quer resolver essa questão, aceitar essa questão. Não somos contra”, mas com o Governo fora.

É bem verdade que o problema da Varig se arrasta há anos. Também é verdade que a Fundação Rubem Berta, que dirigia a empresa, impediu que soluções fossem tomadas quando o passivo era menos elevado. A Fundação Rubem Berta – dizem os que conhecem os bastidores do caso – contribuiu muito para que se agravasse o problema. É uma pena!

O Dr. Brizola dizia que o caso da Varig com a Fundação Rubem Berta devia ser um exemplo de capitalismo moderno no Brasil; a Fundação Rubem Berta, composta de funcionários, dona da Varig...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, há um probleminha no som.

Peço ao serviço de som que veja o que está acontecendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O som do microfone de V. Ex^a não estava ligado. Acho que voltou agora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O som? Mas V. Ex^a acha que era por minha causa ou por causa da Varig?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O microfone de V. Ex^a ficou sem som por 30 segundos, mas ele já voltou.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não é por causa da Varig?

Se for por minha causa, até não me importo. Mas se for por causa da Varig, eu me preocupo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os dois motivos são nobres: o discurso de V. Ex^a e a Varig.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está lá o companheiro Zambiasi, um lutador, como o Senador Paim e como esta Casa, na defesa da Varig.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Creio que esses 30 segundos de silêncio foram, talvez, providenciais para que aqueles que nos assistem e que ouvem o seu discurso, mais uma vez tão forte e tão pontual, possam refletir sobre as conseqüências e os impactos que recaem não sobre a Varig, como empresa, mas sobre o Brasil, como instituição. Há poucos dias, semana passada, enquanto as notícias sobre a Varig eram as piores possíveis, de outro lado, viam-se ali os pilotos, os funcionários, os comissários, enfim, todos os servidores da empresa, empenhados em preparar os aviões que vão transportar a seleção brasileira para a Copa do Mundo da Alemanha! Os aviões já estão prontos!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como em todas as outras vezes!

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – O transporte oficial da seleção brasileira para a Copa do Mundo é a Varig. Imagina-se

o Brasil já chegar derrotado na Alemanha, porque a seleção brasileira chegar sem ser transportada pela Varig já é uma derrota, porque isso mexe, seguramente, com a auto-estima de todos nós.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E se a Seleção não for com a Varig e se acontecer qualquer desgraça, vamos dizer que o Lula foi o culpado, porque permitiu uma barbaridade dessa!

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Acredito que não vai acontecer isso. O Presidente tem sensibilidade, e há a iniciativa do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim, do Senador Heráclito Fortes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a de V. Ex^a!

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Creio que essa questão seja uma unanimidade nesta Casa, pois ela reúne as diversas comissões: a Comissão de Infra-Estrutura, a de Assuntos Sociais, com a Senadora Lúcia Vânia, que está aqui presente; a Comissão de Economia; a Comissão de Turismo, com o Senador Leonel Pavan, que também está presente. Vejam que Varig é uma questão nacional, é uma questão unânime no Congresso. Temos convicção de que, a partir desse movimento, na próxima semana, nas comissões no Senado, haveremos de encontrar uma maneira de sensibilizar o Governo para que se associe a essa caminhada definitivamente, a fim de que, juntos, possamos encontrar uma solução para essa questão, que ultrapassa os limites de uma empresa concessionária prestadora de serviços, porque seguramente ela representa a imagem do Brasil e, dentro de alguns dias, será a responsável pelo transporte dos nossos campeões mundiais em busca do nosso próximo título mundial. Cumprimentos, mais uma vez, pela sua brilhante manifestação, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, companheiro Zambiasi, Senador como eu e como o Paim, com a diferença de que todo o Rio Grande do Sul, se fosse possível, votava nele – o que não acontece conosco, não é, Senador

Paulo Paim?! S. Ex^a, realmente, é quase como a Varig: uma unanimidade no Rio Grande do Sul.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Simon, V. Ex^a receberá seguramente esse apoio logo à frente, em outubro. As pesquisas já apontam que aproximadamente 50% da população são favoráveis a que V. Ex^a seja o representante do nosso Estado aqui, no Congresso Nacional, e que desempenhe o grande papel que sempre desempenhou, seja no Executivo, seja no Legislativo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Alô, gabinete, que deve estar me assistindo! Peguem logo esse aparte e o distribuam para todo o Rio Grande! Os senhores não calculam o que significa isso para o eleitorado do meu Estado.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Pedro Simon, quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer, mais uma vez, que o Rio Grande do Sul está de parabéns. Há mais dois Senadores do Rio Grande do Sul do porte de V. Ex^a: o Senador Paim e o Senador Zambiasi, que, sem dúvida nenhuma, engrandecem esta Casa e que têm o respeito de todo o Congresso Nacional. Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e de me colocar também à disposição. Creio que a causa defendida por V. Ex^a é uma causa do País. Está presente nesta Casa, hoje, o ex-Senador Luís Fernando Freire, subsidiando todos os Senadores com indicativos, com números, dando a todos nós alguma noção da exata situação, o que está sendo feito, as dificuldades encontradas. Portanto, tenho certeza de que, na audiência pública de terça-feira, vamos reunir as Comissões de Infra-Estrutura, Turismo, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, que representarão, dessa forma, o Congresso Nacional como um todo e o Senado da República como um todo. Tenho certeza de que a voz desses Senadores – que, acredito, será unânime na defesa da manutenção da Varig, um patrimônio nacional – haverá de sensibilizar o Presidente da República, para que, pelo menos os compromissos do Governo sejam saldados, a fim de que a empresa possa

buscar a sua recuperação. Portanto, os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela importância do seu apoio e pela gentileza das suas referências.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Rio Grande do Sul...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mão Santa e coração santo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Rio Grande do Sul está como sempre esteve, desde a Farroupilha, o precursor da República, com os lanceiros negros de Bento Gonçalves. Na Presidência, está o Martin Luther King do Brasil. Ali, está Zambiasi, radialista, político, como Carlos Werneck Lacerda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O pessoal pode não ter entendido: o Martin Luther King a que V. Ex^a se referiu é o Senador Paulo Paim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E V. Ex^a está aí. E, ontem, aí mesmo, eu fazia uma síntese do dia 19 de abril, hoje grandioso como o dia 21 de abril, de Tiradentes, data da morte de Tancredo. V. Ex^a fez como Cristo. Lázaro estava morto. Disseram a Cristo: “Não vá agora, está tarde, está apodrecido”. Cristo disse: “Levanta-te, Lázaro!”. V. Ex^a disse ontem: “Levanta-te, PMDB!”. É o PMDB da democracia e da Pátria. V. Ex^a não foi Presidente da República – Rui Barbosa não o foi, e seu busto está ali em cima –, não foi Presidente Nacional do Partido, não foi Presidente desta Casa, mas será como Gandhi, que fez renascer a Índia. V. Ex^a é o símbolo das virtudes democráticas. Quero ser objetivo. Para mim, a maior invenção do mundo foi o avião. Sei que houve o renascimento, a bússola, a pólvora, o computador, a internet, a Medicina, mas a maior invenção do homem, para mim, foi o avião. Por quê?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O avião foi a maior invenção do homem...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi a maior invenção do mundo, e vou dizer o porquê.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...porque a maior criação de Deus foi a mulher.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Exato. Quando passa uma mulher bonita, ninguém diz “lá vai um computador” ou “lá vai um tanque”. Diz-se “lá vai um avião”. Não comparamos a mulher com o avião, mas dizemos “que avião!”. Deus escreve certo por linhas tortas. Estou com um documento que vou ler. Ele é do Presidente da Associação Comercial Piauiense, José Elias Tajra, o ícone de todas as riquezas do Piauí, comercial, empresarial, educacional. Atentai bem para a necessidade de um olhar, de um cuidado especial para a aviação! Senador Paulo Paim, de quatrocentos aeroportos brasileiros, somente cem funcionam. Lula foi à minha cidade e disse ali que ia inaugurar um vôo internacional, mas não há mais nem linha nacional. Nunca dantes vimos isso. É tudo mentira!

“Sr. Senador Mão Santa, pedimos a V. Ex^a que assuma o compromisso de fazer gestões, onde necessário, visando à ampliação do número de vôos das companhias aéreas para Teresina. Eis que isso é uma necessidade premente, detectada junto a agências de viagens e ao segmento empresarial do comércio. Vasp e Varig, juntas, reduziram três vôos para esta capital, o que agravou ainda mais o problema. Pretendemos que as companhias em operação façam melhor integração de Teresina com o Norte e o Nordeste do País, porquanto há demanda. Assim, no interesse comum, confirmamos pedido de apoio ao ilustre Senador, na expectativa de encontrar acolhida para o pleito aqui informado. Atenciosamente, *José Elias Tajra*, Presidente da Associação Comercial Piauiense.”

Então, aí está a realidade do Brasil: a deficiência. Ó Lula, não foi tão bom o Aerolula para V. Ex^a passear pelos céus do mundo?! Portanto, permita que a Varig continue a operar, pois os brasileiros estão a necessitar de seus vôos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pelo seu importante aparte.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, tão logo cheguei aqui no Senado, submeti-me a tratamento no Sarah Kubitschek, juntamente com V. Ex^a. Na ocasião, eu conversava muito com V. Ex^a sobre a política nacional e prevíamos algumas coisas que estão acontecendo hoje. Lá fazíamos hidroterapia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não imaginávamos nada tão grave.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Não imaginávamos nada dessa gravidade. V. Ex^a dizia que, se Lula não se cuidasse com esse grupelho que estava a sua volta, ele seria capaz de não chegar ao final do Governo. Recordo-me muito bem de suas palavras. V. Ex^a parece um futurologista, alguém que adivinha as coisas. Pela sua experiência, pelo seu conhecimento, sabe como será a seqüência dos fatos. E, hoje, estamos vendo Lula virar as costas, não ligar para a situação da Varig. Quando chegou ontem a Chapecó, para descer do Aerolula, ele usou a escada da Varig, pela qual também subiu no avião. Está nos jornais. E os aviões da Varig? *C'est fini*. Restou apenas a escada da Varig. Os nossos funcionários e muitos trabalhadores do Brasil que têm aquele cartão fidelidade da Varig, o *Smiles*, passaram a gastar de todo jeito com medo de perderem seus créditos, tamanha a instabilidade da Varig, uma empresa que sempre foi o orgulho do País. Todos estão com medo. Não sabem se vão perder ou não o que têm de crédito na Varig. Tenho dito que a Varig vai cumprir seus compromissos – é uma empresa de que se orgulha o Brasil –, e ninguém vai perder nada. Só que essa instabilidade está trazendo também um problema nos aeroportos. A TAM, que antes atendia bem seus passageiros, passou a não lhes dar muita atenção. A concorrência está acabando. Dizem para o cliente procurar a Varig se não estiver satisfeito. Não há mais vôo da Varig para Navegantes. Temos de nos submeter, às vezes, à humilhação por parte de alguns funcionários da TAM. Fui humilhado, na semana passada, em São Paulo, por um funcionário da TAM. Tive de trocar a passagem da Varig pela da TAM. Quando fui fazer uma reclamação, disseram-me para procurar a Varig se eu não estivesse contente. Sabem que não há mais vôo para

Navegantes e acabam debochando da gente. O Governo Federal deveria ser mais responsável e ouvir um pouco mais o que V. Ex^a vem dizendo há muitos anos nesta Casa. Conselhos que são bons devem ser aproveitados, e muitos desses V. Ex^a já tem dado aqui para o atual Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o número de pessoas que o Presidente Lula escuta é muito limitado. Perdi a esperança quando Frei Betto disse que continuava amigo do Lula, mas que se desligava do Palácio, porque, se ele estivesse lá, a opinião pública poderia achar que ele estava aceitando as coisas, que estavam ficando muito graves, muito diferente de tudo aquilo que ele e o Lula tinham sonhado para o Brasil.

O descaso do Governo para com os problemas da Varig não é de hoje. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não se empenhou em achar uma saída para um problema que era muito menor. O Governo atual não pode continuar a se fazer de desentendido. Precisa reconhecer a grandeza dos serviços prestados pela Varig ao País.

Como é do conhecimento de todos, a Varig tem para receber do Governo uma elevada quantia, estimada hoje em R\$4,7 bilhões, referente a perdas da empresa com congelamento de tarifas entre 1985 e 1992. São sete anos em que a Varig trabalhou com tarifa abaixo do custo; outras empresas já receberam esse dinheiro.

No caso da Varig, já houve derrota, em última instância – aquilo que faz com que digamos que no Brasil não há Justiça –, um recurso de mentirinha, mas que permite recorrer. Não vai dar em nada, mas a Varig não recebe o dinheiro. O Superior Tribunal de Justiça já deu ganho de causa, e o Governo tem esses recursos no Supremo Tribunal Federal, que haverá de confirmar a decisão.

Quando, em 1997, ação igual foi encaminhada pela Transbrasil, que ganhou a causa, ela recebeu seu dinheiro. O Governo, na época, agiu de forma diferente: pagou sem recorrer, da forma mais rápida.

Não serei eu, Sr. Presidente, com o meu passado e a minha biografia, que virei aqui, neste momento, recorrer à utilização do dinheiro público para o resgate de empresas ameaçadas. Vim aqui, gritei e protestei quando se usou o dinheiro para os bancos privados – uma fortuna em dinheiro –, que não era necessário. Não! Eu não defendo, pura e simplesmente, a empresa privada que está se afundando, e vai lá o Governo e tem que colocar o seu dinheiro; aliás, é uma regra que o Governo vem seguindo. Mas, neste caso, a situação da Varig é peculiar. Trata-se de uma permissionária de concessão pública. Portanto, deveria ser encarada como um importante desafio que se espraia pelos campos econômico e social.

Iniciemos pelo mais delicado problema, o social. A Varig emprega atualmente cerca de nove mil pessoas. Igualmente importante é o contingente de aposentados, que fica em torno de 6,8 mil. A esses dois grupos, devemos acrescentar seus milhares de dependentes diretos e indiretos. Da mesma forma, temos que somar a eles um número expressivo de trabalhadores que atuam em empresas que prestam serviços ou fornecem material à Varig. Sem dúvida, chegaremos a cem mil pessoas.

Vejamos a questão pelo lado econômico. Foram inúmeros os planos econômicos milagreiros, em especial dos últimos vinte anos. Na quase totalidade, só representaram maiores prejuízos ao Brasil e às empresas. Foram incontáveis os choques cambiais, com a moeda brasileira subindo e descendo vertiginosamente, enquanto a Varig tinha que honrar seus compromissos firmados, em todo o mundo, em moeda norte-americana.

A última explosão cambial, no início de 1999, representou um dos mais duros golpes recebidos pela Varig. A empresa voava com aviões lotados para todos os seus destinos internacionais. De repente, o dólar dispara por incompetência dos operadores do Banco Central. Na verdade, o Governo Fernando Henrique Cardoso segurara a desvalorização ao máximo, só para se beneficiar na eleição de 1998.

Outro problema grave foi a desregulamentação do setor aéreo mundial. Nessa ocasião, o Governo de Fernando Collor de Mello foi omissivo e permitiu o avanço das companhias estrangeiras sobre o nosso mercado, em detrimento de uma empresa como a Varig. Companhias estrangeiras que, diga-se, no caso das americanas, foram ajudadas pelo seu governo com bilhões e bilhões de dólares depois da crise no setor deflagrada pelo fatídico 11 de setembro. E as empresas passaram a atuar no Brasil no lugar da Varig.

Enfim, chegou a hora de, juntos, acharmos uma saída para manter a Varig funcionando. Governo, funcionários da empresa e parlamentares, irmanados todos num mesmo clima de seriedade, justiça e esperança.

O Presidente Lula chegou a anunciar que havia determinado ao Governo que encontrasse uma solução para a Varig. Depois, mudou de idéia e argumentou que “não cabe ao Governo salvar empresa falida”. Mas, como estamos comprovando, não se trata apenas de uma empresa privada qualquer. É concessão pública e representa um setor estratégico.

Vejamos o que escreveu, no *Jornal do Brasil*, Marcus Quintella, professor da Fundação Getúlio Vargas, sobre a mudança de posição do nosso Presidente Lula:

Tal declaração é muito estranha, já que, no início de seu Governo, ele determinou que seus ministros achassem uma solução para a Varig, sob a justificativa de que se tratava de uma marca estratégica para o País. Contudo, todas as soluções propostas foram abortadas dentro do próprio Governo, por divergências políticas ou interesses ocultos. Realmente, aplicação de dinheiro público para socorrer empresas falimentares sempre causou polêmica no mundo inteiro, mas o Presidente Lula precisa lembrar-se de que o BNDES já ajudou na recuperação do Frigorífico Chapecó, em Santa Catarina, salvando cerca de mil empregados da demissão e, mais recentemente, atuou para socorrer a Brasil Ferrovias. No cenário internacional, também há casos de ajuda oficial, como na Inglaterra, onde o governo salvou a Rolls-Royce da falência, por razões ligadas ao prestígio de qualidade da indústria britânica e o

caráter estratégico da tecnologia de produção de turbinas para aviões a jato.

E prossegue o Professor Marcus Quintella:

Por que a Varig não pode receber a ajuda do Governo? Não estou falando em dinheiro público a fundo perdido, mas numa engenharia financeira básica, com a criação de uma empresa de economia mista, com a mesma marca Varig, cujos sócios seriam seus principais credores públicos e privados, Infraero, BR Distribuidora, Banco do Brasil e empresas de *leasing*, além do BNDES, que aportaria recursos e converteria parte das dívidas em ações da empresa e lançaria debêntures no mercado, com aval do Governo Federal. Esta empresa teria o objetivo de gerir competentemente a Varig e devolver para o mercado uma nova Varig, saneada e com valor de mercado. Lógico que não é simples, mas é exequível e existem dezenas de precedentes de sucesso dessa natureza.

Com essas palavras sensatas do Professor Marcus Quintella, encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente. Reafirmo que a Varig merece o nosso apoio, por tudo o que de competente já fez e pode fazer pelo Brasil. É uma empresa que faz parte não só da economia nacional como da memória afetiva de cada brasileiro.

Por iniciativa de V. Ex^a, do Senador Zambiasi e de vários Senadores, esta Casa, a partir de terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Senador Sérgio Zambiasi, de V. Ex^a e de quatro Comissões.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...estará se reunindo para iniciar uma nova caminhada, já agora não com pronunciamentos positivos, profundos – mas que ficam no pronunciamento –, mas objetivamente. Já na terça-feira, parece que a Comissão convidará a toda-poderosa Ministra-Chefe da Casa Civil, que hoje, não há dúvida, com a saída do Chefe da Casa Civil anterior e do Ministro da Fazenda, é a pessoa mais importante deste Governo. E eu fico feliz porque, desde que S. Ex^a assumiu o Ministério de Minas e Energia, eu dizia da sua competência, da sua capacidade, do que tinha mostrado

no Rio Grande do Sul, tanto no Governo do PDT, de Alceu Collares, como no Governo do PT, de Olívio Dutra. A Ministra realmente vem mostrando uma competência espetacular. E, agora, nota-se, com S. Ex^a na chefia da Casa Civil, que é um outro estilo de governar, uma outra maneira de ser.

Creio que S. Ex^a, que será ouvida por nós na terça-feira, haverá de conversar no estilo que sabe fazer. Não teremos aqui a palavra de S. Ex^a, como tive a mágoa e o sentimento de ouvir, ontem, no Rio Grande do Sul, falando a uma emissora do interior, não sei se em Três Passos, quando se referia à Varig.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em Tenente Portela.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tenente Portela.

A Ministra dizia que o Governo poderá dar toda ajuda à Varig, mas não colocará dinheiro em um poço sem fundo, que não tem saída. S. Ex^a pode ter até razão de ter se magoado. As várias hipóteses, as pessoas que se aproveitaram e os equívocos da Fundação podem levar a uma situação de mágoa. Mas S. Ex^a, com a grandeza do seu conhecimento, haverá de entender que é a hora de nós buscarmos a solução, que passa por S. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se não fosse V. Ex^a, eu não permitiria o aparte; mas V. Ex^a é um caso *sui generis* aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência vai permitir o aparte, porque o assunto da Varig mexeu com todo o Senado da República, e é importantíssimo que a Senadora Heloísa Helena use a palavra neste momento.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Todos nós nos emocionamos quando falamos da Varig: o Senador Jefferson Péres, ontem; de forma especial, o Senador Paulo Paim, o Senador Sérgio Zambiasi, a Deputada Luciana Genro e o meu querido

Senador Pedro Simon. Mas, para eu falar da Varig, não falo – eu reconheço que não falo – com a belíssima emoção de V. Ex^a – e, ontem, o Senador Jefferson Péres o fez também –, Senador Paulo Paim. É diferente quando eu defendo a reestruturação da Varig, até porque não viajo somente pela Varig, mas por todas as outras empresas. Acabo escolhendo pelo horário. Sou bem tratada em todas elas – TAM, Gol, Varig.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não pode fazer essa comparação. V. Ex^a está nos humilhando, pois é bem tratada em qualquer lugar que vai e em qualquer canto, o que não é o nosso caso.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Não, é sim. V. Ex^a é superespecial no coração dos brasileiros e não só no dos sul-rio-grandenses. Aliás, sabe V. Ex^a que um dos momentos mais emocionantes da minha vida aqui foi quando V. Ex^a disse que se sentiria muito feliz se tivesse tido a oportunidade de ser meu pai, mesmo não tendo idade para isso. Eu, que nem tive pai, porque ele morreu quando eu tinha dois meses, imagine como me senti honrada e feliz com o que V. Ex^a disse. Foi, para mim, um dos mais belos elogios. Sempre que faço uma intervenção, defendendo o papel do Estado brasileiro na recuperação de uma empresa, compartilho inteiramente com essa idéia de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Que ninguém jamais pense que V. Ex^a iria à tribuna, da mesma forma como os Senadores Jefferson Péres e Paulo Paim, para defender gestão temerária, fraudulenta, interesses medíocres, privados de quem quer que seja. Não se trata disso. Nós estamos falando de um País de dimensões continentais como o Brasil, onde estão sendo destruídos milhares de postos de trabalho pela precarização ou terceirização; postos de trabalho que não são mais recompostos. Imagine o significado do fechamento da Varig para onze mil pessoas, sem considerarmos as famílias em que, muitas vezes, homem e a mulher estão diretamente vinculados à Varig. Imagine como eu me senti ao ver os trabalhadores, ativos ou aposentados, entregarem US\$100 milhões, fruto do esforço deles, acumulado no fundo de pensão, e dizerem que entregavam a aposentadoria futura. V. Ex^a imaginou o que é isso? “Eu entrego a minha aposen-

tadoria futura a um País que não oferece emprego para os jovens nem tem emprego para pessoas com trinta anos". Um trabalhador dizer que entrega o futuro, a segurança futura e a da minha família, para que a empresa em que trabalha e para que o trabalho dele possa ser consagrado e conferido. Não é possível isso! Então, repactuação de dívida pode ser feita, encontro de contas pode ser feito, o BNDES pode emprestar, pois isso não tem nada de ilegal, nada de imoral. Se existem problemas, o Estado intervém, muda o conselho, identifica quem patrocinou a gestão temerária, fraudulenta, ou o que quer que seja. Agora, deixar que sejam destruídos onze mil postos de trabalho no nosso País, isso é de uma gravidade inimaginável! Então só o trabalhador e a trabalhadora da Varig dizer que entregam o futuro, a segurança dos filhos, a aposentadoria futura quando mais vão precisar dela, que é na fase de idade mais avançada! Não é possível isso. Então, eu o parabeno e compartilho da emoção de V. Ex^a quanto a isso. Nada existe de fantástico, de *sui generis*, de imoral, de ilegal, de insustentável juridicamente na intervenção do Governo brasileiro em relação a encontro de contas, à repactuação do saldo devedor. O que tem demais nisso? Se não dá para pagar em dez meses, estende para vinte, carimba os acordos que precisam ser feitos. Nada demais existe nisso. Agora, não se sensibilizar quando os trabalhadores entregam o futuro dele e o de sua família, isso realmente é inaceitável. Portanto, parabeno V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu acho que não posso falar mais nada, não é? O aparte de V. Ex^a disse tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a ainda tem dois minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu encerro com o aparte da Senadora. É realmente o que eu sinto.

Muito obrigado.

A revolta da classe média

Pronunciamento em 24 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois importantes textos jornalísticos recentes tratam do verdadeiro massacre que vem sofrendo, nos últimos vinte e cinco anos, a classe média brasileira.

Refiro-me a um artigo do colunista econômico Antônio Machado, publicado no dia 9 de março, no *Correio Braziliense*, e a uma reportagem da revista *Época*, divulgada em meados de dezembro e assinada pelas repórteres Patrícia Cançado e Maria Laura Neves.

No artigo intitulado “A Revolta Contida”, Antônio Machado diz que num país sem classe média e no qual os jovens não acreditam no futuro “a falta de expectativa de ascensão social entroniza a barbárie, a corrupção e a desesperança – as doenças sociais degenerativas dos valores da civilização, que crescem como erva ruim desde o fim do grande período de industrialização, no começo dos anos 80”.

O jornalista ressalta que, há quatro ou cinco décadas, os brasileiros conseguiam – graças a políticas econômicas que visavam o progresso e também a seus esforços pessoais – sair do círculo vicioso de miséria para dar aos filhos condições de vida melhores que as recebidas de seus pais. A classe média, escreveu Machado, “este contingente que civiliza uma nação e aplaina o caminho para a riqueza social define sem parar desde 1980 e quem ainda conserva os padrões de consumo

do segmento da pirâmide de renda imprensada entre ricos e pobres empobreceu”.

O colunista do *Correio Braziliense* afirma que todos os seis governos instalados desde o fim do período autoritário não moveram uma palha para evitar esta catástrofe. Aliás, com aumentos de impostos, tarifas de serviços essenciais e juros tais governos conseguiram aprofundar o problema.

Segundo Machado, a classe média, que correspondia a 31,7% da População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões urbanas em 1980, caiu para apenas 27,1%: “dos 10,1 milhões de trabalhadores deste estrato social que perderam emprego no período, mais de 7 milhões não conseguiram recuperar o nível de renda anterior, sendo expelidos da classificação de classe média”.

Os brasileiros, de acordo com Antônio Machado, aceitaram passivamente o empobrecimento maciço, enquanto suas lideranças políticas foram insensíveis a um drama que envolve “a fração social do País em que mais se investiu em educação e oportunidades”.

Se o próximo Governo, a ser eleito no final deste ano, não encarar esse desafio, diz o jornalista: “não haverá força no mundo que segure a revolta de nossos jovens, o desalento e a vontade de fazer a vida lá fora”.

E em seguida, ele pergunta: “Que pai de classe média não tem hoje um filho que mandou tudo para o alto e já saiu do País ou não fala de outra coisa?”

Segundo dados da OCDE, que estuda a situação econômica e social dos países mais ricos, um em cada 10 brasileiros que chegam ao curso superior tem a meta de trabalhar no exterior.

Falando da fuga em massa de brasileiros para trabalhar no exterior, Antônio Machado diz que o sonho de fazer a vida no exterior é agora dos jovens, mas ressalta que “os primeiros a migrar foram os dinheiros dos mais ricos, enviados para refúgios no exterior”.

E continua: “Num movimento mais sofisticado, menos visível, os capitais de controle de grandes grupos empresariais nativos também começam a sair do País, por meio de operações travestidas de fusões com conglomerados do exterior. Não é a internacionalização da empresa nacional, mas a transferência legal de seu controle para uma outra territorialidade”.

Em função da estagnação das últimas duas décadas, torna-se mais penosa a melhora social, apesar dos evidentes avanços tanto de renda quanto de educação do piso da pirâmide. A escalada para a classe média não se dará com programas de renda mínima ou com mais anos de instrução, adverte Antônio Machado, “se faltar a imprescindível expansão acelerada da economia para a criação de empregos, além de maior qualificação da mão-de-obra”.

E arremata o colunista: “O grande desafio ao futuro Governo é como desatar este nó, o que envolve a redução do tamanho do Estado, sem desarticular as redes de proteção social existentes. O investimento público e privado, sobretudo do exterior, terá de atingir níveis semelhantes aos dos anos 70, coisa de 24% do PIB, em meio a grande disciplina fiscal e gestão da infra-estrutura social, como educação e saúde, com mão de pianista. É a receita para a classe média voltar ao paraíso e o País estancar a perda de seus talentos para a Europa e os EUA, que não se resumem a modelos e jogadores de futebol”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em reportagem intitulada “A Classe Média no Sufoco”, a revista *Época* analisa recentes pesquisas do IBGE que mostram uma melhora da distribuição de renda no País, a favor dos mais pobres, em decorrência do aumento do número de programas sociais. Mas, de outro lado, quem perdeu renda foi a classe média, que é integrada pelos profissionais liberais, funcionários com cargo intermediário nas empresas, servidores públicos e outras categorias típicas do meio da escada social.

A verdade é que, nos últimos anos, o mercado de trabalho para a classe média ficou mais disputado em função de diversos fatores. O principal deles é a baixa taxa de crescimento

econômico, que gera pouco emprego. O segundo é o explosivo aumento do número de formados pelas universidades. Simplificando: com o estrangulamento do mercado de trabalho e aumento dos trabalhadores qualificados, caiu a renda da classe média.

Isso sem falar que, cada vez mais, o Governo amplia a cobrança de impostos.

Isso sem falar que o Governo não garante educação, saúde nem aposentadoria.

A revista *Época* cita um estudo sobre a classe média, considerando-a como o segmento integrado pelas pessoas que ganham mais de cinco salários mínimos. Em 1995, essa classe média tinha 20% da renda do País. Dez anos depois, essa participação caía para apenas 11,5%. Em dez anos, portanto, o ganho médio dos trabalhadores de classe média despencou 19,4%.

Paralelamente, as despesas da classe média crescem. O peso dos impostos na renda nacional aumentou 20%. Só as tarifas públicas aumentaram 290% desde o Plano Real.

“O ajuste da distribuição de renda que aconteceu nos últimos três anos recaiu sobre a classe média”, disse o economista Márcio Pochmann à revista *Época*.

Apesar de o Brasil ter crescido nos últimos anos e ter criado milhões de empregos com carteira assinada, a remuneração dos trabalhos de classe média se manteve estável ou caiu.

“Segundo o estudo de Pochmann, o Brasil eliminou 3,1 milhões de ocupações com mais de cinco salários mínimos mensais na última década”, diz a revista *Época*.

O formidável crescimento no número de formandos das universidades agrava o problema do emprego para a classe média: há hoje muito mais gente qualificada disputando as mesmas vagas. E, logicamente, se cresce a concorrência, caem os salários.

Carlos Antonio Ribeiro Costa, especialista em mobilidade social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, disse à

Época que “na década de 70, os filhos de classe média tinham duas mil vezes mais chances de conseguir um bom emprego que o filho de um agricultor. Hoje, a diferença é quatro vezes menor, sinal claro de mais competição.”

Vejam os dados: entre 2001 e 2003, o acesso à universidade cresceu 26%. Nesse período, foi criada, em média, uma faculdade particular por dia, segundo o Ministério da Educação.

Por um lado, os novos cursos facilitaram a ascensão social; por outro, congestionaram o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é fácil classificar a classe média. Para os sociólogos, é de classe média quem ascendeu à universidade, conta com empregada doméstica, troca de carro com frequência, viaja nas férias e sonha conhecer outros países. Mas os critérios adotados com base na renda sempre geram controvérsias. Para os institutos de pesquisa, uma família que ganha R\$3 mil é considerada de classe média.

Diz a revista *Época*: “Num País onde há 44 milhões de miseráveis, uma renda familiar de R\$3 mil não garante a uma família, sobretudo se ela for grande, o padrão típico de consumo da classe média”.

O certo é que a classe média assalariada, que cresceu com o milagre econômico até meados dos anos 70, sofreu na década de 90 com a redução do emprego e padece hoje com a perda de poder de compra.

Diz a revista *Época*: “Para manter o padrão de vida ou pelo menos parte dele, a classe média ficou visivelmente mais endividada. Segundo o estudo de Pochmann, em 2003 ela pagava quatro vezes mais dívidas que em 1995. E o endividamento da população só aumentou de lá para cá”.

Prossegue a revista: “Os gastos com saúde caíram nesse período, sinal de que a classe média não está conseguindo mais pagar planos particulares. Ela também cortou despesas com carro, roupas e alimentação. Por outro lado, gastou 88% mais com educação. As despesas com educação viraram in-

vestimento, um jeito de ganhar a briga na disputada classe média”.

Um outro importante pesquisador, Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Ibre/FGV, disse à revista *Época* que “a escolaridade está determinando cada vez mais as classes sociais no Brasil”.

Segundo Néri, quanto mais elevada a escolaridade, mais degraus a pessoa consegue subir na escala social. Segmentos da classe média que conseguem poupar dinheiro, estudar em escola de primeira linha e escolher uma profissão mais promissora acabam sendo beneficiados.

Segundo a revista *Época*, a classe média, entre 1995 e 2003, gastou 304% a mais com o pagamento de dívidas; 88% com educação; 39% com prestação de imóvel; e 33% com impostos e contribuições. De outro lado, no mesmo período a classe média mais cortou despesas em saúde (26%), alimentação (9,6%) e compra de carro 1,2%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tracei aqui um quadro assustador da classe média brasileira. Temos que refletir sobre ele. O que mais me apavora é a fuga de brasileiros para o exterior. Muitos dos nossos jovens melhor preparados estão partindo em busca de melhores condições em outras nações. O Brasil precisa voltar a crescer e a crescer em ritmo acelerado. Não podemos permanecer como aquele país que menos cresce entre as grandes nações emergentes. Algo tem que ser feito, e de imediato. Faço esta advertência porque julgo que a classe média brasileira tem muito a dar nesse esforço pelo crescimento econômico.

Muito obrigado.

Crise nos municípios

Pronunciamento em 25 de abril

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, está ficando difícil falar neste Congresso. Mas digo que hoje é um dia importante, porque estão aqui em Brasília mais de três mil prefeitos.

O Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação dos Prefeitos, é uma figura extraordinária, é uma das figuras mais competentes que conheço. S. Ex^a deu um sentido novo à organização e tem alcançado vitórias excepcionais.

Com o Lula, imaginei que o ano passado seria o grande ano do municipalismo no Brasil, porque o Presidente prometeu que daria 1% a mais do retorno aos municípios. Foi uma festa, foi uma maravilha! O Lula foi carregado como herói, mas ficou por aí.

Votamos o projeto aqui, no Senado. Esta Casa já votou. O projeto do retorno de 1% a mais para os municípios está na Câmara. Só que, naquela Casa, o Governo trancou a matéria.

Hoje, vemos novamente a manchete sobre o “pacote de bondades”. Não há mais no Brasil o conceito nem de ética, nem do que é certo, nem do que é errado, nem do que é justo. Há o pacote de bondades, o pacote de maldades, o pacote de vigarices! Esse é um pacote de bondades!

Quero ver o Governo conseguir votos na Câmara, porque ele manda na Câmara. O acordão que foi feito para liberar todo

mundo das cassações foi aprovado. Ninguém mais foi cassado: “Eu tiro os teus, tu tiras os meus e ele tira os dele”.

Meu companheiro Paulo Ziulkoski, se você não conseguir que se aprove hoje, amanhã ou nesta semana essa matéria, não sai mais. Pode morrer, porque o 1% não sai mais! Bota a faca nos peitos deles, porque é só isso que essa gente entende. Só entendem de coação, de pressão: “Ou vocês votam o 1% a mais para as prefeituras, ou vamos dar o troco nas eleições”. Dêem o troco como quiserem, mas, se não votarem nesta semana, não votam mais.

O resto, o aumento da taxa da merenda, por exemplo, é bom? É claro que é bom. É positivo? É claro que é positivo! Mas este Governo, que está chegando ao seu último ano, em vez de fazer essas coisas no primeiro ano de Governo, em vez de fazer essas coisas no segundo ano de Governo, deixa para o último ano, quando, daqui a pouco, não vai ter nem dinheiro para fazer o cumprimento. Vai ficar na promessa e não mais do que na promessa.

Olha, ou nós fazemos o novo pacto federativo, ou vivemos realmente um movimento republicano nesta Nação, ou eu não sei qual é o caminho. Sinceramente, eu não sei qual é o caminho. A grande interrogação é essa.

Recebo a informação do meu amigo Paulo Ziulkoski de que a pauta da Câmara Federal está trancada com sete medidas provisórias. “Babau”. Não vai mais haver votação. Se não aprovarem até esse fim de semana, não aprovam mais. E são sete medidas provisórias que estão trancando a pauta da Câmara, a qual, diga-se de passagem, quando não havia as sete medidas provisórias, não votava porque não queria, porque esta Casa já votou há muito tempo, desde o ano passado. E a Câmara não vota porque o Governo não deixa.

Eu imaginava que um Governo do PT daria prioridade absoluta ao município, que estaria diretamente ligado às forças comunitárias, ao sindicato, aos trabalhadores, às comunidades de base, e que a sua identificação seria ali no município.

Quantas vezes ouvimos falar que a obra só se faz no município; a estrada, de um município a outro; a fábrica, no município; o operário e o patrão moram no município; a universidade está no município. A expressão real, concreta e física é o município. O Estado é um arranjo jurídico de vários municípios que o compõem. Então, favorecer, dar força e consciência ao municipalismo, entender que uma estrada, se feita pelo município, custa 10, se pelo Estado, 50 e se pela União, 200. Isso todo mundo sabe.

Nós, no Rio Grande do Sul, temos a honra de possuir uma leva de prefeitos excepcionalmente séria. No Brasil, só há um local onde pode ser que a Justiça funcione para valer, em termos de punição. Lá no Rio Grande do Sul, a 4ª Vara do Tribunal de Justiça, que julga os Prefeitos, é para valer. Condena e condena.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Condena, na minha opinião, ao exagero. Olha que se, no Brasil, aqui no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Justiça Federal, condenassem as pessoas como lá na 4ª Vara, meu Deus do Céu, como as coisas seriam diferentes!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a pronuncia um discurso que faz justiça aos municípios brasileiros. Em 1988, criamos, na Constituição, um espaço razoavelmente confortável para os municípios, mas, de lá para cá, nós o fomos diminuindo com a criação de todos aqueles impostos com outro nome – contribuições – e fomos aumentando os encargos. Hoje, eles têm ensino que não tinham, saúde que não tinham, enfim, são tantas coisas que os prefeitos estão crucificados. V. Ex^a está coberto de razão quando fala que a gente nasce, vive e morre no município. Ele é a célula-mãe desta República e da União, mas, lamentavelmente, como têm sofrido os prefeitos. Agora, estamos na iminência de ter algumas melhorias, mas elas são muito pequenas e lentas. Quero-me solidarizar com V. Ex^a e expressar minha alegria por poder participar do seu discurso dizendo

que o município merece mais atenção. Quanto ao que V. Ex^a fala do Rio Grande do Sul, só posso dar o meu testemunho: é verdade. Tenho boa ligação no Rio Grande do Sul, seja em Passo Fundo, seja na própria capital e em alguns outros municípios, e vejo como lá as coisas andam nos eixos, queiram ou não, porque a Justiça faz valer o seu poder. Lamento que não seja assim no resto do País. Quero-me solidarizar com V. Ex^a e louvar o seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem uma experiência que dá de relho em muita gente que diz que é bom no trabalho público. V. Ex^a conhece o cego dormindo, o rengo sentado, conhece, realmente, a questão pública e trabalha há muitos anos – quando foi Governador e como Senador – com os prefeitos, por isso faz essa defesa dos municípios. V. Ex^a é um municipalista. Eu fui prefeito por três vezes e sei como é difícil se governar um município se não se tiver a parceria do Governo do Estado e do Governo Federal. Eu queria apenas lembrar que quando os novos prefeitos assumem as prefeituras, encontram outra dificuldade, além da orçamentária, que é a questão da certidão negativa, ou seja, a existência de algum débito com o Governo Federal ou com o Governo Estadual que não pode ser suprido, cumprido, porque, pela má gestão do prefeito anterior, o próximo acaba também amarrado, o que o impede de receber recursos constitucionais do Governo Federal. Ou seja, ele perde. Devemos elaborar uma lei para que os novos prefeitos não sejam responsáveis pela má gestão do prefeito anterior. O Presidente Lula prometeu ajuda há um ano, também agora e, hoje, não quis receber os prefeitos. Não quis. Espero que esse seja apenas um gesto de aprovação daquilo que eles estão reivindicando e não o chamado medo de trocar os aplausos que recebeu há um ano pelas vaias que, certamente, hoje receberia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De um lado, eu acredito que as vaias seriam bem prováveis. De outro lado, há a argumentação de que ele estava com medo de, se fosse lá, o Tribunal Superior Eleitoral dizer que ele estava cometendo uma infração eleitoral. Parece que ele exagerou tanto quanto a Petrobras, que recebeu um aviso: “A água está esgotada. Mais uma...” E ele não quis cometer mais uma.

Na verdade, o que aconteceu na Petrobras é profundamente lastimável. O Governo somaria mais pontos se fizesse uma grande festa nacional ou um grande ato público e convidasse todo mundo, todos os partidos e toda a sociedade, mostrando que era o dia da Nação. Agora, querer isolar, publicar na televisão apenas as verbas que o Governo Lula deu, esquecendo as outras verbas, e querendo dar a entender que a Petrobras é obra que nasceu com o Sr. Lula? Não foi feliz. Não foi feliz.

A informação que tenho é esta: ele chegou ao limite e recebeu a informação de que não vai ser desta vez, pois o PFL pediu para tirar a propaganda diária e a Justiça não concordou, mas vai ser na próxima. Então, a informação que se tem é que o Lula resolveu não se encontrar com os prefeitos, porque fazer neste ano o que ele fez no ano passado, que foi um comício, poderia complicar. Por isso, ele não foi, mas anunciou que vai dar dois bilhões às prefeituras. Que dê! Que vai dar aumento para a bolsa escolar. Que dê! Que vai dar aumento para a merenda escolar. Que dê! Mas o importante, nessa altura, é o 1%, uma reivindicação de honra dos municípios. Essa é uma questão básica e fundamental, porque é verba que realmente o município recebe e com a qual pode levar adiante as suas realizações.

Espero que isso aconteça. Nós, Senadores, já votamos essa matéria. A Câmara dos Deputados não a votou, porque o Governo não deixou. O Governo impediu.

Meu amigo Paulo Ziulkoski, se não for até o fim desta semana, era uma vez, porque não irá mais.

Respondendo ao nobre Senador da Bahia, meu ilustre Líder, com relação à Varig. Realmente, hoje, não falaram, mas a expectativa que tenho é para a reunião de terça-fei-

ra. A informação que tenho é a de que o Governo alterou a posição e que os novos acontecimentos farão com que Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, e meu querido amigo Waldir Pires, Ministro da Defesa, estejam aqui. Então, virá, realmente, uma proposta.

Na reunião de hoje, ficou claro como água: saída para a Varig, tem; saída com mérito, tem; saída sem dinheiro público, tem; mas saída em que o Governo dê a sua solidariedade e o seu apoio. Não tenho nenhuma dúvida de que isso acontecerá e não tenho nenhuma dúvida em dizer que, se isso não acontecer, o Governo do Lula pagará o preço, porque, no início, foi aquele exagero, foi aquela alucinação para a incorporação da Varig pela outra empresa de São Paulo, em que a outra empresa ficaria dona de 95% e a Varig com 5%. Foi quando houve o protesto, quando houve o grito, e o Ministro-Chefe da Casa Civil de então, que comandava essa operação, colocou um pé em cima e não deixou que nenhuma possibilidade, que nenhuma proposta fosse levada adiante.

Parece que, com a nova Ministra e com o novo Ministro, obteremos uma resposta positiva na próxima semana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Discurso da Ministra Ellen Gracie

Pronunciamento em 2 de maio

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia de ontem foi, com certeza, um dia da maior importância na história do nosso País. E, certamente, será comemorado por todos nós, mulheres e homens, como data fundamental no processo de avanço de nossa pátria no processo democrático.

Ontem, tivemos o privilégio de acompanhar e celebrar a cerimônia de posse da Ministra Ellen Gracie Northfleet no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, o terceiro na linha sucessória do Presidente e do Vice-Presidente da República em seus impedimentos.

Com certeza, a Ministra Ellen Gracie, pelo seu currículo, é a pessoa certa no lugar certo, no momento em que as eleições gerais nos níveis federal e estadual, muito provavelmente, irá levá-la a ocupar o cargo de Presidente da República, ainda que interinamente.

Sua experiência, demonstrada no vasto currículo que possui, e competência comprovada nas decisões tomadas nos cargos exercidos até aqui, dispensam maiores encômios.

Entretanto, é de todo justo que venhamos a lembrar, para maior honra e orgulho do nosso Estado do Rio Grande do Sul, que a Ministra Ellen Gracie obteve grande parte de seus conhecimentos e experiência em nosso Estado.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não queremos, com esta humilde apresentação, cansar V. Ex^{as}, os leitores do *Diário do Senado Federal* e expectadores da TV Senado, permitindo que tomem conhecimento do belo discurso com que a Ministra Ellen abrilhantou sua posse no cargo supremo da Justiça de nosso País. Assim, solicito sua transcrição integral nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado.

Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, Sr. Presidente José Sarney, por cuja mão ingressei na magistratura, nomeada que fui por V. Ex^a para a primeira composição do TRF/4^a, a minha homenagem, Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Barros e Silva de Souza, Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros Aposentados do Supremo Tribunal Federal, cujas presenças registro com especial carinho, para destacar a de meu professor de primeiras letras de Direito Constitucional, Ministro Célio Borja, em cuja pessoa homenageio a todos os Ministros de sempre desta Casa, Sr^{as} e Srs. Governadores de Estado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^{as} e Srs. Embaixadores, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr^{as} e Srs. Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Sr^{as} e Srs. Presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça, Regionais Federais e do Trabalho, Sr. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busatto, Sr^{as} e Srs. magistrados, procuradores e advogados, servidores do Supremo Tribunal Federal, meus familiares. Meus amigos e amigas, tantos amigos, cujo comparecimento me traz grande alegria, e que tornam insuficientes as dependências deste Plenário. Peço que todos se sintam igualmente acolhidos.

Obrigada pela presença de cada um.

O apoio que essa presença significa reforça minha disposição de bem desempenhar a honrosa tarefa de que me incumbiram meus pares. Digo, com Guimarães Rosa, que “sua alta opinião compõe minha valia”.

Ninguém é só, isolado ou unitário. Nem o mais retirado dos eremitas, cujo distanciamento o coloca sempre em referência com a vida gregária a que faz contraponto. Num colegiado a interação se impõe soberana.

Tenho vivido uma parte considerável de minha vida profissional em órgão colegiado, onde as deliberações passam pelo debate entre pontos de vista divergentes até alcançarem a depuração necessária a se cristalizarem em decisões finais. A meus colegas reitero a disposição de ser a porta-voz deste plenário e executora de suas decisões. Nada farei que não resulte da deliberação da maioria cujas prioridades serão também as minhas.

Coube-me suceder ao colega e amigo Ministro Nelson Jobim, cuja gestão deixa marcas salutares e duradouras nesta Casa e no sistema judiciário brasileiro.

Não é fácil seguir a trilha de um gigante. Homem de extraordinária dedicação ao aperfeiçoamento democrático, de uma capacidade de trabalho incomum e de um gosto genuíno pelo debate e pelo enfrentamento de questões espinhosas, ele deixa um legado que corresponde a um ponto de inflexão para o sistema judiciário do País.

Onde a maioria talvez preferisse omitir-se, poupando-se de enfrentamentos dolorosos, nunca o vimos recuar, como nunca o vimos agir por impulsos de retaliação. Homem sem receios e sem rancores, Nelson Jobim personifica as melhores qualidades dos brasileiros do extremo Sul do País a quem tocou por tantas vezes a defesa da integridade do território nacional e que nunca permitiram que se colocasse em dúvida sua integração nesta pátria de todos.

Como o vaqueiro Blau, pôde ele, concluída sua permanência nesta Casa, afastar-se com o passo firme e o coração sereno dos que se guiam por convicções e não por conveniências.

Conduziu-me ele à cátedra que passei a ocupar neste Supremo Tribunal Federal. Espero nunca desmerecer a indicação que fez de meu nome ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. A este, também o meu agradecimento. Já tive

oportunidade de externar a S. Ex^a que uma das mais graves responsabilidades de um Presidente da República está na indicação dos ministros que haverão de compor o Supremo Tribunal Federal. Porque o efeito desse ato transcende em muito ao período de governo e tem interferência direta com a forma como a Constituição e as leis do País serão interpretadas a partir de então. Disse-lhe igualmente que a melhor homenagem que pode um Ministro do Supremo Tribunal Federal endereçar ao Chefe de Estado que o nomeou encontra-se no exercício impecavelmente independente e imparcial da tarefa insigne. Tal como tem historicamente ocorrido nesta Casa. Esta é a tradição da magistratura brasileira. Nossa lealdade é para com a Constituição e os princípios que ela consagra, para com o povo brasileiro e seu futuro.

Meus amigos e amigas, como seria possível agradecer às generosas manifestações dos oradores que se sucederam nesta sessão? Ao Ministro Celso de Mello, o historiador da Corte, que coloca em perspectiva a significação do momento; ao Sr. Procurador-Geral da República, representante do órgão em que por 15 anos atuei; ao Sr. Presidente da OAB, a cujos quadros pertenci e em cuja luta por uma Constituinte exclusiva e, depois, pela melhor Constituição possível me engajei ativamente. A generosidade de cada um e a fraterna amizade que nos une fizeram por relevar as muitas limitações que sou forçada a reconhecer em mim mesma e nas circunstâncias nas quais assumo esta Presidência. Mas seus bons votos são augúrio auspicioso e renovam meu entusiasmo pela missão que me aguarda. Vou a ela, creiam, com todo gosto. Disposta a pôr em prática o que for mais eficiente para a gestão deste Poder que é absolutamente essencial à higidez do sistema democrático.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho plena consciência do simbolismo deste ato inédito.

Eu gostaria que todas as mulheres deste País se sentissem participantes deste momento. Porque, não se trata de uma conquista individual. Comigo estão todas as mulheres do Brasil, pois muito embora os notáveis exemplos de capacidade, dedicação e bravura ao longo de nossa história, muito

embora os extraordinários serviços prestados por essa metade da população brasileira, nenhuma de nós, na trajetória republicana, havia ocupado a chefia de um dos três Poderes. Comigo estão não apenas as mulheres que se beneficiaram de educação superior e as que têm lugar no mercado de trabalho, mas também aquelas que em suas ocupações mais modestas, igualmente prestam sua contribuição importantíssima para o progresso da sociedade. Todas elas são partícipes deste dia. Meu compromisso não poderia, portanto, ser outro que o de desempenhar minhas funções ao limite de minha capacidade, para não desmerecê-las. É o seu valor, creiam, muito mais do que qualquer merecimento pessoal meu que se reconhece na data de hoje. E por isso, peço licença aos oradores para redirecionar às mulheres brasileiras os louvores que me foram endereçados.

Srs. Ministros, Colegas Magistrados, minha compreensão de um sistema judiciário eficiente e operante tem como ponto central o acesso mais amplo ao serviço público essencial que é a Justiça.

Por isso, entendo que a difusão e fortalecimento dos juízos de primeiro grau deva ser priorizado. Que todos os cidadãos tenham acesso fácil a um juiz que lhes dê resposta pronta é o ideal a ser buscado. Que o enfrentamento das questões de mérito não seja obstaculizado por bizantino formalismo, nem se admita o uso de manobras procrastinatórias. Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático.

Destinatário de nosso trabalho é o cidadão jurisdicionado, não as academias jurídicas, as publicações especializadas ou as instâncias superiores. Nada deve ser mais claro e acessível do que uma decisão judicial bem fundamentada. E que ela seja, sempre que possível, líquida. Os colegas de primeiro grau terão facilitada, a partir de agora, esta tarefa de fazer chegar as demandas à conclusão.

O represamento dos recursos de agravo, já autorizado pelas primeiras leis regulamentadoras da EC/45 reduzirá sua

utilização como tática protelatória e permitirá que com maior presteza se enfrente o mérito da controvérsia. A decisão pronta, demonstram-no outros sistemas judiciários, é eficiente fator de pacificação e costuma ser mais facilmente aceita, reduzindo o índice de recorribilidade.

Ao segundo grau de jurisdição se haverá de assegurar também a necessária agilidade para o reexame de fatos e provas.

A partir de então, vale dizer, nos tribunais superiores e neste Supremo Tribunal tão só questões de direito e, ainda assim, as que apresentem repercussão geral, devem ser admitidas para reexame. Ao Supremo Tribunal Federal caberá, a partir da necessária regulamentação, aplicar com rigor os dois importantes mecanismos que permitirão a eliminação das demandas repetitivas envolvendo uma mesma questão de direito. A súmula vinculante e a repercussão geral poderão eliminar a quase totalidade da demanda em causas tributárias e previdenciárias. Para o estímulo ao investimento e ao empreendedorismo, é preciso que cada empresa, saiba quanto lhe será exigido de imposto, sem as intermináveis discussões que hoje se arrastam, a respeito das alíquotas aplicáveis e da extensão da base de cálculo. É preciso que o cidadão saiba quais benefícios sua contribuição previdenciária proporcionará no futuro e como serão reajustados de modo a garantir-lhe, quando já incapaz para o trabalho, a continuidade de um padrão de vida digno. O princípio da igualdade de todos perante a lei fica arranhado quando tais demandas, porque endereçadas a juízos diversos e aparelhadas por advogados de maior ou menor experiência profissional, recebem soluções desarmonicas. Os dois mecanismos, súmula vinculante e repercussão geral, têm o extraordinário potencial de fazer com que uma mesma questão de direito receba afinal tratamento uniforme para todos os interessados. Em curto prazo, portanto, teremos a solução da maior parte dessas demandas de massa. E, aliviado da carga excessiva que representam os processos repetitivos, o Poder Judiciário poderá dar trâmite mais célere às causas individuais que exigem tratamento artesanal.

Este Tribunal e o Conselho Nacional de Justiça pretendem dar o tom para um movimento persistente de simplificação da praxe judiciária com a qual se consome um tempo precioso. E, para isso contaremos não apenas com nosso próprio e excelente corpo de funcionários, mas com a colaboração que solicitaremos aos Srs. advogados e procuradores. Sem eles não será possível aperfeiçoar uma instituição que depende necessariamente de sua iniciativa. Com eles, portanto, repartiremos as responsabilidades pelas mudanças. Nem a Ordem dos Advogados, de tão longa tradição na defesa e aperfeiçoamento das instituições, nem os advogados de Estado nos faltarão com sua participação ativa.

Cabe-me, como Presidente desta Casa, a condução do Conselho Nacional de Justiça. O órgão recém-criado já tem dado mostras de um trabalho dedicado à reformulação do sistema judiciário de que a população precisa.

Tencionamos trabalhar em conjunto com os Tribunais de Justiça, Regionais Federais e do Trabalho, com a magistratura de primeiro grau e todos os operadores do Direito, para tornar o Conselho o grande centro de pensamento do Judiciário brasileiro, onde se formulem políticas e seja feito o planejamento estratégico da instituição que legaremos às gerações futuras. Sabem todos que o Conselho não é composto exclusivamente por magistrados. O Congresso Nacional reservou lugar em sua composição para integrantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e representantes das duas Casas do Parlamento, em última análise, para representantes do povo. O que esta composição sinaliza é que Justiça não é assunto que diga respeito exclusivamente aos membros do Poder Judiciário. Justiça, em sentido amplo, é tarefa cotidiana de todos os cidadãos e responsabilidade do convívio social. Faz justiça todo aquele que demonstra consideração e respeito pelo direito do próximo. Em suma, todos nós temos compromisso com a Justiça. É apenas quando a relação de consideração e respeito pelo direito alheio falha que nós, os juízes, somos chamados a atuar. Talvez por isso é que visionariamente, como é próprio dos artistas, e desejando um futuro em que não seja necessário fazer uso tão freqüente da balança, nem brandir a

espada para garantir a execução do julgado, que o gênio de Ceschiatti fez repousar tranqüilamente a Themis que dá as boas-vindas aos que adentram a esta Casa. Ela representa o ideal a ser perseguido, o de uma sociedade pacificada, que nada distraia de seu grande futuro. Onde a Justiça, como uma senhora que é, possa sentar-se em dignidade, e descansar sobre o regaço o gládio que é seu atributo impositivo.

Justiça é tarefa de todos, é o ato de construir, persistente e quotidianamente uma sociedade melhor.

Disputa presidencial

Pronunciamento em 5 de maio

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero elegante o gesto do Senador Antero. A colega dele está no Panamá e ele vem aqui e presta a informação que a ilustre Deputada lhe mandou. Mas o problema é que se trata de mais um fato da maior gravidade, da maior seriedade, envolvendo Senadores e Deputados. E nós vamos levando; vamos levando.

Um Senador já declarou: “Eu demiti”. Em primeiro lugar, o caso dele não era nem de demitir, porque era um funcionário requisitado do Poder Executivo; era o caso de mandar de volta. Mas, pergunto: essas coisas acontecem e fica tudo como está? Como agora que ficou provado um “acordão” entre todos os partidos do mensalão. É o acordo mais escandaloso feito na história do Parlamento desde que ele foi criado! Não me lembro de nada igual. Não me lembro de nenhum acordo feito no Parlamento como esse, onde todos os partidos absolveram todos os parlamentares!

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, como tenho que viajar, V. Ex^a me permitiria um breve aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Primeiramente, concordo inteiramente com V. Ex^a. Em segundo, esclareço o que proponho: que o Senado da República e a Câmara dos

Deputados façam um acompanhamento, exijam uma apuração rápida do Ministério Público e quebrem o sigilo de todos os integrantes desta Casa e daquela Casa, porque no caso, por exemplo, do mensalão, tivemos o absurdo de não ter a quebra do sigilo de ninguém. Então, penso que tem que quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico; verificar isso é limpar o Parlamento brasileiro. Apóio integralmente as idéias de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando pergunto por que o Lula não cai nas pesquisas, Senador, é por causa disso; é que o Congresso está caindo tanto, está caindo tanto, que o Lula vai subindo. O Congresso está caindo num ridículo, numa desmoralização, numa humilhação, que não adianta V. Ex^a... E meus cumprimentos pela sua eleição para Líder da Minoria, Senador Alvaro Dias; V. Ex^a tem qualidade para ser Líder da Maioria, mas, pelo jeito, não será. Pelo jeito que vai, a opinião pública pensa: vigarice por vigarice, bandalheira por bandalheira, vamos deixar o PT, por que o que muda? O que muda?

Quero pedir a transcrição nos *Anais* do pronunciamento de posse do Ministro Marco Aurélio, de quem sou fã. Ele foi indicado pelo Collor, parece até que é seu primo, mas esse cidadão Marco Aurélio é um extraordinário Ministro, é um homem de coragem, de firmeza, que marca as suas posições. E o seu pronunciamento de posse, ontem, cuja transcrição peço seja feita nos *Anais*, é algo que sinceramente nunca havia ouvido nada igual. A corrupção divide o Brasil e a desfaçatez e a improbidade parecem não ter limites.

Peço a transcrição nos *Anais* do discurso do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Penso que S. Ex^a é um dos homens mais dignos que conheço; espero que ele possa agir. Sei que é difícil a missão desse Tribunal, porque, em se tratando de uma eleição sem regras, onde não se tem limite de campanha, onde não há o voto distrital, tudo pode acontecer.

Pela frieza desse acordo feito na Câmara dos Deputados entre todos os partidos, para livrar a todos, livrar a cara de todo mundo, não tenho nenhuma esperança de que esse pleito

seja melhor do que o anterior; não tenho. Vai ser mais competente, porque as malandragens serão feitas com mais malícia e mais capacidade. Porém, na verdade, na verdade, vamos ver se o Ministro Marco Aurélio tem a sorte de, no seu mandato, conseguir realmente diminuir, já que impedir é impossível, a marcha de escândalos que se vê neste Congresso.

Ontem, assumiu a Presidência o Dr. Renan. Com todo respeito, não entendi o gesto de S. Ex^a. Eu estava preparado, com a minha roupa de festa, para ir assistir e levar um abraço à Presidente do Supremo. Acho que seria realmente um fato da maior importância e do maior significado, até porque achava que o Presidente Renan, no fundo, no fundo, é um nome que tem todas as condições para ser candidato a Presidente da República na Convenção do PMDB. Em vez de ele lutar tanto dizendo que o PMDB não tem ninguém em condições, que o PMDB é um partido que não tem nenhuma capacidade de ter candidato, ele podia ser o candidato! Ou então, agora, que o Lula... Parece que foi ciúme; ele ficou com ciúme. Porque o Lula, no primeiro Governo dele, cometeu um erro da maior gravidade, entre os vários que ele cometeu: em vez de conversar com o PMDB, dialogar com a direção do PMDB, fazer um acordo com o comando do PMDB, ele fez um acerto com o Dr. Sarney e com o Dr. Renan. E todos os cargos que cabiam ao PMDB foram entregues ao Dr. Renan e ao Dr. Sarney. E agora, como o Sr. Senador Suassuna também entrou, os três dividem os cargos. Então, eles não querem candidatura própria, em hipótese nenhuma, não querem sequer vice; eles querem que tudo fique como está e que eles continuem mantendo os cargos. Quero que alguém do PT venha para cá e me diga se tem alguém no PT que tem mais cargos no Governo do que o Dr. Sarney e do que o Dr. Renan.

Então, o Dr. Renan ontem deu uma demonstração: não é candidato a Presidente, não é candidato a Vice-Presidente, não é candidato a Governador de Alagoas, tem mais quatro anos de Senador e vai ficar aqui. Para Governador ele já está apoiando o candidato do PFL de Alagoas e para Presidente ele está apoiando o Sr. Lula. E assumiu a Presidência. E marcaram uma nova convenção. É uma coisa de quinta categoria!

O PMDB aprovou uma convenção no dia em que o Tribunal Superior Eleitoral anulou uma decisão, perdoem-me, ridícula do ex-Presidente e hoje candidato a Governador do Maranhão – coisas da vida: ele foi chefe de gabinete do Dr. Sarney, cria do Dr. Sarney, o Dr. Sarney o fez Ministro, e, agora, ele é candidato a Governador contra a filha do Dr. Sarney. A vida é isso! Essa decisão esdrúxula e ridícula foi rejeitada pela unanimidade do Tribunal Superior Eleitoral, dizendo que a convenção do PMDB tem validade – a convenção que diz que o PMDB terá candidato próprio e que, para mudar, só com dois terços. Mesmo assim, aprovaram uma convenção. Mais uma! Por amor de Deus!

Já tem uma convenção oficial marcada para todos os partidos de 10 a 30 de junho; ele é obrigado a fazer para indicar os seus nomes. O PMDB antecipou uma para o dia 13 ou 15 agora do mês de maio. Para quê? Para decidir se vai ter ou não vai ter candidato próprio. Parece mentira! Todavia, um livro haverá de ser escrito mostrando o mal que faz o atual comando do PMDB, que, na verdade, não tem nada de PMDB – eu não me refiro ao presidente, refiro-me aos outros. É uma legião francesa – lá na França havia uma legião estrangeira para garantir vantagens. Está lá o Sr. Renan, que, do PCdoB, foi para o Collor; do Collor, foi ser Ministro do Fernando Henrique; de Ministro de Fernando Henrique, hoje é o homem de confiança absoluta do Lula. Eu não duvido que amanhã ele volte para o PSDB.

Está lá o Dr. Sarney, o eterno governista. Sua filha é candidata pelo PFL, seu filho é candidato pelo Partido Verde, seu enteado político, que ele criou, foi do Programa de Distribuição do Leite, depois foi Ministro dos Transportes, depois foi Vice-Governador de sua filha, Governador que ele elegeu e agora é um inimigo mortal. O Dr. Sarney assomou àquela tribuna para mostrar os horrores que ele está fazendo, e é candidato. Apesar de todo o carinho que o PT tem pelo Dr. Sarney, apesar de todo o carinho que o Sarney tem pelo Lula, o PT do Maranhão não quer apoiar a filha do Presidente. E o PMDB não pode ter candidato!

O problema não é o Garotinho. Alguém tem dúvida de que, se o Garotinho não fosse candidato à Presidência da República, não teria uma vírgula contra ele em jornal algum? Alguém tem alguma dúvida nesse sentido? Este é o Brasil! Não é candidato, não acontece nada.

O Governador de São Paulo é a pessoa mais íntegra, mais séria, mais digna que conheci; foi Vice-Governador do Covas, depois Governador, é uma pessoa espetacular. De repente, torna-se candidato: falam de 400 vestidos de sua mulher e não sei mais o quê. Isso não pode acontecer no Brasil.

Se alguém tem um dossiê contra o Pedro Simon, tem de apresentá-lo. O Procurador não pode deixar na gaveta, o tribunal não pode deixar arquivado, a imprensa não pode deixar na gaveta, o Congresso não pode deixar na gaveta. Tem de ser apresentado, não pode ficar na gaveta. Quando a pessoa se apresenta, apresenta-se o dossiê. Por isso acho que a campanha que se fez de massacre ao Garotinho é oportunista. Não sei se o que ele diz é ou não verdade. O que eu sei é que, se ele não fosse candidato, não seria alvo de ataques. Isso está acontecendo porque ele é candidato. Isso não pode continuar.

O PMDB não diz uma palavra a favor do Garotinho. Ao contrário: aproveita para marcar uma convenção com o objetivo de impedir que o partido tenha candidatura própria. Um partido do tamanho do PMDB fazer isso... É o maior partido do Brasil, o número de prefeitos que fez em relação ao segundo colocado é o dobro; o dobro de vereadores; fez o maior número de governadores: são nove; maior número de senadores; maior número hoje de deputados federais; maior número de deputados estaduais; maior número de filiados. Nas pesquisas de opinião pública, hoje é o partido que tem a preferência nacional – o PMDB aumentou 60% e o PT diminuiu 60%. Estamos em primeiro lugar longe do segundo. E por que esse partido não pode ter candidato? Como não pode ter candidato? Temos Sarney, Itamar, Renan, Quércia, Garotinho, Rigotto, Requião, Luiz Henrique, Jarbas Vasconcelos. Meu Deus! É uma montanha de gente, mas o partido não pode ter candidato.

O PT só tem o Lula e não pode nem reunir o partido para discutir o Lula, porque se fizer isso dá confusão. Metade do PT, comandada pelo Sr. Raul Pont, Secretário-Geral lá do Rio Grande do Sul, tem uma linha de posicionamento contrária às coligações, exige não que se apure o passado, mas pelo menos que se olhe como vai ser o futuro. Mas não pode haver reunião, não pode haver discussão. O PT tomou a decisão mais absurda que vi na minha vida.

Um escândalo enorme está aí, e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral disse isso, está aqui no jornal. O que é que o PT faz? “Está tudo suspenso, não se fala nada até a eleição, depois da eleição vamos ver o que vai acontecer.”

O PT pode ter candidato. O PT está lá agora se ajoelhando aos pés do Quéricia, perguntando-lhe o que quer. Quer ser vice? Quer ser senador? Perguntam-lhe o que quer ajoelhando-se a seus pés. Não é possível!

Desculpe-me, meu querido Presidente, mas o partido de V. Ex^a, o PSDB, não se reuniu em convenção, não reuniu a Executiva. A decisão foi tomada pelo presidente nacional, nosso querido amigo Tasso, o ex-Presidente da República Fernando Henrique e – como Minas não vai ter candidato, quer dizer, não é mais café com leite, mas apenas café com café –, em respeito às tradições honradas das Minas Gerais, o Governador Aécio Neves. Aécio entra como terceiro membro que escolhe o candidato. Reuniram-se e escolheram. Até nem escolheram, ficaram em dúvida entre um e outro, mas o Serra renunciou e ficou o outro candidato.

O PMDB está debatendo isso há dois anos. Estamos discutindo, fizemos prévia, convenção, debate, discutimos amplamente essa questão. Agora vêm com essa de que o PMDB não pode ter candidato, não pode porque não pode.

Mas como vamos para uma eleição assim? Por que esse acordo lá na Câmara dos Deputados? Perdoe-me, Sr. Presidente, mas é porque há tanta gente no PMDB, no PSDB e no PT, que é tudo igual. “Então, tu escondes os teus, eu escondo os meus e ele esconde os deles”, porque foram 12 anos

– oito do PSDB e quatro do PT – em que se teve uma política identificada.

Meu Deus, meu Deus, se o Fernando Henrique fosse Presidente da República, e a Bolívia fizesse com a Petrobras o que fez, e S. Ex^a agisse como o Lula, o que o PT estaria fazendo? O *impeachment* estaria aqui hoje. O pedido de *impeachment* estaria aí para depor um homem que está traindo a Pátria e não está defendendo o seu País. No entanto, Lula, o mais pragmático que se possa imaginar, está lá. Acho que foi uma traição, independentemente da análise em si. Acho que o Lula, tratando com todo o carinho inclusive as bobagens do Presidente da Venezuela, dando cobertura ao Presidente da Bolívia, errou. E o Brasil não é um País capitalista, as negociações entre a Petrobras e o governo de lá foram feitas nos termos mais elevados. E o governo de lá, com a cobertura da Venezuela, trata-nos como se fôssemos imperialistas de terceira categoria, desmoraliza-nos perante o mundo, como se fôssemos americanos e eles desapropriassem coisa nossa. Isso poderia ser feito com diálogo, com entendimento. Os dois Presidentes poderiam sentar e discutir antes de decidir o que fazer. Mesmo que se tratasse de entregar a Petrobras da Bolívia para eles, deveria haver discussão.

O que quero dizer é que há muita gente cansada hoje: cansada do Lula,...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... cansada do PT, cansada do Congresso Nacional, cansada de tudo. E nós não temos o direito de ir para uma eleição na qual a votação, se tudo continuar como está, será “sim” ou “sim”. É “sim” votando desse jeito no PT ou é “sim” votando desse jeito no outro candidato, que vai repetir o que fez nos oito anos. O Brasil tem direito a uma terceira opção.

Eu lamento que uma candidatura belíssima como a da Senadora Heloísa Helena, no meio dessa anarquia que é nosso sistema partidário, não possa crescer. Eu lamento que o PSOL, que o PDT, que o PSTU, que o PPS, que o Partido Socialista Brasileiro, enfim que esses Partidos não se reúnam

e apresentem uma candidatura optativa, que teria condições de ganhar, como a Frente Ampla ganhou no Uruguai: deixou o Partido Colorado e o Partido Blanco falando sozinhos e ganhou a eleição lá.

Mas não vejo, não sinto essa possibilidade. Por isso, acho que a última chance é o PMDB apresentar uma candidatura. E, com todo respeito ao meu amigo Garotinho, não é nada pessoal com relação a ele, mas acho que nesta altura a melhor candidatura seria a do ex-Presidente Itamar Franco. Por quê? Porque se o candidato a Presidente da República hoje for o Pedro Simon: vamos votar no Pedro Simon para Presidente porque o Pedro Simon vai fazer um governo honesto, decente, vai fazer isso, isso e isso... O que o povo que vê do outro lado da televisão vai dizer? Esse discurso eu já ouvi. Há doze anos o Fernando Henrique disse tudo igualzinho! Há oito anos o Fernando Henrique veio de novo e repetiu tudo igualzinho, igualzinho! Há quatro anos o Lula veio e disse igualzinho, igualzinho, e não deu em nada.

Com o Itamar, o discurso é diferente: "Eu fui Presidente da República por quase três anos. Em primeiro lugar, venha a Oposição e diga o que tem com relação ao meu Governo. Que eu sou encenqueiro, que eu tenho um penteado que eles ridicularizam, que sou um chato?" Eu até acho também, mas com relação à moral, com relação à dignidade, com relação à seriedade, com relação ao Banco do Brasil, Banco Central, BNDES e Caixa Econômica, ele nomeou funcionários daquelas instituições, banqueiros não entraram; com relação ao Ministro da Fazenda e ao Ministro do Planejamento, ele disse que não iria botar a burguesia empresarial, os banqueiros de São Paulo; e não botou, botou um de Minas e um de Pernambuco. E São Paulo, em manchete, botou: "a dupla caipira presidindo o Brasil", mas botou. CPI envolvendo o Chefe da Casa Civil? Sai o Chefe da Casa Civil, ele prova que não tem nada e volta. Manchete envolvendo o Ministro dos Transportes? Para fora o Ministro dos Transportes. Manchete da *Veja* envolvendo o Ministro da Fazenda? O Ministro da Fazenda veio aqui – eu era Líder do Governo – e provou, como um mais um são dois, que não tinha nada, que não tinha nada. Não se

provou uma vírgula contra o Ministro da Fazenda. A *Veja*, na semana seguinte, botou tudo de novo. Ele foi lá e entregou o cargo para o Presidente: “Não vou ficar”. “Mas está provado que não tem nada, que é tudo mentira.” “Mas não posso ficar num governo onde tenho que provar que estou dizendo a verdade. O Ministro da Fazenda tem que ter autoridade.” Esse é um homem que pode mostrar a diferença entre o que fez e o que está acontecendo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo prazer, nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, sempre é muito bom ouvir suas falas. Mas esta de hoje quero dizer que toca especialmente pela sua defesa da necessidade de uma proposta alternativa para a eleição de 2006. Temos não é nem dois lados de uma mesma moeda, os discursos do PSDB e do PT virão como o lado esquerdo e o lado direito do mesmo lado da moeda. Não são nem dois lados da moeda, é o mesmo lado da moeda, só que dividido em dois pedacinhos. Se não tivermos uma proposta alternativa, é uma geração que vai passar pelo processo político sem ouvir que o Brasil pode ser diferente, que é o que o Presidente Lula propôs em 2002: ser um Presidente diferente. Ele está disputando com o candidato Alckmin quem faz mais ou menos atos ilícitos, mas não quem vai fazer diferente. Estamos precisando de uma alternativa diferente. Eu estou de acordo que o PMDB, dependendo do seu candidato, pode representar essa alternativa. Por exemplo, se fosse o senhor o candidato a Presidente pelo PMDB, o senhor representaria uma alternativa. Se o PMDB, portanto, tiver um candidato que represente alternativa, tudo bem. Agora, se não tiver, gostaria de pedir ao senhor que venha para o nosso lado, da Heloísa Helena, do candidato do PPS, Roberto Freire, do candidato do PDT, quem quer que seja, ou, quem sabe, se a gente chega junto. Gostaria que pessoas como o senhor estivessem deste lado da alternativa, porque isso engrandeceria muito uma proposta alternativa. Não basta ter as idéias, precisa ter a liderança, e o senhor tem essa liderança no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a faz justiça, porque nós mesmos nos reunimos várias vezes, um grupo de componentes de partidos diferentes, prevendo o que está acontecendo e tentando encontrar um caminho, mas lá se vão dois anos de quando, um dia, concluímos: vamos chegar a uma posição muito ruim, vamos ver o que a gente pode fazer. Eu era um dos que dizia nessa época que tínhamos de reconhecer duas coisas: estamos separados por vários partidos; hoje, não temos condições nem autoridade – e naquela época ainda não tinham surgido os escândalos do PT – de dizer que é esse partido ou aquele; vamos constituir um grupo de pessoas; não temos hoje ninguém que seja referência para este País do que deve ser; nós, que estamos aqui, se nos reunirmos e apresentarmos, a sociedade vai dizer: espera aí, está aqui o Cristovam; espera aí, está aqui o nosso Senador do Amazonas, nessa gente dá para confiar.

Então, eu devolvo a V. Ex^a: que V. Ex^{as} se reúnam. Eu, coitado de mim, estou num PMDB em que vejo uns caras lá que são doidos para me botar para fora, e eu estou sentindo que, daqui a pouco, eu vou ter que sair porque eu não tenho mais condições de respirar. Dentro do PMDB, eu estou perdendo o ar de respirar. Eu estou agüentando, levando botijão de oxigênio. Quando vou para aquelas reuniões, eu levo escondido um botijão de oxigênio, para eu poder respirar, porque o que eles querem é me tirar o ar. Mas V. Ex^{as} deviam se reunir. Deviam se reunir! V. Ex^a é um grande candidato! Dentro de seu Partido, o Senador Jefferson Péres, a Senadora Heloísa Helena, o PDT, que está numa posição belíssima. O Presidente do PDT... Olha, eu mexo muito que o Presidente do PDT leva toda a bandeira do Brizola, todo o nome do Brizola, e tem uma vantagem: ele não é brigão como era Brizola. Ele não é dono, o PDT hoje é um Partido muito mais democrático, muito mais aberto, perdoe-me, do que no tempo do Brizola, embora eu reconheça a liderança e a capacidade extraordinária do Brizola. Então, o atual Presidente não tem a liderança do Brizola, mas tem toda a bandeira do Brizola e tem a capacidade do diálogo. O Presidente do PPS no início se lançou candidato e hoje é o primeiro que senta à mesa e diz: "Vamos discutir". Acho que isso tem que ser feito; eu acho que vocês têm que apresentar

essa opção. Eu não nego para você: é muito provável que ali adiante eu esteja nela – “esteja nela” que eu estou dizendo é votando e trabalhando numa candidatura dessas. Mas eu não posso é estar coordenando, porque eu estou num partido onde o máximo que eu posso fazer é tentar uma candidatura, e uma candidatura que ofereça credibilidade. No caso, a do Itamar Franco oferece credibilidade.

Itamar tem uns defeitos em sua candidatura: ele não vai a lugar nenhum. Os caras têm que ir lá e dizer: “Olha, eu quero que você se candidate”.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Numa hora que nem esta em que os caras estão gastando uma fortuna para pegar cabo eleitoral, ele não paga nem o cafezinho. Tem que chegar, telefonar e conversar com os caras: olha, tu aí de Pernambuco, telefona para o Itamar dizendo que o Itamar foi aceito.

Ele fez isso quando era Vice-Presidente. Se dependesse do Itamar jamais chegaria à Presidência da República. Ele pensou até, quando o *impeachment* estava ali e não tinha mais solução, em renunciar junto: “O Collor é cassado e eu vou para casa, porque fica muito feio eu entrar no lugar dele”. Mas é o nome que a gente tem.

Sr. Presidente, eu felicito mais uma vez V. Ex^a porque acho que V. Ex^a está tendo uma atuação da maior importância. Acompanhei V. Ex^a na Comissão, e acho que na Comissão V. Ex^a foi excepcional. Tenho a convicção de que haverá de sê-lo na Liderança da Minoria. Mas que V. Ex^a tenha a felicidade de conseguir que a gente encontre um caminho, e o caminho, com todo o respeito e todo o carinho a V. Ex^a... E digo isso porque sou admirador e fã incontestado do candidato Geraldo Alckmin, pois acompanhei o Geraldo Alckmin como Vice-Governador do Mário Covas, o que fez como Vice-Governador é para marcar a biografia para o resto da vida. O Covas estava praticamente sem nenhuma condição física para nada; os médicos tinham determinado que ele fosse para casa descansar. E o Mário Covas respondeu: “Mas se eu for para casa é para morrer”. E decidiu ficar até o fim. Ficou no Palácio. Às 10 horas, ele

levantava e ia atender a imprensa, assinava o que tinha que assinar, voltava e dormia; às 16 horas, voltava novamente. Perante a opinião pública foi só o Covas que apareceu. O Alckmin não apareceu, não assinou, não tirou fotografia. Foi ali uma figura... Foi uma das coisas mais lindas a que me lembro de ter assistido na política brasileira: o Alckmin como Vice-Governador do Covas. Então, tenho o maior respeito por ele. Mas acho que, da maneira como está, a política não pode ficar entre o Lula e o Alckmin. Tem de ter uma outra opção. Talvez até, com essa outra opção, o Alckmin tenha condição de aparecer, de mostrar o que ele é – e que é diferente do PT. Da maneira como está hoje, como diz o nobre e querido Senador Cristovam, é PT de um lado e PSDB do mesmo lado. É a mesma cara. Os dois estão entrelaçados, mas, para o povo, significa a mesma coisa. Não podemos ir por aí!

Infelizmente, o meu partido, infelizmente, o PMDB, que teve Teotônio Vilela, que teve o Dr. Ulysses, que teve Tancredo, que teve o Arraes, que teve o Covas, que teve lideranças de Primeiro Mundo, hoje... Deus me perdoe, mas o PMDB não merecia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Economia do Rio Grande do Sul

Pronunciamento em 11 de maio

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Estado, o Rio Grande do Sul, vive uma crise sem precedentes. A taxa de câmbio sobrevalorizada e uma estiagem rigorosa, a pior nos últimos quarenta anos, foram as maiores causas do desempenho da economia gaúcha no ano de 2005. Esse foi o segundo ano consecutivo de seca, que já havia sido igualmente rigorosa em 2004.

Os efeitos dessa situação se prolongam agravados pelo não-cumprimento integral da Lei Kandir, a qual, infelizmente, o Governo Federal teima em não cumprir – e o atual cumpre menos que o anterior. Além disso, com a política de juros altos e o alto custo da dívida estadual com a União, todo mês a dívida crescente consome 18% de tudo que o Estado arrecada.

Em 1998, a dívida do Estado era de 12,4 bilhões. Em 2004, seis anos depois, saltou para 28,9 bilhões. Nesse período, o Governo pagou em juros 3,8 bilhões, sem atrasar uma prestação sequer, e mesmo assim a dívida cresceu, e como cresceu.

Em 2006, o Tesouro estadual terá que desembolsar mais R\$ 1,9 bilhão para pagar os juros. O Rio Grande do Sul, pelas características de sua economia, é o estado que mais sofre no Brasil com a supervalorização do real.

A economia rio-grandense depende muito da agropecuária, muito da agroindústria e muito do setor exportador, este último profundamente atingido em sua capacidade de

competição internacional pela taxa de câmbio. Segundo ou terceiro Estado exportador, representando quase 10% das nossas exportações no volume global, o Rio Grande do Sul, o mais tradicional exportador brasileiro, registrou, em 2005, um crescimento de apenas 5% em suas vendas externas, pouco se comparado com o acréscimo de 23% das exportações nacionais. Repito: 23% as exportações nacionais e 5% as vendas externas do Rio Grande do Sul, o mais tradicional Estado exportador brasileiro. A estiagem contribuiu muito para esse resultado, com a redução na oferta do produto agrícola e conseqüente baixa no volume das exportações.

Para se ter uma idéia do quadro de desolação que atinge os campos e o parque industrial exportador, especialmente o sapateiro, veremos alguns números. Conforme os dados da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, que já tive oportunidade de registrar nesta tribuna, e da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, a perda na agroindústria, no ano passado, foi de 15,2%. Na lavoura da soja, a queda chegou a 55,9%; na do milho, a 56%; na do trigo, a queda foi de 20,1%.

Se olharmos para os números das exportações, a tragédia se revela ainda pior. A exportação de soja, principal item da pauta de vendas externas do Estado, despencou 79,8% e o preço, 14,9%. No setor da agroindústria, no período mais difícil da estiagem, os dois primeiros meses do ano passado, a venda do Estado de maquinário agrícola das empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. O Rio Grande do Sul é o maior produtor e o maior exportador de máquinas agrícolas do Brasil.

Então, na medida em que não há produção, em que não há exportação do produto agrícola, não há produção de máquinas agrícolas, porque não há quem compre, e o desemprego também atinge em massa as indústrias agrícolas do Rio Grande do Sul, que são as maiores do Brasil.

O impacto econômico negativo da estiagem significa também uma repercussão social. O drama provocado pela seca comoveu os gaúchos. No auge da crise, foram editados 417

decretos de emergência pelas prefeituras do Rio Grande do Sul. Praticamente a totalidade dos 496 municípios do estado decretou estado de emergência pela falta d'água. Os efeitos sociais provocados pelo desemprego no campo e na cidade são o aspecto mais triste dessa crise.

No Vale do Calçado, zona rica, próspera, exemplo para o Brasil e para o mundo, onde se concentra a indústria coureiro-calçadista, as fábricas reduziram as suas atividades, dispensaram milhares de trabalhadores especializados, com 30 anos de experiência, que, na especialização, fazem com que os sapatos do Brasil possam competir com os melhores sapatos do mundo. Não há, no mundo inteiro, produtores e trabalhadores do setor de calçados que tenham a competência dos trabalhadores do setor no Rio Grande do Sul.

As fábricas reduziram as suas atividades, dispensaram milhares de trabalhadores especializados. Setor fortemente dependente das exportações, a indústria de calçados foi duramente atingida pela taxa desfavorável e sofre com a concorrência externa, principalmente da China.

O setor coureiro-calçadista brasileiro começou, historicamente, no século XIX, no Rio Grande do Sul, na região Vale dos Sinos. Depois de experimentar grande dinamismo tecnológico nos anos iniciais, desenvolveu-se, fundamentalmente, em função das duas grandes guerras mundiais. Nos anos 70, o setor passou a ocupar posição de destaque na pauta de exportações do País.

No ano 2000, o Brasil produziu 580 milhões de pares de sapatos, exportando 153 milhões deles, a maior parte, 61%, para os Estados Unidos, seguidos da Argentina e da Inglaterra. O setor emprega, no País, 550 mil trabalhadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, gostaria de fazer um aparte no momento em que V. Ex^a considerar mais adequado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo discurso. Nós, Senadores pelo Rio Grande do Sul, temos um pacto muito positivo, temos o entendimento de que os interesses do nosso Estado estão em primeiro lugar, inclusive acima de qualquer discussão político-partidária. Por isso, tratamos a questão da Varig, a meu ver, de forma positiva. Nós participamos ontem de uma grande manifestação, no Auditório Petrônio Portella, com cerca de 1,5 mil trabalhadores, com lideranças da Câmara, com os três senadores, sobre a crise do Rio Grande do Sul, principalmente no setor exportador. É feliz V. Ex^a quando fala da questão dos grãos: soja, trigo, arroz. Poderíamos falar até na questão do vinho. O setor moveleiro está em crise; o setor calçadista: em crise; produtores de frango: em crise; máquinas agrícolas: em crise; área em que mais atuo, a metalúrgica: em crise; fumicultura: em crise; comércio: em crise. Só a Alpargatas, no Sul, demitiu, na semana passada, 600 pessoas. A previsão é de que haja, no Rio Grande do Sul, cerca de 100 mil demissões nesse conjunto que V. Ex^a ilustra muito bem, de forma detalhada. Isso é uma consequência desastrosa para toda a economia gaúcha, com toda uma repercussão social. Fiz o aparte mais para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento em defesa do solo gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a disse bem: estou falando em nome dos três senadores pelo Rio Grande do Sul. Que bonito nós termos encontrado este caminho no Rio Grande do Sul! Fizemos assim com a Varig. Claro que a Bancada gaúcha, que os deputados gaúchos, principalmente a Deputada Yeda, tiveram uma participação excepcional. Mas nós, os três senadores, quando se trata de interesse do Rio Grande do Sul, estamos todos de mangas arregaçadas, brigando, lutando e defendendo o Rio Grande do Sul.

Sou um homem do Governo Germano Rigotto; S. Ex^a é um homem do Governo Federal; o Sérgio Zambiasi é um pouco do Governo do Rio Grande do Sul e um pouco do Governo Federal, mas os três lutamos pelo Rio Grande do Sul, e isso é muito importante.

A região Vale dos Sinos concentra ainda 80% dos produtores de máquinas para fabricação de calçados do Brasil e 60% dos fornecedores dos componentes dessas máquinas. Essa era a realidade até há pouco tempo.

A supervalorização do real aumentou os custos e dificultou as vendas, principalmente diante da forte concorrência internacional da China. Há que se pensar em salvaguarda interna diante da avalanche de produtos chineses de baixo custo e de qualidade duvidosa. Produtos invadem o mercado nacional, ameaçando a sobrevivência de setores inteiros da indústria brasileira.

O Governo do Estado, o companheiro Rigotto, empresários, sindicatos de trabalhadores do setor calçadista sofrem com o impacto de uma conjunção de fatores negativos.

Desde o ano passado, Sr. Presidente, 47 fábricas fecharam e cerca de 20 mil operários perderam empregos. Fecharam 47 fábricas tradicionais, com mais de 40 anos, que exportavam e cujos produtos tinham credibilidade no mundo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perderam o emprego mais de 20 mil trabalhadores de anos e anos e anos de trabalho e de aperfeiçoamento completo.

Com muito prazer, eu concedo o aparte ao Senador Mão Santa, para ver se, além da mão santa, tem uma palavra santa para dizer ao Rio Grande do Sul.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o País todo está estarrecido com a situação do Rio Grande do Sul pela sua história de riqueza e de grandeza. Na nossa mente, o Rio Grande do Sul é igual ao Uruguai, é um país. E está nessa situação. Infelizmente, está assim o Brasil todo. No meu Piauí, a exportação de camarão caiu de US\$20 milhões para menos de US\$3 milhões. Há dois “Jamantas” no Brasil: o Presidente da República e aquele da novela “Belíssima” – “eu não sei; Jamanta não sabe”. A exportação de camarão do Piauí caiu de US\$20 milhões para menos de US\$3 milhões. Se tivesse

caído para US\$18 milhões ou para US\$17 milhões... Fechou uma indústria de pesca que foi do Ceará para o Piauí, a Ipecea, que existia há mais de trinta anos. A melhor fábrica que tínhamos de exportação de castanha para Barcelona, o Grupo Europa, também fechou. É isso. O que aumentou muito neste País foi a indústria da corrupção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Imagino. Se o meu Estado, com a tradição que tem, está assim, imagino como está o Maranhão, imagino a situação do Piauí. Tem razão V. Ex^a.

As manifestações de descontentamento e revolta crescem. Ontem, 2.000 trabalhadores da indústria de calçados do Vale dos Sinos, desempregados a maioria, acompanhados de prefeitos e parlamentares do Rio Grande do Sul, promoveram um ato de protesto em Brasília, com a presença do Governador Germano Rigotto, dos senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos. Reunidos em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizada no Auditório Petrônio Portella, apelaram ao Governo para uma solução.

Simultaneamente, empresários se reuniam com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda e do Trabalho e da Casa Civil. Qual foi o resultado desse esforço? Sensibilizar o Governo para o grave problema social criado fundamentalmente pela política econômica. Até agora, não houve resposta alguma.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem absoluta razão. Gostaria de levar em conta também essa questão da política externa, porque, na verdade, o Brasil tem perdido muito com a política externa, que deixou de ser profissional. V. Ex^a viu essa questão de considerar a China uma economia de mercado. Todo o mundo sabe que a China não é

uma economia de mercado. Quando os chineses vieram aqui para agradar, em função daquela questão de o Brasil entrar no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil considerou a China uma economia de mercado, e a China ficou contra a participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Hoje o Brasil não pode pedir salvaguarda contra determinadas produções que invadem nosso mercado e concorrem conosco de forma desigual. Há isso e mais outras coisas: a política externa era um consenso nacional, mas hoje somos obrigados a discutí-la no Senado, quando não deveríamos fazê-lo. Aliás, nunca discutimos esse tema, que era consensual no Brasil. Hoje não é mais. Temos dois ministros, e quem tem dois Ministros não tem nenhum, Senador. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo plenamente com V. Ex^a.

Não houve resposta. O Governo simplesmente descartou a principal reivindicação do setor: a criação de um dólar-referência, cotado a R\$2,60. Essa moeda artificial seria utilizada durante um ano pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para compensar os exportadores pelos prejuízos diante da cotação atual. Não seria dinheiro a fundo perdido, mas um empréstimo que seria pago com juros pelas empresas. Nessa hora em que eles estão com a corda no pescoço, seria uma fórmula para permitir que eles respirassem.

Mas não houve sensibilidade do Governo. Não houve flexibilidade de interesses. Não houve inteligência para enfrentar e dar uma solução ao drama que vive um dos principais setores da indústria nacional. Trabalhadores, empresários, prefeitos e o governador voltam ao Rio Grande do Sul de mãos vazias. Deverão voltar a Brasília – ainda não a cavalo, mas deverão voltar a Brasília.

No próximo dia 16, terça-feira, deverão estar reunidos novamente em Brasília os dez governadores dos Estados exportadores e os presidentes das federações de agricultura e indústria do País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, peço que V. Ex^a conclua, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu o entendo e sei que V. Ex^a também me entende. Repare que estou lendo, utilizando o mínimo de tempo possível, mas a situação é dramática mesmo, e recebi um apelo do Governador Rigotto para fazer este pronunciamento em nome do Rio Grande do Sul, que é o que estou fazendo agora.

O objetivo é exigir do Governo maior atenção e responsabilidade para com o setor produtivo nacional, especialmente, o exportador.

A taxa de câmbio, que traz prejuízos a diversos setores da economia e destrói a indústria calçadista, deixa o Brasil 40% menos competitivo em relação ao mercado internacional, conforme análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, revelada hoje pelo jornal *Gazeta Mercantil*. Conforme a publicação, “essa queda faz com que os índices retornem a níveis inferiores a 1998”.

Para enfrentar a situação e permanecer no mercado, muitas empresas estão deslocando suas unidades fabris para o exterior. Nossas fábricas estão deixando o País. A Azaléia está pensando em ir para a China. Nossas fábricas do Rio Grande do Sul, que primeiro foram para o Nordeste, agora estão indo para a China, investindo no exterior o que não conseguem investir aqui.

Indústrias de caminhões, como a Marcopolo, indústrias importantíssimas do Rio Grande do Sul estão transferindo-se para o exterior, abrindo filiais no exterior, fábricas no exterior, porque não podem competir em nível de Brasil.

Fazemos um apelo ao Governo: o Presidente da República não pode administrar de costas para a Nação. Não está correto governar alheio aos problemas sociais provocados pela rigidez da política econômica; uma política que esmaga o setor produtivo em benefício do capital financeiro nacional e internacional. Essa mesma política para a qual o PT, antes de chegar ao poder, jurava que tinha alternativa.

Mas vemos agora que faltou não apenas uma nova política econômica. Não há também um projeto de País.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma idéia que mobilize o povo brasileiro rumo a um novo destino. Não podemos nos contentar com um desempenho medíocre, ocupando a posição de país que menos cresceu na América Latina, com exceção do pobre e destruído Haiti.

A pobreza do atual debate político comprova esse sentimento de desesperança. Desesperança que paralisa o pensamento e a ação e parece nos conduzir passivamente a um novo mandato, mas não a um novo porto.

Estaremos condenados a viver “mais do mesmo”?

Mas viver do quê?

Tenho o meu partido, o PMDB, e acredito que ele tem condições de oferecer ao País uma alternativa.

Porém, sua direção – com raríssimas exceções – é composta por homens que não conseguem ser, nem por um minuto, maiores do que eles mesmos; não conseguem imaginar um país melhor.

Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que meu Governador Rigotto tem tentado fazer o que pode. Lá está ele tentando atenuar a crise no setor coureiro-calçadista: prorrogou para o mês de dezembro o decreto que permite o pagamento de crédito de ICMS sobre os estoques das indústrias calçadistas, que venceria em junho; reduziu, de 17% para 12%, o ICMS do setor coureiro; ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eliminou o ICMS na compra de equipamentos do setor. Ele faz o que pôde. Mas, na verdade, o Governo tem sido duro com o Rio Grande do Sul. Os juros estão aí, Sr. Presidente – estou encerrando. Os juros estão aí: 18%, absolutamente impossível, 18%. Um bilhão, que é o que nós teríamos que receber de retorno da Lei Kandir para as nossas exportações, não recebemos, Sr. Presidente. Se o Governo nos pagasse o que nos é devido, seria outra a nossa situação. Infelizmente, isso não acontece.

Este é um discurso que pronuncio com mágoa. Não sou daqueles parlamentares que estão aqui uma vez por mês ou de dois em dois meses a chorar com relação ao seu Estado. Há muito tempo que eu não fazia o que estou fazendo. Mas se faço é porque minha obrigação diz que devo fazer. Estou sentindo que lá no Rio Grande do Sul nós podemos viver um momento em que a situação social extrapole o controle. E se extrapolar o controle, dizia-me o prefeito de Campo Bom, são tantos os desempregados que estão dormindo na praça que não se sabe o que pode acontecer amanhã.

Muito obrigado pela tolerância e a generosidade de V. Ex^a.

As elites brasileiras

Pronunciamento em 12 de maio

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Reitor, Srs. Deputados, Srs. Senadores, senhoras e senhores, meu amigo Cristovam, o certo seria encerrarmos a sessão com o discurso do Senador Paim; não teríamos mais por que continuar. V. Ex^a solicitou esta sessão dizendo, no requerimento e no pronunciamento depois, que, mais do que festejar, seria para refletir, seria uma reflexão geral de todos nós.

Eu digo, com muita convicção, que este Senado vai ser conhecido em dois tempos: como eram as atividades deste Senado, as leis, os pronunciamentos antes de Paim chegar aqui e o que foram as atividades deste Senado, as leis, os projetos que votamos, os pronunciamentos que fizemos depois que o Senador Paim chegou aqui. Foi uma transformação emocionante. É verdade que com o Paim chegou o Cristovam, chegou a Heloísa Helena, chegaram alguns que o ajudaram nessa caminhada. Mas eu, que estou aqui já se vão 24 anos, não vi nada semelhante à atividade do Senador Paim. Atividade a favor das causas mais lindas e mais bonitas que possamos imaginar, a favor da liberdade, a favor da justiça racial, a favor da justiça social, a favor do salário justo, a favor do respeito ao velho, à mulher. São tão impressionantes os pronunciamentos, as leis, os artigos, as normas, os decretos, os regimentos, os estatutos que o Paim fez pelas causas sociais, que eu concordo com o Cristovam: não temos por que pensar em receber flores da população. Principalmente na era

e no momento que estamos vivendo, a Câmara e o Senado merecem tristes mensagens – que recebemos –, tristes interpretações que a população faz de um Congresso que vive talvez a hora mais escura e mais triste da sua história. O que nós, senadores, poderíamos fazer, sim, meu amigo Cristovam Buarque, era pedir à assessoria que trouxesse aqui pétalas de rosas e atirmos no Senador Paulo Paim, que mereceria, com esse seu pronunciamento. (*Palmas.*)

Ele, sim, mereceria, e sei que nós estaríamos fazendo isso em nome do povo brasileiro porque seria bom, principalmente nesses últimos trinta dias de desgraça em cima de desgraça: o Congresso aprova, na Câmara, em um acordo venal e cruel, todos os envolvidos nos escândalos da CPI; aparecem denúncias de que são trinta, quarenta, setenta, cem, os que se envolvem naquela distribuição de ambulâncias. Em meio a isso, esta sessão que o Cristovam em tão boa hora pediu, e pediu para que não se fizessem honras nem loas, mas que se fizesse reflexão. Ele as fez, e o Paim, debulhado em lágrimas, colocou, nesta tribuna, o seu coração.

Sim, não tenho dúvida. Já li e já reli, porque me faz bem, o livro de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*. Faz bem ao meu coração. Ele conta que fugiu da UTI quando o médico lhe disse que ele tinha pneumonia dupla. Ele disse ao seu motorista: “Temos que ir embora daqui. Esse médico é louco. Como é que vou ter pneumonia dupla se eu tenho um pulmão só”? Fugiu, foi para a casinha dele na beira do mar, na rede e, entre a fuga da UTI e a morte, escreveu esse livro sobre o povo brasileiro. Ele fala claramente das misérias do hoje, mas fala do amanhã. Diz ele que o Brasil é diferente de qualquer outro lugar; não é como os Estados Unidos, onde estão os chineses, os latino-americanos, os negros, os judeus, os árabes. Ao contrário de outras tantas regiões onde isso acontece, há mistura no Brasil. E ele a chama da raça brasileira, que está nascendo, surgindo e que tem, sim, o sangue do índio, do escravo, dos portugueses, dos espanhóis, árabes, alemães, judeus, chineses, japoneses e de uma série de povos que vieram e se mesclaram. E que a raça do povo brasileiro tem tudo para ser uma grande raça.

Eu creio nisso. Eu tenho fé nisso. Digo, com profunda convicção, que tenho orgulho do povo brasileiro. Venho de longe. Fui vereador e tive contato com a gente simples da minha terra de Caxias do Sul. Sou de família humilde, descendente de imigrantes libaneses. Meu pai era mascate na colônia italiana do Rio Grande do Sul. Tive em Caxias essa convivência e aprendi a respeitá-la.

Não tenho nenhuma dúvida de que, se o povo brasileiro é um grande povo, as elites brasileiras – desculpe-me, Reitor, – valem muito pouco. Que coisa mais triste é essa para um povo de convicções, pacífico, ordeiro, que gosta do trabalho, que constrói!

Lembro de novo que nós, gaúchos, tínhamos orgulho de que os nossos sapateiros eram uns artistas fantásticos, faziam sapatos que eram verdadeiras obras de arte. Quando as fábricas foram para o Nordeste, rimos e dissemos: nossos artesãos levaram quarenta anos para aprender, como o nordestino vai fazer? Em dez dias, eles fizeram melhor do que nós e estão levando praticamente todas as nossas fábricas embora.

Quando vemos na colônia, no interior, com 15 ou 20 hectares de terra, o produtor crescer, progredir, desenvolver e avançar, pensamos que eles poderiam, se o Brasil permitisse, transformar o nosso País em celeiro do mundo.

As elites brasileiras não são grande coisa. O Congresso Nacional, que me perdoe – estou aqui, faço parte dele –, tivemos aqui grandes vultos, grandes nomes, grandes valores, mas, no contexto do Congresso em si, nós não estamos à altura do povo brasileiro. Outro dia apresentei um projeto de lei que foi ridicularizado. Eu sabia que isso ia acontecer. Mas tenho o orgulho de dizer que, como governador, eu o apresentei na assembléia legislativa e foi aprovado por unanimidade. Segundo o projeto, o maior salário do funcionário público no Estado do Rio Grande do Sul não pode ser mais do que 20 vezes maior que o menor salário. Apresentei aqui um projeto nesse sentido, e vários parlamentares me ridicularizaram, dizendo que era uma demagogia ridícula, que eu estava fazendo um projeto querendo deixar mal o Congresso Nacional e querendo eu ficar

bem, defendendo uma tese impossível, uma tese absurda. Aí alguém me perguntou: “Senador, diga-me, com sinceridade, um senador pode viver com vinte salários?” Reconheci, intimamente, que talvez não pudesse, mas, respondi-lhe: Senador, acho que essa não é a pergunta a ser feita. A pergunta a ser feita é a que faço a V. Ex^a: pode um operário viver com um salário?

No entanto, isso é normal. Votamos os projetos aqui, as vantagens ali, com a maior tranquilidade. Veja a suntuosidade deste País, a grandeza, a pomposidade de um país onde a classe alta é tão alta como a mais rica do mundo e a miséria é tão grande como a do país mais pobre do mundo. Nisso, há a nossa presença, nem que seja pela nossa omissão. Mas nós não podemos, senadores da República, ficar dizendo: isso acontece, apesar de nós. Não. Isso acontece porque nós também concordamos. Assim como diz o poeta árabe, que numa árvore nenhuma flor, nenhuma folha amarelece sem o consentimento da árvore inteira, numa sociedade ninguém decai, ninguém está na miséria sem o silêncio consciencioso, aprovador de toda a sociedade.

Sim, as nossas elites não são o que podiam ser. Viva a imprensa brasileira, uma grande imprensa! Nossos jornais têm história, têm tradição, têm biografia, têm garra, mas são conservadores. Você não vê, jamais, em um jornal, um artigo que bata duro no sistema financeiro. Você não vê, jamais, em um jornal, um artigo que bata duro nos grandes proprietários de terra. Você não vê, nos grandes jornais, a defesa de uma tese profunda a favor do social.

Vejo até com respeito as entidades religiosas. A CNBB, as igrejas fazem movimentos bonitos, como o da Campanha da Fraternidade, que diz: “Traga o doente para o meio de nós”. É uma campanha emotiva.

Então, quando chega o Natal, ficamos todos orgulhosos, cada um caminhando feliz, porque o Natal é sem fome. Nos outros dias, tudo bem, mas o Natal é sem fome.

Outro dia, numa reunião do nosso grupo de fé, li um trecho do *Ato dos Apóstolos* que diz como a igreja começou: eles

vendiam tudo, traziam o que tinham e colocavam na frente, para que todos que ali estavam comessem e vivessem. Não digo para fazermos isso, mas todos nós longe estamos de dar a nossa contribuição.

Pobre Brasil, onde as elites estão tão longe do povo, que é tão sofredor.

Não quero, numa hora como esta, falar em questões pessoais, porque seria até ridículo da minha parte. Lutei um tempo enorme para restabelecer a democracia e parecia, guri que eu era, que nós resolveríamos a nossa questão.

Entrou a socialdemocracia, que o mundo inteiro aplaudia – havia Felipe González na Espanha e outros pelo mundo afora –, chegou ao Brasil, e eu pensei: chegou a nossa vez; vamos fazer justiça social. Talvez tenha sido o pior período que conhecemos. Só não foi pior que o de agora, quando entrou exatamente alguém que nos fazia imaginar que tinha chegado a nossa hora. Pensamos: agora chegou. Agora chegou alguém que veio do povo. alguém que viveu, que sentiu dificuldades. Não era negro, é verdade, mas conviveu com gente simples, humilde; brancos e pretos. Lá na sua terra, Pernambuco, de onde veio num pau-de-arara, havia mais negro do que branco; bem mais negros do que brancos. Lá na escola onde ele estudou, naquela selva – São Paulo –, onde ele sobreviveu e venceu, na sua convivência permanente, havia mais negros do que brancos. Ele dizia isso em seus pronunciamentos. E nós esperávamos que tinha chegado a nossa vez. Juro por Deus que rezei e que agradei a Deus porque tinha chegado a nossa hora. Mas deu no que deu. Agora nós não temos nem o direito de ter esperança, porque estão nos tirando o direito de sonhar. Quem sonhar agora é porque é louco, é porque está fora da realidade. Sonhar com o quê? De um lado, nosso querido Lula, uma bela pessoa a quem eu quero bem, mas que não fez transformação, não fez modificações. Não digo nem romper. Não digo nem punir. Mas não conseguiu sequer fazer o ato de contrição prometendo que daqui para frente vai ser diferente: – Ah, agora vai mudar, daqui para diante vai ser outra coisa. Vai ser diferente, porque nós vamos fazer aquilo que se imaginava.

Para mim não seria preciso punir ninguém. Que Deus os leve e que cada um faça a sua parte! Mas é o contrário. No congresso do PT, disseram o seguinte: não se fala no assunto até as eleições. Se não se vai falar no assunto até as eleições, depois das eleições vai se falar em quê?

Do outro lado, a velha socialdemocracia, que está ridicularizada no mundo inteiro hoje. O coitado do Primeiro-Ministro inglês, Tony Blair, assumiu depois de Margareth Thatcher, que tinha feito um bellissimo governo, reacionário, mas um grande governo. A Dama de Ferro. O Tony Blair vinha como o homem do social, o homem que faria as grandes transformações que a Inglaterra tinha esperado o tempo todo. Coitado! A Inglaterra vive a sua época mais triste! Pelo menos, durante todo o tempo, manteve a independência, a autoridade, a autonomia e o respeito. Hoje, o Tony Blair é o papel carbono do presidente americano, ele o referenda sem a absoluta convicção.

Pergunto-me: para onde vamos? Quero dizer que, se eu tivesse alguma força e alguma autoridade no próximo governo, acho que as decisões com relação ao combate ao racismo teriam de ser radicais. Não é esperar com o tempo. É claro que com o tempo vamos resolver! Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido! Nenhuma dúvida!

Teríamos de andar – e os convido – nos grandes *shoppings* aqui de Brasília, por todos eles, e perguntar: por que não tem negro trabalhando aqui?

E a mim já disseram que chegaram à conclusão que os clientes não gostam de ser atendidos por negros.

Estou falando aqui em Brasília, na Corte, onde algo pode ser visto. Basta os senhores andarem pelos *shoppings centers* aqui de Brasília e verificarem se entre as pessoas que vendem, se entre as moças que estão atendendo, esteja alguma negra.

Quanto à quota da universidade, Paim, V. Ex^a tem toda a razão...

V. Ex^a tem toda a razão, meu abraço ao reitor, é algo que já deviam ter feito há muito tempo. Mas eu acho que veio

para ficar e veio para caminhar adiante. E eu defendo quotas nos mais variados setores.

Penso que esta é a praga mais feia do nosso País: olharmos para todos os percentuais da miséria e notarmos que lá estão os negros. Entrar em todas as penitenciárias do Brasil, ali os negros estão em primeiríssimo lugar.

Poder-se-ia até imaginar que, de certa forma, é lombrosiano: o negro já tem uma índole para o mal!? Vi tanto negro preso e vi tanto branco de colarinho branco solto, porque este é um País... Caminhar na zona nobre de São Paulo é diferente de fazê-lo no Rio, porque não tem a montanha com a favela e a burguesia aqui embaixo. Lá a zona nobre é zona nobre. Se um negro maltrapilho está caminhando pela rua ali, a polícia já vem e já pergunta o que ele está fazendo, porque é sintoma de que ele é perigoso.

Meus amigos, imagino que o fato de o Congresso ter mergulhado tão baixo, de o Governo ter-se afundado tanto... E quando vejo isso que aconteceu com esse presidentezinho da Bolívia, a sua falta de respeito, eu defendo os seus direitos, defendo que ele faça o que acha que deve fazer, mas o Brasil merece respeito, pela sua história e pela forma com que ao longo do tempo temos tratado nossos vizinhos. Está ali o Senador José Sarney, excepcional. Foi o primeiro latino-americano que se lembrou disso e começou essa integração. O Brasil não merecia ser jogado aos olhos do mundo como imperialista, sendo comparado ao que está acontecendo no mundo árabe, enquanto a nossa querida Petrobras é um exemplo de trabalho e de luta.

Acho que, neste momento triste que vivemos, temos a obrigação de tentar encontrar uma saída de profunda reflexão. Olha, Presidente Sarney – e V. Ex^a foi Presidente da República e é um homem que... Só não gosto de V. Ex^a dentro do MDB, mas, como cidadão e como brasileiro, acho que V. Ex^a é nota 10, podia ser nota 10 também no MDB, mas, infelizmente, há um problema de incompatibilidade –, V. Ex^a é um dos homens que podia chamar, neste momento, a sociedade e alguns para estabelecermos um entendimento. Não vou falar em Pacto de

Moncloa, porque está ridicularizado, mas vamos fazer alguma coisa que comece a mostrar um novo caminho. Por exemplo: acho que estamos vivendo realmente uma situação dramática. A moça falou em 250 – como o Lula chamou? – picaretas...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Trezentos picaretas, apenas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... 350 picaretas, mas a moça chama de 170 que botaram a mão na cumbuca no caso das ambulâncias. Baixou para 70. A Câmara vai investigar 12. Estão querendo criar uma CPI. Não sei – e eu que sou um apaixonado defensor da CPI e que acho que elas têm uma história respeitável no Brasil não sei se, a esta altura, já não perdemos toda a autoridade para entrarmos nesse caminho. Não sei se não seria o caso de a Presidência da Câmara e do Senado e os líderes chamarem a Promotoria, a Procuradoria-Geral e a Polícia Federal para iniciar aqui um processo do tipo mãos limpas, como na Itália, em que uma comissão fosse designada e fizesse o trabalho. Poderíamos nós, ao final, ter a última palavra. Mas que essa comissão fizesse o trabalho, porque mandar para a Comissão de Ética para terminar como vai terminar, designar uma CPI em que 170 são os envolvidos... Meus Deus! Eu faria isso. Se eu tivesse a força do Presidente Sarney junto ao Renan, junto ao Congresso Nacional, eu faria isso. Seria um gesto do Congresso chamar o Procurador-Geral, pessoas da Procuradoria que têm a credibilidade e a independência. O Tuma veria pessoas da Polícia Federal para se fazer uma investigação para valer. Acho que isso poderia ser o começo; isso poderia ser o princípio.

Fiz apenas, Sr. Presidente, reflexões, como V. Ex^a disse que deveríamos fazer. Em tudo isso, não tenho nenhuma dúvida de que, em primeiro lugar, está o negro, porque é quem sofre mais. Está o negro, porque, se o indivíduo é branco, ele já é olhado com um certo respeito; se ele é negro, já é olhado com desconfiança. Se ele é negro, já vê os seus caminhos limitados pelos percentuais de todas as profissões e vê os caminhos abertos a todas as prisões, porque a maioria deles são negros.

Acho que deveríamos aproveitar este Congresso, que tem o Senador Paulo Paim, que tem V. Ex^a, que tem muitas pessoas dedicadas a esta causa. Que V. Ex^{as} nos levem atrás. Tenham coragem, tomem a iniciativa, e nós vamos atrás, com toda a sinceridade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A cúpula do PMDB

Pronunciamento em 26 de maio

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, creio que é muito importante que o uso da tribuna seja feito no sentido de expor as atividades parlamentares dos senadores, mas que também seja apreciada e aproveitada a oportunidade para que o senador externar e apresente suas idéias e seu pensamento, porque isso, de certa forma, ficará gravado na memória do Senado e muitas vezes, passados os fatos, lá adiante, será interpretado.

Eu estou na política há cinqüenta anos ou mais. Quando fui Deputado Estadual, na época da ditadura, houve discurso meu, na Assembléia Legislativa, que os militares não deixaram sequer que as notas taquigráficas fossem para o *Diário Oficial*. Tivemos que refazê-lo anos depois, porque alguém guardou uma cópia.

Estou emocionado porque já publiquei mais de uma vez o índice dos discursos que já fiz e os assuntos abordados. Várias escolas, várias pessoas, vários estudantes que estão fazendo tese de mestrado vêm me pedir subsídios para seus trabalhos e encontram, às vezes, em pronunciamentos meus, algo que não encontram na imprensa, porque, naquela época, aquela instituição era a censura total; eles nem sabiam que essas coisas tinham acontecido da forma como aconteceram.

Por isso, hoje, relato a fase que vive o meu partido, o PMDB. Mas isso não significa que eu vá influenciar o comando do meu partido. Vivi, ontem, momentos muito tristes – eu que pertenci

à executiva deste partido, até à morte do Dr. Ulysses, como Secretário-Geral, Primeiro Vice-Presidente –, lembrando-me de nossas reuniões nas horas amargas, difíceis. Dr. Ulysses, Tancredo, Teotônio, Arraes, Chico Pinto, Covas, eu... Quando olhei a reunião de ontem e vi os substitutos dos meus velhos companheiros e as decisões que estavam tomando, fiquei a pensar: o que estarão pensando e sentindo os heróis do MDB dos seus sucessores de hoje?

Muitas foram as lutas que fizemos para retomar a democracia. Ali não era ter ou não ter candidato, era não ter candidato porque não tinha candidatura, porque o general já era presidente. Um, dois, três, quatro, cinco, seis generais, um sucedendo o outro, e ali o MDB, não podendo ter candidato porque era proibido, lançava candidato. Lançamos o Dr. Ulysses, lançamos o general Euler, anticandidatos, que percorreram o Brasil inteiro. Como dizia o Dr. Ulysses, estou aqui, o anticandidato da Oposição, percorrendo o Brasil inteiro, falando com os eleitores. Eu que não vou ganhar, e os eleitores que não vão votar. Porque, a essa altura, lá em Brasília, estão confabulando nos quartéis qual será o próximo general de plantão, que sem povo e sem voto haverá de estar lá. Permanecemos, lutamos, defendendo as eleições. E foi o MDB que fez a apoteose das Diretas Já. Tudo que está aí estava dentro do MDB, porque éramos a mãe que recebia a todos, porque tínhamos tido a chance de funcionar para ser o partido da coonestação do Governo, mas conseguimos resistir, avançar e ser um grande partido. E saímos pelo Brasil pelas Diretas Já – a campanha mais linda, mais emotiva da História deste País. Os poetas, os cantores, os artistas, os jovens, nunca, nunca comício nenhum, nunca festa nenhuma, nunca nada reuniu tanta gente como a caminhada dos jovens pela democracia e pelas diretas. No dia da votação, cercaram o Congresso, espalharam que iam cassar e prender se a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada. Fez uma ampla maioria. Quem não ia votar a favor não comparecia praticamente, mas faltaram nove votos para atingir-se a maioria, e foi rejeitada. E o MDB, que sempre tinha tido uma repulsa ao colégio eleitoral – o colégio eleitoral coonestava a ditadura, não tinha legitimidade –, questionava-se. O Dr. Ulysses era um dos que, quase até

o fim, dizia: “Eu não vou para o colégio, não vou legitimar o colégio”. E o Dr. Tancredo, nosso candidato, dizia: “Eu vou para o colégio para destruir o colégio, e o povo há de entender que vou para colégio para destruir o colégio”.

No Rio Grande do Sul, o MDB era um partido fantásticamente organizado e apaixonado, com o povo permanentemente presente. Vivíamos em assembléia permanente com milhões de rio-grandenses-do-sul, e eu dizia: eu não vou pedir licença ao Rio Grande para ir ao colégio, não vou pedir. Mas aconteceu o inesperado: os jovens foram às ruas e fizeram uma manifestação espetacular para exigir de Pedro Simon e de seus companheiros que fossem ao colégio para votar em Tancredo, porque era isto o que eles queriam: destruir a ditadura.

E o MDB foi ao colégio. Foi buscar, para garantir maioria lá na Arena, o chefe da Arena, o Sr. José Sarney. E nunca vou me esquecer. Eu até aconselharia aos amigos que vissem nos *Anais* do Congresso o momento em que o Governo enviou para esta Casa a extinção da Arena e do MDB para abrir o leque partidário. Nós defendíamos a pluralidade partidária, mas defendíamos que ela fosse realizada em cima da Assembléia Nacional Constituinte. Convocada e instalada a Assembléia Nacional Constituinte, no mesmo momento seriam extintos os partidos políticos, não teríamos mais partidos políticos, e se organizariam, no meio da sociedade, as pessoas que se identificassem por idéias, por filosofia, por pensamento social, para fazerem os grupos que atuariam, as bancadas que atuariam na Assembléia Constituinte e que formariam os futuros partidos. Para não acontecer como na Constituinte de 45, quando o PTB e o PSD eram os partidos do Getúlio Vargas e a UDN era o partido contra o Getúlio Vargas, mas a UDN tinha mais gente digna, honesta e progressista que o PSD do Getúlio, ou que o próprio PTB, em que havia mais reacionários do que lá até.

Na sessão solene de encerramento da votação, o Congresso Nacional estava como um mar de gente e os dois últimos discursos foram feitos pelo Presidente da Arena e pelo então Presidente do MDB em exercício. Primeiro falou o Dr. Sarney, como Presidente da Arena, mas justificando que tinha de ser

extinta a Arena, que o Governo estava certo e que o projeto era correto, e orientou sua bancada a votar pela extinção.

Depois falei eu, pelo MDB, o último pronunciamento. Lembro-me que eu disse: até nas flores se nota a diferença de sorte, umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte. Estamos aqui, dois presidentes; saiu o presidente da Arena, exigindo que votássemos a extinção do seu partido. Ele está com vergonha do partido, acha que não dá mais, porque na próxima eleição ir com o nome da Arena é desprestígio total. Então quer extinguir o partido e criar um novo, achando que, criando um novo partido, mudando o rótulo, mas ficando o conteúdo igual, vai mudar. E foi o que aconteceu. Mudaram a Arena, colocaram o PDS, e o partido durou dez vezes menos tempo do que a Arena, porque o conteúdo era o mesmo.

Mas fomos para a eleição no colégio com Tancredo e com Sarney, e ganhamos a eleição. Hoje, estamos em plenitude democrática. Hoje, estamos em regime de plena democracia. Mas o velho MDB... Que destino trágico o nosso! Em vez de Ulysses, em vez de Tancredo, em vez de Teotônio, em vez de Montoro, em vez de Covas, à exceção do seu presidente, justiça seja feita, do Deputado Temer, que tem se esforçado, nós temos uma cúpula que não podia fazer o que está fazendo conosco.

Então presidente do Senado, o Sr. Jader, quando jovem, conseguiu criar um partido junto com o Sr. Collor. Na China arrumaram o primeiro milhão, criaram o PRN e lançaram a candidatura do Collor, que derrotou praticamente todo o Brasil. A competência do Sr. Renan derrotou Ulysses, Brizola, Lula, Covas e Afif. Os líderes de todos os partidos perderam para o Sr. Collor e para o Sr. Renan.

É verdade que o Sr. Renan tem várias passagens e vários estilos. Entrou no MDB depois de romper com o Collor, no MDB esteve firme como Ministro do Dr. Fernando Henrique e hoje é o homem de absoluta confiança do Presidente Lula. O Presidente Sarney, eminência parda dentro do PMDB, no Governo desde a "bossa nova" da UDN, apoiava o Dr. Juscelino Kubitschek e até hoje é Governo. O Líder Suassuna, com todo respeito,

penso que deveria licenciar-se da Liderança. São tantas referências já feitas ao seu nome, envolvendo auxiliares seus em tantas questões tão confusas! S. Ex^a, que já subiu tantas vezes à tribuna para se defender – e quero crer, inclusive, que terá todas as condições de se defender e provar que tudo isso é uma calúnia atrás da outra –, deveria fazer isso não como líder do partido, mas como cidadão, da mesma forma que outros líderes de outros partidos que receberam as mesmas denúncias e pediram afastamento, para ver as coisas acontecerem. É um outro apaixonado pela causa, do outro lado. O Sr. Geddel publica nos jornais do Rio Grande do Sul que eu sou um pobretão e um franciscano, mas que pobretão franciscano não ganha eleição, porque para ganhar eleição é preciso ter dinheiro. Lá está com o PT. Nosso ex-Presidente do partido, que foi presidente do Senado, senador pelo Pará, renunciou à sua cadeira no Senado e hoje é deputado federal. Foi essa gente que tomou uma decisão impressionante ontem.

A Executiva decidiu realizar a convenção no dia 11 – atribuiu ao presidente do partido que marcasse a convenção, e o presidente, na convenção que estava sendo realizada no Petrônio Portella, ao encerrar disse: “Está convocada a convenção para o dia 11 de junho”. Fez-se o edital para o dia 11. Fomos, o Garotinho e eu, e registramos as nossas candidaturas. Não tiveram um gesto de gentileza – nós tínhamos marcado com a imprensa às 11 horas para fazer a entrega da concordância com a candidatura; ao meio-dia, estavam eles lá, para fazer uma reunião da Executiva para decidir.

Primeiro, o Sr. Geddel entrou com um requerimento, suspendendo a convenção do dia 11. Ponto. Aí o Presidente Temer disse que não poderia suspender a convenção do dia 11, sem mais nem menos, porque a convenção do dia 11 não é uma convenção extraordinária, é uma convenção ordinária, prevista pela lei, que determina que o partido, entre o dia 10 e o dia 30 de junho, faça a sua convenção para escolher o seu candidato.

Então, eles emendaram e apresentaram um pedido para a convenção ser transferida para o dia 29. Dia 30 encerra-se o prazo; dia 29 eles querem realizar a convenção do MDB.

É impressionante! A convenção nacional de um partido tem a responsabilidade de conduzir o caminho do partido, e sabe-se que as convenções estaduais têm de ser realizadas para escolher os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado, para fazer coligações. Há uma lei do Tribunal Superior Eleitoral determinando normas que deverão ser seguidas para que os partidos possam fazer coligações. E marcaram para o dia 29, último dia! Como ficam as convenções estaduais? Como as convenções estaduais tomarão decisões antes de saber a determinação da convenção nacional? Poderiam ter sido feitas convenções estaduais extraordinárias para que dissessem que não queriam candidatos; reunir-se-iam Pará, Bahia, Ceará etc. e diriam: “Não temos candidato”. Fariam convenções extraordinárias e, quando a convenção nacional se reunisse, já se saberia que as convenções estaduais viriam com essa determinação.

Eles podiam realizar a reunião no dia 11. Têm tanta autoridade, tanto poder, tanta força! Que deixassem a convenção ser realizada no dia 11; viessem e derrotassem a outra proposta. Apresentassem a moção, dissessem que não querem candidatos e derrotassem os outros na convenção. Assim, no dia 11, a direção nacional teria tomado providências para que as convenções estaduais fizessem o que julgassem conveniente fazer, mas não foi isso que fizeram. Deixaram a convenção para o dia 29.

A pergunta é: podem as convenções estaduais reunirem-se e decidir antes da convenção nacional? Se a convenção estadual do MDB se reunir e tomar a decisão de fazer coligação com Fulano, Fulano e Fulano, com o partido tal, partido tal, partido tal, e a convenção nacional decidir que não pode, que a nossa aliança será outra, como é que fica a decisão estadual?

Fico muito machucado, porque nunca gostei de ver o Supremo intervir no Congresso Nacional – como aconteceu no caso do rapazinho, zelador lá daquela Casa, que foi impedido de depor – nunca! Isso é ruim para nós. Eu tive de entrar com um pedido no Supremo porque os Líderes Mercadante e Renan não aceitaram criar a CPI. E o Dr. Sarney, Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar os membros, não

os indicou. O Senador do PDT, meu querido companheiro do Amazonas, e eu entramos e ganhamos por nove votos a um. O Supremo mandou criar a Comissão. Mas aquilo me machucou; fiz porque tinha de fazer.

E penso que agora vai acontecer isso. Vamos ter de solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral que responda essa indagação – que nem é uma indagação de olhar o estatuto e ver como é ou como não é. Eu não olhei e imagino que pode até não ter primeiro a nacional e depois a estadual. O mal do Brasil é que aqui tudo tem de estar escrito, pois, se não estiver, não vale. Mas acho que o Supremo vai dar ganho de causa. Primeiro a convenção nacional.

Agora, o que dói é ver o MDB, um partido com a história que tem, com a atual direção. Houve uma convenção do MDB contra a participação no Governo Lula, a favor da governabilidade, mas contra a participação no Governo. A bancada do MDB no Senado nunca se reuniu para indicar Ministro. No entanto, o Líder vai lá e indica Fulano, indica Beltrano, indica não sei quem. Nunca reunimos a bancada. Não digo que eu nunca me reuni com a bancada; não, a bancada nunca foi reunida, muito menos a Executiva. Então, quem está lá está em nome próprio. Não é bem em nome próprio, porque nenhum dos ministros que está lá está em nome próprio, mas, sim, em nome do Renan ou em nome do Dr. Sarney.

Há até uma certa inveja de seu partido, Presidente, porque dizem que não tem nenhuma das tendências, nem a maior, aquela que era a tendência... Qual era a maior tendência, do Olívio, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Articulação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a maior de todas? (*Pausa.*) Nem a articulação tem tantos ministros como têm o Dr. Sarney e o Dr. Renan.

O Ministro de Minas e Energia, que me parece ser um bom cidadão, pelo que eu sei, não tem ficha no MDB. É uma escolha pessoal do Dr. Sarney. Então, essas pessoas que têm

esses cargos, como o Sr. Jader, o homem forte no Norte, é que tomam as decisões.

Na verdade, a imprensa chegou a publicar que o Sr. Lula quer, com urgência, saber uma posição do MDB. O Sr. Lula não quer apoio, não precisa, mas precisa da certeza de que o MDB não terá candidato, porque todas as estatísticas estariam a dizer que o PMDB não ter candidato seria uma garantia de que ele ganha no primeiro turno.

Com essa decisão, o Dr. Sarney leva o Ministério dos Transportes e o Dr. Jader leva o Ministério da Saúde. Estão esperando por isso. E não levam no próximo governo, mas levam agora. Tomada a decisão, amanhã eles vêm. É por isso que eles estavam felizes, soltando foguete, quando votaram. Mas parece que o PT está esperando saber se vamos entrar com recurso, porque, se entrarmos com recurso, fica a dúvida, e se ficar a dúvida, não levam agora.

Olha, o argumento que eles usam é de que o PMDB não tem gente, não tem quadro. Dizem que o PMDB é um partido inexpressivo, que não se preparou. Há dois anos que estamos falando em candidatura própria e há dois anos que eles estão bombardeando. Dizem que não nos preparamos e que não podemos ter candidato. Dizem que o MDB tem de ter candidato a governador, que temos de fortalecer as candidaturas a governador, que vamos fazer um grande número de governadores. É uma tese ridícula.

A primeira coisa que temos de fazer, se tivermos maioria neste Congresso, é um novo pacto social, um novo pacto federativo, porque prefeito e governador estão à margem, são figuras que estão à sombra do Presidente imperial. O Presidente, com suas medidas provisórias, o poder e o dinheiro, faz o que quer.

No meu Rio Grande do Sul, coitado do Rigotto! Da verba que ele teria direito, pela Lei Kandir, de receber, daquilo que deixamos de receber, porque ficaram isentas as exportações de imposto, que seria compensado pelo Governo, pois o Rio Grande do Sul teria o direito de receber, hoje, R\$4 bilhões, R\$1 bilhão por ano, nada foi repassado. Este ano, zero.

Estão todos os governadores de pires na mão, até o de São Paulo.

Numa hora como esta, em que o importante é ter um candidato a presidente da República, o PSDB entrega para o PFL o Governo de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo, por causa da sua candidatura, do seu Presidente, em que o PSOL, que nasceu ontem, já tem uma candidatura, para querer aparecer, em que o PDT, que está aí com a candidatura de V. Ex^a, Senador Cristovam, quer marcar posição, marcar idéia, marcar filosofia, marcar pensamento, o PMDB não quer candidato, mas governadores. O importante é ter governadores, como diz o Dr. Sarney, como diz o Dr. Jader, como diz o Dr. Renan.

Mas e o Dr. Jader, no Pará? No Pará, para governador, ele apóia a Senadora do PT. O PMDB não tem candidato a governador no Pará. O Sr. Jader está apoiando a Senadora do PT. O Dr. Sarney, o ilustre Dr. Sarney, no Maranhão, está apoiando a sua filha pelo PFL. Reparem que o Dr. Sarney está no PMDB, foi Presidente da República no PMDB, até Presidente de Honra foi.

Ora, quando gosto de alguma coisa, a primeira coisa que faço é levar a minha mulher e meus filhos. Todos os meus filhos torcem pelo Internacional, são todos colorados. Lá na igreja estão todos comigo. O Dr. Sarney fez questão de não trazer sua gente, estão todos do lado de lá, a começar pelos seus filhos. Seus filhos, a sua liderança, o grupo que o cerca está lá. Ele veio sozinho e fez questão de ficar sozinho no PMDB.

Tudo bem. Afinal, é sua filha! Ele apóia sua filha no Maranhão. Mas e no Amapá? S. Ex^a criou o Estado do Amapá como presidente e por lá é candidato a senador. O Governador do Estado é do PMDB? Não. Ele está fazendo um acordo. Não sei de qual partido vai ser, mas do PMDB não vai ser. O Dr. Sarney, que é de um partido forte, que vai lutar por governadores, não tem candidato a governador nem no Amapá nem no Maranhão.

O nosso Líder, o Presidente do Senado, um homem de luta, de força, de fé, o que mais defende a importância dos candidatos a governadores...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E vejam que ele fez do Governador de Alagoas o Presidente da República. Um governadorzinho que ninguém sabia quem era, que foi deputado pela Arena, que pulou para o PMDB, elegeu-se governador, criou o PRN e se tornou Presidente da República, apoiado pelo Renan. O PMDB tem candidato a governador em Alagoas? Não, apóia o PSDB.

O furioso, o combativo líder Geddel, lá na Bahia, no seu enfrentamento com Antonio Carlos, tem candidato a governador? Não. Apóia o PT.

O Rio Grande do Sul quer candidatura própria. Tem candidato a governador e quer candidatura própria.

Santa Catarina, cujo governador é candidato à reeleição, quer candidato próprio e quer candidato a presidente da República.

No Paraná, o governador é candidato à reeleição, quer ganhar a eleição e quer candidato a presidente da República.

Em São Paulo, Quércia é candidato à eleição e quer candidato a presidente da República.

No Rio, temos candidato, queremos a reeleição, e querem candidato a presidente da República.

Ali, em Goiás, perdemos por um acaso a eleição, mas estão lá o Iris e o Maguito, que é candidato a governador, que vai ganhar, mas quer candidato a presidente da República.

Os que querem candidato a presidente da República nos seus estados têm candidato forte para ganhar o governo do estado. Quem não quer candidato a presidente da República com o argumento de que precisa fortalecer os estados não tem candidato ao governo do estado.

Estou falando isso no caso de alguém, daqui a dez, vinte anos, querer analisar. Por isso, estou dando os nomes, para que fiquem na história.

Com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a autoridade moral de V. Ex^a em fazer uma análise muito bem feita da conjuntura e da inserção do PMDB no contexto nacional e numa disputa realmente tem as suas procedências. Agora, V. Ex^a há de convir que, entre todas as lideranças do diretório nacional, de cuja reunião V. Ex^a ontem mesmo participou, numa discussão política, há uma decisão de não se correr o risco. Se V. Ex^a tem 1% na preferência do eleitorado brasileiro, é uma aventura, uma aventura grande. A maturidade política se faz necessária. Agora, quais são os ingredientes que estão nesse pronunciamento? Será que só V. Ex^a tem razão? V. Ex^a se lembra da grande aventura do saudoso e grande Líder Ulysses Guimarães? Em 1988, na promulgação da Constituição, saiu para uma grande campanha um nome de projeção nacional, um nome com condições morais de ser submetido à apreciação da população brasileira, do eleitorado brasileiro. Agora, V. Ex^a há de convir que não podemos, de maneira alguma, admitir um risco, uma situação... Se a Nação vive um momento difícil hoje, é preciso ter maturidade política. Não foi por disputas anteriores que V. Ex^a não assumiu a Presidência da Casa ou por grupos que estiveram aliados participando do Governo. V. Ex^a também foi líder nesta Casa do Governo Itamar Franco, e nem por isso sofreu críticas dos seus companheiros. Havia uma divisão. Hoje, com a grandeza do PMDB, estamos todos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, com todo o respeito, no Governo Itamar Franco, o PMDB estava todo com ele.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Mas hoje estamos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, sim; mas, naquela época, não.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Hoje estamos divididos. Lá no Amapá, como V. Ex^a citou, é uma honra muito grande para nós ter o Presidente Sarney, e estamos também

trabalhando a composição. Posso vir a ser um candidato a governador pelo partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ótimo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Posso, posso vir a ser. Mas estamos numa discussão madura, Senador Pedro Simon. V. Ex^a sabe que o Presidente Sarney, o Presidente Renan e todas as lideranças têm a maior deferência por V. Ex^a. Não estou aqui para dizer-lhe que está errado, não. Ao pensamento de V. Ex^a deve ser garantido o direito a questionamento, mas quero lhe dizer que, do lado daqui, há um grupo de líderes que tem um pensamento a respeito de não marchar com um grande risco. No Amapá, há apenas 16 anos passamos a Estado, e o Presidente Sarney tem sido um nome que nos tem ajudado muito, Senador Pedro Simon. Sou um garoto ainda, fui deputado federal, ainda estou no exercício e não chego perto ainda da experiência de V. Ex^a, muito menos da experiência de José Sarney. O Amapá sente-se muito honrado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perto da experiência de Sarney nem eu, nem V. Ex^a, ninguém vai chegar perto.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele atingiu o clímax.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Realmente. É um homem muito hábil, inteligente, membro da Academia Brasileira de Letras.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Entre outras coisas.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Ocupou todos os cargos do Legislativo e do Executivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Judiciário, foi Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É um homem de competência, de competência, Senador Pedro Simon. É o resultado da trajetória de vitórias – V. Ex^a sabe muito bem disso. Na política, o importante são as vitórias acumuladas; as derrotas ficam como experiência. O Amapá sente-se muito

honrado. Todos os outros líderes optaram por uma composição com o PT ou pela liberdade do partido – e a tendência vai ser de o PMDB ficar livre, possivelmente, nessas eleições, para compormos nos estados conforme os interesses e as alianças. Quero dizer a V. Ex^a que é uma honra para nós termos o Presidente José Sarney lá no Amapá. Nós levaremos muito tempo para formar lideranças, porque somos muito jovens – são apenas 16 anos, Senador Pedro Simon. Sou um admirador de V. Ex^a. Só não concordo com alguns posicionamentos. Sobre a questão da liderança do Renan Calheiros, do Jader Barbalho, do Presidente José Sarney e de outras alianças, é preciso V. Ex^a sentar e conversar. Temos 1%, Senador Pedro Simon – V. Ex^a tem 1%, 2% ou 3% de preferência. Gostaria que tivesse 20%. Com certeza, eu seria um cabo eleitoral de V. Ex^a, sem problema algum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não está dizendo o sensato, porque o Garotinho, durante um ano, ficou com 20%, 22%, 23%.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – E terminou com 10%.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Bombardearam ele, e não o deixaram ser candidato. Ele teve de sair porque não deixaram ele ser candidato, e ele tinha 20% ou 23%. Durante um tempão, ele ficou em segundo lugar, e não o deixaram ser candidato.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, só o aparteei para dizer a V. Ex^a que, para nós, é uma satisfação muito grande ter o Presidente José Sarney e para parabenizá-lo pela sua grande experiência. V. Ex^a é um homem de reputação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Gostaria de ser o seu cabo eleitoral, pois muito me honraria pedir votos para V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Eu sei disso.

Que partido é esse que não quer Presidente da República, que acha que não é importante o Presidente da República? “Pode perder”. Mas o Lula perdeu três, o Lincoln perdeu três, Mitterrand perdeu três, a história do mundo está cheia de homens que perderam, perderam, perderam e ganharam. Muitas vezes ganha-se mais na derrota que na vitória.

O PT somou muito mais nas três derrotas do que agora, no Governo. Ah! se, no Governo, ele tivesse feito o entendimento, o debate, a seriedade, a censura que ele fazia quando estava na Oposição! Ah! se ele cobrasse aquelas linhas de ética, de moralidade, que ele, na Oposição, cobrava de seus Parlamentares, inclusive estando agora no Governo!

Perder é perder. Perdemos com Ulysses? Perdemos. Erramos? Erramos. O herói, Dr. Ulysses, não era a vez dele, não era a vez dele. A vez dele foi a vez do Dr. Tancredo. Ele ganharia nas Diretas Já ou no Colégio Eleitoral. A vida é engraçada. Ali, aquela eleição era do Quércio. A Globo chamou o Quércio porque dizia que os militares eram contra o Dr. Ulysses. Segundo lugar, todas as pesquisas diziam que, com a morte do Dr. Tancredo, com 74 anos, o povo queria um jovem, algo que significasse novo. Aconteceu o que era esperado.

Quatro anos depois, o Quércio quis ser candidato, ele que não quis quatro anos antes, estava num bombardeio. Hoje muitos me perguntam: “Senador, o senhor conversa com o Quércio? O senhor vivia na tribuna falando horrores do Quércio”. É verdade, mas, passados vinte anos, não há um processo contra o Quércio, não há uma condenação do Sr. Quércio. Pelo contrário, hoje o PT está correndo atrás dele, perguntando o que ele quer, dizendo que tiram o senador do PT e dão a candidatura ao Senado ou a vice-governador a ele. E o PSDB faz a mesma coisa. Mas aquela não era a vez dele.

Agora, estamos com o Garotinho, que tem 20%. Não tem agora porque há um bombardeio em cima dele, dizendo que ele não pode ter. Ora, Sr. Presidente, não querer ter candidato a governador... Não querer ter candidato a presidente... O que é isso? São as pessoas que têm os cargos no Governo, têm os ministérios do Governo, têm os diretores da Petrobras

no Governo, têm os diretores do Banco do Brasil no Governo, cargos esses que nós, do MDB, não temos nem idéia. O Presidente Lula podia fazer esse favor. Acho que devia ser obrigação publicar mensalmente a composição do Governo e a filiação partidária desses cidadãos. Fico com pena do meu partido, que não merecia essa sorte.

O Lula está no papel dele. Segundo as pesquisas, com o PDMB, ele ganha no primeiro turno. Está fazendo o papel dele. Mas quem está fazendo papel feio é a cúpula do MDB – bota papel feio! Volto a repetir, em primeiro lugar, o meu nome. Eu sou candidato a senador pelo Rio Grande do Sul. Aliás, tenho dito lá no Rio Grande: “Não se esqueçam do meu nome, não comecem a riscar o nome do senador, que é o Pedro Simon”. Então, nessa campanha para eleição direta, temos o candidato. Apresentamos o Rigotto, com quem andei pelo Brasil afora. Foi quando vi – nem imaginava isso, fazia tempo que não se via mais por este Brasil – concentrações do MDB reunindo milhares de pessoas. Fiquei impressionado quando vi aquele povo reunido no Maranhão, com o Senador Sarney e o Presidente do Senado contra. Mas o povo era a favor. Em Alagoas, uma montanha de gente a favor. No Pará, uma enorme concentração a favor. No Brasil inteiro! É que o MDB está tendo uma vida nova. Passamos os nossos pecados. O MDB foi decaindo, decaindo. Não dá para dizer hoje das referências que tínhamos no passado, como Tancredo, Teotônio, Ulysses. Hoje, quem vamos citar? O MDB está num momento difícil. Na universidade, quem não era PT, era PSDB.

Olha, Sr. Presidente, eu achava que o Lula e o PT fariam um governo extraordinário. Rezei muito para isso, apostei nisso, mas deu no que deu. Não foi o MDB que está aqui querendo candidato a presidente. E perguntam: o que vocês querem se vocês perderam com Ulysses Guimarães, perderam com o Quéricia? O que vocês querem aí? Vocês não representam mais nada! Não é isso que está acontecendo. O Brasil fez uma jogada espetacular com a socialdemocracia do Sr. Fernando Henrique. Elegeu o homem mais culto, cuja cultura foi menor do que a vaidade, a presidente da República. E a socialdemocracia

imperava no mundo, na França, do Françoise Mitterrand, da Espanha, do Felipe González. E o que deu? Deu no que deu.

Não vou aqui fazer análises, não vou falar em Vale do Rio Doce, não vou falar em como é que saiu a reeleição, mas deu no que deu. Aí veio o PT. Mas agora vai ser espetacular: o PT com 25 anos de luta, de idéia; o PT que saiu debaixo da saia de D. Paulo Evaristo Arns, saiu da sacristia das igrejas, para fazer um partido de santo, de moralizadores, de épico. E como era bonito o PT na Oposição! Como era bonito o PT na Oposição! Eu achei que seria uma maravilha. Deu no que deu.

Então, Sr. Presidente, você faz uma pesquisa hoje, o MDB, que na época das Diretas Já tinha 80%, 60%, a imensa maioria da pesquisa a favor do partido, foi caindo, foi caindo, foi caindo. Quando Lula ganhou, o PMDB estava lá atrás na preferência popular. Hoje, o MDB está em primeiro lugar com 27% e o PT baixou de 30% para 12%, está lá atrás. O PSDB está com 5%, lá atrás. Isso é uma realidade.

Não tenho tempo para atender todas as universidades que me convidam, mas vou a muitas. No início do Governo Lula, nesses últimos cinco anos, eu entrava e as pessoas me diziam: “Olha, Senador, gostamos muito do senhor. O senhor fale e diga o que quiser, mas não fale mal do Lula nem do PT que o senhor vai ser vaiado. Quer falar, fala, mas depois não se magoe das vaias”.

Quem me dizia isso era o reitor da universidade, com o distintivo do PT na lapela, um padre jesuíta, reitor da universidade – jesuíta e com distintivo do PT. Todos estavam fantasiados de bandeira e não sei o que do PT. Era assim.

Vai visitar uma universidade hoje! Vai visitar uma universidade hoje! Mexo muito. Voltei à universidade daquele reitor, não era mais reitor, mas estava sentado ali, fui abraçar, é meu grande amigo: “O senhor dá licença?” Virei a lapela dele para ver e disse: “Quería ver, o senhor podia ter escondido. Tem muita gente escondido”. E ele me respondeu: “Nem escondido”. Porque estava magoado.

Eu recebo milhares e milhares de pedidos dizendo isto: “O MDB tem de ocupar espaço, tem obrigação de ocupar esse espaço”. Por que eles se lembram do MDB?

E o PDT? Tem um candidato fantástico, dois, aliás. Poderia ser ele, poderia ser o Jefferson, mas, com todo o carinho, não têm o embasamento, a quantidade de gente necessária para ganhar, não têm nem tempo de televisão garantido para ocupar o espaço. Pode ser que mude, que dê certo – queira Deus! Talvez eu esteja lá, embalado e ajudando nesse sentido – queira Deus!

Diante da opinião pública, acham que é um partidão, que tem o maior número de governadores, o maior número de prefeitos, o maior número de senadores, o maior número de deputados federais, o maior número de deputados estaduais, o maior número de militância é o PMDB. Eles acham que deve ser o PMDB. Quem tem a maior história é o PMDB.

O PSDB não deu certo, o PT não deu certo, mas agora estamos caminhando por aqui. O PMDB é que fique de fora, mas nós não estamos caminhando por aqui. Estamos na véspera de um processo – eu entendo disso – que, se não tiver o MDB nessa campanha, não sei como terminará, na televisão, a bipolarização entre o PT e o PSDB; não sei. Minha experiência me diz que será muito difícil ao PSDB, lá embaixo nas pesquisas, não querer vir com o nome do filho do Lula ou sei lá o que mais. Vai ser muito difícil o PT não questionar a reeleição do Fernando Henrique, a venda da Vale do Rio Doce. Vai ser um debate áspero, vai ser um debate difícil. Vai ser uma troca de roupa suja.

O MDB muda essa campanha. O MDB dá um tom diferente a essa campanha. O PMDB vai olhar para a frente, vai se preocupar com um projeto. Não precisa ser um projeto tão espetacular. Espetacular foi o do Fernando Henrique. Mas, o mais espetacular foi o do Lula: quinze milhões de empregos! Coisa fantástica! Quatro refeições por dia! Zero de miséria! Prometer e não dar. Até porque se prometer ninguém acredita.

O povo quer, como dizia antigamente o socialista que vi e me emocionou na Espanha, Felipe González, no auge: o povo quer coisa simples. O povo não quer uma correria. O povo não quer um governo que prometa que, amanhã, você vai ter casa, escola, educação, saúde; você vai estar com todos os seus problemas resolvidos. Não é isso! O povo quer um governo que diga e que cumpra. Que não corra, caminhe; mas caminhe para a frente, não que dê dez passos para a frente e cinco para trás. Dentro desse contexto, é que terá de ser apresentado um projeto.

Por isso, o meu candidato era o Itamar Franco. Porque o Itamar, dizia eu... Em primeiro lugar, o PT vai apresentar a proposta: vamos fazer isso. E os caras vão dizer: mas por que você não fez? O PSDB vai fazer isso. E os caras vão dizer: por que você não fez? O candidato do PMDB vai dizer: você vai fazer isso? Ah, mas vocês só prometeram também... Itamar, não. Com relação aos dois anos e oito meses em que ele foi Presidente da República, ele pode prestar contas de tudo o que ele fez e dizer: eu vou fazer o que eu fiz. Vou tratar a corrupção como tratei no meu Governo. Vou tratar o sistema financeiro como tratei no meu Governo. Eu disse que banqueiro e empresário paulista não seriam diretores de banco; não foram: Banco do Brasil, ex-funcionário; Banco Central, ex-funcionário; Caixa Econômica Federal, ex-funcionário; BNDES, ex-funcionário. Ele disse: "No Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, não quero grandes grupos", o jornal *O Estado de S. Paulo* botou manchete: Dupla caipira no comando da economia: secretário da Fazenda, de Minas Gerais; secretário do Planejamento, de Pernambuco.

A minha candidatura é bom que se esclareça: fui procurar o Senador Renan, entrei em entendimento com o Senador Sarney: vamos nos sentar à mesa e vamos escolher nomes do entendimento de todos nós. E dei um de saída: Jarbas Vasconcelos. Porque a esta altura não pode ser o Rigotto, não pode ser o Governador Requião, porque esses não se afastaram do cargo. Mas, mesmo assim, temos gente de sobra. Cheguei a aventar por aventar: V. Ex^a, Sr. Sarney, pode ser candidato. Não aceitaram. Não aceitaram e não aceitaram. Esperamos

até o último dia para compor uma chapa. E ontem, quando compusemos nossa chapa, o Garotinho e eu dissemos: essa chapa é a chapa para garantir registro de que o PMDB vai ter candidato. Mas registrada a chapa e garantida a eleição, não significa que o Pedro Simon tenha de ficar até o fim, nem o Garotinho. Se o comando partidário abrir os olhos e vir que há essa possibilidade, vamos nos reunir. E a qualquer momento, sabemos todos nós, podemos nos reunir e substituir o candidato a presidente. Faço isso com a maior alegria, com a maior satisfação. Nunca foi do meu feitio fazer uma campanha pessoal. Eu estava nessa campanha, de repente, o Garotinho vai lá e faz um discurso abrindo mão da candidatura dele a meu favor. Mas eu nem dei bola, fui embora e não aceitei. Mas me disseram que se eu não aceitasse, acabaria a candidatura e não teria mais candidatura à presidência, porque ninguém mais vai aparecer. O Itamar está saindo, o Garotinho saiu. Então fiquei para segurar o lugar, para ver se teria outro candidato.

Fui ao Presidente do Senado e falei para encontrarmos esse nome. E estou aqui, nesta hora, dizendo que ainda é possível, ainda é viável. Vamos reunir o partido para discutir, analisar. Se for o Jarbas, será ele. Jarbas, toma o lugar.

Este discurso vai ficar para a história, Sr. Presidente. Não vão rir de mim, dizendo que sou um vaidoso, pretensioso, bobalhão. Sei da minha humildade e insignificância, mas o conteúdo histórico do meu discurso, do que estou falando vai se realizar. Pessoas vão fazer mestrado e vão analisar as vias do partido. Alguém vai querer analisar e fazer história em torno desta campanha que vai começar, de conseqüências imprevisíveis, e saber por que o MDB não estava lá.

Há outro fato, Sr. Presidente: o tom da campanha de PT e PSDB pode ir para o tom quase institucional. É só vermos os debates de um lado e de outro para percebermos que estão sendo contidos; mas no momento em que entrarem na disputa pelo tudo ou nada, não sei o que pode acontecer.

Em São Paulo, não houve uma briga de presidiário, não foi uma rebelião de presídio; em São Paulo, houve a primeira

manifestação de uma máfia organizada, ultra-estruturada na História do Brasil. Que não perde para a Itália e não perde para o americano.

Como dizia o Clóvis Rocha na sua coluna, não quero nem discutir se houve acordo entre governo e máfia para parar, não quero nem discutir isso. Só digo o seguinte: eles pararam quando quiseram, o que significa que voltarão quando quiserem.

Olha, acompanhei, durante quatro anos, aqui e na Itália, a Operação Mãos Limpas e sei o que foi e o que significou. Mais de cem deputados – não absolvidos de nenhum mensalão – mas cassados e na cadeia. Quatro ex-primeiros-ministros, inclusive o atual, que era primeiro-ministro, saiu do cargo, foi para a cadeia. O diretor-presidente da maior empresa, a Fiat, saiu da empresa e foi para a cadeia; e muitos procuradores e muitos juízes também foram para a cadeia porque ali foi feita uma operação para valer.

Agora, nós, hoje, vemos as manchetes que mostram que não sei quantos dias depois, esse chefe da Casa Civil não foi ainda indiciado nem chamado para depor... Não aconteceu nada com nenhum dos quarenta ladrões apontados pelo Procurador-Geral da República! O Procurador-Geral da República denunciou um ministro e a denúncia do ministro está na mão de um ministro do Supremo Tribunal. Eu vim a esta tribuna falar que era impossível um ministro estar sendo processado no Supremo Tribunal! Aí caiu o ministro. E, hoje, ele é líder do Governo aqui nesta Casa. Deixa de ser ministro porque está sendo processado no Supremo, mas pode ser líder do Governo.

Se não tivermos uma preocupação nesse sentido não sei o que vai acontecer. Esta Casa esgotou o tecido, o tecido da CPI. Sempre participei da organização da CPI. Agora não, porque temos um líder superior, com uma experiência muito grande que é o Senador Ney Suassuna, que achou que estou superado e botou gente mais competente do que eu. Mas, mesmo assim, fui lá e tenho acompanhado os trabalhos. A CPI tem uma missão difícil. Com relação a essa CPI que pediram agora, é claro que eu sou contra o Senador Renan, que quer

engavetá-la. Quem é ele para engavetar isso? Se nós nos reuníssemos para discutir as dificuldades que estamos vivendo para criar uma CPI neste momento, eu discutiria isso.

O problema é mais sério hoje. O problema é aprovar o meu projeto, Sr. Presidente, que termina com o inquérito policial, que é uma das origens da impunidade neste País. Nosso objetivo é fazer o mesmo que existe na Itália e nos Estados Unidos, onde o processo fica nas mãos do procurador. A carreira de delegado de polícia está junto com a de procurador. Quando o inquérito é aberto, é para valer. Aqui o inquérito policial – eu sou advogado de júri – é piada, porque não vale nada, como aconteceu com o caso do PC Farias: o delegado foi lá, arrasou, queimou as provas, não deixou nada sobre nada e concluiu que foi um crime passional. Ela era apaixonada pelo PC, matou-o e depois se matou. O romance dos dois era de alguns meses, a fonte de renda dela era ele, por que iria matá-lo? Mataram-no, é claro, porque ele era um arquivo vivo, que assustava todo mundo. Por isso queriam matá-lo de qualquer jeito e o mataram. Se fosse um inquérito diferente, se fosse na Justiça, se fosse um procurador que estivesse coordenando isso e não um delegadinho lá do interior, a coisa teria sido diferente.

Acho que temos de nos preocupar com essas grandes questões e não querer que as coisas continuem como estão.

Um momento que olhei com otimismo foi quando o Sr. Tarso Genro assumiu a presidência do PT. Ele deu uma declaração de que me orgulhei: “Nós vamos fazer a recriação do PT. Para nós, não interessa nem a CPI, nem o Congresso, nem a Polícia Federal, nem os tribunais, nem os procuradores. Nós vamos reunir o partido, vamos fazer a sindicância, vamos apurar e vamos botar pra rua. Nós vamos botar”... Botaram ele para fora. Não durou quinze dias. E ele, que pensou que tinha toda credibilidade do Presidente da República, ficou falando sozinho. E agora, na última reunião do PT, tomaram uma decisão histórica. Eles poderiam ter tomado uma decisão ou não tomar decisão nenhuma, não precisavam nem tocar no assunto. Mas puseram em votação que até a eleição não se fala em nada que tenha acontecido de errado, inclusive

estava o Sr. José Dirceu, aplaudidíssimo por todos e recebeu um elogio de corpo presente de “meu irmão”. O Lula, quando foi para a tribuna, lançou um beijo para ele.

Dentro desse quadro é que eu pergunto: cabe ao PMDB, na troca de meia dúzia de cargos que facilitam a três parlamentares, esquecer a sua posição, o seu papel? Repito: eu estou nessa caminhada como venho de longe. Eu me lembro das vezes que tive de vir ao Senado, quando eu era deputado estadual. Nós reunimos o partido, e eu vim a esta tribuna quando muitos queriam partir para a extinção do MDB, partir para o voto em branco, muitos defendiam as teses mais esdrúxulas, e tínhamos de resistir. Foram momentos dramáticos, difíceis, muito difíceis. Mas eu nunca tive, na luta pessoal, de buscar posições, e me sinto desconfortado. Eu gostaria muito mais se estivesse aqui o Garotinho, o Rigotto, o Governador de Pernambuco, o Itamar, que para mim era o melhor de todos, e aí eu ficaria com mais garra e com mais independência para falar.

Repito: isso é profundamente viável. Tenho certeza de que, se o partido for conversar com o Itamar e disser: é você Itamar, ele vai aceitar. Tenho certeza de que ele aceita. Tenho convicção de que ele aceita. Tenho certeza de que, se o partido todo for conversar com o Jarbas Vanconcellos e disser: é você Jarbas, ele vai aceitar. Mas essa gente não quer. Ainda é tempo, Sr. Presidente. Ainda é tempo.

Confio no povo e confio no meu partido. O medo que tenho é de que esse comando que ele tem hoje possa ver nesta eleição o seu auto-extermínio.

Muito obrigado.

Base do PMDB quer candidatura

Pronunciamento em 8 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, justiça seja feita e que V. Ex^a seja o Presidente da Comissão do Mercosul, que trará o funcionamento do Congresso no Mercosul. É uma missão histórica que V. Ex^a está levando com muita categoria, e eu o felicito com muito orgulho.

Vejo, neste final de sessão, na Mesa, o Senador Sérgio Zambiasi e, ali, duas moças a quem poderíamos fazer as mais variadas interpretações. Quem seriam elas? Uma mais bonita que a outra. Estilos diferentes, mas grandes lideranças e que fazem, neste Senado, talvez os papéis mais bonitos que possamos ter.

Amanhã estarei no Ginásio Ulysses Guimarães para assistir ao pronunciamento de abertura da Senadora Patrícia num congresso extraordinário sobre a infância – assunto que S. Ex^a tem feito talvez a razão número um de sua presença nesta Casa. E vejo com um carinho muito grande. Assim como lembro o Paim na questão de certos problemas que ele levanta e que nunca eram levantadas antes, V. Ex^a está trazendo aqui realmente questões que não se ouviam com a profundidade, com o conteúdo e com a sinceridade que V. Ex^a fala.

Nós temos lá, no nosso bloco do Senado Federal, uma nova vizinha, que é a filha da Patrícia, que, segundo me diz a Heloísa, herdou a personalidade, a firmeza e é um exemplo

magnífico e emocionante que nos apresenta essa querida Senadora.

A minha mulher fez o mesmo, nós estamos com uma guriazinha moreninha de dois anos. A babá do Pedrinho ficou grávida e a Ivete adotou a babá e a filha da babá. E vejo que não há sentimento mais espetacular – e acho que a Patrícia pensa isso, como eu – do que se ver uma criança e perceber que o futuro dela seria uma favela ou não sei o quê e, de repente, não mais que de repente, poder transformar o futuro dela. Você dá vida, você faz com que surjam oportunidades.

Vivo dizendo isto: o Brizola, que, na minha opinião, foi a pessoa que mais cuidou da educação no Brasil, que mais se apaixonou pela educação no Brasil – quando governador do Rio Grande do Sul foi espetacular e, no Rio de Janeiro, mais ainda –, e o próprio Darcy Ribeiro, que era o seu orientador principal, previu os CIEP, onde as crianças entravam apenas aos sete anos. Mas e de zero a quatro anos? De zero a seis anos? Essa é a idade em que a personalidade da criança é formada e os nervos do cérebro começam a funcionar ou não funcionam nunca mais. Depois dos sete anos, podemos passar fome por um ou dois dias, mas isso não altera em nada a nossa personalidade e a nossa vida; não modifica nada. Claro que vamos passar fome, mas não haverá danos. O cérebro da criança até os sete anos vai-se formando. E aí ele vai-se formar metade viva e metade não. Vamos ter uma criança pela metade para o resto da vida. Não existe solução, não existe alteração, nem modificação; ela pode comer e viver extremamente bem o resto da vida, mas o seu cérebro já estará comprometido.

Por isso, não vejo nada mais bonito na vida do que se adotar uma criança. Por isso, quando falam que o meu amigo Garotinho tem mil defeitos – não me importa se os tem ou não; eu acho que não os tem –, mas há algo nele para que eu tiro o chapéu...

E isso não foi agora, por ser ele um político; ele era locutor de rádio, tinha quatro filhos e adotou cinco. Isso não tem preço! Cá entre nós, isso não tem preço!

Mas do outro lado está a Senadora Heloísa. Olha, nós estamos vivendo, sem nos dar conta, um momento muito importante neste Congresso Nacional, que é a candidatura da Heloísa. Eu acho que a Heloísa está representando aqui um papel que haverá de ser um papel de transformação da sociedade brasileira.

Se eu tivesse força no PMDB, eu traria a Heloísa para o partido para ser a nossa candidata, e ganharíamos estourado. É claro que nós conversaríamos, sentaríamos à mesa e eu diria: "Heloísa, não é por aqui". Lembro-me de uma vez que ela veio com uma camiseta escrito "Não ao Bush". E eu disse: Heloísa, não pode. Aí ela me respondeu: "Mas V. Ex^a está aí abrindo as baterias contra o Bush". Mas eu não sou candidato; você pode ser e vai ganhar. E aí como é que vai discutir com o Bush? Ele vai dizer que V. Ex^a estava com uma camiseta repelindo-o.

Isso nós acertamos. Mas a pureza, a dignidade, a seriedade, a grandeza de espírito... olha, minha querida Heloísa, é sensacional!

Tenho andado por este País e vejo o carinho com que as pessoas falam de V. Ex^a e de sua candidatura. E quando eu digo para eles que este é um País que, infelizmente.... Dêem oito minutos para Heloísa na televisão para ver o que é que acontece. Dêem oito minutos para Heloísa na televisão, podem dar meia hora para o Lula e vinte minutos para o candidato do PSDB. Não dão, o problema é que não dão!

Estamos caminhando para uma eleição que não sei no que vai dar.

Vi o que aconteceu esta semana no Congresso Nacional. Vim para esta tribuna dizer que o que aconteceu em São Paulo não foi um acontecimento vulgar.

Para minha alegria, Sr. Presidente, lá está meu filho, Tiago. Aquela é Heloísa, de quem falo tanto; e aquela é a nossa querida companheira. V. Ex^{as} já o conhecem. Está ali, todo importante! A esposa dele passou no mestrado. Então, é catedrática. Ele está feliz. E está certo!

Eu dizia que o que ocorreu em São Paulo não foi um acontecimento vulgar – minhas amigas estão dizendo que tenho que arrumar o cabelo! Aquilo era o início de um movimento da organização oficial da máfia no Brasil. Foi o que aconteceu em São Paulo. E, como disse o jornalista, não sei se houve um acordo com o Governador de São Paulo para acabar com a violência ou não houve. O que sei é que eles acabaram quando quiseram, o que significa que eles retomam também quando quiserem.

E o que aconteceu aqui? E o que aconteceu aqui? Meu Deus! A televisão mostrou que as pessoas estavam preparadas, que vieram de lugares diferentes, reuniram-se e prepararam tecnicamente a maneira de agir. E o amigão do Lula – como o Lula tem amigos complicados, meu Deus do céu! – era o chefe da coordenação.

Filmaram. Para mim, eles só podem ter filmado e entregue a fita de propósito! Quem filmou? Um deles que veio aqui estava com o filme no bolso, com o filme que mostrava as reuniões preparatórias.

Cá entre nós, para mim aquilo não foi um fato isolado. Não me surpreende se aquele episódio estiver ligado ao movimento de São Paulo, como outra fórmula de aparecer. Isso não seria surpresa para mim.

Esses fatos estão mostrando para onde estamos caminhando.

Li sobre duas manifestações que ocorreram hoje: uma dizendo que 80% das pessoas que foram ouvidas disseram: “Bem feito! O Congresso Nacional merece mesmo ser apedrejado”. E a outra, embora as pessoas fossem do PT e o coordenador, da Executiva Nacional do PT, disse: “Não, o Lula não tem nada a ver com isso”. “Você acha que o Lula não tem nada a ver com isso?” “Não, não tem nada a ver com isso”. “Mas você acha que o Lula não tem nada a ver com essas coisas que estão acontecendo no Brasil?” “Não tem nada a ver com isso”. Conte-me uma coisa: e se fosse filmado um episódio em que o Lula aparecesse invadindo e roubando um

supermercado, o que você diria"? "Ele está pegando comida para dar para os pobres".

Esse argumento é para mostrar que nada pega contra o Lula. Se o Lula aparecesse na televisão roubando comida, o povo ia dizer que ele estava levando comida para dar para os pobres, coitadinho! Realmente, nada pega contra o Lula. Essa é a grande verdade.

A grande verdade é que está havendo – e este é o lado ruim – um debate PSDB/PT; Fernando Henrique/Lula. Ninguém se lembra com carinho do Fernando Henrique. E o mal do Alckmin não é o Alckmin. Eu gosto muito do Alckmin, ele foi um grande Governador. O Alckmin não é da ala do Fernando Henrique, é da ala do Covas; e o Covas é uma pessoa espetacular. Ele que devia ter sido Presidente da República. O Covas é o Covas, é um homem de Esquerda, progressista, um extraordinário companheiro. Lamentavelmente, não foi ele. O Alckmin é um homem do Covas, mas, na imprensa, ele aparece como sucessor do Fernando Henrique. Esse é o problema. Entregar o País para o Fernando Henrique? Não!

Por isso, creio que deve aparecer outra candidatura. A Senadora Heloísa Helena, logo, logo, estará com 15 a 20% dos votos. É natural, pelas suas qualidades, de um lado, é verdade; mas, pela raiva do povo, do outro lado. Isso também é verdade.

E nós, do PMDB?

Felizmente, ontem, houve uma reunião muito importante do PMDB. No meio da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que pegou todo mundo na contramão, aquelas pessoas, como o Dr. Sarney, como o Dr. Renan, que já estavam praticamente compromissadas, pararam para pensar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Senador Pedro Simon, quero apenas, se me permite interrompê-lo, informar que o TSE acaba de rever a interpretação da verticalização, realizada na terça-feira, que restringia as coligações.

É a informação que estamos recebendo agora e, posteriormente, seguramente, toda a imprensa vai noticiar. O placar, desta vez, foi de sete a zero, revertendo a situação da última terça-feira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quer dizer, anulou a decisão da última terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Sim. O TSE, portanto, reviu a interpretação da verticalização, que restringia as coligações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É! O Dr. Renan, o Dr. Sarney e o Dr. Antonio Carlos têm força. Não sei se foram em nome do Senado, mas foram lá, falando pelo Senado. O Presidente do Tribunal disse que ia estudar, que ia analisar, e que, se fosse o caso, ele teria coragem de rever a situação.

Já não sei o que vai acontecer amanhã! Já não sei se os membros governistas do PMDB irão para a reunião de segunda-feira, marcada pela Executiva, com todas as Lideranças do PMDB no Brasil, para escolher uma fórmula de entendimento. Não sei, com essa decisão, o que acontecerá.

Eu tinha achado a decisão importante. Dura, sim, mas importante. Ela obrigava os partidos a terem de se identificar.

Se o PMDB quisesse fazer acordo com o PT, que fizesse. Mas não o PMDB fazer acordo com o PT para Presidente da República, e o Dr. Sarney votar na filha dele, Roseana, do PFL, para Governadora do Maranhão, e votar no candidato do Partido Socialista para Governador do Amapá. E não o PMDB de Pernambuco votar no PSDB e no PFL para governador e para Presidente da República, no Lula. É essa a decisão que o Tribunal tinha tomado.

Realmente, a força que pressionou foi muito grande.

Eu estava na expectativa, e a expectativa que eu tinha era de dizer que o PMDB poderia, na reunião de segunda-feira, tomar uma posição muito importante: apresentar uma terceira via que representasse um pensamento diferente do do PSDB e do PT.

Deixei muito claro, na oportunidade, que a minha candidatura não seria obstáculo para se buscar o entendimento. O meu nome estava colocado a Presidente da República com um sentimento: o da candidatura própria. Mas, se o Dr. Sarney, o Dr. Renan, se o Partido se reunisse em torno de um nome – e citava o Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos –, poderia ser. Poderia ser. Se nos reuníssemos e chamássemos a Oposição, de repente, teríamos aí uma grande candidatura que representasse a sociedade brasileira.

Eu acho, com toda sinceridade, que o PMDB não pode desempenhar esse papel triste e melancólico. Vejam que o nosso amigo Renan diz que temos de eleger governador, mas apóia o PSDB em Alagoas. O Dr. Sarney diz que o papel do PMDB é eleger governador, mas apóia a filha no Maranhão e o candidato do PS no Amapá. Assim, fica difícil de entender ou de compreender.

O Jader Barbalho, o todo poderoso ex-presidente do partido, diz que quer um partido forte, mais apóia o PT no Pará. Então, que fórmula é essa de ter um partido forte?

O engraçado é que, no PMDB, os estados que têm governador ou que têm candidato a governador querem candidato a Presidente da República. O Rio Grande do Sul tem governador, tem candidato a governador e quer candidato a Presidente da República pelo PMDB. Santa Catarina tem governador, tem candidato a governador e quer candidato a Presidente da República. No Paraná, o Requião é Governador, é candidato à reeleição e quer candidato a Presidente da República. O Rio de Janeiro tem governador, quer governador e tem candidato a Presidente da República.

Os que querem candidato a Presidente da República têm candidato a governador. Os que não querem candidato a Presidente da República e desejam fortalecer o partido elegendo os governadores não têm candidato a presidente da República. Não tem explicação.

Cá entre nós, vamos ser sinceros: eu fui governador de estado e, quando isso aconteceu, não havia a Lei Kandir. Eu recebia o dinheiro das exportações, porque elas pagavam

ICMS. O Rio Grande do Sul está deixando de receber R\$1 bilhão por ano, por causa da isenção das exportações. São R\$4 bilhões que o Rio Grande do Sul está deixando de receber, no Governo Rigotto, e o nosso querido Presidente da República dá zero na compensação. Zero na compensação!

Estamos vendo os prefeitos chorando por migalhas. Eles vieram aqui e fizeram uma solenidade espetacular para o Presidente Lula, que foi quase carregado como herói, porque prometeu aumentar 1% do retorno aos municípios. Um por cento do retorno aos municípios! Os municípios receberam aquilo como água benta caída do céu e endeusaram o Lula. Não foi aprovado e não o será.

Os prefeitos estão mendigando, Senador. Dá pena de ver um prefeito. Prefeito que quer fazer alguma coisa, dos quatro anos, passa um ano entre a capital do seu estado e a Capital da República.

E o governador? Governador já foi gente importante. Eu até que era importante quando era governador. Eu vinha aqui e os caras me recebiam. Eu vinha aqui e o Sarney me recebia, os ministros me recebiam. Eu era o Governador do Rio Grande do Sul. Mas, hoje, ninguém liga para ninguém. Governador não toma conhecimento, ninguém toma conhecimento de nada. O Presidente vai para o interior, não comunica ao governador que está indo, que não está indo, o que está fazendo ou deixando de fazer.

Num estado como este, em que temos que mudar o pacto federativo, em que temos de mudar a organização da sociedade brasileira, vêm os nossos amigos e dizem: "Eleger o Presidente não é importante. Importante é eleger o governador e um prefeitozinho ali". Não é sério, tchê! Não é sério! É algo que choca a opinião pública brasileira.

Quando penso no Teotônio, no Uysse, no Tancredo, no Covas, no que foi o nosso partido, no papel que desempenhamos, fico a pensar na nossa missão de hoje.

O Garibaldi, que saiu daqui, teve um trabalho fantástico como relator. O nosso relator na CPMI dos Correios foi sensa-

cional, não há como discutir; mas a bancada do PMDB, o líder fez questão de não indicar. Eu, por exemplo, não fui indicado para comissão nenhuma, nem para titular, nem para suplente. E, como eu, muita gente não o foi. A atuação da bancada na CPMI foi dramática. Foi dramática! No entanto, o PMDB é um partido que tem a sua história e a sua responsabilidade.

Andei com o Rigotto, candidato a Presidente, pelo Brasil inteiro. Na sua terra, em Alagoas, em que o Renan é contra, é impressionante como o povão estava todo conosco. O povo estava todo conosco! Até o irmão dele esteve presente. O povo de Alagoas quer eleição direta e quer candidato a Presidente da República.

Lá na sua terra, no Ceará, onde o ex-Ministro também não quer candidatura, a nossa reunião foi impressionante. O pessoal quer candidatura.

Agora, o que está acontecendo? Está acontecendo que, hoje, está muito difícil eleger, principalmente dentro do Governo. O PT vai chegar aqui com metade da bancada. O MDB pode até chegar com uma grande bancada, mas renovada. Vem para cá com gente nova. Gente que está aqui é muito difícil voltar. Então, essa gente está no desespero.

Estão lá o Dr. Renan, o Dr. Sarney, o Dr. Suassuna, o líder na Câmara. Se for preciso uma emenda, são eles que dão. Se for preciso um pedacinho de estrada ou um pedacinho de construção de escola, são eles que dão. Então, não posso nem criticar esse Deputado. É quase uma questão de sobrevivência. É mais triste o que oferece do que o que recebe.

Dentro dessa situação, o PMDB vive o momento atual.

Eu gostaria de saber quantos cargos o PMDB tem e quem os indicou. Eu já digo que a bancada do PMDB no Senado não indicou ninguém. Nunca houve uma reunião para escolher nome. A bancada do PMDB na Câmara não indicou ninguém. Nunca houve reunião da bancada para indicar um nome. A Executiva Nacional não indicou ninguém. Nunca houve reunião da Executiva Nacional para indicar ninguém.

Em nome de quem falam o Senador Renan, o Senador Sarney, o Senador Suassuna quando vão falar com o Presidente, eu não sei. Eu sei que eles conseguem. É nesse estilo que eles estão avançando.

Eu fico me perguntando se o nosso bravo Presidente Lula não deve estar falando com os seus botões: “Eu estou certo, eu estou com 70% de aprovação”. Mas há uma pergunta a ser feita: como pode estar com 70% de aprovação se 86% do povo diz que é um País de corrupção e nada se faz para combatê-la? Nós, do Senado, somos responsáveis pela corrupção? O que o Presidente da República fez até hoje para combatê-la? Apesar disso, a sua pesquisa vai lá em cima.

É verdade que nunca vi tanta propaganda. Nunca vi a televisão tão apaixonada pelo Dr. Lula e pelo Governo como agora. E está melhor. Não sei se, por fora, o ex-coordenador da campanha, o chefão da campanha de quatro anos atrás, que agora foi expurgado, Duda Mendonça, não está colaborando, porque a campanha está muito competente. Atualmente, há uma mistura na televisão: é possível ver “Governo somos todos nós”, é futebol, é Lula. Quando se vai dormir, ninguém sabe se sonha com Lula, com futebol ou com não sei o quê. Mas é um arranjo espetacularmente bem feito.

É claro que torço para o Brasil ser campeão, pelo amor de Deus! Embora na Comissão de Relações Exteriores, hoje, quando interpelamos o Embaixador que está indo para a Coréia, eu perguntava para S. Ex^ª: “Quando é que o nome do senhor será posto em votação no plenário do Senado? O seu nome foi votado hoje na Comissão. Na semana que vem, terça-feira, joga o Brasil; quinta-feira é feriado”. E eu disse: “O senhor tem de ver. Já imaginou se, Deus nos livre, o Brasil perder para a Coréia e o seu nome for para o plenário na sexta-feira? O senhor vai levar um pau danado, pois será culpado de termos perdido para a Coréia”.

Mas eu torço para o Brasil ganhar.

A exploração que estão fazendo do futebol, como se o futebol fosse um esquema de Governo, dá uma raiva na gente realmente exagerada. Olha, eu falo do fundo do meu coração:

eu não sei o que faremos depois desta eleição. Tenho falado com muita gente, e temos de sentar à mesa e conversar. Temos de sentar à mesa e conversar. Não nego que tenho medo se o Lula ganhar. Eu, que rezei por ele, pela sua vitória, acreditava que o Lula era a salvação do Brasil, que tinha chegado a nossa hora. Ele e os petistas que haviam saído da sacristia da Igreja da Sé com as bênçãos do Cardeal Dom Evaristo, debaixo da saia do Cardeal, para vir salvar o Brasil. E deu no que deu. Agora, fico a me perguntar quando ele for reeleito.

Vimos isso com o Fernando Henrique. Quando foi reeleito, ele fez as privatizações. Se formos olhar os quatro primeiros anos do Fernando Henrique, esse período foi razoável, tanto que ele terminou se reelegendo. Ele terminou se elegendo, de novo, contra o Lula! Por quê? Porque os primeiros quatro anos foram razoáveis. Foi nos últimos quatro anos que ele vendeu a Vale do Rio Doce – vendeu não, deu de presente –, que os escândalos aconteceram. Foi nessa época que as coisas aconteceram.

Não sei o que será um segundo Governo do Lula. O que sei é que temos de ter resistência para estarmos juntos. Pode acontecer um milagre, e acredito em milagre: de repente, não mais do que de repente, a sociedade brasileira se esclarecer.

V. Ex^a tem um papel muito importante, Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a tem de ser mais branda. V. Ex^a tem de deixar externar o amor que tem no coração. V. Ex^a tem de pensar menos no Lula, no PT, nessa gente que está aí. V. Ex^a tem de pensar mais no que temos de fazer para o Brasil de amanhã. Acho que é por aí, porque a briga vai ser entre o PT e o PSDB. Um vai dizer do outro o que tem de dizer. E todos vão dizer a verdade. O que um fala do outro é verdade; o que o outro fala do outro também é verdade. Que V. Ex^a aponte outro caminho.

Recebi ontem um pensamento que achei magnífico:

Ninguém é tão forte que nunca
tenha chorado.

Ninguém é tão fraco que nunca
tenha vencido.

Ninguém é tão auto-suficiente
para nunca ser ajudado.
Ninguém é tão inválido que
nunca tenha contribuído.
Ninguém é tão sábio que nunca
tenha errado.
Ninguém é tão errado que nunca
tenha acertado.
Ninguém é tão corajoso que
nunca teve medo.
Ninguém é tão medroso que
nunca teve coragem.
Conclusão: Ninguém é tão
alguém que nunca precisou
de ninguém.
Muito obrigado, Sr. Presidente

PMDB, o maior partido

Pronunciamento em 9 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é muito importante o discurso do Senador Ramez Tebet. S. Ex^a é uma das pessoas mais lúcidas e de maior dignidade na história deste Congresso. É impressionante a biografia do Sr. Tebet, advogado, promotor, prefeito, governador, ministro, presidente do Senado. S. Ex^a tem uma linha de comportamento baseada no princípio da seriedade no trato com a coisa pública, o que o faz uma figura profundamente respeitável.

O Senador Tebet vive um instante de luta pela manutenção de sua saúde com muita garra, espírito público, capacidade; vence, está vencendo e vencerá mais esse obstáculo.

S. Ex^a faz uma análise que me chama a atenção. Claro que é bonito ver o Tribunal Superior Eleitoral, na sua unanimidade, baixar a cabeça, reconhecer que errou e alterar o voto.

Esqueço a figura do Dr. Sarney, do Dr. Renan, do Senador Antonio Carlos e companhia, durante a noite toda e durante o dia, na cabeça dos ministros, mostrando um quadro não sei até que ponto verdadeiro. Esqueço a manifestação firme.

Quero muito bem ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Quero bem mesmo, porque acho que S. Ex^a vem tendo um desprendimento, uma firmeza de atuação. E acho que é o ministro cujos pronunciamentos mais vezes eu tenho vindo a esta tribuna transcrever, porque nas horas mais difíceis ele

tem tido a coragem de defender a verdade, a justiça e o bem comum.

Achei muito enérgico, muito firme, quando S. Ex^a antecipou, com o voto anterior, que estávamos a iniciar uma nova vida político-partidária, que era a vida dos casamentos efetivos e não dos acasalamentos, das uniões que tanto existem por aí, de concubinato. Fiquei na expectativa do impacto que isso causaria. A primeira mágoa que senti foi a vergonha de ver o Congresso Nacional deixar um assunto dessa natureza para o Tribunal Superior Eleitoral decidir na última hora. E nós aqui... Se bem que nós do Senado, vamos fazer justiça, fizemos a nossa parte. Votamos no momento exato uma reforma política e uma reforma eleitoral que, se não é a perfeita, é a melhor que poderíamos ter votado. Votamos a reforma política, a organização dos partidos políticos, a reforma eleitoral como deveria ser feita, e isso ficou na gaveta da Câmara. E ficou, e ficou, e ficou... Então, perdemos a credibilidade.

É verdade que o Supremo foi muito duro ao nos advertir que não poderíamos mudar as regras no ano eleitoral, porque a lei diz que um ano antes da eleição não se pode mudar. Mas quatro anos atrás eles mudaram, quando, no ano eleitoral, eles criaram o voto vertical. Eles mudaram. E agora estariam mudando novamente.

Eu só digo o seguinte: no fundo, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral está certo, no futuro é o que vai acontecer. Ele pode ter precipitado, mas, se der certo, se a cláusula de barreira funcionar, se nós ficarmos com sete ou oito partidos, se nós pudermos ter uma vida partidária organizada, nós vamos partir para que o partido seja um em nível nacional e que não haja essa história de o MDB unir-se com o PT no Pará, com o PFL em Alagoas, com o PSDB no Rio Grande do Norte e com não sei quem em tal lugar. Isso não é unidade partidária, não é vida partidária; é anarquia. Pode-se entender por que o cidadão termina pulando de partido, de galho em galho.

A reforma eleitoral que o Senado votou tem a fidelidade partidária. Muda de partido, perde o mandato. O mandato é do partido, não é do cidadão.

Não nego que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral – não vou mentir – foi recebida com um sentimento muito interessante no MDB. A melhor reunião que fizemos, há muito tempo, no MDB, foi depois dessa decisão, a anterior, onde todos os setores portaram-se com humildade. Inclusive o ilustre ex-líder de bancada, o Deputado Jader, que, na reunião anterior, tinha sido impulsivo, dentro da paixão pela tese, nessa reunião, dizia, com humildade, que tínhamos que reconhecer que a decisão atingiu a todos, ninguém ia sair ganhando; que, não havendo uma solução ótima, tínhamos que buscar o que pudessemos fazer. E esse foi o pensamento geral.

Tinha caído, no dia anterior, a decisão da última convenção, decidindo que o partido não teria candidato. O Tribunal derrubou essa convenção. E tinha caído a outra decisão, em que a Executiva Nacional transferia a reunião da Convenção Nacional do dia 11 para o dia 29. Uma decisão absurda, porque o dia 29 é véspera do dia 30. Então, o que eles queriam era que a hora da decisão nacional fosse feita depois de todos os estados já terem decidido. Assim não haveria mais o que fazer.

A convenção nacional existe para traçar a norma nacional. Vamos ter candidato próprio? Vamos apoiar o Lula? Vamos apoiar o PSDB? O que vamos fazer? Não vamos ter candidato? Depois da decisão da Convenção Nacional, as convenções estaduais se reúnem para cumpri-la. Agora, o que eles queriam é que se realizassem, até o dia 29, todas as convenções estaduais, e no dia 29 a convenção nacional, que não teria mais nada a fazer. Caiu na Justiça.

Então, estávamos ali tranquilos. Os que queriam a candidatura própria haviam conseguido duas vitórias: aquela convenção em que se votara por não apresentar candidato caiu e a convenção que estava marcada para o dia 11, domingo agora, também.

Em um clima do maior entendimento, nós concordamos, primeiro, que não poderíamos fazer a convenção domingo agora. Não que imaginássemos que o Tribunal fosse suspender, mas julgávamos que a decisão do Tribunal tinha sido muito

radical, e todo mundo tinha que conversar com todo mundo. Então, marcamos uma reunião para segunda-feira, para a qual convidamos todos os governadores, todos os presidentes do partido, todos os candidatos a governo de estado, juntamente com a Executiva, para, na segunda-feira, às 11 horas, chegarmos ao entendimento.

Senti que havia um movimento muito positivo, no sentido de encontrar uma solução. Falei novamente e deixei muito claro que minha candidatura não estava em jogo.

Há quatro anos, fui candidato à Presidência da República, briguei e andei pelo Brasil afora. Na hora da convenção, nem olharam para o meu nome. Já tinham feito um acordo com o Serra e o PSDB, e eu fiquei olhando. Em vez de votarem, primeiro, a candidatura própria, se haveria ou não candidato, votaram a aliança com o PSDB e não votaram meu nome. Mas ali eu estava discutindo.

Desta vez, o MDB do Rio Grande do Sul apresentou a candidatura do Governador Rigotto. Houve um debate entre Rigotto e Garotinho. Na convenção que realizamos, o Garotinho retirou a candidatura dele e me apresentou como candidato. Eu não ia aceitar, mas aceitei por uma razão muito simples: se eu não aceitasse e não registrasse a candidatura; se os governistas reunissem a Executiva, transferindo a convenção do dia 11 para o dia 29; e se não houvesse candidato registrado, o partido não teria mais candidato. Então, mantivemos e registramos a candidatura.

Sempre deixei claro que, para mim, seria uma honra muito grande ser candidato à Presidência da República. Mas sei que não posso obrigar o Senador José Sarney, nem o Senador Renan Calheiros, nem o Senador Ney Suassuna a quererem o Pedro Simon.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte, com o maior prazer, ao Senador José Jorge.

Ainda não tive a oportunidade de felicitar V. Ex^a pela sua escolha como candidato à Vice-Presidência. Mas digo, com toda sinceridade, que fiquei muito feliz com a sua escolha porque V. Ex^a, neste Congresso Nacional, principalmente aqui no Senado, talvez nestes anos tenha sido a pessoa mais competente. Basta lembrar que V. Ex^a foi o Relator de todos os projetos significativos que passaram pelo Congresso, pela Câmara dos Deputados, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como Relator, V. Ex^a teve competência e capacidade para conseguir representar a média do pensamento. Havia pontos de vista absolutamente antagônicos, mas V. Ex^a conseguiu uni-los. V. Ex^a é um nome da maior dignidade e por quem tenho o maior respeito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, agradeço as suas palavras. Sinto-me premiado por, ao pedir o aparte, ouvir essas palavras de um Senador tão respeitado que é V. Ex^a nesta Casa. Com a presença de V. Ex^a numa eleição majoritária, sem dúvida, a eleição ficaria enriquecida. Essa questão da verticalização, que tivemos na eleição passada e teremos agora nesta eleição, cuja idéia era fazer com que as coligações estaduais acompanhassem a coligação nacional, na prática, retirou candidatos nacionais. Terminamos repetindo nacionalmente a política de São Paulo, que é PSDB contra PT. Os outros partidos tiveram de se aliar ou ficar sem candidato. Essa situação não interessa ao País. Se a eleição é feita em dois turnos, deveríamos ter sete ou oito candidatos no primeiro turno para, no segundo, escolhermos dois. Assim a eleição ficaria muito mais aberta. Penso que, com a emenda à Constituição que aprovamos no Senado e que foi aprovada fora de prazo na Câmara, voltaremos, na próxima eleição, a uma situação normal, em que todos os partidos que quisessem poderão ter os seus candidatos a Presidente, sem que as eleições estaduais sejam obrigadas a seguir as coligações nacionais. Porque a política, por exemplo, de Pernambuco é completamente diferente da Bahia; em Pernambuco, somos aliados do PFL; na Bahia, somos adversários. E, assim, em cada estado, há uma situação diferenciada. Mas não tenho dúvida de que o Brasil perdeu ou perderá – porque não está decidido ainda – se V. Ex^a não for candidato. Realmente é uma

perda para o Brasil, que ia ter oportunidade de ouvir os seus pensamentos, as suas idéias – que nós ouvimos sempre, aqui, no Senado –, que certamente ampliariam o debate eleitoral no nosso País. Era só isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V.Ex^a.

A minha candidatura não tinha a obrigação de se dividir ou se somar em torno dela. Fiz questão de dizer isso na última reunião. E apresentei um nome, o de Jarbas Vasconcelos, por exemplo, e um nome do meu coração, que eu consideraria ótimo, que é o do ex-Presidente Itamar Franco. Nomes que unissem o Partido.

Foi a reunião mais importante que realizamos. Convocamos todo mundo, saímos a discutir, a pensar, a refletir. E, de repente, acontece: o Tribunal muda de novo, por unanimidade. Sou obrigado a dizer que, para o MDB, não foi bom – pelo menos, essa é a minha posição. É claro que, se perguntarem para o Sarney, ele dirá que foi extraordinário; para o Renan, ele dirá que foi fantástico; para o Suassuna, ele dirá que foi monumental; para mim, penso que não foi bom.

Volto a dizer o que tenho dito: nós vivemos uma hora muito difícil! Cada dia há um fato novo.

A invasão no Congresso já foi um ato absurdo. Mas, ontem, vendo a gravação de como ela foi preparada, juro por Deus que nunca tinha visto nada igual. Juro que não. Uma invasão coordenada por um membro da Executiva Nacional do PT, o homem encarregado para a ligação com as entidades sociais! Aonde vamos chegar? Como esse homem que convive com o Presidente da República, que participa das reuniões da Executiva Nacional do Partido, que recebe da Executiva a missão de ser encarregado pela coordenação dos órgãos não-governamentais age como agiu? E ficou provado que foi com dinheiro público. O que isso quer dizer? O que isso significa senão a tranqüilidade de que nada lhes vai acontecer? Agora vêm as palavras rígidas: “puna-se, doa a quem doer, mesmo sendo do PT! Puna-se, doa a quem doer!” É a isso que estamos

assistindo há não sei quantos anos neste País, que é o país da impunidade. E estamos caminhando num crescendo.

Vim a esta tribuna para dizer que o que aconteceu em São Paulo não foi um levante penitenciário, mas, sim, a primeira manifestação organizada de uma máfia oficializada, como na Itália e nos Estados Unidos. Ali existe um grupo cujos chefes não estão na favela. Os chefes são gente importante: pode haver político, militar, advogado de montão, homem de imprensa... É um sistema organizado, esquematizado, que a Itália só derrubou com a Operação Mãos Limpas. Na verdade, a Itália não derrubou o sistema, apenas o diminuiu.

É por isso que eu, que sou um apaixonado pela CPI, acho que as CPI desenvolveram um trabalho fantástico, porque, durante 40 anos – o Brasil é o país da impunidade –, só quem aponta nomes e aponta fatos é a CPI. Tirando a CPI, se formos olhar para o Supremo Tribunal Federal, veremos que não acontece nada, que nunca aconteceu nada. Só que agora os fatos adquiriram tal relevância, quer dizer, a organização, o esquema da violência, do arbítrio, da corrupção adquiriu uma tal organização que não vai ser a CPI que vai resolver. Aliás, cá entre nós, nas últimas CPI nós sofremos o vexame do deboche de quem vinha depor, querendo nos ridicularizar. Via-se que era gente preparada, esquematizada, que, antes de vir para a CPI, teve a preparação de um profissional sobre como responder.

Penso que temos de partir para criar um movimento como a Operação Mãos Limpas, da Itália, ou como o Programa Tolerância Zero, do Prefeito de Nova Iorque. Mas para fazer isso, o Governo tem de ter autoridade, respeitabilidade, credibilidade e não pode ter compromisso com ninguém, principalmente com o seu próprio Partido.

Esses movimentos estão deixando uma grande certeza de impunidade à sociedade brasileira. Os parlamentares da Oposição fazem seus pronunciamentos, mas a repercussão lá fora é pequena, quase nenhuma.

Com todo o respeito, é ruim para um país como o Brasil, com tantas diferenças ideológicas, ter uma campanha reduzida

a dois candidatos, os dois de São Paulo, um do PT, que significa continuar esses quatro anos que estão aí, e o outro do PSDB, que significa retornar aos oito anos que tivemos antes.

Será que o Brasil não pode apresentar uma terceira perspectiva, independente do PT, independente do PSDB, para discutir, para debater? Eu não defendo um governo do MDB. Não penso que, como tivemos um governo do PT e um do PSDB, agora devemos ter um do MDB. Não, eu defendo a possibilidade de o MDB apresentar uma candidatura para fazer uma transição em conjunto com a sociedade, um verdadeiro Pacto de Moncloa, defendo a convocação de toda a sociedade, Igreja, sindicatos, trabalhadores, homens, mulheres, jovens, para fazermos uma caminhada a favor da moral, da dignidade, da seriedade, a favor de uma transição em que cada um cumpra sua parte, um governo que abra suas portas para mostrar o certo e o errado.

Penso que deveríamos abrir uma oportunidade nesse sentido, sem compromissos fechados e estruturados de um grupinho de intelectuais, de líderes partidários ou de banqueiros, grupos que estão formados aqui para defender interesses próprios. Nós nunca poderíamos imaginar que o PT teria como presidente do Banco Central um homem como este que está aí, um homem que veio da presidência do Banco de Boston, que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República, sendo que o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Ele está sendo processado e continua na presidência do Banco Central. Em que país do mundo isso aconteceria? O presidente do Banco Central é a pessoa que, em qualquer lugar do mundo, tem de ter toda credibilidade, tem de ter toda seriedade, tem que ser um homem a que o País inteiro se dobre pela sua responsabilidade. Mas o homem foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Tudo isso aconteceu e ele continua na presidência do Banco Central.

Não sei se os senhores repararam que, desde que o Palocci deixou o Ministério da Fazenda, quem fala agora é o presidente do Banco Central. É raro se ver um pronunciamento do novo Ministro da Fazenda.

Aliás, este é o único caso que sei que o presidente do Banco Central está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não está mais ligado ao ministro da Fazenda. Nós temos duas fontes de normas financeiras neste País: o ministro da Fazenda – normalmente era ele a única fonte – e o presidente do Banco Central, que tem autonomia e está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não passa pelo ministro da Fazenda, não fala com o ministro da Fazenda, não deve nada ao ministro da Fazenda! É por isso que, nos jornais, ultimamente, há uma entrevista do ministro da Fazenda para dez entrevistas do presidente do Banco Central, um homem que está sendo processado por corrupção no Supremo Tribunal Federal. Aliás, nesse sentido, é fantástico! Nós tínhamos um ministro da Previdência que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República. O Procurador-Geral da República denunciou por corrupção, e o Supremo Tribunal Federal aceitou. Está na mão do relator, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vim a esta tribuna e perguntei: “Mas pode um Ministro que está sendo denunciado por corrupção ser ministro?”. O Governo disse: “Não pode”. E demitiu o ministro. Um ministro que está sendo processado por corrupção, no Supremo Tribunal Federal, foi demitido do ministério. Hoje, é Líder do Governo nesta Casa, está no lugar do Mercadante. O Mercadante saiu para ser candidato, e ele é o líder do Governo. Processado pelo Procurador-Geral da República. Denúncia aceita pelo Supremo. Não pode ser ministro, pode ser líder do Governo. líder do Governo pode. É o líder do Governo nesta Casa.

Essas são as coisas com as quais estávamos convivendo. Primeiro, foi o presidente do PT, que foi afastado por estar metido em todas essas coisas; depois, o secretário-geral; depois, o tesoureiro.

Pensamos: agora terminou, agora fizeram um remanejamento. Está aí o homem da Executiva – reparem que cargo importante – encarregado de fazer a ligação do PT com os movimentos não-organizados da sociedade. Está comandando a invasão no Palácio. É isso que está aí.

Do outro lado, quem não quer isso tem de voltar para o antigo PSDB. Tem de voltar, porque essas são as duas opções. Aliás, as duas paulistas. O Rio Grande do Sul fez uma revolução, em 1930, para acabar com a política do café-com-leite – quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais; quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais. Agora não tem mais isso. Graças a Deus, isso terminou. Agora é: quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo. Pode até mudar de partido, mas tem que ser de São Paulo. Ao Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, restou um cargo honroso, uma função muito importante. O Presidente Tasso Jereissati, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Governador Aécio Neves foram os três que escolheram, entre o Serra e o Alckmin, quem deveria ser o Presidente. Quer dizer, não dá para dizer que Minas Gerais foi posta de fora. Não foi posta de fora. Ele participou da escolha. Mas da candidatura não; a candidatura tem que ser paulista.

Não sei até que ponto o PMDB não deveria ter escolhido um candidato de São Paulo. Temos aí o Presidente do Partido, que está em uma bela posição, respeitável, imparcial, conduzindo com grande competência. Ele é a favor da candidatura própria, mas conduz com respeito, e todos o respeitam. Talvez – isso vou falar na segunda-feira –, se lançarmos a candidatura do nosso presidente do partido, muda tudo, porque ele é de São Paulo. É um fato novo: ele é de São Paulo. E ele, sendo de São Paulo, pode ser que tenha chance. Esta é a Federação, é o pacto federativo que tem de mudar. Temos de mudar o pacto federativo, onde Presidente mais medida provisória fazem o que querem neste País, onde este Congresso Nacional não legisla; finge, como diz o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, faz de conta. O Brasil é o País do faz-de-conta: o Presidente da República faz de conta que é um democrata, o Congresso Nacional faz de conta que legisla, e o Poder Judiciário faz de conta que bota na cadeia os ladrões; e não acontece nada disso.

Da candidatura que apresentamos, meu Presidente, é este o objetivo: apresentar uma opção. É interessante salientar

que, no momento em que se fala numa terceira candidatura, o PPS, pelo seu Presidente, candidato, concorda em apoiar; o PDT, que tem candidato, concorda em apoiar; há movimento de vários partidos no sentido de apresentar uma outra solução.

É uma pena, Sr. Presidente. Eu estava em um otimismo enorme, pensei que a reunião de segunda-feira seria sensacional, mas, com os ministros mudando, os governistas voltaram ao que era, e segunda-feira vai ser uma reunião muito triste, porque eles voltarão embalados na decisão, e o PMDB dará um passo muito grave com relação ao seu esvaziamento.

O PMDB que o destino lhe ofereceu, não fomos nós que procuramos. Em primeiro lugar, foi o PSDB, os puros do PMDB, os notáveis, que saíram desse partido cheio de coisa errada e formaram o “partido dos homens extraordinários”, e que, no Governo, não fizeram nada. Depois, foi o PT, o “partido dos anjos”, que, na sacristia, se prepararam para ocupar o Governo, e deu no que deu.

Era a vez do MDB. O MDB que fez a liberdade democrática, o MDB que conduziu esse povo e com o qual lutou contra a ditadura, estabeleceu a democracia, ganhou e elegeu o Presidente. Mas o Presidente não podia ter feito o que fez. Tancredo não podia ter nos deixado naquela hora. E olha que o MDB escolheu o que tinha de melhor: um homem com história, com biografia, Primeiro-Ministro do Jango, Ministro do Getúlio, Governador de Minas Gerais, um homem com experiência mineira, preparado para desempenhar o cargo, e termina morrendo. E assume o Sr. Sarney, que fez um Governo até respeitável, não discuto, mas não era do MDB, e não era o Tancredo. E o MDB caiu fora. Se o PSDB tivesse dado certo, o MDB não tinha mais o que fazer. Não deu certo, veio o PT. Se o PT tivesse dado certo, estaríamos num caminho espetacular, que era o que imaginávamos. Não deu certo.

MDB, o povo quer isto. As pesquisas de opinião pública dizem que, hoje, 27% das opiniões públicas do Brasil colocam o MDB como o primeiro partido. O PT tinha 24 e baixou para 12 pontos. E o terceiro é o PSDB, com 5 pontos.

Eu tenho andado por universidades, e não consigo atender a todos os convites que me vêm do Brasil inteiro. Não se vê uma estrela do PT nem atrás da lapela. Há mágoa, há desilusão. E eu não vejo ninguém pensando na volta do PSDB. Eu vejo gente confiando que seria a vez do MDB. Mas quis o destino que no comando das decisões do MDB não tivesse alguém com o espírito do velho MDB. Alguém como Tancredo Neves, alguém como Teotônio Vilela, alguém como Ulysses Guimarães, alguém que representasse o sonho do velho MDB. José Sarney, Ney Suassuna e Jader Barbalho estão no MDB, ocupam posições importantes no MDB e tomam as decisões do MDB. Mas não têm nada a ver com o MDB. E nós pagamos o preço daquilo que não merecemos.

Que Deus tenha piedade do MDB e nos ajude a atravessar mais esse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Heloísa Helena e Cristovam Buarque

Pronunciamento em 12 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, pela manhã, realizou-se uma sessão especial do Movimento Democrático Brasileiro, para o qual tinham sido convocados, além dos membros da Executiva Nacional, governadores, presidentes regionais e lideranças partidárias. A reunião foi marcada pela Executiva na quarta-feira passada, quando o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral baixou uma medida e criou um impacto em todo o País, determinando que as eleições fossem todas verticalizadas, seja para Presidente, governador ou senador.

Naquela reunião da Executiva, se criou um ambiente realmente muito interessante. Os líderes governistas que querem um apoio ao Governo estavam muito preocupados, muito sérios, muito responsáveis, muito angustiados com o que ia acontecer. E as palavras dele foram palavras de bom senso, no sentido de que aqui não dá para ver quem ganhou nem quem perdeu, temos de tomar uma atitude e ver o que vamos fazer para enfrentar essa realidade. Os que queriam e que querem a candidatura própria concordaram. E eu fui um dos que disse que realmente achava que sim.

Concordamos em não realizar a Convenção ontem, domingo, dia 11, marcada pela Justiça Eleitoral, para realizar antes uma nova reunião, essa que foi que feita hoje, para buscar o entendimento, para buscar uma fórmula por meio da qual o MDB sairia do impasse em que se encontrava.

Acontece que entre a marcação da data de hoje para a realização dessa reunião e a realização dela hoje, o Tribunal deu uma volta de cento e oitenta graus, atendendo a pressões de parlamentares e mais gente e decisões pessoais. O Tribunal resolveu alterar e voltar à posição anterior: verticalização, só para a Presidência da República. Não implicava e não alterava a obrigatoriedade de quem não tivesse candidato à Presidência da República, não poderia fazer também coligações estaduais.

Realizamos a reunião hoje, e o clima era completamente diferente, era claro. Os governistas, mais exaltados, mais firmes, vieram com um pensamento uniforme no sentido de que nada de candidatura própria, nada de realização de Convenção, a candidatura própria estava sepultada.

A discussão entre os líderes era qual a data do sepultamento. Uns queriam sepultar a candidatura própria hoje; outros queriam deixar para sexta-feira. Os que queriam sepultar hoje argumentavam que o defunto ficaria insepulto e passaria a cheirar mal até sexta-feira. Ter-se-ia que colocar numa câmara funerária.

Interessante: por quinze a zero, a Executiva decidiu que o MDB não vai ter candidato a Presidente. E cada Estado faça o que bem entender. Essa foi a decisão de um longo debate, que durou um ano, no qual, de um lado, estavam líderes como o Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; o Senador José Sarney, ex-Presidente da República; o Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada; o Deputado Jader Barbalho, ex-Presidente do partido e ex-Presidente do Senado; o ex-líder da bancada e deputado da Bahia; o ilustre Presidente da Fundação Ulysses Guimarães e ex-Governador do Rio de Janeiro. Todos os governistas, por unanimidade, falaram.

O interessante é que, na última convenção, que lotou o auditório Petrônio Portella, nenhum falou, a tal ponto de que o Presidente Michel Temer dava a palavra para um e, depois, para outro a favor da candidatura própria e não a dava para ninguém contra. Eu levantei uma questão de ordem, dizendo que o Sr. Michel Temer estava sendo parcial, porque os que

não queriam candidatura própria também queriam falar. Ele concedeu a palavra, mas ninguém falou.

Mas hoje falaram todos. É verdade que a reunião era fechada. Não havia imprensa, não tinha base, mas falaram todos os contrários à candidatura própria. E o argumento é um: também não haveria condições de ter candidatura própria. O problema é fortalecer as candidaturas dos governadores estaduais.

Eu dizia: mas que partido é este, o maior do País, que se despreocupa de se apresentar com um candidato à Presidência da República em uma eleição, em um momento tão traumatizante como esse? O PSDB e o PT praticamente iniciam a campanha, que começou hoje com o primeiro pronunciamento oficial do candidato de Oposição, dizendo que a quadrilha são quarenta e que o Presidente é o chefe dela? Começou como eu imaginei que ia terminar. Eu pensei que no fim ele fosse dizer isso.

Se ele começa dizendo que o Presidente da República é o chefe da quadrilha de quarenta como vai terminar a campanha, Sr. Presidente? Isso dizíamos nós. O momento é do MDB. A história, o destino colocou nas mãos do MDB o momento que está presente.

O PSDB teve os seus oito anos; o PT, os seus quatro. A situação é dramática. Uma mensagem de paz, de respeito e de concórdia para somar o MDB poderia apresentar. Mas os líderes do MDB, os governistas, estão todos lá. ministério daqui, ministério dali, diretoria daqui, diretoria de lá, estão todos com cargos no Governo. E isso pesou mais forte do que uma candidatura à Presidência da República. É estranho como, na reunião de hoje, pude sentir nesses líderes que falaram como não há, dentro do sentimento deles, um amor, uma dedicação pelo seu partido, o MDB. Em parte, compreendo o nosso querido Presidente do Senado. Ele era do PCdoB; depois, ele passou para o PRN e, naquela época, jovem, tinha uma garra enorme. Ele pegou o PRN como Governador de Alagoas, e fez dele Presidente da República e foi Líder desse Presidente. Depois, foi Ministro do Fernando Henrique. De-

pois apoiou a candidatura do Serra para Presidente e, hoje, é apaixonado pelo Lula. O Sr. Sarney, presidente vitalício da Arena... Precisamos dele para ser candidato... Precisamos, não. Ele se impôs como candidato em uma eleição em que nós precisávamos fazer um racha na antiga Arena para eleger Tancredo no Colégio. Morre Tancredo. Ele fica. O seu filho foi ministro do Governo Fernando Henrique. A sua filha está no PFL; o outro, no Partido Verde; os seus líderes estão em vários partidos. Ele não tem ninguém no MDB a não ser ele. Qual é a paixão que ele tem pelo MDB? E assim são os outros homens. Então, praticamente o MDB parece uma legião estrangeira no comando. Todas as pessoas sem história, sem biografia. Se olharmos para ontem: o Tancredo, o Teotônio, o Ulisses, as Diretas Já, na beira das cadeias, das prisões, não estava essa gente. Então, eles não conseguem sentir. Fala-se em MDB, na história do MDB, em reviver o MDB, o velho MDB. A gente não está dizendo nada a essa gente. A gente não está falando nada a essa gente.

Hoje, encerrou-se um capítulo do nosso Partido. Questão aberta, cada um segue o caminho que quiser. Interessante é que eu volto a repetir, os mais apaixonados que defendem. Não podemos ter candidato a Presidente, porque temos que ter candidato a governador. Temos de fortalecer os governadores. Os que dizem isso nem têm candidato a governador nos seus estados.

O Dr. Sarney, no seu Estado, o Maranhão, a candidata é a sua filha pelo PFL, não pelo MDB. No Amapá, o candidato é do Partido Socialista, não é do MDB. O Sr. Jader Barbalho, no Pará a candidata é a Senadora do PT, não é do MDB. O ilustre Deputado, que é o mais bravo, mais lutador da Bahia, o ex-Líder Geddel, o candidato dele, se for, será do PT. E o nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tem candidato do PSDB.

Quando eu disse, na reunião de hoje de manhã, que S. Ex^a não tem candidato do MDB em seu estado, que o candidato era do PSDB, ele me respondeu: "V. Ex^a sabe que sou presidente do Senado e que, nessa condição, não posso ser candidato a governador. Se pudesse, eu seria". Então, tive que

responder: perdoe-me V. Ex^a, concordo que V. Ex^a é o *primus inter pares*, é o grande nome de Alagoas, mas não é o único. Será que Alagoas não tinha um segundo nome do MDB para ser candidato a governador? É V. Ex^a ou ninguém?

Mas aconteceu. Essa vai ser uma eleição em que o MDB vai assistir a um grande debate. Confio que o Sr. Geraldo Alckmin, um homem sério, um homem de bem, vai debater suas idéias, e o PSDB vai apresentá-las. Confio que o Presidente Lula vai refazer muitos dos seus equívocos.

Há dois pensamentos com relação à Lula: um fala na maldição do segundo mandato e apresenta nomes como o de Fernando Henrique, como o de Perón, como o de Getúlio, como o de Menem; são pessoas que, no segundo mandato, foram muito piores do que no primeiro. Outros, como eu, acham que não, que se pode revisar, alterar, modificar e, talvez, refazer os gravíssimos equívocos que cometeram.

Vamos ver a candidatura da Heloísa Helena, que agora terá mais um ou dois minutos, porque o MDB não tem candidato. Ela vai empolgar, porque tem autenticidade. Na disputa que teve com o PT, ela saiu ganhando, porque poderia ter sido expulsa por mil razões, mas o PT a expulsou porque ela cumpriu o programa do partido, votando a favor de não se cortar o vencimento dos aposentados, não se mexer no vencimento dos inativos para baixar. E por isso ela foi casada. Vejo no Rio Grande uma simpatia enorme em torno da candidatura dela.

O PDT até aqui com a candidatura do ilustre Senador por Brasília Cristovam Buarque. Teremos um grande debate, ao qual nós do MDB vamos assistir como se não fôssemos parte, como se não tivéssemos responsabilidade. O velho MDB, que foi no passado o responsável pela introdução no País da luta democrática, das Diretas Já e da democracia e que poderia apresentar a bandeira da moral, da ética, da seriedade, da dignidade, da justiça social, vai ficar de braços cruzados, assistindo.

Candidato a governador aqui, com o apoio do PT; candidato a governador lá, com o apoio do PSDB; ali adiante,

apoiando um candidato a governador do PT, como no Pará; ou apoiando um candidato a governador do PSDB, como em Alagoas. Esse é o papel que deixaram para um partido do tamanho do MDB.

É uma pena, Sr. Presidente, o que eu sinto por esse comando partidário. Faço ressalva ao presidente do partido, que agiu com a maior dignidade e tentou de todas as formas a candidatura própria. Mas esse grupo se adonou do partido, como se fosse uma legião estrangeira. Nunca tiveram um sentimento de afeto, carinho ou amor pelo seu partido. Vê-se que é alguém que está ali para buscar tirar vantagem até o fim, porque não está nem um pouco preocupado com o que vai acontecer com o partido. O pensamento é: eu estou aqui, sou líder, secretário, estou na presidência do Senado; o que eu posso levar agora? Depois, que se dane.

Eu acho que esse foi, talvez, o maior golpe; essa foi a maior paulada que o MDB levou no Brasil. As outras foram da ditadura, do arbítrio, dos generais. Mas essa nós levamos em casa. Quem deu a paulada no MDB foi o seu comando; foram os líderes do MDB, que se aproveitaram dos cargos que receberam do MDB para usarem contra o nosso destino.

Minha fé e meu espiritualismo levam-me a acreditar no futuro e a achar que por mais negra que seja a noite sempre há o raiar de uma luz anunciando a aurora. Eu não sei como, mas nós teremos que escolher o caminho. Eu não sei como será a convivência com essa gente que na verdade não devia estar no MDB, não sei o que fazem no MDB. Vamos ter de escolher uma fórmula e um caminho. O MDB não pode morrer por inanição nas mãos de alguns que estão gordos e fogosos. No que depender deles, o MDB morre à míngua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O País da impunidade

Pronunciamento em 19 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Prezado Senador Sibá Machado, V. Ex^a fica muito bem presidindo os trabalhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, prezado Deputado Paulo Lima, esta foi realmente uma semana tumultuada. Fazia muito tempo que eu não via algo semelhante. O Congresso vive uma crise da qual não consegue se livrar. Agora, veio a Operação Sanguessuga, em que já falam em um número de parlamentares envolvidos que quase chega ao número citado por Lula, de trezentos picaretas. O número atual chega a duzentos e oitenta.

Os acontecimentos em São Paulo foram examinados aqui sob muitos ângulos. Não creio que o que importa aqui seja verificar até que ponto Alckmin e Covas foram responsáveis pela situação; ou voltar atrás, até Montoro, Quércia ou Fleury; ou analisar até que ponto Fernando Henrique, quando Presidente da República, e Lula são os responsáveis pelo que está acontecendo.

Lula fala do problema da educação. Lembro-me do Dr. Brizola, porque essa era sua grande bandeira. Hoje, é o Cristovam que defende a mesma bandeira, com a qual concordo. Mas a questão é o hoje, o que está acontecendo agora, os dias que estamos vivendo. E, cá entre nós, nunca o Brasil viveu a situação por que está passando São Paulo.

A Rede Globo fez uma comparação, mostrando, por seis minutos, a cidade de São Paulo no último fim de semana e, por dois minutos, o Iraque. No Iraque, parecia ser um fim de

semana de férias, comparado com a situação de São Paulo. Na verdade, vivemos naqueles dias uma autêntica guerra civil, em que as “forças do mal”, digamos assim, não querendo repetir o Presidente Bush, os presos, prepararam um esquema diabólico que não se imaginava fosse possível acontecer no Brasil. E as coisas se sucederam.

Estamos acostumados com o Rio de Janeiro e dizíamos que ali as coisas, entre outras, eram muito complicadas pela própria cidade. Vê-se ali Ipanema, Leblon...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, permita-me interrompê-lo por um minuto, apenas para anunciar a presença de estudantes do Colégio Marista de Brasília, que o Senado Federal recebe com muito prazer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São meus colegas, porque fui do Colégio Marista Rosário do Rio Grande do Sul do primeiro ano até a faculdade. Saí de lá, fui para a Faculdade Marista da Pontifícia Universidade Católica e, de lá, vim para cá. É um bom colégio, vocês têm muito que aprender, a formação é sensacional. Principalmente nesta hora em que falam por aí sobre essas análises e essas interpretações de Cristo e de Madalena, é bom os professores darem os devidos esclarecimentos.

Volto ao que eu dizia: no Rio de Janeiro, a situação é até cruel, porque quem está na Barra, no Leblon, em Copacabana, naquelas casas fantásticas, naqueles condomínios espetaculares, tem ao fundo a favela. Conheço um senhor que construiu uma dessas casas paradisíacas, em que, nos fundos, havia um verdadeiro mundo à parte, uma ilha da fantasia. E ele foi obrigado a fechar os fundos, porque, quando fazia aquelas festas, choviam lá de cima pedras e outras coisas, de tal maneira que ele apagou as luzes, construiu uma enorme barreira e só ficou com a parte da frente.

Mas São Paulo não era assim. Em São Paulo, caminhando pelos Jardins, se vemos uma pessoa maltrapilha, já ficamos olhando: “O que esse cara está fazendo aqui? Aqui é só zona residencial. O que ele pode estar procurando?”. E a Polícia já

vai olhando, caminhando atrás dele para verificar. Então, o que está acontecendo em São Paulo é, realmente, muito mais grave do que o que ocorre no Rio de Janeiro, pela quantidade e por ser São Paulo tão diferente do Rio de Janeiro.

Aconteceu tudo aquilo em São Paulo, mas não dá para dizer, como no Rio de Janeiro, que precisamos esperar, que, daqui a quatro meses, será outra coisa. Em São Paulo, não foi briga de quadrilha o que ocorreu. Ali, foi preparado um esquema, como só acontece nas máfias italianas, nas grandes organizações criminosas. Não se tratou de uma rebelião no presídio, porque transferiram um preso. Foi um esquema fantasticamente organizado e diabolicamente bem orientado. Bombardearam delegacias, queimaram ônibus de passageiros, mataram policiais, inclusive um bombeiro. Esse foi o esquema.

Os bandidos não mataram nenhum civil e, se mataram, foi por acaso, pois a orientação era a de matar militares, a de queimar ônibus sem gente dentro, a de deixar em pânico as Delegacias de Polícia – e conseguiram. São Paulo virou uma cidade ingovernável!

Aí vêm as discussões. O Ministro da Justiça oferece apoio ao Governador. E levo minha solidariedade ao Governador. Cá entre nós, tenho o maior respeito pelo companheiro Cláudio Lembo, que é homem de bem, homem sério, homem digno e correto, mas que pegou uma “bomba” na sua frente. De repente, assume, sem Secretariado novo. É o mesmo secretariado. Ele se está adaptando e enfrenta essa situação. Duvido que alguém fizesse algo de forma diferente ou pudesse resolver o problema, porque não havia condições.

O Ministro da Justiça oferece apoio, e o Governador diz: “O apoio de que preciso é o dinheiro que o Governo Federal deveria ter repassado e não repassou”. Acho que essa acusação é muito pequena. Promover-se, agora, um debate entre Mercadante e Serra é ridículo. Temos de debater o assunto com a profundidade que ele merece.

Esse tema vem de longe. Há mais de dez anos, criei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma Subco-

missão para estudar o problema do crime organizado. Fizemos algo que, na oportunidade, teve uma recepção enorme. Constituiu-se uma Comissão sob a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, composta pelo Ministro da Justiça, pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, pelo Procurador-Geral da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal, para que nos reuníssemos, quinzenalmente, no gabinete do Presidente do Supremo, para debater o que teríamos de fazer para colocar as coisas nos seus devidos lugares, o que teria de ser alterado, o que teria de ser modificado, para aonde caminharíamos.

Lembro-me de que, na reunião, eu dizia: “Aqui, somos os responsáveis pelo processo do crime, da prisão, da lei. Aqui, está o Chefe da Casa Civil, representando o Presidente da República; aqui, está o Presidente do Supremo, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Procurador-Geral, o representante do Tribunal de Contas da União. Estamos aqui para ver o que tem de ser feito”. E debatemos durante dois anos.

Vou entregar, pela décima vez, a um presidente de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Presidente Antonio Carlos, as conclusões a que chegamos e o que devia ser feito.

Uma das questões – para a qual chamo a atenção, porque, na minha opinião, é a mais importante – é a seguinte: o Procurador-Geral da República lembrou-se dos célebres juizes da operação Mãos Limpas, da Itália, e os trouxemos ao Brasil, ao Senado, para mostrarem o que lá fizeram, como fizeram, o que deu certo e o que poderia ser adaptado no Brasil. Eles vieram aqui.

Lá, houve uma guerra muito maior do que o que houve no Brasil, porque, aqui, o primeiro gesto que demonstra realmente que não houve uma guerrilha, que não se tratou de jogo do bicho, mas, sim, de crime organizado, de máfia, foi o que ocorreu recentemente em São Paulo. Na Itália, a máfia vem de longe.

Quanto ao crime organizado, agora, no Brasil, não se trata de pegar o coitadinho que está vendendo maconha, nem de pegar aquele que está no avião levando uma mala com drogas. Há gente importante envolvida. No crime organizado do Brasil, há senador, deputado, grande empresário, militar, gente do Judiciário. É gente muito importante! E, como já foi dito, eles não estão nas favelas, embora se busquem nas favelas aqueles que vão cumprir as determinações das reuniões realizadas nos apartamentos de alto luxo e nas mansões de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os procuradores e os juizes da Itália que estiveram aqui disseram: “A nossa luta foi muito difícil. Muitos juizes e muitos procuradores morreram assassinados. E juizes e procuradores foram para a cadeia, porque nós também tínhamos o nosso lado negro”. Eles colocaram na cadeia quatro ex-primeiro-ministro, inclusive o que era primeiro-ministro, que saiu da condição de primeiro-ministro e foi para a cadeia. Mais de 100 parlamentares deixaram de sê-lo e foram para a cadeia. O presidente da Fiat deixou a presidência e foi para a cadeia. Aquilo foi a operação Mãos Limpas mesmo, agindo contra o “colarinho branco”.

Eles não se preocuparam com o terceiro escalão, como nós, agora, estamos nos preocupando, como ocorre com a Operação Sanguessuga. Procuramos quem trabalha, o funcionário, mas não se sobe, não se chega até o gabinete do parlamentar, até o gabinete do juiz, até o gabinete do homem importante, do empresário. Até ali não se chega!

Eles recuperaram milhões e milhões de dólares, que voltaram – o que não conseguiríamos fazer hoje, em hipótese alguma – aos cofres públicos da Itália, por causa da rouba-lheira da Máfia. Foi realmente algo espetacular!

Vieram aqui várias vezes. Debates, discutimos, analisamos. Mas como é resolvida essa questão, que é a mais importante, repito, na Itália, na Europa, nos países importantes, nos Estados Unidos? Como é feito o processo? Se Fulano matou Beltrano, se Fulano roubou de Beltrano, se Fulano assaltou Beltrano, o que acontece? Quem comanda o processo é o promotor,

é o procurador. A Polícia integra o quadro da Procuradoria. E, lá, eles se sentem muito honrados com isso. A Polícia tem o respeito da população, a admiração da sociedade, porque faz parte dos quadros da Procuradoria, que, na Itália, diga-se de passagem, está junto com a Justiça. O procurador exerce a função por três anos; depois, ele se torna juiz por mais três anos; posteriormente, ele volta a ser procurador, porque as missões fazem parte praticamente da mesma carreira.

Portanto, quem comanda o processo é o procurador. É o mesmo a que assistimos nos filmes americanos: houve um crime, e chega a Polícia! Na mesma hora, chega também o procurador. E quem orienta é o procurador, que, de saída, diz: "Tu podes ficar calado, mas tudo o que disser será usado contra ti". Dali, ele já vai preso; e, dali, o procurador já fala com o juiz, que, provavelmente, precisa dizer-lhe onde ele fica, na cadeia, para fazer a apuração dos fatos. É aberto o inquérito, são chamadas as testemunhas para depor. As testemunhas depõem, encerra-se o processo, e ele vai para o tribunal, para o júri.

O que acontece no Brasil?

Há um crime. Chega lá o delegado de polícia ou o escrivão de polícia que ouve o cidadão. Normalmente, ele continua em liberdade. São chamadas as testemunhas, que vão depor na polícia.

Sou advogado de júri, trabalhei a vida inteira na defesa. Hoje, tenho até drama na consciência, porque, como desmoralizei processos da Polícia! No júri, a primeira coisa que o advogado faz é pegar o processo da Polícia e dizer: "Joga fora, isso não vale nada. Isso não é prova, isso não é defesa, o réu não tem defesa, isso é coisa falsa, não tem nenhum significado". E vai pegar prova judicial. O que é a prova judicial?

No Brasil, quando a Polícia termina tudo o que tinha de ser feito, manda para o promotor. O promotor denuncia, o juiz aceita a denúncia e abre-se o inquérito. Aí é que vai começar tudo o que vale – às vezes, um ano depois.

O PC Farias foi assassinado. Ele e a namorada. Quando foi assassinado, eu gritei lá de Porto Alegre: "Mandem a Polícia Federal, mandem com urgência a Polícia Federal". Deixaram a Polícia estadual. Ficaram lá, lavaram todos os lençóis, as roupas, deixaram tudo limpo e, depois, chegaram à conclusão de que foi morte seguida de suicídio. A senhora, por ciúme, matou PC Farias e depois se matou. Era a amante dele, o PC Farias era a sua fonte de dinheiro. Podia até ter amor, mas era amor de dias, porque PC Farias gostava muito da mulher, que morreu, e tinha, ali, um caso de convivência ocasional. Conclusão da polícia. Crime emocional, passional. Era uma paixão intensa, ela tinha um ciúme enorme dele – não sei como, se os dois viviam juntos e o coitado do PC Farias não podia colocar um pé na rua, porque estava todo mundo atrás dele. Quando foi para a Justiça, não tinha mais prova e o processo foi arquivado.

O que aconteceu com PC Farias? Ele foi assassinado pela namorada, que se matou depois. Isso acontece todos os dias no Brasil. Qualquer cidadão que é importante, no interior, manda matar se acontece qualquer coisa e isso fica ali com a polícia.

Dei entrada em um projeto, que não é de minha autoria, mas do Procurador-Geral da República da época, para o Brasil ser assim: há o crime, entra o procurador. A carreira da polícia se enquadra com a de procurador. Um é auxiliar do outro. Não passa na Casa. Toda a classe policial quer, menos o delegado. O delegado não quer perder o poder. O delegado tem aquele poder fantástico. O delegado, no interior de estado, é quase um rei. Todo mundo reverencia o delegado, porque está sujeito a, a qualquer hora, atropelar alguém ou a qualquer coisa, e ficar na mão do delegado. O delegado não quer. E um homem da inteligência, da cultura e do espírito público do Senador Tuma, infelizmente, defende os delegados, e nós não conseguimos fazer com que esse projeto fosse aprovado aqui. O máximo que consegui foi que em casos especialíssimos a Procuradoria poderia

chamar para si o processo. A Câmara não aprovou. Passou no Senado, mas está lá, na gaveta da Câmara.

Estou citando esse caso porque acho, com todo o respeito, que é o mais importante, porque é o início de toda a questão, é o início de toda a questão. Por outro lado, acho que estamos vivendo um contexto geral.

Olha, Presidente, quero-lhe muito bem e tenho muito carinho por V. Ex^a – quase tanto quanto tenho pela senadora, que acho uma mulher fantástica –, mas estamos vivendo uma fase complicada.

Deus não tinha dito o que ia acontecer com V. Ex^a, que estava lá do outro lado, ainda não tinha nascido, e eu já estava aqui. Eu conheço essas crises desde a crise de 1954, do suicídio do Dr. Getúlio. Acompanhei o caso do suicídio do Dr. Getúlio, a legalidade que não queria deixar o Jango assumir, a derrubada do Jango, o que fizeram com Juscelino, um homem fantástico mas que sofreu, a ditadura militar, o *impeachment* do Collor, os anões do Orçamento, muita coisa, mas eu não vi nada como o que está acontecendo agora. Eu não vi nada.

O Brasil, Sr. Presidente, viveu um momento de euforia com as Diretas Já, que levariam Tancredo à Presidência da República. Tancredo era um homem preparado, tinha sido Primeiro-Ministro, Ministro de Getúlio, Governador de Minas, era o homem para o momento. Eu era Ulysses. Meu candidato era Ulysses, se tivesse eleição direta seria Ulysses, mas reconheço que, naquele momento, para somar o contexto geral, era o Tancredo. Mas Tancredo morreu.

Sarney fez um bom Governo. Homem sério, convocou a Constituinte, abriu as portas a todos os partidos, fez mais de um plano, o Plano Cruzado, mas não era o Tancredo e terminou numa crise. Quando não conduzimos os acontecimentos, não sabemos como terminam.

Numa eleição que tinha como candidatos o Dr. Ulysses Guimarães, o Dr. Mário Covas, o Dr. Aureliano Chaves, o companheiro Lula, o companheiro Afif, ganhou um rapazinho de trinta e poucos anos que ninguém conhecia. Governador de

Alagoas, criou um partido novo, o PRN – deste tamanhinho –, e ganhou a eleição. Deu no que deu: *impeachment*.

Fui Líder de Itamar Franco, que o sucedeu. Acho que foi a época da minha vida, que eu conheço, onde houve mais seriedade, mais dignidade, mais honradez e mais moral na História deste País. O Brasil ganhou um contexto novo.

Não houve uma vírgula de corrupção. Itamar não precisava provar: “Não, eu tenho que provar.”. Não. Levantou a questão, ele colocava para fora. “Estamos vivendo uma época”, dizia o Itamar, “em que não podemos ter alguém...”

O Ministro da Fazenda, a *Veja* machucou, machucou. Ele veio aqui, deu um *show*, foi aplaudido por todos. O assunto estava resolvido. Na outra segunda-feira, a *Veja* veio com tudo de novo. Chamado ao Palácio, fui lá. Estavam o Presidente e o ministro. Itamar disse: “Olha aí, Pedro.”. O ministro estava pedindo demissão irrevogável. Eu disse: “Mas não tem nenhum problema. Quarta-feira, tu voltas para o Senado e respondes tudo isso de novo.”. Ele disse: “Não. Eu não posso ser Ministro da Fazenda. Eu tenho que inspirar confiança no povo, quando todo o povo fica olhando para mim para saber se sou isso ou não sou isso.”. Ele renunciou. Ele renunciou depois de ser aplaudido de pé pelo Senado.

Do Chefe da Casa Civil, Hargreaves, na CPI dos Anões do Orçamento se falou um milhão de coisas. Entre elas, que o Hargreaves tinha sido funcionário da Casa Civil no Governo Sarney e ajudava sei lá o quê. Foi convocado. O Hargreaves foi ao Sarney e renunciou à Casa Civil – ele foi convocado para depor, não era inquérito, não era denunciado, não havia nada, era só para depor – renunciou à Casa Civil e veio aqui falar. Deu um *show*. Quando terminou a CPI, não havia nada contra ele; e ele voltou para a Casa Civil. Isso é maneira de governar.

Eu era Líder do Governo e o Presidente Itamar Franco me chamou:

– Pedro, preciso que você arrume um lugar para o meu sobrinho.

- Como? Arrumar um lugar para o seu sobrinho?
- Você tem dois gabinetes: o de líder do Governo e o seu.
- Mas por que eu é que tenho de arrumar? Por que tu não arrumas?
- Bem, eu não posso arrumar. Como vou arrumar? Eu, Presidente da República, vou arrumar um lugar para um sobrinho meu?
- Bom, telefona para alguém.
- Não; eu não vou telefonar. Como vou telefonar para um Fulano, para uma empresa e dizer: “Coloca um sobrinho meu aí”?
- Então, azar, porque eu também não posso.
- Mas, e seu gabinete?
- Não, Itamar, o meu problema é o seguinte: eu não tenho gabinete de líder. Só estou com meu gabinete. Tenho o meu gabinete e não tenho gabinete de líder.

Este rapaz morreu sem emprego; sobrinho do Itamar. E o Itamar dizia: “É filho do meu irmão” – o irmão mais velho dele –, “que me sustentou na faculdade de Engenharia”. O pai dele havia morrido; a mãe, vivia com humildade, e o irmão mais velho sustentou a formatura dele na Engenharia. E esse sobrinho morreu sem emprego.

Aí veio o Fernando Henrique. Todos nós imaginávamos que viria um grande Governo, e deu no que deu.

Em primeiro lugar, não foi um governo social-democrata. E a socialdemocracia estava, na época, em moda.

Mitterrand, na França; Felipe González, na Espanha. Estavam vivendo momentos que parecia a saída para o mundo! Justiça seja feita: a socialdemocracia foi para o bebeléu na França, na Inglaterra, na Espanha e no Brasil.

Aí veio o Lula. Não me lembro na História do Brasil de uma esperança tão grande quanto a que nós todos tivemos no Lula; e deu no que deu.

Hoje o povo está vivendo horas de angústia. Quando fizemos o *impeachment* do Collor, o Congresso havia sido recém-eleito e vivia um momento de grande credibilidade, grande credibilidade! Tanto que teve autoridade para fazer a cassação! Coisa que o Congresso, hoje, não teria coragem. Criar uma CPI para mexer com o Lula, a opinião pública não aceitaria. “Vá primeiro cuidar da sua casa! Vá limpar a sua casa para depois querer olhar para os lados!” O Lula ocasionou o que estamos vivendo.

Sr. Presidente Sibá Machado, o Secretário-Geral do PT, o Pontes, Deputado gaúcho, defende uma tese: “Não vamos discutir o passado; vamos botar, no futuro, como vai ser o segundo Governo do Lula”. E eles não querem. Tem gente do partido de V. Ex^a que não quer. É votar e ir adiante. Mas acho que é o mínimo. O Ministro Tarso Genro renunciou ao Ministério da Educação para ser presidente do Partido; falou enfaticamente desta tribuna, emocionado: “A nós, do PT, não interessa o que a Justiça, a Polícia Federal, a Procuradoria, a CPI, a Câmara e o Senado vão decidir. Nós, com a nossa Comissão de Ética, vamos apurar o que aconteceu no PT, e o PT vai limpar os seus quadros”. Disse, desta tribuna: “É sensacional! Isso vai ser algo realmente fantástico: o PT limpar os seus quadros e traçar um rumo para o futuro!” O coitadinho do meu amigo Tarso foi posto para fora. Quando chegou na hora da eleição para presidente não teve nem cargo na Executiva, quanto mais o de presidente. E aí se reúne o PT e toma uma decisão fantástica: “Só vamos tratar desta matéria depois da eleição”. Antes da eleição, está lá na convenção, recebendo elogios do Presidente Lula (Fernando Henrique) o Sr. José Dirceu, denunciado pelo Procurador-Geral da República ao Supremo como o chefe da quadrilha. Está lá! E se ele está lá – dizem as más línguas que ele é um dos grandes coordenadores da campanha –, vai ser depois da eleição que vamos apurar? Se pelo menos tivesse dito: “Os que estão sendo incriminados vão ficar afastados”. Mas não, estão participando.

Conto isso para dizer que esse calo também foi o grande responsável pelo que aconteceu em São Paulo. Esse ambiente de indiferença; ninguém tem confiança em ninguém. Para qualquer lugar que se olhe vemos os fatos. Outrora, durante momentos na vida brasileira, eram manchete a corrupção; hoje, é rotina; mas não era. A corrupção é rotina. O absurdo é rotina. E o Brasil é o País da impunidade!

Com todo o meu carinho ao Supremo Tribunal Federal – lá está não só a primeira mulher Ministra, mas a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie –, mas a verdade é que lá está, no Supremo Tribunal Federal, denunciados pelo Procurador-Geral da República por crime gravíssimo dois ex-ministros. Hoje, um Senador da República e o outro Deputado Federal. O processo está na gaveta do ministro. Um caso que nem esse devia servir de exemplo. Se é para absolver, absolva; se é para condenar, condene; mas deve servir de exemplo: se um Ministro do Supremo Tribunal Federal bota na gaveta denúncia contra um senador que foi ministro, o que é que um delegadinho de polícia vai fazer lá no interior? O que é que um juizinho do distrito vai fazer lá no interior? Então, quando se diz que o Brasil é o País da impunidade, começa no Supremo. Porque temos de começar por cima! Não adianta começar por baixo para pegar o fulano que roubou a galinha do beltrano. Temos de começar por cima, por aqueles que são os grandes responsáveis e que servem de orientação e de farol para a vigarice se perpetuar por fora!

O Procurador-Geral da República denunciou ao Supremo, como formador de quadrilha e outras coisas, nada mais nada menos do que o presidente do Banco Central. Imaginem em que lugar do mundo isso acontece! O presidente do Banco Central, que é responsável pelo nosso dinheiro, pela nossa dívida, pela economia do Brasil, está sendo condenado pelo Procurador-Geral da República, e a condenação foi aceita pelo Supremo, e está na gaveta do ministro! Se é o caso de absolver, é importante que o ministro absolva o presidente do Banco Central, para sabermos que ele é um homem sério, que aquilo não é verdade. Ou então que o condene! Mas o presidente do Banco Central, que está conduzindo o nosso di-

nheiro, o nosso futuro, é um homem denunciado ao Supremo por formação de quadrilha e tudo o mais pelo Procurador-Geral da República! Denúncia aceita, processo iniciado, mas não adianta, porque está na gaveta do ministro. Essas coisas, é claro, criam esse caos.

O Brasil é o País da impunidade.

Um dia, apareceu no jornal uma senhora que estava presa há quinze dias porque roubou um pão num supermercado para dar de comer ao seu filho. Ficou quinze dias presa! Eu já disse e digo aqui: se eu vou para casa e sei que o meu filho está passando fome e eu não encontro chance nenhuma de levar comida para casa, ali na esquina da minha casa tem uma padaria, eu quebro o vidro da padaria, pego dois pães e levo para casa. O que vai acontecer comigo eu não sei. Mas eu não vou dormir com o meu filho chorando de fome. Pois a mulher passou quinze dias na cadeia porque roubou um pão em um supermercado.

Neste País, é perigoso roubar galinha. Se quiser roubar, rouba bastante, mas rouba bastante, porque roubando bastante não acontece nada. A história está mostrando isso. Se roubar pouco, em primeiro lugar não terá nem advogado para defendê-lo; a polícia vem, pega, leva, coloca na cadeia e fica por isso mesmo.

O governador de São Paulo fez uma afirmativa que foi considerada muito pesada: "O Brasil vai mal porque a minoria branca sufoca o povo brasileiro". Eu não sei, falar em minoria branca... Hoje, há um ministro do Supremo Tribunal que é negro e, se não me engano, parece-me até que tem um general que é negro. Não tem negro no comércio daqui de Brasília. Pode-se andar pelos *shoppings* e não há nenhuma moça atendendo. Pode ter um negrinho lá para encostar um automóvel, para levar o carrinho lá para baixo, mas atender em *shopping* não tem.

Então, essa afirmativa é grave, mas é verdadeira. Dizer que o Brasil é hoje o segundo país do mundo com a maior injustiça social em distribuição de renda... A cidade que tem

mais helicópteros no mundo é Nova Iorque, nos Estados Unidos; a segunda, São Paulo.

Celso Furtado me contava que, quando cassado e exilado em Paris, lecionava em duas faculdades: na Universidade de Sorbonne e na Universidade de Paris e a mulher dele lecionava numa terceira faculdade. Ele, então, dizia que viviam bem, com três empregos de professores universitários. Moravam em um apartamento de dois quartos e tinham um carrinho pequeno para os dois. Ela o levava e o deixava – porque ele lecionava na Sorbonne – e depois caminhava a pé até a Universidade de Paris. Ela ia para casa; depois, lecionava à tarde na faculdade dela e o pegava na saída. No verão, eles conseguiam, às vezes, veraneiar, naquela época em que o Franco tinha feito um trabalho espetacular de turismo, atraindo para a chamada Praia do Sol. Então, era turismo para a classe média baixa. Mas era muito barato. Ele conseguia passar 15 dias lá. E ele contando: “Olha, Pedro, falamos, na França, nas praias francesas, em Mônaco etc. e tal, mas o pessoal de Paris não sabe o que é isso”. A classe média parisiense vive um padrão de classe média, tem sua casinha, seu carro. As grandes fortunas pertencem aos grandes milionários, que são uma imensa minoria. Nós, no Brasil, não. Se andarmos aqui por Brasília, o que vemos de mansões, meu Deus do Céu! Porque, no Brasil, quem tem, tem e gasta bem; quem não tem que se dane.

Uma publicação feita pelo IBGE, se não em engano – saiu nos jornais de ontem –, foi uma bofetada na gente que pensava que os índices da miséria estavam desaparecendo. E verifica-se que não, que continuam. Os índices da miséria e da fome continuam.

O Senador Antonio Carlos Magalhães chegou a apresentar um projeto para eliminar a pobreza, em que todos entraríamos no mesmo processo e somaria o Brasil, dando as mãos. O projeto foi aprovado com festa. Do resultado, não sei.

Por isso, meu Presidente, os fatos de São Paulo têm essa gravidade, porque não se sabe quando virá novamente. E não se sabe se foi ou não a primeira máfia organizada de um gran-

de esquema. Foi impressionante, porque ocorreu na mesma hora, em lugares diferentes, cada um fazendo a sua parte. Não me lembro se ocorreu em guerrilha, mas, pelo mundo afora, deve acontecer isso, mas tanto quanto aconteceu em São Paulo não tenho notícia. Foram 100 ônibus. E o negócio foi cruel. Matar tantos soldados, bombardear tantas delegacias e espalhar o terror. E eles o fizeram.

Temos de cuidar da educação? É claro. Quando se entrega um livro, o cidadão aprende e encaminha o seu futuro. Temos de cuidar que não tenha fome? É claro. Casa onde o cidadão tenha o que comer e escola já é meio caminho andado.

Perguntava-me o prefeito de Campo Bom, que vive a crise do calçadismo no Rio Grande do Sul, com milhares de trabalhadores demitidos – pessoas que há 80 anos produzem sapatos, que há 80 anos são profissionais ultra-especializados, que ganham bem acima do salário, e que foram demitidas, estão dormindo na praça, em Campo Bom: “para onde é que vai essa gente, o que essa gente vai fazer?”

E um dos desempregados, que estava ali, contou o prefeito, disse: “Eu tenho vergonha de ir para casa. A minha mulher não põe nada na mesa, o meu filho não tem nada, e olham para mim como se eu fosse um criminoso. Eu, que era uma pessoa que, há vinte anos, era o chefe da família. Fazíamos as nossas pequenas economias, estávamos bem, tínhamos a nossa casinha, os filhos na escola. Vivíamos com modéstia, mas com dignidade. De repente, hoje, eu e minha mulher já não nos acertamos direito”. É aquela história que diz que em casa que não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. Então, ele disse: “Eu já me considero um criminoso, e não sei qual é o caminho que vou seguir. Mas terminadas as minhas economias, com as quais levo pão lá para casa, sem pão não vou deixar meus filhos. Não sei o que vou fazer”.

Agora, isso está se repetindo pelo Brasil afora. Esse é um fator determinante do que acontece no presídio.

Nunca me esqueço, Sr. Presidente, de uma visita que fiz a uma favela no Rio. Quem me levou foi uma assistente social que conhecia tudo na favela e ia me mostrando: “Olha o

rapazinho aqui!", no meio daquela favela, o pessoal todo descalço, todo mundo maltrapilho, aquela coisa toda. O rapazinho estava com uma camisinha curta, uma calça, um sapato e um celular no bolso. Ele estava arrumadinho, bem penteado. A assistente social disse: "Esse é o cara que tem o futuro mais feliz daqui da favela. Todo mundo tem inveja dele, porque ele trabalha para a quadrilha. É informante. A única coisa que ele tem que fazer é, por telefone, passar a informação: Olha, o guarda passou por aqui. Olha, o fulano da outra quadrilha passou por aqui. Mais nada!". E ele fica ali. Aí, fomos adiante. E essa senhora me levou para falar com a mãe do guri, que dizia: "Agora estou muito feliz! Graças a Deus, não falta nada aqui em casa. Nosso filho conseguiu emprego e ganha bem; estamos todos satisfeitos!".

A melhor oportunidade que o favelado tem é de trabalhar para a quadrilha, informante da gangue de droga. O que vamos esperar? E fomos falar adiante, em uma rodinha de pessoas em que ela conhecia todo mundo; sentou e eu sentei junto. Ela foi fazendo as perguntas e eles foram respondendo: "Quem é o maior inimigo de vocês, a quadrilha ou a polícia?", "Mas claro que é a polícia", diziam, "a quadrilha não é nossa inimiga; a quadrilha nos ajuda, ajuda no desfile da escola de samba; reformou a nossa escolinha que estava caindo aos pedaços; dá emprego para quantas pessoas nossas! Ri quando passamos. Quando vejo a quadrilha passando e estou caminhando, nem tenho medo. Agora, a polícia, ela vem atirando. Ocorreu um crime, ocorreu um assalto, ela não quer saber. Entra na casa de um, na casa de outro, invade. Ela é dona de tudo". Vejam o que elas disseram: "Pergunta o senhor aí para alguém se alguém chamou a polícia quando teve algum assalto? Ninguém é doido, porque é capaz de ter um segundo assalto". Daí, perguntei: "E qual é a relação de vocês com a Justiça, com o Judiciário?". "Ora, Doutor, noventa por cento dessa vila não sabe o que é esse Judiciário; nunca viu um juiz, nunca viu um promotor, nunca foi chamada para coisa nenhuma. O máximo que conhecemos é lá no serviço de adoção, coisa que o valha, quando tem algum caso desse tipo. Ou quando há um crime e determinam o destino de uma criança, então vem uma assistente social para ver se a criança fica ou se

vai embora. Não existe Justiça.” Outro falou: “Olha, doutor, não existe Justiça. Aqui a gente não casa e não se divorcia. A gente não nasce, porque não tem certidão de nascimento, e a gente não morre, porque não tem certidão de óbito”.

Outro dia, na Comissão, perguntei a um cidadão do IBGE e ele me disse uma coisa realmente cruel: “É impressionante o número de favelas no Brasil, e o pessoal do IBGE não vai lá”. E quem é o pessoal do IBGE? Não são os funcionários. Quem faz os levantamentos são geralmente estudantes universitários contratados para o recenseamento, que ganham por serviço prestado. Na hora de subir em uma favela daquela, em que há pessoas guerreando entre si, eles vão pedir dados? O sujeito pode pensar que eles são da polícia: “Imagina se vou falar onde moro! Qual meu endereço, ou o nome dos meus irmãos!”. Então, há uma infinidade, há um número impressionante – não dá para dizer quanto, até vi, mas não me lembro agora, não quero dizer para não dizer bobagem – de brasileiros que nascem, se amontoam, têm filhos, morrem, trabalham – não têm carteira – e não existiram. Essa é uma realidade; esse é o nosso Brasil.

O pessoal do MDB do Rio Grande do Sul tinha mágoa de mim: eu elogiava demais o Lula e o PT, porque achei... Eu, no meu MDB, era um guri. Cheguei gurizinho, recém-saído da faculdade, na Assembléia Legislativa e, ali, de repente, eu, um sonhador, tinha visto Juscelino – eu era presidente da União Nacional dos Estudantes na época de Juscelino. Tenho fatos. Nunca esqueço. Vocês vão ali, no Memorial do Juscelino, e há uma foto que todo mundo pergunta o que é. Na escada, está lá o Juscelino e estou eu, estudante, entregando um documento para ele. Fizemos um congresso mundial de estudantes de Direito, e eu fazendo tudo; na hora de iniciar, o congresso ia começar, eu não tinha um tostão – o negócio tinha parado no ministério daqui e no ministério de lá – e consegui uma audiência, o Jânio me conseguiu uma audiência com Juscelino. O Juscelino tinha um homem muito importante, o Pascoal Carlos Magno, um homem da cultura, ligado a teatro; e o Juscelino botou o homem da confiança do lado dele. Então, estou ali dizendo: “Presidente, vamos ter um congresso assim e assim.

Presidente, vai ser a obra mais importante do seu governo; não tem obra mais importante que essa, Presidente!” Ele se vira para o Pascoal: “Pascoal, é a obra mais importante do meu governo e tu não me contas uma coisa dessas, tu não me falas?” Aí morri de vergonha e pedi para morrer, porque vi a bobagem que tinha feito. Mas levei o dinheiro. Ele assinou na hora ali o dinheiro e fizemos o congresso.

Então, eu estava chegando na Assembléia um guri, sonhando com as idéias do Pasqualini. Deus me deu essa graça: o Pasqualini não se elegeu governador e durante quatro anos, três vezes por semana, das oito à meia noite ele recebia um grupo de estudantes e relatava... Tanto que nunca tive problema de comunismo, não-comunismo, de capitalismo, não-capitalismo, porque a minha cabeça é a reprodução, eu sou uma reprodução, um clone do que o Pasqualini botou na minha cabeça. Então, eu estava feliz da vida, e estoura a tal da revolução! E cassam, prendem, matam e não sei o quê. E eu, um gurizinho, virei líder, virei presidente do partido, porque o resto todo tinha ido embora: cassaram, mataram, prenderam, degolaram.

Então, vivi o MDB, vivi os momentos históricos, fantásticos. E, lá no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, foi uma época realmente que o povo foi qualquer coisa de... Porque ali era a terra de Getúlio, a terra do Jango, a terra do Brizola – e o Brizola e o Jango estavam ali do lado, no Uruguai; então, ali era para matar, para não sobrar nada. Vivemos aquela época, e acho que o MDB fez um papel histórico e fantástico, porque naquela época houve um momento que chegávamos aqui e tinha o PCdoB que queria luta armada; tinha os outros que queriam a guerrilha, tinha o Brizola que queria o voto em branco, tinha os autênticos que queriam a dissolução do partido, tinha os que queriam fazer assalto a banco para pegar dinheiro. Nós tínhamos de tudo. Era uma loucura. O Brasil estava sem rumo.

Fizemos uma reunião em Porto Alegre. Sr. Presidente, eu a fiz com todo o Brasil. Nessa reunião, traçamos a linha do Partido. Dissemos: o PMDB recebe todo o mundo, mas tem quatro linhas – Diretas Já, Assembléia Nacional Constituinte,

anistia e fim da tortura. Quem quiser esses quatro itens – não queremos folha corrida, pode ser comunista, pode ser o que for – pode entrar, mas quem vier com outra tese, vá embora. Vá trabalhar em outro quintal.

Quando fizemos isso, o povo veio atrás. Foi aquela coisa fantástica, o movimento mais lindo da História deste País. Derrubamos os militares sem um tiro, sem uma morte.

Morreu o Tancredo, deu no que deu. Então, passei a olhar o Lula e o PT. O PT foi uma alternativa. Falo para o Cardeal Dom Evaristo Arns: “Pode, Evaristo? O PT se formou na sua sacristia”. Quando vemos essas coisas, perguntamos onde eles aprenderam essas coisas que estão fazendo aí. Ele diz: “É. Eu também não sei. Comigo eles não aprenderam essas coisas”.

OPT foi um partido que nasceu no meio da Igreja, no meio dos cristãos, amparando os sem-terra. Era um partido fantástico; e o Lula uma pessoa espetacular, um cara que veio do Nordeste, que era para ter morrido junto com as milhares de crianças da sua idade que morriam antes de um ano de idade. O pai vai embora e deixa a mãe com sete filhos, e ele vem com a mãe e os seis irmãos num pau-de-arara, é atirado naquela selva de São Paulo, tira o curso mais importante da sua vida – um curso de mecânico no Senai – e é Presidente da República.

Foi líder sindical, mobilizou este País, participou de quatro eleições; ganhou na última. E nunca se viu, nesse tempo todo, uma palavra contra a dignidade do Lula. Nunca vi, nem quando ele era líder sindical, nem quando era operário. Não tem uma vírgula, não tem uma passagem dele pela polícia, por lugar nenhum. E o cara é eleito Presidente da República. Vitória espetacular.

Fui sondado para ser ministro, para ser líder do seu Governo. Eu até quase aceitei, mas depois... Eu até sofri. Os caras diziam para mim: “Simon, você não aceitou? Agora? Tu ficastes cinqüenta anos berrando. Agora que vamos salvar o Brasil, tu vais ficar de fora, bobalhão?” Fiquei com aquilo na minha cabeça. Sou um bobalhão mesmo. E acontece isso aí.

Quando saiu o negócio do Waldomiro, que foi denunciado, eu pedi a CPI. Se, em vez de arquivarem, tivessem feito a CPI, meu Deus! Quando os primeiros casos aconteceram... Porque quando outro começa de um jeito, tu não tens mais o que fazer. Então, chegamos ao dia de hoje.

E é por isso que eu gostaria de falar daqui, primeiro para o Michel Temer, presidente do meu partido, que está tendo uma atuação séria e responsável, mas também para outras duas pessoas: o Presidente do Senado Federal e o Presidente Sarney. Eles não podem manchar a biografia deles permanecendo nesta tese: o PMDB não pode ter candidato a Presidente; o PMDB tem de ficar aberto para apoiar os governos de estado. O PMDB tem de ter candidato a Presidente. Não sei se é para ganhar, mas para traçar um rumo.

Se o PMDB não tiver candidato a Presidente, essa campanha vai ser dolorosa. Vai ser o PSDB indo para a tribuna e contando tudo isso que está aí, e é tudo verdade. Depois o PT vai para a tribuna e conta tudo aquilo que aconteceu, e é tudo verdade. Mas e o futuro? Qual é a expectativa do futuro?

O PMDB apresenta proposta, que é singela. Não é coisa fantástica. O pobre não quer revoluções espetaculares, uma casa maravilhosa, uma casa no campo. O pobre quer coisa simples. Quer comida, não como misericórdia, não como miséria, não como caridade, não como esmola, mas fruto do seu trabalho. E um trabalho que seja simples, que seja modesto, mas que lhe dê condição para viver com dignidade. Uma casinha simples, singela, mas uma casinha. Coisas essas que poderíamos fazer e não entendo até hoje por que o Lula não fez.

O Papa falou, o presidente do Banco Central dos Estados Unidos falou, o presidente do Tesouro dos Estados Unidos falou que era importante que se encontrasse uma fórmula, inclusive diminuindo parte da dívida, em troca de solução para os problemas sociais da miséria brasileira. Por que não? Somos um País que está pagando a maior fortuna de dólares em juros para o exterior. Não podemos chegar e dizer: olha, vamos abater parte desses juros ou vamos deixar para pagar

depois, mas eu preciso desse dinheiro para resolver o problema da miséria, da fome.

No entanto, não. O Brasil faz o contrário. O Brasil recebeu voto de louvor do Banco Mundial e do Fundo Monetário. É o primeiro país que pagou a dívida adiantada. Em junho do ano passado, já tinha pago toda a dívida do ano passado. Abateu juros? É, abateu juros. Mas, se com aquele dinheiro, tivesse equacionado o problema social do Brasil, seria muito diferente. Seria muito diferente.

Então, o que digo é que não podemos ter uma campanha como a que tivemos há quatro anos. O Duda transformou o Lula. A figura mais importante da eleição passada não foi o Lula, foi o Duda. O Duda mudou o Lula, mudou a barba do Lula, que tinha uma barba agreste, de um homem do povo. Podia até ter mudado como a do Presidente, mas não, fizeram uma barba de lorde inglês. As roupas do Lula passaram a ser espetaculares. O "Lulinha paz e amor" é a figura que venderam na televisão. E venderam assim: Fome Zero. Eu resolvo o problema da fome e ninguém mais vai passar fome no Brasil. E resolveram assim: desemprego zero. Vou criar 15 milhões de empregos e não vai ter um desempregado no Brasil. Foi uma maravilha, uma apoteose. E a desilusão é essa que está aí! E a desilusão é essa que está aí!

Se o PMDB tiver um candidato a presidente, em primeiro lugar, não vamos fazer uma campanha no sentido de combater nem o PT nem o PSDB nesses 12 anos que passaram. Um programa de futuro.

Eu me atreveria a dizer que deveríamos nos sentar à mesa – as candidaturas – e fazer um programa mínimo, que seria de todos. Pode haver variações: o Lula é mais à esquerda – que não é –, o Fernando Henrique é mais à direita – que é –, mas as regras que são universais, como pão, comida, dignidade, honra, decência, fariam parte de um programa comum. É isso que estamos propondo.

Mas os meus amigos Renan e Sarney defendem a tese de que o MDB deve fazer os governadores, não entrar na disputa para a Presidência. Mas está todo mundo aqui falando, todos

os dias. V. Ex^a mesmo vive falando todos os dias, chorando, pedindo que o Governo Federal faça isso e aquilo. V. Ex^a foi governador e o que V. Ex^a pode fazer sem o apoio do Governo Federal?

Vivemos numa Federação que não é Federação, é uma Federação unitária. Temos um Presidente da República que, na verdade, é um ditador por tempo determinado. Democracia é nos Estados Unidos, onde o presidente treme de medo do Congresso, porque o Congresso rejeita, diz onde deve ser alocado o dinheiro. Democracia é na Itália, que derrubou o presidente da República. Mas no Brasil? No Brasil o Presidente faz o que quer e o que não quer. Depois vêm nossos amigos e dizem: "Não, o MDB tem de fazer os governadores, não deve entrar na disputa para Presidente".

Olha, será uma tragédia para o MDB e para o Brasil. Vou procurar, meu presidente... Senador Renan Calheiros, e o Senador José Sarney e fazer-lhes um apelo, no sentido de tentar um entendimento para definirmos um nome que seja de conjunto, uma pessoa como Jarbas Vasconcelos, por exemplo, que as diversas correntes possam aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Ou Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em relação a esse há controvérsias. Se V. Ex^a conseguisse que o Renan e o Sarney me apoiassem... Mas acho isso muito difícil.

Poderíamos fazer isso. Agora eles estão querendo mudar a data da convenção, marcada para o dia 11, para o dia 29. E a intenção é que ela não aconteça, porque o prazo máximo é o dia 30. Nós queremos fazer dia 11, porque ainda não se decidiram as convenções estaduais; então, pode haver reflexo nessas convenções. Mas, no dia 30, não há mais nada o que fazer, já está tudo feito.

Faço aqui um apelo público ao Presidente do Senado, companheiro Senador Renan, e ao ex-Presidente da República companheiro Senador José Sarney. Acho que S. Ex^{as} dariam um exemplo fantástico. Primeiro, salvariam o MDB, é verdade.

Porque, se o PMDB for para essas eleições sem candidato, abrindo as portas – acho até que pode eleger um grande número de deputados e de governadores –, o partido acaba. Há algo muito importante que talvez seja a única coisa boa que esteja hoje aí: a cláusula de barreira

A cláusula de barreira vai acabar com muito “partidozinho”. Acho que vão sobrar uns quatro ou, no máximo, cinco partidos. Então, muitos que serão eleitos vão partir para uma reorganização. Se o MDB tiver uma linha, tiver um princípio, será um grande partido. Caso contrário, estou vendo cair fora todo mundo. Não sei quem sobra, mas acho que uma imensa maioria cai fora.

O Dr. Renan diz que o importante é eleger os governadores, mas, lá em Alagoas, está apoiando o candidato do PSDB. O nosso ex-Presidente do Senado, hoje Deputado Federal, o nosso Líder no Pará defende a tese de que nós temos de fazer os governadores, mas, lá no Pará, está caminhando para apoiar a candidata do PT. O Dr. Sarney defende que devemos fazer os governadores, mas, no Maranhão, apóia a candidatura do PFL e, no Amapá, apóia um candidato de esquerda. Assim não dá para entender, fica difícil entender...

Assim fica difícil entender. Acho importante fazermos essa meditação.

Estamos nas últimas horas e as manchetes noticiam que eles estão a caminho de colherem assinaturas para que não haja a Convenção.

Queira Deus que isso não aconteça e que nós possamos caminhar para essa eleição!

Eu era gurizinho e já se dizia que o Brasil estava à beira do abismo. Mas o Brasil é maior que o abismo. Mas nós nunca estivemos tão fundo no poço como estamos agora. Nunca estivemos. E é exatamente a hora e o momento de redobramos as nossas forças e fazermos uma transformação.

Essa eleição tem dois estilos: ou vai ser um Deus nos acuda – cada um querendo salvar a sua pele...A legislação que nós fizemos, infelizmente, não acatou o financiamento de

campanha apenas com verbas públicas. Fez-se uma legislação tão severa que, como alguém disse, em vez de punir o caixa 2, na verdade, está facilitando o caixa 2. Pois é tão complicado a pessoa doar um dinheiro, fazer um cheque, que acaba dando o dinheiro e indo embora.

Nessa eleição ou se tem parâmetros – e esses parâmetros só podem começar num debate entre os candidatos em nível federal... Ou não se tem parâmetros, e não sabemos como vai terminar. Lamentavelmente, nós e a Justiça Eleitoral não tomamos providências para fazer reformas realmente. Passamos esse tempo todo analisando, debatendo, sofrendo, mas não fizemos as reformas. E fizemos meia dúzia depois, quando o ano já tinha passado, e, agora, o Tribunal é capaz de dizer que como foi feita há menos de um ano da eleição, não tem valor.

Por isso entendi, Sr. Presidente, que, nessa eleição, seria realmente muito importante se nós conseguíssemos reunir a sociedade, os Poderes, os partidos, buscarmos um entendimento de como a campanha será feita, com respeito recíproco que devemos ter.

Vejo, aqui no Senado, Aloizio Mercadante, Líder do Governo; José Agripino, Líder do PFL; Arthur Virgílio, Líder do PSDB; Ney Suassuna, Líder o PMDB, reunindo-se periodicamente e fazendo os acordos mais diferentes. Eles têm diálogo; há diálogo entre os líderes sobre aquilo que eles querem. Por que não haver um diálogo em torno daquilo que o Brasil precisa? Por que não se fazer um diálogo? Haverá um armistício, de agora até as eleições, em que vamos levar adiante.

Hesito falar aqui em Pacto da Moncloa para não cair no ridículo, porque já falei tantas vezes, como tanta gente já falou e não deu em nada! Mas eu me atrevo a falar: por que não fazer, antes das eleições, um grande entendimento da política com a Nação? Por que não fazer uma carta-compromisso com a brasilidade?

Nós, os mais variados partidos políticos, empresários e trabalhadores, Poder Executivo e Poder Judiciário, assumimos esse compromisso com a Nação brasileira; assumimos agora,

assumimos na eleição e assumimos, ganhe quem ganhar, passada a eleição.

O momento mais feliz que eu vivi na minha vida política foi quando, o Itamar já instalado na Presidência da República, com o Governo composto, fizemos uma reunião – que guardo até hoje com o maior carinho – na minha casa, com todos os presidentes de partidos. Todos estavam presentes: o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Itamar, Presidente da República, e eu, líder do Governo. Havia uma fileira com todos os ministros de Estado, e todos os presidentes de partidos puderam falar.

Naquele momento, houve um entendimento: cada vez que fosse necessário, que houvesse um problema sério com a nacionalidade, o Presidente da República teria autoridade para convocar uma reunião dos presidentes de partidos e cada presidente de partido teria autoridade para convocar o presidente da República para uma reunião como aquela. A qualquer momento em que houvesse uma crise em que fossem colocadas em jogo as instituições. E houve unanimidade.

Uma coisa é importante, Sr. Presidente: não fizemos outra reunião. Não, não fizemos. Mas, se V. Ex^a me perguntar por que, respondo: no Governo Itamar, não houve uma crise institucional, não houve um problema, não houve um momento em que o presidente, que algum Líder não chegasse aqui...

O Lula me procurou no gabinete do líder da bancada dele – aliás, o único senador aqui, o Senador Eduardo Suplicy. Ele e uma equipe me mostraram o problema de combate à fome e me pediram que marcasse uma reunião com o Secretário do Trabalho e com o Secretário da Educação. Recebi o documento e fui ao Itamar e disse: “Presidente, o Lula está pedindo isso, mas eu acho que quem tem de fazer a reunião é o senhor!” Na mesma hora, o Itamar pegou o telefone e falou com o Lula, convocando-o e a toda a sua equipe, que havia montado o projeto, para ir ao Palácio fazer a exposição. O Itamar determinou que toda a equipe social do seu governo assistisse. E foi dessa reunião que nasceu o programa contra a fome, do Betinho, do Bispo de Duque de Caxias. Foi ali, de uma idéia

da Oposição, uma idéia que nasceu para morrer depois, como normalmente acontece no Brasil, que nasceu um grande projeto, que até hoje está sendo levado adiante.

Com o maior prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Pedro Simon, estou assistindo há quase uma hora ao seu pronunciamento, esse apelo dramático para que o nosso Partido, o PMDB, tenha candidatura própria – V. Ex^a esteve presidindo a sessão e, agora, fala como orador inscrito. Lembro-me das cruzadas que V. Ex^a empreendeu pela candidatura própria já nas eleições passadas. V. Ex^a não conseguiu ser o candidato do PMDB, assim como Itamar Franco, que também tentou depois que deixou a Presidência e não conseguiu; Garotinho, recentemente, não está conseguindo. Nos últimos dias, tenho visto um movimento silencioso lembrando o nome do Pedro Simon para Presidente da República. Tenho recebido inúmeras ligações e acredito muito nas coisas naturais. Começo a imaginar que a candidatura Pedro Simon surge naturalmente no seio do PMDB. São milhares, são milhões de peemedebistas pelo Brasil afora que anseiam por uma candidatura própria. Não tenho dúvida disso. Aqui, ao meu lado, o Deputado Paulo Lima, de São Paulo, me dizia ainda há pouco que há uma unanimidade em São Paulo em torno da candidatura própria; querem que o PMDB tenha um candidato. Então, começo a imaginar que está nascendo, neste momento, no seio da sociedade brasileira e dentro do PMDB, esse movimento pela candidatura própria, que V. Ex.^a tanto tem pregado. E acredito que o nome natural que pode surgir é o de V. Ex^a: uma reserva moral, um homem de história dentro do nosso País e dentro do PMDB, como Deputado, como governador, como ministro, como senador da República. V. Ex^a sempre tem honrado o nome do PMDB. Acredito que está na hora, com todo o respeito a quem presidiu o País, com todo o respeito a quem o preside neste momento, de o PMDB presidir a Nação. O PMDB de tantas lutas, de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, de Teotônio Vilela, da luta pela redemocratização do País, das lutas pelas Diretas Já. Esse partido tem condições, sim, de eleger um Presidente da República com

suporte, com bancadas fortes na Câmara dos Deputados, com Bancadas fortes no Senado Federal, com governadores eleitos. É claro que, neste momento, a verticalização pode ter atrapalhado um pouco as alianças estaduais, mas nem por isso o PMDB vai deixar de eleger governadores, deputados federais, deputados estaduais, senadores e chegará à Presidência da República com uma Bancada forte, sim, na Câmara dos Deputados e no Senado – e buscando aliados. Se já fomos aliados de tantos partidos, por que eles não podem ser nossos aliados no futuro? Creio que a tese de V. Ex^a está começando a pegar; está calando fundo. E, ao longo do pronunciamento de V. Ex^a, por mais de uma hora nessa tribuna, certamente muitos brasileiros, não só do PMDB como também de outros partidos, estão se convencendo da tese da candidatura própria. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe muito o aparte.

Nós, gaúchos, geralmente – e mais de três milhões saíram do Rio Grande –, contribuimos para fazer o progresso do Brasil. V. Ex^a, que presidiu o seu Estado e que hoje está aqui, traz uma palavra que a mim me emociona.

Creio que não se trata da candidatura de Pedro Simon. Isso é o que menos importa, até porque, se estou fazendo um apelo aos governistas, ao Renan, ao Sarney, é claro que eles devem ter as suas teses e devem querer sugerir: “vamos buscar um nome que nos una a todos”. Já vivi isso, nas eleições indiretas, quando eu era apaixonado pelo Dr. Ulysses e defendia que tinha de ser ele; mas o próprio Dr. Ulysses disse: “Eu não posso ser, porque combati o tempo todo essa gente; essa gente não vai me apoiar. Tem de ser alguém da estirpe do Dr. Tancredo, que é da nossa mais absoluta confiança, mas que nunca foi obrigado, pela posição que ocupava, a fazer as lutas e a dizer os desaforos que eu disse”.

O importante na afirmativa de V. Ex^a é exatamente isso: podemos ter, temos condições de ter e não há partido, no Brasil, que tenha tantos nomes em condições como o PMDB.

Acho estranho, meu querido Senador. Eu dizia e pensava isso quando o Lula ganhou: “A minha missão acabou. Elegemos o Lula, temos a democracia e, agora, vem a outra geração. E o PMDB também acabou”.

Repare V. Ex^a que não é o PMDB que está arrogante, querendo se meter na hora que não é a dele e querendo atrapalhar as coisas que estão andando; não. Um teve oito anos, teve a sua oportunidade; o outro teve os quatro anos e teve a sua oportunidade. É o que diz V. Ex^a: por que não o PMDB ter a sua oportunidade? Por que não nós apresentarmos uma proposta com a serenidade, com o equilíbrio, com o bom senso, vendo os erros que nós cometemos e que os outros cometeram, fazendo uma proposta de grande entendimento. Acho que isso pode ser feito e acho que o PMDB tem autoridade. Com essas coisas que aconteceram, o PT foi caindo, caindo, caindo na opinião pública. É impressionante ver como, nas pesquisas de opinião pública que nós temos, o PT foi caindo e o PMDB foi subindo.

Aquela gurizada que estava toda no PMDB na hora das Diretas Já e que foi praticamente toda embora para o PT está voltando para o PMDB, achando que é a vez e a hora do PMDB. Por isso, acho que não somos nós que estamos pedindo; é um desafio colocado na nossa frente e do qual o PMDB não pode fugir. Não é uma questão de vaidade, de petulância, de dizer que nós queremos, que não sei o quê. Não. A hora está a exigir uma candidatura, mesmo que não seja para ganhar, mas para traçar o rumo da sociedade brasileira. Essa eu acho que é a nossa grande missão e não posso aceitar que nomes importantes e ilustres do nosso partido não sintam isso em seu cérebro, que não tenham um mínimo, não digo de amor, mas de carinho e de respeito pelo PMDB para entender que não podemos fugir daquilo que o destino colocou na nossa frente. Nós não procuramos!

Eu imaginava que, a esta altura, a candidatura do Lula seria uma reeleição espetacular, que iríamos todos com ele e que o PSDB apenas faria figura. Mas não foi o que aconteceu! E, cá entre nós, não por culpa do PMDB, que deu apoio à governabilidade durante todos os quatro anos. Então, resta-nos,

agora, fazer a nossa parte. Digo isso com a minha idade, com um mandato de 24 anos nesta Casa.

Lembro-me de Teotônio Vilela com quatro cânceres, cabeça raspada por causa da quimioterapia, com duas bengalas, na cadeira de rodas, e nós o levávamos pelo Brasil. Quando ele entrava, cansado, todo mundo ficava com um olhar de piedade. Ele entrava no ambiente, tínhamos que carregá-lo para a tribuna para que ele começasse a falar. Parece que o divino Espírito Santo o inspirava quando ele dizia: “Eu estou aqui. Eu tenho quatro cânceres. Eu sou um homem muito rico. Meus médicos dizem que tem remédio contra a dor, que eu deveria ir para Paris e ficar lá, no sol, descansando, mas eu não aceito. Como vou estar lá com o meu País vivendo nessa ditadura, nessa violência, nesse arbítrio, com essas injustiças? Meu lugar é aqui, falando para vocês, meus jovens. Eu, com meus quatro cânceres, que não sei quanto tempo tenho, falo para vocês: vocês, jovens, que têm olhos para ver, ouvidos para ouvir e boca para falar, têm que levar adiante essa bandeira. A vocês cabe a responsabilidade de levá-la adiante”.

Graças a Deus, ao que eu saiba, não tenho câncer algum e muito menos a genialidade do Teotônio, mas tenho a capacidade de dizer ao Brasil, nos meus 76 anos: essa mocidade aspira por se levantar, para vir para a rua, para fazer um programa de ética, de moral, de dignidade, de seriedade, de salvação nacional, um programa como o que Roosevelt, na sua cadeira de rodas, fez nos Estados Unidos, quando o país estava à beira do colapso. Ele conseguiu recuperar e revolucionar os Estados Unidos, que, em 1929, 1930, estava numa verdadeira derrocada. Isso nós podemos fazer. O povo vem; o povo aceita, mas tem que começar pelo Presidente, com o Congresso e os outros partidos.

Temos que iniciar um movimento que diga que agora é assim, que agora é sério, é dignidade, é correção; mas temos que começar por nós para chegar no povo. Na hora em que se vai ao povo, vemos que é tão dramático que o negócio é ele sobreviver levando alguma vantagem.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e a dos meus queridos Senadores.

Fiz uma lavagem de alma entre tudo que aconteceu em São Paulo e o que está acontecendo aqui. Que bom se estivermos enterrando, em São Paulo, o Brasil do faz-de-conta, como disse o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e se estivermos iniciando, com essa campanha, um Brasil para todos os brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O dia D da Varig

Pronunciamento em 19 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa noticia que hoje, finalmente, seria o “Dia D” para a Varig. Até às 16 horas, o juiz daria a decisão final sobre a proposta feita por funcionários da Varig, se a aceita ou se decreta a falência da companhia aérea.

Foi muito estranho o momento em que se fez a apresentação de propostas para a Varig. Foi estranho que ninguém tenha aparecido, que só tenha aparecido, na última hora, o grupo de funcionários.

O comentário dos entendidos diz que dada a insistência da movimentação em torno do assunto Varig e diante da garantia do desinteresse do Governo de, digamos assim, facilitar, ou melhor, permitir a sobrevivência da Varig, as empresas que estavam preparadas, que esperavam que estariam habilitadas para o leilão da Varig não apareceram. E não apareceram porque ficaram na expectativa da decretação da falência pelo juiz e porque ganhariam de graça aquilo que comprariam no sorteio, principalmente as concessões de pouso que a Varig tem pelo mundo inteiro.

O juiz teve a grandeza e o espírito público de ver que era um absurdo o que estava acontecendo e optou por aceitar uma proposta apresentada à última hora, embora de caráter duvidoso, e deu um tempo, um vasto tempo, para que a Varig equacionasse as suas questões.

Esse era o tempo em que se esperava que finalmente o Governo se apresentaria, já que os principais credores da Varig são do Governo: a Infraero e a distribuidora da Petrobras, empresas governamentais que têm crédito a ver com a Varig.

O que não consigo entender é o desinteresse com que o Governo acompanha permanentemente essa questão, à exceção da figura do Vice-Presidente da República, quando Ministro da Defesa, que realmente se interessou pela matéria, reuniu em seu gabinete e buscou equacionar a questão. Vários Parlamentares, inclusive eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Sérgio Zambiasi e nosso nobre colega do PFL do Piauí, com uma belíssima atuação, tentaram junto aos órgãos governamentais. Inclusive reunimos três comissões, que, em conjunto, fizeram uma série de audiências, buscando uma fórmula que permitisse a continuidade da Varig. Nessas audiências, aqui, no Senado – correto, Senador Paulo Paim? –, deu para ver, por exemplo, a representação da Petrobras e da Infraero, a má vontade aberta, clara e escandalosa que elas tinham.

A Petrobras, por exemplo – há muito tempo, não é agora que está nessa situação, mas já há tempo –, só voa amanhã se pagar a gasolina hoje, com 24 horas de antecedência. E ontem os jornais diziam que o Diretor da Infraero comunicava à imprensa o que se pode esperar da Varig: “Rezar. Apenas rezar”.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, eu, com muita satisfação, faço parte, junto com V. Ex^a, com o Senador Sérgio Zambiasi, com o Senador Jefferson Péres, Senador Heráclito Fortes, de um grupo de Senadores que, ao lado de outros tantos – o Senador Papaléo Paes tem participado de algumas reuniões –, visam a fortalecer nossa querida Varig, buscando alternativas para que ela possa continuar voando. A última informação que recebi, Senador Pedro Simon, foi do representante dos trabalhadores, que é o comandante Márcio Marsillac, que diz que o consórcio dos trabalhadores se habilitou junto ao leilão, e que o juiz que está administrando essa situação teria dado ainda mais tempo para ver se pode ser construído um grande entendimento com

outros interessados, ou seja, investidores de outros países, para que possamos recuperar a Varig.

Até o momento, não há nenhuma decisão formal tomada. Mesmo que aconteça a falência continuada, termo agora usado, não significa que a falência esteja decretada. Falência continuada significa que, enquanto um período maior for dado, haverá possibilidade de outros investidores habilitarem-se junto ao consórcio dos trabalhadores. Quero dizer que estou torcendo para que isso aconteça e que a falência definitiva não seja decretada e que não fiquemos somente com a Gol e a TAM, quase que um monopólio do transporte aéreo de passageiros em nosso País. Sei que a posição de V. Ex^a é a mesma minha, de total solidariedade à família Varig. E vamos torcer muito para que ainda hoje, à tarde, surja uma saída viável que evite a falência da Varig. Como V. Ex^a falou algumas vezes, e eu também, a Varig não é um símbolo do Rio Grande do Sul, mas do Brasil perante o mundo. Por isso, é bom que V. Ex^a traga esse assunto a debate no plenário do Senado, no sentido de ser não só uma voz, mas uma voz permanente a defender os interesses não apenas da Varig, mas do povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Mas se eu estou aqui neste momento, Senador Paulo Paim, é porque pretendo fazer um último apelo ao Governo. O Presidente Lula, que tem baixado medida provisória quando precisa e quando não precisa, Sua Excelência pode, por medida provisória ou por qualquer outra maneira, determinar a intervenção do Governo Federal na Varig, assumir o controle da empresa e fazer a normalização entre passivo e ativo, entre o que existe e o que não existe.

Depois, pode até privatizar a empresa. Mas não pode ser feito da maneira escandalosa como está sendo feito agora, quando mais uma vez diz-se que as linhas da Varig vão terminar nas mãos da empresa que o Governo queria desde o início. O Governo do PT teria simpatias por uma empresa. Logo no início, o Chefe da Casa Civil propôs que houvesse a

fusão, de modo que essa empresa ficaria com 95% e a Varig, com 5%.

Deu-se esse escândalo, não houve a possibilidade, e o Governo se retirou. Agora, assiste, quase rindo, às coisas que estão acontecendo.

O Presidente Lula talvez não esteja se dando conta de que esse é um assunto que terá continuidade. E análises serão feitas das vezes em que o Governo interveio até em empresas estrangeiras com dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e com ativos do Governo, no sentido de garantir que essas empresas continuassem. Aqui na Varig há uma expectativa. Parece até que certos setores do Governo soltarão foguete quando for decretada a falência da Varig!

Não creio que esse seja o pensamento do Presidente, muito menos do Governo como um todo. Acho que chegamos ao final da linha. E chegamos até esse ponto porque um juiz de alta responsabilidade e seriedade assumiu o compromisso de garantir a permanência da Varig. Ele fez o que podia.

Agora, cabe ao Governo encerrar esse martírio que a imprensa publica todos os dias, a agonia de uma empresa. E a manchete de hoje diz que amanhã a Varig só poderá funcionar no chão. Que o Presidente tome uma providência!

Tantas e tantas foram as ocasiões em que o Governo interveio em situações infinitamente menos graves, de empresas infinitamente menos importantes, e o Governo conseguiu recuperá-las. Vou dizer pela milésima vez, pois não posso deixar de fazê-lo: o Governo deve à Varig uma importância quase tão grande quanto a dívida da empresa. O início da crise da empresa aconteceu quando o Governo Federal – ao contrário do que ocorre nos grandes países, onde apenas uma empresa presta o serviço internacional, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália, França e Espanha – permitiu que todas as empresas aéreas prestassem tal serviço. Antes, quando apenas a Varig era responsável por esse serviço, não havia crise na empresa.

Faço um apelo para o Senhor Presidente da República, que vive momentos de euforia e diz que agora quer ser o Lula Paz e Amor, no sentido de que promova a paz e faça um ato de amor ao Brasil, salvando a Varig.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Acusações no Governo Lula

Pronunciamento em 20 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saudei há pouco o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, lançado candidato à Presidência da República pelo PDT. Em mais de uma oportunidade, desta tribuna, eu saudei o lançamento da candidatura da Senadora Heloísa Helena. Vejo as qualidades extraordinárias da Senadora e vejo as condições de excepcionalidade nesta hora em que o povo brasileiro tanto precisa.

Quero esclarecer o aparte que fiz ao Senador Cristovam. É que à imprensa, hoje, fica uma interrogação: o PDT do Rio Grande do Sul. Modéstia à parte, assim como o PMDB do Rio Grande do Sul, o PDT do Rio Grande do Sul é o grande segmento da vida partidária trabalhista no Brasil. Getúlio Vargas, Pasqualini, João Goulart, Brizola, Salgado Filho, os grandes nomes do trabalhismo vieram do Rio Grande do Sul.

Tive a honra de, gurizinho, com dez anos, entrar na ala jovem do velho PTB e de, aos dezoito anos, ser afiliado de um cursinho de Alberto Pasqualini. E vi esse Partido crescer, andar, avançar, progredir, mas veio a ditadura militar e, estupidamente, encerrou a sua vida. Veio, então, o PDT.

Tive longas discussões e longos debates com o Dr. Brizola, cuja falta estaremos chorando amanhã, no segundo aniversário de sua morte. Ao contrário do que alguns imaginam, não foram questões de ordem pessoal, envolvendo o PTB do

Rio Grande do Sul. É que o Brizola achava que o momento de fazer a divisão partidária e recriar o velho PTB seria quando da sua volta dos Estados Unidos, feita a anistia. E eu defendia, na época, que o que deveríamos fazer era nos preparar todos juntos, para juntos derrubarmos a ditadura, para juntos realizarmos uma Assembléia Nacional Constituinte. No momento em que fosse convocada essa Assembléia Nacional Constituinte, o primeiro ato do presidente seria extinguir os partidos. E ali se organizariam os grupos que dariam determinação aos partidos que viriam depois.

E eu dizia que, assim como criamos o PTB, o PSD e a UDN na Constituinte de 1947 e não conseguimos fazer com que esses partidos fossem partidos de idéias, porque eles giravam em torno de Getúlio – PTB e PSD eram Getúlio, UDN era contra Getúlio –, assim também depois, na ditadura, MDB e Arena, não conseguiríamos fazer com que o MDB fosse um partido diferente, contra a ditadura, e a Arena um partido diferente, a favor da ditadura. Se continuássemos nesse rumo, seríamos sempre assim, mas, se convocássemos uma Assembléia Nacional Constituinte, as pessoas se orientariam de acordo com suas idéias, de acordo com seus pensamentos, de acordo com seus sentimentos, os blocos se formariam na Constituinte e, passados dois anos da Constituinte, seriam consolidados os partidos definitivos.

Essa divergência fez com que o Dr. Brizola criasse o PDT, e eu não o acompanhasse, ficasse no MDB. Acho que o MDB prestou inestimáveis serviços a este País, desde a sua formação até a morte do Dr. Tancredo.

Mas faço questão de esclarecer que ontem, na convenção, o PDT do Rio Grande do Sul, com homens extraordinários como Matheus Schmidt e o grande homem público chamado Alceu Collares, manifestou-se contrariamente ao lançamento da candidatura própria. Eles estavam na mesma tese de alguns do MDB, se bem que – pelo amor de Deus! – não façamos comparação. A tese do PDT do Rio Grande do Sul é sincera. Eles acham que, em relação à preocupação com a cláusula de barreira, a candidatura própria pode evitar que, em alguns

lugares, onde uma ou duas candidaturas estão garantidas numa composição, elas desapareçam. Essa foi a razão.

Pretendo falar com meus amigos do PDT do Rio Grande do Sul, porque acho que a definição deles vai definir o rumo da candidatura Cristovam. Não vejo como o Cristovam e o PDT nacional terão êxito na candidatura se não tiverem o apoio irrestrito do PDT do Rio Grande do Sul, apesar de terem votado contrariamente na convenção. Espero que haja o entendimento. Não acredito que algumas dúvidas e interrogações com relação ao pensamento do nobre companheiro Cristovam possam separá-lo do PDT. Considero o companheiro Cristovam um homem de idéias, progressista, de profundo conhecimento humano e que tem exatamente na educação, como Brizola e Collares, o grande esteio da sua formação.

É importante para o Brasil a candidatura Cristovam, como é importante a candidatura Heloísa. Tenho percorrido o País. Ontem, eu estava em Belo Horizonte. É impressionante como todas as pessoas receberam com simpatia o lançamento do nome de V. Ex^a, Senador. Primeiro, pelas suas qualidades. Segundo, pela sua capacidade, pela sua competência. Mas não nego: terceiro, pelo vazio de idéias que há aí. Eles dizem: "Agora vamos começar a debater, vamos sair do dueto de quem fez mais mal a este País: PSDB ou PT, Lula ou Fernando Henrique". Uma campanha política, numa hora gravíssima como esta, não pode ser levada nesse sentido, não pode se conduzir dessa maneira.

Estamos hoje no dia 20 de junho. Parece mentira: faltam julho, agosto e setembro. Daqui a três meses e quinze dias, a eleição já terminou! Em primeiro de outubro, termina a eleição.

Ouvi o aparte que o nobre coordenador da campanha do PSDB, Senador por Pernambuco, deu ao Senador Cristovam, quando dizia que é impressionante, mas os espaços da mídia hoje praticamente são ocupados todos pelo PT e pelo seu candidato, Lula da Silva. Não se pode ligar uma televisão... E eles fizeram algo que temos de analisar. Os governos anteriores não tinham competência de fazer o que eles estão fazendo. O

Governo Fernando Henrique, prezado Presidente, e todos os governos sempre fizeram as propagandas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras, de todos os órgãos do Governo, mas nenhum as usou como estão sendo usadas agora, como máquina de propaganda do Governo.

Quando vejo a propaganda da Petrobras, fico a pensar, pois eu imaginava que a Petrobras tinha começado em 1945, no início, quando lançamos aquela torre de petróleo em Porto Alegre e por todo o Brasil. Lembro-me do projeto enviado por Getúlio ao Congresso Nacional, que não estabelecia a Petrobras como monopólio estatal. E diziam – eu era um guri – que o Getúlio coordenou com um Deputado Federal da UDN da Bahia uma ação para que este entrasse com a emenda propondo o monopólio, para que, na briga com os americanos, que não admitiam o monopólio, a emenda fosse aprovada por fora do projeto, e o monopólio fosse estabelecido. Mas, quem vê a propaganda, acredita que a Petrobras é obra desse Governo. Foi Lula quem a criou. Foi Lula quem a fez crescer. E ele está recebendo o grande mérito.

Para a propaganda do Banco do Brasil, escolheram a melhor artista do País – de televisão não digo, mas digo mais de teatro –, Fernanda Montenegro, que tem uma atuação espetacular. Não vi um fato novo que lá esteja que tenha sido obra do Lula, mas quem vê aquilo pela primeira vez acredita que o Lula mudou o Banco do Brasil. O Banco do Brasil agora está cuidando do pequeno produtor, está cuidando de um milhão de coisas. O Banco do Brasil, com o Lula, é a coisa mais espetacular que há! Olha, é competência! Enquanto isso – meu Deus do céu! –, não sei como a Oposição vai furar esse bloqueio.

E, nesses três meses, meu amigo Cristovam, minha amiga Heloísa, não serão mais 60 dias, e sim 45 dias de televisão, tirando-se o domingo e sabendo-se que os candidatos à Presidência da República têm três dias por semana, pois os outros três são dos candidatos a Governador. Divida 45 dias pelo número de semanas, e o candidato a Presidente da República não terá mais do que 20 ou 22 programas para responder a esse massacre de publicidade que aí está.

Por isso, meus amigos, acho que o Cristovam e a minha querida amiga e brava Senadora das Alagoas têm uma missão muito importante. V. Ex^{as} têm uma missão sagrada. Não nego: eu gostaria que o meu MDB estivesse junto com V. Ex^{as} nessa missão. Gostaria que o meu MDB estivesse junto com V. Ex^{as} nesse debate em torno da sociedade brasileira, fugindo dos debates sobre quem cometeu mais delitos e discutindo quem pensa melhor o Brasil.

Meus bravos companheiros, é tão negro o quadro que estamos vivendo! O *Correio Braziliense* publicou, em manchete, o resultado de uma pesquisa do Ibope que revela que 80% dos entrevistados não se lembram mais das acusações que foram feitas ao Governo Lula. Dos 20% que se lembram que houve acusações muito graves ao Governo do Lula, 18% falam em corrupção, o resto fala em violência, educação, saúde, etc. Mas, na verdade, o problema da corrupção desapareceu.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, quando V. Ex^a vai à tribuna, eu já sei, bem como esta Casa e o Brasil inteiro, que vem algo de positivo, que a fala é para frente. Eu confio na nossa companheira de Senado Heloísa Helena e no nosso companheiro Cristovam Buarque, a quem aparteei, para dizer que sei que haverá debate de idéias. A candidatura de V. Ex^a prestará um grande serviço ao País. Eu sinto isso, sem ter lido o *Correio Braziliense*. Sinto que o povo quer saber como se vai resolver melhor os problemas de saúde e de educação no Brasil, como vamos diminuir o desemprego, qual a linha econômica que o País deve adotar. Sinto isso e, por esse motivo, parabeneizei-o enfaticamente, embora pareça que V. Ex^a não tenha percebido o sentido do meu aparte. Não quis discutir o mérito da decisão do PDT, mas acabei fazendo-o, na medida em que o PDT lança um candidato como V. Ex^a. Entrei logo no mérito da questão, porque todas as vezes que o vi na tribuna pude observar que defendia idéias, e ouvi de alguém que as idéias nunca morrem. Convém realmente debater idéias e insistir nelas. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem razão V. Ex^a, Senador, quando diz que, hoje, tem certeza de que o destino dessa campanha será diferente. Está terminando a CPI dos Bingos e se iniciando a CPI dos Sanguessugas – não sei se os líderes já indicaram os membros. Eu não era favorável a que se instalasse uma nova CPI, em primeiro lugar, porque o que se tinha de fazer já foi feito; em segundo lugar, o que se devia provar em relação a esse assunto já foi provado. E o que está provado tristemente é que a Câmara dos Deputados absolve todo o mundo. Entrar em um processo de eleição com os espaços de televisão e uma CPI funcionando não sei se é a melhor idéia.

Por isso, meu amigo Cristovam, minha querida Senadora, este Senado dá hoje um motivo de grande orgulho para o Brasil: saem desta Casa dois nomes extraordinários para levantar o debate; no momento em que o Presidente da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados diz que esta é a Câmara dos Deputados mais humilhante que já tivemos, de mais baixa categoria que já tivemos, o Senado responde nesta hora, lançando dois nomes como os de V. Ex^{as} para representar o Brasil. E sinto-me representado em V. Ex^{as}.

O meu Partido não tem candidato, não terá candidato. O meu Partido considerou a eleição para Presidente secundária. Não é um fator importante, não é primordial. Pois eu vou acompanhar a eleição para Presidente da República com V. Ex^{as}, Senadora Heloísa, Senador Cristovam. Eu e milhões de brasileiros. Eu e milhões de brasileiros! Por poucos que sejam os minutos que a legislação eleitoral ridícula permita a V. Ex^{as}, V. Ex^{as} terão a oportunidade de orientar e de esclarecer o povo brasileiro; de acordar o povo brasileiro; de não deixá-lo adormecido ao som da publicidade fantasmagórica do PT e da luta fratricida de duas candidaturas envolvendo interesses que não são os do povo brasileiro.

Que o povo brasileiro tenha a oportunidade de acordar!

Por onde tenho andado, sinto algo profundamente triste. Nas universidades, por exemplo, há quatro anos, havia uma empolgação só. Para eu entrar em uma universidade, eu quase tinha de pedir licença. Numa universidade católica, o reitor, jesuíta,

quando presidia uma reunião ao meu lado, disse-me: “Senador, nós gostamos muito do senhor, mas aqui tenha cuidado se o senhor falar mal do Lula, porque todo mundo gosta do Lula”. No auditório, havia pessoas abraçadas a bandeiras do PT, com distintivos do PT, com fotografias do Lula. Todo mundo estava empolgado. Dava gosto de ver, porque eles tinham convicção absoluta de que estavam no caminho certo, de que era por ali e de que tínhamos encontrado o momento que o Brasil esperava.

Hoje, entra-se em uma universidade e não se vê sombra do Lula. É uma coisa triste, porque não é como no tempo do Collor, não há palavrão, raiva, ódio; é um choque de mágoa, de tristeza, de ressentimento, de sonhos desfeitos.

Um rapaz me dizia: “Senador, eu não tenho hoje o direito de sonhar! Na minha época toda de faculdade – e estou me formando este ano –, o que havia de bom é que podíamos sonhar com o Brasil que nós queríamos, lutar, debater, defender idéias as mais estratosféricas, porque nós, jovens, tínhamos o direito.” E hoje? Quem sonha é um idiota, porque sonha o impossível. O sonho tem de ter um mínimo de realidade. Eu sonho com o Brasil que eu quero, é aquilo que eu gosto, é aquilo que eu espero. Não é o que está aí, mas é aquilo que eu vejo, na visão do que pode chegar lá! Hoje eu não tenho o direito de ter isso, porque, olhando para as pessoas que estão aí e que vão chegar lá e que vão ter os próximos quatro anos, eu não tenho o direito de esperar nada. Não tenho o direito de ter expectativa nenhuma de que as coisas serão diferentes. Um dos candidatos é a continuação dos oito anos, e nós sabemos o que foram aqueles oito anos. Oito anos onde quem estava no poder era o chefe de todos, o melhor de todos, o mais capaz, o mais extraordinário, o mais fantástico, o homem da socialdemocracia no mundo, o mais culto e o mais inteligente, que seria o nosso Presidente. E deu no que deu. O outro era o líder operário, composto da garra, da tradição, da dignidade, da honra, do berço, da formação e que tinha caminhado a vida inteira. Perdeu uma, perdeu duas, perdeu três eleições, mas manteve a honra e a dignidade, a decência e chegou lá. E deu no que deu. Vou confiar em quem agora?”

– dizia-me o jovem estudante. “Quais são as promessas que poderão atingir o meu sentimento e a minha alma?”

Daí a responsabilidade da candidatura de V. Ex^{as}, com um nome como o de Alckmin, pelo qual tenho o maior carinho, o maior respeito e a maior admiração, porque ele era do PSDB do Covas, que foi, para mim, um dos políticos mais dignos e corretos que conheci. O Covas era um homem predestinado. Era um homem que tinha o sentimento da dignidade, da correção, da paixão e do realismo. Por isso, não chegou lá; como Ulysses e Teotonio não chegaram; como Tancredo, que quase chegou, mas não chegou. V. Ex^{as} têm essa missão.

Observando hoje o vulto que é o PT, essa fantástica máquina publicitária, ouço o seguinte: “O senhor é candidato, Presidente?” “Ainda não resolvi. Só vou resolver na hora da convenção”. Então pergunto: e está andando pelo Brasil fazendo o quê? Inaugurando obras que não existem por quê?

Do outro lado, o PSDB com o mesmo volume. E V. Ex^{as} caminhando a pé!

Mas creio que milagres existem. Creio que o povo brasileiro seja levado a acordar, apesar da mídia – que pena! A mídia brasileira é comprometida ao longo do tempo. Agora está aí, assim como nossos banqueiros. Conversando com eles e com alguns empresários paulistas, nunca os vi tão felizes na vida! Em nenhum outro momento, nem no auge da ditadura militar, quando estavam praticamente com o governo a seus pés, não estavam tão felizes! Ganhe quem ganhar dos dois, eles estarão contentes. Acho que o Brasil vai muito bem – pelo menos os interesses deles vão muito bem!

É por isso, é exatamente por isso que digo: hoje, com o Cristovam; ontem, com a Heloísa; amanhã, com os dois. Isso é um alerta da esperança de que podemos esperar que alternativas novas haverão de fazer com que os próprios candidatos do PT e do PSDB mudem o seu discurso, mudem a sua forma de agir. Eles poderão trazer perspectivas para este País.

Meu abraço, Senador Cristovam! Meu abraço, minha querida Heloísa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a Brizola

Pronunciamento em 21 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, ilustre Líder do PDT, Senador Jefferson Péres, Srs. Dirigentes do PDT, Srs. Familiares, Senhoras e Senhores, Sr^{as} e Srs. Senadores, há exatos dois anos, precisamente em 21 de junho de 2004, o Brasil e o Rio Grande do Sul perdiam um de seus cidadãos mais ilustres. Naquela data, falecia Leonel Brizola, um de nossos mais destacados homens públicos. Com sua morte, entrou pela porta da frente na história brasileira. A intensidade de sua vida política, o vigor de suas idéias e a coerência de suas atitudes garantiram a ele um lugar de destaque no panteão dos grandes da história.

Inicialmente, em função de estarmos passando por um tempo de grande confusão, de grande desilusão, quero ressaltar a integridade de Leonel de Moura Brizola. Talvez eu não devesse falar sobre ela, afinal, retidão moral é exigência essencial para qualquer homem que se dedique à causa pública.

No entanto, reafirmo: Brizola era um político íntegro. Talvez por isso, teve tantas decepções no final de sua trajetória. Aliás, temos que refletir seriamente sobre um fato inegável: Leonel Brizola apoiou inicialmente os três Presidentes eleitos pelo voto popular depois do fim do regime militar, mas acabou se desiludindo com os três do mesmo modo.

Político que achava que a justiça social deve ser o centro de qualquer governo, Brizola desiludiu-se quando viu que a

Presidência da República, nos últimos tempos, tem funcionado mais como degrau para a corrupção, o empreguismo, o clientelismo, o exibicionismo exacerbado, o culto à personalidade, à exposição despudorada das vaidades.

Vejamos alguns traços biográficos de Leonel Brizola.

Em meados dos anos 40, quando o Brasil se reencontrava com a democracia, o jovem Leonel – nascido em 1922 – já estava envolvido na criação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Dali para adiante, por quase 60 anos, ele estaria participando dos principais momentos da vida política nacional.

É tarefa impossível escrever a história política brasileira da segunda metade do século XX sem conferir a Leonel Brizola um papel de indiscutível centralidade.

Em toda a trajetória da vida de Brizola, é inconfundível a marca de sua vontade, de sua tenacidade e de sua ousadia. Começo lembrando a difícil infância de alguém que, no Brasil dos anos de 1920, nasceu em família pobre.

A certeza de que os estudos seriam a única possibilidade de afirmação social levou-o a peregrinar em escolas primárias em São Bento, em Passo Fundo, até o retorno a Carazinho, sua cidade natal.

Ao decidir-se por enfrentar o grande desafio de tentar a vida na capital, após vários empregos como ascensorista, as posições mais humildes mas dignas, conseguiu vaga no Instituto Agrícola de Viamão, o que lhe permitiu diplomar-se em técnico rural. Nas duras condições em que vivia, fez os seus estudos supletivos e ensino médio no tradicional Colégio Júlio de Castilhos. Coroou essa sucessão de esforços com o diploma de engenheiro, que lhe foi conferido pela Universidade do Rio Grande do Sul.

Não tenho dúvida, senhores, de que essa experiência pessoal marcaria para sempre o político Leonel Brizola, provavelmente o homem público brasileiro que mais importância devotou à educação pública, dela fazendo real prioridade em suas diversas passagens pelo Executivo.

Sem pretender reproduzir aqui toda a grandeza da biografia de Brizola, limitar-me-ei a realçar alguns aspectos de sua atuação política.

Em primeiro lugar, destaco sua reconhecida vocação para os cargos executivos. É bem verdade que passou pelo Poder Legislativo: obteve por duas vezes uma vaga de Deputado Estadual (1947 e 1950) e também por duas vezes uma cadeira na Câmara dos Deputados – em 1954, no Rio Grande do Sul e, em 1962, no Rio de Janeiro. Mas o que assinalará para sempre sua passagem pela cena pública brasileira será sua invulgar capacidade de administrador.

Tudo começou com a Prefeitura de Porto Alegre. Foi ali que Brizola patentearia um diferencial que o acompanharia até o fim: a prevalência absoluta do interesse social nas decisões administrativas. Saneamento básico, melhoria dos transportes públicos e criação de escolas foram prioridades de sua gestão na capital gaúcha. O mais marcante, sem dúvida, foi sua decisão de espalhar grupos escolares municipais em toda a área urbana de Porto Alegre.

Ao ocupar o Palácio Piratini, a partir de janeiro de 1959, Brizola voltou-se para o crucial problema do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, Estado que, de certa forma, sentia-se à margem do desenvolvimentismo de JK. Defendeu então a criação de um parque industrial gaúcho. Criou a Aços Finos Piratini, a Caixa Econômica Estadual, vitalizou o Banco do Rio Grande, criou o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, privatizou a Empresa Internacional de Energia Elétrica, privatizou os serviços telefônicos, que estavam impedindo o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Essa encampação das empresas transnacionais, decisão que lhe rendeu dividendos à Esquerda, mas também o ódio da Direita, numa época de crescente radicalização ideológica. O certo é que colocou em funcionamento a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações e a energia no Rio Grande do Sul.

Permito-me afirmar, contudo, que a verdadeira paixão de Brizola era a educação pública. Repetindo o que fizera

na Prefeitura de Porto Alegre, ele dotou o Rio Grande do Sul de uma rede de ensino primário e médio de extraordinária capilaridade. Nenhuma região do Estado, particularmente as mais longínquas e desassistidas, deixou de ser contemplada. Os números são impressionantes: ao final do seu governo, Brizola construiu 6.302 estabelecimentos de ensino, admitira mais de 42.000 professores e abriu quase 670.000 vagas nas escolas públicas!

Não surpreende que, tanto tempo depois, duas vezes eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, também tenha feito da educação o carro-chefe de sua administração. Com o decidido apoio do extraordinário Darcy Ribeiro, construiu mais de 200 Centros Integrados de Educação Pública, os conhecidos CIEPs, que o povo carinhoso e reconhecidamente batizou de “brizolões”. Mais que prédios, os CIEPs representam a mais humanizadora tentativa de oferecer educação de qualidade para os socialmente excluídos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero participar deste discurso de V. Ex^a com muito empenho, com espírito de participação porque a minha convivência, provavelmente, não foi tão intensa como a de V. Ex^a, mas foi muito grande. A minha possibilidade de observação da personalidade de Leonel Brizola, da sua ligação mais estreita, mais íntima possível com o espírito da nacionalidade brasileira, enfim com seus ideais de brasilidade, me obriga a dar também o meu testemunho neste momento e, particularmente, neste ponto do discurso de V. Ex^a em que se refere aos CIEPs, aos “brizolões”. Brizola não deixou apenas a sua marca na história do Brasil, com aquele episódio da legalidade, um episódio extremamente importante na consolidação da idéia da democracia no Brasil, no respeito à Constituição – e a sua presença sempre foi marcada por essa preocupação –, mas deixou uma marca indelével no Rio de Janeiro que foi o conjunto dos “brizolões”, o projeto da educação em tempo integral, da escola em tempo

integral, com alimentação, com assistência psicológica, até com o banho dos meninos depois de encerrado o período escolar. Tudo isso deixou uma lembrança. Infelizmente, o projeto foi tão deturpado que hoje resta esta lembrança forte, uma lembrança tão forte que nos compromete com a idéia de que precisamos retomar o projeto dos CIEPs no Rio de Janeiro, e do Rio de Janeiro para o Brasil, porque é um grande projeto. É talvez o projeto mais importante que já se formulou no Brasil nos últimos tempos, dada a qualidade da educação que emerge de um projeto dessa natureza. Queria fazer este aparte, precisamente neste ponto em que V. Ex^a se refere aos CIEPs. Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não posso deixar de referir, quando V. Ex^a me aparteia, uma fase histórica muito importante. Quando Brizola, ao contrário de nós do Rio Grande do Sul, que queríamos que ele fosse candidato em nosso Estado, foi candidato no Rio de Janeiro. Quando começou a campanha, a expectativa de vitória era pequena. Àquela época, falava-se que a vitória estaria, se não me engano, entre o Miro Teixeira...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – A Sandra Cavalcanti tinha 50% de “Ibope” no mês de julho; o Miro, vinte e poucos por cento e Brizola tinha 3%.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando isso aconteceu, V. Ex^a, desta tribuna, tinha se despedido da vida pública, encerrando seu mandato de Senador, desiludido com os rumos que o MDB tinha tomado lá no Rio de Janeiro, onde V. Ex^a não aceitava que o MDB abrisse as portas para os chaguistas entrarem, pois eles representavam tudo aquilo contra o que V. Ex^a e o MDB tinham lutado ao longo do tempo.

V. Ex^a se despediu da vida pública.

E o Dr. Brizola foi encontrá-lo, em casa, já fora da vida pública, quando ele tinha 3%. Lembro que, quando fui falar contigo aqui, tu me dissestes: “Simon, eu sei que não há chance alguma, mas prefiro ir para casa, atirando com Brizola, a ficar em casa sem fazer nada”.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Lembro-me dessa conversa como se fosse hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Eu prefiro ir atirando com o Dr. Brizola, dizendo o que tem de ser, as coisas que têm de ser. Vou e vou feliz para casa” E ele e V. Ex^a ganharam aquela eleição. Foi uma transformação fantástica. Realmente, que eu me lembre, foi uma das páginas mais bonitas da vida pública.

A Rede Globo estava com vocês. A Rede Globo odiava V. Ex^a; nunca o perdoou por ter votado, como Relator, contra um projeto importante para ela. Era proibido pronunciar o nome de V. Ex^a na Globo.

V. Ex^a e o Dr. Brizola ganharam com uma vitória espetacular, mudando 180° e, por isso, faço esta homenagem. V. Ex^a teve a coragem de, primeiro, no esplendor da vida pública, desiludido com o seu partido, dizer: “Isso eu não aceito. Vou para casa”. E, depois, quando o Brizola foi procurá-lo, perguntei a V. Ex^a: “Por que está entrando nessa?” V. Ex^a disse: “Vou com Brizola. Morro atirando”. E foi uma bela vitória.

O fundamental para Brizola era a escola pública de tempo integral. Sonhava com a escola pública que, além do ensino propriamente dito, estivesse aparelhada para oferecer assistência médico-odontológica, lazer, esportes, alimentação e orientação profissional.

Outro ponto que gostaria de destacar na trajetória política de Brizola refere-se à firmeza de suas posições. Penso que nenhum outro momento da história contemporânea exprime tão bem essa coragem cívica de Brizola quanto o episódio de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. Foi graças a Brizola, fundamentalmente, que a ação ostensiva dos três

ministros militares de Jânio, pregando o impedimento do Vice-Presidente João Goulart, não logrou êxito.

Naquele tenso contexto em que o País se viu às portas da guerra civil, Brizola agigantou-se como líder da reação legalista à absurda tentativa de golpe. Unindo o Rio Grande, com o apoio do III Exército, ele mobilizou a opinião pública brasileira pela causa da solução constitucional para a crise. À frente da Cadeia da Legalidade, usou o rádio para levar aos brasileiros de todas as regiões do Brasil a mensagem de defesa da democracia.

Eu era um jovem vereador em Caxias e participei da reunião cívica que foi, talvez, um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Nunca participei de luta armada, nem de guerrilha, nem de absolutamente nada. Saímos do Palácio Piratini cada um com uma missão, a minha era Caxias. Passamos a nos reunir, a convocar voluntários e a fazer treinamento de marcha, de defesa e de tiro ao alvo de centenas de jovens que se apresentaram para se preparar para a marcha da luta pela legalidade. Infelizmente, o Ministro Comandante do III Exército aderiu ao movimento, e a emenda parlamentarista se sustou. O Rio Grande estava preparado, talvez como nunca na sua história, nem na Revolução de 30, com a participação de toda a sociedade. E, o que é interessante, com todos os partidos políticos. Não era o PTB do Brizola, o PSD, a UDN, todos os partidos políticos – Dom Vicente Scherer, todo o Rio Grande – comandados pelo Brizola na luta pela legalidade. O golpe, como se sabe, foi impedido. Contudo, a solução parlamentarista – que Brizola jamais aceitou – apenas transferiu para alguns anos mais tarde o epílogo e infausto do Governo de Jango.

Ao registrar a passagem do segundo ano da morte de Brizola, Sr. Presidente, outra não foi a minha intenção que é de destacar a grandeza desse homem público que o Rio Grande do Sul deu ao Brasil. Sem ter a densidade filosófica de um Alberto Pasqualini, Brizola conferiu ao trabalhismo a dimensão concreta de um projeto político voltado para as camadas mais pobres da sociedade. Pasqualini com uma ideologia fantástica – eu não conheço até hoje, no Brasil e no mundo, quem tenha

feito um estudo mais profundo da realidade em que estamos caminhando –, e Brizola pondo em prática.

Recentemente, publiquei um livro intitulado *A Reconstrução da Democracia*, no qual eu reuni discursos em que homenageio os homens que lideraram a Nação brasileira na lenta e sofrida travessia que nos levou da ditadura, implantada em 1964, à democracia, plenamente restabelecida com a nossa nova Constituição. Traço ali perfis de Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas, Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Digo na abertura desse livro que, com a morte de Arraes, teve fim uma das gerações de políticos brasileiros mais fantástica da História do Brasil. Refiro-me, claro, aos líderes da luta política contra o regime de exceção, vencida em 1985 com a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República.

Destaco naquele livro que, em algum momento, todos esses homens – com exceção de Brizola – integraram os quadros do MDB. Após o restabelecimento do pluripartidarismo, houve a dispersão. Desses homens, Brizola e Miguel Arraes viveram o drama do exílio e só puderam retornar ao Brasil com a promulgação da anistia. O grande Teotônio Vilela veio da Arena para se transformar num dos maiores nomes do MDB, ao sacrificar-se pela redemocratização. Mário Covas e Franco Montoro foram para o PSDB. Miguel Arraes comandava o PSB quando de sua morte. Leonel Brizola fundou e comandou, até falecer, o PDT. Tancredo Neves fundou e dirigiu por algum tempo o PP. Ulysses Guimarães liderou o MDB. Independentemente de suas filiações, foram grandes líderes políticos de reconhecimento nacional. Foram também grandes administradores: Arraes governou Pernambuco em três oportunidades; Brizola governou o Rio Grande e, por duas vezes, o Rio de Janeiro; Tancredo governou Minas; Montoro e Mário Covas comandaram o Governo paulista. Com a morte desses homens, o Brasil perdeu suas referências no campo político. Não sei se essa geração terá um dia substitutos à altura.

Tenho a dizer que Leonel Brizola morreu, mostrando, na prática, o que é governar para a maioria, com aguda visão

social e humana da política. Nesse aspecto, a coerência foi sua companheira de toda uma vida.

Trago aqui, Sr. Presidente, minha palavra de afeto e de carinho à figura de Leonel Brizola. Comecei na vida pública guri, na Ala Moça do PTB, tendo como meu grande inspirador Alberto Pasqualini e como grandes líderes as figuras de João Goulart e Leonel Brizola. Acompanhei a luta de Brizola e a respeitei durante todo o tempo.

Hoje, fico a meditar. Foi longa a discussão que tivemos na nossa amizade ao longo de toda a vida. Fico a lamentar e a me perguntar: quando o Dr. Brizola insistiu para que fôssemos todos para o PTB e eu insisti para que ele viesse para o MDB, a minha tese é de que o Golbery queria dividir a Oposição ali, porque o MDB estava crescendo de tal maneira que logo ali derrotaria a Arena. Ele queria dividir para continuar. Então, eu defendi a tese de que deveríamos ficar juntos até a Constituinte. Instalada a Constituinte, os partidos tinham que ser extintos – Arena e MDB se extinguiriam – e, aí, nós organizaríamos os grupos, que se consolidariam e, na Constituinte, defendendo idéias que se identificassem, estariam ideologicamente preparados para os novos partidos.

Em 1946, a Constituinte foi sábia e criou partidos, pela primeira vez no Brasil, nacionais, democratas e com idéias – PTB, PSD, UDN –, mas a figura de Getúlio impediu que esses partidos tivessem ideologia própria. PSD e PTB passaram a ser partidos de Getúlio; UDN, o partido contra o Getúlio. E vimos que muita gente boa tinha a UDN e que estava na UDN porque era contra o Getúlio e muita gente não muito boa estava no PSD e no PTB, porque era a favor do Getúlio.

O mesmo aconteceu com Arena e MDB. Tinha gente de bem na Arena, mas que estava na Arena porque era a favor da Revolução, e tinha gente que não era grande coisa no MDB e estava no MDB porque era contra a Revolução.

Eu achava que nós tínhamos que criar partidos políticos consolidados em termos de conteúdo – isso nós conseguiríamos – e uma Arena espetacular, se nós fizéssemos a convocação da Constituinte e nela se formassem grupos que se identificassem

por idéia. Votada a nova Constituição, nós teríamos um prazo de um ano para cada um escolher o seu partido.

Não sei; sinceramente não sei. Acho que o MDB fez um grande papel, desempenhou uma missão extraordinária na democratização. Mas, olhando hoje o papel do meu MDB, eu vejo que o PDT está melhor do que nós. Está ali o PDT com um bravo candidato a Presidente da República, o Senador Cristovam, um homem com idéias, com pensamento. Está ali o PDT, pequeno, mas com garra, que faz questão de ir para as ruas expor o seu pensamento e a sua filosofia, e aqui estou eu no MDB. Não sei o que sou, nem para onde vou, nem o que vai ser da minha vida. Então, pelo menos hoje – pelo menos hoje! – eu tenho de dizer que estaria muito melhor no PDT, apoiando o Cristovam, tendo candidato, do que no MDB, não sabendo o que vou fazer da minha vida.

Olhando para o MDB, não sei se vou com o Presidente do Senado. Vou com o Presidente do Senado, mas o Presidente do Senado está com o Presidente Lula; vou com o Presidente do Senado, mas, lá em Alagoas, ele está apoiando o candidato do PSDB. Então, não sei o que vou fazer da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos aguardar que o Rigotto vai nos orientar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos aguardar a orientação do Rigotto. Quem sabe não vai dar uma orientação definitiva para todos nós?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não permitiu, Sr. Presidente, no momento em que V. Ex^a estava ali na Comissão Executiva e trancou, votou em definitivo não termos candidato. V. Ex^a saiu dali com o Dr. Sarney e foi cobrar do Presidente Lula os cargos a que V. Ex^a disse que tem direito. V. Ex^a selou o nosso trabalho. Coitado do meu amigo Rigotto! O que ele pode fazer? Ali foi selado o destino e a forma como o MDB vai fazer política nesta campanha: mais cargos. E aí tem a discussão: V. Ex^a apresentando a candidatura para Ministro da Saúde o ex-Secretário da Saúde de Alagoas, Suruagy. E

parece que está havendo uma disputa com o Dr. Sarney, que quer um outro candidato. Mas vocês se acertarão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, eu não quero interromper V. Ex^a. Nós estamos prestando homenagem pelos dois anos da morte do saudoso Leonel Brizola. Com todo respeito, vamos homenagear a memória do Brizola.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo respeito, quero dizer a V. Ex^a que eu apenas quis salientar um fato, V. Ex^a é que entreviu no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não, não! V. Ex^a citou...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a é que entreviu no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não quero discutir com V. Ex^a não. Em respeito a memória do Brizola...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, deixe-me falar. O que eu disse e repito é que eu divergi do Dr. Brizola, não o acompanhei no PDT, achando que ele devia vir para o MDB. Durante muito tempo eu achei que estava certo, porque o MDB subiu, cresceu, teve um papel espetacular. Mas hoje sou obrigado a reconhecer, com humildade, que hoje eu gostaria de estar no PDT. Se eu estivesse no PDT, estaria com um baita candidato, o Cristovam Buarque, uma candidatura com idéias, com pensamento, com filosofia, indo para a luta. *(Palmas.)*

E, no MDB, não sei para onde é que vou. Apenas isso. Não sei para onde que vou. Isso é que quero dizer. Não sei para onde é que vou caminhar. Não sei. Eu tenho uma convenção no Rio Grande do Sul no dia 29, e me perguntam: Senador, o que V. Ex^a vai orientar? Não sei. Pela primeira vez, na minha vida, não sei, não sei dizer o que vou orientar. Apenas isso.

Ao Brizola um carinho muito grande, um respeito muito grande.

Que bom... Brizola foi uma figura muito conturbada. Houve momentos em que era uma guerra contra o seu nome. Mas que bom que ele passou por cima disso. E que bom, porque isso não é fácil, isso é raro. O Dr. Getúlio Vargas levou tempo para ser considerado uma liderança nacional, porque quando ele se suicidou, enquanto fazíamos carinho, amor, afeto ao nome de Getúlio, a UDN, os militares tentavam esmagá-lo, não deixavam sair na imprensa as coisas que eram verdadeiras.

E o Dr. João Goulart até hoje... As mentiras que *O Globo* e os jornais publicaram sobre as fazendas que ele tinha, as coisas que ele tinha... E era mentira. Ele publicou uma declaração, uma procuração em causa própria lá no Uruguai.

E eu estava lá com ele, quando ele deu procuração ao Presidente da *Time Life* que comprasse por um dólar – ele vendia por um dólar – qualquer fazenda que ele tivesse comprado no Brasil como Presidente ou como Vice-Presidente da República. Nenhum jornal publicou. Meu discurso na Assembléia Legislativa até dos *Anais* da Assembléia desapareceu!

Até hoje, a figura de João Goulart, nós temos que lutar para defendê-la.

Mas Brizola... que coisa bonita! Brizola já é hoje uma figura nacional. Brizola já é hoje uma figura reconhecida, admirada e respeitada. Brizola é hoje uma referência nacional.

E eu digo isso com muito orgulho, com muita alegria. O meu abraço muito carinhoso ao Dr. Leonel de Moura Brizola e um abraço muito carinhoso ao querido PDT e aos membros da família Brizola.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Telenovelas brasileiras

Pronunciamento em 22 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é uma honra falar sob a Presidência de V. Ex^a, cuja capacidade e credibilidade dia a dia se consolidam nesta Casa, embora V. Ex^a tenha vindo em uma época difícil. Acho que esta não era a época sonhada para se conhecer o Senado. Mas creio que isso vai passar. Voltaremos a ter uma Casa serena e tranqüila, a Câmara Alta da República como já foi e deverá voltar a ser.

Sr. Presidente, primeiro faço questão de falar sobre o Fundeb. Há pouco conversava com o Presidente Renan e com os Parlamentares da Oposição, no sentido de buscarmos um grande entendimento para que o Fundeb seja votado imediatamente. Há dez projetos de empréstimos para os Estados, que a Oposição não quer votar, e as medidas provisórias. Mas acho que esse projeto é tão importante, é tão significativo e necessário! E não é a primeira vez em que fazemos um grande entendimento e, com base nele, votamos um projeto como esse do Fundeb.

As discussões que tinham de ser feitas já foram feitas. Eu, por exemplo, discuti muito essa matéria. Eu dizia que não devíamos fazer com o Fundeb como se fez com os produtos de exportação. A Lei tirou o ICMS das exportações, garantindo que o Governo Federal indenizaria os estados da diferença – a Lei Kandir. E hoje está aí. O Rio Grande do Sul, por exemplo, não recebeu quase R\$3,5 bilhões, porque o Governo Federal, pura e simplesmente, não compensa. Não cumpre a Lei Kandir. O Rio Grande do Sul é um grande exportador. E, como fruto

dessas exportações, não recebemos o ICMS. A Lei diz que compete ao Governo Federal fazer a indenização. E o Governo não a faz e não dá bola.

Temos medo de que o Fundeb estoure na Prefeitura, que termine a Prefeitura tendo de pagar – o Governo está dizendo que depois repassará para a Prefeitura. Queremos colocar na lei a determinação de que o Governo Federal tem de repassar para a Prefeitura. Foi feita uma emenda nesse sentido. E agora o plenário votará, ou essa emenda, que é de minha autoria, ou o projeto como veio do Governo – não importa –, que está para ser votado no plenário. Prefeitos de todo o Brasil fizeram esse apelo, tendo à frente o Prefeito Paulo Ziulkoski. E isso ainda não foi votado por uma razão só: está trancada a pauta porque, de um lado, não se votam os empréstimos e, de outro, o Governo envia as medidas provisórias.

Fiz um apelo aos Líderes de todos os partidos e também ao Senador Renan. S. Ex^a me disse que vai insistir e que, provavelmente na próxima semana, conseguiremos um acordo de Liderança para pôr a matéria imediatamente em votação.

Segundo ponto: a Varig. O Senador Paulo Paim, o Senador Sérgio Zambiasi, eu e um grupo pensávamos que o assunto tinha tido uma grande solução. Esse juiz fantástico que está impedindo a implosão da Varig aceitou a proposta dos funcionários e permitiu que o caso fosse adiante. O que me deixa apavorado são as manifestações dos homens do Governo, ministros e autoridades, no sentido de desmontar a Varig, dizendo que o BNDES não vai dar o empréstimo – dá para Deus e todo o mundo, para empresa pública e privada, estatal e multinacional, seja o que for, mas não para a Varig, não. O Governo já anuncia que tem um projeto pronto para quando a Varig explodir.

Olha, Senhor Presidente Lula, o senhor vai ficar com a responsabilidade de que este Governo boicotou, derrotou a Varig, derrubou a Varig do ar, porque há outros interesses que este Governo quer que estejam no lugar da nossa Varig.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, fiz questão de fazer um aparte a V. Ex^a, que vai à tribuna defender os interesses do nosso Estado, o Rio Grande do Sul. É esse o dever de cada um dos Senadores. E todos o fazem aqui de forma muito firme e competente. V. Ex^a vai na mesma linha. V. Ex^a quer que direitos assegurados para o Rio Grande – e está aí a Lei Kandir – sejam cumpridos, devido naturalmente à situação difícil do nosso Estado. Fala-se muito, inclusive eu, V. Ex^a e o Senador Zambiasi, da discussão de um pacto federativo. Falamos muito da importância de um encontro de contas e das dívidas, na busca de uma saída positiva para o nosso Estado com a participação do Governo Federal. Mas isso não depende somente de nós Senadores. Tem de haver todo um entendimento dos Governadores e do próprio Governo Federal, cuja contribuição muito contará, com certeza absoluta. E V. Ex^a tem iniciativa nesse sentido. Tenho o prazer de defender junto com V. Ex^a a busca de saídas para o nosso Estado. Mas V. Ex^a entra em um outro assunto também de suma importância e que tem a ver com o Rio Grande do Sul e tem a ver, naturalmente, com o Brasil, que é a nossa Varig, uma referência da aviação perante o mundo. Eu dizia ontem, Senador Pedro Simon – e vou reafirmar agora – que tenho muita esperança ainda. E V. Ex^a lembra bem que o BNDES faz empréstimo – desculpe a expressão que vou usar – para Deus e para o diabo. E é impossível que, num momento como este, se uma empresa como a Varig for à falência, haverá o prejuízo para o País de US\$10 bilhões, não aconteça o empréstimo que pode ficar entre US\$100 milhões e US\$150 milhões. Espero que seja dada essa decisão logo, e que o Consórcio dos trabalhadores... Senador Pedro Simon, ontem, dizia eu, por que não houve outros investimentos no leilão? Por que não se apresentaram?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque estavam esperando falir e pegar as linhas de graça.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Estavam esperando a falência. Exatamente, exatamente. É para ganhar todas as linhas, a concessão, de graça. Por isso, todo mundo chegou

lá dizendo que iam se apresentar, cinco, seis investidores, e ninguém apresentou. Eles surpreenderam porque o Consórcio dos trabalhadores se habilitou. E o juiz, ao qual nós, do Senado – não apenas os Senadores do Rio Grande do Sul, como outros Senadores também –, encaminhamos para a OAB o voto de aplauso, competente, qualificado, de forma sábia e querendo o melhor para o País, disse: não vou decretar falência; vou conceder para o Consórcio dos trabalhadores. E como foi dito aqui ontem pelo Senador Ramez Tebet, o autor da Lei de Recuperação das Empresas – e teremos que, um dia, fazer uma homenagem ao Senador Ramez Tebet aqui pela aprovação dessa lei –, o juiz dos Estados Unidos poderia ter decretado praticamente a falência da Varig se aceitasse a iniciativa daqueles que são credores da Varig. Não, deu mais um mês. É impossível que não façamos a mesma coisa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também deu prazo. E são empresários americanos...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente, empresários americanos. Por isso é que quero, com a mesma firmeza de V. Ex^a e de outros Senadores que já o fizeram, insistir na linha da busca de uma saída, para que possamos ver a Varig voltando a voar não somente no céu do Brasil, mas no mundo todo, como ela sempre fez. Parabéns, Senador Pedro Simon!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a. E quero, com muita clareza, dizer: o Governo Lula será responsabilizado pelo que acontecer com a Varig, pela omissão, pelo boicote que vem fazendo até aqui. Creio que alguém deve chamar a atenção do Presidente Lula. Se o BNDES negar esse empréstimo, que é de US\$75 milhões, quantia que a Varig precisa até amanhã, é porque realmente o Governo quis concluir o boicote. Vai ser uma missa fúnebre muito triste e muitos caixões serão conduzidos pelo Brasil com o nome de Lula como o responsável pela morte da Varig.

Sr. Presidente, estou fazendo uma série de estudos, analisando até que ponto o que vem acontecendo na política brasileira está contribuindo para que os costumes e a moral

de nossa sociedade sejam atingidos. Tenho dito muitas vezes aqui e tenho projetos de lei no Congresso discutindo o problema da televisão brasileira. Acho que ela é muito aberta. Não quero, pelo amor de Deus, não me passa pela cabeça estatizá-la ou que o Governo meta a mão, o que seria uma desgraça. Mas acho que a universidade e a sociedade deveriam ter regras para ver até que ponto a televisão pode ajudar e colaborar com a cultura, com a ética e com a moralização do povo brasileiro.

O que me chama muito a atenção é o problema das novelas, quando vejo o estilo delas atingindo no âmago os costumes da sociedade brasileira.

Estou aqui com as páginas amarelas da *Veja* e não nego aos senhores que não consegui dormir sem ler três vezes, chocado, essa entrevista do grande produtor de novelas Sílvio de Abreu. Impressionaram-me a franqueza e os dados que ele apresentou: “Uma parcela das espectadoras já não valoriza tanto a retidão de caráter”. A Globo faz pesquisas diárias sobre o capítulo, sobre as personagens para ver o que os telespectadores acham disso.

E com relação à novela *Belíssima*, são “(...) 59 pontos no ibope e é sintonizada por sete em cada dez espectadores no País”. Ele diz: “Uma parcela das telespectadoras já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para elas, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo”.

O Sr. Sílvio de Abreu se confessa chocado com a descoberta de que o público mudou seu modo de encarar os desvios de conduta dos personagens. Diz ele: “Como sempre acontece na Globo, realizamos uma pesquisa com espectadoras para ver como o público estava absorvendo a trama e constatamos que uma parcela considerável delas já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para eles, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo. Esse encontro com o público me fez pensar que a moral do País está em frangalhos”. É o autor da novela que faz, que escreve e que recebe diariamente a pesquisa feita pela própria Globo que diz isto: “Esse encontro

com o público me faz pensar que a moral do País está em frangalhos”.

A *Veja* pergunta: “Será que está?” Abreu responde: “As pessoas se mostram muito mais interessadas nos personagens negativos do que nos moralmente corretos”.

Vejam que coisa fantástica, que transformação fantástica que se está verificando! Antigamente, as jovens se identificavam com as mocinhas, os jovens se identificavam com os mocinhos das novelas. Presidi uma Comissão que debateu o problema da televisão brasileira. Vimos ali uma coisa interessante: naquela época, os jovens, as jovens, os trabalhadores, os operários do Estado de São Paulo, aqueles que levam duas horas de ônibus para chegar em casa, quando chegavam, viam a novela e se identificavam com os personagens. Naquele momento, eles tinham uma dupla personalidade: eles não iam dormir se sentindo como aquela pessoa que levantou de madrugada, com fome, que sofreu. Eles iam dormir se sentindo como aquela personagem da novela e dormiam tranquilamente. Isso ocorria porque as pessoas se identificavam com aquelas personagens.

Mas, hoje, diz Abreu: “As pessoas se mostram muito mais interessadas nos personagens negativos do que nos moralmente corretos”. Continua ele: “Na minha novela anterior, *As Filhas da Mãe*, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa era totalmente diferente. Os personagens bons eram os mais queridos”. Os personagens eticamente corretos, que tinham boa atuação, tinham boa aceitação por parte do público. “Nessa última pesquisa – repare que isso é fantástico, Sr. Presidente –, eles foram considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras.” Quer dizer, a pessoa se identifica com o mau, com o quer vencer, com o que faz a tramóia. Esse ele acompanha. O bom, o correto, o certo é enfadonho, é um chato. Este é o pensamento dos telespectadores. “Elas se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforço para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar sua preten-

dente, Mônica. Alberto fez uma falcatrua para desmanchar o romance do rival. Em qualquer outra novela, isso faria o público automaticamente ficar do lado do mocinho”. Mas hoje os assistentes da novela não acharam nada de mais na conduta do Alberto, que fez tudo de errado para ganhar a mulher. “Pelo contrário: ponderaram que, se ele fez aquilo para conquistar um mulherão, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia também foi visto com naturalidade. As espectadoras achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos então que o canalha a estava roubando e as espectadoras retrucaram: deixa disso, daqui a pouco eles vão ficar bem. O fato de André ser bonito era suficiente para ganhar o prêmio máximo numa novela, que é ficar com a mocinha. Na mesma pesquisa, colhemos indícios claros – isso é importante, Sr. Presidente, – “de que essa maior tolerância com os desvios de conduta tem tudo a ver com os escândalos recentes da política.

Isso é científico; é uma pesquisa que a Globo faz para si. Ela faz isso para conduzir a novela, para ver se aquele personagem está agradando, se o outro não está agradando, como faz, como não faz. E a resposta é essa tolerância com os maus personagens, essa mudança de costume, de considerar os honestos uns chatos. As falcatruas são certas, se ele as fez para pegar a mulher. Essa mudança do espírito tem tudo a ver com os escândalos recentes na política brasileira.

Diz ele: O nível intelectual do brasileiro de maneira geral está abaixo do que era na década de 60 ou 70, porque as escolas são piores e o estudo já não é valorizado como antigamente”. E soltamos foguetes aqui porque triplicou o número de universidades; hoje há universidade em todos os cantos. “Houve um dia, não custa lembrar, em que cursar a universidade era um objetivo de vida. O valor não é mais fazer alguma coisa que seja dignificante. As pessoas querem subir na vida, ganhar dinheiro a qualquer custo, e dane-se o resto”.

Sr. Presidente, estou apenas, neste final de sessão, trazendo a debate o final dessa frase: as pessoas querem subir na vida, e dane-se o resto. Vou aprofundar este estudo, Sr. Presidente; vou aprofundar este estudo.

Tenho dito desta tribuna que a sociedade brasileira não tem mais referência, a Igreja, as lideranças da Igreja, a política, os militares, os intelectuais, os homens de imprensa. De repente, não mais que de repente, as pessoas que lêem jornal, que assistem a televisão e acompanham o debate, a política não têm referência. Mas eu não imaginava que tinha chegado a este ponto. Juro que não imaginei que tinha chegado neste ponto.

As pessoas que assistem às novelas, Sr. Presidente, são simples, são de bons sentimentos, geralmente são pessoas que vêm na novela a distração da sua vida. Levantam-se às 6 horas, vão para o trabalho, geralmente não voltam para almoçar em casa, nas grandes cidades. Chegam em casa às 7 ou 8 horas da noite, jantam, ligam a TV, assistem às novelas e vão dormir. De repente, essas pessoas mudaram!

Não sei se estou sendo feliz em transmitir o que estou pensando, mas de repente essas pessoas vêm o mundo de outra maneira.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De repente essas pessoas estão achando que o vilão é que está certo. É claro que essas pessoas, na vida delas, vão se conduzir assim. É claro que, cinco anos atrás, elas olhavam o mocinho que se comportava bem, se identificavam com ele e torciam para ele. E agora acham que ele é um chato e que deve ser colocado fora; ficam do lado do que queria ganhar de qualquer jeito. E é o que vão fazer na vida deles; é o que vão realizar no dia-a-dia deles, com a família deles.

Portanto, essa deterioração que esse ilustre cidadão fala que está acontecendo é a deterioração da sociedade brasileira, o que de mais grave, de mais triste que pode acontecer.

E ele disse que tem a certeza absoluta de que isso que está acontecendo tem ligação direta com os escândalos da classe política. Tem ligação direta com os escândalos da classe política!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Repare se isso não é motivo para se parar para pensar, se isso não é motivo para refletirmos.

Tenho falado muito, Sr. Presidente, principalmente agora que o meu partido foi para fundo do poço, com companheiros de vários partidos e fora de partido. Ainda hoje, na nossa reunião mensal, nosso grupo de religião, na missa, falava com o Secretário-Geral da CNBB. Eu disse que temos que criar grupos. E estávamos numa mesa muito interessante. Estava um Ministro do PT; um Deputado que era do PT e está no PSOL; um Deputado que agora está no PSDB; eu, que estou no PMDB; um outro que estava no PDT, numa mesa, todos com o mesmo pensamento. Quando entramos na política, pensávamos igual e, hoje, pensamos igual. Cada um de partido diferente, cada um num caminho diferente. Então eu dizia ali, hoje de manhã, que vamos ter de nos reunir. Não estou dizendo que vamos nos reunir para fazer um partido – isso vamos discutir depois.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De repente, vamos pegar um grupo de 20 ou de 30 e vamos debater, vamos analisar e, lá pelas tantas, vamos apresentar um documento à sociedade sobre um determinado assunto, com a assinatura de V. Ex^a, do Paim, do fulano, do Ministro do PT, do fulano de tal do PMDB. E pelos nomes vão dizer: Não, essas pessoas eu respeito. É uma maneira de ter alguma referência.

Um documento do PMDB alguém leva a sério? Com todo o respeito, hoje, o documento do PT alguém leva a sério? Uma nota do PSDB alguém leva a sério? A classe política alguém leva a sério? Tínhamos grandes jornalistas, o Castelo Branco, o Castelinho, cujas publicações esperávamos para ver. Alguém leva a sério hoje? São grandes jornalistas, mas todos com suas opiniões pessoais. Eles pensam aquilo. Até respeito o pensamento dele, que pensa aquilo, mas não é uma referência.

Isso me leva a crer que temos que correr com essa atitude. Penso que devíamos convidar esse cidadão para vir conversar

conosco aqui no Senado; ouvi-lo na Comissão de Educação. Convidá-lo para, na melhor das condições, abrirmos um debate sobre essa matéria. E é o que pretendo fazer. Pretendo convidar o Sr. Sílvio de Abreu para aprofundar o pensamento que ele manifestou nas “Páginas Amarelas” da *Veja*. Ele que venha dizer aqui – estou dizendo isso com o maior respeito –, para nós ouvirmos. Temos que ouvir de sua boca – morrer de vergonha, mas ouvir – que essas coisas acontecem, em grande parte, pelo que a classe política está fazendo. Ele que venha dizer isso para nós aqui. É importante que ele venha, porque ele está certo. Nós vamos ouvir o debate e ver o que podemos fazer.

É claro que é uma coisa fantástica. Eu aqui usei o exemplo da televisão. É a primeira vez que venho falar isso, porque, nas vezes que tenho vindo, é para bater na televisão, principalmente na novela das oito. Vim aqui para contar que, quando eu era mais moço, saí de Caxias, e havia uma região, chamada Santa Justina, onde nós políticos do PTB encerrávamos todas as campanhas.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerrávamos nossas campanhas em Santa Justina, e toda a vila estava lá. Era no salão paroquial da Igreja – aquelas gurias com vestidos de chita até o chão. Havia um almoço e, depois do almoço, dançava-se música gaúcha ou música italiana. Passou-se o tempo e eu não pude mais ir lá. Sete ou oito anos depois, os caras me cobraram: “Simon, tu tens que ir lá. Faz tempo que tu não vais lá. Os caras estão cobrando porque não vamos lá”. Decidimos, então, que, quando a campanha encerrasse, depois da eleição, iríamos lá.

Chegamos lá. Era a mesma gente. A televisão tinha chegado – antes, não havia televisão nem luz. E o que eu vi ali... Era igual a uma boate no Leblon: as gurias de minissaia; dentro do salão da Igreja, mas em um canto, uma boatezinha com luz negra, e as músicas e danças as mais modernas. Então, eu dizia que, com todo o respeito, era um erro colocar a novela das oito para o Brasil inteiro assistir e levar para o Brasil

inteiro o que acontecia no Leblon, que não era a sociedade do Brasil inteiro.

Reparem que, hoje, tenho de vir aqui para falar exatamente o contrário, quando um diretor, um produtor, o Sr. Sílvio de Abreu, um dos melhores criadores de novelas, vem mostrar-nos isso. “A moral está torta” – é o título da reportagem.

E o subtítulo é: “O autor de Belíssima fala do sucesso e fracasso da novela e revela-se chocado com a tolerância do público com personagens canalhas”.

Formularei e, por meio de V. Ex^a, Sr. Presidente, encaminharei um requerimento convidando o Sr. Sílvio de Abreu para que nos honre com a sua presença na Comissão de Educação, onde poderemos analisar sua entrevista. Talvez ele possa até trazer alguns colegas e alguns elementos das pesquisas que eles fizeram para nos levar adiante.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente. A matéria realmente era importante.

Muito obrigado.

A salvação da Varig

Pronunciamento em 23 de junho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que o Senador Paulo Paim, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Sérgio Zambiasi e eu, que nos esforçamos muito com relação à Varig, estamos com reunião marcada com os trabalhadores que fazem parte dessa fantástica campanha para manter a empresa, junto ao senhor Juiz de Direito, que está marcando a sua posição de uma maneira emocionante. Realmente, fazia tempo que não se via uma figura do Judiciário marcando a sua posição com tanta firmeza. S. Ex^a está buscando uma fórmula, uma solução.

Os jornais de ontem foram dramáticos ao mostrarem que o Governo já está com tudo preparado para o fechamento da Varig. Se a Varig fechar, ele já tem um esquema de tudo o que vai acontecer. Até agora não apareceu um esquema do Governo para salvar a Varig – mas a Varig já o tem. O Governo já tem um esquema para o que fazer quando a Varig fechar. Tentemos falar com a Chefe da Casa Civil para que isso não aconteça, Sr. Presidente.

É um dia sério e responsável para a Varig e para o Brasil. Conversaremos com o Sr. Juiz para lhe dar solidariedade e cobertura para as medidas que ele está tomando. Falaremos com o grupo para que ele tenha o estímulo de continuar e, por amor de Deus, o Governo vai sair muito mal desse episódio. Se a Varig fechar, eu direi com todas as letras: foi o Governo. Aquele velho plano antigo do Chefe da Casa Civil, que, quan-

do começou, de saída, já queria entregar a Varig para a TAM e que já estava tudo resolvido – a Varig ficava com 5% e a TAM com 95% –, esta Casa se rebelou. O Governo passou a boicotar, boicotar, boicotar, boicotar. A Varig passou a ter de pagar a gasolina no dia anterior, ou seja, pagar hoje a gasolina que irá usar amanhã, e é o maior credor da Varig. Se a Varig quebrar, quem provocará isso são as empresas estatais – a Petrobras, aeroportos e outros.

Hoje está na chefia da Casa Civil uma pessoa por quem tenho a maior admiração e o maior respeito – bem diferente do anterior. Espero que S. Ex^a tenha a grandeza de ver que estamos nas 48 horas decisivas, grandeza de ver e ajudar na questão da Varig.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna, mas infelizmente, estamos em uma posição que eu não sabia. Pensei que a ordem para falar era primeiramente o Líder e depois o povão. Mas fui informado agora por V. Ex^a que a ordem é primeiramente o Líder, depois quem tem licença do Líder para falar e, finalmente, o povão. Então, fui reduzido a último. Pensei que era segunda classe, mas sou terceira classe. E, neste Congresso, é assim, Sr. Presidente.

Eu queria falar com o Sr. Jader, na Presidência.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a é hors-concours, é extraclasse.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

Eu queria falar com o Sr. Jader na Presidência. Imagine. Eu tenho tanta mágoa do Sr. Jader que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Ex^a não está me vendo como tal, não é?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu quis dizer o Sr. Renan. Por amor de Deus, eu nunca faria isso a V. Ex^a. Eu tenho V. Ex^a como uma das pessoas mais corretas e mais dignas. Eu não faria uma comparação dessas. V. Ex^a não merece.

Mas o Sr. Renan estava ontem na reunião do PMDB. Lá estava ele. O PMDB sepultou a candidatura própria. Há quatro

anos, aconteceu o mesmo, sepultaram a candidatura do MDB, e os mesmos foram ao Palácio da Alvorada. E a Rede Globo, por meio do Jornal Nacional e do Jornal da Noite, mostrou-os tomando champanhe com o Presidente Fernando Henrique, festejando o fato de que o PMDB não iria ter candidato.

Pois, ontem, foi a mesma coisa: a Comissão Executiva decidiu não ter candidato. O ilustre Presidente da Fundação, Deputado Moreira Franco, disse que deveríamos sepultar o cadáver da candidatura ontem mesmo, porque alguns queriam deixar para sexta-feira. Mas como vamos deixar insepulto o cadáver, ali, cheirando mal? Essas foram as expressões do ilustre Presidente da Fundação, e, por unanimidade, decidiram que o PMDB não terá candidato.

E saíram dali para comunicar ao Presidente da República. Lá estava o Sr. Renan; lá estava o Sr. Sarney, que não compareceu a nenhuma reunião da Executiva, nem à reunião do partido, nenhuma! Mas vai a todas com o Dr. Lula! Lá estava o Sr. Jader, ressuscitando, e foram lá. O argumento que apresentavam, ao partido, é que não deveríamos apresentar candidato a Presidente da República, primeiro, porque não tínhamos alguém de expressão, segundo, porque o importante é eleger governador. Eleger governador. Presidente deixa para depois. Mas eu dizia: eleger governador é importante. E a candidata a governadora do Jader é a Senadora Júlia, do PT. O candidato do Renan a governador é o senhor do PSDB em Alagoas. O que foi Ministro e que agora é o grande líder do PMDB no Ceará tem um candidato, que é do PT. E o grande líder, Dr. José Sarney, no seu Estado, é como ele diz: "O meu partido é a minha filha, não tem tribunal, não tem nada". E, no Estado onde ele tem o título eleitoral e é candidato ao Senado, o candidato que apóia a governador é do PSDB.

Quando falamos para o Collor... Estou ficando meio velho: pensei no Renan e me lembrei do Collor. Quando eu fui falar para o Renan ontem que Alagoas não tem candidato e deveria ter uma candidatura própria, ele respondeu ao meu questionamento: "V. Ex^a sabe que Alagoas não tem uma candidatura própria do PMDB, porque sou Presidente do Senado e, como tal, é impossível ser candidato".

Eu disse: “Sei que V. Ex^a é *primus inter pares*, o número um não só em Alagoas, mas no Brasil. Será que o Estado de V. Ex^a não tem um segundo nome, do PMDB, que possa ser candidato a governador? V. Ex^a está dizendo publicamente aqui que Alagoas não tem candidato a governador porque V. Ex^a é presidente do Senado e não pode ser. Mas não tem um segundo nome?”

Saíram dali e foram ao Palácio. Foram ao Palácio. Está aqui na Imprensa. O *Correio Braziliense* está publicando que o Dr. Sarney, que não foi à reunião, estava esperando para ir ao Palácio. Dr. Renan, Dr. Jader, nosso amigo Geddel, da Bahia, esse comando, que é uma espécie de aliança estrangeira, de legião estrangeira que tomou conta do PMDB. Então, foram ao palácio comunicar que o PMDB não terá candidato. Tudo bem. Foram comunicar que o PMDB vai lutar para ter governadores. Tudo bem. Foram ao palácio para dizer: “Olha, Sr. Lula, nós não temos candidato à Presidência, mas nós vamos lutar e queremos o apoio dos senhores para os nossos candidatos a governador”. Tudo bem. O Jader vai dizer: “Olha, agora mudou. Eu estava apoiando o PT em Belém do Pará, mas agora que nós não vamos ter candidato, o PT vai nos apoiar em Belém do Pará”. Tudo bem.

Não, foram ao Palácio. Sabe quando nós perdemos o pudor, quando nós não temos... Porque todos nós temos princípios, ética, maneira de agir. Há coisas em que temos até medo de pensar alto. Nós perdemos isso. A reunião deveria ser pelo menos fechada. Fechem a porta, não falem nada. Não, mas saiu no jornal. E, se saiu no jornal, é porque deram. E, uma reunião fechada, no Palácio da Alvorada, com o Presidente da República, se saiu no jornal, é porque tem alguma fonte.

A Executiva Nacional do PMDB decidiu, ontem, por unanimidade, enterrar a candidatura própria do Partido à Presidência. Sem candidato, com o cadáver, ainda insepulto, a Executiva Nacional demarcou a convenção que, por determinação judicial, seria realizada na próxima quinta-feira. No final da sessão, os Senadores Renan Calheiros e José Sarney foram ao Palácio do Planalto comunicar a Lula sobre a decisão do PMDB. Eles confirmaram o apoio da ala governista do PMDB ao projeto

de reeleição. Mas ponderaram: é necessário que o Governo resolva com rapidez algumas pendências.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas logo nas pendências, Sr. Presidente? V. Ex^a não quer ouvir as pendências?

É necessário resolver algumas pendências para que o partido entre firme na campanha. Essas pendências referem-se à nomeação de quadros do PMDB, para a diretoria dos Correios, para a Agência Nacional das Telecomunicações, Anatel, para o Ministério da Saúde, para o Ministério dos Transportes.

No encontro, Lula disse a Renan e a Sarney que, após ser confirmado pelo PT como candidato à reeleição, a convenção ocorrerá no próximo dia 24. Convidará o Presidente Michel Temer para uma conversa institucional.

Outros jornais falam mais, Sr. Presidente.

Esse é o MDB, esse é o velho MDB. Não, eles não sepultaram a candidatura do MDB à Presidência da República lá na convenção. Eles sepultaram a dignidade, a ética e a moral da coisa pública lá no Palácio da Alvorada, e sepultaram um nu sem um mínimo de vergonha, sem um mínimo de grandeza, escancaradamente. E já estavam doidos para resolver, resolver, resolver, porque o Governo teria dito que não faria as nomeações enquanto não ficasse resolvido que o MDB não teria candidato. E, ontem, resolvido o assunto, eles foram apresentar a conta. Parece que o Garotinho ainda quer entrar em juízo, porque a juíza mandou fazer a convenção. Mas parece também que a Executiva vai entrar contra, porque não quer fazer a convenção, alegando que não tem candidato. O Garotinho quer se inscrever como candidato e quer entrar em juízo dizendo que quer a convenção. E a informação que tenho é de que o Lula não paga a conta enquanto não resolver esse problema; e estão numa angústia tremenda. Esse é o nosso MDB, Sr. Presidente.

Eu disse ontem, lá, o que digo aqui: não tenho identidade nenhuma com essa gente, Sr. Presidente: Sarney, Renan, Jader, Suassuna, não tenho identidade, mas não vejo identidade

nenhuma dessa gente com o MDB; uma legião estrangeira da qual estão à frente. Pegaram e estão usurpando empregos, favores, vantagens, emendas, vale tudo para manterem os próprios privilégios.

V. Ex^a esteve fantástica ontem no programa Roda Viva, Senadora Heloísa Helena, fantástica. No fundo, a imprensa estava fazendo o papel dela, mas foi duro para que V. Ex^a pudesse aparecer melhor. Vejo com muita alegria a candidatura de V. Ex^a, mas acho que o MDB tinha o direito e a obrigação de ter um candidato.

Numa hora como essa em que parece, de certa forma, que as pesquisas nossas querem arquivar a ética, os bons costumes, a moral e a dignidade, alguém me disse que se aparecer o Lula roubando um supermercado e filmarem, e botarem na televisão, eles vão dizer que o Lula estava roubando para dar para os pobres; porque nada pega contra ele, porque o Governo está aí, pairando acima de tudo e acima de todos. Mas um dia essas coisas virão. Assim como as coisas da ditadura estão aparecendo hoje, esses dias virão à tona. Estou aqui para dizer: Sarney, Renan, Suassuna, essa gente que está usando o nome do MDB sem reunir o partido – a bancada do MDB nunca se reuniu, a Executiva não se reuniu, o Diretório não se reuniu –, quais são os nomes que eles estão levando ao Palácio e em nome de quem a não ser dos seus interesses?

Gente como o Dr. Renan, que desde que abandonou o velho PCdoB – um grande partido – para arrumar dinheiro para a campanha do Collor, foi Líder do Collor, Ministro do Fernando Henrique, coordenador da campanha do Serra e hoje o todo-poderoso do Lula.

Ontem, Senadora Heloísa, perguntaram-lhe o que a Senhora tinha com o PT. Mas quem poderia imaginar que os homens de confiança do Lula, no Congresso Nacional, seriam o Sarney, o Renan, o Suassuna, o Jader, o Geddel? Esses são os homens da confiança do Lula, esses são os socialistas puros que o Lula tem como coordenação do seu Governo.

Venho aqui em nome dos que estão mortos, dos que não podem falar. Ah! se Ulysses estivesse vivo, Tancredo, Teotônio! Ah! se os nossos velhos companheiros pudessem se expressar! Mas hoje é um dia que parece que estamos sepultados, como disse o presidente da Fundação: "Vamos sepultar essa gente; são cadáveres insepultos que estão ali". E eles foram festejar a nossa morte distribuindo os cargos. Não sei se beberam champanhe. Da outra vez, a televisão os filmou bebendo champanhe. Mas o Fernando Henrique é mais elegante, tem o estilo francês, a champanhe era mais apropriada. Naquela vez não apareceu a distribuição dos cargos. Dessa vez eles foram mais objetivos: a champanhe fica para lá; vamos logo distribuir os cargos.

É uma pena, Sr. Presidente. Estou a pensar com a minha gente sobre o que fazer. Primeiro, deixar muito claro, mas muito claro que nós não temos nada a ver com esta gente: Dr. Sarney, Dr. Renan, Dr. Suassuna. Essa gente não é o MDB. Não tem nada a ver com a nossa história, com o nosso partido, estão usurpando o MDB. Mas um dia isso vai terminar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Museu Vivo do Código Penal

Pronunciamento em 10 de julho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não entendo. Eu ainda não tinha visto uma matéria como esta da *Veja*. Falo da matéria intitulada “Museu Vivo do Código Penal”. Estas páginas mostram as pessoas que estão sendo processadas no Congresso Nacional.

Gostaria de dirigir uma palavra a uma pessoa pela qual tenho o maior respeito, a maior admiração, a Presidente do Supremo Tribunal Federal. Essa carioca de nascimento, gaúcha de formação, é a primeira mulher a ocupar o Supremo Tribunal Federal; é a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal e vem mantendo uma atuação de dignidade, de seriedade e de respeito que honra e dignifica o povo brasileiro.

Desde que Sua Excelência assumiu, a atuação do Supremo Tribunal Federal tem sido de retidão, de seriedade e de firmeza; até algumas decisões meio ambíguas que se tomavam desapareceram.

Há um aspecto que acho importante e que talvez seja o mais importante neste Congresso Nacional. Durante muitos anos, ser Parlamentar significava gozar da impunidade. O cidadão que se elegia deputado federal ou senador podia cometer qualquer crime e nada acontecia. Houve um caso de parlamentar comprometido com trânsito de mulheres para o exterior; caso de parlamentar que matou e outro que mandou

matar nos seus estados; casos absolutamente ridículos, que nada têm a ver com imunidade parlamentar. E o cidadão se reelegia sempre para manter a sua liberdade.

A lei dizia que o parlamentar processado seria julgado no Supremo Tribunal Federal. Chegando ao Supremo Tribunal Federal, o Supremo enviava a esta Casa o pedido de licença para o processo. A Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal mandava esse pedido ao Plenário, que autorizava a licença, e o processo se abria, ou não autorizava a licença, e o processo parava. O que faziam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal? Não mandavam o pedido para o Plenário, porque os parlamentares não tinham coragem de mandar suspender um processo contra um parlamentar corrupto que está sendo processado por algo que a sociedade inteira sabia; também não tinham coragem de votar para retirar o processo e não tinham coragem de votar para dar licença porque, dando licença para um, abria-se a porta e dava-se licença para outros. Então, o projeto ficava na gaveta do Presidente da Câmara dos Deputados e na gaveta do Presidente do Senado Federal. Com o processo nas gavetas do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado Federal, nada acontecia.

Lutei muito, Sr. Presidente. Anos a fio, lutei nesta Casa. E consegui. Consegui terminar com esse escândalo. Esta Casa votou, no Senado Federal e, depois, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que terminava com essa imunidade maldita! Hoje, somos parlamentares imunes, sim, pelos nossos atos, pelas nossas palavras, pelas nossas ações, mas não pelos nossos crimes e pelas nossas bandalheiras!

Passou no Senado e na Câmara. Na Câmara, houve uma emenda contra a qual protestei muito na ocasião. Pensei que havia morrido o projeto. Na Câmara, aprovaram que, se houvesse um processo no Supremo contra um parlamentar e a Câmara entrasse com um requerimento na Mesa e a matéria fosse aprovada no plenário, a Câmara poderia retirar o projeto, e o mesmo aconteceria com o Senado. Acreditava que isso ia acontecer. Mas estávamos tão em baixa, a nossa posição era tão ridícula que ninguém teve coragem de votar em plenário.

Até hoje, não houve um parlamentar que, na Câmara ou no Senado, sendo processado no Supremo, a Mesa do Senado ou da Câmara votasse em plenário. Nem ao menos levou a plenário, quanto mais aprovou a matéria.

Então, hoje podemos dizer que nós, Congresso – Câmara e Senado –, não temos nenhuma responsabilidade pela avalanche de processos que pode estar andando por aí, que pode estar lá no Supremo Tribunal Federal e não anda. Não anda porque o Presidente do Supremo mandou um ofício a esta Casa ou à Câmara dos Deputados, que não o responderam; não anda porque está engavetado no Supremo; não anda porque está na gaveta de um Ministro do Supremo; não anda porque a história deste País, ao longo do tempo, diz que o Supremo não julga parlamentar.

Dirijo-me à extraordinária Presidente Ellen Gracie. É algo de novo. Homem nenhum que ocupou o cargo antes dela teve coragem. Mas eu acredito nela. Se o Congresso fez uma CPI, se a CPI denunciou, se foi parar no Supremo, se o Procurador-Geral da República anunciou, estudou e, terminado o seu estudo, mandou para o Supremo e este não rejeitou, não baixou em diligência, mas distribuiu para um ministro, esse ministro não pode ficar com o caso na gaveta. Ele tem de decidir. Quer baixar em diligência? Baixe em diligência. Quer rejeitar? Rejeite. Ou, então, peça a aprovação.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

*O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador, V. Ex^a aborda um tema que saiu na revista *Veja* desta semana. Mas a lei também diz que nenhum cidadão pode ser considerado culpado sem que o processo esteja transitado em julgado. Eu consto nessa relação com três acusações da Oposição, quando fui governador do Estado. A primeira: uma empresa fez uma doação dizendo que é crime eleitoral – doação legítima – e, após eu perder a reeleição, entrou com uma ação dizendo que não tinha feito a doação. E fez. Quer dizer, não sou eu que estou falsificando ideologicamente; ela, sim, falsificou.*

A segunda: uma denúncia do ex-Senador Amorim, dizendo que eu cometi um crime contra o sistema financeiro por ter liquidado o Banco do Estado, que estava falido. O Banco do Estado foi acompanhado pelo Banco Central, não tinha mais condições de sobreviver e entrou em processo de liquidação. Aí, o ex-Senador Ernandes Amorim, que era oposição ao meu governo, fez essa acusação, que também é improcedente. A terceira: o julgamento de um juiz de primeira instância sobre atos dos meus secretários, imputando a mim também a responsabilidade. Já estou com o parecer favorável do Ministério Público Federal, do Procurador Wagner Natal, e o Ministro Celso de Mello, que está com esse processo há quatro anos, não julga. Eu quero que julgue. Coincidentemente, há duas semanas, pedi uma audiência com ele...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está lá no Supremo?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Está no Supremo. Pedi uma audiência com ele, Senador Pedro Simon, e me disseram que só vai voltar em agosto – está de férias agora – e vai me conceder essa audiência. Eu quero que julgue, porque estou com parecer favorável do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e sou inocente nesse processo. Os dois Ministérios Públicos já me inocentaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não sei se V. Ex^a é inocente ou é culpado. Pelo que eu o conheço, tenho a convicção de que V. Ex^a deve ser inocente. Mas o que é importante é que V. Ex^a está sendo processado no Supremo Tribunal, está pedindo para ser julgado e o Supremo não julga.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu já estive pessoalmente, no início do meu mandato...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não dá para entender, tchê! Isso é que é importante. Ele está sendo processado no Supremo Tribunal, não está pedindo para aguardar, não está pedindo para arquivar, não está pedindo para colocar na gaveta, está pedindo: julguem-me. E o Supremo não julga. Eu não entendo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu quero que julgue, porque vira e mexe a Oposição vem e apresenta isso como se fosse um processo, uma condenação. Eu quero que julgue. Eu vou pedir pelo amor de Deus ao Ministro Celso de Melo, que é o Relator do processo, que julgue o meu processo no Supremo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho muito importante o pronunciamento de V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um minutinho só.

Eu quero repetir aqui: tenho o maior respeito pelo Supremo Tribunal Federal, tenho o maior respeito pelas figuras. Por alguns integrantes do Supremo Tribunal, então, tenho um verdadeiro carinho.

Essa é uma parte profundamente delicada. O Supremo, na verdade, fica numa posição realmente difícil de compreender. Por exemplo, na questão referente aos quarenta ladrões, o relator disse que vai levar não sei quantos anos. Eu acho que tinha a fórmula de decidir: fracionar em quarenta processos, baixar diligência ao Tribunal inferior e, depois de feito o escoamento, subir ao Supremo Tribunal.

Mas há casos que são isolados. O Presidente do Banco Central foi denunciado pelo Procurador-Geral da República e é isolado o caso dele. O Sr. ex-Senador e ex-Presidente desta Casa, hoje Deputado Federal pelo PMDB do Pará, está sendo processado, denunciado pelo Procurador-Geral da República e não é julgado. Outro, ex-Ministro, o Procurador-Geral da República denunciou. Eu e mais alguns viemos a esta tribuna e dissemos que ele não podia continuar ministro, tendo sido denunciado no Supremo. Ele deixou de ser ministro, hoje é Líder do Governo...

Ora, minha ilustre querida Presidente do Supremo Tribunal Federal, esses casos não dá pra entender. Aliás, o Presidente da República pode dizer: é um caso que está no Supremo, não foi julgado. Eu não posso julgar antes do Supremo.

É uma coisa estranha. Eu não fui presidente da República, mas fui governador de Estado e fui ministro. Eu sempre soube que a situação era diferente. Existem casos, existem posições que o cidadão, para exercê-las, tem de ter unanimidade do respeito da sociedade. Não pode haver dúvida. Pode haver dúvida sobre o Pedro Simon, porque eu sou um senador da República e vou ser julgado pelo povo, mas não pode haver dúvida com relação ao presidente do Banco Central. O presidente do Banco Central é a figura até mais importante do que o presidente da República no que tange à moeda, no que tange ao sistema financeiro, no que tange à situação do dólar, no que tange à situação das exportações. Ele dita, ele é o coração, é o sentimento desta Nação. No mundo inteiro, qual é o lugar em que o presidente do Banco Central é denunciado como organizador de quadrilha e não sei mais o que pelo procurador-geral da República, essa denúncia é aceita no Supremo, vai para a mão do relator, e esse relator não faz denúncia, não arquiva, não baixa em diligência, não absolve e não denuncia?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o presidente da República fica na espera. Fica na espera! Não só fica na espera, mas o presidente da República pega um homem como esse, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal, denunciado pelo procurador-geral, denúncia aceita, homem esse que era presidente de um Banco Central, cargo subordinado ao ministro da Fazenda, pega esse homem e cria o ministério do Banco Central. Esse homem, o presidente do Banco Central, é ministro. Ele não deve mais nenhuma obediência, nenhuma fidalguia ao Ministro da Fazenda.

Aliás, é algo interessante: temos hoje o ministro da Fazenda que é o ministro da Fazenda, mas quem dirige o câmbio é o ministro-presidente do Banco Central. Um homem processado no Supremo é Presidente do Banco Central e é promovido a Ministro da República. E o presidente diz que não pode fazer nada enquanto não houver julgamento!

Perdoe-me, ilustre, brilhante e extraordinária presidente do Supremo Tribunal Federal. Essa é uma questão que não é da senhora, essa é uma questão que vem de longe. Mas, assim como uma mulher assumiu pela primeira vez o Supremo e alimentou a esperança do povo brasileiro, quem nos diz que será essa mulher que haverá de tomar providência nesta matéria?

Pois não, Senador Ney Suassuna. Ouço, V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, como líder da Bancada eu recebi de três senadores um pedido que levei até o Supremo, um pedido que levei ao Ministro Jobim. Os três pediam que fossem julgados, que os processos deles fossem julgados. Eram os Senadores Luiz Otávio, o nosso Valdir Raupp e o nosso Romero Jucá.

Os três pediam que fossem julgados o mais rápido possível. Eles querem o julgamento. E eu falei com o Ministro Nelson Jobim. Perdão, ainda tinha o Senador Leomar Quintanilha, que veio posteriormente. Então, quatro senadores que estão com seus processos injustos, na versão que eles me deram, querem o julgamento e não conseguem obter o julgamento. V. Ex^a está coberto de razão. Existem certas ocasiões em que precisamos pegar um atalho e fazermos o julgamento para o bem ou para o mal. Mas é preciso que haja. Em outras ocasiões, não chega nem a haver julgamento. Há uma acusação e fica no limbo e não sabemos se é inocente ou culpado. Eu, por exemplo, tenho andado... Uma senhora que não conheço, que nunca vi, falou sobre mim e estão dizendo toda hora: ele é suspeito. Eu quero que aprofundem. Já fui na CPMI e pedi que aprofundassem. Quero que virem de cabeça para baixo. Quero a verdade! Mas a gente não consegue. V. Ex^a está coberto...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a não tem processo andando. Pelo menos não tem processo julgado.

Agora, V. Ex^a está trazendo um fato ainda mais sério. Não sabia. Quer dizer que o Senador Romero Jucá...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – São quatro: Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Luiz Otávio e Romero Jucá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São quatro senadores da República que estão sendo julgados no Supremo Tribunal Federal e são processos isolados. Não tem isso de dizer que são quarenta, o que é muito difícil, muito complicado. São processos isolados e que devem ser julgados. Por isso dizemos que o Brasil é o país da impunidade. Por isso diz-se que no Brasil só ladrão de galinha vai para a cadeia. E estou falando isso porque, desde que saiu essa edição da revista, todos os meus companheiros têm me telefonado: O que vai acontecer? Não vai acontecer nada? Com político não acontece nada.

Como é que vou querer que um juizinho do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina... Como é vou querer que o Tribunal de Sergipe tome uma decisão, se o Supremo não toma? O exemplo tem de começar de cima.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No momento em que o Supremo Tribunal decidir: julgue o ex-ministro Fulano de tal, julgue o senador, julgue o deputado, julgue o presidente do Banco Central – condene ou absolva, mas julgue – quero ver se os juízes e os tribunais regionais não vão tomar vergonha, não vão fazer a mesma coisa, não vão trabalhar.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, já estou achando também, por outro lado, que o Supremo está julgando, sim, senhor. Inclusive, o meu caso – e eu fui contemplado com um retratinho nessa revista – o meu caso foi julgado. A Procuradoria-Geral da República mandou para o Arquivo; o Supremo aceitou e mandou para o Arquivo. E a revista publica. Analise também o aspecto da publicação, que muitas vezes não é verdadeira e às vezes há muita injustiça colocada nas fotos para execração nacional. Esse ponto tem de ser também atacado, porque a imprensa é importante, mas não pode ser omissa nem trazer para o povo

uma versão diferente da realidade dos fatos. Portanto, para mim essa reportagem não diz a verdade nesse ponto. Não se trata de não querer julgamento. Já fui julgado e o processo foi arquivado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, V. Ex^a não foi julgado. V. Ex^a, em uma reportagem considerada injusta, obteve o direito de resposta, o que eu acho absolutamente correto. Eu acho que, se há algo que é muito importante, e se há algo que é absolutamente necessário, é...

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Não é esse o ponto. Não é esse o ponto. É que não existe esse inquérito correndo no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal, atendendo ao pedido de arquivamento por parte da Procuradoria-Geral da República, mandou arquivar. É diferente. Agora, eu não quero saber de resposta para a revista, porque isso é uma mixórdia. Não tem responsabilidade dessa resposta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu digo e repito: eu não sou contra a imprensa publicar. Eu sei que isso mexe com a honra e a dignidade, e acho que a imprensa deve ter muito cuidado nesse respeito. Eu mesmo, nessa mesma revista, já sofri. Sofri e sofri muito com relação a mim e à minha falecida mulher. Mas nem por isso eu pedi censura. Acho que essa decisão que o PT quis tomar, de apertar a garganta do promotor e do juiz para que o processo fosse sigiloso, seria algo tremendamente injusto e tremendamente absurdo.

Eu acho que quem é homem público tem de arriscar. Ele coloca o seu nome à disposição. E por isso que eu digo que, para colocar o seu nome à disposição, para que nós os homens de bem possamos continuar sendo homens de bem, respeitados pela sociedade, é importante que haja o Código Penal funcionando. E isso significa o seguinte: punição a quem comete um crime. Isso significa que lugar de ladrão é na cadeia, seja ele ministro, seja ele senador, seja ele quem for. E não o lugar de ladrão de galinha é na cadeia e o restante é o restante.

Se o Presidente permitir, concederei o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu agradeceria muito a sua compreensão. Senador Pedro Simon, mesmo porque, nessa revista, colocaram o meu retrato. E eu queria explicar, desde que o senhor faz essa colocação à Nação – o que eu acho importante. Eu quero exatamente mostrar um fato que também o senhor apontou e que é importante: o Supremo precisa julgar esses casos. O meu caso é muito simples, Presidente. Em 1989, eu trabalhava em banco e era responsável por uma área operacional. Eu morava em Salvador, e um gerente do banco em Ribeirão Preto, São Paulo, abriu uma ou várias contas supostamente fictícias. E todos os diretores operacionais do banco foram arrolados como culpados nesse processo. Acontece – e faço questão de dizer até para o senhor, Senador Pedro Simon – que o processo que foi aberto pelo Banco Central, no meu caso, foi arquivado! O processo foi arquivado. Depois, isso foi para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, onde é obrigado a ir. O Conselho arquivou o processo. Como são vários envolvidos nesse caso – envolvidos quanto ao fato de esse gerente ter envolvido outras pessoas – eu pedi ao juiz lá de Ribeirão Preto que isso viesse ao Supremo, acreditando que isso seria resolvido imediatamente. Já lá se vão quase cinco anos que o processo está no Supremo. Isso é um caso ocorrido em 1989, quando eu não era... Eu não tinha nada a ver com isso, absolutamente nada a ver com isso, não fazia parte daquela área da instituição. Em 20 anos de atividade bancária, não existe uma só referência a meu nome que desabone a minha conduta no banco. Agora, fico sujeito, então, a que o Supremo Tribunal Federal julgue ou não. E eu quero que julgue. Quem pediu que fosse ao Supremo fui eu para que ele finalmente julgasse e isso não ficasse aparecendo no jornal ou fizessem alguma insinuação a respeito. Isto é um absurdo: ninguém pode ter o seu nome mencionado dessa forma sem que haja um julgamento. Trago aqui esse esclarecimento – e o farei de outras formas à própria revista – no sentido de aclarar definitivamente o assunto.

OS SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tenho condições de entrar nos vários casos que estão sendo analisados. Só chego a uma conclusão. Todos eles dizem o seguinte: “Estou

com o meu nome 'pendurado' no Supremo, peço que o Supremo julgue, e o Supremo não julga". O Supremo deveria dar uma resposta para nós. A ilustre e extraordinária Presidente do Supremo poderia nos dar um esclarecimento sobre essa matéria.

Volto a repetir: juro que não entendo o presidente do Banco Central ser processado no Supremo Tribunal Federal, denunciado pelo procurador-geral da República, a denúncia ser aceita pelo Supremo, e não só ele não ser julgado, como ficar no Banco Central e ser promovido a ministro! Não conheço outro lugar do mundo em que o presidente do Banco Central seja ministro!

Não conheço um outro lugar no mundo onde o presidente do Banco Central seja ministro. Nos Estados Unidos, em qualquer lugar, é presidente do Banco Central. No Brasil, a vida inteira foi presidente do Banco Central, diretamente ligado ao ministro da Fazenda. Hoje, não. Hoje ele é o presidente do Banco Central, ele é quem decide. Ele é quem decide. E o Supremo não julga. Então, minha querida, extraordinária, fantástica Presidente do Tribunal, quando dizem que este é o País da impunidade, digo o seguinte: e vai continuar sendo a vida inteira o País da impunidade se o exemplo não começar de cima. Lá, o Supremo deve ter a coragem de julgar senador, ministro e deputado, empresário ou seja lá quem for. Tem de começar no Supremo Tribunal, porque aí os tribunais inferiores, tenho certeza, acomodam-se-ão nessa posição.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, quem deve tem de pagar. Acusações surgem de toda forma, principalmente no período eleitoral. Chega o período eleitoral, começam as acusações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O caso do presidente do Banco Central começou quando não havia ainda período eleitoral, vem de longe.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Certo, esse é um caso. Aqui são políticos que estão na revista, são políticos. A Lei Eleitoral diz o seguinte: quem tiver condenação não pode ser candidato. Muitos que aqui estão são candidatos, mas foram

condenados. Vejo no caso de Santa Catarina, do Balneário Camboriú, a contratação de um advogado por notório saber; especialização. Então, um outro advogado denunciou. O processo ficou treze anos tramitando. Nós estivemos falando com o Ministro Nelson Jobim uma vez, para que fosse julgado esse processo, a fim de que não ocorresse o levante do assunto em cada eleição. Senador Pedro Simon, vejo que aqui não estão fotos de pessoas como, por exemplo, o Presidente Lula. Existe acusação da justiça contra Sua Excelência, que responde a processo, bem como inúmeros governadores e prefeitos do Brasil. A lei eleitoral é clara quando diz que quem tiver condenação não pode ser candidato. E quem deve tem de pagar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, Senador, o sujeito nunca é condenado.

Agora, o presidente do Tribunal de Contas da União apresentou o número de 2.700 prefeitos e lideranças políticas que estão em crime contra o patrimônio e não podem ser candidatos. S. Ex^a entregou a lista no Tribunal Superior Eleitoral e esses nomes listados não podem mais ser candidatos. Mas o advogado entra com ação num “juizinho” qualquer, o juiz concede permissão e o sujeito continua candidato.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Aqui há um caso, Senador, do Deputado Edson Andrino. O processo contra ele é uma vergonha. Existe há muitos e muitos anos. Eu nem sei por que está aqui a foto dele.

Há casos que, realmente, temos de combater. Aqui há pessoas envolvidas com o “mensalão”, com roubo dos cofres públicos, mas há outros que, realmente, não dá para aceitar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, quero louvar o discurso de V. Ex^a, que sempre teve essa tese – não é de hoje –, e dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. O companheiro Rodolpho Tourinho, um homem

íntegro em todos os aspectos da sua vida, está passando esse dissabor por culpa do não-andamento de um processo. V. Ex^a, entretanto, ainda tem algo mais grave. V. Ex^a é admirador da Ministra Ellen Gracie. Eu também o sou. É uma pessoa magnífica. Temos de discutir com S. Ex^a o problema do aumento, pois desembargadores se reuniram porque querem ganhar mais de 35. A lista que apareceu não é exata. Os desembargadores ganham mais do que o que está naquela lista que apareceu no jornal hoje. Também não é possível que o Judiciário e, depois, o Legislativo fiquem com vencimentos tão altos em relação aos membros do Executivo. Isso acarreta despesas para os estados, porque têm de seguir aquela diferença. Peço a V. Ex^a que também me ajude na minha fala com a Ministra Ellen Gracie no sentido de encontrarmos um caminho decente para todo o funcionalismo público, e não apenas para o Judiciário ou o Legislativo. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Confesso a V. Ex^a que estranhei, quando vi, nos jornais do Brasil e do Rio Grande do Sul, os presidentes dos Tribunais fazerem o pedido de reajuste.

Não discuto nem se isso é justo, é lei, eles têm direito, mas achei que, num ano eleitoral, quando estamos brigando por um salário mínimo que é uma ninharia... Assim como nós, senadores, não temos coragem, de aumentar os nossos, e acho que ninguém teria coragem de fazer isso agora, creio que o Judiciário daria um bom exemplo, embora eu reconheça que o Poder Judiciário é aquele em que o cidadão é juiz, só juiz, não pode exercer outra missão, outro cargo e aquele é o seu salário definitivo, mas que a hora é infeliz, é infeliz. Quando vemos o outro lado...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Perdão, Excelência, pode acumular com o magistério.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso não conta. É a única coisa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pode, inclusive, ter uma gratificação de R\$3.700,00 do Tribunal Eleitoral,

quando é juiz eleitoral. Há uma série de coisas. Hoje mesmo, o jornal disse. Para V. Ex^a cair da tribuna – não quero que isso se faça, V. Ex^a nunca pode cair de lugar nenhum, V. Ex^a tem de estar nas alturas –, mas, na Bahia, o desembargador ganhava uma gratificação de 20% do salário porque era formado em Direito. Como se fosse possível ser desembargador sem ser formado em Direito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero dizer, com toda sinceridade, que o Tribunal e o Congresso Nacional tomaram providências que considero da maior importância. Era um absurdo o que acontecia. Imaginávamos que o STF mandava no Judiciário brasileiro, assim como havia quem imaginasse que o presidente do Congresso mandava nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Não. Há autonomia.

Hoje existe o Conselho da Magistratura. Agora, mudou. O Conselho da Magistratura está se reunindo. A primeira decisão é a de que não pode haver parentes – no Supremo nunca houve, diga-se de passagem, mas eles tinham. Segunda decisão: limitou o teto, o que está gerando uma guerra no interior. No Rio Grande do Sul, por exemplo, disseram que não vão cumprir a determinação.

V. Ex^a levantou um assunto da maior importância, e as coisas estão se encaminhando pelo menos de maneira positiva. Pelo que estamos falando, creio que V. Ex^a vai concordar comigo. Não podemos falar em fim da falta de impunidade, ou seja, o Brasil não vai deixar de ser o País da impunidade, se o exemplo não vier de cima. Não vai ser. Por melhor que tenha sido a atitude da atual Deputada, quando juíza, no Rio de Janeiro, ao colocar na cadeia os bicheiros – uma atitude espetacular, que lhe rendeu manchetes no Brasil inteiro –, ela não resolveu o problema. Não vai ser uma juíza que vai começar, mas o Supremo, quando decidir, por exemplo, se o presidente do Banco Central está sendo condenado injustamente: se está sendo injustamente denunciado, tem o direito de ser absolvido pelo Supremo Tribunal; se tem culpa, se o procurador está certo, tem a obrigação de ser condenado.

Eu confio na Presidente do Tribunal, que, com aquela singeleza e aquele olhar firme, demonstrou a capacidade e a firmeza para decisão. Dou nota 10 à sua atuação até aqui, inclusive em questões complicadas, que S. Ex^a decidiu com seu estilo e seu ritmo de ser. Reparem que, desde que S. Ex^a assumiu, não há interrogação alguma com relação às decisões do Supremo. O que estou falando não se refere a ela, mas a algo que existe há muitos anos.

Peço a Deus que a ajude e dê a S. Ex^a condições e força para vencer aquilo que o Supremo não fez até hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ética dá voto?

Pronunciamento em 11 de julho

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, interessante a coluna do ilustre cronista Merval Pereira no jornal *O Globo* de hoje. “Ética dá voto?” – pergunta o jornalista. Essa matéria está cercada de outra que se refere à volta dos políticos: os técnicos equacionaram o problema dos Correios, o que parecia que ia levar muito mais tempo, mas os políticos voltaram ao comando dos Correios.

Outra matéria: “Severino guarda 320 mil reais em casa”. Vai gastar mais de um milhão na campanha, mas os amigos vão custear.

A outra matéria que cerca a do jornalista é: “Lula defende a entrega de cargos”. Lula acha que o Ministério deve ser entregue de cima a baixo – “porteira fechada”. Fechou a porteira, e ali só entra alguém daquela agenda.

Vamos ver, então, uma competição interessante: o Ministério do PMDB *versus* o Ministério do PT, *versus* o Ministério de não sei o quê. Em que vai terminar?

A matéria mais importante: “Lula recebe cúpula do PMDB em meio a mais pressão por cargos”. Quem estava lá, quem não estava não sabemos. Mas o jornal *O Globo* notifica, com a manchete: “Entre os presentes estava Jader”, o que já dá o gabarito dos membros que fizeram parte daquela reunião. Mas a pergunta é esta: “Ética dá voto?”

A defesa da ética, que já foi uma bandeira que diferenciava a atuação dos petistas na política brasileira, depois que se revelou apenas retórica eleitoral passou também a ter, por parte dos “pensadores” do partido, uma interpretação toda própria, como parece ser toda pessoal a ética do próprio presidente da República, que considera não apenas aceitável ser desinformado sobre questões cruciais que atingiram toda a estrutura de seu governo, como insiste em repetir os mesmos erros que geraram os fatos delituosos que finge ignorar, como a desafiar a opinião pública.

Uma das “promessas” que o PT fez durante os momentos mais agudos da crise política que se envolveu a administração de Lula foi de que as coordenações das campanhas políticas não seriam mais misturadas com as do PT, para evitar “mal-entendidos”.

Essa mistura de contabilidade petista com a da campanha de 2002 teria levado o então tesoureiro do partido, Delúbio Soares, a exorbitar de suas funções, segundo a versão oficial. Pois muito bem, vem a campanha para a reeleição e o que acontece? O novo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, vai dividir as funções com o prefeito de Diadema, José de Filippi Júnior, da mesma forma que Delúbio dividia as funções com Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto. José de Filippi Jr. pertence à dinastia petista que vem desde os anos 90 do século passado ocupando prefeituras do interior, onde nasceu a prática de arrecadação de “dinheiro não contabilizado” para as campanhas petistas, segundo acusações de fundadores do partido, como César Benjamin, hoje candidato a vice de Heloísa Helena, e Paulo de Tarso Venceslau.

Além desse *pedigree*, Filippi carrega consigo uma outra sina, que parece perseguir os petistas do alto escalão: não tem como explicar o pagamento, com recursos próprios, de uma multa que recebeu por ilícitos eleitorais. Teve de recorrer a um “tio Mário”.

E o “tio Mário” emprestou R\$180 milhões, assim como Lula recorreu a Paulo Okamoto para pagar sua dívida ao Partido.

É impressionante esse artigo, Sr. Presidente. Peço sua transcrição, na íntegra, nos *Anais*.

Ouço V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a se reporta ao artigo de hoje do jornalista Merval Pereira. V. Ex^a com certeza leu a resposta dada por um vice-presidente do PT, ex-assessor especial do Presidente da República, quando lhe perguntaram se não haveria constrangimento na presença dos mensaleiros no palanque do Presidente. Resposta textual: “Eles vão participar do palanque do presidente como todos os que apóiam a reeleição. O único constrangimento seria se eles não tivessem votos”. E não preciso dizer mais nada, Senador!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Penso que esse comentário, cuja transcrição peço na íntegra, merece uma análise muito profunda.

Quando Tarso Genro assumiu a Presidência do Partido, afirmou que o faria para refundar o PT: “Eu refundarei o PT. O problema do PT não é o Judiciário, não é a Procuradoria, não é a Comissão de Ética, nem a Comissão Mista, nem o Plenário. O problema do PT é o congresso do PT, é a convenção do PT, é o diretório do PT. Nós é que temos de punir a nossa gente; nós é que temos de liberar, de limpar o PT, de separar os que são dos que não são”.

Vim a esta tribuna e dei nota dez ao Tarso. Eu disse que ele faria um favor fantástico ao PT, algo realmente extraordinário, porque, do fundo da desgraça, do fundo do abismo em que havia sido colocado, o Partido renasceria das cinzas, e nasceria um novo PT. É claro que o Ministro Tarso, ao falar isso, deve ter conversado com o Presidente Lula. Ele não diria “Vou fundar um novo PT”, sem falar com o Presidente Lula. Mas três meses depois, o Sr. Tarso Genro estava fora da direção do PT. Elegeram outro.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte.

Elegeram outro presidente, que não pensou em punir os culpados, que não pensou em abrir inquérito contra os culpados, mas que decidiu qualquer assunto com relação a mensalista ou coisa que o valha só no ano que vem. Este é um ano eleitoral.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Desculpe-me interrompê-lo mais uma vez, Senador Pedro Simon, mas um homem da estatura de V. Ex^a merece ser aparteado mais de uma vez. Assisti ao último capítulo da novela *Belíssima*, da Globo, e me ficou aquela cena inesquecível, em que a grande vilã, interpretada pela excepcional atriz Fernanda Montenegro, depois de ter driblado a polícia, entra no avião a jato, a caminho de Paris, olha para baixo e diz com olhar de desprezo: “Bando de idiotas!”. Penso que, neste momento que o País vive, é dessa maneira que pessoas como eu e V. Ex^a, como os brasileiros todos de bem, que são milhões, são olhados por essa gente. Eles nos olham, Senador, e pensam: “Bando de idiotas!”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não diria que V. Ex^a é um desses, mas que V. Ex^a é referência nesta Casa. V. Ex^a é um nome que tenho orgulho de ter como amigo. E tenho uma felicidade muito grande em acatar as idéias de V. Ex^a com tanta facilidade.

Tenho visto a irritação de V. Ex^a e tenho reconhecido essa pergunta do jornalista. Vou ser muito sincero, Senador, nunca pensei se ética dá voto. Até, com toda sinceridade, na minha opinião, ética não dá voto. O que é ética? É fazer o que deve ser feito, é fazer as coisas que devem ser feitas. A ética não faz caridade, a ética não tem a grandeza de fazer justiça, de distribuir favores. Não. É apenas fazer a parte dele. Um cidadão que é ético não significa que ele seja mais do que ninguém, não significa que ele deva agradecimentos de quem quer que seja. Um cidadão, que pode ser um empresário, pode ser um político, que tem atos de grandeza, de espírito público, que pega parte de sua renda e distribui, que trabalha para os pobres, que faz uma série de atos de generosidade,

de caridade, esse merece o respeito, merece credibilidade, merece o agradecimento e, se fosse o caso, mereceria voto. Agora, ética não merece voto. Ética é a obrigação de fazer aquilo que deve ser feito.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Vou interrompê-lo pela terceira vez.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode falar, é uma honra para mim.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – O grande, inolvidável e imortal Jorge Luís Borges, argentino, dizia o seguinte, Senador Pedro Simon: “A pessoa que se comporta eticamente pensando em vantagem, essa pessoa não é ética”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é ética. Aliás, V. Ex^a diz com uma rara felicidade: se sou ético porque quero angariar voto, quero angariar credibilidade, quero somar, não vou conseguir somar. Aliás, é o que diz o Evangelho; ou seja, se você quer fazer o bem, se você quer fazer caridade, se você quer fazer algo de positivo, se você quer dar uma esmola, faça-o em silêncio. Que a sua mão direita não saiba o que a sua mão esquerda fez. Se você quer rezar, recolha-se em seu quarto e reze em silêncio. Não faça isso na sinagoga, gritando para que todo mundo ouça. Se você quer fazer jejum, arrume-se, faça a barba normalmente, para que ninguém veja que está fazendo jejum. Se você fizer jejum fazendo assim, já teve a sua compensação. Se você der esmola mostrando para todo mundo, você já teve a recompensa aqui e não terá lá em cima. Se a sua ética é para você aparecer, para todos olharem, para mostrar que é bonito, não é mais ética. É um sentimento que pode ter qualquer nome, menos esse.

Assim, concordo: ética não dá voto, meu querido amigo Merval Pereira e nem deve ter por objetivo buscar o voto. O que deve ser analisado é o exagero da falta de ética e, à medida que as pessoas demonstram não ter ética, é mais do que não ter ética. As pessoas que são criminosas e cometem delitos, isso é muito mais que não ter ética. Ética é o cidadão receber ou não receber, pegar ou não pegar uma van. Agora, crime é crime. Por exemplo, o cidadão que está sendo denunciado

pelo Supremo Tribunal Federal; o cidadão que o procurador da República denunciou. O cidadão que cometeu um delito e permanece no cargo, como o presidente do Banco Central!?

Não posso dizer que o presidente do Banco Central é criminoso, mas também não posso dizer que ele é inocente, já que o procurador-geral da República fez uma denúncia contra ele, essa denúncia foi aceita pelo Supremo Tribunal Federal, está na mão de um procurador. O procurador aceitou a denúncia. Ele está sendo processado no Supremo. Presidente do Banco Central!

Em que país um presidente de Banco Central é processado e continua presidente do banco? No Brasil, ele continua presidente do Banco Central e ainda é promovido a ministro. Não conheço outro lugar onde o presidente do Banco Central é ministro. Ministros são: o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento, o ministro de não sei o quê. Presidente do Banco Central é presidente de Banco Central. No Brasil, temos um ministro presidente do Banco Central.

Nem é questão de ética, meu querido Merval Pereira; não é uma questão de ética. Não posso querer analisar se o presidente do Banco Central tem ou não ética. Ele está sendo denunciado por crime. Não posso chamá-lo de criminoso, porque ainda não foi julgado, mas, se a denúncia foi feita pelo procurador-geral da República, aceita pelo Supremo e está na mão do ministro do Supremo, ele não poderia ser promovido a ministro. Ele não poderia estar lá. Esse é o Governo do Senhor Lula. Como esse caso, há mais. Outros ministros deste Governo têm processo no Supremo.

Tem mais gente que está sendo denunciada e está no Governo. Essa é a pergunta a se fazer.

No jantar de ontem com o presidente estava lá o Sr. Jader, que está sendo denunciado no Supremo. E dizem que vai ser o coordenador do MDB na campanha do Senhor Lula. Um cidadão que renunciou ao Senado para não ser condenado, que é denunciado pelo procurador-geral da República e que o Supremo aceitou a denúncia. Mas aonde é que o Lula quer chegar?

Oiha, volto a dizer. Quando o Sr. Tarso Genro assumiu a Presidência do PT, acreditei nele, pois o considero um homem de bem. Quando ele assumiu a articulação e começou a falar, acreditei nele, porque pensei que a articulação de uma organização que fizesse partidos participarem, e não grupo, e não o Sarney e o Renan resolverem tudo e nomearem tudo em nome do PMDB, o partido participar, porque há uma diferença muito grande entre o que pensa e o que faz. E, infelizmente, os que pensam no PT estão caindo fora.

Está ali meu amigo Suplicy. Esse pensa. Esse fala.

Mas penso que o meu amigo Suplicy no PT é mais ou menos que nem eu no MDB. Dr. Renan, Dr. Sarney, Dr. Suassuna, quando o Pedro Simon fala na tribuna e critica o MDB, dizem: São coisas do Simon. Simon pensa que está num mosteiro e não numa Casa política. O Suplicy deve ser mais ou menos assim no PT. Lembro-me quando o Suplicy insistiu, porque ele achava que o Lula deveria vir aqui no início do ano e fazer a apresentação, o ridículo que se falou. E quando foram feitas acusações contra o Lula, o Senador Suplicy disse: Não, o Lula tem de ir lá no Senado pedir para falar. E fala. Cá entre nós, se o Lula chegasse aqui, pedisse a palavra e falasse, íamos ter de respeitar. Ele falou?

“São coisas do Suplicy”.

Oiha, meu ilustre Presidente Lula – antigamente, eu dizia: olha, meu amigo Lula, não sei se posso dizer isso, porque se eu falar ele é capaz de dizer que não – Vossa Excelência não está seguindo o melhor caminho. Apesar de Vossa Excelência falar em certa humildade e pedir ao PT que não ande de salto alto, quem vê a sua maneira de falar e de agir sente que Vossa Excelência acha que já ganhou. A Globo acha que Vossa Excelência já ganhou; na verdade, ela faz uma forcinha danada para que isso aconteça, e ainda há coisas em que a Globo jamais erra.

Realmente, ilustre Presidente, vi o fim da novela e, a propósito, hoje aprovamos na Comissão de Educação – o Senador Paulo Paim teve a gentileza de fazer a sua defesa – um

convite para que o autor da novela *Belíssima* viesse falar na Comissão da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Também defendi, Senador, fui signatário ao lado de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Ele virá à Comissão para falar sobre o que disse nas páginas amarelas da revista *Veja*. Ele disse que, ao ver as enquetes que a Globo faz diariamente sobre os seus personagens para dar andamento à novela, teve um choque tremendo. Nas pesquisas de cinco anos atrás, o povo ainda torcia para o mocinho e para a mocinha, mas hoje o mocinho é visto como um chato. O mocinho era um homem bacana casado com uma mulherona, e o malandro fez de tudo e pegou a mulher dele. A resposta das pesquisas foi que ele agiu corretamente, agiu bem, pois ele gostava da mulher, que era bonita. Quanto ao marido dela, disseram que era um chato e tinha de perder a mulher mesmo. Essa foi a resposta obtida na enquete popular que a Globo fez. Isso é muito grave.

Mais adiante, falando sobre essa mesma enquete, ele diz que as manchetes políticas são apresentadas como as grandes responsáveis por essa mudança de pensamento da mocidade em cinco anos. É o que eles vêem acontecer na classe política, na qual roubam, matam e nada acontece.

É a impunidade que eles sentem e vêem. Aconteça o que acontecer na classe política, quem está ganhando está sempre por cima. E é aquela história: ladrão de galinha é que pega cadeia. Aliás, eu já disse e repito aqui: o Maluf agüentou trinta anos com a imprensa em cima dele e saiu ileso. Quando saiu no jornal que ele estava envolvido com negócio de frango, eu disse: “Vão pegá-lo”. E pegaram. Pegou cadeia.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, eu pediria que V. Ex^a fosse rápido porque o tempo está esgotado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei muito breve. Senador Pedro Simon, V. Ex^a lembrou a sugestão que fiz ao

Presidente Lula. Quero dizer que se trata de uma sugestão que o Presidente Lula poderá a qualquer momento aproveitar; não foi feita especificamente para esta ou para aquela situação. Quero dizer, em primeiro lugar, que se trata de algo possível do ponto de vista constitucional, está permitido pela Constituição. O presidente, se assim achar adequado, poderá aqui vir um dia, basta que combine com o presidente do Senado Federal. Poderá Sua Excelência fazer uma exposição sobre os assuntos que avaliar relevantes. Poderá ser combinado, digamos, de os líderes ou os que estes designarem formularem observações, perguntas, às quais o presidente poderá responder. Quando fiz essa sugestão ao presidente, inclusive por carta, o Ministro Tarso Genro observou que não a considerava adequada. Acontece que, poucos dias depois, ele disse que já havia previsão na Constituição daquilo que é possível e do que não é possível. Pois bem; poucos dias depois, por ocasião da comemoração dos 180 anos do Senado, estando o Presidente Lula em Viena, o presidente da República em exercício era o Senador Renan Calheiros, nosso presidente. Como presidente da República, Sua Excelência compareceu ao Senado. Naquele dia coincidiu de todos os líderes falarem sobre um mesmo tema – eu tive a honra de ser designado pela Líder Ideli Salvatti para fazer uma reflexão sobre os 180 anos do Senado. Logo após a palavra de cada um dos líderes, o presidente da República em exercício naquele dia, o Senador Renan Calheiros, também falou, respondeu às reflexões que os diversos senadores fizeram. Com isso, eu apenas quero aqui ilustrar que a Constituição brasileira permite que isso seja feito. Se o Presidente Lula um dia quiser, espontaneamente, aqui vir para dialogar com os congressistas, não há impedimentos. Aliás, isso será bastante saudável. Era esse o exemplo que queria apresentar para mostrar que é possível e constitucional a sugestão. Agradeço a lembrança de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É muito pura a reflexão do Senador Suplicy. Não precisaria a repercussão do lado de lá ser tão madrastra. Aliás, eu quero dizer que, se há uma pessoa vitoriosa no Brasil hoje, é o Senador Suplicy.

Sei o esforço que o PT fez para que o Senador Suplicy não fosse candidato ao Senado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Perdão, Presidente. Senador Pedro Simon, a base do PT quis e, se alguém cogitou de maneira diferente...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não estou falando na base.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, mas V. Ex^a sabe que o PT é, sobretudo, a sua base, são todos os filiados do partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então deixe-me corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse o debate, porque o tempo já se esgotou.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Todos sabem o esforço que a cúpula do PT fez para V. Ex^a não ser candidato. Até para o Quércia ofereceram a candidatura, mas o Quércia respondeu que não seria candidato, primeiro, porque há quatro anos ele fez um acordo com o PT, mas o PT não o cumpriu: em vez de votar nele – e ganhou V. Ex^a –, o PT votou no candidato do PCdoB; segundo, mesmo que o PT quisesse cumprir, se ele fosse candidato – o PT cortaria a candidatura de V. Ex^a –, o povo iria responder em cima dele por achar que ele tinha sido o algoz da candidatura de V. Ex^a, por achar que ele tinha tirado V. Ex^a do páreo.

V. Ex^a vai ser reeleito, mas já é um grande vitorioso. Acho isso importante, porque V. Ex^a mantém a sua linha, V. Ex^a diz o que tem de dizer. Pena que Frei Betto e outros tantos tenham saído. Isso eu disse pessoalmente a Frei Betto quando ele comunicou que continuava amigo do Lula, mas que não podia continuar ali. Se os homens que têm de ficar do lado dele caem fora, os outros vão tomar conta. V. Ex^a ficou. Está aqui, não mudou uma vírgula do seu pensamento, diz o que tem de dizer. Pena que os Suplicy sejam tão poucos no PT. Pena que aquele glorioso PT, fantástico, do qual eu era um admirador, do qual tinha até inveja – inveja cristã, mas inveja

–, tenha mudado. V. Ex^a ainda mantém o movimento, a garra, a seriedade, a dignidade e a correção de antes, mas não sei de quantos mais podemos dizer o mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Preocupação com o voto nulo

Pronunciamento em 1º de agosto

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje bati meu recorde nesta Casa, pois estou sentado no meu lugar desde às 14h20min; estava em oitavo lugar na minha inscrição, mas só falo agora: eu aqui na TV Senado, e o Brasil assistindo ao “Jornal Nacional”. Mas falo, Sr. Presidente, porque nestes três dias em que nos reuniremos agora no mês de agosto, estou em Brasília com uma preocupação muito grande.

Eu sinto no Rio Grande do Sul uma tendência muito grande do eleitorado em anular o seu voto – não é nem voto em branco, mas anular o voto. E isso é um movimento espontâneo; não há mobilização, não é um grupo “A”, não é um grupo “B”, mas um sentimento de frustração. O Presidente Lula disse que a pessoa com mais de 75 anos pode dizer o que quiser, mas eu, que tenho mais de 75 anos, sempre medi as palavras com relação ao Presidente. No entanto, ele me liberou. Assim, qualquer dia vou dizer o que penso do Governo dele, do que penso sobre o que ele está fazendo e sobre o que a gente esperava que ele fizesse.

O Fernando Henrique disse com todas as letras: “Esqueçam o que eu escrevi”. Na verdade, liamos os livros de Fernando Henrique, excepcionais, explicando o que era a social-democracia, que era um movimento esplêndido quando nasceu na Espanha, com Felipe González; na França, com François Mitterrand; na Inglaterra, com Tony Blair. Mas, depois, no Governo,

uniu-se ao PFL e, realmente, o Fernando Henrique esqueceu tudo o que escreveu e pediu que todos esquecessem.

Do Lula, a gente tem de dizer: “Esqueçam o que eu falei!”. Quando é que eu ia imaginar que Lula iria dizer: “Eu nunca fui esquerdista”, como se fosse uma ofensa ser esquerdista. Quando é que eu ia imaginar que o presidente do Banco Central do Governo Lula fosse esse que está aí, vindo do Banco Mundial, presidente do Banco de Boston, único estrangeiro presidente do Banco de Boston – aliás, presidente de um banco americano. É por essas coisas que há um sentimento...

Em conversa com colegas de outros Estados, eles dizem que não é muito diferente nos seus Estados: há uma tendência muito grande pelo voto nulo. E agora estão começando a se formar grupos que vão trabalhar pelo voto nulo.

Se já há uma tendência, se ao natural as pessoas pensam assim, se já há um movimento trabalhando nesse sentido, é fácil imaginar que o campo é muito fértil.

Lembro-me de 1970. Em 1970, o AI-5, a nomeação de governadores e a não-escolha de presidente levaram o Brasil a uma imensa campanha de adesão ao voto em branco. Essa campanha foi tão intensa que a Arena chegou em primeiro lugar, o voto em branco em segundo e o MDB em terceiro. A nossa representação nesta Casa ficou reduzida a sete senadores, não mais do que sete senadores. O voto em branco, é claro, foi dado principalmente pelos que eram da Oposição.

Não vejo isso agora. Vejo que, hoje, o voto nulo é mais pregado pelo PT. É impressionante! Sou uma pessoa que, pelo meu estilo – sou professor universitário – não consigo atender ao grande número de palestras, conferências e seminários que sou convidado a fazer nas universidades. Até um ano depois da eleição do Lula, entrávamos na universidade e víamos que era impressionante o mar de bandeiras vermelhas, o mar de distintivos do PT, de bandeirinhas. Praticamente todos os alunos universitários faziam questão de manifestar preferência pelo PT. Hoje, a coisa mais difícil que existe é encontrar um petista na universidade, um que se manifeste, que porte uma bandeira.

Tínhamos em Porto Alegre, ali na esquina do gasômetro, um espaço bellissimo, à beira do Guaíba, bellissimo. Ali, aos sábados e domingos, vê-se a alegria do porto-alegrense que não tem mar, que não tem praia. É um mar de gente, e o PT tomou conta daquele lugar. Então ali, em outros anos, era até difícil alguém entrar porque era bandeira vermelha, era PT, era tudo.

No sábado passado, fui lá fazer uma gravação para um programa de televisão e fiquei impressionado: não tinha uma bandeira do PT, não tinha um distintivo do PT e, o que é mais interessante: não tinha do PT e não tinha de partido nenhum, de nenhum partido. E o que é mais interessante é que, em Porto Alegre, no último fim de semana de julho, depois de um período de frio tremendo, não mais que de repente, faz um calor de 30 graus. Então, à beira do Guaíba, estava uma enchente de gente, de crianças, enfim, uma multidão de gente, mas ninguém – e isso me chamou a atenção – mostrava os dentes, ninguém ria, inclusive comigo ninguém teve um gesto de carinho, muito menos de agressão. Era um olhar nostálgico. Havia um sol imenso, crianças brincando, mas parecia que os pais estavam caminhando com um defunto à frente, tal era o grau de prostração.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a está alertando para um fenômeno que realmente já tenho constatado em vários lugares. Na semana retrasada, fui a uma agência do Banco do Brasil abrir a conta de campanha, e a funcionária do banco me dizia...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a usa banco?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Temos de usar banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. Temos um colega do Senado que diz que detesta banco. Prefere guardar o dinheiro em casa.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, mas é obrigado para conta de campanha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, sim. Mas V. Ex^a guarda o dinheiro pessoal em casa?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Tem de ser, inclusive, uma pessoa jurídica, embora eu seja pessoa física.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tenho um colega que guarda dinheiro em casa e diz que detesta banco.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Mas V. Ex^a não tem idéia. A funcionária me disse: “Vou votar em branco e, como eu, muitas pessoas aqui e amigos meus também”. Eu respondi: “Mas isso é um erro da parte da senhora”. Ela disse: “Não, estou muito desiludida com tudo”. Não é uma coisa isolada o que V. Ex^a está vendo no Rio Grande do Sul. Essa situação está se espalhando em muitos lugares. É preciso que haja um convencimento de participação, porque há muita desilusão realmente. E não é só por parte dos eleitores; há muitos agentes políticos desiludidos. V. Ex^a está alertando para uma vertente sociológica nova para a qual devemos estar atentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, fui hoje ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tive a honra de ser recebido por S. Ex^a. Aliás, como era véspera do início da sessão, terminei, para emoção minha, confraternizando com todos os ministros, tendo à frente a querida Presidente Ellen Gracie.

Fui levar a ele isto. Em primeiro lugar, felicitei-o porque o Tribunal já está colocando na televisão um programa de chamamento sobre a importância do voto. Mas fui levar ao Presidente, foi minha obrigação. Disse: “Olha, Presidente, vejo sinais graves. Graves e de conseqüências muito funestas”. Normalmente, essas pessoas que não vão votar têm a melhor das intenções. Elas não vão votar devido a um sentimento de mágoa, de revolta, e não estão entendendo que farão um mau serviço a elas e ao País com essa decisão. Está certo, não vote no Senador Pedro Simon, que está aí uma vida inteira, e o Brasil não melhorou. Mas há mais nove candidatos ao Senado

Federal. O Pedro Simon, que é senador, deixe de lado, mas vote no outro. E isso vale para todos os cargos.

Acho que, nesta eleição, haverá muitas novidades: muita gente não voltará e muita gente nova virá para esta Casa. Mas é importante que o eleitor entenda que deve fazer uma seleção.

O sistema eleitoral brasileiro está profundamente errado. Neste País, volto a repetir, onde só ladrão de galinha vai para a cadeia, o Tribunal de Contas deu o nome de uma série imensa de políticos (deputados, prefeitos) condenados por aquele Tribunal e que, portanto, não podem ser candidatos. O presidente do Tribunal, um ilustre gaúcho, entregou a relação ao Tribunal Eleitoral, e a imprensa publicou em manchete. Era um número imenso – mais de 300, não sei quantos – de políticos que não podem ser candidatos porque estão condenados pelo Tribunal, que suspendeu o direito deles serem candidatos.

O que acontece? Não acontece nada, porque, se algum desses candidatos forem impugnados, responderão que não transitou em julgado. E esse “não transitou em julgado” significa que qualquer um político que tenha certo prestígio e um bom advogado recorre, recorre, recorre, morre e não há decisão nem de absolvição, nem de condenação. Então, nessas condições, é difícil selecionarmos a carreira política, os nomes que poderiam participar de um debate.

Esteve aqui, hoje, um senador do PMDB de Sergipe, que teve uma atitude, na minha opinião, corajosa. Ele falou que há cinco senadores – falou de V. Ex^a, Senador Tuma –, cujos nomes estão na imprensa com afirmativas, mais afirmativas e mais afirmativas, e não acontece nada. Argumenta ele que V. Ex^a, a Casa deveriam tomar alguma providência em favor deles. O que acontece hoje? A imprensa publica a matéria, com o nome em uma manchete. E pára por aí, não se fala mais nada, não há julgamento. Ele não é condenado, não é absolvido. Mas, para a opinião pública, ele está condenado. Para a opinião pública, a Justiça não tem peso de decisão. E não tendo peso de decisão, ela não decide nada.

A condenação, portanto, já foi feita. E o nobre Senador tinha razão quando dizia que o nosso bravo companheiro Tuma, pela sua posição de corregedor – sei que não é fácil, pelo amor de Deus! –, alguma coisa deveria pensar em fazer, pelo menos liberar os que não têm culpa. Se não pudéssemos chegar ao fim e condenar alguém, pelo menos que pudéssemos ter condições de dizer “o Fulano não tem nada”.

Como está, o pensamento é altamente negativo contra o cidadão, contra o político, contra aquele que esteve em matéria publicada na *Veja*, na *IstoÉ* ou veiculada no Jornal Nacional.

Vejam como estamos expostos! Um cidadão que é um vigarista, que é o autor, o chefe da quadrilha, com a delação premiada, dará o nome de todo mundo. Daqui a pouco estarão lá os nomes de nós três, do Senador Eduardo Suplicy, o de V. Ex^a, o meu, a da nobre Presidente. Daqui a pouco, estaremos lá. Ele, um vigarista, dá o nome, e está dado o nome. E fica por isso mesmo. Vou apenas citar um. Nós temos um deputado do Rio Grande do Sul, do PP, que não é do meu Partido, o Érico Ribeiro. É o maior plantador de arroz do Brasil, durante muito tempo. É um grande empresário. Eu não acredito que ele esteja envolvido nesse negócio por R\$10 mil, até porque não tem lógica.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É importante que V. Ex^a repita essa parte, agora que o som está funcionando, pois é esclarecedora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por exemplo, o Deputado Érico Ribeiro é do PP; não é do meu Partido. Mas é um grande empresário, embora os produtores de arroz no Rio Grande estejam vivendo uma hora muito difícil. Mas é um grande empresário. De repente, imaginar que esse cidadão, um empresário que teve a coragem de entrar na política, que trabalha noite e dia na política, entrou no negócio das ambulâncias por R\$10 mil? Não tem lógica! Agora, o cara citou o nome dele, que foi publicado no jornal. E lá no Rio Grande do Sul dizem: “Mas o Érico Ribeiro? Mas meu Deus do céu!” E quando a imprensa vem falar comigo, digo: “Eu não acredito”. Não acredito porque não tem lógica, foge da racionalidade das

coisas uma questão que nem essa. Os fatos me levam à Senadora Heloísa Helena, que agora está presidindo a sessão.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É importante que, sendo ela candidata à Presidência da República, nós a prestigieemos cada vez mais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Parece um gesto bonito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um aparte quando V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Considero um gesto muito bonito desta Casa. A Senadora Heloísa Helena, nos jornais de hoje, deixou-me muito angustiado. É muito pesada aquela manchete: “Não me mate, pelo amor de Deus”.

Diz a Senadora Heloísa Helena que há, agora, um movimento no sentido de querer esvaziar a candidatura dela. Quero dizer a V. Ex^a que eu não acredito.

Houve uma decisão muito importante do Tribunal Superior Eleitoral. Eu até não tinha entendido quando vi a propaganda igual de todos os candidatos à Presidência, no Jornal Nacional: Lula, o PSDB e V. Ex^a do mesmo tamanho. E eu pensei: “Mas o que deu na Globo?” Foi uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, uma decisão que considero justíssima. Quando rádio, jornal e televisão vão divulgar o dia dos candidatos, têm de ser do mesmo tamanho. E não calcula V. Ex^a como isso tem feito bem para V. Ex^a porque aparece todo mundo, mas aparece V. Ex^a, com seu estilo, recebendo o carinho popular e sempre dando um recado. E o seu recado é positivo. Dê alguns recados com carinho, não precisa ser sempre com raiva. Diga alguma coisa boa para o povo, que o povo espera.

Eu tive uma discussão, outro dia, em Porto Alegre, que até saiu no jornal, com a nossa querida amiga e Deputada. Eu estava em um grupo de pessoas, e me perguntaram: “O que o senhor acha da Senadora Heloísa Helena?” E eu disse: “Olha, acho uma baita mulher, ela é o Teotônio Vilela de saias. Tem o mesmo estilo, a mesma garra, a mesma capacidade”. Aí, os caras me olharam assim: “Mas o senhor enlouqueceu!”.

Então ela vai ser eleita Presidente da República?!” Aí deram os nomes dos ministros. O primeiro que eles citaram foi o do deputado barbudo de vocês. “O Babá vai ser o Ministro da Fazenda.” Eu disse: “Olha, eu não acredito nisso. Eu converso com a Heloísa, acho que, se ela chegasse à Presidência da República, ela faria um governo de entendimento nacional. Faria um governo de entendimento nacional. É claro que ela escolheria os seus ministros numa área, que não é área de banqueiro, que não é área do BankBoston. Mas ela escolheria no sentimento da unidade nacional, buscaria um empresário de gabarito, buscaria um homem da Igreja de gabarito, buscaria um intelectual.” E aí tive de discutir e dizer que era isso que eu achava, isso que eu garantia. E era isso que eu pensava que o PT faria. Eu nunca pensei que o PT faria o que ele fez. Nunca pensei. No início, eu achava o Ministro da Fazenda um belo cara, até que a biografia dele veio à tona. Ninguém sabia. Duvido que o Lula não soubesse. Mas ninguém sabia.

Então, eu acho que ninguém vai mexer na candidatura de V. Ex^a. Acho que há uma situação hoje muito séria. O sentimento é o de que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa. É o que todo mundo pergunta: “É verdade que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa? Por quê? Ah, porque ela vai com aquele jeito dela, esticar o dedo e cobrar as promessas.”

Mas é verdade uma coisa que o candidato do PSDB disse, no debate de domingo, na Rede Bandeirantes, e que achei muito certo, ao ser perguntado se confirmava a presença: “O senhor confirma a sua presença?”. Então confirmaram a presença do Geraldo, de V. Ex^a, do PDT. E o Geraldo disse: “A minha presença está confirmada, desde que, se o Lula não vier, fique uma cadeira vazia.. Se o Lula vier, tudo bem; se não vier, não veio e a cadeira dele deve ficar vazia.” E aí, disseram: “Se a Senadora Heloísa vier, ele não vem.”

Aliás, temos uma política impressionante. A Senadora Heloísa é candidata à Presidência da República, pode ser candidata, registra sua candidatura, pode ser votada, tem programas de rádio e de televisão garantidos; mas as rádios e as televisões não precisam convidá-la para o debate. Estão

convidando pelo prestígio, pela competência e pelo avanço que V. Ex^a está fazendo, pois seria ridículo fazer um debate sem V. Ex^a. Mas a decisão do Tribunal foi a coisa mais fantástica: pode ser candidata à Presidência, tem o espaço de rádio e de televisão gratuito, mas as rádios e televisões não precisam convidá-la.

Felizmente, as rádios tiveram mais visão do que a Justiça. As rádios, que foram liberadas pela Justiça para convidar, tiveram visão, embora alguns tenham dito que iriam ver a Senadora Heloísa, mas não veriam o presidente da República. V. Ex^a poderia fazer um acordo, um entendimento, prometer que não sairia do lugar, que não levantaria o dedo ao Presidente e não o assustaria tanto como está assustado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

Senador Pedro Simon, eu estava saindo para um compromisso, mas, ao ouvir as ponderações de V. Ex^a no caminho, guiando meu carro, decidi voltar e participar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, é impressionante V. Ex^a, é impressionante o que está acontecendo em São Paulo. É impressionante mesmo. O Serra ganha no primeiro turno, porque, conforme a pesquisa, tem três vezes o número do Mercadante; e V. Ex^a ganha no primeiro turno, porque tem mais do que três vezes a votação do que está em segundo lugar. Isso demonstra que, em São Paulo, o voto é absolutamente pessoal.

O PT tem um candidato a governador, que é o seu Líder, brilhante, embora haja aquela piada que o nosso Senador do PFL do Piauí, o Heráclito Fortes, fez aqui em um debate com o Senador Mercadante. ...Aliás, feliz aniversário ao Heráclito Fortes! Queríamos parabenizá-lo pessoalmente, mas ele não apareceu; deve estar não sei onde, ou no Rio, ou no Piauí. Aí o Heráclito, respondendo ao Mercadante, disse: “Ó Mercadante, enquanto você continuar economizando bom-dia e boa-tarde para colocar na poupança, você não vai ganhar o Governo de São Paulo!”. E, pelo jeito, o Mercadante continua economizando bom-dia e boa-tarde.

O Serra está em primeiro lugar, ganhando tranqüilo no primeiro turno.

A informação que recebi do Quércia é que o PT ofereceu a vaga do Senado para ele. E que ele não aceitou, porque ele pensou: "Se eu for candidato no lugar do Suplicy, o povo vai votar em qualquer um contra mim e vão dizer que fui o algoz do Suplicy, que o Quércia tirou o Suplicy." E a prova de que ele está certo é V. Ex^a. Numa hora como esta, por que V. Ex^a tem esse prestígio? Pela fidelidade de V. Ex^a. Acho V. Ex^a uma pessoa fantástica, porque V. Ex^a caminha num fio de navalha, num fio de navalha e sem rede a não sei quantos metros de altura.

V. Ex^a é mais competente que a Senadora Heloísa Helena. Heloísa, que botou o peito na navalha, e eles enfiaram. V. Ex^a nunca botou o peito na navalha, caminha em cima do fio da navalha. V. Ex^a não se dobrou. Não existe nada que atinja a sua dignidade. Pelo contrário, V. Ex^a faz as provocações. Foi candidato contra o Lula, que não queria, foi para as prévias, que teve de sair. E V. Ex^a convida insistentemente o Presidente Lula para vir aqui depor, coisa que ele mais detesta, e é fruto do pronunciamento de V. Ex^a. E as pesquisas demonstrando isso. E é fruto da Senadora Heloísa Helena, da presença nesta tribuna, o percentual que vem alcançando. E com esse meio minuto por dia em todos os jornais e em todas as televisões, é impressionante como a Senadora está sendo conhecida.

O nosso querido Geraldo Alckmin faz do jeito dele. Tinha de haver um pouquinho mais de pimenta. V. Ex^a, não. Garanto que, antes de começar o espaço de televisão, antes do dia 15, V. Ex^a estará com 15%. E aí não acredito, pelo amor de Deus. V. Ex^a exagerou nesse negócio de "não me mate", não acredito, não vai acontecer. Se baterem em V. Ex^a, quanto mais baterem, mais V. Ex^a crescerá.

Volto a dizer: é inimigo de V. Ex^a? Aliás, V. Ex^a deveria fazer uma campanha no sentido do voto nulo.

Fui hoje falar com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Levei a S. Ex^a a minha angústia no Rio Grande do Sul. É impressionante o número de pessoas que pretendem votar

“nulo”, desiludidas, completamente desiludidas, basicamente com o PT.

Eu estava contando, Senadora, que, sábado, fui ao foco do PT, que é a Usina do Gasômetro, na frente do Guaíba. Um mar de gente, num sábado de julho, 30 graus centígrados. Eles caminhavam, e a cena parecia um velório: não riam, não protestavam e não falavam.

Temos de dizer para essa gente que a pior coisa que podem fazer – e V. Ex^a poderia fazê-lo, uma ou duas vezes, no seu meio minuto de tempo na televisão – é votar em branco ou anular o voto.

A pessoa que anula o voto não se vende, não compra; é pessoa honesta, não é corrupta, não tem interesse, não tira vantagem. É uma pessoa que tem grandeza, mas que está revoltada e pensa que a maneira de manifestar seu protesto é votar em branco ou anular o voto. Ela não imagina que, fazendo isso, está ajudando os que têm pior caráter, os que compram o voto, os que estão em busca de voto.

Acredito até que o Senador Tasso Jereissati exagerou. Ele me disse que está assustado porque, na região dele, os Parlamentares que entraram no mensalão ou que estão envolvidos no esquema das sanguessugas hoje estão cheios de dinheiro e estão fazendo campanhas ricas, porque têm dinheiro, ao contrário dos outros, que não têm. Ele disse que há dois tipos de parlamentares: os que estão com dinheiro e os que não estão; os que estão gastando na campanha e os que não estão gastando. E os que estão gastando na campanha, casualmente, ou são mensalistas, ou são sanguessugas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de assinalar que, muitas vezes, sinto que tenho extraordinária afinidade com V. Ex^a. Hoje, inclusive, as pesquisas do Ibope deram bons resultados. De alguma maneira, tivemos o mesmo resultado: o resultado de V. Ex^a, no Rio Grande do

Sul, é igual ao meu. Então, o que V. Ex^a falou de positivo a meu respeito é também o que o povo do Rio Grande do Sul está reconhecendo em V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não, é bem diferente. Eu não tenho a grandiosidade de V. Ex^a. Sou uma pessoa que lutou muito: fui contra a ditadura, contra o regime, contra o Dr. Brizola. Então, há um sentimento do “não” em relação a mim grande. Com V. Ex^a, não. V. Ex^a tem um movimento de simpatia em torno de si. Posso ser sincero com V. Ex^a?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero lhe dizer algumas coisas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu, às vezes, sou sincero e digo o que não devo dizer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode ser. Nada como a sinceridade!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma vez, falei com a Senadora Heloísa, e ela ficou magoada comigo. Ela estava usando uma blusa em que se lia: “Fora, Bush”. E eu lhe disse: “Tire essa blusa!” V. Ex^a é candidata a Presidente da República. V. Ex^a tem de se convencer de que tem condições de ser Presidente da República; e, sendo Presidente da República, vai ter de governar, com o Bush lá.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Eu nunca ficarei incomodada com V. Ex^a, Senador Pedro Simon, tenha certeza disso. Eu gosto de V. Ex^a. Aliás, dos quatro que estão aqui no plenário. Prefiro as críticas fraternas, honestas, mesmo que possam ser duras para a minha alma e o meu coração, do que a traição dos que abraçam pela frente e esfaqueiam pelas costas. Então, toda crítica franca e fraterna, acolho com delicadeza, porque sei que ela expressa a generosidade de quem gosta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, muito obrigado!

Vou dizer o seguinte: a separação de V. Ex^a com a Marta, o povo de São Paulo nunca aceitou. Mas foi possível observar

a grandeza de V. Ex^a durante todo o episódio, o seu estado de espírito, o sofrimento que V. Ex^a mostrou. E a continuidade da sua luta e o apoio que V. Ex^a deu à candidatura dela! Agora, São Paulo está retribuindo. O PT está em baixa e, em São Paulo, observa-se mágoa. E V. Ex^a, nesse tempo todo, orientou o PT, dizendo-lhe para mudar, para alterar, para modificar. O povo está do seu lado. Esse é o aspecto.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sempre fez ponderações a mim muito importantes ao longo da nossa convivência nesta Casa. Desde o primeiro dia em que cheguei, em 1991, foram muitos os momentos em que trabalhamos juntos. Quero até aproveitar, porque, amanhã, por iniciativa de V. Ex^a, do Senador Roberto Saturnino e por minha própria, teremos, às 10h, a presença do Ministro Celso Amorim para tratar tanto das questões relativas às dificuldades para a Rodada de Doha, dos acordos multilaterais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto do papel do Brasil – empenhados que todos somos – em relação à contribuição para a paz no Oriente Médio. Inclusive há a preocupação de V. Ex^a em relação aos seus próprios parentes, que, no Líbano, se vêem ameaçados. O Ministro Celso Amorim esteve na Turquia para acompanhar de perto o traslado dos brasileiros para o Brasil, mas há tantos ainda que, inclusive, optam por permanecer ali, em meio às bombas, que, infelizmente, continuam a ser lançadas. Mas, enfim, às 10 horas, a Comissão de Relações Exteriores, em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, ouvirá o ministro, também por iniciativa de ambos os senadores que aqui travam este diálogo. Senador Pedro Simon, ouvi pelo rádio o seu pronunciamento e avaliei que seria importante dele participar. V. Ex^a falava da sua experiência pelas ruas de Porto Alegre, caminhando entre os jovens universitários, quando observou, quando sentiu como que um estado de espírito diferente daquele que V. Ex^a observara há alguns anos, com o PT tão entusiasmado. V. Ex^a bem o sabe, porque foi uma das pessoas que me influenciaram quando tomei determinadas decisões nesta Casa. Quero dizer-lhe que, em algumas ocasiões, como na sabatina da *Folha*, perguntaram-me: “Mas você considerou sair do Partido?” Respondi a eles: “Eu me sinto como se, de*

repente, alguém da minha família tivesse cometido um erro. Não vou querer sair da minha família". Como o Partido dos Trabalhadores é uma instituição constituída de 850 mil ou mais filiados, se alguns cometerem erros, sinto-me na responsabilidade de contribuir para prevenir, para corrigir e caminhar numa direção mais correta. Obviamente, esse não foi o caso da Deputada Luciana Genro e da Senadora Heloísa Helena, que, juntamente com João Fontes e o Babá, foram expulsos, contrariamente à minha opinião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foram expulsos por cumprirem o programa do Partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu teria preferido que permanecessem no Partido, fazendo críticas, ainda que duras. Assim eu teria preferido. Tenho percebido nas caminhadas, junto com o Senador Aloizio Mercadante, que ele está, nas pesquisas, com 15%, mas tem toda a possibilidade de crescer, até por causa de seu procedimento nas ruas, de que sou testemunha, cumprimentando as pessoas...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É uma coisa muito simpática, até manequim ele cumprimenta agora. Ele levou ao máximo. O que uma campanha não faz!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Esse foi um gesto de bom humor que ele fez, como graça, e que acabou sendo objeto da reflexão do Senador Heráclito Fortes na semana passada. Talvez seja até um sinal de como ele está querendo chegar junto ao povo. Disso sou testemunha. E quero ajudá-lo. Acredito que, inclusive, ele vai crescer. Até quero referir-me a um dos temas que V. Ex^a mencionou também. Tenho recomendado ao nosso ex-colega no Senado, ex-Ministro José Serra, que aceite participar de debates com Aloizio Mercadante. São duas pessoas de extraordinário nível, assim como Plínio de Arruda Sampaio e os demais candidatos a Governador. Quem ganharia com isso? O povo de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Plínio é candidato de que Partido?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Do P-SOL.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não sabia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É. Então...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como ele está na pesquisa?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com 1%, por enquanto, mas está na batalha, e quando a Senadora Heloísa Helena vai a São Paulo tem estado junto a ele. Tenho dito, e quero reiterar, que será positivo para o Presidente Lula dar o exemplo, porque isso colocará o candidato José Serra em uma situação de precisar debater com Aloizio Mercadante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, se o Lula for para o debate, tenho convicção absoluta de que o Serra também irá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bom, aí é que está.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Hoje, estou persuadido de que essa é a melhor maneira de o Presidente Lula ajudar o candidato que é Líder do Governo. Pelo que tenho testemunhado, de todos os candidatos a Governador, o Presidente Lula tem enorme vontade de ajudar, de impulsionar a candidatura do Senador Aloizio Mercadante. Vou estar com Lula na campanha, na sexta-feira e no sábado, e vou transmitir-lhe que a melhor maneira, hoje, de ajudar o nosso companheiro Aloizio Mercadante é o Presidente Lula aceitar o debate com os seus adversários, porque isso tornará inevitável que José Serra também aceite o debate, pelos meios de comunicação, com o Senador Aloizio Mercadante. Tenho a convicção de que, aí, as coisas vão-se equilibrar entre José Serra e Aloizio Mercadante, porque este tem também qualidades excepcionais, ainda não todas conhecidas pela população de São Paulo. Quem vai sair ganhando com isso são os eleitores e a democracia, que se vai fortalecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Se o Lula vier ao debate, o Serra não terá como não vir. Não terá como não vir. O Serra cairá no ridículo se não comparecer. Agora, se o Lula não vier, até o Rigotto pensará em não comparecer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E, quanto à recomendação de V. Ex^a à Senadora Presidente, Heloísa Helena, de que tenha um procedimento com o Presidente Lula, no debate, o mais alto possível, acredito que ela vai ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela vai ter. Ela vai ter. Quando chegarem e ficarem na entrada, ela vai ficar toda emburrada do lado e Lula vai querer se chegar: “Oi, tudo bem?” “Tudo bem?” Nem sei o que ela vai fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sabe. Não gosto de ficar interrompendo, porque acho insuportável quando quem está na Presidência fica interrompendo os oradores inscritos, mas sabem os Senadores Pedro Simon, Suplicy, Wellington e Tuma que eu jamais seria capaz de um gesto pouco civilizado ou menos educado com quem quer que seja.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pronto, está aí. Então, pronto. Leve isso ao Lula.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não farei isso.

Só espero que o Presidente Lula não tenha medo do que fez, porque de mim ele não deve ter medo algum. Fui muito bem educada, numa família pobre, mas muito, muito bem educada para tratar as pessoas de forma civilizada, delicada, com ternura até. Só não sou domesticada, mas muito bem-educada eu sou. Então, ele não precisa ter nenhum medo de mim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está feito. Está vendo? Resolveu-se um problema hoje, nesta noite.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Só espero que ele não tenha medo do que fez, somente isso. Agora, de mim, não. Sou muito bem-educadinha, um poço de ternura.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com toda a sinceridade e todo o respeito, tenho muito carinho pelo nosso querido candidato do PDT, professor Cristovam, mas a Senadora Heloísa empolga mais. Ela tem um estilo, uma forma e um conteúdo que são importantes para evitar o voto nulo. Tenho dito isso. No meu caso, no Rio Grande do Sul, digo que não precisam votar no Pedro Simon. Lá, há nove outros candidatos ao Senado. Nove bons candidatos. Então, se o Pedro Simon não é bom, se há restrições, não precisam votar nulo. Não precisam votar nulo. Votem num dos outros nove. Isso vale para a Presidência. Há muitos candidatos. No primeiro turno, é melhor votar em alguém do que votar nulo.

Depois, vamos decidir o voto final no segundo turno. O cara pode até pensar em votar nulo no segundo turno: “Ah, ficaram só esses dois, eu não quero nenhum dos dois e votarei nulo”. Pode ser, mas não acredito que entre 13 não haja uma opção em que se possa votar. Isso não é uma realidade e é o que devemos esclarecer para a opinião pública. Devemos esclarecer isso para a opinião pública.

Para deputado, eu imagino – e isso me machuca –, que no Rio Grande do Sul, em tese, os nossos candidatos, de todos os Partidos, são gente séria, responsável e competente, mas esse ambiente de votar contra o atual Congresso é uma imensidão. É uma imensidão!

Eu digo: se não quer votar num congressista, se não quer votar num deputado do PMDB, há uma série de pessoas que são candidatas pela primeira vez e que têm todas as condições. Inclusive, há candidaturas como as de Ibsen Pinheiro, que pretende voltar para a política; de Hermes Zanetti, que foi um espetacular deputado e presidente do Cpers do Rio Grande do Sul, autor do projeto de voto aos 16 anos; e de Odacir Klein, que foi nosso líder e um dos mais brilhantes parlamentares que tivemos. Votem nesses ou em outros tantos jovens que são candidatos pela primeira vez.

Isso vale para os outros Partidos também. Estou falando do PMDB, mas o PT, o PSDB e os outros Partidos também os têm. Anular o voto é o pior serviço que pode acontecer.

O pior que pode acontecer. O cara que anula o voto, vamos ser claros, é uma pessoa responsável, séria, que vota com emoção, mas com responsabilidade, é uma pessoa que quer o bem do seu País; está magoada, está revoltada, então, acha que está fazendo o bem. Só que, aí, ela está errada! Vote na Heloísa, por exemplo, para Presidente. Não vote nem no Lula nem no Alckmin. Vote nos outros nove candidatos a Senador; não vote no Pedro Simon, vote nos outros nove candidatos a senador. Há 32 deputados federais no Rio Grande do Sul. Não quer votar nos deputados? Não vota. Mas tem mais 150 candidatos a deputado federal, de todos os partidos, que podem ser escolhidos. É dessa campanha que vim falar. Falei. E tive uma longa conversa com o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, de quem, aliás, sou fã. Acho que o discurso de posse de S. Ex^a, cada vez fico mais emocionado, quando S. Ex^a disse que “O Brasil é o País do faz-de-conta”. É verdade. O Brasil é o País do faz-de-conta. Nós, aqui, fazemos-de-conta que legislamos; o presidente da República faz-de-conta que cumpre a lei; o Judiciário faz-de-conta que bota na cadeia os corruptos. O Brasil é o País do faz-de-conta! Mas S. Ex^a recebeu com muita seriedade. Já está fazendo programas de televisão, orientando. Mas orientando, classicamente: “Olha, você tem de votar. É importante o seu voto”. Mas, pelo menos, eu falei para ele que acho que ele tinha de amansar um pouco, afinal, e mostrar: “Olha, você acha que a situação é assim, que a situação não é tão boa, você tem mágoas, mas escolha um candidato. Escolher é bem difícil, mas vote em um candidato”. Acho que a campanha do Superior Tribunal Eleitoral deve fazer isso. Nos meus programas de televisão, vou usar dois deles só para dizer para votarem. E vou dizer isto que estou dizendo aqui: “Não precisam votar no Pedro Simon; mas tem mais nove candidatos ao Senado”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Não é preciso votar nos deputados que estão aí, que são 32, mas há mais 160 candidatos!” Agora, anular o voto é um crime! E o que estou sentindo é uma intenção imensa de votar nulo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com respeito, Senador Pedro Simon, ao alerta hoje feito pelo Senador Tasso Jereissati, é preciso considerar que esses que estão com o pé atrás em relação aos candidatos que aparecem com muito dinheiro em suas campanhas, eles têm a oportunidade, sobretudo os jovens, mas toda a população, de observar quanto cada candidato e cada Partido estão gastando. Se se verificar que alguém está realizando um dispêndio extraordinário para ser eleito, que se averigüe por que razão, como. Nesse sentido, a nova legislação, que está a nos exigir transparência nas contribuições e nos gastos, é muito positiva. Tenho recomendado que tornemos transparentes, desde já, as fontes e os nossos gastos. No dia 6 próximo, V. Ex^a, eu, todos nós, teremos de mostrar ao Tribunal Regional Eleitoral quais as fontes e os gastos de nossas despesas, que serão encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Poderemos, voluntariamente, até divulgar isso. Eu vou fazê-lo. Até agora, quase não movimentei recurso algum. Já abri, porque a lei exige, a minha conta, pela qual sou responsável. Portanto, no dia 6, tenho de fazer a minha primeira demonstração – repito –, que quase não terá movimentação, mas considero importante a demonstração aberta não apenas para o Tribunal Regional Eleitoral, mas para quem quiser saber. Penso que será bom que os eleitores perguntem, observem quanto cada candidato está gastando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu acho triste é irmos para uma campanha não fazendo nenhum tipo de peneira. É claro que eu citei aqui o caso do deputado gaúcho, R\$10 mil, um homem milionário, não tem nada que ver com isso. Mas tem casos que sabemos que são verdadeiros. No entanto, não acontece nada. Não acontece nada.

Eu estava para perguntar: “Não era o caso de os Partidos se reunirem nas suas convenções e verem os casos?” É claro que um Partido não pode, na dúvida... Não! Mas são casos que não dá para discutir. Por exemplo, o líder do MDB, que renunciou para não ser cassado. A Convenção do MDB, lá no Paraná, muito esplendidamente, o retirou, não o botou na nominata. Está entrando na Justiça. Eu falei com o juiz: “Só falta a Justiça concordar!” Até porque, independente da parte

jurídica, da parte da corrupção, a convenção tem o direito de não botar. Houve uma época em que o deputado era candidato nato, tinha de estar na nominata. Hoje, não tem. Então, eu acho que o PMDB do Paraná teve um gesto – na minha opinião – espetacular. O cidadão, aquele que era o líder da Bancada do PMDB, que pegou dinheiro e que, na hora, renunciou ao mandato para não ser cassado – e foi bobo, porque não cassaram ninguém depois; esse deve estar arrependido, porque não cassaram coisa nenhuma –, mas ele renunciou para não ser cassado, a Convenção do PMDB do Paraná retirou o nome dele. Ele está brigando na Justiça. Acho que os partidos poderiam pensar nisso. Deviam pensar nisso. Deviam pensar nisso! Volto a repetir: não é uma catarse geral, pegar todo mundo, não! Mas há casos que sabemos; há casos que já serviriam para dar um exemplo no sentido de se fazer alguma coisa.

O Miro Teixeira – e, aliás, junto ao Tribunal, tem gente que acha que esse problema de que, para ser impedido de concorrer, só com condenação transitada em julgado, o que nunca vai acontecer, porque quem tem dinheiro recorre, recorre e recorre –, ele pensa que não precisa, pois pensa que há casos em que você pode fazer a impugnação do registro por causa determinada, o que pode ser feito. Pode ser feito! Então, eu não sei, tchê! A Comissão de Ética agiu, na minha opinião, com muita seriedade. No plenário da Câmara, vamos falar com toda a seriedade, foi um troca-troca. Ou seja, o PMDB, o PSDB, o PT, o PFL: “tu tiras os meus, que eu tiro os teus; tu tiras os meus que eu tiro os teus”, e tiraram todo mundo. Só foi cassado, cá entre nós, o Deputado Roberto Jefferson, que pode ter cometido mil coisas erradas, mas teve a coragem de fazer o que fez: contou tudo! Se não fosse ele, não havia acontecido nada. Tenho de dizer, com toda a sinceridade: se não fosse o Deputado Jefferson, estava tudo igual! Estava tudo igual, a mesma coisa! Este País é algo fantástico! Se não fosse o Jefferson, não havia acontecido nada! Se não fossem o Senador Jefferson e o Pedro Simon entrarem no Supremo pedindo para anularem a decisão do Sarney e do Renan, que não deixaram criar a CPI, que foi uma atitude, um escândalo, foi a coisa mais escandalosa que aconteceu... Nem na ditadura houve isso. Na ditadura, nós criamos quantas CPI! Inclusi-

ve, aqui no Senado, criamos a CPI da Energia Nuclear, cujo responsável pela energia nuclear era o Presidente Geisel, o ditador da época, mesmo assim, criamos a CPI. Mas, agora, o Renan, que era líder da Bancada, mais o Mercadante, que também era líder da Bancada, mais não sei quem e não sei quem, se reuniram e decidiram o seguinte: “CPI, só com a nossa aprovação. Quando nós quisermos, votamos!”. Aí, fomos ao Sarney, fomos cobrar do Sarney, que era o presidente do Senado. Está lá escrito, se os Líderes não indicam, o presidente do Senado indica. “Eu não indico”. Então, entramos no Supremo, e, por 9 a 1, mandaram indicar. Mas o que aconteceu? Se o Presidente Lula – quando fui falar com ele, naquele caso do Waldomiro, que apareceu na televisão, naquele gesto dantesco de o cara pegar o dinheirinho, R\$5 mil e colocar no bolso – tivesse deixado criar aquela CPI, mudava tudo! Porque, no momento em que ele demitisse aquele cara, no momento em que a coisa começasse a aparecer na primeira, não precisariam vir mais três. Não deixou? Não puniu? Abriu a portinhola!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe muito bem que, nesta Casa, tenho V. Ex^a e também a Senadora Heloísa Helena como pontos de referência, diferentes, porém pontos a serem observados para se adquirirem conhecimentos. Sou membro titular da CPI dos Sanguessugas, assinei o requerimento, a Senadora Heloísa Helena sabe disso, no entanto, o que está acontecendo na CPI – já me manifestei aqui, sozinho – é que a CPI tem de colocar tudo em votação, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena. Não concordo, Senador. Por quê? Porque, em algum momento da minha vida, já fui atacado e sem direito de defesa. Eu era fraco. E senti o que é ser fraco e não ter direito de defesa. Então, passei, a partir daquele momento da minha vida, a falar: quando for mais forte, vou dar o direito de defesa, e, quando for fraco, vou lutar para ter direito de defesa. Então, o que está acontecendo na CPI? A CPI não fez nenhum encontro, Senadora Heloísa Helena, só o primeiro para criar. Estou aqui, fazendo como V. Ex^a faz, lendo o Regimento Interno, lendo a Constituição, porque amanhã vou entrar, de alguma maneira, com requerimento, pedindo

que se cumpra o Regimento Interno. Por quê? Vamos votar para fazer investigação dos ministros, do qual o Relator Amir Lando, meu grande amigo, por quem tenho maior respeito, faz. Temos de votar. E, ao votar, cada um terá a sua responsabilidade, Senador Pedro Simon. Não está acontecendo isso. Simplesmente o grupo se reúne. Agora mesmo, eu estava conversando com o Senador Romeu Tuma, que amanhã o Vedoin será entrevistado e não fomos comunicados. Não sei se V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, o foi. Ele será entrevistado na Polícia Federal. Sou membro titular, sub-relator, não estou sabendo. Isso é um absurdo!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Amanhã?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Amanhã. A informação a respeito da qual conversei com o Senador Romeu Tuma é que, amanhã, o Vedoin será entrevistado na Polícia Federal pelo quarteto fantástico. Não fomos nem comunicados. Não sei se V. Ex^a tem alguma dúvida, mas eu tenho dúvida. Quero perguntar a ele: Vedoin, quem depositou? Fulano de tal, você deu o dinheiro na mão? Você encontrou? Não tenho direito a fazer essas perguntas. Não tenho o direito a votar. Não tem uma reunião da Comissão. Vamos colocar em votação o requerimento para convocar os ministros dos Governos tais, tais e tais. Vamos votar e aí é perder ou ganhar. Não estou podendo exercer o meu direito de voto, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, que é um homem que já viu todos os grandes momentos do Brasil, tenho certeza de que sempre exerceu e teve a maior honra e a vontade de exercer o seu direito de voto; perdendo ou ganhando, colocou a sua posição. Nós não estamos tendo esse direito. É um grupo só que se reúne, fala pela Comissão, pela CPI; acaba de matá-lo e, de repente, o faz renascer, porque mata o político e, no dia seguinte, fala que não está mais na lista, que está outro. Quero ter o meu direito de analisar as provas e votar, Senador Pedro Simon. Sou signatário da CPI, um sub-relator titular e quero ter esse direito. O Presidente Biscaia, por quem tenho grande respeito, tem de convocar a CPI, marcar um horário e vamos votar. Relator Amir Lando, para convocar os ministros, tem de marcar e votar se vamos convocar ou não, conforme

diz o Regimento Interno. Quero só esse direito. Amanhã, vou apresentar à Casa, Senadora Heloísa Helena – Presidente, neste momento –, um requerimento para que isso aconteça, senão não há validade nenhuma nos atos que estão acontecendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a começar a tomar essas decisões e elas acontecerem, o Senador Ney Suassuna vai tirar V. Ex^a da Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não estou preocupado com o meu Líder, o Senador Ney Suassuna. Não estou preocupado com isso, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero apenas citar a V. Ex^a que essas coisas não estão acontecendo porque os líderes da Maioria não querem que aconteçam. Esse é o problema. Já colocaram V. Ex^a... O Senador Suassuna o colocou. Inclusive S. Ex^a faz parte da Comissão, e não deveria fazer por ser uma das pessoas que estão sendo citadas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Senador Ney Suassuna não me pediu nada e, se existe alguma coisa, aquele cidadão que diz que recebeu terá de depor na CPI. Se for o caso, apresento requerimento para chamá-lo.

Tenho grande respeito pelo Senador Ney Suassuna. V. Ex^a sabe disso, porque é do meu Partido e é meu líder nesta Casa. Agora, o requerimento para ver se aquele cidadão recebeu o dinheiro e para onde foi, faço e assino. Vou apresentá-lo à Mesa. Não tenho nenhum comprometimento. Estou aqui representando o Estado de Minas Gerais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o que quero dizer é que é como se V. Ex^a estivesse lutando “ingloriamente”, pois não sairá votação nenhuma. Isso porque os líderes – e V. Ex^a é uma exceção – colocaram gente para não fazer nada. Esse é o problema.

O PMDB – desculpe-me – vem fazendo isso nesta legislatura. V. Ex^a está sendo uma surpresa, porque está reagindo. E eles acharam que V. Ex^a seria tranqüilo. Mas chegou aqui e está-se revelando um cidadão de alto gabarito, de alta capa-

cidade. Só não o tiram da Comissão, porque, por enquanto, V. Ex^a não está assustando. A Comissão está tranqüila.

Mas se, de repente, V. Ex^a começar a apresentar requerimento e eles forem aprovados, o Senador Ney Suassuna vai tirá-lo.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não vai me tirar, tenho certeza disso. Não vai me tirar. E outra coisa...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, a mim S. Ex^a não colocou. Se não me colocou, porque não tiraria V. Ex^a?

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Não, a mim não vai tirar. Se tirar, vou apresentar outro requerimento com base no Regimento Interno; vou lutar de alguma maneira para não me tirar. Não sei se podem me tirar, mas, se o fizerem, estará feito. Mas vou fazer uma confusão danada ali na Comissão. Confusão eu vou fazer. Aprendi que não decidimos muito rápido, mas fazemos uma confusão incrível aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex^a que uma CPI não vem do nada. Na hora de compô-la, os líderes indicam. E, conforme os líderes indicarem, como a Comissão anterior, da qual – cá entre nós – o nosso querido senador, que é o relator agora, era o presidente...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Senador Amir Lando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era a CPI mais importante que tinha, a do Mensalão. De todas era a mais importante, tanto que a CPI dos Correios se meteu e não tinha nada a ver. Ela foi criada para uma coisa e entrou para outro lado. A CPI do fim do mundo entrou num lado e foi pular lá no outro lado. E a CPI do Mensalão, que era para fazer, não fez. O nosso querido presidente deixou fluir o prazo e depois esqueceram que tinham passado os 60 dias. Ah, pois é, passaram os 60 dias. Pois é, agora já passou o prazo. Não prorrogaram e não fizeram nada. Por quê? Porque naquela Comissão colocaram gente para não fazer nada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é muito mais experiente do que eu, viu grandes momentos. Mas, para mim, pelo menos, ninguém chegou para orientar nesse sentido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não precisa.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Então, vamos fazer aqui o seguinte, Senador: se eu apresentar os requerimentos e for retirado da Comissão...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não será retirado, querido, porque os outros membros da Comissão estão entrando com a maior tranquilidade. V. Ex^a será retirado se o requerimento for aprovado. Aí eu quero ver ele ser aprovado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vou apresentar o requerimento e, se ele for aprovado e se me tirarem, eu venho aqui mais uma vez e vou falar que V. Ex^a, realmente, tem sangue cigano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Escute o que vou dizer: V. Ex^a entra com o requerimento. Se ele for aprovado, tiram V. Ex^a da Comissão. Agora, o requerimento não será aprovado e V. Ex^a ficará na Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não acredito. Senador Pedro Simon, não acredito que o meu Partido faça isso. Não acredito. Estou falando para V. Ex^a que não acredito. Tenho grande respeito pelos membros do meu Partido, o PMDB, e não acredito que isso vá acontecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não tinha nascido e eu já estava nessa luta.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu sei, mas o PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também imaginava que nunca chegaria a esse ponto. Nunca imaginei...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu continuo tendo e acreditando no meu Partido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nunca imaginei que o Senador Ney Suassuna, o Senador Renan, o Senador Sarney e o senador Iá do Pará – como é o nome dele, aquele que hoje é deputado? -...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Jader.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... assumissem o comando do PMDB e fizesse isso que estão fazendo.

V. Ex^a foi reunido para escolher algum ministro? Teve reunião de Bancada para escolher ministro? Não teve. Teve reunião da Bancada dos deputados para escolher ministro? Não teve. A Executiva do PMDB se reuniu para escolher ministro?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas eu não poderia participar porque sou suplente. Se o Ministro não fosse o escolhido, eu não estaria aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas depois que V. Ex^a foi empossado senador, já foram indicados outros. Já foram indicados vários ministros pelo PMDB. Nós não somos indicados... Assim como está acontecendo na Comissão, quando V. Ex^a, ao tomar conhecimento das coisas que eles fazem, enuncia-as e diz: “Eu quero votar!”, eu também gostaria de reunir a Bancada do PMDB e dizer que desejo votar no ministro indicado. Eu quero votar! Mas não reuniram...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, senador, eu tenho visto no PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E Sarney, Renan e o Líder Suassuna indicam em nosso nome: no de V. Ex^a, no meu nome...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador, para mim, é uma honra apartear V. Ex^a. Realmente, nunca pensei, nesta vida, em ter a honra de fazer um aparte a V. Ex^a. Agora, até agora, no PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está seguindo um belo caminho. E só o fato de V. Ex^a dizer que quer ver a Co-

missão funcionar e que está revoltado com o fato de a Comissão não fazer nada, não fazer nada... Eu acho que V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – E falam pela Comissão. Agora, Senador Pedro Simon, tudo no PMDB foi decidido no voto. Aqui, a candidatura própria ou não foi no voto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que voto?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu participei... Para indicar se haveria candidatura própria ou não, não houve a votação? Foi bonito. Todo o PMDB fez a votação naquele dia em que o Governador Garotinho perdeu por 40 votos. Eu vi tudo sendo feito pelo voto, na reunião que houve dentro do PMDB. Eu tenho visto as coisas sendo decididas no voto. Se é contrário à grande experiência de V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não acha triste um Partido como o PMDB fazer uma convenção nacional e decidir não ter candidato à Presidência da República?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Digo uma coisa a V. Ex^a: penso que o PMDB tem de ter um candidato que pegue as bases e as mobilize em algo que elas acreditem. Mas, agora, o Partido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdoe-me, senador, mas eu andei pelas bases todas. As bases do Maranhão queriam candidatura própria; as bases do Pará queriam candidatura própria; as bases da Paraíba queriam candidatura própria. Mas o que aconteceu? As lideranças manipularam aqui e fizeram o que quiseram.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Se V. Ex^a se tivesse feito candidato a presidente desde o início, seria outra história. V. Ex^a apareceu como candidato depois da decisão de que Garotinho não poderia mais ser.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a nem imagina. Se eu fosse candidato, talvez acontecesse o que a Senadora Heloísa Helena está dizendo: talvez aparecesse morto no canto da janela. Eles não me aceitariam jamais. Eu queria a candidatura de Jarbas Vasconcelos. É um homem respeitado,

de quem as pessoas gostam. Aceitei a minha candidatura, quando Garotinho renunciou, para não ficar sem candidato. Garotinho renuncia, e não há mais candidatos? Não, o Garotinho me indicou. Disse: “Simon é o candidato”. Então, serei o candidato. Fui procurar o Senador José Sarney e o Presidente Renan Calheiros no dia seguinte. Disse-lhes: Vamos lançar um candidato! Vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Sabia que não me indicariam; não sou tão bobo assim. Eles iam me ridicularizar: “Mas o Pedro Simon quer ser candidato?!” Não, vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Lançaram coisa nenhuma.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, todos dizem que o PMDB é um Partido rachado, dividido, mas não tem dono. O PMDB não tem dono. Isso foi visto em Minas. É decidido no voto, sim, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Existe uma coisa fantástica. Nós, aqui, decidimos no voto. E está ali a senadora com 15%. Desculpe-me a senadora: S. Ex^a é brilhante, mas, se o PMDB lança um candidato e resolve apresentar uma terceira via, não haveria lugar para S. Ex^a ter 15%. O PMDB seria a terceira opção, apresentaria a terceira via. Agora, o PSOL é criado, lança um candidato – o que é espetacular –, e o PMDB decide não ter candidato.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a fala de Minas Gerais, tudo bem, Minas Gerais.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, eu quero dizer o seguinte...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas as pesquisas dizem que um candidato tem 75% do Senado e que o outro tem 5%. Vem a Convenção, e afirmam que são 5%.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não havia como fazê-lo: temos de ter candidaturas para deputado federal e para deputados estaduais em Minas. Acontece que o nosso Partido precisa ter algum

candidato que motive as bases. Se a Senadora Heloísa Helena viesse para o PMDB... S. Ex^a teria de ser, digamos assim, um pouco exorcizada...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a não pegaria vaga para o Senado em Alagoas. Não dariam a S. Ex^a vaga para o Senado; é capaz de não darem nem para deputado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador, tenho uma convicção...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Rio Grande do Sul, seria diferente; estou falando lá em Alagoas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, o vice-campeão é o primeiro perdedor. Temos de jogar para ganhar. O PMDB é um Partido que tem de jogar para ganhar! Não pode jogar para ser vice-campeão!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para ganhar, tem de ter candidato! Para ganhar tem de ter candidato. A primeira coisa é ter candidato.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, Senador, não tínhamos um candidato que motivasse as bases. Com todo o respeito a V. Ex^a, não tínhamos um candidato sobre o qual as bases falassem “É esse o candidato!” e que levasse todos a caminhar juntos. Não vi isso. E participei de todos os eventos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As pessoas se venderam antes.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Repare, a tese é a seguinte: não podemos ter candidato a presidente; vamos, então, fazer governadores, é hora de fazermos governadores. No Maranhão, a candidata é a filha do Dr. Sarney, pelo PFL; no Amapá, a candidatura é do PS não sei o quê, não é do PMDB; na Bahia, o PMDB não tem candidato a governador, nem a senador; na Paraíba...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Candidato ao Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Candidato a governador. É verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Um bom candidato, que vai ganhar as eleições.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vai ganhar a eleição. Eu acho que vai ganhar.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Contra a situação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Onde mais?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Maguito Vilela, em Goiás, um grande candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas esse queria candidatura própria. Os que não queriam candidatura própria não apresentaram candidato. Não temos candidato no Pará.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Digo o seguinte, senador, com todo o respeito, porque para mim é uma honra debater com V. Ex^a: eu sou o otimismo, e V. Ex^a representa a experiência. Estou tentando aqui lutar com meu otimismo, e V. Ex^a, com sua experiência, mostrando-me...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdoe-me, mas ninguém é mais otimista do que eu. Estar com 76 anos, ser candidato ao Senado e ficar no PMDB significa que confio. Em primeiro lugar, tenho uma retidão, um espírito de luta. Não fui para o PT: insistiram para eu ir. Não fui para o PSDB: insistiram para eu ir. Não fui para o PDT, não fui com Brizola: rompemos. Isso, porque sempre achei que o PMDB seria um grande Partido. Hoje, a esta altura da minha vida, não sei, mas acho que...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, daqui a quatro anos, o PMDB vai ter um candidato. Vou voltar a encontrar com V. Ex^a. V. Ex^a vai ganhar para o Senado, porque é um grande candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou vendo ali uma notícia muito boa: que o PT e essa cúpula do PMDB vão fazer um...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Um grande Partido?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... um grande conchavo...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não acredito. Tenho o nome de um candidato que virá para o PMDB e que ganhará as eleições daqui a quatro anos. Tem idade, audácia, história.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Aécio?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a é que está falando. V. Ex^a é mais experiente do que eu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a minha maneira de falar.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Em algum momento, nós nos encontramos. Quem está falando é a voz da experiência, que é V. Ex^a. Eu sou o puro otimismo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas gosto do Aécio.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Porque, se não for no nosso Partido, ele não ganha. Só ganha no nosso Partido. Desculpe-me, mas para mim foi uma grande honra debater com V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro, Sr^a Presidente. V. Ex^a está dando sinal de tremendo cansaço.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não com V. Ex^a, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com a vida.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – ... não com o debate. É porque a vida é dura, difícil. O suspiro foi só nesse sentido, tenha certeza. O tempo que quiser para

continuar falando ou debatendo com o Senador Wellington Salgado de Oliveira V. Ex^a terá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a, fazendo isso, sem se controlar, terminou desmaiando. Há uma hora em que se tem de parar. Se bem que pode ser um acontecimento fantástico, V. Ex^a falando... Mas aí o culpado serei eu: “Simon encheu tanto, que a Heloísa não agüentou”.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Acho que não. Acho que o PMDB, sim; V. Ex^a, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou capaz até de perder a eleição com um fato dessa natureza.

Encerro, Sr^a Presidente, fazendo um apelo ao Rio Grande do Sul e ao Brasil: o voto nulo é uma loucura, um absurdo.

Sei que as pessoas estão magoadas, revoltadas. Vêm os jornais da televisão, e é um escândalo, outro escândalo e outro escândalo. PMDB, mil coisas; o PT, mil fracassos; o PSDB, foram oito anos. Mas o voto nulo não resolve.

Em vez de criar agremiações para o que não fazer, ou seja, em vez de criar agremiações para o voto nulo, criem agremiações para selecionar o voto. Escolham um candidato independente entre os que estão aí e façam campanha para ele. Seria uma coisa muito bonita.

De repente, teríamos uma mudança de candidatura altamente positiva.

Era isso, Sr^a Presidente. Para mim, mais uma vez, é uma honra estar aqui com V. Ex^a e com a nossa querida deputada, que honra o Rio Grande do Sul e que vai ter uma votação espetacular nesta eleição.

São tão bonitos os debates entre ela e seu pai! São de uma elegância sensacional, porque os dois se gostam muito. O pai dela, inclusive, adora o neto. Foi o pai que o colocou gremista ou foi ela? Como é que ele virou gremista? Foi o pai do guri? E o Tarso de que time é? Ele é gremista? E ela de que time é? Virou gremista por causa do filho?

De repente, está o avô – o guri está na seleção de novos –, dizendo para mim: “Não posso nem falar com a minha filha. Tudo que ela pensa fui eu que coloquei na cabeça dela. Como vou falar agora? Eu quero dizer: mas o mundo mudou, é outro. Olha para a humanidade. Eu teria condições de convencê-la, se o PT estivesse ainda na Oposição. Se o PT estivesse na Oposição e eu mudasse minhas idéias, poderia até convencê-la. Mas quem vai convencê-la de que mudei as idéias, porque estamos no Governo?”

Ele reconhece que não tem condições de fazer isso.

Mas o Tarso teve um momento muito importante. Somos obrigados a reconhecer isso. Quando assumiu a Presidência do PT – e mais uma vez acho, Sr^a Presidente, que é Lula quem manda nas coisas –, Tarso o fez para dizer que ele iria recriar o PT. Eu vim para esta tribuna analisar isso. Eu achei fantástico isso! Ele dizia: “O problema do PT não é o Congresso Nacional, não é a CPI, não é a Comissão de Ética, não é a Procuradoria, não é o Tribunal, mas somos nós do PT. Temos de nos reunir e de fazer a limpa, de fazer a seleção. Temos de retirar o que tem de ser retirado e renovar o PT”. Achei fantástico! Mas o renovaram. Lula retirou o apoio dele e, na hora de fazer um diretório, colocou um outro que pensa completamente diferente. Enquanto Tarso queria fazer a renovação do PT no sentido da purificação, a convenção decidiu que a análise do que aconteceu só seria feita depois da eleição. Até lá, não se toca em assunto nenhum.

Se Lula pelo menos desse um sinal de que vai mudar... Posso falar agora. Eu não ia falar, mas vou falar. Lula disse que quem tem mais de 75 anos de idade pode falar à vontade; então, sinto-me liberado. Ele falou isso para o Itamar, mas eu tenho a mesma idade.

Se Lula desse um sinal, dizendo “não, no meu novo governo vai ser diferente; fiz o que fiz, mas agora vai ser diferente no campo da ética”, mas ele não dá sinal nenhum disso. Pelo contrário, o presidente do Banco Central está sendo denunciado por corrupção, por formação de quadrilha, e ele o nomeia ministro para garantir, para que um juiz, de

repente, não entre com pedido de prisão preventiva para o presidente do Banco Central. Então, agora, ele é ministro, tem foro privilegiado. Não há o gesto de dizer “não, agora as coisas estão mudando”.

O Rigotto é governador e é candidato à reeleição, mas, das oito horas até às seis horas da tarde, ele não dá entrevista como candidato – ele é só governador. Ele não vai a reunião nenhuma. Ele só vai depois das oito horas da noite, no sábado e no domingo. Ele podia fazer como a lei permite. Lula está fazendo isso. Leva o avião oficial dele mais um segundo avião, mais não sei o quê, e diz a lei que ele paga a gasolina. O Rigotto não aceitou. Ele não pega avião nem carro nem nada do Estado. Ele segue na condução dele ou na do Partido quando é no sábado e no domingo.

São essas pequenas coisas que Lula podia fazer e não fez. Podia fazer e não fez. Não há um gesto.

Falou no Rio Grande do Sul: “Só o Getúlio fez mais do que eu!”. E olha que, da maneira com que ele falou, foi um gesto de homenagem ao Rio Grande do Sul, porque sentimos que, no fundo, ele estava dizendo: “Nem o Getúlio”. Ah, não dá!

É claro que a publicidade é fantástica. A publicidade é dessas coisas que foram feitas, algumas positivas e outras negativas, mas é espetacular. Mas é pouco para aquilo que esperávamos.

Muito obrigado, minha querida senadora, meu querido companheiro das Minas Gerais, minha querida conterrânea do Rio Grande do Sul. Estamos nós quatro aqui, são quase dez horas da noite, mas defendo que o Congresso e o Senado – sei que as nossas bravas companheiras que estão na Taquigrafia devem estar com pavor, pensando “esse cara não pára”, “estamos loucas de fome”, “meu filho está esperando”, “meu marido já saiu”; peço-lhes desculpas – possam trabalhar de segunda a domingo, inclusive dentro da noite. Assim, seria diferente o padrão deste Congresso.

Obrigado, senadora. Que Deus nos dê forças! Os desígnios de Deus são imprevisíveis. Afinal, Davi, com uma pedra, derrubou Golias, dez vezes maior.

V. Ex^a não tem nada? (Pausa.)

V. Ex^a diz que tem idéias e palavras. Não são metais que se fundem.

Muito obrigado.

Pesquisa espacial no Sul

Pronunciamento em 3 de agosto

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação – mas também com preocupação – que trago a esta Casa informações sobre o desenvolvimento no meu Estado de uma atividade da mais alta relevância para a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento do nosso País.

Ao longo dos últimos anos, vem se expandindo no coração do Rio Grande do Sul um complexo de instalações, laboratórios e recursos humanos voltados para as ciências espaciais.

Com o indispensável apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e desta Casa foram implantados o Observatório Espacial do Sul, na cidade de São Martinho, e o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, na cidade de Santa Maria. Eu e muitos dos Srs. Senadores aprovamos emendas de Comissão e emendas de Bancada que permitiram o avanço dessas atividades.

O Observatório Espacial do Sul encontra-se hoje em plena operação, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria.

Dezenas de pesquisas, teses e dissertações se desenvolvem continuamente naquele local, privilegiado pela natureza para observação e estudo de diversos fenômenos.

Sua localização no núcleo da anomalia magnética do Atlântico Sul permite que lá se realizem observações que só são possíveis em dois outros locais na face da terra: no Pólo Sul e no Pólo Norte.

Nessas instalações, que são as mais meridionais do nosso País dedicadas às Ciências Espaciais, também se realizam as medidas de monitoramento da Camada de Ozônio, atividade essencial para a proteção da vida na face da Terra.

Muitas outras observações importantes são realizadas ali.

Dezenas de missões científicas de vários países têm vindo instalar seus equipamentos naquele local privilegiado, somando seus esforços aos dos grupos locais de pesquisa. Já estiveram na região japoneses, ucranianos, canadenses e estadunidenses, entre outros.

O Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, com seus prédios construídos, em comodato, no *campus* da Universidade Federal de Santa Maria, reúne os recursos humanos que tornaram possível esses avanços. Com 90% de suas instalações concluídas, o Centro já abriga alguns grupos de pesquisa da Universidade, carecendo de muito pouco investimento para sua conclusão.

Numa integração perfeita entre estudantes, professores e pesquisadores, projetos, teses e dissertações vão se concretizando.

Um dos resultados mais fantásticos atingidos com este trabalho diz respeito ao despertar dos novos talentos para as Ciências Espaciais. Mais de 25% dos estudantes que concluíram seu Mestrado ou Doutorado em Geofísica Espacial no INPE, em São José dos Campos, tiveram sua iniciação científica em Santa Maria.

Na condução destes esforços tem estado o Dr. Nelson Schuch, pesquisador do INPE e incansável lutador pelo desenvolvimento das Ciências Espaciais no Rio Grande do Sul.

Até 2001 o apoio da direção do INPE e de vários dos seus pesquisadores esteve sempre presente.

Ao longo do tempo, vem crescendo continuamente o apoio ao Centro por parte dos pesquisadores, mas é importante registrar que parcela dos que comandam a pesquisa espacial neste País tem feito um boicote sistemático ao desenvolvimento das instalações de Santa Maria.

Funcionários administrativos e pesquisadores têm sido aliciados e retirados do Rio Grande do Sul. Novos concursos públicos para admissão de funcionários contemplam vários setores do INPE, mas omitem sistematicamente o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais. As instalações para Rastreo e Controle de Satélites na região – consideradas estratégicas para o País, pois permitiriam o acompanhamento de satélites até a Patagônia – passaram a ser consideradas supérfluas. Alegou-se que as instalações Argentinas de Córdoba poderiam prestar o serviço para o Brasil. Um verdadeiro absurdo. Depois foi dito que as instalações de Cuiabá seriam suficientes. O que se viu, como já abordou a coluna da jornalista Ana Amélia Lemos, no jornal *Zero Hora*, é que um incidente com o satélite CBERS-2 deixou o Brasil sem observação própria de todos os Estados do Sul do País até 2007.

Isso não teria ocorrido se as instalações de Santa Maria não tivessem sido boicotadas.

Para completar o cerco àquela unidade, a direção atual do organismo oficial responsável pela área insiste em atacar o pesquisador que lidera o processo. Iniciou um arremedo de sucessão, incentivando e explorando vaidades, para encontrar um preposto dócil que concorde com essa desmobilização. Uma atitude lamentável. Simultaneamente, ao regular a execução orçamentária deste ano, retirou qualquer iniciativa da subunidade de Santa Maria, concentrando as decisões mais elementares em São José dos Campos, com o claro objetivo de fazer terra arrasada de tudo que foi conseguido e dos projetos em desenvolvimento.

Por todas essas razões, assinei, junto com os senadores do meu Estado, o governador, o presidente da Assembléia Legislativa e lideranças locais, manifestação à Casa Civil para pôr um fim a esta discriminação.

Afinal, a região Sul do País é a única que não dispõe de Instituto de Pesquisa do MCT, contrariando a política do próprio presidente da República, que tem defendido a descentralização da pesquisa no País.

A Agência Espacial Brasileira, e não o INPE, é que deve fixar a política na área espacial, não havendo nenhuma superposição de atribuições com o surgimento do novo Instituto na área.

Podemos, portanto, facilmente transformar as atuais instalações na região num novo Instituto do MCT e permitir que esta atividade tenha seu curso natural.

É necessário, urgentemente, que o presidente da República declare a intenção de instalar a nova unidade de pesquisa do MCT e entremos no processo de transição, a exemplo do que já foi feito em outras áreas para o Nordeste brasileiro.

Não faz nenhum sentido substituir o líder dessas ações antes que esteja definido o novo *status* e consolidar as instalações de pesquisas espaciais na região.

É essa a comunicação, a denúncia e apelo que deixo registradas e trago ao conhecimento desta Casa, juntamente com um chamamento à Casa Civil da Presidência da República para que dê uma resposta ao ofício dos três senadores da República, do governador do Estado, do presidente da Assembleia Legislativa e dos prefeitos da região para que sejam estabelecidas as condições necessárias ao desenvolvimento dessas importantes atividades para o Estado e o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Corruptos e corruptores

Pronunciamento em 3 de agosto

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o nosso mal é quando achamos que somos donos da razão e que o outro lado está errado. Isso é uma questão muito delicada e que é, mais ou menos, um princípio na política brasileira.

Eu, por exemplo, sou um cara muito marcado no PMDB. O nobre líder me tirou da vida do PMDB. Não participo de CPI e do que for; sou suplente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu, senador há 24 anos, sou a pessoa que tem menos posição dentro da Bancada do PMDB. Por quê? Ele tem até razão; não o estou criticando. Porque venho a esta tribuna criticar meu Partido; venho criticar o presidente do Congresso, o líder da Bancada, o presidente do Partido, naquilo que acho errado. Venho à tribuna confessar equívocos que pratiquei. Agora, quando queremos achar que só nós estamos certos, aí fica difícil.

Acho, por exemplo, que o PT tem razão em muita coisa que fala do Governo anterior. Gritei contra a venda, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Achei um absurdo vendê-la por R\$ 3 bilhões. Não foi vender; foi dar, porque foi o BNDES que deu o dinheiro.

E, agora, em um ano, ganham-se R\$30 bilhões, R\$40 bilhões – dez vezes o preço por que foi privatizada. Critiquei, como estou criticando agora o que o Governo está querendo: privatizar o Banco do Brasil aos poucos. Já está em 12%, que-

rendo elevar-se para 25% a participação do capital estrangeiro no Banco do Brasil.

Não entendo o porquê; o Banco está ótimo, está bem, batendo recorde de lucratividade. Por que entregar ao capital estrangeiro o Banco do Brasil? Qual é o significado disso?

Então, sou sempre o mesmo. Bati no Governo do Sr. Fernando Henrique na escolha do presidente do Banco Central. Trouxeram um ilustre aplicador, um megacampeão de aplicação de dinheiro no exterior para ser presidente do Banco Central! O que é isso? De onde o Fernando Henrique tirou essa idéia? Bati o tempo todo e critiquei.

Quem mais criticava a escolha do presidente do Banco Central era o PT. Fizemos um movimento enorme para tirá-lo. Mas, de repente, veio o PT e escolheu como presidente do Banco Central o presidente mundial do Bank Boston – pelo menos, o do Sr. Fernando Henrique era um empregado, o dono era o patrão dele. Ele era um aplicador, a sua especialidade era ganhar dinheiro. Dizem até que foi o orientador que provocou a crise na Rússia e não sei mais onde. Mas, como disse, o PT escolheu como presidente do Banco Central o presidente mundial do Bank Boston, que era deputado eleito pelo PSDB, e que tem um acordo de aposentadoria em que ganha não sei se US\$200 milhões ou US\$300 milhões! Nesse acordo, há uma cláusula que diz que ele só pode exercer atividade se tiver a concordância do Bank Boston, para ele não ir trabalhar na concorrência, conhecendo os dados que tem. Claro que o Bank Boston pode pensar que, daqui a pouco, ele vai para o Citibank ou para outro. Não! Ele veio para o Banco Central!

Eu já pedi, umas dez vezes, para ele me mandar uma cópia desse documento, mas ele não me manda, porque não pode mandar. Aí é que está o problema.

No momento em que o PT devia colocar para fora as coisas erradas do Fernando Henrique, não colocou. Quando assumiu, era o momento de fazer e ele não o fez; ficou quieto, manso e tranqüilo.

No momento em que o PT iniciou a caminhada – eu não nego –, nunca apostei tanto em um Governo quanto no Governo do Lula. Achei que tinha chegado a nossa vez e a nossa hora. Aquele homem descomprometido, que tinha vindo lá do Nordeste, líder sindical, que começou do zero, que foi atirado naquela selva que é São Paulo, de quem nunca se ouviu falar nada e que se tornou presidente da República, sem compromisso com quem quer que seja, ia fazer um grande Governo. Havia chegado a nossa vez! Infelizmente, começou na forma de organizar a Maioria dele. Eu até fui convidado; o Lula jantou na minha casa, e argumentou essa possibilidade. Mas eu disse a ele: Eu não vou. Mas, Lula, você tem de fazer um grande Governo. O Brasil inteiro está do seu lado. Estão do seu lado os que votaram e os que não votaram em ti, torcendo para que tudo dê certo! É importante para o País que tudo dê certo! Faça um grande Governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes. Escolhe na sua linha, na linha de esquerda – eu, bobalhão, até peço desculpas agora porque entendi que falei bobagem na oportunidade. Mas escolha um grande Ministério e comece com a reforma. A primeira deve ser a reforma política, para colocar o Brasil no seu devido lugar, no seu devido tempo. É uma reforma tão necessária! Nunca houve uma chance, uma oportunidade tão grande como agora de fazer isso. Tu tens condições de fazer.

E ele começa com a reforma da Previdência! Uma reforma que começou rachando o PT, e não aceitou, de forma nenhuma, a reforma política.

O acordo que eu imaginava seria fazer um grande entendimento. Eu disse para ele: Lula, eu fui governador. Está certo que um “governadorzinho” de um “estadozinho”, como o Rio Grande do Sul. Eu tinha 27 deputados no PMDB. Eu governei só com o PMDB. A Oposição tinha 28. Cansaram de me oferecer deputados que iriam entrar para o PMDB. Eu não aceitei. Governei só com o PMDB! Perdi mais três deputados. Se eu fiz um bom ou um mau governo, eu não sei. O que eu sei é que não posso acusar a Oposição de nada que eu tenha feito ou não de errado. O meu entendimento com a Oposição foi de igualdade.

Eu chamava os líderes da Oposição, conversava com eles, fazia proposta, respondia, debatia, mas nunca um deputado me pediu um centavo, e eu nunca ofereci um centavo, e nos demos muito bem. Nós nos demos muito bem com o PT, que estava lá com quatro deputados, e com todos os Partidos, na base do interesse pelo Rio Grande do Sul.

Disse a ele: Faça isso, Lula!

E até vou fazer justiça: o ex-Chefe da Casa Civil procurou o PMDB, pois queria fazer um entendimento de Partido a Partido, para o PMDB fazer parte do Governo. O Lula não concordou. O Lula preferiu o que era muito caro, e que o negócio era – vamos falar claramente – comprar apoio. Pegar os caras, inchar o PMDB com pessoas que foram levadas para lá; inchar o PTB e o PL, e não sei mais quem na base do dinheiro. E esta foi a moeda que existiu durante todo o início do Governo: a compra.

Será que o Lula, ingenuamente, pensou que comprou, está comprado; é meu para o resto da vida? Não. Comprou, está comprado e tem de comprar a cada eleição. A cada eleição, algo novo tem de ser feito. E, a partir daí, nasceram os mensalistas; a partir daí, nasceu tudo o que está acontecendo.

De repente, quando o PMDB queria mais cargos, o líder fazia, batia na mesa e ficava bravo! Daqui a pouco, dizia: “Não, é porque o PMDB quer o Ministério da Saúde etc”. Pouco depois, davam o Ministério para ele; então, ele se acalmava. “Olha, estamos todos juntos”! Pelo amor de Deus, o Lula não podia fazer isso! Ele não tinha o direito de fazer isso!

Quando ocorreu o primeiro escândalo, o do Waldomiro Diniz, entramos com a CPI com tranqüilidade. Falei com as Lideranças do Governo e pensava que, com tranqüilidade, se constituiria a CPI. Não me passou pela cabeça que fosse diferente. Quando vi o que fizeram para impedir a CPI... Era o início do Governo. Se o Governo tivesse tomado uma posição enérgica no sentido de dizer: “Não se vai fazer. Corrupção não existe no meu Governo! Apure-se a verdade!” Mas o Governo impediu a criação da CPI. O Governo impediu, proibiu a criação da CPI. E nós a criamos um ano e seis meses depois, quando

o Supremo Tribunal Federal, por dez votos a um, decidiu que o Congresso tinha a obrigação de criar a CPI. Se dependesse do Congresso, do presidente do Senado, do líder do PMDB, do líder do PT, ela não existiria.

Essas coisas levaram ao ambiente que está aí. Não dá para culpar o Congresso Nacional, só o Congresso Nacional.

Pode haver corrupto no Congresso Nacional? Pode haver. Mas não existe corrupto sem a figura do corruptor. E, quando o corruptor é Governo, isso é muito grave! É muito grave quando o corruptor é o próprio Governo. E foi o que aconteceu.

De onde veio o dinheiro do mensalão? De onde é que veio? De onde é que veio esse dinheiro que circulou, que andou por todo o Brasil? De onde é que veio, senão do próprio Governo?

Então, chegamos a essa situação. O Congresso está realmente no nível mais baixo de que tenho conhecimento. Nem na época da ditadura era assim! Na época do regime militar cassavam, prendiam, faziam horrores, mas lá estava o velho MDB lutando e mantendo a dignidade do Congresso.

Hoje, os níveis de desconsideração do povo com o Congresso são absolutos, mas não dá para dizer que o mesmo não acontece com o Governo Federal.

É claro que o Governo Federal tem uma máquina de publicidade fantástica! É claro que o Governo Federal tem o Banco do Brasil, tem a Petrobras. Quem vê a propaganda da Petrobras na televisão fica extasiado. Que coisa fenomenal, o PT, em três anos e meio, criou esse monstro que é a Petrobras, que é uma empresa espetacular! Quem vê a propaganda do Banco do Brasil... Eu mesmo digo: "Eu não sabia que o Banco do Brasil fazia isso!". Eles têm uma competência para fazer propaganda! Não é feita só a propaganda, mas é feita a propaganda somando para o Governo.

Mas, se analisarmos com profundidade o ressentimento, a mágoa, a tristeza que se vêem hoje, concluiremos que não são com o Congresso Nacional, mas com o PT e com o Lula.

Em Porto Alegre, há a esquina da Usina do Gasômetro com o Guaíba, que é um lugar lindíssimo. Para uma capital que não tem praia, a beira do Guaíba é uma maravilha! É um mar de gente, aos sábados e domingos à tarde. São todos do PT. Ali se tornou um núcleo petista. Aos sábados e domingos, há bandeiras, distintivos, cantorias, é uma festa do PT! Ninguém tem coragem de ir lá senão para bater palma ou ficar quietinho.

Fui lá duas vezes este ano. Não há uma bandeira, um distintivo. Não há uma pessoa do PT abrindo a boca! Então, ali, no penúltimo sábado, no Rio Grande do Sul, julho, um frio desgraçado; de repente, um sol maravilhoso, um dia de janeiro, um mar de gente. As crianças rindo e brincando, os pais pareciam que estavam caminhando atrás de um caixão. Não se viam os dentes de ninguém, só mágoa, tristeza, amargura e ressentimento. Não se via pela rua uma bandeira do PT. Não se via pela rua aquela alegria, aquela algazarra, aquele sentimento de pujança que havia naqueles jovens universitários.

Recentemente, fui paraninfo em Caxias do Sul. Havia mais de 80 alunos, e não havia uma bandeirinha do PT, um distintivo do PT, não havia nada!

Há uma desilusão, uma mágoa profunda, com relação a nós, sim, mas, basicamente, não esperavam nada de nós. Eles esperavam do PT e do Lula.

Por isso, quando o Lula ou quando os queridos parlamentares do PT vêm aqui mostrar que estão fazendo o que os governos anteriores fizeram, eles não calculam como isso machuca o eleitor do PT. Eles foram eleitos exatamente para não fazer isso, para mudar essa tática, para fazer o contrário do que está sendo feito. E não dizer: “É a mesma coisa. Vocês também fizeram. O Fernando Henrique também não deixou criar a CPI, o Fernando Henrique também botou dinheiro para fazer a emenda da reeleição!”. Mas não foi para isso que votaram no PT.

Eu até acho que devíamos fazer diferentemente: “Hoje, vamos discutir o Governo do Fernando Henrique”. E vamos

discutir o Governo do Fernando Henrique. Agora, se hoje decidirmos discutir o Governo do PT, vamos ficar no PT!

Sinto – companheiros do PT me disseram isto – que o que mais marcou os petistas foram estas palavras dos homens do PT: “Isso já foi feito. O mensalão não é mensalão, é sobra de campanha. Sempre houve caixa dois em todas as campanhas”. Mas o PT foi eleito para não fazer o mesmo. Se houve, não sei, mas nunca veio escandalosamente a nu, como apareceu nessa campanha, denúncias desse tipo.

No meio desse ambiente, pesado, carregado, em que estamos indo para a campanha, creio que a atmosfera é respeitável. O candidato do PSDB é uma figura excepcional. Sou um admirador dele. Como vice do Covas, ele foi uma figura que ficou na história pelos seus gestos de grandeza. Ele tem uma ação elegante.

O Lula, nesse sentido, está debatendo, está discutindo. O candidato do PDT, o querido professor Cristovam, está desempenhando a sua missão. A Senadora Heloísa Helena, é claro, tem garra, tem força, mas, na minha opinião, ela não saiu da linha do debate.

Por que, no meio disso tudo, vamos falar em convocar miniconstituinte? Será que este é o momento? Será que, a 57 dias de uma eleição, é hora de se fazer isso? Em primeiro lugar, não dá tempo, antes das eleições. Como vamos fazer? Vamos votar uma emenda convocando a miniconstituinte? Eu até tenho emenda nesse sentido, mas a minha emenda, na época, era no sentido de se convocar um plebiscito para se decidir se haveria ou não uma constituinte. Agora estão falando: “O Lula vai conversar com a OAB e com os aliados, com a população”, dando a entender que com este Congresso não dá! “Não dá para esperar nada deste Congresso”, diz a notícia. Se não dá para esperar, então, vamos empatar: 1 x 1. Se não temos credibilidade para fazer a reforma, o presidente também não tem credibilidade para fazer a reforma. Então, vamos deixar para o próximo ano. Vamos ver o que acontecerá no próximo ano.

Na verdade, uma coisa deve ser dita – falo com tranqüilidade: desde que cheguei a este Congresso, venho lutando pelas reformas. Venho brigando, e são vários os projetos que tenho sobre fidelidade partidária. E a matéria referente à fidelidade partidária já foi aprovada pelo Senado, na emenda do ilustre Senador Presidente do PFL.

S. Ex^a conseguiu um fato inédito e muito significativo: todos os Partidos do Governo e da Oposição se reuniram e, com base na emenda do Senador Bornhausen, fez-se um entendimento e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nesta Casa. Muitas das emendas que eu tinha foram englobadas à emenda aprovada, e esta Casa fez o seu papel. Fez o seu papel. Se nós e o Presidente Fernando Henrique tivéssemos cobrado da Câmara o seu papel, talvez ela tivesse sido aprovada. Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, voto distrital. A cláusula de barreira está aprovada, já é uma realidade e vamos aplicá-la nesta eleição. A imunidade parlamentar, em parte, já está aprovada. Até há dois anos, o deputado ou senador poderia matar, degolar, roubar, fazer o que quisesse e não acontecia nada, a não ser que o Senado ou a Câmara dessem autorização. A Câmara e o Senado não davam e nem deixavam dar a autorização, ficava na gaveta. Não davam porque não davam e não rejeitavam porque ficava mal, então, não saía da gaveta.

A emenda nossa foi aprovada e, hoje, é lei. A Câmara também aprovou. Reparem que inverteu e está lá na gaveta do Supremo. O Senado e a Câmara não fizeram nada para mexer no caso do Jader Barbalho, no caso do senador que hoje é Líder do Governo e os processos estão na gaveta do Supremo. Se quiserem julgar, eles que julguem, porque agora o Supremo não precisa pedir licença nem para a Câmara, nem para o Senado.

Reparem que a TV ao vivo, talvez uma das questões mais delicadas, não existe mais, para não falar de coisas que vão melhorar muito nessa campanha, como já estamos notando. Dizem que a campanha não sai do chão porque não tem show-mício, nem mesmo de graça. No Rio Grande, existem muitos cantores e compositores gauchescos que gostam de fazer a

campanha por paixão, por amor, por dedicação e que estão magoados porque não podem. “Mas não quero cobrar nada”, dizem. Não pode. Acho que está certo. Brinde também não pode. Acho que está certo.

Vejo que esta questão poderia ser levada adiante com grandeza recíproca e não da forma como está sendo feito por um grupo de juristas, não sei com qual sentido. Julgar a ida deles ao presidente da República, na minha opinião, foi infeliz, porque o motivo, segundo dizem os jornais, são as CPI. Eles querem modernizar as CPI e tirar delas o direito de liberar o sigilo de contas bancárias e de telefones.

Sr. Presidente, durante muito tempo, desde o tempo da ditadura até agora, só a CPI funcionou para provar alguma coisa neste Brasil. Não me lembro de alguém que tenha sido condenado no Supremo ou na Justiça comum. Eu não me lembro de algo que tenha sido provado, a não ser aqui, neste Congresso, desde a cassação do Collor até a CPI dos Anões do Orçamento, que cassou uma centena de parlamentares, e a CPI do Sistema Financeiro, que mostrou, a nu, a remessa de lucro e as contas fantasmas no exterior. Essa CPI teve belíssimo trabalho. Belíssimos trabalhos!

Concordo que estamos vivendo um momento muito polêmico, hoje, porque se inverteram as posições. O PT ficou em uma posição muito confusa. Ele, que era o criador de CPI – se dependesse dele, teríamos mil CPI –, de repente figura na posição de boicotá-las. Aí, seus integrantes não têm a capacidade, não têm o gabarito que tinham. Para atirar pedras, para acusar, para denunciar, eles eram profissionais de primeira grandeza. Agora, para defender, eles já não têm essa capacidade. É a primeira vez que eles estão fazendo isso. Então, a CPI vive um momento complicado, mas daí o representante da OAB – mesmo que não seja o presidente, seja o ex-presidente –, em vez de falar conosco, ir ao presidente da República pedir-lhe a modernização da CPI e que tire dela o direito de pedir a quebra do sigilo...

Um outro jurista, não sei qual é o seu nome, disse que viu, pela televisão, uma tortura na CPI – por amor de Deus!

– em cima de um cidadão que estava prestando depoimento. Mas onde teve tortura? Em quem? O que vimos nessa CPI, o que é uma coisa absurda, foi um mar de mentiras. As pessoas agora, diante da oferta de ganhar uma vantagem na pena, estão confessando coisas na polícia que não contaram na CPI. A CPI no Brasil, na verdade, é uma vergonha pelas mentiras das pessoas que nela depõem. Mentem com a cara mais deslavada do mundo. No entanto, dizer um ilustre jurista que assistiu na televisão à tortura de uma testemunha!!! Não me lembro. Houve casos? Houve. Uma senhora veio depor e o PT resolveu ir para cima dela e foi duro. Até eu intervir. Intervi pedindo que parassem com aquilo. A testemunha estava lá contando fatos gravíssimos e, para ela, isso era muito importante. Era uma senhora, uma simples funcionária que, mesmo sabendo que já estava demitida, contou toda a história do valerioduto. Não aceitei que quisessem fazer investigação da vida dela ou contar casos e sei lá o quê. Exigi e protestei. Mas daí a dizerem que a CPI tortura testemunhas, por amor de Deus! Por amor de Deus!

Volto a dizer: a CPI é o setor mais sério que existe na vida brasileira. Vive uma hora anormal? Vive. Vive uma hora diferente? Vive. O PSDB e o PFL estão em um regime de maravilha, porque estavam apanhando o tempo todo e, de repente, estão batendo. O PT, que costumava bater, ainda não aprendeu a se defender. Essa é a grande verdade.

O Senador Jorge Bornhausen e o Senador Tasso Jereissati, quando perguntam o que atrasa o pedido de convocação de CPI, fazem uma pergunta delicada. É uma pergunta delicada, porque essas coisas nós sabemos como começam e não como terminam.

O exemplo da Venezuela é verdadeiro. É o exemplo doloroso de um cidadão que chegou à Presidência da República e para quem todos os esquemas são válidos, a começar por desmoralizar o Congresso e governar diretamente com o povo. E, aí, com plebiscito aqui, não sei mais o que lá, ele está fazendo o quer. Ele está fazendo o quer e o Congresso e a imprensa são dele. Na verdade, é uma democracia com interrogações com relação a sua maneira de ser. Sob o pre-

texto de que o americano ameaça invadir e que ele está-se defendendo, está tomando posições de independência. Primeiro, era com o Brasil. Eu até achava que seu diálogo com o Lula era positivo, em termos de América Latina, mas agora ele foi à Cuba, à Rússia, já foi à China, ele quer ocupar uma posição. Parece que ele sabe que o Fidel Castro está com a sua saúde tremendamente abalada e que vai haver um vazio, que ele parece querer ocupar.

De repente, ficamos com esta pergunta: o que está atrás dessa miniconstituinte? O que se quer?

Uma ilustre jornalista, Rosane de Oliveira, publicou um artigo no *Zero Hora* que é, realmente, digno de ser analisado:

“Só para fazer reforma política não é preciso convocar uma Assembléia Constituinte, exclusiva ou não. Basta o presidente eleito em outubro aproveitar a força conquistada nas urnas, apresentar a proposta de reforma política no primeiro mês de mandato e mobilizar sua base para aprová-la. Todos os candidatos não se dizem favoráveis à reforma política? Se o Presidente Lula diz que está disposto a convocar uma Constituinte exclusiva até o final do ano, seja ou não reeleito, é legítimo deduzir que vem coisa bem mais profunda por aí. Há pouco tempo, o Ministro Tarso Genro defendeu uma reforma que revise, inclusive, o conceito de direito adquirido. Que o atual sistema político está esgotado, ninguém duvida. O que deve se discutir é a conveniência de convocar uma Constituinte 18 anos depois da promulgação da Constituição, que já está cheia de remendos. Entre os juristas há controvérsias, inclusive, sobre se o presidente tem poderes para tanto.

Ontem o Ministro Tarso Genro condicionou a convocação da Constituinte à existência de um forte movimento da sociedade, colaboração dos demais poderes da República e convicção de que seria positivo para o País. Deu para sentir um certo tom de messianismo no ar, o que assustou os adversários de Lula. Com pequenas variações nos argumentos, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam Buarque repudiaram a idéia. Buarque insinuou que a inspiração do presidente seria o amigo

Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Chávez conseguiu mudar a Constituição e ampliou seus poderes.”

Diria que é uma jornalista brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a que, em razão de haver outros oradores inscritos, possa colaborar. V. Ex^a tem mais alguns minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na terça-feira, ouvi dizerem isso a vários oradores. No entanto, eu estava na fila esperando para falar. Quando começou o Jornal Nacional, concederam-me a palavra. Aliás, o senador que me antecedeu na tribuna disse estarmos no “horário nobre”. É verdade. Só que para concorrer com o Jornal Nacional, a TV Senado ainda não tem condições. Mas vou terminar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem de se orgulhar, porque muitos preferiram ouvi-lo a ouvir o próprio Jornal Nacional. Acharam que V. Ex^a está mais atualizado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, havia muita interrogação quando o Lula tomou posse.

O interessante é que tudo o que se temia não aconteceu: “O Lula vai fazer isso na reforma agrária; o Lula vai fazer aquilo com o capital estrangeiro; o Lula vai fazer não sei o quê”. Não aconteceu nada! Aconteceu aquilo que ninguém imaginava no terreno da ética, da dignidade, da seriedade. E, cá entre nós, no terreno econômico, é a continuação do Fernando Henrique. Qual é a diferença entre os presidentes do Banco Central atual e o anterior? A diferença é que, quanto ao anterior, não encontramos nada; ao passo que o atual está sendo processado no Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República por formação de quadrilha. No entanto, ele está lá na presidência do Banco Central, apesar de o Supremo estar processando S. Ex^a por formação de quadrilha, um processo iniciado pelo procurador-geral da República. E o Presidente Lula o que faz? Nomeia-o ministro. Ministro, o presidente do Banco Central! Onde, no mundo, existe uma situação como

essa? E para quê? Para garantir que nenhum juiz entre com um pedido de prisão preventiva e o atinja, porque a figura do presidente do Banco Central não tem imunidade; a de ministro tem. Então, deram um cargo de ministro para ele.

Então, dentro desse contexto, volto a repetir, que o máximo que tínhamos de fazer é levar estes 58 dias que faltam até o dia das eleições. Vamos levar isso até o dia das eleições. Vamos concluir esta CPI, aconteça o que acontecer, mas vamos deixar esse tipo de debate – reforma, constituinte e tudo o que o valha – para depois das eleições, oportunidade em que teremos ambiente propício para debatermos, para analisarmos, para chegarmos a um entendimento.

Agora, o nosso amigo Lula dizer, lá no Rio Grande Sul, que apenas o Getúlio fez um pouco mais do que ele pelos trabalhadores! Que ele foi a figura que mais fez pelo trabalhador. Dizer que ele e o Juscelino são os dois grandes nomes da política brasileira?! Em primeiro lugar, é uma vaidade pessoal. Isso ele deveria deixar o povo falar, e não ele se autorizar.

Viajar, como está viajando pelo Brasil... Por exemplo, ele foi a Porto Alegre fazer dois comícios. Antes dele, foram seis ministros ao Rio Grande do Sul; cada um em uma região. Os calçadistas do Rio Grande do Sul estão praticamente quebrados. São milhares de desempregados. Não conseguem mais vender para o exterior. Então, foi lá a ministra anunciar uma série de vantagens para os calçadistas. Os agricultores das pequenas propriedades estão vivendo um drama imenso. Então, foi lá o ministro falar com os produtores, oferecendo outras facilidades. Uma série de pacotes foram oferecidos ao Rio Grande do Sul, para, depois, chegar o presidente da República, reunir o povo e falar.

Mas tudo isso está bem. Vá, Sua Excelência! Penso que não precisava ter ido de avião oficial. Foram o avião oficial e o antigo, aquele que está no antiquário, aquele que o Fernando Henrique usava; aquele que era uma vergonha também foi. Foram o oficial – o novinho – e o suplementar.

Eu acho que essa eleição tem de chegar ao seu final. Eu acho que tentativas de escamotear não são possíveis. O PSDB,

o PFL, o P-SOL e o PDT, com seus candidatos, estão cumprindo a sua parte. Ninguém está estimulando a radicalização, a violência. Estão cumprindo a sua parte! Não é como no tempo da antiga UDN, quando o Getúlio era candidato e a UDN ia bater na porta dos militares para não deixarem o Getúlio ser candidato, e, depois, para não deixarem o Getúlio ser eleito. Não é como no tempo do Juscelino Kubitschek, quando, eleito Juscelino, a UDN batia às portas dos quartéis para impedir que ele assumisse a Presidência. Não! Hoje, estão aí o PSDB, o PFL e, do outro lado, o P-SOL e o PDT batendo e debatendo as suas idéias. O clima é normal. Quem está querendo agitar é o Governo, é o Partido do Governo. Isso não tem lógica; não tem argumentação! O Partido do Governo é que quer agitar. E, em uma hora como essa, vem pedir a Constituinte!!! Este é o momento de pedir a Constituinte? Cinquenta e oito dias antes da eleição? Essa é uma eleição aberta, tranqüila. O que está havendo? A imprensa está aberta, os partidos estão abertos, o debate é franco. O que há de perigo nesta eleição? "Tem de ser feita a reforma da política", dizem. Sim, mas teriam de tê-la feito no primeiro ou no segundo ano do Governo, mas não a 60 dias da eleição! Essa é uma tese para depois da eleição, porque alimenta intranqüillidade, dúvida, incerteza sobre o que atrasa ou não atrasa. Portanto, não se pode fazer isso!

Sr. Presidente, volto a dizer que o importante seria... afinal, termina hoje, não é isso, Sr. Presidente? Só viremos para cá agora em setembro. E, em setembro, os programas políticos já estarão no ar e ninguém mais vai pensar em abrir esse tipo de debate; por isso, ele encerra-se hoje.

Eu só faria um apelo ao Governo: que encerrasse essa conversa sobre miniconstituinte. Falou, lançou no ar, a coisa está aí, mas que não seja durante o recesso, que vamos ter, que esse assunto venha a ser debatido, porque, senão, eu serei o primeiro a suspender a campanha para voltarmos aqui para debatermos, com rigidez, qualquer movimento que seja feito nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Imunidade parlamentar

Pronunciamento em 15 de agosto

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é com satisfação que confirmo o que disse o Senador Suplicy, quando afirma que o meu Líder, Senador Ney Suassuna, espontaneamente se afastou da Liderança pelo período que acha suficiente para que o caso da Comissão de Ética seja resolvido. S. Ex^a tomou uma atitude muito importante, muito respeitável e muito correta. Eu disse ontem – e repito – que não há de se dizer que o fato de o Senador Suassuna ter-se licenciado e afastado da Liderança signifique que ele está antecipadamente reconhecendo que tem alguma culpa. Pelo contrário, afastando-se da Liderança, a qual ele poderia usar hipoteticamente para obter essa ou aquela vantagem, está deixando claro que quer que a verdade seja esclarecida e faz aquilo que qualquer um na sua posição gostaria de fazer, que é buscar a verdade e provar sua inocência. Ele afirma que é inocente; afirma que, nesse tumulto, nessa correria da Comissão – são 70, 80 parlamentares envolvidos –, o relator não teria tido condições de ler as defesas e fazer o estudo necessário, o que vai acontecer agora, na Comissão de Ética, onde haverá espaço suficiente, principalmente no Senado, em que são apenas três. Na Câmara, são quase 70 parlamentares envolvidos, mas aqui, sendo apenas 3, haverá tempo suficiente para que se faça a defesa, para que se faça a análise e que se busque a verdade.

Quero dizer que considerei correta a decisão do líder. Penso que ele fez o que deveria ter feito: afastou-se, entregou a Liderança ao vice-líder e, agora, vai fazer aquilo que qualquer um, no seu lugar, faria, ou seja, a sua defesa. É o que ele tem de fazer, mas não é o que o líder deve fazer. O líder, ainda mais numa fase tão complicada e tão complexa como essa, tem mil obrigações, independentemente de sua defesa pessoal.

Então, fico satisfeito e, sinceramente, fico tranqüilo. Creio que, em relação a essa parte, no nosso PMDB, tomamos uma decisão importante.

Recebi do Espírito Santo vários telefonemas com relação ao Presidente do PMDB naquele Estado, que também foi condenado na CPI da Câmara dos Deputados e que se mantém na Presidência do Partido. Os parlamentares e os candidatos do PMDB no Espírito Santo disseram que estão tendo um problema muito sério: em razão de ele estar em uma posição muito desgastante e, sendo o presidente do Partido, o PMDB não está conseguindo fazer reunião, fazer comício – assim me disseram os parlamentares, inclusive senadores do Espírito Santo –, porque a figura dele é impeditiva disso. Pediram-me para falar com o presidente nacional do Partido, e hoje falei com ele, que vai tomar as providências. Creio que seria também natural que o presidente do PMDB no Espírito Santo pedisse licença do cargo, para que a eleição possa transcorrer, para que a caminhada possa ir adiante, sem criar o embaraço que é para ele e para o Partido uma questão como essa.

O presidente prometeu reunir a Executiva para tomar as providências nesse sentido, não sei se até o fim da semana ou no início da próxima semana.

Essa é uma questão muito delicada. É ruim para todos o que acontece no Brasil.

Aliás, nesse sentido, tenho de dizer que o Presidente Lula cometeu um equívoco muito grave – e muito grave porque ele é presidente da República –, queixando-se da imunidade parlamentar. Disse: “os parlamentares estão exagerando nessa imunidade parlamentar. Isso não pode acontecer”. Quero

dizer ao ilustre Presidente Lula que ele está equivocado. A sua Assessoria não o orientou e ele fez uma afirmação realmente incompreensível para um presidente da República, que tem a obrigação de saber disso.

Modéstia à parte, foi de minha autoria o projeto. E foi uma luta de mais de dez anos, em que sempre defendi o fim da imunidade parlamentar como era: o cara matava, degolava, era ladrão, era vigarista, mas, sendo senador, deputado, só podia ser processado se a Câmara ou o Senado dessem licença. O que acontecia? O Supremo Tribunal pedia licença; a Câmara ou o Senado não davam licença, mas não tinham coragem de ir a plenário negar a licença, porque ficariam mal. Se entrasse em votação, quem votasse contra ficaria mal perante a opinião pública. E como não queriam votar a favor, o processo ficava na gaveta anos a fio. O cidadão era ladrão, assassino, vigarista, e isso era o que realmente ocorria, o que o Lula disse. Mas o que o Lula não sabe é que isso não existe mais! Hoje não existe mais essa imunidade parlamentar. A nossa imunidade é pelos nossos discursos, pelos nossos votos, e não pela nossa vida. Hoje o Supremo pode processar qualquer deputado, qualquer senador. Não precisa de licença de ninguém.

É verdade que o projeto não foi aprovado como nós o aprovamos aqui no Senado. Na Câmara, fizeram um adendo.

Na hora, fiquei magoadíssimo; achei que não podia ter acontecido aquilo. Hoje não digo que esteja certo, mas creio que não atrapalhou. O adendo é o seguinte: o Supremo pode processar parlamentar sem precisar ouvir ninguém, nem Câmara, nem Senado, mas, no meio do processo, se uma das duas Casas vir que está acontecendo algo e houver por bem mandar suspender o processo, vota-se, na respectiva Casa, o trancamento do processo. Mas isso é tão delicado que ninguém pediu o trancamento de coisa alguma até agora. Há senador e deputados sendo processados no Supremo e ninguém pediu para trancar – cá entre nós, isso seria pior do que impedir que o processo andasse.

Então, isso existe, meu amigo Lula. E o amigo está profundamente equivocado. O que o meu amigo Lula poderia ter dito é o seguinte – e isso é diferente: o projeto de punição de parlamentar está sendo trancado no Supremo. O procurador da República faz a denúncia, o Supremo aceita, um relator fica encarregado, e o processo fica na gaveta do Relator. E o Dr. Lula sabe disso? Tanto sabe que o seu presidente do Banco Central é um deles. Ele foi denunciado pelo procurador-geral por formação de quadrilha e uma série de fatos de corrupção. O Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia, que está na gaveta daquela Corte. O presidente sabe disso e de mais: o presidente do Banco Central não é como o parlamentar, que só pode ser processado no Supremo; qualquer juiz pode iniciar um processo contra ele. Então, o que o Sr. Lula fez? Nomeou-o ministro.

É o único caso no mundo em que o presidente do Banco Central é ministro presidente do Banco Central. Por que o Lula fez isso? Para garantir a imunidade dele; para impedir que, fora do Supremo, qualquer juiz pedisse a sua prisão. Então, o Dr. Lula sabe bem dessa questão, está bem a par.

Portanto, essa afirmativa que o Lula faz de que os parlamentares estão abusando da impunidade não é verdadeira. Sinceramente, não é verdade. Até acredito – e tenho repetido isso – que o Supremo deveria ter uma fórmula por meio da qual os processos não ficassem tanto tempo parados, para que não ocorresse essa gravidade de não se decidir e não se tomarem providências, como se deveria fazer.

Com relação a essa questão que estamos votando agora, digo com toda sinceridade: creio que vamos tomar as decisões. Elas são graves, são negativas, envolvem esta Casa e envolvem a Presidência da República. Não vivi momento tão dramático como este que estamos vivendo. Sinceramente, não vivi.

Admiro o Senador Suplicy porque ele é o mesmo. Lembro-me de que era só o Senador Suplicy do PT; ele contra 80 parlamentares. Mas ele sozinho defendia o que ainda está defendendo. É o mesmo. Mas, infelizmente, o mesmo no PT

só o Suplicy; o resto já saiu. Os outros que não quiseram mudar, os que não entendiam por que o PT no Governo é outra coisa, esses já saíram do Partido. Então, o Suplicy continua com aquele ar puritano dele: ele queria uma prévia e, agora, quer que o presidente da República venha e traga a mensagem de presidente aqui. Ele quer também que o presidente vá aos debates. Isso é democracia. É democracia, mas aquela democracia que o Lula tinha antes das eleições. Agora eles estão no Governo, e não se vê diferença nenhuma entre o Lula e o Fernando Henrique. A rigor, para ser sincero, no tempo do Fernando Henrique a coisa não era tão escandalosa. Não se via esse mar de coisas que estão ocorrendo agora. Havia um certo pudor, digamos assim, que agora não há. No tempo do Fernando Henrique, o ministro da Fazenda começou e terminou, com voto de louvor. Quanto ao presidente do Banco Central, não vi nada. Não houve nenhuma acusação contra o presidente do Banco Central no tempo do Fernando Henrique.

É verdade que ele, ou não sei quem, colocou dinheiro na compra da emenda da reeleição; é verdade que foi um escândalo a entrega da Vale do Rio Doce, que foi vendida por R\$4 bilhões e que agora, em um ano, ganhou R\$ 34 bilhões, mas as coisas não aconteciam como estão acontecendo agora.

Quando falamos em valerioduto, quando falamos em mensalão, quando falamos em sanguessuga, com toda a sinceridade, sabemos que o parlamentar é culpado, mas continuo na mesma posição do Senador Suplicy, de que deveríamos cuidar primeiro do corruptor e depois do corrupto. O corrupto é um pobre coitado, mas o corruptor... E quando esse corruptor é o próprio Governo, aí então a questão é muito séria, aí a questão é muito grave, e é o que está acontecendo.

Por isso que esta campanha está sendo estranha. Gosto muito do Geraldo Alckmin, uma pessoa extraordinária, por quem tenho muito carinho, por quem tenho muito respeito. Ele é do grupo do Covas, de outro PSDB, não o PSDB do Fernando Henrique.

Eu era um grande admirador do Covas. Acho que, se o Covas tivesse chegado à Presidência da República, teria sido

diferente. Mas é o destino do Brasil: não foi Ulysses, foi o Collor; não foi o Tancredo, foi o Sarney. Parece que é o destino do povo brasileiro. Não sei o que vai acontecer agora.

Digo que o que torna difícil o debate para o PSDB e para o PFL é que eles estão acusando agora, mas é verdade que fizeram isso há quatro anos. O Presidente Lula não quer ir ao debate não por causa do Geraldo Alckmin, mas por causa da Senadora Heloísa Helena. Ele tem medo dos cinco minutos da Senadora Heloísa porque ela vai, bota o dedo e diz “no meu tempo, era assim, assim, assim. Eu estava na Executiva e nós fizemos assim, assim, assim, e agora está acontecendo isso”. Quanto ao PSDB, o máximo que o Lula vai fazer é dizer “você fizeram também. O caixa dois sempre existiu. O negócio do mensalão começou no PSDB de Minas Gerais”. Isso tira a credibilidade do PSDB; isso tira a credibilidade do PT. Agora, o PT não está preocupado em bater no PSDB, mas está defendendo a tese de que o PT faz, mas que o PSDB também fez e que não sei quem também fez. Então, se ele fez, eu estou fazendo. Mas não foi para isso que votamos no Lula. Votamos no Lula porque ele seria o homem que não iria fazer isso. O Lula faria transformações na vida brasileira.

A campanha política no Rio Grande do Sul é uma tragédia. Há uma mágoa, um sentimento, e o povo se queda. Volto a repetir, daqui, novamente, o apelo que fiz pessoalmente ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Fui ao TSE falar com o ilustre presidente e disse: “Estou sentindo um movimento de campanha pelo voto nulo que não sei como vai terminar”. O movimento está crescendo. Tenho falado com essas pessoas, com esses jovens, que é um absurdo o que estão fazendo. O voto nulo soma para os piores, para os mais irresponsáveis, para os maus-caracteres. As pessoas devem entrar na campanha com sinceridade, com pureza, com dignidade. Digo que se, no Rio Grande do Sul por exemplo, não me querem mais como senador, que escolham um dos outros dez, mas não anulem o voto. Votar nulo soma para mim. Temos 32 deputados federais. Se você não quer nenhum dos 32, há 200 que nunca foram deputado. Votem em um deles, escolham um. Façam um movimento, escolham o que acharem melhor

e façam um grande movimento para eleger um determinado. Essa é uma grande coisa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concedo, Senador Suplicy.

Agora, estamos caminhando para isso por uma razão muito singela: falta credibilidade. Há uma falta de credibilidade. E a senadora só não vai estar lá em cima, a coitadinha, porque tem apenas um minuto e quinze segundos de televisão. E ela não é “o meu nome é não sei o quê”. Ela tem conteúdo, tem idéia, tem o que explicar. Ela está impressionando porque é autêntica no que fala, porque continua a mesma, como o Suplicy continua o mesmo e – perdoem-me – como eu continuo o mesmo. Eu continuo o mesmo. Sou o mesmo que fui no Governo Itamar, quando líder do Governo. Discutimos, votamos e aprovamos o Plano Real durante o tempo em que fui líder do Governo Itamar, durante dois anos e meio. Peço que tragam aqui uma vírgula que eu tenha dito lá, como líder do Governo, e que tenha voltado atrás. Tragam um deputado ou um senador que aprovou uma emenda... O Fernando Henrique, então ministro da Fazenda, veio dez vezes aqui para nós discutirmos o projeto. Tragam aqui alguém a quem tenha sido prometido um copo d’água para aprovar o projeto. É o estilo que eu imaginei que seria o do Lula. Agora o Lula se une a um grupinho... E o que me deixa mais apavorado é que esse grupinho a que ele se uniu é o mesmo que o acompanhará, se eleito por mais quatro anos. Ele não está nos oferecendo garantia de que vai mudar, de que os próximos quatro anos serão diferentes. Não vai ser diferente! As companhias são as mesmas, o processo é o mesmo, o método é o mesmo. Um cidadão processado por corrupção é o presidente do Banco Central. O líder do Governo saiu do Ministério da Previdência porque os fatos mostrados contra ele no Ministério eram um escândalo. Ele saiu do Ministério da Previdência e, pouco depois, foi indicado para líder do Governo. Não é possível!

Ouçõ V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, relativamente a essa preocupação de que tantos jovens cogitariam de votar nulo, acho muito importante a iniciativa que V. Ex^a teve de ir ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, inclusive, está enfatizando a campanha de esclarecimento sobre a importância de todos os cidadãos brasileiros tomarem a decisão e votar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A campanha que ele está fazendo é excepcional. Só que ele, na minha opinião, não está tomando ciência de que está fazendo uma campanha tradicional. Diz a campanha: “O Brasil é do tamanho do seu voto.” Está correto. Mas ele tem de entender que não é só isso. Agora, o movimento é para anular o voto. É um movimento de nojo. É isso que ele tem que abordar com sinceridade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Há poucos dias, uns jovens vieram a mim preocupados por causa da mensagem da propaganda da MTV, que, por não apresentar horário eleitoral, estaria fazendo mensagens estimulando os telespectadores a não assistirem ao horário eleitoral, a não se interessarem por política, a darem preferência à MTV. Ontem, na cerimônia de lançamento do livro sobre a vida de Octávio Frias de Oliveira, conversei com o Sr. Roberto Civita e manifestei a minha preocupação com essa propaganda da MTV que estaria levando jovens a acharem que devem anular o voto e não se interessarem por política. Ele me disse que não tinha conhecimento do fato e que averiguaria. É importante o que V. Ex^a está transmitindo: devemos dizer a cada jovem deste País da relevância de eles escolherem muito bem, pois, dentre todos, certamente haverá alguém em quem eles possam confiar. No que diz respeito à consideração de V. Ex^a de que o Presidente Lula não estaria querendo comparecer por receio da Senadora Heloísa Helena, quero aqui transmitir que não me parece isso. Espero que isso não esteja acontecendo. Quero, inclusive, transmitir isso àqueles que hoje são assessores próximos do presidente, como Marco Aurélio Garcia, Tarso Genro e Ricardo Berzoini, que dialogam diariamente com o Presidente. Por mais que a Senadora Heloísa possa formular críticas, como tem feito, o Presidente Lula tem conhecimento da situação

do Brasil e de tudo que se passa no Governo. Ainda hoje, no horário eleitoral, assisti ao seu primeiro programa. Ele tem argumentos muito fortes para externar argumentos que serão transmitidos com muito mais força aos telespectadores, aos radiouvintes se falados diante dos adversários. A força da sua palavra será muito maior diante dos adversários. Senador Pedro Simon, V. Ex^a acredita, como sempre acreditou e lutou, na democracia, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, e o debate, pelos meios de comunicação, constitui um dos instrumentos mais próximos do aperfeiçoamento completo da vida democrática do Brasil e de outras nações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As pessoas me perguntam, lá no Rio Grande do Sul: “O Senador Suplicy é assim mesmo ou finge?” Digo-lhes: é assim mesmo. Ele é sincero, ele é puro. Às vezes, ele parece ingênuo, mas, de repente, vem com alguma coisa como se não estivesse olhando. Mas ele é assim mesmo.

Penso igual a V. Ex^a, mas os auxiliares do Presidente Lula, hoje, não pensam assim. Os que estão cochichando ao pé de seu ouvido não pensam assim.

Não pense V. Ex^a que imagino que a senadora vá agredi-lo, ofendê-lo. Ela é elegante, não é mulher para isso. Mas ela vai dizer. Estou falando por minha conta, porque ouvi, uma vez, ela falar algo deste tipo: “Não, eu estava lá, eu fazia parte da Executiva do PT. Eu estava lá na Executiva do PT, quando aconteceu isso, isso e isso!”. Uma das teses que a Senadora Heloísa defende é a seguinte: nada acontecia no PT sem que o Presidente Lula soubesse. O secretário-geral do PT e o tesoureiro do PT, que vieram da área sindical e não da área política, foram colocados ali pelo Lula, para representarem, ali, o Lula e o pensamento do Lula.

Ele é Presidente da República hoje; ele está em outro estilo, está em outro patamar, lá em cima! Isso de estar num patamar mais alto e descer, para baixo, é coisa para V. Ex^a, porque o Fernando Henrique, quando foi para cima, ficou lá. O Collor, quando subiu, foi cassado. Mas só saiu cassado, porque, senão, ele ficaria lá em cima.

O Lula, com todo o respeito, a despeito da sua origem e da sua biografia, gostou de estar lá em cima. E está lá em cima!

V. Ex^a, que está com uma votação fantástica, sabe disso. Veja como o povo brasileiro é digno de ser analisado, é um povo para quem se deve tirar o chapéu! Como é que o Mercadante está com 15% nas pesquisas e V. Ex^a está com 50%? Como é que o Serra está com 50% e o Mercadante está com 15%? Como é que o candidato ao Senado pelo PSDB, que nem sei quem é... Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo? Nem sei quem é. Quem é? Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo, Sr. Presidente Tuma?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É do PFL, o Guilherme Afif Domingos, que faz a coligação PFL/PSDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Guilherme Afif Domingos, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, o Guilherme, que foi candidato à Presidência da República. Gosto muito dele! Mas quanto é que ele tem de percentagem para Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tenho a impressão de que estava com 5%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele está crescendo muito, todas as semanas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele estava com 4%, Senador Heráclito. Daí, ele fez, na sabatina da *Folha de S.Paulo*, uma declaração dizendo que São Paulo precisava de um ACM. Na semana seguinte, ele caiu para 3%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está plagiando o Presidente Lula, que fez declarações iguais, no primeiro ano de Governo. Está copiando o Presidente Lula, Senador Suplicy. Isso não vale.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a questionou a Mesa. V. Ex^a permitiria que eu desse uma explicação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como V. Ex^a está na Presidência, eu vou permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele evoluiu para 4,3%, segundo o *Diário do Grande ABC*, semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Suplicy, quero apenas esclarecer. Eu me magoei porque sou um senador que tenho um amor profundo por São Paulo e nunca deixei de defender o Estado, como V. Ex^a e outros que estão aqui, cada um representando o seu Estado e pensando também no Brasil. Acho que temos um pensamento coletivo no interesse do Brasil. Ele disse que ocorreu o contrário, que o repórter quis criticar o Senador Antonio Carlos Magalhães; e ele reagiu a isso. Quer dizer, trata-se de um quadro bom do PFL, que não merecia ser ofendido, e ele até gostaria que também fosse um senador por São Paulo, não que ele tivesse desmerecendo a nossa qualificação de respeito ao Estado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu quero reiterar... V. Ex^a sabe do apreço e respeito que tenho pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, hoje, todo mundo tem. Todo mundo tem apreço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu apresentei um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – S. Ex^a ficou de vir aqui; estou esperando-o – para convidar o Ministro da Justiça a vir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com urgência. Acho que o que está acontecendo em São Paulo é muito sério. Acho que o que aconteceu com a TV Globo... Por meia hora, apareceu um senhor encapuzado e leu um... Aliás, diga-se de passagem, muito bem escrito, muito bem escrito...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Três minutos e três segundos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não podemos ficar numa briga entre ministro da Justiça e secretário de Segurança de São Paulo. Não podemos ficar nisso! Acho que temos de convocar – imediatamente – o ministro da Justiça e dialogar.

Estive aqui dizendo que, no Brasil, a máfia já estava organizada. O que aconteceu lá em Rondônia, lá em cima, é mais ou menos aquilo. Lá, quem comandava era o Presidente do Tribunal, não sei quantos desembargadores, o Presidente da Assembléia. A máfia eram os poderes institucionalizados que estavam lá. E isso está acontecendo no Brasil inteiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a falou a respeito do tempo de televisão. Esta Casa já se debruçou sobre a idéia do Presidente Lula quanto à reforma política, e vamos discutir que, talvez, o método apresentado possa ser repensado, mas há necessidade de se fazer essa reforma. No Brasil, sempre que uma pessoa é candidata, trata-se da imagem da pessoa. Não está por trás dela – em nenhum momento se debate isso – o partido político a que a pessoa pertence. A legislação brasileira proíbe, simplesmente, que qualquer pessoa possa se candidatar individualmente: ela deve passar pela estrutura político-partidária. Daí por que acho ser obrigação do Congresso Nacional repensar tudo isso, todo esse cenário de reforma política. V. Ex^a fala do tempo dos candidatos, pois um tem o tempo “a”, outro tem o tempo “b” e outro tem o tempo “c”. Como é que isso se apresenta? Depois, há a própria situação da televisão. Se formos analisar e tratar apenas do ponto de vista da igualdade, por que outros também não compareceram aos debates? Quais são os critérios?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, não há mais a obrigação de convidar. A lei determina que só os que forem convidados... Para ser deputado, no Congresso, se for convidado, vai, mas a emissora não pode convidar. Quem não esteve não foi convidado, à exceção do Lula.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse é o ponto em que quero chegar. Do ponto de vista do presidente da

República, ficamos preocupados com o fato de não ter ido. Mas a legislação também tira o direito de outro que está do outro lado, no outro extremo. Aqui há uma situação ambígua para se resolver. A legislação já está tirando essas pessoas, como antecipação da cláusula de barreira. É o efeito de uma antecipação da cláusula de barreira, que só pode entrar em vigor a partir do resultado das eleições de outubro próximo. Há muitas e muitas brechas – e confusas – do ponto de vista do presidente da República. Estou chamando a atenção porque quero acreditar que o Presidente não foi pelos motivos dele: deve ter havido uma coordenação, uma avaliação, um entendimento de que não deveria comparecer. Neste momento, é uma campanha eleitoral. Não é o presidente da República, mas uma campanha eleitoral. Portanto, estamos lidando com estratégias eleitorais, não tem jeito. Qualquer partido ou candidato receberá uma orientação de estratégia de campanha eleitoral. O que quero dizer é que, talvez, em uma reforma política futura, deva ser colocado isto: tem de ser obrigatório, nas condições “a” e “b”, para que as pessoas, quando se candidatarem, só o façam dessa forma. Além disso, em um debate de importância nacional como esse, tudo tem de se dar de maneira obrigatória, assim e assado. O que é válido é o que a legislação já prevê: candidato que não tem suporte na Câmara dos Deputados não pode ser convidado, assim como candidato que não comparecer não terá nenhum problema com relação a sua participação ou não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Reparem que quem está falando é um ilustre, brilhante senador de primeira geração, que está começando. Esse já é um novo PT. E há diferença no que diz V. Ex^a e o Senador Suplicy, que continua em uma posição que já está morta. A posição agora foi dita pelo senador: “É uma questão de estratégia, não é uma questão de princípio, de idéia... Não, porque o PT...”. Isso é bobagem. É questão de estratégia política. A estratégia é definida pelo estrategista. E o PT é igual a qualquer outro partido. Esse é o novo PT. E V. Ex^a fica nesta tese e vai para a tribuna: “Eu peço ao Presidente Lula que vá para o debate”, e não sei o quê. V. Ex^a está sozinho. V. Ex^a está sozinho. E ele já lhe deu a resposta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já falei que entreguei um ofício a V. Ex^a, solicitando que, dentro do possível, façamos uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convidando o ministro da Justiça para dela participar. E o Senador Eduardo Suplicy, logo que V. Ex^a chegou e se sentou, foi correndo abraçá-lo, porque, já tinha dito de público aqui, tem o maior carinho, o maior respeito por V. Ex^a, o que, aliás, todo mundo tem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Muito obrigado. Fico muito feliz com isso. Até pessoas que antigamente não tinham apreço por minha pessoa hoje o têm. Não tenho nada com o Sr. Afif, que disse que São Paulo precisava de um senador como ACM. Confesso que li e que gostei do comentário, porque, para os baianos, é algo muito importante. Agora, é claro que reconheço, por já ter andado com ele lá em São Paulo, o prestígio do Senador Eduardo Suplicy. Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda a razão: ele tem prestígio pessoal, é verdade, mas está andando na contramão do Lula.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ele, Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Lula, não. Do PT.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E do PT. Quer dizer, mostrar que o Presidente Lula tinha de ir ao debate, o presidente não lhe dar nenhuma satisfação, e não ir... O único perdedor de ontem – toda a imprensa diz – foi o Presidente Lula, que ia ser questionado em relação à moralidade, como o foi na entrevista do Jornal Nacional, e se saiu muito mal. Compreendo o interesse do Senador Pedro Simon pelo Brasil, não apenas pela terra que representa com tanta dignidade, mas pelo Brasil. Daí ele ter falado comigo para uma vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo menos. Estou disposto a isso. Conversei, entretanto, hoje, com o ministro, que me disse que amanhã vai à Bahia e que sexta-feira teria uma reunião com todas as autoridades em um quartel-general do Exército, em São Paulo. Ele não poderia vir antes dessa reunião, mas prestaria, não

só pela estima que tem por V. Ex^a, mas pela figura que V. Ex^a representa no Senado, uma satisfação pela ausência. Estou transmitindo, porque ele é que tem de prestar. Ele me disse que telefonaria a V. Ex^a para prestar essa informação a V. Ex^a, que tanto merece. O que V. Ex^a não quer é que São Paulo continue como está. Eu não quero e o Senador Suplicy talvez não queira também. Desde o primeiro momento, não aceitei a atitude do Governador Cláudio Lembo. Entretanto, razões políticas posteriores vieram demonstrar que o PT queria fazer política, ao invés de oferecer solução para o problema. E isso não está bem para o seu partido, está diminuindo o prestígio do presidente, não tenha dúvida disso. Agora, que ele faz bem em não ir ao debate, faz. Porque, se ele for, vai ser arrasado moralmente, pela falta de compostura do seu Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o Senador ACM. Ele é sincero. Ele cobra de não ir, mas também está dando o conselho: “Não vá!”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, peço licença a V. Ex^a para pedir que não conceda mais aparte aos que já fizeram três ou quatro; do contrário, o tempo vai-se procrastinando, e está havendo um debate paralelo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, eu apenas gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a fez apenas um aparte. Faça mais um.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo. É somente o segundo que S. Ex^a está fazendo, Sr. Presidente. Como é o segundo, pode.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, estou vendo que se iniciam os primeiros passos do novo PMDB, e V. Ex^a é o novo líder na Casa, estreando hoje de maneira brilhante. Em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a pela sua estréia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como a maldade existe, não é, Sr. Presidente? É meu amigo, amigo das horas difíceis. Nós estávamos ali com o Dr. Ulysses Guimarães, com o Dr. Tancredo Neves. S. Ex^a tem um instinto que não perdoa ninguém. Ele vai se arrepender quando chegar em casa e contar o que fez. A mulher de S. Ex^a vai dizer: “Mas tu fizeste isso com o Simon, rapaz?”. É da natureza dele. Eu entendo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não! Fico muito feliz de ver que V. Ex^a assume de fato. V. Ex^a me aguçou um sentimento que é o mesmo que hoje domina o Senador Eduardo Suplicy, que, ultimamente, vive de nostalgia. Até parece, no plenário da Casa, uma reedição daquele programa de início de tarde da Rede Globo: o Vale a Pena Ver de Novo. Ouvimos o Senador Eduardo Suplicy dizer que, em 1982, o Lula disse isso; em 1994, o Lula disse aquilo. Mas há um branco na memória de S. Ex^a a respeito do que Lula fez de 2003 para cá, como a Bíblia com relação a Jesus Cristo. Parabenizo V. Ex^a, que prefere omitir esse passado não tão recomendável de conduta partidária do presidente da República a ter que concordar com ele ou atacá-lo. A nostalgia de V. Ex^a fez bem a todos nós. V. Ex^a relembra tempos de glória que seu partido viveu e que fazia com que a Nação brasileira dele tivesse muita inveja. Vejo como canta solitariamente V. Ex^a nos corredores da Casa, a sua catilinária da renda mínima. Seus colegas não concordam mais, porque de mínima ninguém vive mais. A renda mínima para o PT era um sonho já realizado e conquistado. Os sanguessugas e os mensaleiros não querem ouvir falar nessas restrições salariais, Senador Eduardo Suplicy. Daí por que, Senador Pedro Simon, eu me solidarizo com esse nostálgico senador paulista, que vive nesta Casa insistindo em ser coerente. Está ficando sozinho, mas continua com a sua tese e com a sua verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex^a duas questões. Primeiro, que V. Ex^a foi maldoso comigo, e eu não mereci. V. Ex^a sabe das divergências que tenho com o meu partido. V. Ex^a sabe que, se eu fosse pensar em ser candidato a qualquer coisa na Bancada do Senado, eu teria mil votos – o Mão Santa disse que votaria em mim, e nem aparece mais.

O que eu fiz foi um entendimento, e conseguimos uma grande solução, onde, com muito respeito, o Senador Suassuna saiu da Liderança, deixou o vice-líder, e o vice-líder está no lugar dele.

Agora, vou dizer a V. Ex^a mais uma questão: eu, além de advogado, tenho o curso de psicologia. Isso me faz um bem, porque me ensina a conhecer as pessoas. V. Ex^a está cometendo um erro de apreciação que é impressionante. V. Ex^a cometeu um equívoco que não podia ter cometido. Não é que o Senador Suplicy esteja agora repetindo com nostalgia, o que o Lula dizia há cinco ou seis anos atrás e agora esquece o que está fazendo. Ninguém mais do que o Suplicy não esquece o que o Lula está fazendo. Ele sabe de tudo, e repete, repete, repete para ver se entra na cabeça do Lula alguma coisa, se o Lula se lembra daquelas coisas que dizia.

Então, isso que ele está fazendo é um trabalho da maior importância, do maior significado e da maior profundidade. Pode ser que lá pelas tantas alguma coisa entre na cabeça do Lula. Acho que o Senador Suplicy está fazendo um papel espetacular. Numa hora em que a coisa mais fácil é o que estão fazendo, ou seja bater nas costas do Presidente e dizer: "Tem razão, Presidente, não vá a debate. Que é isso? Não vá a debate. Tem razão, Presidente. Deixe o negócio de São Paulo. Que se dane! Aquilo é a gota d'água para o Alckmin, porque antes ele podia dizer 'porque o Governo de São Paulo'... e agora não pode dizer mais nada". De repente, vem o Suplicy, que diz: "Não, não é por aí, Presidente; é por aqui".

Tem chance de ganhar. Vou ser sincero: eu não botaria a mão no fogo, dizendo que ele não podia ganhar; pode. Toda pessoa é recuperável. Assim como Lula fez o que era mais impossível, que foi abandonar a imagem daquele cara espetacular, sério, correto, digno, dono de uma biografia fantástica, pulando para o outro lado de uma hora para outra, quem pode dizer que, de repente, no cérebro do Sr. Lula não vai acontecer alguma coisa e ele pelo menos possa dizer: "Mas onde é que eu estou? Onde estou? O que estou fazendo?"

O problema do presidente da República é muito sério. Fui líder do Governo durante dois anos e meio. Eu entendo. O Fernando Henrique me convidou para ser líder do Governo dele. Fiquei quinze dias para ver como estava. Enquanto eu estava pensando se ia ser ou não líder do Governo dele, entrou o pedido da CPI dos corruptores, e ele vetou. Eu lhe disse: muito obrigado, e fui embora.

É difícil dizer “não” ao presidente da República. O Senador Antonio Carlos está rindo porque ele sabe disso. Para ele, tanto na Bahia como no Brasil, é difícil dizer não. As pessoas geralmente estão ali agradando porque agradar é a maneira de ser. Ainda mais o Lula como presidente da República, com novo mandato de quatro anos, com a caneta na mão, com os poderes incomensuráveis na mão. Um partido, um homem que antes só tinha poder diante de um sindicato, de repente, nomeia o presidente da Petrobras, diretor da Petrobras, diretor de não sei o quê. É uma loucura! Alguém vai dizer não a ele? Apenas uma pessoa faz isso. Esse homem é o Suplicy. Digam-me outro nome.

Outra pessoa, a Senadora Heloísa Helena, tentou, mas não chegou a dizer não, porque botaram ela para fora. A única pessoa que está balanceando é o Senador Suplicy, com essa categoria que tem. Dou nota dez ao Senador Suplicy, porque ele está assumindo uma posição que considero espetacular. Ele poderia ter batido, dito desaforo e ido embora, também poderia ter “batido” e ido para o lado de lá, poderia ter ido, mas prefere “bater” todos os dias.

Digo uma coisa a V. Ex^a: eu sei que as gotas pingam na cabeça do Lula, e isso incomoda. Não sei o que pode acontecer. É como o rei que mandou cortar a cabeça do João Batista. Ele gostava de João Batista, tinha respeito por ele, mas João Batista dizia: “Tu estás com a mulher do seu irmão, tu mandaste matar o seu irmão para ficar com ela. Isso não pode ser, isso é uma barbaridade”. No fim, ele terminou perdendo a cabeça.

Não sei o que vai acontecer. O que sei é que o PT ofereceu o Senado ao Quéricia para fechar o acordo. Assim, o PMDB

apoiaria o Mercadante, e o Quércia seria candidato ao Senado apoiado pelo PT. O Quércia não quis. Inteligente como é, disse: “Eu não vou, até porque se for vai parecer que fui eu que cortei a cabeça do Suplicy, e aí, mesmo, é que vou perder a eleição”. Burro ele não é.

Cortar a cabeça do Suplicy, eles já querem; mas não conseguem. O Suplicy é candidato ao Senado porque lá está o Lula e está aqui o Suplicy. Se eles inventassem outro candidato ao Senado, o Lula descambaria em São Paulo. É o Suplicy que está suportando o Lula no panorama em que ele se encontra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Pedro Simon?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu me rendo a V. Ex^a. O analista de Bagé morreu; viva o analista Pedro Simon! Meus Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está sendo malvado comigo hoje. Eu não mereço isso. V. Ex^a sabe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, há uma consideração muito importante na minha recomendação ao Presidente Lula. Ele tem dito que quer muito ajudar o Senador Aloizio Mercadante a se tornar governador de São Paulo. A melhor, a mais eficiente forma de ajudar é participar dos debates, porque obrigará o candidato José Serra a debater com o Senador Aloizio Mercadante, que quer muito debater com José Serra. Há mais esse ponto importante para ajudar o Partido dos Trabalhadores e o candidato Aloizio Mercadante em São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex^a que a informação que tenho é que o Serra está doido para ir ao debate. Ele ainda não foi ao debate porque o PSDB disse que é para ele trocar: se o Lula for, ele também irá. Dizem que o Serra não tem muito medo do Mercadante, que ele topa ir ao debate...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Até agora ele não quis.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele diz que vai se o Presidente for. O Presidente não vai lá, e vocês querem que eu vá aqui? Ele está nessa de não ir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu não ouvi essa parte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dizem que ele estava doído para um debate com o Mercadante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não tenho essa informação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E, conforme disse nosso ilustre senador do Piauí, enquanto o cidadão continuar a economizar bom-dia e boa-tarde e colocar na poupança, fica difícil aumentar...

Agradeço a gentileza de V. Ex^{as} e agradeço a informação do Senador Antonio Carlos.

Acho que alguma coisa temos de fazer porque não pode o Senado ficar de braços cruzados com o que aconteceu sábado à noite. Sábado à noite foi a coisa mais fantástica, mais inédita. Tivemos ditaduras – ditadura do Getúlio, ditadura militar –, mas um encarapuçado ir à televisão e dar uma aula de moral para todo mundo, isso não tinha acontecido. Ou a gente faz alguma coisa... Já aconteceu lá, na Amazônia, onde um Estado está todo contaminado e o chefe da quadrilha parece que era o presidente do Tribunal de Justiça. Sempre digo que a máfia está sendo organizada. Um fato real, concreto, está aí. E acho que não podemos ficar de braços cruzados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em defesa da imunidade parlamentar

Pronunciamento em 16 de agosto

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, tenho de informar que ontem fiz uma comunicação à Casa de que tinha recebido apelos da cidade de Vitória, Espírito Santo, achando que o presidente do Partido deveria pedir licença da presidência, pois sendo ele envolvido nessa última CPI, estaria ele criando constrangimento para o Partido. Nos comícios, nas reuniões, ficava ele numa situação difícil e o Partido também.

Comuniquei desta tribuna que tinha recebido apelos e que tinha falado com o presidente nacional do Partido para fazer um apelo ao Deputado Marcelino Ayub Fraga para que ele se licenciasse. E recebo aqui – e como usei a tribuna ontem, tenho obrigação de usá-la hoje – ofício do Sr. Deputado Marcelino Ayub Fraga.

“À Comissão Executiva Regional do PMDB

Vitória – ES.

Faço uso do presente para solicitar o meu licenciamento provisório da presidência da Comissão Executiva Regional do PMDB – ES, a partir de 15 de agosto até 3 de outubro de 2006.

Sendo só para o momento, apresento minhas saudações.

Marcelino Ayub Fraga – Presidente do PMDB.”.

Felicito S. Ex^a. Não foi preciso nenhuma decisão da direção nacional nem nenhum movimento. S. Ex^a sentiu que fica com muito mais autoridade e credibilidade para fazer sua defesa sem criar constrangimento.

Volto a dizer ao presidente do PMDB do Espírito Santo o que disse ontem com relação ao nosso líder, Senador Ney Suassuna, a quem também havia feito um apelo nesse sentido e que ontem se afastou da presidência. Disse aos dois que o afastamento não significa que estejam reconhecendo que são culpados. S. Ex^{as} vão lutar. O Senador Ney Suassuna disse que vai lutar e até cobrar de mim que, no momento em que for absolvido – e tenho certeza de que será –, eu venha para a tribuna também. Eu lhe disse: com o maior prazer. Prefiro vir à tribuna felicitar um companheiro nosso que foi considerado fora de qualquer dúvida a pedir uma cobrança, o que não me cabe. Não nasci para promotor público. A vida inteira fui advogado e só de defesa. Nunca fiz um júri e nunca peguei causa contra ninguém. Sempre fui advogado de defesa. Mas entendo que isso é positivo. A esta altura estamos vivendo um drama muito complicado, porque como fica a situação? Sabemos que, no Direito, o cidadão é considerado inocente até prova em contrário, mas essa prova tem de passar em julgado.

Infelizmente, no Brasil, muitas vezes sai uma manchete de capa ou uma notícia no jornal ou no Jornal Nacional, e o coitado do cidadão vai levar a vida inteira querendo provar que não tem nada que ver com aquilo e não consegue. Sou o primeiro que reconhece isso.

Então, o que é triste é a demora de tempo entre um fato qualquer que é lançado contra alguém e a apuração do fato. E como o Brasil – durante muito tempo praticamente só eu dizia isso, hoje é uma regra generalizada – é o País da impunidade e, volto a repetir pela milésima vez, só ladrão de galinha vai para a cadeia, roubar muito não tem problema nenhum, acontece exatamente isso. O cidadão às vezes não é nem denunciado; é uma notícia de jornal; a *Veja* faz uma reportagem. E ele vai correr atrás. Se sai no Jornal Nacional, meu Deus!

Concordo que isso é muito grave e que alguma coisa deveria ser feita.

De um lado, o fato de que o cidadão só pode deixar de ser candidato quando a condenação dele passar em julgado em última instância. E sabemos que, no Brasil, última instância leva dez anos. Recorre-se do juiz para a junta do tribunal do estado, depois recorre-se para o pleno do estado, depois recorre-se para o Tribunal Superior, depois vai para o Supremo. E quem tem um bom advogado leva a vida inteira.

O Lula cometeu esse erro grave no último pronunciamento que fez, dizendo que os parlamentares estão abusando da imunidade parlamentar e que isso não pode continuar, o que não é verdade. Repito, foi um projeto de minha autoria, pelo qual lutei durante muito tempo para conseguir que fosse aprovado. Esta Casa aprovou-o por unanimidade, foi para a Câmara, levou mais tempo lá, onde foi aprovado.

Antigamente, o senador ou deputado só podia ser processado se o Supremo mandasse para cá o pedido, e a Casa aprovasse. Se não aprovasse, não era processado. E o que faziam a Câmara e o Senado? Não votavam. O processo ficava na gaveta do Presidente do Senado. Não votavam porque não queriam condenar, não queriam autorizar para se processar e não queriam ter a coragem de negar, porque, assim, ficariam de mal com a opinião pública. Fulano matou, fez isso, fez aquilo e, de repente, a Casa nega o pedido para ser processado, e o processo ficava na gaveta.

Hoje, não. Hoje o Supremo não pede coisa nenhuma, entra em juízo. O Procurador-Geral da República denuncia, o Supremo aceita e está acabado. Há muita gente que está assim. O que está acontecendo hoje é que o processo fica na gaveta do Supremo Tribunal. Na gaveta do Supremo estão os casos do Jader, do Líder do Governo, do Ministro Presidente do Banco Central. Agora, nesta Casa, não.

Aliás, o projeto – não era o meu, porque o meu não permitia isso – que a Câmara aprovou permitia que, se a Casa quisesse, poderia entrar, votar no plenário e trancar o processo.

Nem esta Casa, nem a Câmara dos Deputados trancou processo algum. Os processos que estão em andamento assim prosseguem. Mas o diabo é que não anda... Então, há um drama, uma discussão tremenda. O que será feito com esse monte de gente que está sendo processado? Fazer o quê?

O Deputado Miro Teixeira defende a tese de que a sentença ter de transitar em julgado não é bem assim, de que o Tribunal Superior Eleitoral, na hora de dar a palavra final, pode não aceitar o registro da candidatura pela série de provas que exista com relação ao candidato. Ele disse que há decisões nesse sentido, mas, sinceramente, acho isso difícil.

Creio que os Partidos poderiam fazer alguma coisa. Um exemplo disso é o que fez o PMDB do Paraná. Nosso Líder na Câmara dos Deputados houve por bem renunciar por ocasião do escândalo dos "mensaleiros" para não ser julgado. Coitadinho, ele se assustou – porque depois absolveram todos. Ele era dos que tinha menos e que também seria absolvido, mas renunciou para não ser processado. O que o Partido fez em Curitiba? Não registrou a candidatura dele. Ele não saiu candidato. Entrou no Tribunal pedindo recurso, só que ele se esqueceu de que, no passado, havia uma disposição na lei eleitoral que garantia ao deputado a candidatura natural à reeleição. Ele tinha de ser incluído na nominata. Hoje não existe mais isso. Hoje posso ser senador, V. Ex^a o é, deputado, seja o que for, ou vereador, tem de ser aprovado na convenção.

O Partido, no Paraná, tomou uma atitude que considero muito respeitável: não vai ser candidato, não é candidato. E isso porque ele não foi condenado; ele renunciou. Agora, e os outros? Está-se vendo no jornal que muitos estão caminhando para a renúncia, para não concorrerem. É um exemplo excepcional, um gesto de primeira grandeza. Sinceramente, penso que a pessoa que toma uma atitude dessa marca a sua biografia com um gesto de capacidade.

Na campanha, dizem que o povo faz justiça, vai votar e sabe em quem vai votar. Lamentavelmente, isso é muito difícil. Precisamos mudar o sistema eleitoral, criar, na minha

opinião, o voto distrital. Como querem alguns, necessitamos de grandes partidos, com seriedade, e teríamos a votação em lista, na qual o partido escolheria os seus melhores nomes e, na hora de votar, votar-se-ia no partido e depois veriam quais os primeiros. Mas, no Rio Grande do Sul e no Brasil, pelo amor de Deus, onde se fizer isso, vai ter estado onde o presidente do partido é ele, a mulher, o filho, a empregada... É difícil isso. Mas alguma coisa vai ter de ser feita. Disso não há dúvida alguma.

Enquanto isso não for feito, a eleição será muito difícil para um candidato novo. E uma das minhas bandeiras, dos meus projetos pelos quais tenho lutado muito é para financiamento público de campanha.

Alguém num debate em Porto Alegre me disse o seguinte: – e fiquei sem graça – “olha, Senador, o senhor fala em financiamento público de campanha, que é uma tese muito bonita, mas o senhor não concorda comigo que os senadores e os deputados, hoje, comparados com os seus concorrentes, já têm um financiamento público? O parlamentar, o deputado já tem tantos funcionários, mais a verba de gabinete, mais a verba de telefone, mais a verba de automóvel, mais a verba de representação, mais a verba de não sei o quê...” Eu não digo nada. Só digo o seguinte: ele está em uma vantagem muito maior do que um concorrente. Muito maior do que um concorrente! Então, essa renovação que se diz que deve ser feita não vai ser fácil.

O Senador Tasso Jereissati argumenta que, no estado dele – eu não sei até que ponto; eu não diria o mesmo lá no Rio Grande do Sul – quem vai ganhar, o deputado que vai ganhar a eleição é exatamente o contrário. Há os que entraram agora no “sanguessuga” e os que entraram no “mensalão”. E eles estão cheios de dinheiro. Esses estão fazendo a campanha com dinheiro. Quanto aos novos, que estão entrando agora, não têm empresário, não há ninguém que queira dar-lhes dinheiro. Eles não estão encontrando dinheiro, estão com uma dificuldade enorme de fazer as suas campanhas. Ao contrário dos anteriores, pois imaginamos que os anteriores estão com vergonha, com ressentimento da opinião pública, estão

em uma campanha difícil. Pois o Tasso diz que no Ceará é o contrário. Os sanguessugas, os mensalistas, etc. e tal estão com dinheiro e, como tal, estão em prioridade.

Pretendo apresentar um projeto de lei nesse sentido. Pelo menos, para levantar o debate. Volto a repetir: é complexo, principalmente com o que aconteceu agora. Só nos “sanguessugas” são 72 parlamentares. É um exagero! É algo realmente absurdo. Acho e repito que, em alguns casos, o Partido tinha de tomar uma providência.

Quando o Tarso Genro, atual ministro, foi escolhido para presidente do PT, ele deu uma entrevista que transcrevi nos Anais do Senado, porque considerei o posicionamento de S. Ex^a sensacional. Ele disse o seguinte: “vamos recriar o PT. Para nós, do PT, não interessa o julgamento da CPI, nem do Plenário da Câmara, do Congresso, do Senado, nem da Justiça. O que interessa para nós é a nossa Comissão de Ética e a nossa assembléia geral. Vamos convocar assembléia geral e quem tiver de ser colocado para a rua vai ser posto para a rua. Nós, do PT, vamos fazer isso”.

Vim a esta tribuna dizer que, se o PT fizer isso, vai ressurgir com uma força fantástica e como um partido realmente que vai marcar presença. O meu querido amigo Tarso Genro não ficou dois meses, tiraram a presidência dele. E, na verdade, nada disso aconteceu.

Eu, presidente do MDB do Rio Grande do Sul, reunido com a minha diretoria, teria tomado providência nesse sentido. Eu iria conversar com muito jeito, mas, se aparecesse alguém do MDB do Rio Grande do Sul nessas listas, ele não seria um candidato. Eu iria fazer as coisas de tal maneira que o próprio parlamentar, por conta dele, retiraria a sua candidatura.

Graças a Deus, no MDB do Rio Grande do Sul, não houve nem um caso, não houve nem um problema na bancada estadual, federal, mas há Estados em que isso está acontecendo. Creio que o Partido deveria fazê-lo. Quando o Partido se reúne para dizer que vai deixar para a decisão final da Justiça, está dizendo o seguinte: não vou fazer nada. Se deixar para a decisão final da Justiça, é capaz de o Partido ser extinto antes

de ser julgado. Muito provavelmente, o Deputado já morreu e ainda não foi julgado. Essa decisão é muito infeliz. Ter coragem de analisar o caso de cada partido seria realmente muito importante.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar nos Anais da Casa uma nota assinada pela Associação Nacional de Jornais, pela Associação Nacional dos Editores de Revistas e pelas entidades representativas das emissoras de rádio e televisão (Abert, Abra, Abratel). "Basta à Violência", diz a nota. É a primeira vez que vejo no Brasil uma nota como essa, por meio da qual as entidades vêm fazer um apelo a toda a sociedade para que cada um faça a sua parte, mostrando a gravidade, porque, na verdade, nos encontramos praticamente em uma guerra civil.

Trago aqui a nota que foi lida pelo PCC, na TV Globo, sábado, aos trinta minutos. Um fato inédito. Sr. Presidente, um cidadão encapuzado fala em rede nacional, na TV Globo, para ler uma nota! Creio que a Rede Globo agiu bem, agiu para salvar, em tese, o seu funcionário. Creio que eu faria a mesma coisa.

Reestruturação da dívida do Rio Grande do Sul

Pronunciamento em 4 de setembro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Prezado Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma notícia importante publica o jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul com o título “Porta aberta”. Diz a nota: “Olívio Dutra e Miguel Rossetto estão cheios de entusiasmo com a declaração do Presidente Lula à Rádio Guaíba de que vê margem para a negociação da dívida do Estado. Temos possibilidade de economizar R\$600 milhões por ano, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O Presidente da República fala lá em Porto Alegre que há possibilidade de transformar a dívida longa, pesada, a juros elevadíssimos que temos hoje com o Governo Federal em empréstimo do Banco Mundial, com juros menores.

Estou escrevendo uma carta ao meu amigo Presidente Lula, dizendo a ele que com muita alegria recebo a informação de que ele está disposto a fazer isso. Apenas acrescento que o Presidente Lula não precisa fazer absolutamente mais nada além de telefonar para o Tesouro e pedir: libere a solicitação que está aí, desde 2004, engavetada, que é a solicitação do Governo do Rio Grande do Sul pedindo essa operação.

E a carta do Banco Mundial ao Tesouro do Brasil, cuja cópia tenho aqui em minhas mãos – da qual peço também a transcrição – em que, pelo seu diretor Vinod Thomas, diz: “...gostaria de ter sua orientação de como proceder nesse caso.

Caso V. Ex^a esteja de acordo, teremos prazer em contribuir tecnicamente nesse sentido.”

Quer dizer, o Banco Mundial já está dando sua autorização. Ele quer fazer. Ele deseja fazer. E o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Secretário Caçapava, enviou ofício ao Tesouro solicitando a liberação, solicitando que o Tesouro concorde com essa operação. Mas não sai a decisão. Apelos e mais apelos, pedidos e mais pedidos, mas não sai a solução.

Agora, há questão de dias, o Governador Rigotto e o Secretário estiveram com o Presidente Lula fazendo um apelo ao Presidente. O Presidente disse que iria resolver. Então, encontrar uma forma milagrosa para diminuir o problema da nossa dívida, buscar uma forma lógica e racional para, em vez de pagarmos os 18% que estupidamente estamos pagando dos serviços da dívida, baixarmos para 9%, fazendo uma economia de 600 milhões. Isso já poderíamos estar fazendo há dois ou três anos. Mas o Governo não permite. Maldade do Governo! O Governo não permite para dificultar as coisas para o Governo do Rio Grande do Sul.

A informação que se tem é que são ministros do PT do Rio Grande do Sul que impediram isso. O Sr. Olívio Dutra, que hoje é candidato a governador, era ministro das Cidades. O Sr. Rossetto, que hoje é candidato a senador, era ministro da Reforma Agrária. E havia mais três ministros gaúchos que estão no Governo. Basta um telefonema para o secretário do Tesouro dizendo: “Vocês têm aí carta do Banco Mundial assegurando que a operação é positiva. É positiva? Então, liberem”. Bastaria isso. Agora vai o presidente da República ao Rio Grande do Sul conversar com o Sr. Olívio e o Sr. Rossetto para dizer: “Encaro com a maior simpatia”. Como encara com a maior simpatia se está desde 2004 esperando uma resposta? Não pode!

O candidato do PT vai para a tribuna e diz que tem uma solução para resolver essa questão. A solução é substituir essa dívida por um encaminhamento mundial, alguém que tenha representação mundial. Pode ser que ele seja muito

inteligente e capaz, só que essa fórmula é a que está para ser decidida desde 2004. Está no Tesouro o ofício do Governo do Rio Grande do Sul. Então, houve várias vezes em que o Governador Rigotto falou com o Presidente Lula, com o ministro da Fazenda e com o diretor do Tesouro, e não sai. Não sai por uma decisão política, malvada, injusta, sem grandeza e espírito público.

O Estado vive uma situação difícil e teria condições, durante esses três anos, de ter resolvido a questão, e o Governo Federal nega. Nós estamos com cinco ministros gaúchos no Governo Federal. E, às vésperas da eleição, um ex-ministro vai lá e diz que tem a fórmula e que a fórmula é essa aqui. Pelo amor de Deus! A fórmula já está lá. O Governo do Rio Grande do Sul já pediu, e o Banco Mundial tem um ofício – e peço a transcrição do ofício nos Anais – dizendo que concorda, mas quer a autorização necessária do Tesouro.

O Dr. Lula, no Rio Grande, diz que acha muito positivo dar, mas há quatro anos não está dando. São essas coisas que representam não fazer política com grandeza. Política tem de ser feita com debates, discussões, combates, esforços para que o adversário perca para que a gente ganhe, desde que não se firam os interesses de uma coletividade. Não se pode deixar de agir com a grandeza necessária, fazendo aquilo que eu, como presidente da República, tenho obrigação; e o outro, como governador do Estado, tem a obrigação. Aqui são instituições: é o povo do Rio Grande e é o presidente da República.

E, agora, sai, nas vésperas das eleições, a manchete. Primeiro, sai a proposta do candidato a senador dizendo que ele tem a saída milagrosa para resolver o problema. E agora vai lá o Lula e diz: “Olha, essa saída é muito boa”. Eu concordo com ele. Mas está aqui a carta do Banco Mundial pedindo ao Tesouro que libere o pedido do Governo do Rio Grande do Sul. E está lá o pedido do Governo do Rio Grande do Sul com a carta do Banco Mundial para liberar, e ele não libera. Está lá na gaveta.

Estou enviando uma carta, Presidente Lula, a Vossa Excelência, cumprimentando-o cordialmente, para apresentar um assunto que, a meu ver, exige a intervenção de Vossa Excelência, tendo em vista os legítimos interesses do Estado e também da União por envolver a questão da dívida dos estados.

O Governo do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Planejamento, encaminhou, a 15 de abril de 2004, ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, o Sr. Bernardo Appy, uma carta-consulta, informando sobre a negociação que o Estado vinha mantendo com o Banco Mundial, com referência à reestruturação da dívida com a União, através de um financiamento internacional. Tal operação se enquadra na hipótese de excepcionalização prevista no § 7º do art. 7º da Resolução do Senado nº 43, de 2001.

Nossa proposta, denominada “Programa de Ajuste Fiscal e Melhoria de Qualidade de Vida do Estado do Rio Grande do Sul” mereceu manifestação positiva do organismo, conforme carta do Sr. Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, datada de 30 de junho de 2004, dirigida ao Sr. Bernardo Appy, cópia anexa.

Sr. Presidente, uma negociação dessa natureza exige aval do Tesouro Nacional, por envolver o Governo brasileiro; contudo, tal autorização ainda não foi concedida, em que pesem as inúmeras reuniões realizadas em Brasília desde então, sendo que uma delas com a presença de V. Exª e do Governador Germano Rigotto.

Dirijo-me a Vossa Excelência nessa ocasião, com otimismo. Assisti à entrevista de V. Exª, concedida à radio Guaíba, de Porto Alegre; depois, li nota do jornal *Zero Hora*, em que Vossa Excelência se manifesta favorável à reestruturação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de financiamento internacional. Considero que, com tal declaração, Vossa Excelência revela espírito público e interesse pelas soluções viáveis para os problemas que afligem os brasileiros.

Por essa razão, venho à presença de Vossa Excelência solicitar que, coerente com essas palavras, possa determinar

ao Tesouro Nacional a autorização para operação com o Banco Mundial mencionada na proposta que o Governo do Estado vem discutindo há dois anos. Tenho certeza de que, Sr. Presidente, o meu Estado, os gaúchos ficarão credores de Vossa Excelência, pois estará demonstrando grande apreço ao Rio Grande do Sul e aos rio-grandenses. Sem mais, um abraço, Senador Pedro Simon.

Ainda que com dois anos de atraso.

É isso, Sr. Presidente.

Espero que o fato se resolva, espero que o Presidente Lula tenha a grandeza, por essa ou aquela razão. O Presidente Lula já é conhecido de todos, porque não enxerga muito de perto, não vê os fatos que estão acontecendo. É muita coisa, muita dificuldade, muito problema, talvez não tenha enxergado até agora. Agora ele viu. Falou lá em Porto Alegre. É hora de decidir.

Espero, Presidente Lula, ainda que tardiamente, Vossa Excelência dê essa resposta ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Governo Federal maltrata o Rio Grande

Pronunciamento em 5 de setembro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, volto a falar sobre meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Ontem, analisei daqui uma situação muito importante que envolve uma decisão do Tesouro Nacional. Houve um pedido de recomposição de dívida, substituindo a dívida nacional pelo Banco Mundial, e um ofício favorável do diretor do Banco Mundial. O Governo do Rio Grande do Sul pede, e o Presidente Lula, em Porto Alegre, diz que é favorável. Há três anos, isso está parado no Tesouro. Esperamos que haja definição por parte do Presidente Lula, que diz ser favorável. Que isso seja um elemento que permita que S. Ex^a levante o telefone e diga para o Tesouro que é favorável, que devem liberar o que estão deixando na gaveta há três anos e que é do interesse do Rio Grande do Sul!

O Sr. Germano Rigotto tem sido um grande governador. Viveu fase muito difícil, com uma seca tremenda em 2004 e a maior da história do Rio Grande em 2005, mas ele vem-se impondo. Há desenvolvimento e crescimento no Rio Grande do Sul. Trezentos empreendimentos de primeira grandeza do mundo inteiro estão se estabelecendo no Rio Grande do Sul. Há setenta mil novos empregos. É uma verdadeira tomada de posição visando ao crescimento, altamente positiva do Governador Rigotto, um governador sério, austero, responsável. Não há uma vírgula com relação à sua atuação que não seja

de respeito e de admiração. No entanto, ele vem sofrendo um injusto tratamento por parte do Governo Federal.

Repito: o que o Governo do Rio Grande do Sul paga à União em relação à sua dívida é altíssimo. Isso é incompreensível. O Governo do Estado conseguiu que essa dívida fosse assumida pelo Banco Mundial, que dará prazo de carência e que cobrará juros infinitamente menores. O Rio Grande do Sul respirará extraordinariamente melhor. Por três anos, isso está sendo proposto; por três anos, isso está na gaveta do Tesouro; por três anos, o diretor do Banco Mundial pede ao Governo brasileiro que dê autorização, porque ele é favorável; e, por três anos, isso não acontece.

O candidato ao Senado do PT, que foi ministro do Desenvolvimento Agrário – aliás, o PT do Rio Grande do Sul tinha mais cinco ministérios no Governo Lula –, não deu nenhuma palavra, nenhuma colaboração, nenhum estímulo. Dizia que tinha a fórmula salvadora, e a fórmula salvadora era essa. Ele só não sabia que essa fórmula estava na gaveta do Tesouro Nacional, solicitada pelo secretário de Caçapava e pelo Governador Rigotto há três anos. Porém, até agora, ela não saiu de lá!

Mas não é somente aqui. O Rio Grande do Sul é um grande Estado exportador.

Votei contra a chamada Lei Kandir. Contra essa lei, protestei e gritei, pois a considerava absurda, já que, assim, o Estado que exportasse deixaria de cobrar ICMS e não teria compensação. Considero correto exportação não pagar imposto. No mundo inteiro, exportação não paga imposto. Mas a exportação era para os Estados exportadores uma grande fonte arrecadadora. Então, era necessário que a União compensasse. A Lei Kandir dizia: “A União compensará”. Mas se ficou com uma frase aberta, sem nenhum significado. A lei, a determinação, a votação, a discussão era toda esta: o que o Estado deixasse de arrecadar por causa da Lei Kandir nas exportações a União compensaria.

O Sr. Fernando Henrique ainda compensou, mas o Sr. Lula foi deixando, foi deixando... São cerca de R\$800 milhões por

ano que o Rio Grande do Sul deixa de arrecadar! Imaginem V. Ex^{as} o que significa isso!

Apresentei proposta, lutei para que, quando não fosse feita a compensação, quando o Governo Federal não compensasse o Estado, se procedesse a uma compensação com a União, a fim de que o Estado pudesse deixar de pagar a dívida. O Governo da União tinha de pagar R\$900 milhões neste ano, porque não deu a compensação do ICMS à exportação. O Estado não paga R\$900 milhões da dívida daquele ano de jeito nenhum! Vetaram, não deixaram que isso fosse aprovado. Em quase quatro anos de Governo, deixamos de arrecadar praticamente R\$4 bilhões.

Por outro lado, se revermos o problema do Rio Grande do Sul, veremos que o Governo construiu com dinheiro do Estado a Aços Finos Piratini, porque o Brasil dizia que o Rio Grande do Sul não tinha minério de ferro, nem consumo. Por isso, não precisávamos de uma refinaria de aços finos.

Quando presidente da Oposição, do MDB, fui presidente da Comissão especial que criou a Aços Finos Piratini e fui até o Governo Federal. Naquele momento, eu dizia: "Sou Oposição, sim! Sou MDB, Oposição ao Governo, mas o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB!". E conseguimos a Aços Finos, que foi construída com dinheiro do Governo do Rio Grande do Sul.

Passamos o pólo para o Governo Federal para que o terminasse, mas, em vez de terminá-lo, ele o vendeu, privatizou-o. Estamos querendo que nos dê o dinheiro, a parte que gastamos. Não recebemos um centavo até hoje.

Fui presidente da Comissão do Pólo Petroquímico. Não queriam que o Rio Grande do Sul tivesse um pólo petroquímico. O ministro dizia: "Para que pólo petroquímico? Para que o Rio Grande quer aços e pólo petroquímico se não tem matéria-prima, nem consumo?". Eu disse, na época: "Que pena que V. Ex^a, Sr. Ministro, não é ministro no Japão! Se V. Ex^a fosse ministro no Japão, aquele país seria um conjunto de ilhas vulcânicas, por que lá também não há minério e não havia consumo. No

entanto, transformou-se em um estado industrial espetacular e de primeira grandeza”.

Fui o principal artífice para a construção do terceiro pólo petroquímico. O Governo do Rio Grande do Sul gastou US\$300 milhões em infra-estrutura, principalmente no combate à poluição – foram gastos necessários, impostos pelo Ministério do Meio Ambiente para que se pudesse construir. E o Governo Federal privatizou o pólo petroquímico!

Se o Governo o privatizou, cadê o nosso dinheiro, o dinheiro do Governo do Rio Grande do Sul? Por que ele não nos deu a nossa parte?

Estou aí brigando, há oito anos, defendendo que o Rio Grande do Sul receba o que tem direito na privatização do pólo petroquímico e na privatização da Aços Finos Piratini. Nem um tostão até agora.

Quando fui governador do Rio Grande do Sul, era Presidente da República o Dr. Sarney – aliás, o Senador Antonio Carlos era ministro, como fui ministro no início e depois me elegi governador. O Governo Federal estava sem dinheiro, então, nós construímos estradas federais. Fizemos um convênio com o ministro dos Transportes, com a presença do Presidente da República, do ministro dos Transportes e do governo do Estado, em que nós nos responsabilizávamos por fazer uma série de estradas federais, asfaltá-las, e ele nos compensaria pagando, posteriormente, essa importância.

Está aí o dinheiro: um bilhão. Está provado. O ex-ministro da Fazenda, que saiu há poucos dias, reconheceu: “Vocês têm direito a receber, devem receber”. O Governo Lula até agora não deu um centavo; promete, promete, transfere, promete, transfere, mas não nos deu um centavo até agora.

No mesmo Governo Sarney, os agricultores sem terra estavam preparando uma rebelião, uma verdadeira guerra civil, praticamente tomando conta do Estado. Eu, governador, vim a Brasília e acertei com o Presidente Sarney – porque o Estado não pode fazer reforma agrária, só quem pode fazê-la é o Governo Federal –, comprometi-me com ele. Comprei

milhares de hectares de terra, pagando à vista, e entreguei o dinheiro para o ministério da Reforma Agrária, que nos deu aquelas terras. E nós tínhamos um compromisso de que nos fosse devolvido aquele dinheiro posteriormente, quando fosse possível. Até hoje não foi possível. Quando chegou a vez, o acordo pronto, tudo resolvido, na hora de pagar, o Governo Lula se negou a pagar.

Ora, meus irmãos! E vem agora o candidato do PT perguntar: “Mas o Senador Simon o que faz como senador? O que ele defende na luta pelo Rio Grande do Sul?” Ora, meu Deus do Céu! Quero que me digam quando foi que não estive aqui lutando e brigando pelo meu Estado? Consegui milagre neste plenário, consegui a compreensão e o carinho dos nordestinos, que votaram a nosso favor. Quando o sul e o norte do Rio Grande do Sul estavam vivendo uma hora de miséria, sofrendo historicamente uma hora dramática, conseguimos entrar no Fundo de Compensação. E foi com emoção que ouvi os discursos dos nordestinos repetindo: “Senador Pedro Simon, V. Ex^a está invocando uma hora séria. Realmente essa zona do Rio Grande do Sul, a zona da fronteira, que é uma zona extraordinária, que nos deu Getúlio Vargas, que nos deu grandes lideranças, hoje vive uma hora difícil”. Até isso conseguimos! E hoje o Rio Grande do Sul é uma área que tem condições de receber os incentivos especiais, embora o Presidente Lula até agora não fizesse uma vírgula para pôr em cumprimento a decisão desta Casa.

Ouçõ o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem credibilidade bastante, na Casa e no Rio Grande do Sul. Isso deve causar inveja aos petistas, porque V. Ex^a, em qualquer pleito do Rio Grande do Sul, recebe a consagração do seu povo. E está demonstrando isso agora. Então, como eles não têm como atacar V. Ex^a, pela sua figura, pela sua credibilidade – a qual posso atestar como ministro, pela maneira como demos um crédito ao seu governo, à sua companhia telefônica, graças ao prestígio de V. Ex^a, graças à luta de V. Ex^a, quando eu, como ministro, pude ajudar. E assim será sempre. Enquanto o Rio Grande do Sul tiver senador como Pedro Simon, será

respeitado e acreditado. V. Ex^a não dê importância a esses pigmeus que tentam atacá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Recebo com alegria, e não digo somente com alegria, mas com emoção, o aparte de V. Ex^a. Velhos adversários somos há muito tempo, e V. Ex^a tem a grandeza de espírito de, em um momento desses, fazer um aparte dessa grandeza, enquanto companheiros do Rio Grande, inclusive velhos companheiros meus, em uma hora como essa, fazem um tipo de agressão que não consigo entender.

Eles dizem – e com isso eu concordo – que o Senador Pedro Simon já está velho. “Já tem 73 anos; está na hora de ir para casa. Merece ir para casa. Vá para casa, senador!” Eu até respondo e fico emocionado com o candidato do PT, quando ele fala assim, pois mostra que tem muito carinho por mim, está preocupado com a minha saúde. Mas eu não posso ir para casa. Não posso ir para casa, porque a situação do Brasil não me permite.

Se o Governo do PT tivesse sido aquele Governo que imaginávamos; se o Governo do Lula tivesse sido 10% do que esperávamos, eu ia para casa com muita alegria, porque penso que seria hora de ir para casa. Mas não em uma hora como essa, quando não sabemos o que acontecerá amanhã. Tudo leva a crer que o Lula ganhe a eleição, mas não terá maioria neste Congresso. Ele tentará conseguir a maioria com o Dr. Sarney, com o Sr. Jader Barbalho e companhia, com o Sr. Suassuna. O que vai ser o início do Governo do Sr. Lula? Como é que vai acontecer? Que fórmula terá?

Creio que o Pedro Simon é importante nesta Casa, sim. Muito mais importante do que alguém do PT que venha a ser mais um para dizer amém para tudo que acontecer.

Não, não é essa a minha preocupação. Sou um senador da República. Aliás, pago para ser senador. Podia receber como governador, porque tenho direito, e nunca recebi; podia receber como deputado estadual, paguei a aposentadoria, e nunca recebi. Se eu for para casa, recebo três vezes o que recebo hoje. Mas creio que tenho de ficar aqui, porque a hora

exige que eu fique aqui. Pode o povo do Rio Grande do Sul me mandar pra casa. Pode, tem direito, e eu vou. Mas aí eu fui mandado; não fui por vontade própria.

Agora, por outro lado, dizerem que o Simon... Chegaram a fazer a seguinte pergunta: "O que o Senador Simon fez pelo Rio Grande do Sul?" São 55 anos de vida pública, como governador, ministro da Agricultura, deputado, liderando nas horas mais dramáticas do Rio Grande do Sul. E perguntam a mim o que eu fiz pelo Rio Grande do Sul?!

Eu não sei. Só posso dizer que, nesses últimos cinqüenta anos, não houve um momento do Rio Grande do Sul em que o Pedro Simon não estivesse presente. Na hora negra da ditadura, na hora negra da violência, na hora da derrota do Pasqualini, na hora da legalidade do Brizola, na hora da derubada do Jango, na hora da construção do pólo petroquímico da Aços Finos Piratini, na hora da luta pelo Rio Grande do Sul, lá esteve sempre o Pedro Simon, com a sua voz altaneira, gritando, fazendo o máximo possível, com a sua capacidade e com a sua experiência.

Nunca me esquivei. Sou hoje uma pessoa que está aqui... Sim, fiz um voto franciscano de pobreza, mas hoje tenho muito menos do que recebi do meu pai há cinqüenta anos.

Não tenho nada, não tenho casa, não tenho coisa nenhuma, mas hoje tenho muito menos do que o que recebi do meu pai há cinqüenta anos. Não tenho nada, não tenho casa, não tenho coisa nenhuma, mas tenho um nome digno e honrado, decente e honesto. Posso dizer que vale a pena.

Quando vejo os artistas dizendo que só se faz política com mão suja, que a política não pode ser identificada com o ideal e com a dignidade, digo que pode, sim! Apresento o meu nome. Como eu, existem muitos! Não pensem que tenho a vaidade e a pretensão de dizer que apenas existo eu, Pedro Simon! Há muitos, muitos, sou um dos menores, mas há gente que pode dizer "estou aqui, com a minha cara e com o meu pensamento".

Nunca nomeei parente meu, nunca peguei material do Congresso, nunca peguei material da Assembléia Legislativa, nunca participei de coisa alguma.

Construí 2.300 quilômetros de estradas no Rio Grande do Sul. As empreiteiras da Bahia, de Minas Gerais diziam: "Como é bom construir no Rio Grande do Sul, porque ele paga à vista. O preço marcado é o preço marcado, não se paga um centavo a mais". Podem me criticar, podem dizer o que quiserem, mas respeito eu exijo, porque tenho o direito a ele!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem o estímulo de, em todas as eleições de que participou no Rio Grande do Sul, ser vencedor. Quando V. Ex^a tem o povo, pode desprezar esses seus opositores. O povo está com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Por isso, Sr. Presidente, eu digo que continuarei a minha luta em favor do Rio Grande do Sul.

Conseguimos aqui aprovar um projeto de lei, por unanimidade, em que o Governo Federal compensaria o Governo do Rio Grande do Sul pelas dívidas. Aprovamos a matéria pela unanimidade do Senado e pela unanimidade da Câmara, e o Presidente Lula a vetou. Tratava-se de algo que era espetacular, algo por que eu, inclusive, chorei de emoção, que interessava a um estado só, o Rio Grande do Sul, e todos os estados reconheceram a justiça, que era importante. Votaram e aprovaram, e o Sr. Lula vetou.

Alguém pode dizer: "Será que, no Congresso que vem, onde, parece, o Lula já está eleito, será um senador a mais ou a menos do PT e do Rio Grande do Sul que resolverá os problemas do Brasil e do Rio Grande do Sul? Será? Será que o Senador Pedro Simon é realmente um homem tão velho e tão gasto que nada fez? O que ele fez pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul?" Será que isso pode ser dito?

Tenho recebido muita solidariedade. Tenho recebido pessoas lacrimejando, chorando, que me abraçam e dizem que isso não vale, que assim não se faz política.

Estou aqui, sim, Sr. Presidente. Estou aqui porque entendo ser a minha obrigação, pois todo mundo pede: “O senhor tem de responder, Senador; o senhor tem de dizer alguma coisa, o senhor não pode aceitar, o senhor tem de manifestar o seu repúdio a essas coisas que estão acontecendo”.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Pedro Simon, eles estão falando mais ou menos o que é certo. V. Ex^a realmente não fez nada, porque, para o linguajar deles, “fazer” é roubar. Como V. Ex^a não roubou, não fez nada, no entendimento deles. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Peço desculpas pelo meu desabafo. Olha que faz muito tempo que faço política e, neste Senado, é a primeira vez que falo a meu respeito. Acho que trabalhar é obrigação.

Estou no debate, Sr. Presidente, porque não aceito o jantar que os artistas fizeram com Lula, dizendo que só se faz política com as mãos cheias de sujeira e que só se pode fazer política deixando de lado a ética. Acho que o Presidente Lula está certo quando deixou de lado a ética, porque, caso contrário, não poderia ir adiante. Mas uma extraordinária jornalista escreveu uma coluna excepcional, e, num ímpeto, fiz uma longa carta manifestando meu pensamento, o que me assusta, o que me angustia. Estou vendo acontecer, de certa forma, aquilo que Rui Barbosa dizia: “De tanto ver a improbidade aparecer, ficamos com vergonha de ser honestos”. Parece que estamos chegando nesse dia, parece que chegamos num momento em que ficamos encabulados, ficamos temerosos, em que não temos mais o que falar, nem o que dizer.

Concedo o aparte ao nobre Presidente Cristovam, com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, gostaria também de apartear V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Temos um longo passado conjunto, lutamos as mesmas lutas durante tanto tempo. Aprendi e desenvolvi por V. Ex^a uma admiração inquebrantável – inquebrantável! – e, se agora não estamos juntos, se estamos em pontos divergentes, não quero deixar de dar a minha solidariedade, o meu abraço, os cumprimentos pelo pronunciamento que V. Ex^a faz hoje. Digo isso emocionado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Presidente Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, V. Ex^a faz parte daqueles que compõem um raro grupo que nem precisava vir se explicar, nem precisava se manifestar, porque não só nós, mas o Brasil inteiro, sabe da sua trajetória, da sua vida pública, sabe que V. Ex^a tem sido exemplo para todos nós que fazemos política neste Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a sabe da simpatia e do respeito que tenho por V. Ex^a, nas lutas, nas dificuldades, permanecendo no mesmo ideal e na mesma verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Pedro Simon, enquanto V. Ex^a é consagrado neste plenário, acesso a tela do computador e vejo a luta “difícil” que V. Ex^a enfrenta no Rio Grande do Sul neste instante: tem 46% nas pesquisas, seguido muito de perto, mas bem de perto mesmo pelos indecisos, que, evidentemente, vão dobrar o seu percentual de votação. Lá atrás, na casa dos 10%, está o mais próximo adversário. Eu acho que consagração maior V. Ex^a tem da sua terra, tem do Rio Grande do Sul, e é uma consagração merecida. Eu digo isso como modesto representante do Estado do Piauí, que tive a grata satisfação de, ao chegar nesta Casa, ter entre V. Ex^a um dos “anda-já” que me ensinou os primeiros passos. Logo que aqui cheguei, deputado federal, V. Ex^a senador – na época eu militando no PMDB – vi, acompanhei, fui testemunha ocular da sua luta, da luta de Ulysses, da luta de Tancredo e de grandes brasileiros, talvez no momento mais bonito que a minha geração teve a oportunidade de acompanhar nesta Casa, que foi o caminho pacífico do reencontro do

Brasil com a redemocratização. V. Ex^a era uma das cabeças mais tranqüilas, mais seguras e também mais firmes a apontar caminhos para que tudo isso acontecesse. Acho que o que o Rio Grande Sul faz aqui, demonstrado por essa pesquisa, é apenas triunfo, é apenas consagrar com muito orgulho – que deve ter o gaúcho nessa hora – a vida reta, correta e, acima de tudo, honrosa de um filho que é V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e lembro a nossa luta inicial. V. Ex^a era um guri por cuja identidade e garra o Dr. Ulysses praticamente se apaixonou. E nas horas mais difíceis, lá estava V. Ex^a. Na hora mais dura do anticandidato, lá estava V. Ex^a, naquele momento em que um grupo talvez tenha vivido uma das páginas mais bonitas da história deste País.

Agradeço, Sr. Presidente, e digo que o desabafo que fiz foi um sentimento de obrigação. São tantas as mensagens que tenho recebido das pessoas cobrando e dizendo: “Mas o senhor tem de responder, o senhor tem de falar. O senhor está quieto. Estão falando, falando, e o senhor não responde nada”. O que eu vou responder? Vou usar o espaço que tenho – um minuto de televisão – para falar de A ou de B? Não, até porque eu não tenho nada para falar. Eu só posso dizer que o candidato do PT é um grande candidato, é um homem de grande capacidade, de grande competência; eu só posso dizer que a candidata do PP é uma grande candidata, de grande competência; que o candidato do PSDB, do PPS é um candidato de grande capacidade. Tenho dito isso, aliás.

Tenho feito uma campanha enorme contra o voto nulo, e tenho dito, por exemplo, para o Senado: “Não querem votar no Pedro Simon, não votem no Pedro Simon. Vocês devem ter mil razões para não votar no Pedro Simon, mas há mais nove candidatos, um melhor do que o outro. Votem em um dos outros”. Por isso, eu não poderia usar o meu tempo falando mal dos outros, como não estou falando mal aqui. Estou apenas dizendo que tento fazer a minha parte todos os dias.

Obrigado pela tolerância de V. Ex^a e pela gentileza dos apertes, Sr. Presidente.

Crise ética e moral da classe política

Pronunciamento em 6 de setembro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza, Sr. Presidente.

Como praticamente esta deve ser a última sessão a que compareço antes das eleições – é o último esforço concentrado –, não posso deixar de concluir uma análise que fiz, desta tribuna, com relação à situação em que vivem o Brasil e a sociedade brasileira no que tange à forma como levamos a política, a sociedade, os princípios.

Parece que, de certa forma, estamos vivendo uma hora de anormalidade, uma hora de perturbação generalizada, como se todos nós estivéssemos mais ou menos influenciados por algo que nos tirasse os pés da realidade e como se flutuássemos por um mundo que não soubéssemos qual realmente é.

Já falei de um ilustre escritor, autor de uma novela da Globo, quando ele, boquiaberto, chamava a atenção, em uma entrevista à revista *Veja*, para o seguinte aspecto: ao contrário do passado, nas pesquisas que a Globo faz diariamente para examinar os personagens de suas novelas, as respostas da sociedade são de que está certo quem rouba, está certo quem ganha lucro, está certo quem se aproveita. A questão é se aproveitar. Um homem sério e responsável teve sua mulher roubada por um malandro. Na pesquisa, o povo dizia: “Fez bem. Ela era uma mulher muito bonita; ele, um bobalhão. Era um chato aquele marido dela! O malandro fez

bem em se aproveitar e ficar com ela". Diz o escritor que é impressionante a mudança que se operou, nos últimos anos, na maneira de pensar e no conceito da sociedade brasileira. Chama ele a atenção para um episódio que considera uma coincidência com fatos relacionados à crise moral que há na política, à crise de comprometimento. Os fatos vêm sendo anunciados e repetidos na vida pública.

Nós todos, eu principalmente, temos uma dívida eterna com a classe artística e com a classe intelectual, com cantores, com músicos, com artistas do Brasil, porque, não fossem eles, não teríamos derrubado a ditadura. Foram os artistas e os jovens que conduziram o povo brasileiro, sem tiros e sem violência, à reconstituição da democracia. Eram pessoas como Chico Buarque, com trezentas músicas proibidas, e como Vandrê, que disse que "quem sabe faz a hora, não espera acontecer", que sofreu tortura, que foi praticamente martirizado e que teve de viver no exílio. Quantos, como Chico Buarque, tiveram suas músicas censuradas e sua vida perturbada?

Chamou a atenção a reunião que os artistas fizeram com Lula, em que alguns conceitos apareceram. Quero, de saída, dizer da admiração que tenho pelo artista Paulo Betti, que, em sua coluna publicada na *Folha de S. Paulo*, expressa um pensamento que respeito. Não me refiro ao conteúdo das palavras em si, ao conceito deste ou daquele artista, mas ao contexto geral existente, em que está toda a sociedade brasileira.

Quando se diz que não se pode fazer política sem colocar a mão no barro, na sujeira; quando se diz que política e ética são duas coisas que não caminham juntas, que política é resultado e que, para resultado, vale fazer o que for necessário, praticamente está se vendendo um conceito, está se analisando um fato, e parece que é o que acontece.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou conceder-lhe o aparte em instantes, com o maior prazer.

Quando vemos por todos os lados a violência, o erro, a morte, a falcatura, o roubo, praticamente em todos os cantos do Brasil, sem que nada aconteça; quando vemos que está presa uma senhora que roubou uma galinha num supermercado e que aos que roubam milhões não acontece nada; quando vemos que o Brasil realmente é o País da impunidade; quando vemos que são bilhões de dólares roubados anualmente, que podiam ser aplicados, equacionando o problema da sociedade brasileira, realmente até entendemos que há uma busca de cada um de tentar salvar o que é seu.

Há um desinteresse geral, uma despreocupação com as coisas que existem e que continuam como estão. E cada um quer tirar vantagem: “Vou cuidar do meu filho, vou fazer com que ele faça faculdade”; “Vou cuidar para ver se consigo ter uma casa própria”. Do jeito que está, cada um tira vantagem do que é seu.

Será crível que esse seja o conceito da sociedade brasileira? Será que vamos aceitar que a sociedade brasileira marche dentro de um princípio igual a esse, em que há um conceito mais terrível da classe política e em que há um conceito mais despropositado da sociedade? Será que se pode imaginar que o Brasil é isso? Será que se pode imaginar que um País do tamanho deste, com as condições que temos de avançar, avançará assim?

Achei excepcional o artigo de Dora Kramer: “Os bobos da Corte”. Essa intelectual, que já é uma jornalista de primeira grandeza, faz uma análise, um corte vertical na alma do brasileiro, e mostra que não podemos aceitar isso. Não podemos ficar silenciosos diante de um conceito que se arrasta: deputado absolvido, porque os daqui absolvem os de lá; o Supremo não condena ninguém; os roubos perpetuam-se, multiplicam-se. O Brasil, atualmente, já tem máfia organizada, que, daqui a pouco, terá mais força do que o próprio Governo na sua organização criminal.

E nós achamos que as coisas devem continuar assim!

O próprio Presidente da República diz – e ganha manchete: “Política não é só ética. Política também tem o lado

sujo". É o pensamento do Sr. Lula! E diz ele que não admite crítica da tribuna do Senado Federal por aqueles que não têm autoridade para isso.

Ora, Sr. Presidente, quero confessar que realmente vivemos a crise mais dolorosa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, quando V. Ex^a se reporta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, sem querer interromper V. Ex^a e sem pretender interromper o brilhante discurso do Senador Pedro Simon, eu gostaria apenas, com muita satisfação, de registrar a presença, no nosso plenário, da ilustre comitiva de aspirantes da Escola Naval, dos futuros chefes navais, por sugestão desse querido amigo Senador Romeu Tuma. São eles que conduzirão a Marinha do amanhã. Os aspirantes vieram a Brasília participar das comemorações da Semana da Pátria e do desfile cívico-militar na Esplanada dos Ministérios, que ocorrerá amanhã, dia 7 de setembro.

Muito obrigado pela presença de todos, com o perdão das interrupções. (*Palmas.*)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, no capítulo do seu pronunciamento tão brilhante, tão lúcido, em que V. Ex^a se refere à reunião malfadada dos tais artistas com o Presidente Lula, há de se registrar algumas coisas. Primeiramente, quase todos são muito bem patrocinados por órgãos estatais. Em segundo lugar, abre-se mão daquele dever de o intelectual ser vanguarda nas lutas por mais liberdade, por mais justiça para o povo ou por ética na política, que é algo que está na ordem do dia. Em terceiro lugar, a mim me lembraram eles os intelectuais até geniais: o meu xará imortal Virgílio. Com todo seu valor, na verdade, ele era, sobretudo, um intelectual do Império; ele era, sobretudo, um intelectual que cantava as loas do Império. Não era um intelectual que

cantava a falta de liberdade do povo romano, nem era um intelectual que cantava o regime de escravidão a que eram submetidos os povos conquistados. Mas V. Ex^a toca em outro ponto: o Presidente Lula, seguidas vezes, desrespeita este Parlamento. Aliás, ele está com fixação em mim. Minha mulher anda preocupada! Não faz um discurso sem se preocupar com quantos pontos tenho, com quantos pontos não tenho na minha eleição. O Presidente Lula diz que, se fosse um sindicalista da Contag, a crítica o preocuparia, mas que, sendo um senador, isso não quer dizer nada para ele. Ou seja, esse é o tamanho que ele tem, esse é o tamanho que ele supõe ser o do Congresso Nacional. É assim que ele encara os Poderes: tentando quebrar a harmonia deles. Ele imagina que o Judiciário é para ser manipulado, que o Executivo é para ser hipertrofiado e que o Legislativo é para ser amordaçado. O Presidente Lula revela um tamanho minúsculo e está cercado de intelectuais que o têm como imperador e que cantam seus feitos até desculpando-os, porque seus feitos são os feitos da corrupção. E os seus “virgílios” dizem que é preciso mesmo meter a mão na... Não vou dizer o nome. Houve um deles que disse o que era: meter a mão no excremento. Um deles disse isso. Não tenho por que ficar bajulando quem quer que seja; não bajulei general na época da ditadura, não vou bajular intelectual em época nenhuma da minha vida. Vai-se ver que o homem está patrocinado pela Petrobras, muito bem aquinhoado, numa política de cultura que me faz ter enorme decepção com o Ministro Gilberto Gil, que privilegia pequenos grupos, privilegia grupos ligados ao poder, o aparelhamento da cultura. Cultura para mim, Senador Pedro Simon, não é se dizer o que o povo deve fazer em troca de financiamento de estatal, é se apoiar com financiamento, até estatal, aquilo que o povo quer livremente fazer. É assim que vejo que se pode apoiar a manifestação cultural do povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a toca em um ponto que, sinceramente, com o maior respeito, não é aquele em que estou tocando. Estou falando sobre o momento em que vive a sociedade brasileira. Num momento como este em que estamos vivendo, o que apareceu na imprensa referen-

temente àquela reunião foi muito negativo, muito negativo! Nem imagino que eles o tenham feito deliberadamente.

Tenho aqui e transcrevo uma nota com o pensamento de um dos artistas, em que ele faz a análise e a interpretação da matéria, chamando de hipócritas os que pensam de forma diferente.

Mas volto a repetir: penso de forma diferente. Não aceito a tese de que político, obrigatoriamente, não pode ter ética; não aceito a tese de que político tem de botar a mão na sujeira; não aceito a tese de que o Brasil é o País dos corruptos; não aceito a tese de que só vai crescer quem se comprometer com a corrupção. Não aceito isso! Não aceito a tese de que Lula, para crescer, tinha de fazer o que fez. Pelo contrário, creio que, se Lula tivesse sido fiel aos seus princípios, se Lula tivesse sido o Lula da campanha, o Lula do sindicato, o Lula líder sindical, ele hoje talvez fosse o maior líder da história do Brasil. Se, em vez de comprar bancada como ele comprou, em vez de gastar fortunas com “mensalistas” como ele gastou, ele tivesse argumentos, ética e princípios e tivesse chamado o povo e a sociedade, ele teria feito as transformações de que o Brasil precisa.

Não posso aceitar que se diga que vivemos um momento em que a corrupção é necessária. Não aceito que se diga que o cidadão que fala em ética é ridículo, é um homem desmoralizado, é um homem fora da realidade. Não aceito que se diga que o Brasil está nesse caminho e que desse caminho não tem volta. Está mal? Está mal! O momento em que estamos vivendo na política é o pior possível; o momento que estamos vivendo no debate político é inimaginável; este Congresso vive os momentos mais trágicos que já viveu. Isso é verdade. Não houve isso em 1964, com a derrubada do Jango; nem em 1954, com o suicídio de Getúlio; nem com a queda do Presidente Collor. Em momento algum da sociedade brasileira, houve um momento estarrecedor como o que estamos vivendo.

Mas digo aos meus irmãos, digo ao povo brasileiro: estamos vivendo o fim de uma era. Aconteça o que acontecer, ganhe quem ganhar – pode até ganhar Lula no primeiro tur-

no –, enganam-se os que imaginam que vai continuar esse escândalo que está aí! O Brasil vai-se levantar. A sociedade vai exigir isso. A ética e a moral vão aparecer, e os ladrões irão para a cadeia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Queiram ou não queiram, aceitem ou não aceitem, isso vai acontecer! Garanto ao povo brasileiro que isso vai acontecer, quer queiram, quer não queiram!

Vim para falar aos meus irmãos, com profunda sinceridade, da minha revolta. Sou uma pessoa que tenho a tranqüilidade de dizer que me comportei assim e que não estou arrependido, não! Não estou arrependido e não digo: “Mas que besta fui, Pedro Simon, de ser um cara sério! Eu poderia ter sido milionário se tivesse posto a mão aqui ou lá”. Sei que muitos são como eu. Conheço muita gente, muitos vereadores, prefeitos, deputados, governadores, líderes sindicais, operários, muitos que são honestos, dignos, decentes, e não posso aceitar que se diga que o rumo do Brasil é o da corrupção. Não posso aceitar que se diga que a irresponsabilidade, a falta de moral e a falta de ética são a regra geral e que quem não faz isso é burro ou irresponsável. Não é! Eu posso garantir isso.

Digo aos meus amigos artistas, que são homens de bem, excepcionais, de grande qualidade, que não fizeram bem. Não fizeram bem. E a Lula, que fala que tem medo de uma crítica sindical, mas que não tem medo de alguns senadores que vêm à tribuna, digo que ele deveria ter medo. Ele deveria ter medo, porque é poderoso, mas não é todo-poderoso. Ele está com força, mas não está com toda a força. Ele está com a perna lá em cima, mas isso acontece e já aconteceu muitas vezes. O Presidente Collor estava no céu e dali foi para o inferno. Nós vimos, muitas e muitas vezes, isso acontecer.

Se Lula quiser, poderá até ganhar, mas, se achar que vai ganhar na base da corrupção, se achar que já está compondo – e fala-se que já está fazendo um acerto com o MDB, com fulano, com beltrano – com as novas regras do próximo

Governo, que serão piores do que as de ontem, não tenho nenhuma dúvida de que triste será seu futuro.

Se o Presidente permitir, concederei um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, também não aceito tudo o que V. Ex^a não aceita. V. Ex^a representa o Rio Grande do Sul, sua página mais bela: Bento Gonçalves, Guerra Farroupilha, Lanceiros Negros, os precursores da democracia. Eu sou do Piauí. Tivemos coragem, eu e o Senador Heráclito, de expulsar os portugueses pela derrama. Lula está planejando ir a Parnaíba, minha terra natal. Sou candidato a governador do Estado do Piauí e lá já obtenho 93,84% dos votos. Quero que V. Ex^a aceite estar presente na cidade de Parnaíba no mesmo dia, para o povo ver a diferença entre a verdade e a mentira, o bem e o mal. Também estendo esse convite à brava Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, eu gostaria de, em meio minuto, fazer um registro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi difícil a luta de V. Ex^a na expulsão dos estrangeiros no século passado?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu não estava lá, infelizmente, mas gostaria de estar ao lado de Mão Santa. Mão Santa é um ser reencarnado que, agora, tenta expulsar o PT do Piauí e que, com certeza, vai consegui-lo. Senador Pedro Simon, V. Ex^a faz um discurso preciso. Acabei de mostrar à Senadora Heloísa Helena e a alguns companheiros, Senador Antonio Carlos Magalhães, a maneira como o Governo trata esta Casa e o Brasil. Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, presidida por V. Ex^a, houve um debate, do qual o Senador Romero Jucá participou, em que se pediam esclarecimentos sobre os gastos e as contas do Sr. Paulo Okamoto. Ele se nega a vir a esta Casa prestar esses esclarecimentos. No entanto, Senador Tasso Jereissati, em *O Estado de S. Paulo*, está ele, de braços abertos, na galeria da Câmara, comemorando vitória por aprovação de projeto do Sebrae, o qual preside. Isso é agressão, para mostrar que o Congresso vive um momento difícil. Os aliados de Lula estão

tentando criar dificuldades imprevisíveis para a democracia brasileira, o que vemos em atos dessa natureza. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e dizer à Nação que uma foto fala mais que qualquer palavra. É só abrir a página de *O Estado de S. Paulo* para ver o Sr. Okamoto desafiando o Congresso brasileiro. Aliás, quero lembrar que há matéria de seu interesse para ser votada, que o Senado não tem o direito de aprovar. É preciso que isso seja esclarecido e que o Sr. Okamoto mande as contas que tem e que deve ao Congresso ou peça desculpas à Nação pelo deboche que fez e que *O Estado de S. Paulo* registrou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro, Sr. Presidente.

Permita-me, Sr. Presidente, conceder ainda um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, não posso deixar de dizer que é muito bom ouvir uma figura com sua expressão, com sua integridade e com sua credibilidade falando dessa maneira indignada. Pessoalmente, revolta-me ouvir, todos os dias, a tese de que a corrupção é necessária para o político e de que todo político coloca a mão nisso ou naquilo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não foi por falta de aviso do Chico Buarque!

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Presidente Lula praticamente propagou essa tese pelo Brasil, e os jovens ouvem dizer que ser corrupto é necessário, que, para se alcançarem os objetivos, vale a corrupção e que o político é assim. Meus filhos, assim como os dos homens sérios, com razão, estão pedindo para que deixemos a política. Ouvir V. Ex^a, com a integridade que tem e com a credibilidade que, unanimemente, o Brasil lhe confere – e V. Ex^a fala com indignação –, é um presente para todos nós. Por isso, agradeço a V. Ex^a. Eu lamentava que, até agora, depois desses últimos acontecimentos, V. Ex^a não tivesse falado com toda essa indignação. Espero que o faça mais vezes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero parabenizar o Senado Federal pelo pronunciamento de V. Ex^a. A indignação que demonstra na tribuna é a de todos os brasileiros de bem. A reação de aplauso dos jovens presentes nas galerias, apesar de não ser permitida, é a demonstração de que o Brasil não aceita a corrupção como forma de se direcionar ou de incutir a questão da votação. V. Ex^a tem razão. Parabéns pelo pronunciamento! Que a Nação possa tomá-lo como exemplo a ser seguido por todos!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que esta é uma hora em que cada um deve fazer sua parte. Desenvolvendo nossa campanha – cada um tem a capacidade de desenvolvê-la com altruísmo e dignidade – e falando livre e abertamente com o povo brasileiro, temos condições de chegar lá. Tenho convicção absoluta disso.

Tenho falado muito aos jovens que viveram uma página maravilhosa durante a ditadura, restabelecendo a democracia com os “caras-pintadas”, que viveram uma hora belíssima ao acreditarem que Lula seria a salvação, que se agarraram a ele e que andaram pelo Brasil inteiro com a estrela na mão. Hoje, eles, realmente, vivem uma hora melancólica, de dor, de tristeza, de angústia. Não é hora nem de raiva, nem de mágoa. É hora de prostração. Muitos dizem que perderam até o direito de terem esperança: “Eu não tenho mais coragem de sonhar. Vou sonhar com o quê?”. É por isso que temos de ter a compenetração do nosso papel. Temos a obrigação de entender que é melhor construir um muro, botar lá uma pedra, um tijolo, do que demolir. É melhor ajudar, colaborar, do que demolir. É melhor dar nossa colaboração e fazer nossa parte.

Volto a dizer: creio nos homens de bem deste País! Confio na sociedade brasileira! Creio que ela haverá de se levantar no sentido de mostrar que o Brasil é um País de homens dignos, um País honrado, de um povo honrado. Mas, nem sempre a economia, nem sempre a política, nem sempre seus líderes correspondem. Mas o Brasil é um País digno, e o povo brasileiro é um povo de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Data farroupilha

Pronunciamento em 20 de setembro

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, dois motivos me trazem à tribuna. O primeiro diz respeito ao requerimento que está na Mesa, na frente de V. Ex^a, assinado pelos três senadores do Rio Grande do Sul – Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi e eu –, solicitando a esta Casa uma referência de homenagem ao 20 de setembro, data de mais um aniversário da Revolução Farroupilha.

O Presidente da Câmara dos Deputados, que é uma pessoa de grande cultura, muito conhecedora da história do Rio Grande do Sul e simpática a ela, por conta própria solicitou, hoje, na Câmara dos Deputados, também uma referência à Revolução Farroupilha.

Andando ontem à noite por aquele acampamento, foi impressionante ver como ali, na beira do rio, milhares e milhares de gaúchos de todo o Rio Grande do Sul acampam ou passeiam. Fico impressionado como um Estado pode conservar, por tanto tempo, uma tradição tão profunda e pode guardar dentro de si um sentimento tão arraigado de amor à terra, de amor aos seus princípios, de amor à sua história. É emocionante como o Rio Grande do Sul guarda na sua alma o carinho, o afeto e o respeito aos feitos da Revolução Farroupilha.

Não me lembro, no Brasil, de nenhuma outra tradição, de nenhuma outra história eminentemente regional que esteja

tão apegada a uma gente como a epopéia Farroupilha ao povo do Rio Grande do Sul.

Na verdade, foi emocionante a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um povo se levanta clamando por liberdade, clamando pelo direito de viver, de evoluir, de crescer, não aceitando a pressão esmagadora do poder central, querendo manifestar o seu pensamento, querendo que a sua economia, que estava florescendo, tivesse chance de avançar.

Um movimento empolgou o Estado inteiro. O Rio Grande viveu um momento de desafio, uma guerra contra o Império. Os farrapos, assim chamados, gente humilde, gente simples, ao lado dos grandes da época, chegaram a proclamar a República de Piratini, chegaram a ter o seu hino, a sua bandeira e a sua história, chegaram a lutar por dez anos contra as tropas federais em número infinitamente superior, em condições econômicas maciçamente maiores.

A História conta páginas fantásticas da Revolução Farroupilha. A História conta epopéias de glória, de luta, onde o nosso presidente nomeado e eleito, Bento Gonçalves, com tantos heróis, como Garibaldi, com tantas figuras geniais, com grande capacidade de luta, conseguiram, durante dez anos, viver o seu ideal e conseguiram, apesar da trégua feita por intermédio de Duque de Caxias – após o que foi, inclusive, eleito senador pelo Rio Grande do Sul –, que os ideais da Revolução Farroupilha se mantivessem até hoje.

É interessante olhar o povo do Rio Grande e procurar uma explicação. Qual a diferença do gaúcho que o marca e o caracteriza tanto, que o faz tão diferente da média, da normalidade das criaturas? Nas suas qualidades, nos seus defeitos, na sua garra, na sua história, no amor ao seu cavalo, no amor à liberdade, no apego à terra, enfim, o gaúcho vive até hoje uma história que se chama amor à dignidade, amor à família, à sociedade, ao pampa e ao Brasil.

Que movimento tão fantástico é este? Derrotado, era para ter sido extinto, para ter desaparecido. No entanto, ninguém se lembra de nenhum dos outros movimentos vitoriosos na história deste País que tenham uma página tão magnífica

escrita na alma da gente gaúcha como a Revolução Farroupilha. E ela tem servido de apanágio nas horas amargas, nas horas difíceis, nas horas conturbadas que vivem o Brasil e o Rio Grande. Sempre fomos buscar na alma, na luta campeira, as razões de ser da nossa ação. O Rio Grande vive hoje uma hora difícil. O Rio Grande recebe um tratamento hoje, de parte do Governo Federal, tão duro e tão mau quanto o que recebia do Império em relação às questões do charque e às questões da economia do Rio Grande, que, deliberadamente, não desejava ver avançando.

Hoje vivemos uma hora muito dura no Rio Grande do Sul, uma hora difícil. Apesar de uma gestão excepcional, o nosso Governador Germano Rigotto vem enfrentando, por enquanto, com muita categoria, as dificuldades que temos pela frente. Com grandeza e com espírito público, ele vem melhorando – e melhorando muito – a economia do Rio Grande do Sul, apesar das dificuldades que encontra, muitas delas provenientes do Governo Federal.

Eu fico a imaginar se, naquela época, acontecessem as coisas que estão acontecendo agora. O que fariam os farrapos em defesa da sua terra? De um lado, o Rio Grande, há muito tempo, vem lutando para crescer. Foi uma guerra – e eu fui presidente da Comissão – para conseguir que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma usina de aços planos, a Aços Finos Piratini, uma usina de aços especiais. Foi uma guerra para que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma unidade da Petrobras – a Refinaria Alberto Pasqualini. Foi uma luta tremenda para que o Rio Grande do Sul tivesse um pólo petroquímico.

Todos os investimentos destinados ao Rio Grande do Sul tinham o Poder Federal contra. E o argumento era que o Rio Grande do Sul estava muito longe, estava lá na fronteira com Argentina, e que o Rio Grande não tinha petróleo, não tinha gás, não tinha minério.

Lembro-me de que eu, presidente das três Comissões Especiais – a da Usina de Aços Finos Piratini, a da Refinaria Alberto Pasqualini e a do 3º Pólo Petroquímico –, embora líder e presidente do MDB, partido de oposição, dizia aos ministros

da ditadura da época: pena que os senhores não são ministros no Japão, pena que os senhores não tenham nascido no Japão. Se vocês fossem japoneses e ministros no Japão, o Japão seria até hoje um conjunto de ilhas vulcânicas, e não esse país fantástico que cresce a cada dia. O Japão não tem minério, o Japão não tem petróleo, o Japão não tem matéria-prima e, no entanto, é essa economia fantástica. Os senhores querem nos reduzir a uma posição secundária de produtores de matéria-prima, o que nós não aceitamos. Luta difícil!

Hoje, o Rio Grande do Sul, como vários Estados, tem uma dívida com a União que federalizou, diga-se de passagem, no Governo anterior, todas as dívidas dos Estados. Só que essa dívida, hoje, tornou-se praticamente impagável, pois é uma importância que chega a ser de 18% do orçamento do Rio Grande do Sul.

Quando o Rigotto assumiu o Governo do Estado, negociou e, conversando com o ministro da Fazenda e com autoridades brasileiras, foi ao exterior e conseguiu que o Banco Mundial assumisse essa dívida. O Rio Grande, em vez de pagar 18%, pagaria a metade disso, ganharia uma importância espetacular de cerca de R\$600 milhões anuais que poderiam ser aplicados em sua economia.

Resolvida a questão – e já mostrei isso nesta Casa –, o Banco Mundial, por intermédio de uma carta de seu diretor, enviou à Secretaria do Tesouro a comunicação e o pedido para buscar a competente autorização, necessária para a realização do empréstimo. O Governador Rigotto, o Secretário Caçapava, os três senadores, a bancada insistiram junto ao Governo Lula e aos ministros para que essa carta, essa autorização saísse e a questão fosse resolvida. Não houve jeito. O tempo passou, passou e não houve jeito.

Agora, às vésperas da campanha, alguém do PT, no Rio Grande do Sul, levanta a tese de que é um erro absurdo o Estado estar pagando essa importância de juros para a União e que deve tentar negociar com um banco de fora um juro inferior. E o Presidente Lula, em campanha política, estando no Rio Grande do Sul, respondeu que a tese era absoluta-

mente viável e compreensível e que ele estava totalmente de acordo.

Escrevi uma carta ao Presidente Lula, li-a na tribuna e a enviei a Sua Excelência, dizendo que estava muito satisfeito em saber que Sua Excelência era favorável àquele desejo do Governo do Rio Grande do Sul de trocar a dívida do Estado pelo empréstimo com o Banco Mundial. E se Sua Excelência era favorável, era muito simples: bastava dar um telefonema à Secretaria do Tesouro e determinar: “Faça-se”.

É claro que não houve resposta. Mas no Rio Grande do Sul continuam a cobrar: “Não, vamos chegar lá; e, se o Olívio ganhar o Governo do Estado, vamos resolver o problema dessa dívida do Estado”.

Aí parece que se estabelece uma chantagem política. Aí fica uma situação muito difícil, principalmente porque o cidadão foi três anos e meio ministro e podia, como os outros ministros provenientes do Rio Grande do Sul, ter ajudado para que isso acontecesse. Pelo contrário, parece que a frase era “não mexa, deixe como está. Por que vamos permitir que o Governo do PMDB do Rio Grande do Sul tenha mais R\$600 milhões para aplicar em investimento?”

Isso não é maneira de fazer política! Aprovamos o projeto nesta Casa. Aliás, recebi apoio das bancadas de praticamente todos os Estados quando mostrei o projeto em que o Rio Grande do Sul, tido como um Estado rico e poderoso, tinha algumas áreas que não poderiam continuar como estavam. Havia um empobrecimento dramático e cruel exatamente na zona mais linda, onde ocorreu a Revolução Farroupilha e nasceu o Rio Grande – a fronteira Oeste e a Zona Sul, Bagé, Pelotas, Rio Grande, São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Livramento. Toda aquela região passa hoje por grandes dificuldades.

E nós nos encontramos numa posição difícil. Conseguimos aprovar no Senado um projeto de minha autoria, quando se tratou da matéria, permitindo que aquela região do Rio Grande do Sul fosse identificada à região do Nordeste no sentido de que pudesse receber empresas novas com estímulos do Governo Federal. O projeto foi recebido como um sopro de liberdade,

de novidade e futuro de grandiosidade. Conseguimos aprová-lo no Senado e, mesmo sendo muito difícil, também na Câmara dos Deputados. No entanto, o Presidente Lula o vetou.

Tratava-se de um projeto singelo, cuja ação era por tempo determinado. Sempre disse que não queríamos que ele durasse o tempo todo, mas apenas o tempo necessário para reimpulsionar aquela região para que ela volte a ter condições de crescer e de se desenvolver.

O Rio Grande do Sul, repito, construiu a Aços Finos Piratini. O Governo Federal deixou, mas não foi ele que construiu a usina de aço; foi o Governo do Rio Grande do Sul, com seu dinheiro. O Rio Grande do Sul construiu o Pólo Petroquímico, mas, para que pudesse sair, porque havia uma discussão se saía ou não saía, o Governo do Estado gastou US\$300 milhões nas obras de infra-estrutura, principalmente no tratamento dos poluentes, considerado até hoje o mais moderno do mundo. E o Dr. Fernando Henrique Cardoso resolveu privatizar o Pólo – num dos absurdos do Dr. Fernando Henrique, ele fez isso – e privatizou a Aços Finos Piratini.

Eu, em nome do Rio Grande do Sul, entrei com um projeto nesta Casa. O Governo do Estado construiu o início do Pólo, construiu a Aços Finos Piratini e entregou-os, de graça, para o Governo Federal levá-los adiante, sem nenhuma indenização, sem pedir nada. Mas no momento em que o Governo Federal privatizou-os, entramos com um projeto dizendo que o Rio Grande do Sul tinha o direito de receber de volta o dinheiro que havia aplicado.

O Senado aprovou o projeto por unanimidade, e o Governo vetou-o por inteiro.

No Governo Sarney, eu era Governador do Rio Grande do Sul. O Presidente Sarney viveu um governo difícil: a morte do Dr. Tancredo e inúmeros outros problemas. Para conseguir fazer alguma coisa em termos de obras federais no Estado, tive de aplicar o dinheiro do Governo do Rio Grande do Sul. Então, fiz um acordo com o Presidente Sarney e com o Ministro dos Transportes, por escrito, assinado em palácio: construiríamos centenas de quilômetros de estradas federais, com

a autorização do Governo Federal, que se responsabilizaria a, no futuro, devolver-nos aquela quantia. Isso foi feito, as estradas foram construídas.

O tempo passou e, quando se concluiu o projeto e provado estava que se deveria receber o dinheiro, o Governo Lula disse que não; disse que não e não.

Quando eu era governador, o PT promoveu praticamente uma convulsão social. Deputados novos, de primeiro mandato, queriam mostrar presença e fizeram uma rebelião. Estávamos às vésperas de ver, de um lado, os sem-terra invadirem grandes propriedades e, de outro, os proprietários se defenderem. Vamos para um caminho que eu não sabia aonde iria dar.

Falei com o Presidente Sarney, mas não havia dinheiro. Fui o único governador no Brasil, que eu conheça, que, com o dinheiro do Governo, comprei terra a vista. É verdade que comprei terra a vista chorando no preço – um preço bastante razoável porque era pagamento a vista. E o fiz com o compromisso, assinado pelo ministro da Reforma Agrária e pelo Presidente Sarney, de que aquele dinheiro não seria devolvido ao Rio Grande do Sul e que o Rio Grande do Sul, com aquele dinheiro, faria um fundo. Os recursos não voltariam para o Tesouro do Estado, mas passariam a constituir um fundo pelo qual se continuaria a prover dinheiro para comprar terras.

O projeto, aprovado aqui no Congresso Nacional por unanimidade, foi vetado pelo Dr. Lula.

Esse é o tratamento que o Rio Grande do Sul tem tido deste Governo. Eu digo isso neste dia 20 de setembro, dia de homenagem aos farrapos da Revolução Farroupilha, para mostrar que, de certa forma, a nossa luta continua. A luta por um Estado independente, forte, autônomo continua e continuará pelo tempo que for necessário.

As agressões de alguns candidatos lá no Rio Grande, nessa campanha – estranho, porque tenho um carinho tão grande aqui no Congresso e um carinho tão grande do povo do Rio Grande do Sul –, eu não consigo entender. Do candidato do PT, por exemplo, não consigo entender. Ele não fala da

situação brasileira, não fala em nada do que está acontecendo. "O que está acontecendo de mal no Brasil tem uma culpa. O Senador Pedro Simon, nesses anos todos, foi muito fraco, não fez nada pelo Rio Grande. É um senador incompetente e incapaz. Diga uma coisa que ele fez pelo Rio Grande do Sul!" Essa é a campanha do meu adversário.

Eu disse, ontem, quando estivemos num debate que terminou à 1 hora da madrugada, que viria aqui hoje. Viria para lembrar a Revolução Farroupilha, mas viria também porque não poderia deixar de falar, neste momento e nesta hora, sobre o que está acontecendo. Como é fantástico a sociedade brasileira se manter da forma como se está mantendo!

Hoje de manhã, mesmo com o compromisso de ter *quorum* no Conselho de Ética para uma decisão importante, não houve *quorum*, e ficou por isso mesmo. O Senado deveria ter decidido se as votações de cassação seriam feitas em voto aberto e não secreto, como é agora... Ficou por isso mesmo. E, agora, quando menos se espera, vemos, primeiro, o caso do grampo no telefone do presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de mais alguns colegas seus. É claro que sabemos que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral é uma figura que não digo controvertida, porque para mim não é controvertida, é uma figura brilhante, extraordinária. É uma figura que tem voz, que tem autoridade, que fala, e às vezes fala coisas de que não gostamos, quando diz, por exemplo, que o Brasil é um País de faz-de-conta. É, parece que fazemos de conta. Mas abrir, como se abriu ontem, o levantamento de uma denúncia feita pelo PSDB e pelo PFL, para investigação do Presidente da República, que é convocado, e do ministro da Justiça, a vinte dias das eleições! Meu Deus, aonde vamos chegar?

E é a Oposição que está fazendo isso, é a Oposição que criou esse fato? Ele veio ao jornal pela Polícia Federal, pela imprensa; ele veio ao jornal quando a revista *Época* disse que foi procurada por pessoas que queriam vender um dossiê contra líderes de oposição.

E, mais uma vez, o homem envolvido está no Palácio, é amigo do Presidente. Não sei, mas o Presidente Lula deveria fazer... Não sou dessas histórias, pelo amor de Deus, sou cristão, mas, mesmo no cristianismo, às vezes, tem-se de expulsar o que há em volta de uma pessoa e que está fazendo mal.

Olha, Presidente, como Vossa Excelência andou mal-acompanhado esse tempo todo! E o pior é que as pessoas que lhe faziam boa companhia estão saindo, como o Frei Betto, que disse que não podia mais agüentar, que não dava para ficar.

Na reunião do grupo católico em que ele comunicou isso, eu lhe disse: "Mas você não podia sair, deveria ter ficado, porque num país onde as pessoas boas como V. S^a, que podem influenciar para o bem, saem, ficam as outras que influenciam para o mal". E ele respondeu: "Mas há momento em que sabemos que não dá mais para ficar. Não havia mais ambiente para ficar".

Ora, quantas pessoas... Eu gostaria que este grande nome, que é o nosso Suplicy, lembrasse aqui os grandes nomes da política, da economia, da cultura, que foram os heróis do PT e que, hoje, estão afastados. Quantos nomes que foram os que construíram a história do PT! Porque dessa turma de vigaristas que tem aparecido aí, de amigos do Lula que estão aí, nunca ouvimos falar, são pessoas que apareceram na campanha. Toda corrupção no Brasil começa na campanha – essa experiência nós temos. É na campanha que começa toda corrupção: a do Lula, a do Collor e qualquer uma outra.

Mas os homens, os outros, estão saindo. Tenho procurado telefonar, Presidente, para esses líderes do PT que se afastaram e que eram e que são meus amigos: "Escuta aqui, tu não achas que cometeu um erro em sair? Tu não achas que devias ter ficado lá?" Um agora é candidato a governador de São Paulo. "Tu não achas que devias ficar lá?" "Não dava, Senador Simon, eu fiquei até o último momento que eu achei que dava para fazer alguma coisa. Em determinado momento, quando tu sabes que é mal recebido, que as tuas palavras não

são nem interpretadas, nem analisadas, mas são recebidas com deboche por parte do Governo...”

Eu vim de Brasília a Porto Alegre, especificamente, para ouvir o parecer de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a está me concedendo um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, o aparte é seu.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, como é bom e reconfortante ouvi-lo e vê-lo na tribuna deste Senado. Como V. Ex^a engrandece esta Casa, como V. Ex^a verbaliza a indignação sincera de grande parte do povo brasileiro, porque V. Ex^a está hoje na tribuna verberando o Governo e o Presidente Lula, como estaria se o Presidente fosse Fernando Henrique Cardoso, como estaria se o Presidente fosse do PMDB. E tenho certeza de que eu faria o mesmo se o Presidente fosse do PDT. V. Ex^a não é do país do faz-de-conta, V. Ex^a não faz de conta que é ético, V. Ex^a não finge indignação se a bandidagem for dos seus adversários e não silencia ou compactua se a bandidagem for dos seus correligionários. V. Ex^a é realmente uma figura excepcional. Meus parabéns! Tenho grande orgulho de ser seu colega neste Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A Folha de S. Paulo publicou uma foto enorme, em Belém do Pará, do Lula, do Jader e de mais quatro figuras, três do meu Partido, todas processadas no Supremo. O Sr. Jader está para ser julgado – não sei por que o Supremo não julga. A denúncia foi apresentada pelo Procurador-Geral e foi aceita no Supremo.

Outro dia, o Presidente Lula falou – o que é uma barbáridade! – que o Senado e o Congresso estão abusando das imunidades. Não, não estão abusando. O projeto teve origem em iniciativa de nossa autoria. Hoje, não precisamos mais dar autorização; não precisamos autorizar ninguém a processar Senador e Deputado. Podem fazer o que bem entenderem!

Estão sendo processados? Mas o processo está na gaveta. Um é o Jader, o outro é um senador também do Pará, também do PMDB; outro é um deputado do PT que esteve envolvido com o mensalão; há também uma senadora que está comprometida.

Diz a manchete, com palavras do nosso querido Presidente Lula: "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil". Meu Deus do céu! Onde é que nós estamos, Dr. Lula? "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil." Ele é o único que não está sendo processado. Agora, não está sendo processado, mas quem está sendo chamado para depor no Supremo Tribunal Federal é ele, Lula.

Hoje, são todas essas figuras. A aula de sociologia foi ampliada, porque até o Presidente Lula está sendo convocado pelo Supremo.

Não é possível!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Fui visitar o Senador Jefferson em seu gabinete e perguntei-lhe: "Eu vim aqui e cadê o negócio?" "Pois é! Garantiram-me que haveria *quorum*, mas não houve". O Senador Jefferson tem uma pureza! Apesar de eu ser cristão, ser franciscano, não chego até ele. Perguntei: "Quer dizer que não apresentou o parecer?" "Não, não havia *quorum*".

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, vamos lá!

"Não, não havia *quorum*". "Mas, Jefferson, não havia *quorum*? Mas, se tu apresentas o teu parecer, o Brasil inteiro vai ficar sabendo." "Mas isso seria uma indelicadeza com os colegas."

Vejam a beleza e a grandeza do espírito do Senador Jefferson: "Mas eu estaria cometendo uma indelicadeza"! Numa hora como essa, em que os parlamentares não compareceram, e o assunto era da maior importância, ele seguiu as mínimas

letras de um comportamento ético perfeito. Alguém podia condená-lo se ele dissesse: “Bom, não veio ninguém. Era para ser hoje. Entrego para a imprensa”.

Nem eu lhe pedi. Estive em seu gabinete, falei e não lhe pedi, nem toquei no assunto, até porque V. Ex^a, provavelmente, não teria dado. Mas não pedi.

Pois não, Senador. Concedo-lhe um aparte

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, quero externar, mais uma vez, a minha afinidade com a sua história e com as suas atitudes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer uma coisa a V. Ex^a: O *Estadão* fez uma matéria exagerada e injusta com relação a mim, mas, com relação a V. Ex^a, assino embaixo. Foi uma matéria linda e que espelha realmente o que é V. Ex^a. Sinceramente, meus cumprimentos. Não estava em boa companhia, mas V. Ex^a merece.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que tenho estima e expressei meu apoio a um dos seus adversários, o candidato ao Senado Miguel Rossetto, que foi Ministro do Desenvolvimento Agrário. Mas ele sabe também da estima e do respeito que tenho por V. Ex^a. Há poucos dias, participei de dois debates com a candidata Alda Marco Antonio, do seu Partido, o PMDB, ao Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gosto dela, sabia?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ela, então, ressaltou o quão importante é que o povo de São Paulo eleja também uma mulher, como há aqui a Senadora Ideli Salvatti e outras que dignificam o povo da sua terra. No debate, eu lhe disse que também há homens que dignificam o Senado, como o Senador Pedro Simon. Senti-me bem ao seu lado, e houve, na oportunidade, a citação do Senador Jefferson Péres na matéria. Felizmente, há um reconhecimento no Rio Grande do Sul e em São Paulo do vigor da sua atuação, pela maneira como V. Ex^a aqui expressa seus sentimentos, os sentimentos de quem sempre deseja saber e dizer a verdade. V. Ex^a também solicita de cada pessoa, tanto do Poder Executivo quan-

to do Parlamento, que tenha procedimentos os mais éticos. Quando V. Ex^a recordava alguns diálogos que teve ora com o Presidente Lula, ora com amigos do Presidente Lula, como o Frei Betto, lembrei-me de uma citação que considero tão importante e que está contida no livro do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, que dei ao Presidente Lula no início do seu Governo. O livro se chama *Desenvolvimento como Liberdade*. Nesse livro, Senador Pedro Simon, há uma referência de como é importante para um governante, para um chefe de uma organização comportar-se para prevenir problemas. Ele menciona os autores do Hui-Nan Tzu, inscrito nas pedras da China antiga, em 122 a.C. Vou ler a citação, e V. Ex^a saberá muito bem por que ela é relevante para o que há pouco disse: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja..

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para não perder o raciocínio, vou precisar repetir. Peço a sua atenção: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja. Da mesma maneira, se o dirigente for sincero e íntegro, funcionários honestos servirão em seu governo, e os velhacos se esconderão. Mas se o dirigente não for íntegro, os perversos farão como querem, e os homens leais se afastarão”. Senador Pedro Simon, quero dizer com toda a amizade que tenho pelo Presidente Lula: em razão de fatos como os que ocorreram em alguns momentos – e, agora, de novo –, é muito importante que ele tenha uma atitude segundo o que disse em Nova Iorque: “Vamos procurar esclarecer inteiramente os episódios, com o maior rigor, do a quem doer”. Vamos deixar claro isso e responsabilizar quem porventura agir de maneira a prejudicá-lo e a prejudicar, inclusive, o Senador Aloizio Mercadante, candidato em quem tenho a maior confiança, meu parceiro nas eleições em São Paulo. É importante que todos tomemos uma atitude a fim de colaborar para desvendar inteiramente esses tristes episódios. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e digo o seguinte: houve apenas um momento, desde que esses fatos aconteceram, em que inclusive vim a esta tribuna prestar homenagens: foi quando o então Ministro da Educação Tarso Genro, que, diga-se de passagem, estava fazendo um trabalho muito bom no Ministério da Educação, renunciou a sua Pasta, assumiu a Presidência do PT e lançou a sua proposta para o Partido: “Temos de refundar o PT. Não nos interessa a decisão da Comissão de Ética, da CPI, da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República ou do Supremo Tribunal Federal. Devemos ter a nossa comissão de ética. O problema é nosso, do PT. Precisamos nos reunir com o nosso Partido, com a nossa tradição, com a nossa história, com a nossa biografia, observar as coisas que aconteceram e ver o que vamos fazer, punindo quem tem que ser punido, doando em quem doar, nem que se tenha que renovar o PT”.

Vim a esta tribuna e o endeusei, mas o Lula cedeu àquelles que não queriam o Tarso com essas idéias. E ele não foi escolhido presidente. O presidente é esse que está aí, agora comprometido novamente.

A questão é esta: até quando o Lula vai permanecer nessa posição?

Tudo começou quando denunciámos o Waldomiro, que não foi demitido. Ele pediu demissão. Agora, no último caso, o cidadão que trabalhava com ele, no Palácio, também pediu demissão. Não foi demitido.

A pergunta é uma só: há uma palavra de esperança de que o Governo do Lula será diferente? Estando nos palanques, com a equipe do PT, o Sr. Jader, de um lado, e o Sr. Suassuna, de outro, o que vai ser o Governo do Lula no segundo mandato? No primeiro Governo, ele tinha o Brasil do seu lado e o respeito do Congresso. No segundo, em 1^o de janeiro, terá que começar a prestar contas. É capaz de, nessa data, quando vier para cá, ele ainda estar respondendo, perante o Tribunal Superior Eleitoral, à investigação que começou agora, porque ele está sendo comunicado lá em Nova Iorque. Mas qual é o ato, qual é a ação, qual é a movimentação, qual é a expecta-

tiva que esse Governo dirá ter para essa sociedade que está aí, estarecida, não sabendo o que vai fazer?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, quero expressar a minha confiança de que o Presidente Ricardo Berzoini, que esteve com o Presidente no final da manhã de hoje, esclarecerá, ainda nesta tarde, todos os pontos, tornando claro tudo o que, efetivamente, aconteceu. Nós, do Partido dos Trabalhadores, precisamos contribuir para o esclarecimento desses episódios, assim como da questão do dossiê sobre os ex-Ministros José Serra e Barjas Negri. Essa é a minha expectativa, porque conheço bem o ex-Ministro José Serra, que foi nosso colega no Senado. Por tudo aquilo que ele sempre defendeu, acredito que será o primeiro interessado em contribuir para esclarecer por que houve aquilo durante o tempo em que era ministro. Que ele explique por que aconteceram aquelas comemorações mostradas no dossiê e por que aqueles deputados, hoje envolvidos no caso dos sanguessugas, estavam ali, como que fazendo uma festa. Como houve aquilo? Que grau de conhecimento ele tinha?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acredito que o Presidente Ricardo Berzoini, ainda hoje, esclarecerá inteiramente esses fatos. Também é próprio que a Nação brasileira espere que José Serra e o atual Prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, com quem sempre tive uma relação de maior respeito e seriedade, manifestem-se a respeito. Sempre ouvi de José Serra e Barjas Negri palavras na defesa do interesse público, mas, numa situação como essa, eu me sentiria na responsabilidade de logo esclarecê-la. E que tudo seja esclarecido antes de 1º de outubro. Faltam 11 dias para as eleições e é importante que o povo brasileiro tenha essas coisas esclarecidas o quanto antes. Essa é a nossa responsabilidade. Que a Polícia Federal, a Justiça, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público estejam averiguando os fatos, muito bem, mas o que é de responsabilidade nossa, eu, como candidato ao Senado envolvido nesses episódios, em São Paulo, sinto-me na responsabilidade de esclarecer. Conversei com o Senador Aloizio Mercadante e tenho plena confiança de que ele jamais teria

admitido a compra de dossiê, da forma como foi descrita pela imprensa nestes dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente. Ainda haverá tempo de voltar. Talvez, quando V. Ex^a estiver mais calmo ou outro presidente mais tranqüilo, eu volte para continuar o debate dessa tese.

O Brasil está com uma interrogação, perguntando o que vai acontecer. A 12 dias de uma eleição, o Presidente da República, em Nova Iorque, é interpelado. O que vai acontecer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza, Sr. Presidente.

Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, começo meu pronunciamento de hoje com uma singela pergunta: pode um professor de Economia, residente numa nação periférica, com uma idéia muito simples, criar, em poucos anos, a mais formidável fórmula para eliminar a pobreza?

A resposta é sim.

Venho a esta tribuna para falar um pouco da vida de Muhammad Yunus, o brilhante professor de Economia de Bangladesh, conhecido no mundo inteiro como o Banqueiro dos Pobres, cidadão que recentemente foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, numa das premiações mais certas dos últimos anos.

Aliás, parece paradoxal essa surpreendente decisão da Academia Sueca, que resolveu, com imensa sabedoria, contemplar, pela primeira vez, um banqueiro com o Nobel da Paz.

Terceiro filho de uma família de 14 irmãos, Muhammad Yunus nasceu em 1940. Depois de estudos brilhantes, ele recebeu uma bolsa de estudos para se graduar nos Estados Unidos. Lá se tornou professor de Economia. Três anos depois de ter voltado a Bangladesh – nação criada em 1971 com a divisão do Paquistão –, uma terrível epidemia de fome acometeu aquele país. Esse evento acabaria mudando a visão de mundo de Yunus e também a sua vida.

Certa vez, quando perguntaram a Yunus como tivera a idéia de emprestar dinheiro às pessoas, fato que o acabou

levando a fundar um banco para atendimento exclusivo de pobres, ele respondeu:

Eu não tinha qualquer intenção de criar um banco. Foram as circunstâncias que me levaram a isso. Eu lecionava Economia na Universidade nos anos posteriores à independência do Bangladesh. O país passava por muitas dificuldades. Em 1974, enfrentamos um terrível período de fome. Eu via pessoas morrendo de fome nas ruas e estava frustrado, sem saber o que fazer para ajudar. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento econômico que eu ensinava não contribuíam para resolver aquele problema. Pensei que era preciso ser útil. Assim, fui à aldeia mais próxima do campus universitário visitar os pobres. Vi como as pessoas sofriam, como estavam dependentes dos usurários que lhes emprestavam dinheiro, quase sempre montantes muito pequenos. Por que não fazer uma lista destas pessoas e tentar ajudá-las? Com a colaboração de alguns alunos, fizemos uma lista de 42 pessoas e chegamos à conclusão que o total de dinheiro necessário era de 27 dólares! Meu Deus! Nós andávamos a falar de milhões e milhões de dólares para investir e desenvolver a economia do país e, no entanto, havia pessoas que precisavam de uns poucos dólares. Decidi, naquele momento, que os pobres iriam se tornar meus professores.

Muhammad Yunus descobriu, naquela época, que a grande maioria dos pobres era incapaz de conseguir empréstimo nos bancos tradicionais. Para esses bancos, pobres são inadimplentes potenciais. Além disso, gastariam o dinheiro do financiamento na compra de alimentos. Não valia a pena emprestar quantias irrisórias, não seria rentável. E, no final das contas, pobres não teriam garantia para dar em troca dos empréstimos.

Segundo Yunus, recusar o acesso ao crédito é a fonte de todas as exclusões porque a pobreza é raramente criada por problemas pessoais, preguiça ou falta de inteligência, mas sim pelo custo proibitivo do capital.

O que falta basicamente para que uma pessoa tenha acesso a um pequeno capital são taxas de juros justas e um prazo de resgate maior que o tradicional.

Só com um pequeno investimento, segundo Yunus, os pobres poderão entrar verdadeiramente num ciclo econômico que lhe garantirá a criação de sua própria fonte de renda.

Esse sistema de microempréstimo, inicialmente, ajudou a financiar os projetos de 42 mulheres dentro das áreas mais pobres do vilarejo. No prazo fixado, o banqueiro foi integralmente reembolsado. A experiência inicial, portanto, foi um sucesso.

Disse Yunus: "As mulheres queriam antes de tudo me reembolsar para me provar que mereciam a minha confiança. Seus olhares de reconhecimento e a sua pontualidade decuplicaram a minha vontade de expandir a experiência".

É importante ressaltar que, num primeiro momento, o professor Yunus tentou convencer bancos locais e membros do Governo a ajudá-lo nesta empreitada. Mas as respostas eram sempre as mesmas: Pobres são inadimplentes. Não oferecem nenhuma garantia, caso não reembolsem o empréstimo. É arriscado demais! Não vai funcionar.

Depois de alguns anos em que inutilmente tentou convencer os céticos, Yunus decidiu deixar seu cargo de professor e criar sua própria empresa: Grameen Bank. Criada em 1978, em apenas um vilarejo, a empresa expandiu rapidamente suas atividades. Hoje, passados vinte e seis anos, os resultados são capazes de convencer até mesmo os mais descrentes. O banco se tornou uma verdadeira instituição daquele país. Está presente em milhares de vilarejos, já emprestou mais de 16 bilhões de reais para 12 milhões de clientes, sendo 96% mulheres.

Um dado interessante é que essa experiência provou que as mulheres são mais responsáveis e sérias do que os homens. A taxa de pagamento, que tanto preocupava os banqueiros tradicionais, é de 98,9%. Ou seja, é muito superior a dos bancos comerciais.

O sistema funciona assim: as clientes estão organizadas em grupos de cinco pessoas, e cada uma das devedoras é responsável perante as quatro outras integrantes do grupo e pode pedir ajuda caso esteja com um problema. O Grameen Bank não pede para elas que assinem um contrato, não processa ninguém em caso de inadimplência e não exige nenhuma garantia.

O banco idealizado por Muhammad Yunus tem hoje mais de 12 mil funcionários. É uma verdadeira empresa que paga os mesmos salários que os bancos tradicionais. Segundo Yunus, o banco não tem como objetivo ganhar dinheiro. Os 2,4 milhões de clientes são os donos do banco. O lucro é sempre marginal, depois de pagos todos os custos e feitos os novos investimentos.

Atualmente, esse modelo é aplicado em mais de 57 países ao redor do mundo. O microcrédito ajuda mais de 55 milhões de famílias, sendo 27 milhões na faixa da população que tem menos de 1 dólar por dia para sobreviver. Segundo estudos, graças ao microcrédito, três de quatro devedores conseguem sair da extrema pobreza de maneira definitiva.

Dono de um verdadeiro império, o professor Muhammad Yunus não mudou de estilo de vida. Ele vive com sua esposa e sua filha em um pequeno apartamento de dois quartos em Dacca, capital de Bangladesh.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao entrevistar Muhammad Yunus, o jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, perguntou-lhe que conselhos ele daria ao Brasil sobre microcrédito. Disse Yunus: "Eu diria que os programas de microcrédito precisam se focar em atender aos muito pobres. Se os muito pobres não forem incluídos desde o início, estarão excluídos mais à frente, e o objetivo do micro-crédito, de reduzir a pobreza, fracassará. Eu sugeriria que priorizassem a qualidade à quantidade".

O jornal *Zero Hora* também perguntou a Yunus qual seria o impacto do Grameen Bank na vida Bangladesh. Ele respondeu que vários estudos mostram que a mortalidade infantil caiu, o controle de natalidade começou a dar resultados, a saúde

pública melhorou, as crianças tiveram mais acesso à educação e as mulheres têm ganho maior participação em atividades sociais e políticas no país, que é bastante machista.

Zero Hora também quis saber de Yunus sobre suas perspectivas para o futuro do banco. Respondeu ele:

“Tenho 63 anos. Quero melhorar a qualidade de vida de quem recorre ao banco. Nos últimos anos, criamos bolsas de estudo para os filhos de pessoas que tomaram empréstimos conosco. Muitos estão cursando escolas profissionalizantes. No futuro, eles vão ajudar as suas famílias. O Grameen emprestou dinheiro a 30 mil pessoas para que comprassem telefones celulares e oferecessem serviços de telecomunicação. Estas “mulheres-telefonistas” têm lucros com esses telefones, ao mesmo tempo em que oferecem aos moradores uma ligação com o “mundo exterior”, antes inimaginável. Também levamos serviços de internet às vilas.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a idéia do “Banco do Povo” não é nova. Foi proposta pelo pensador Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), em dois ensaios publicados em 1835 e intitulados “Memória sobre a pobreza” e “Segundo artigo sobre a pobreza”. A finalidade desses estudos era discutir como estruturar a sociedade moderna, aglutinando os cidadãos desunidos. A pobreza, considerava Tocqueville, era uma espécie de doença social surgida nos países que experimentaram o enriquecimento capitalista. A pobreza, dizia o pensador francês, só se tornou visível onde havia para se contrapor a ela um pano de fundo de riqueza e bem-estar.

Esse problema era mais visível, na época, na Inglaterra, onde um sexto da população engrossava as fileiras do proletariado urbano, contrastando a sua pobreza com o bem-estar da maioria. Tocqueville se indagava como integrar essa parcela de pobres na sociedade a fim de que pudesse gozar das benesses do progresso. Tocqueville partia da definição moral do princípio da beneficência. Dizia ele:

“Creio que a beneficência deve ser uma virtude máscula e fundada racionalmente, não um gosto frágil e irrefletido; que

não se deve fazer o bem que mais agrada àquele que o faz, mas o mais verdadeiramente útil àquele que o recebe; não aquele que alivia de forma mais completa as misérias de alguns, mas aquele que serve ao bem-estar do maior número.”

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeisen. A região passou por um rigoroso inverno que levou os fazendeiros locais a contraírem dívidas e ficarem na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec criou as Caisses Populaires, que, com a ajuda de 12 amigos, reuniram o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às Caisses Populaires cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “fundos de ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente U\$1,00 destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Provavelmente, entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas devem ter ocorrido ao redor do planeta com características de microcrédito, porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhammad Yunus.

A experiência do Grameen gerou a revolução do microcrédito no mundo, onde hoje existem programas nele espelhados

em sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como Canadá, França e Estados Unidos.

Normalmente, as instituições que operam com micro-crédito, como ONG, OSCIP e Bancos do Povo, emprestam dinheiro para negócios já existentes com mais de seis meses de existência.

Exatamente neste espírito, apresentei, em dezembro de 2003, o PLS nº 505 – Complementar, que institui o crédito para os microempreendedores. Minha sugestão de proposição se baseou nestas várias experiências já realizadas no Brasil e Bangladesh – com o Banco do Povo.

Especificamente, inspirei-me nas propostas e nos programas realizados pela prefeitura de Porto Alegre, Governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, mais as lições do Banco do Povo de Bangladesh, do Sr. Yunus.

Sr. Presidente, encerro dando os meus parabéns à Academia Sueca e, mais ainda, muitos parabéns e meus votos de longa e profícua vida a esse benemérito cidadão, agora também do mundo, esse iluminador, Sr. Muhammad Yunus.

Lembro, por fim que, grande otimista, Muhammad Yunus acha que outros homens como ele, empreendedores, vão trazer soluções simples e criativas para vencer os grandes desafios planetários. Segundo ele, projetos gigantescos não são suficientes: porque é preciso antes de tudo preocupar-se com o primeiro elo da cadeia: o ser humano.

Muito obrigado.

Atuação parlamentar de Ramez Tebet

Sr. Presidente, é com muito carinho que agradeço a gentileza de V. Ex^ª, que, mais que um colega, é um irmão. V. Ex^ª, eu e o companheiro Zambiasi estamos, de certa forma, fazendo algo que as pessoas até têm dificuldade de entender: como pessoas podem deixar de lado as suas peculiaridades para praticamente serem um Senador em três?

Considero o Senador Ramez Tebet uma das pessoas mais corretas, mais puras, mais dignas que conheci na vida pública. Cada político tem suas qualidades, e boas qualidades, alguns de nós têm as suas deficiências, mas há alguns que, eu diria, se sobrepõem, estão acima, são como faróis ambulantes que, estejam onde estiverem, de noite ou de dia, na sua terra ou no outro extremo, são baliza, são orientação, são estímulo. O Ramez Tebet é um desses homens.

Nesta Casa, é impressionante como o Tebet esteve presente, e está presente, em todos os momentos difíceis, em todos os momentos complicados. É impressionante! Pela amizade e pela intimidade que tenho com ele, eu não me lembro de nenhum problema que tenha acontecido neste plenário em que o Tebet, independente de dar um aparte, independente de qualquer outra coisa, não tenha ido ao gabinete do Senador e conversado com ele, estimulando o colega, confraternizando-se, procurando ver quem ele é, quais são os problemas e como ele poderia ajudar. Eu vi isso muitas vezes.

Eu ouvi muitos apartes do Tebet na hora em que os companheiros estão na tribuna, vivendo momentos duros, principalmente nessa época em que a imprensa judiou muito

de nós, algumas vezes merecidamente, mas muitas vezes injustamente. O Ramez Tebet, com sua palavra de equilíbrio e de bom senso, confortava. Quantas vezes eu vi a pessoa que falou, que recebeu trinta apertes de solidariedade, descer da tribuna e ir abraçar o Tebet, porque o Tebet é que tinha dado o aparte de conforto que tinha chegado ao fundo do seu coração.

Ramez Tebet está doente, de uma doença que o persegue há muito tempo, mas ele está dando lições fantásticas de coragem. O Tebet, desconsiderando os médicos, saiu do Instituto, botou sua roupa e veio para Brasília, porque aqui tinha uma crise. E ocupou a tribuna – todos nós, angustiados, porque ele praticamente se arrastou para chegar à tribuna – para falar, para dizer aquilo que a sua sensibilidade dizia que ele deveria falar.

Mais de uma vez, lembro-me bem, foi a palavra do Tebet que trouxe o bom senso e o equilíbrio a esta Casa. Em meio a uma das várias, quase permanentes, eu diria, crises em que vive o meu Partido, foi a ida do Tebet para o Ministério, que ele nunca pensou, nunca sonhou, para a qual nunca movimentou uma palha, que unificou a Bancada e o Senado. Ele gabaritou o Ministério. Ele foi por isso. Não conheço outra pessoa que tenha ido para um Ministério não só sem querer, mas sem se preocupar, sem saber.

Estava ele no Ministério quando a Bancada passou por outra crise: a renúncia do Presidente do Senado. A solução foi trazer o Tebet, que estava no Ministério. Ele teve que vir, porque unia todos, durante aquela crise gravíssima que esta Casa atravessou.

Ele é o mesmo, no Governo de Mato Grosso do Sul, como Promotor e como Procurador. Aliás, falei várias vezes para ele: "Tebet, eu te identifico muito comigo. Sou um advogado do júri". Quando advoguei, durante muito tempo, minha especialidade era o tribunal do júri. Nunca acusei, não sabia acusar, não tinha condições de acusar. Um companheiro nosso foi assassinado brutalmente, covardemente, estupidamente, por um adversário. E, como eu era um advogado de júri con-

ceituado, a família queria que eu fizesse a peça de acusação. E até ficou magoada comigo. Eu disse: “Não sei acusar, não está em mim, não sei acusar”.

Cristo disse, quando queriam apedrejar a adúltera: “Quem acha que não tem culpa que atire a primeira pedra”. De certa forma, sinto-me assim, não me sinto em condições de acusar.

O júri é muito importante, é tão importante quanto a Medicina, querido amigo, Senador Mão Santa. V. Ex^a e o Senador Mozarildo Cavalcanti, quando estão operando, têm a vida em suas mãos. É uma vida humana que está ali, que os senhores salvam. Mas, na hora do júri, não é a vida humana, mas a vida moral, a vida digna, é o cidadão. Se o paciente morre na operação, a outra vida lhe dará a devida recompensa; mas, no júri, de certa forma, é pior, porque o réu não morre, é condenado, e toda a sociedade passa a olhá-lo como assassino. E eu não sei fazer isso.

Eu perguntava ao Tebet: “Como você conseguiu ser Procurador e Promotor?” Ele me disse: “Pedro, nunca fui Promotor ou Procurador de causas pessoais. Nunca quis atingir pessoas. Eu era defensor do Estado e defendia a sociedade. Defendia a organização da sociedade. Nunca me preocupei em fazer acusação, em entrar na vida das pessoas, em querer aprofundar-me nos defeitos das pessoas que estavam sob minha análise para denunciá-las ou não”.

No MDB, Tebet tem sido uma voz maravilhosa. Quantas vezes veio a esta tribuna! De quantas reuniões da Executiva do PMDB, por insistência nossa, ele participou, assim como das Convenções! Foi o Tebet, com seu bom senso, seu equilíbrio, que nos deu uma chance de não implodir, de nos tolerarmos.

O Tebet – nós erramos muito – há dez anos já devia ter sido o Presidente do PMDB. Se tivesse sido nosso Presidente, nessas crises permanentes que estamos vivendo, já teria encontrado solução, e não viveríamos o drama que continuamos vivendo.

Conheci na vida pública alguns Tebets – poucos, infelizmente –, mas, mesmo esses, com qualidades imensas, não posso dizer que eram homens completos que nem é o Tebet.

O Dr. Ulysses foi um homem fantástico, um herói: o herói da resistência, da garra, da luta, do destemor. É uma figura que, no futuro, quando este País começar a cultivar a sua história e a sua gente, esta gente terá vez: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Mário Covas.

Mas, se olharmos para o Ulysses, veremos que ele tinha um calcanhar-de-aquiles. Qual foi o calcanhar-de-aquiles do Ulysses? A ansiedade de ser Presidente. Se o Ulysses não tivesse essa ansiedade, em primeiro lugar, teria sido Presidente há muito tempo e o Brasil seria completamente diferente. Mas essa ansiedade complicou. Ele olhava com restrição o Leonel Brizola, o Miguel Arraes, o Teotônio Vilela, o Tancredo Neves, o Mário Covas, o Franco Montoro.

O Tebet nunca teve vaidade de nada. De nada! Nunca teve vaidade de nada! Candidato a Governador de Mato Grosso? “Não, Senador. O candidato é o que foi eleito agora. Ele é mais moço que eu; é a vez dele, não é a minha vez”. Candidato a Presidente do Partido? Nós lançamos seu nome para Presidente nacional do Partido. “Não, não é a minha vez, Pedro, eu não sou o homem para isso. Eu não tenho a garra de brigar, de lutar. Tem que ser alguém que tenha essa fibra que eu não tenho.”

Como ele se enganava! Ele tinha, sim. Então, se olhar para toda essa gente, se olhar para o Dr. Tancredo, homem fantástico, homem de uma grandeza! Nós ainda vamos estudar sua história, vamos vê-lo, com menos de 30 anos, Ministro da Justiça de Getúlio. Quando aquele Ministério, acovardado, e aqueles militares covardemente estavam depondo Getúlio, que concordava, naquela madrugada, na reunião ministerial, em se licenciar para que apurassem, o General Zenóbio da Costa, que já tinha se entregado aos golpistas, disse: “Não, mas não é licença; eles querem a demissão definitiva”. Tancredo, um juvenzinho, Ministro da Justiça, disse: “Presidente, me nomeie Ministro da Guerra, me nomeie Ministro da Guerra que eu

saio daqui e, em duas horas, prendo esses golpistas, e Vossa Excelência vai ver como não vai acontecer nada". Getúlio, já angustiado, querendo evitar uma guerra civil, não aceitou.

Tancredo era um grande homem, mas Tancredo tinha malícia. Era um político de competência, de capacidade, de sagacidade, de jogo de cintura. Isso o Tebet não é, porque o Tebet é um homem de coração limpo. Ainda há pouco, conversei com ele pelo telefone, e a expressão, que vem de longe, baixinha, é de amor, é de carinho, é de afeto. Tebet tem essa qualidade que o Tancredo não tinha. Encontrar alguém igual ao Tebet, que seja pureza... Todas as vezes em que nos reuníamos, se havia uma vítima... Como quando íamos cassar o Senador fulano de tal, que renunciou, e estávamos todos contra; na hora em que o Senador foi para a tribuna e confessou que tinha fraudado o painel, três dias depois de ter dito que não tinha fraudado. Toda vez que caía todo mundo em cima do homem, o Tebet dizia: "Não é bem assim, não é bem assim". E começava a fazer a defesa. Ele sempre tem uma palavra de fé.

Por isso, eu peço a Deus: Meu Deus, o Brasil vive horas tão difíceis, o Brasil vive uma hora de incerteza, o Brasil já não sabe o que está certo, o que está errado. As pesquisas mostram que a opinião pública, na hora de acompanhar uma novela, já torce pelo vilão! Não pode, meu Deus, numa hora como esta, nós não termos aqui, nestes próximos quatro anos, a contínua presença do Tebet.

Eu rogo a Deus, peço ao meu bom Deus, que tudo pode, tudo pode. É claro que os desígnios de Deus são muito maiores do que nós. Quem somos nós diante da natureza do mundo, do que existe após, para saber o que é e o que não é?

Mas eu digo: meu Deus, o Tebet é muito importante nesta hora. Ah, o Tebet! Se tu, meu Deus, que tantas vezes recomfortaste, deste mais tempo aos filhos teus, desses ao Tebet essa oportunidade, por nós...

Como ele me dizia, a sua senhora é uma santa. É uma pessoa fantástica, como os seus filhos. E o orgulho que ele tem de sua filha Prefeita? Ele estava me contando os exem-

plos que ela já deu com a sua maneira de agir: “Pedro, minha filha me falou que estava acontecendo isso, assim, assim, e perguntou o que eu pensava. Eu disse a minha opinião. Mais tarde, vi que ela fez, como Prefeita, tudo diferente do que eu havia dito. Eu tinha recomendado calma, que ela fosse devagar, pois estava começando. Não era hora de fazer aquilo, e ela foi radical. Tomou posição, agiu e extinguiu o fato delituoso. Eu perguntei: Minha filha, mas por que tu fizeste isso? Então, por que me consultaste? Ela respondeu: ‘Eu te consultei, pai, porque não faço nada sem falar contigo’. Retruquei: Sim, mas tu falas comigo e fazes diferente? E ela disse: ‘Eu fiz diferente, pai, porque tenho certeza de que tu vais me dar razão. Eu estou começando. Se eu não tomo uma decisão firme, para mostrar como vai ser o meu Governo, aquilo vai se repetir a cada semana. Agora, tenho certeza de que, feito o sacrifício que foi feito, ele marca o que vai ser o meu Governo’”. O Tebet contava isso com orgulho: “Pois a minha filha é melhor do que eu; a minha filha me deu um exemplo fantástico!”

Feliz com a família. É impressionante, há dois anos, o pai dele morreu, não sei... Ele falava do paizinho dele com uma meiguice, com carinho, com afeto! O pai dele era libanês. Contava a maneira como o pai lhe ensinava, quando o pai estava vivo. Que respeito ele tinha por aquele pai, e que nós, descendentes de libaneses, temos! Nosso pai é uma espécie de representante de Deus na nossa casa.

Eu peço a Deus, que tudo pode, que dê mais um tempo de vida ao Tebet, para que ele esteja aqui na hora de escolhermos o futuro Senado, para que ele esteja na Bancada do PMDB na hora de decidirmos o que vamos fazer. Que ele possa pedir uma audiência ao Lula, com a grandeza de quem passou pelo que ele passou, e, quase como um emissário de Deus, que ele possa dizer ao Lula: “Pense bem, Lula. É raro na vida haver uma segunda chance em caso tão importante como este. Tu estás tendo”. O Lula, cercado, nunca, no fundo, pode saber qual é o interesse, qual é o grau de sinceridade da pessoa que está falando com ele. Com o Tebet, ele vai ver que é a própria palavra divina que está falando com ele.

Permita, meu Deus, que o Tebet fique conosco. Ele vai ficar a eternidade Contigo! A eternidade! O que é um dia para Deus? O que estamos pedindo para Deus são alguns instantes, quatro anos, para que o Tebet, vindo como mensageiro de Deus, possa nos orientar.

Meu amigo Tebet, rezo por ti, peço por ti a Deus, mas peço por ti para que tu estejas vivo conosco. E peço a Deus que Ele tenha misericórdia com o povo brasileiro.

Olha, meu Deus, nessas eleições, tantas pessoas que não imaginávamos que pudessem estar aí! Uns voltando, outros ficando. Tão pouca gente boa que possa significar esperança! O Tebet é a esperança, o Tebet é a fé, o Tebet é um sentimento de amor em meio a esses conflitos. Não se pode mais abrir o jornal: roubou, matou, e isso e aquilo. O Tebet é o amor; é o amor, é a verdade, é a paz, é o carinho.

Meu Deus, tenha piedade do Brasil!

O Tebet já tem como encerrada sua missão de maneira magnífica. Não é o Tebet, não é sua família que, graças ao que foi o Tebet, está tranqüila ao seu lado. O Tebet, que podia estar em um hospital melhor, com os melhores médicos em São Paulo, largou tudo e foi para casa dele. Está em Campo Bom.

É por isso que, se o Tebet estiver conosco, foi Deus quem o mandou. Deus tudo pode!

Creio que, numa hora como esta, não se sabe o que dizer, nem o que falar. Não tenho vindo a esta tribuna nos últimos tempos, porque quero saber o que está acontecendo para ver o que vou falar. Não posso combater para, depois, pedir desculpa. Não posso defender para, depois, dizer que estive errado. Então, estou aguardando. E muita gente está assim.

De repente, na semana que vem, vem o Tebet falar desta tribuna. É um sinal em que podemos confiar.

Há tanto tempo que dizemos que essa história de dizer que Deus é brasileiro não é bem assim. E tem razão. Erramos tanto, cometemos tantos equívocos, mas também dá para dizer que o destino não tem sido muito amigo nosso, dos bra-

sileiros: Tancredo não precisava ter morrido; se Mário Covas tivesse ganhado aquela eleição para Presidente da República, não teria acontecido nada disso que aconteceu; se o PMDB, no auge, com Tancredo, Teotônio, Ulysses, Arraes, Mário Covas, Montoro, tivesse tido um mínimo de entendimento, nada disso teria acontecido.

Bota incompetência na classe política brasileira!

Olha, tenho vergonha de mim mesmo, tenho vergonha quando vou me deitar. O que fiz? Não fiz nada! Em que colaborei? Em coisa nenhuma! É como diz a Bíblia: vaidade, vaidade, tudo é vaidade! O sol nasce pela manhã, levanta-se e baixa-se. É outro dia, e tudo permanece igual. Estamos aqui – e eu já estou há 24 anos. É só vaidade! Não há nada de positivo, nada de construtivo.

Não é possível que, com tantas pessoas de bem, o Brasil seja o que é, como diz o Senador Mão Santa, recordista em mortes por arma de fogo. Ocupa o terceiro lugar no mundo. É recordista do mundo em roubalheira, em bandalheira, em vigarice. É o primeiro País do mundo na divisão entre os que são mais ricos e têm tudo e os que são mais pobres e não têm nada. E nós estamos aqui, tranqüilos, vendo as coisas acontecerem. Dormimos tranqüilamente.

Lá, em Porto Alegre, a Justiça está exigindo, batendo na mesa, porque tem direito a determinada porcentagem de aumento. Enquanto uma professora ganha R\$400,00!

Fazemos a mesma coisa, nós, Parlamentares. Quem de nós se compara ao que ganham os milhões de pobres deste País?

Tenho um projeto que está em andamento. Ele estabelece que um Parlamentar não pode ganhar mais do que vinte vezes o valor do salário mínimo. Olha, quase fui agredido. “Mas o senhor é um demagogo! Como que um Senador vai viver com vinte salários mínimos?”. Eu disse ao colega: “Acho que há um engano. A pergunta não é essa. A pergunta é: como um operário vive com um salário mínimo? Eu estou propondo que um Senador viva com vinte salários. V. Ex^a acha que é uma

loucura, não dá. E como é que um trabalhador vive com um salário?”. E isso é natural; é tudo natural. E vamos sendo guiados pelas novelas de televisão, em que, a cada dia, o bandido sai ganhando. Cada um tem três mulheres, fica rico da noite para o dia. Agora, até na novela, há uma novidade, porque se queixavam que não havia negro na novela, agora colocaram um negro lá, e tem negro malandro que nem os brancos. Quer dizer, na hora de aparecer, em vez de colocarem os negros com dignidade, não, colocaram os negros malandros como os brancos. Identificaram até nisso. Não pode, não pode.

Ganhou as eleições o Presidente da República. E há essa briga em torno de quem será o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, quantos Ministros, quantos não Ministros. Não pode!

Aliás, eu diria ao Presidente uma coisa, e tenho certeza de que, se o Tebet ficar bom – e vai ficar – e vier a esta tribuna – e vai vir – será uma das primeiras coisas que o Tebet dirá ao Presidente: “Presidente, saiu na imprensa que o PT criou uma espécie de SNI para apurar o que acontece com os adversários. Tudo bem, tudo bem! O senhor tem de criar um setor dentro de seu Partido, dentro de seu Governo para investigar a pessoa que o senhor vai nomear para seu Ministério. Não pode nomear alguém que não conheça”.

Aconteceu isso no Governo do Itamar. Fui Líder do Governo Itamar e, de repente, nomeamos um Ministro da Agricultura que, durante cinco anos, foi Presidente da Federação da Agricultura de Brasília. Quando ele foi nomeado, o *Correio Braziliense* publicou que o tal cidadão havia matado duas pessoas. Ele sofreu todo o inquérito, foi pronunciado, marcada a data do júri, e há vinte anos o júri não saía. Ele estava fugindo. Mas era fugitivo aqui em Brasília, e ocupava o cargo de Presidente da Federação da Agricultura. Foi demitido no dia seguinte, e até hoje ainda não foi julgado. Essas coisas acontecem. O Itamar nomeou para a Secretaria de Transporte do Rio de Janeiro uma engenheira excepcional. Mas, ao ver que ela era esposa do proprietário da empresa que fazia o serviço do pedágio da ponte Rio-Niterói, ele a demitiu no dia seguinte. Se não me engano, foi o PT quem nomeou não sei

quem no Nordeste, um membro do Exército, que havia sido o torturador de um religioso. O PT o demitiu. Mas, para essas pessoas, não precisava haver demissões, sequer poderiam ser nomeadas.

A primeira coisa que o Sr. Lula tem de fazer para mostrar que quer ser um bom Presidente é colocar no jornal a folha corrida de todos os homens que ele vai nomear. O Brasil tem direito à folha corrida. Por exemplo, se vai nomear o Paim, mostra a folha corrida do Senador Paulo Paim para ver se ele tem alguma multa de trânsito. Isso tem de ser feito. Mas não como os jornais estão dizendo: que tem gente indiciada outro dia no Supremo Tribunal Federal – indiciada, não, pronunciada, com inquérito aberto – e que está para ser escolhida ou para a Presidência da Câmara, ou do Partido ou para Ministro de Estado. Assim não bate!

Por isso, falta o Senador Ramez Tebet aqui. Se o Tebet estiver aqui, ele tem autoridade, mais do que eu, pelas mil qualidades a mais do que eu que ele tem, mas especialmente por uma. Eu já vim, bati, denunciei, gritei; mas eu, falando, eles dizem: “É coisa do Simon”. O Tebet, não. Ele tem o bom senso, o equilíbrio, a serenidade, de tal maneira que, ao falar, ninguém colocará em dúvida que há outro motivo para ele falar senão o de esclarecer a verdade.

Por isso, peço aos senhores que estão em casa que rezem um “Pai Nosso”. Façam uma mensagem ao nosso Deus, o Deus dos católicos, dos cristãos, dos mulçumanos, o Deus inclusive daqueles que dizem não serem católicos, mas que acreditam em Deus. Façam uma mensagem ao nosso Deus: “Meu Deus, deixa o Tebet ficar mais um tempo conosco. Não é por ele, nem pela família, é pelo Brasil. Deixa, meu Deus! O Senhor fez tantos milagres! Tantas e tantas vezes, o Senhor ressuscitou os que morreram! Faça isso, meu Deus!

E este Brasil, onde ninguém acredita em mais nada, de repente vai olhar o Tebet nesta tribuna. Com a minha humildade, com os meus pecados, eu não tenho direito a nada, minha voz de um humilde pecador não significa nada, mas eu sou um brasileiro e falo pelos milhões de brasileiros que

passam fome, que estão na miséria e que não têm culpa, meu Deus, que não têm culpa se nasceram lá, no lodo; eles não têm culpa se até agora ninguém foi olhar por eles. É em nome deles que eu peço: dê saúde ao nosso querido Tebet!

Obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a João Goulart

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, João Goulart foi o único Presidente do Brasil que morreu no exílio. Por mais que se tenha esforçado para retomar à pátria ainda em vida, isso não foi possível. Os militares não o permitiram. Não lhe deram o direito de voltar ao País nem mesmo para sepultar sua mãe.

Doente, fazendo os seus exames em Paris e reconhecendo a deficiência de sua saúde, João Goulart desejava retornar ao Brasil, mas isso lhe foi vetado. Houve um momento em que tomou a decisão de tomar um avião e descer em Brasília ou no Rio de Janeiro, acontecesse o que acontecesse. Foi-lhe dito que seria preso, e os seus amigos mais chegados fizeram um apelo no sentido de que não retomasse.

João Goulart ainda não tem uma biografia que lhe faça justiça. Sabemos que a história é escrita pelos vencedores. A versão dos vencidos é mais difícil de ser contada, exige mais tempo para vir à tona. Mas ela acaba surgindo.

Não foi por medo que um homem como Getúlio Vargas – que chefiou uma revolução com coragem –, ao final da sua vida, recusou-se a mergulhar o país numa guerra civil. Foi um suicídio heróico, uma das nossas páginas mais bonitas porque não tem antecedente.

Não foi por medo que um dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas – o Presidente João Goulart – se recusou a resistir ao golpe que o derrubou. Também ele não queria que fosse derramado o sangue do povo brasileiro.

Não sei o que teria sido do Brasil sem estes dois fatos passados em 1954 e, dez anos depois, em 1964 quando dois brasileiros, gaúchos, filhos de São Borja, da mesma cidade, um preferiu a morte e o outro preferiu o exílio a uma guerra civil.

Olhando para a história mundial é difícil ver um líder político que não lute até o fim para ficar no poder. Lembro a morte cheia de honra e garra do Allende: quando pediram que saísse do Palácio que seria bombardeado, ele não se arredou do lugar em que estava e os escombros caíram sobre sua cabeça.

Recentemente foram publicadas as gravações dos discursos mais célebres do Congresso Nacional. Entre eles está o famoso pronunciamento do Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, em 1964, quando ele decretou vaga a Presidência da República.

Não houve decisão nem votação, o Presidente do Senado simplesmente decretou vaga a Presidência e encerrou a sessão do Congresso Nacional. Abriu a sessão, não se sabe para quê, sob os protestos de Tancredo Neves e de outros Parlamentares. Leu determinado artigo da Constituição e uma carta do Chefe da Casa Civil, Dr. Darcy Ribeiro, enviada ao Presidente do Congresso, que dizia: "O Sr. Presidente da República, neste momento, está em Porto Alegre com o seu Governo, buscando responder às forças que estão tentando insurgir-se para golpear o Governo".

Casualmente, eu estava com o Presidente João Goulart em Porto Alegre, na casa do Comandante do Terceiro Exército quando o Senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência.

De um lado, vinham forças golpistas de Minas Gerais e, de outro, uma incerteza relacionada à posição que tomaria o Comandante do Segundo Exército, amigo pessoal do Presidente João Goulart.

Eu era um jovem deputado de trinta e poucos anos, que tinha recém-assumido. Vi o Dr. Brizola com toda a sua garra

pedir a João Goulart que fosse à luta. Pediu para ser nomeado Ministro da Fazenda e para que o General Ladário fosse indicado Ministro do Exército.

Quando o Dr. João Goulart chamou o General Ladário, Comandante do Terceiro Exército, e lhe perguntou como estavam as tropas no Rio Grande do Sul, o General Ladário respondeu que ele estava firme com o Presidente, mas era obrigado a reconhecer que já não havia a mesma fidelidade em várias guarnições.

João Goulart decidiu então viajar para Montevidéu depois que Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência, alegando que o Presidente encontrava-se em lugar incerto e não sabido. Com essa declaração do Presidente do Senado, João Goulart só tinha duas saídas: a luta armada em direção à Brasília, ou a que ele preferiu, o exílio.

Conheci vários tipos de golpe: golpe militar e até golpe congressual. Agora, golpe do Presidente do Congresso, eu não conhecia.

Aliás, o Senhor Auro de Moura Andrade fez dois pronunciamentos históricos. No primeiro, correto, decretou vaga a Presidência da República na renúncia do Sr. Jânio Quadros. Pedroso Horta era Ministro do Sr. Jânio Quadros, quando este lhe entregou uma carta, renunciando à Presidência.

Penso que um Chefe da Casa Civil ou um Ministro da Justiça deveria ter retido aquela carta. No entanto, a carta chegou ao Senhor Moura Andrade, que reuniu o Congresso na mesma hora e leu. Caiu Jânio Quadros.

Na primeira vez, ele agiu de forma juridicamente correta, porque, lendo a carta assinada por Jânio Quadros, não havia mais o que fazer. A renúncia é absolutamente irretratável.

Na segunda vez, contra João Goulart, agiu de forma inaceitável.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a imprensa, unida, atacava muito o Presidente João Goulart. A primeira vez que a mídia se uniu contra um presidente foi contra Getúlio Vargas, em 1954, tendo à frente Carlos Lacerda. Nos

discursos da época está o pronunciamento de Afonso Arinos de Mello Franco sobre o que se dizia do Dr. Getúlio Vargas às vésperas do golpe.

Com relação ao Presidente João Goulart, os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo colocavam na capa, diariamente, ou publicavam com grande destaque, os discursos dos grandes líderes da oposição da época.

Segundo os jornais, o Presidente João Goulart era um dos homens mais ricos do mundo, um dos maiores proprietários de terra do País.

Certa, uma revista norte-americana fez uma violenta publicação contra João Goulart, e alguns jornais do centro do País publicaram-na na íntegra. Naquela ocasião, viajamos a Montevideú, seu sobrinho e Deputado Estadual Maurício Goulart de Loureiro e eu.

Lá, o Jango foi a um cartório em Montevideú, e passou uma procuração em causa própria se comprometendo a vender por US\$1,00 para o Presidente da *Time* toda fazenda que ele tivesse comprado no nome dele, da mulher ou dos filhos desde que tinha assumido a Presidência da República. O desafio lançado por João Goulart não foi publicado em nenhum jornal do Brasil.

Recentemente, a revista *IstoÉ* apresentou o Sr. João Goulart como um dos grandes homens deste Século. Informa a revista que uma semana antes de ser derrubado ele tinha 85% de apoio. Não chegavam a 10% os que rejeitavam o seu Governo. Mas, quem lesse os jornais, achava que aquele Governo, sufocado em escândalos, cairia no dia seguinte.

Foram tempos difíceis para o Presidente João Goulart no exílio. Catorze anos. E o Sr. Leonel de Moura Brizola morando com ele na mesma cidade de Montevideú, e não se falavam. E Dona Neuza, mulher fantástica, para atender ao marido, praticamente não falava com o irmão. Só foram se falar antes de Jango embarcar para Paris, já muito doente, e que ele fez questão de se despedir da irmã. Então, ele foi lá e, para felici-

dade do Brizola, conversaram longamente, inclusive reataram a amizade. Foi a última vez que se viram.

Lembro-me de quando tomamos conhecimento da morte de Jango, na Argentina. Logo fui procurado, porque havia a viúva e os filhos queriam enterrá-lo em São Borja, no túmulo da família, a 40 metros do túmulo de Getúlio Vargas.

Os representantes da revolução, da ditadura não queriam deixar nem que seu corpo viesse ao Brasil. Nós, do MDB do Rio Grande do Sul, fizemos um movimento e afirmamos que iríamos a Uruguaiana e o corpo dele seria trazido ao Brasil para aqui ser enterrado. Aí, o governo militar concordou, mas fez exigências. Que o veículo que o transportasse rodaria em alta velocidade. E que, chegando, deveria ser enterrado imediatamente no Cemitério de São Borja.

O automóvel veio realmente em alta velocidade. Passou por Uruguaiana quase causando acidentes, quase atropelando o povo que estava na rua esperando o féretro.

Quando o veículo chegou em São Borja, os militares tinham um contingente de milhares de homens, incluindo os dos quartéis de Alegrete, de Uruguaiana, de Santiago, ocupando militarmente São Borja. Havia muita gente na rua. Milhares e milhares de homens, mulheres e crianças.

O caminhão deveria seguir, sem parar, em direção ao cemitério.

Fizemos um acordo simpático com que o próprio padre concordou. A igreja estava fechada. Quando o veículo que trazia o corpo passou em frente à igreja, a população se colocou diante dele, que teve de parar. O povo pegou nos braços o caixão. As portas da igreja se abriram. E ela estava lotada. Lá estavam, inclusive, a esposa e a irmã do Dr. João Goulart – esta, esposa do Dr. Brizola –, autoridades as mais variadas, o Dr. Tancredo Neves. Lá estávamos nós para lhe prestar nossas homenagens.

Entraram com o corpo na igreja, o padre concordou e ele foi velado.

Um general procurou-me, eu era Presidente do Partido, para me dizer que a condução do corpo até o cemitério deveria ser rapidíssima. O povo pegou o caixão do Dr. João Goulart e o carregou pelos quilômetros que separavam a igreja do cemitério. Chegando lá, havia uma grande quantidade de militares, que não queriam permitir que se prestasse uma última homenagem ao Sr. João Goulart.

Falei eu. Tomei a palavra como Presidente do Partido. Lembrei que João Goulart fora um homem de entendimento. Lembrei que, quando Mini do Trabalho de Vargas, João Goulart renunciou para não gerar uma crise com os militares. Recordei que Jango, quando Vice-Presidente, estando na China em missão oficial, teve que aceitar o parlamentarismo para assumir o poder.

Quando terminei de falar, passei a palavra a Tancredo Neves, Vice-Presidente do PMDB nacional, que dizia que, como representante do Partido, como Primeiro-Ministro de João Goulart e como Ministro de Getúlio Vargas, ali estava para prestar-lhe as últimas homenagens.

Foi uma cerimônia impressionante.

Mas analisemos a posse de João Goulart como Presidente da República. Mal assumiu o poder, diversas forças políticas iniciaram uma luta contra o parlamentarismo. JK, o PSD e a UDN de Lacerda se uniram e votaram a toque de caixa uma emenda que dispunha que Ministro, para se candidatar a Deputado, tinha de renunciar ao Ministério. Obrigaram a sair do Governo o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, para que ele pudesse ser candidato a Deputado. Aí começou a acabar o parlamentarismo. Num golpe cruel, PSD, UDN, PTB também – não queriam o parlamentarismo.

Jango indica para o Congresso Nacional o nome de um estadista, um homem extraordinário chamado Santiago Dantas, mas ele é rejeitado. Depois, foi aprovado o Senhor Brochado da Rocha, homem extraordinário, mas um político provincial, amigo íntimo do Brizola. Apesar do grande carinho que tenho pela figura extraordinária de Brochado da Rocha, creio que, no fundo, ele estava compromissado com o término

do parlamentarismo. Mas Jango aceitou o parlamentarismo. Democráticamente fez o plebiscito e assumiu o presidencialismo. E, mais uma vez, voltou como cabeça de seu Governo o Santiago Dantas, que lançou o Plano Plurianual, foi a primeira vez que se lançou, neste País, um Plano Plurianual dentro de uma visão maior.

Os que ficaram com medo que o governo obtivesse bons resultados trabalharam no golpe contra o Dr. João Goulart. O irônico é que, deixando a Presidência da República e indo para o exterior, cassado, foi lá que o Dr. João Goulart ganhou dinheiro. As terras que ele comprou, o progresso e o desenvolvimento que teve ocorreram no Uruguai, na sua atividade pastoril em que era muito competente.

Paralelamente, sua imagem política passou a crescer. Pela grandeza inclusive, Sr. Presidente, de se unir a Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, lançando a frente de entendimento, buscando a democracia, a Frente Ampla.

Esse era João Goulart. Tenho orgulho de dizer que esse foi um brasileiro distinto. Talvez não estivesse preparado para ser Presidente da República. Assim como ele, José Sarney e Itamar Franco não estavam preparados quando foram chamados à assumir a Presidência. Uma coisa é ser Presidente, outra coisa é ser Vice-Presidente. O candidato a Presidente faz um programa, adota uma doutrina e forma uma equipe. Mas o Vice assume o poder de maneira abrupta: Jânio renunciou de uma hora para outra; Tancredo morreu inesperadamente e Collor foi derrubado abruptamente. Nessas condições, assumiram João Goulart, Sarney e Itamar. Eles não buscaram a Presidência, o destino lhes deu o cargo, mas, mesmo assim, os três agiram com dignidade, honradez e competência.

João Goulart foi um homem digno, sério e bem-intencionado.

Muito obrigado.

Centenário de Mário Quintana

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, meus colegas gaúchos, autores também desta nossa homenagem – Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim.

Aqui, estamos reunidos para saudar um dos maiores poetas brasileiros da segunda metade do Século XX, o nosso conterrâneo Mário Quintana. No entanto, não cabe aqui fazer um pronunciamento tradicional. O nosso homenageado não o aceitaria.

Aliás, é interessante imaginar o que pensaria dessa homenagem, o poeta que, no poema “Percalços da Posteridade”, escreveu: “O mais irritante de nos transformarem um dia em estátuas é que a gente não pode mais coçar-se”.

É famoso o episódio da recusa de Mário Quintana, em 1968, em receber uma homenagem da prefeitura de sua cidade. Só depois de uma negociação, o poeta permitiu que fosse colocada na praça principal do Alegrete uma placa em que está inscrito: “Um engano em bronze é o engano eterno”.

Sendo assim, começamos aqui, no Senado Federal, falando de política.

No quinto poema de seu primeiro livro *A Rua dos Cata-ventos*, editado em 1940, diz o poeta:

Eu nada entendo da questão social,
Eu faço parte dela, simplesmente...
E sei apenas do meu próprio mal,
Que não é bem o mal de toda gente.

É importante começarmos com esse poema porque foi moda neste País, especialmente nos politizados anos 60 e 70, cobrar posição política de artistas e escritores. Mário Quintana sempre foi fiel à poesia, à grande poesia. Mas não deixou jamais se pronunciar sobre tudo o que diz respeito ao homem. Até mesmo, sempre com sutil ironia, à política.

Desiludido com as utopias políticas que pretendiam criar um mundo sem divisão de classes sociais, ele escreveu no poema "Desigualdade": "A morte não iguala ninguém: algumas caveiras têm todos os dentes".

E no poema intitulado "Origem suspeita", comenta o regime político sob o qual vivemos: "A democracia é uma invenção das classes ociosas de Atenas". Vejam a ironia do poeta!

Vejam também o que disse sobre o trabalhador no poema *Proletário*:

"Sujeito explorado financeiramente pelos patrões e literalmente pelos poetas engajados".

Sobre um antigo chavão da esquerda, no poema "O ópio", ele escreveu: "Dizem os comunistas que a religião é o ópio do povo; outros dizem que o ópio do povo é o comunismo; se me pedissem a minha opinião, eu diria que o ópio do povo é o trabalho".

Numa época em que não era politicamente correto atacar a esquerda, escreveu no poema *Anacronismo*:

"O Brasil é o único País do mundo em que ser comunista ainda é sinal de idéias avançadas".

Também em relação à religiosidade, ele tinha definições sempre surpreendentes, como no poema *Pergunta Errada*:

"Se eu acredito em Deus? Mas que valor poderia ter a minha resposta, afirmativa ou não? O que importa é saber se Deus acredita em mim."

No poema *Confissão* faz uma ironia declarando:

"Sou um herege de todas as religiões."

Há também um poema, intitulado “Paraísos”, que pode ser entendido como uma divertida abordagem – simultânea – de política e religião:

“As religiões cresceram entre os humildes porque aqueles que estavam por cima já se julgavam no paraíso.”

Mário Quintana também não levava a sério a crítica literária. No poema *E Agora?* brincou:

“Há críticos que em vez de me julgarem pelo que eu sou, julgam-me pelo que eu não sou. É como quem olhasse um pessegueiro e dissesse: Mas isso não é um trator!”

Candidato à Academia Brasileira de Letras, foi derrotado. Dizem que pensando nos que não o apoiaram escreveu o famoso, repito, *Zambiasi, Poeminha do Contra*:

Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!

Mário Quintana manteve silêncio sobre sua vida pessoal. Mesmo concedendo entrevistas a todo o jornalista que o procurasse, defendia sua privacidade com declarações desnorteantes.

Escreveu ele em *Apresentação*:

“Nasci em Alegrete em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! Eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Ah! mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas... Aí vai! Estou com 78 anos, mas sem idade. Idades só há duas: ou se está vivo, ou morto.”

Numa entrevista à jornalista e escritora Patrícia Bins faz uma brincadeira com o fato de ele próprio evitar responder questões que dizem respeito à sua vida.

Pergunta Patrícia Bins: "O que mais irrita os outros? E em si mesmo?"

Respondeu o poeta: "As perguntas íntimas. As respostas evasivas".

Numa entrevista, que está reproduzida no livro *Da Preguiça como Método de Trabalho*, Mário Quintana fala do tempo de sua meninice:

"Não sei se tive infância. Fui um menino doente por trás de uma janela. Creio que foi a ele que dediquei depois um soneto de *A Rua dos Cataventos*."

Vale a pena reproduzirmos aqui o poema referido, que é o sexto do primeiro livro publicado pelo poeta:

Na minha rua há um menininho doente.
Enquanto os outros partem para a escola,
Junto à janela, sonhadoramente,
Ele ouve o sapateiro bater sola.

Numa entrevista, concedida à professora Edla Van Steen, o poeta justifica sua resistência em tratar da vida pessoal:

"Poeta lírico, falo do meu eu, nos poemas, como um ser humano. Creio que a minha vida íntima nem a mim interessa. Quando a gente fala sobre si mesmo, é para se gabar ou para se queixar. No primeiro caso, ainda passa. Mas, no segundo, ninguém gosta de desperdiçar piedade."

Dono de uma obra peculiar, em que se misturam a fina ironia e a observação que lança uma luz nova sobre o nosso cotidiano, Mário Quintana foi contemporâneo de extraordinários poetas, como Manoel Bandeira, Carlos Drummond e João Cabral de Melo Neto.

Aliás, ficou justamente famoso o belíssimo poema intitulado *A Mário Quintana*, com o qual o poeta pernambucano Manoel Bandeira saudou o poeta gaúcho em sessão da Academia Brasileira de Letras, em 25 de agosto de 1966. É um poema que resume bem a grandeza do trabalho de Quintana, que produzia uma aparente simplicidade poetas de grande sofisticação estilística:

Mário Quintana, os teus cantares
Não são, Quintana, catares:
São, Quintana, quintanares.
Quinta-essência de cantares...
Insólitos, singulares...
Cantares? Não Quintanares!
Quer livres, quer regulares,
Abrem sempre os teus cantares
Como flor de quintanares.
São cantigas sem esgares,
Onde as lágrimas são mares
De amor, os teus quintanares.
São feitos esses cantares
De um tudo-nada: ao falares
Luzem estrelas e luares.
São para dizer em bares,
Como em mansões seculares,
Quintana, os teus quintanares.
Sim, em bares, onde os pares
Se beijam sem que repares
Que são casais exemplares.

Em *Sapato Florido*, livro publicado em 1948, estão alguns de seus poemas mais famosos, como o célebre *Mentira*, que diz:

“Mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.”

Ou o poema “Carreto”, que diz:

“Amar é mudar a alma de casa.”

Ou ainda o poema “Provérbio”:

“O seguro morreu de guarda-chuva.”

Ou também “Epígrafe”:

“As únicas coisas eternas são as nuvens”.

Um dos seus livros mais admirados é *Caderno H*, de 1973, que reuniu alguns dos poemas que ele publicava nas edições de sábado do *Correio do Povo*. Aqui quero mencionar o poema “Cartaz para Turistas”:

“Viajar é mudar o cenário da solidão.”

E também o poema *Dupla Delícia*:

“O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado.”

E ainda o irônico *Bebida*:

“Quem bebe por desgosto é um cretino: só se deve beber por gosto.”

Destaco ainda o poema *Vidinha*:

“O mais triste de um passarinho engaiolado é que ele se sente bem”.

Mário Quintana nasceu em 30 de julho de 1906, na cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Disse ele na apresentação do seu livro *Da Preguiça como Método de Trabalho*, publicado em 1987. Prestem atenção:

“Nasci no rigor do inverno, temperatura: 1 grau; e ainda por cima prematuramente, o que me deixava meio complexado, pois achava que não estava pronto”.

Mário Quintana escreveu muitas poesias sobre a arte de fazer versos. Um dos seus depoimentos mais extensos sobre o assunto está numa entrevista que concedeu a Dante de Laitano. Nela disse o poeta:

“Eu tenho feito é versos, o que não comporta nem método nem horário. Dá-se, suponho, um longo do trabalho interior, um caos de impressões indefiníveis, choques, sentimentos etc., até que um dia, sem fiat nem nada, brota um mundinho inesperado: o poema. Aí, então, o poeta intervém, escolhe, omite, trabalha, pois a poesia é também uma arte plástica... É uma ocupação, aliás, agradável. Acho que todo mundo devia fazer versos: a análise dos próprios sentimentos e sensações e o refinamento da sua expressão verbal, eis uma ocupação que contribuiria em muito para a melhoria dos nossos semelhantes, ou, pelo menos, os impediria de fazer coisas piores”.

Mário Quintana se dedicou também a examinar o ato da criação poética, como se vê na obra intitulada *O Terrível Instante*:

“Antes de escrever, eu olho, assustado, para a página branca de susto”.

Ou ainda em *Mistérios da Língua Portuguesa*:

“O mais difícil, quando se escreve em prosa, é evitar as rimas e, quando se escreve em verso, achar uma rima”.

E também em *A Revelação*:

“Um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente... e não a gente a ele”.

E, ainda sobre a questão presente de cobrança de uma atitude política do poeta diante da vida, diz em *A Função*:

“A função do poeta não é explicar-se. A função do poeta é expressar-se”.

Uma das grandes preocupações de Mário Quintana era a passagem dos anos, tema que ele examina, por exemplo, em *Relógio*. Prestem atenção, por favor:

“O mais feroz dos animais domésticos é o relógio de parede: conheço um que já devorou três gerações da minha família.” (*Risos.*)

Repito: “O mais feroz dos animais domésticos é o relógio de parede: conheço um que já devorou três gerações da minha família.”

Um outro belo exemplo é *Reflexos, Reflexões*:

“Quando a idade dos reflexos, rápidos, inconscientes, cedem lugar à idade das reflexões – terá sido a sabedoria que chegou? Não! Foi apenas a velhice.”

Temos ainda *O Tempo*:

“O tempo é um ponto de vista dos relógios”.

E podemos também lembrar o poema *Cautela*:

“Há dois sinais de envelhecimento. O primeiro é desprezar os jovens. O outro é quando a gente começa a adulá-los.”

Mário Quintana faleceu em 1994. Da morte tratou ele em muitos poemas, como *Mudança*:

“O mais difícil na morte é acomodar-se a gente aos novos hábitos”.

O poeta viveu a maior parte de sua vida em Porto Alegre, cidade que amava – como disse o querido Zambiasi –, o que deixou claro no poema *O Mapa*:

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É que nem fosse o meu corpo!)
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...

E também o sempre saudado *Para Escreveres Num Cartão Postal*:

Ó céus de Porto Alegre,
Como farei para levar-vos para o Céu.

Suas observações insólitas quase sempre dão um novo sentido a idéias há muito estabelecidas ou nos fazem refletir sobre algo do cotidiano que nos passou despercebido.

Diz o poema *Verbete*:

“Autodidata: ignorante por conta própria”.

Repito: “Autodidata: ignorante por conta própria”.

Em *Vida Social* o poeta ironiza a nossa presença no mundo social:

“O gato é o único que sabe manter-se com indiferença num salão. As outras indiferenças são afetadas”.

Também ataca as poses que as pessoas adotam na vida, como no poema *É Isso Mesmo*:

“Quem nunca se contradiz deve estar mentindo”.

Ou lança mão de conceitos surpreendentes:

“A hortências é uma couve-flor pintada de azul”.

Repito: “A hortências é uma couve-flor pintada de azul”.

E exprime sua total liberdade em *Os Intermediários*:

“Nunca me acertei bem com os padres, os críticos e com os canudinhos de frescos”.

No poema *21 de Agosto*, brinca com a excessiva preocupação com a saúde nos dias que correm – por gentileza, prestem atenção:

“O ideal da Medicina é fazer os doentes morrerem com saúde”.

Repito: “O ideal da Medicina é fazer os doentes morrerem com saúde”. É uma grande Medicina!

Examina um esporte por um ângulo inusitado em *Tênis*:

“Ótima ginástica de pescoço para o público das arquibancadas”. (*Risos.*)

Em *Da Amizade* mostra uma nova maneira de encararmos um sentimento dos mais fortes:

“A amizade é uma espécie de amor que nunca morre”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, espero ter, neste pronunciamento, dado uma pálida idéia do trabalho do poeta Mário Quintana. De olhos abertos para a vida comum do homem, ele esmiúça as pequenas coisas do dia-a-dia, mas não deixa de examinar os grandes temas. A sua aparente simplicidade quase esconde um pensamento sofisticado e um caprichoso trabalho de ourivesaria.

Tânia Franco Carvalhal, na apresentação das obras completas de Mário Quintana, examina com perfeição esse aspecto:

A leitura do conjunto da obra de Mário Quintana nos permite identificar alguns traços que lhe são essenciais e a tornam inconfundível na literatura brasileira. Essa identificação leva-nos necessariamente a uma revisão de determinadas características, com freqüência relacionadas à sua poesia, apontando justamente o seu avesso. Se já foi atribuída “simplicidade” a seus versos, por exemplo, alguns deixaram de ver que a essa aparência espontânea correspondiam um trabalho consciente e um domínio amplo da matéria poética.

Encerro com uma poesia de Quintana, uma das mais belas e mais densas, intitulada *Projeto de Prefácio*:

Sábias gentilezas! Refinamentos...– não!

Nada disso encontrarás aqui.

Um poema não é para te distraíres

Como com essas imagens mutantes dos caleidoscópios.

Um poema não é quando te deténs para apreciar um detalhe.

Um poema não é também quando paras no fim,

Porque um verdadeiro poema continua sempre...

Um poema que não te ajude a viver e não saiba preparar-te para a morte

Não tem sentido: é um pobre chocalho de palavras!

Era isso o que queria dizer, lembrando Quintana na sua linguagem.

Muito obrigado.

Instalação do Parlamento do Mercosul

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assistimos hoje, pela manhã, a um ato de transcendental importância política para a América do Sul. Refiro-me à instalação do Parlamento do Mercosul, sem dúvida um acontecimento histórico marcante.

Quero que prestem atenção na frase que vou ler agora e que bem poderia ter sido pronunciada hoje pela manhã:

“O Novo Mundo deve ser constituído por nações livres e independentes, unidas entre si por um corpo de leis em comum que regulem seus relacionamentos externos”.

No entanto, esta frase foi pronunciada em 1826, a exatos cento e oitenta anos, pelo libertador Simon Bolívar.

Estas palavras foram ditas por ocasião do Congresso do Panamá, convocado por Bolívar, e ao qual compareceram representantes dos governos do México, da Federação Centro-Americana, da Grã-Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador) e do Peru.

O desejo de integração dos povos da América Latina é, portanto, muito antigo. Hoje, demos um passo importantíssimo neste sentido.

Pronunciaram-se no ato de criação do Parlamento do Mercosul os parlamentares que lideram a criação do novo congresso no âmbito de cada um dos países. Meu amigo Sérgio Zambiasi, presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar

do Mercosul, fez um belo pronunciamento em que fixou claramente o atual estágio do trabalho.

Do pronunciamento de Sérgio Zambiasi eu destacaria a referência à criação do FOCEM – Fundo Estrutural, destinado a reduzir as assimetrias regionais e que já está produzindo resultados concretos.

O Presidente Lula esteve presente à sessão de hoje, o que bem demonstra a alta prioridade que o Governo brasileiro dá ao Mercosul. Na ocasião, o Presidente Lula fez um pronunciamento no sentido de que as nações mais ricas do bloco devem ajudar mais modestas a encontrar o desenvolvimento. Dou a ele o meu mais amplo respaldo. A integração não pode se dar apenas no âmbito do mercado livre. A integração tem que se dar também em parâmetros éticos.

A sessão solene de Constituição do Parlamento do Mercosul foi um grande avanço, mas muitos passos terão de ser dados na seqüência, até que o novo organismo entre em funcionamento em 2010.

A mais importante função de um Parlamento é dar voz a seus cidadãos. Assim, esta nova instância legislativa será a caixa de ressonância de uma nascente cidadania sul-americana.

Acho altamente significativo o fato de estarmos criando um Parlamento Regional poucas décadas depois de ter o Cone Sul estado sufocada por ditaduras militares.

Agora, no Parlamento que está sendo criado – a ser integrado por representantes eleitos – será depositada a confiança dos povos dos cinco países reunidos nesta União Aduaneira. Composto inicialmente por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o bloco teve a adesão da Venezuela em julho de 2006.

É importante lembrarmos hoje fatos históricos. Os debates para a criação de um mercado econômico regional para a América Latina remontam aos anos 60, quando um tratado estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Veio depois a Associação Latino-Americana de Integração, na década de 1980. Em 1985, Argentina e o Brasil assinaram a Declaração de Iguazu que estabelecia uma comissão bilateral. Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre Brasil e Argentina. Participei desses debates desde o início, como Ministro da Agricultura do ex-Presidente José Sarney.

Em 1991, com a adesão do Paraguai e do Uruguai, os quatro países se tomaram signatários do Tratado de Assunção, que estabelecia o Mercado Comum do Sul. Inicialmente foi estabelecida uma zona de livre-comércio que, a partir de 1º de janeiro de 1995, converteu-se em uma união aduaneira. Em 1996, Bolívia e Chile adquiriram o *status* de membros associados. A Venezuela entrou para o bloco em 9 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nos anos 70, o governo militar deu prioridade às nossas relações com a África. A aspiração pela integração regional só viria nos anos 80. Mas para criarmos o Mercosul, antes de mais nada, foi preciso acabar com a antiga rivalidade entre Brasil e Argentina. Durante décadas, houve até quem apostasse que os dois países entrariam em guerra.

O Brasil deu um passo decisivo para o avanço do Mercosul quando o Presidente Sarney anunciou – por sugestão minha – sua decisão de aumentar as importações de trigo e de petróleo da Argentina. Lembro que, no começo, o Estado de São Paulo não era favorável ao Mercosul. Mas nós do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – apoiamos a iniciativa.

Inicialmente, se previu que a integração viria em dez anos. Fernando Collor, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina, decidiram reduzir esse prazo para cinco anos. Não foi boa decisão. O prazo ficou demasiado curto.

Os norte-americanos sempre foram contra o Mercosul. Portanto, se boicotaram o Mercosul é porque a integração é boa para nós. Agora, os Estados Unidos mantêm relações

privilegiadas com o Chile para tentar dividir os países do Cone Sul.

A formação da Comunidade Européia é um exemplo de superação. Países com rivalidades centenárias, como Grã-Bretanha e França, ou Alemanha e França, que disputaram guerras sangrentas, se uniram. Eles conseguiram chegar ao entendimento graças a muita negociação. Os países mais fracos economicamente não foram esmagados. Agora, a Europa começa a acolher as nações do Leste, que pertenciam ao antigo bloco socialista. E a integração vem correndo bem. Temos de seguir o modelo europeu.

Não entendo, porém, a reação de alemães e italianos que hoje fecham suas fronteiras para africanos, asiáticos e sul-americanos. No século XIX, alemães e italianos vinham para Brasil ou Argentina, porque estavam correndo o risco de morrer de fome em seus países de origem. Estranho que turcos que moram há três gerações na Alemanha, não tenham a cidadania alemã.

Na América Latina, temos de nos unir. Este continente tem tudo: petróleo, energia, alimentos. Aqui não temos ódio racial. No Brasil, não existem comunidades diferenciadas. Somos todos brasileiros.

Recentemente, houve uma crise entre Brasil e Bolívia. O Presidente Lula apoiou o candidato Evo Morales, que, mal assumiu o poder, como presidente, encampou nossas refinarias, que foram construídas em regime de cooperação. Pareceu ao mundo que nós somos imperialistas, o que não é verdade. A ação boliviana foi desnecessária e grosseira. Lutei no Senado contra os que desejavam romper relações com a Bolívia. Acho que o Presidente Lula agiu bem nesse caso, com ponderação.

Creio que a América Latina tem um papel destacado a desempenhar no futuro. Podemos e vamos crescer em termos econômicos e sociais como os tigres asiáticos o fizeram nos anos 80 e, mais recentemente, vem fazendo a China.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, cabem aqui alguns comentários sobre o Parlamento do Mercosul:

Sobre o Parlamento do Mercosul, temos de levar em conta que, como não tem a dimensão da supranacionalidade que caracteriza a União Européia em alguns de seus aspectos, o Mercosul nunca quis replicar a construção comunitária. É importante considerar que, na Europa, já nos primeiros tratados, foram previstos órgãos semelhantes àqueles existentes em cada um dos países.

Assim, o Parlamento do Mercosul não disporá, portanto, de funções legislativas, mas limitar-se-á a poder recomendar – ao Conselho do Mercado Comum – a adoção de determinadas normas para o bloco.

Além disso, o Parlamento do Mercosul terá competências de controle, podendo solicitar relatórios aos órgãos do Mercosul sobre questões vinculadas ao processo de integração.

Caberá, ainda, ao Parlamento receber a Presidência *pro tempore* do Mercosul no início e término de sua gestão, a fim de que ela apresente o seu programa de trabalho e, posteriormente, o relatório das atividades que desenvolveu.

O Parlamento regional será consultado, ainda, sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requeiram aprovação legislativa nos estados participantes do Bloco. Há um detalhe importante: as normas que forem adotadas pelo Conselho de acordo com o parecer emitido pelo Parlamento do Mercosul obedecerão a um processo de tramitação mais rápido nos Congressos Nacionais.

Penso que, instalado, o Parlamento regional poderá colaborar de modo decisivo para suprir uma das mais graves deficiências apresentadas pelo Mercosul. A verdade é que o baixo volume de normas internalizadas pelos ordenamentos jurídicos nacionais gera enorme insegurança jurídica no interior do bloco.

Tenho certeza de que os debates públicos que serão travados no novo espaço parlamentar – com ampla participação

da sociedade civil – contribuirão muito para uma maior transparência do processo de integração.

Do mesmo modo, julgo que, provavelmente, será possível no Parlamento dirimir as controvérsias bilaterais – como as que hoje debilitam o Mercosul – evitando que requeiram a intervenção da mais alta hierarquia política e diplomática.

Para enriquecer este debate, quero aqui reproduzir informações constantes de um Parecer da Consultoria do Senado Federal emitido no final do ano passado sobre a internalização das normas do Mercosul no ordenamento jurídico dos estados-partes do bloco, em particular no Direito brasileiro.

Diz o Parecer, assinado pela Consultora Legislativa Maria Cláudia Drummond, que um relatório, atualizado em 23 de novembro de 2005, realizado pela Secretaria Administrativa Parlamentar Permanente do Mercosul, “revela que do total das 74 normas do Mercosul que implicam trâmite parlamentar, apenas 16 foram aprovadas pelos Congressos dos quatro países membros. No caso do Brasil, porém, já foram aprovadas cerca de 55% das normas encaminhadas ao exame do Congresso. Contudo, um outro dado chama a atenção: existe um total de 27% das normas Mercosul que, por algum motivo, nem sequer foram enviadas ao Congresso Nacional”.

Pode alguém questionar a validade do Parlamento do Mercosul tendo em mente que a criação desse órgão de âmbito regional envolve, obviamente, consideráveis gastos adicionais para os governos.

Pode alguém perguntar: se o Parlamento do Mercosul não pode elaborar fazer leis qual será, então, sua utilidade?

Respondo: o Parlamento será o espaço privilegiado para os grandes debates políticos acerca dos rumos da integração, que hoje não tem um fórum adequado.

Respondo ainda: o Parlamento do Mercosul propiciará, por fim a indispensável participação da sociedade civil no processo de integração. O Parlamento será uma tribuna para as reivindicações daqueles setores que vêm recebendo os impactos do processo integracionista e que não tem hoje onde reclamar.

Por fim, abordo um fato destacado pelo Senador Sérgio Zambiasi: a criação do Fundo de Convergência Estrutural, que é essencial para a integração. É importante citar que a União Européia, que tem modelo de integração semelhante ao adotado pelos fundadores do Mercosul, também estabeleceu um fundo comum. De início, destinado exclusivamente à agricultura, o Fundo europeu passou a atender, mais adiante, outros objetivos, como desenvolvimento regional e programas educacionais e culturais.

Temos de aprofundar o processo integrativo para promover a modernização e o desenvolvimento das regiões mais pobres da região, como bem ressaltou o Presidente Lula.

Parlamentar há mais de quatro décadas, eu não poderia pensar de maneira diferente. Acho que o Parlamento do Mercosul será da maior relevância para o futuro do bloco de nações do Sul da América.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Finanças públicas do Rio Grande do Sul

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a dívida pública do Rio Grande do Sul foi renegociada em 1998, nas gestões de Antonio Britto e Fernando Henrique Cardoso.

Na época, a Resolução do Senado nº 64/98 veio renegociar uma dívida de R\$9,4 bilhões de reais do Rio Grande do Sul. Pagáveis em 30 anos, em parcelas corrigidas por juros de 6% ao ano, mais a variação do IGP-DI. Foi feito um abatimento de R\$1,6 bilhão.

No pagamento das parcelas foi estipulado o limite máximo de comprometimento de 13% da Receita Líquida Real – RLR, sendo que, em caso de atraso de pagamento, que é o que tem ocorrido, esse limite passaria para 18% da RLR.

O que na época foi considerado o acordo possível, acabou gerando um grave passivo para o Estado. Um dos principais responsáveis por esse passivo foi a nociva e constante política de juros altos, que imediatamente refletiram no IGP-DI, e o costumeiro descumprimento das obrigações federais com o Rio Grande do Sul – leia-se ressarcimento da Lei Kandir.

(É bom lembrar que sobre uma renegociação das dívidas dos estados, com o alongamento dos contratos das dívidas e a troca do indexador IGP-DI é hoje proposta vinda de quadros do próprio partido do Presidente, como do Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel.)

Isso gerou um quadro aterrador para as finanças públicas do Rio Grande do Sul. A alteração dos termos e limites desse acordo de renegociação é vedada pela Lei de Responsabilida-

de Fiscal. Lei que, em boa hora, veio restringir e disciplinar os gastos públicos e, o que não custa lembrar, teve o voto contrário do antigo PT.

Outro aspecto da Lei de Responsabilidade Fiscal é a imposição, sábia, de limites de endividamento em relação à receita tributária: para estados (duas vezes) e municípios (1,2 vez). O Rio Grande do Sul, no Governo Rigotto, apresenta um índice em decaimento constante, mas continua acima do limite permitido: 2,58%.

É interessante registrar que sobre a dívida do Governo Federal, até hoje, este limite não existe, não está fixado. Está com o Senador Mercadante para relatar a proposta de limitação para o endividamento da União – que ficaria em torno de 3,5 vezes a receita tributária.

Não podemos esquecer de outras, e não menos relevantes, questões que contribuíram para o aumento da dívida e o desequilíbrio das finanças gaúchas: nunca houve o encontro de contas União x RS. Sem isso o Rio Grande do Sul deixa de receber ou abater de sua dívida todos os valores referentes aos investimentos feitos pelo Estado na Aços Finos Piratini, no Pólo Petroquímico de Triunfo, em rodovias federais e em compra de terras para a reforma agrária.

Esses valores montam em torno de, pelo menos, R\$1 bilhão, estimativa mínima e grosseira a valores de hoje.

Proponho, desde 1991, a criação de uma Comissão Tripartite – Senado, União e estados (o Rio Grande do Sul em primeiro lugar) – para fazer o encontro de contas. Modelo semelhante deve prosseguir para exames de dívidas de outros estados.

Ao contrário de colaborar, os governos federais sempre recusaram qualquer iniciativa para o encontro de contas. De Malan a Palocci, os ministros concordam e acham que é justo, mas não agem e não proporcionam nem buscam a renegociação.

Além disso, não custa lembrar, o episódio da MP das estradas veio para oficializar a ajuda do Governo Federal FHC

ao Governo Estadual Olívio Dutra, que, ao final de 2002, não tinha dinheiro para pagamento de pessoal. Em troca da transferência da responsabilidade sobre a manutenção das rodovias federais foi destinado ao Estado algo em torno de R\$ 300 milhões, a ajuda que seria ratificada no Governo Federal do PT. Contudo, pelo contrário, no governo do PT, o que se queria, por exemplo, na MP da concessão estradas federais, era proibir todo tipo de ação judicial do RS para reaver seus créditos contra a União e – o mais absurdo – a renúncia a qualquer ação futura no sentido de buscar no Governo Federal os recursos que lhe são de direito.

Também, na incansável luta para implementar maiores recursos para o Rio Grande do Sul, incluí a Metade Sul e o Noroeste do RS dentro da repartição especial de recursos de que trata a alínea *c* do artigo 159 da Constituição Federal – destinados às regiões historicamente deprimidas em termos sociais e de economia degradada.

Esta proposta – que está como PEC autônoma e como emenda à Reforma Tributária, simplesmente não anda na Câmara. O Governo Federal não quer nem uma, nem outra. O Relator, Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais, disse, em reunião da bancada gaúcha, ser simpático à idéia e ao Rio Grande do Sul. Entretanto, não há conclusão.

Se há acordo por parte do Governo em relação à Metade Sul e o noroeste do Rio Grande do Sul, outras regiões pobres do País foram incluídas no art. 159 da Constituição, por unanimidade aqui no Senado Federal. Por que não fatiar a PEC maior da reforma tributária e promulgar essa parte do texto acordado?

Outra coisa ainda pendente: em 2004 o Governo Rigotto consultou o Ministério da Fazenda sobre a possibilidade de contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com juros e condições muito melhores que as locais. Com a entrada desses recursos, haveria uma folga de caixa suficiente para abater a dívida pública principal.

O Banco Mundial considerou viável a operação de crédito e, também consultou, em 2004, a Fazenda para saber sobre os procedimentos legais.

Sobre esse assunto vou lembrar o que deu no *Zero Hora* durante a campanha eleitoral:

“O Presidente Lula disse considerar aceitável a sugestão do PT de alongar a dívida do Estado por meio de empréstimo internacional.”

Na época eu respondi a ele:

“Presidente Lula, não precisa esperar as eleições para isso, basta determinar ao Tesouro que autorize pedido encaminhado em 2004 pelo Estado nesse sentido.”

Não houve até agora, sequer, respostas da Fazenda, do Tesouro ao Rio Grande do Sul e ao Banco Mundial.

Este financiamento depende e é avalizado pelo Tesouro Nacional. Sem a concordância do Governo Federal o Senado não pode autorizar a operação de crédito externo.

Esse tipo de financiamento poderia ser aplicado em outros estados. No ofício do Banco Mundial são citados os seguintes estados que podem e querem realizar essa operação de crédito: Minas Gerais, Ceará e Piauí.

Presume-se que eles também não obtiveram nenhuma resposta do Governo Federal.

Além disso, vislumbra-se, inclusive, operações de crédito externo que podem ser trocadas por investimentos em educação por exemplo. Organismos multilaterais ventilaram a idéia de abater na dívida pública todos os recursos diretamente aplicados em programas sociais e educacionais.

Não falta atitude ou inventividade dos governadores e das instituições financiadoras. Mas sem o apoio do Governo Federal nada se concretiza.

Sobre estas propostas quero convidar, mais uma vez o Ministro da Fazenda – o atual – para vir ao Plenário da Co-

missão para discutir conosco o que se pode fazer com a grave questão da dívida dos estados.

Em especial, vou debater com o Ministro esse conjunto de idéias e propostas referentes ao Rio Grande do Sul.

Na questão da operação de crédito externo, é importante, também, que o representante do Banco Mundial seja convidado a participar neste debate.

Agora vamos ao ponto fulcral deste debate: o renitente e habitual descumprimento dos repasses da Lei Kandir. Anualmente, o Governo Federal, FHC e Lula, deixa um rombo em torno de R\$1 bilhão/ano, proveniente do ICMS que entraria nos cofres do Rio Grande do Sul.

Nunca se cumpriu, econômica e juridicamente, a Lei Kandir: sempre se ficou à mercê da vontade política no ressarcimento aos estados exportadores. Temos uma lei técnica cuja aplicação é política.

Em relação a essa questão, proponho dois caminhos: permitir que os valores não repassados na Lei Kandir possam ser abatidos, mensalmente, do pagamento da parcela da dívida estadual. Ou uma nova Lei com uma nova avaliação sobre os créditos dos estados exportadores.

Apresentei este projeto de lei para uma nova Lei Kandir. Ele foi elaborado com a colaboração da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Além da definição de uma nova sistemática de repasse dos recursos devidos, o projeto inova – e este é seu ponto principal –, ao autorizar que créditos não repassados sejam compensados nos pagamentos das parcelas das dívidas estaduais.

A matéria recebeu parecer favorável, mas foi sugerida uma emenda supressiva sob a alegação de que esta compensação fere os princípios basilares do Direito, tal como o Ato Jurídico Perfeito, que se configura o acordo de assunção de dívida que foi feito pela União e o ente federado.

Como este é o cerne do projeto, entendemos que as restrições legais que a Relatora alega obstar ponto da proposição, devem ser melhor entendidas, sob a ótica da União, e ela como parte contratual pode muito bem confirmar ou divergir desta inovação, o Veto do Presidente, ou, se a esta anuir, com a sanção na forma integral.

Outro ponto levantado que foi pelo ilustre Líder do Governo é a falta do dimensionamento do quanto esse ressarcimento vai custar aos cofres do Tesouro Nacional. Ademais, que tal avaliação demandaria elaborado estudo para que fossem feitos balizamentos adequados a este mini encontro de contas.

Data venia ao sempre ilustre líder, mas vou divergir em tudo de Vossa Excelência. A preocupação com os cofres nacionais é meritória e dela também compartilho, mas não posso, não admito que os cofres do meu Estado sofram penúria por distratos feitos pelo Governo Federal.

Nunca a Lei Kandir foi cumprida como Lei. Sempre seus repasses foram esmolares, politicamente humilhantes, sem nenhum respaldo técnico por parte dos tecnocratas federais. Só para lembrar ao ágil Líder, na proposta orçamentária do ano retrasado (2004) o Ministro Palocci havia colocado na rubrica apara ressarcimento pela Lei Kandir a estonteante e muito bem embasada tecnicamente – como quer o Líder – fantástica dotação de zero reais. Depois de muita e vergonhosa mendicância dos governadores dos estados exportadores, o ilustre Ministro condescendeu “tecnicamente” com R\$900 milhões para ser rateado entre todos.

Se a questão são os reais dimensionamentos dos valores – que, repito: nunca tiveram tratamento técnico de verdade, mas se é isso que emperra a aprovação do projeto, proponho então que dentro do Confaz, junto com o Tesouro, seja criado um grupo multi-representado federativamente para efetuar essa contabilidade. E que reais valores sejam avaliados e aí, se for o caso, então devidamente compensados, como quer o projeto.

Assim, insistimos que o projeto deve ser acolhido no texto originalmente apresentado, pois com a retirada do dispositivo

que permite as compensações de créditos e débitos, conforme propõe a relatora, o projeto perderá um de seus principais objetivos.

Não custa lembrar: O Rio Grande do Sul é um dos estados que sofrem com a dívida, mas a situação afeta a todos. Logo, este debate é amplo, é nacional. Interessa a todos os estados, é o início do debate para um novo Pacto Federativo.

Muito obrigado.

SEGUNDA PARTE

Propostas Legislativas

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2006 – COMPLEMENTAR
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Com fundamento no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a partir de 1º de janeiro de 2007, a União entregará aos estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às respectivas perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, estabelecidas pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

§ 1º O montante previsto neste artigo será calculado em função da carga tributária efetiva, resultante do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, verificada em 31 de julho de 1996, considerando como efetiva a carga tributária autorizada nessa data a cada estado ou ao Distrito Federal, por convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

§ 2º Para efeito do disposto no *caput*, o montante a ser entregue mensalmente será o equivalente a um doze avos da

perda de arrecadação efetiva apurada nos doze meses que antecederem ao mês de julho do ano anterior ao que corresponder a entrega.

§ 3º Do montante de recursos que cabe a cada estado ou ao Distrito Federal, vinte e cinco por cento será entregue aos seus municípios segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal.

§ 4º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, até o exercício subsequente ao que o imposto a que se refere o art. 155, II, da Constituição Federal, tenha tido o produto de sua arrecadação, em proporção superior a oitenta por cento, destinado ao estado ou ao Distrito Federal onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços, por três períodos consecutivos considerados estes nos termos do § 2º.

§ 5º Os estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos de instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

§ 6º Na hipótese de não ocorrer a entrega de recursos nos termos deste artigo até o dia 10 do mês subsequente ao que corresponder a respectiva parcela, calculada nos termos do § 2º, os estados e o Distrito Federal poderão abater o valor desta, do pagamento mensal de suas dívidas para com a União, consolidadas nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, o ICM e o seu sucedâneo ICMS sofreram, em dois momentos, redução na sua base de cálculo original.

O primeiro momento ocorreu por ocasião da edição do Decreto-Lei nº 406, em 1968, que desonerou as exportações de produtos industrializados. A perda de receita decorrente dessa medida pôde ser inicialmente compensada pelo crescimento econômico que caracterizou o “milagre brasileiro”. Mas, devido à sua curta duração, os estados, também prejudicados pela redução da alíquota interna do ICM, buscaram no endividamento os recursos necessários para cobrir os compromissos assumidos. O resultado dessa operação ainda hoje limita e engessa as administrações estaduais, cujas dívidas tiveram um impulso gigantesco com a edição do Plano Real que opera com taxas de juros extremamente elevadas para obter o equilíbrio na Balança de Pagamentos.

A desoneração das exportações de produtos industrializados foi constitucionalizada em 1988. Nessa oportunidade os Estados, finalmente, após duas décadas de reclamos, obtiveram uma compensação, tardia, por essas perdas. Trata-se do Fundo de Ressarcimento às exportações, constituído por 10% da receita do IPI. Os valores originalmente recebidos como compensação pela desoneração do ICMS na exportação de produtos industrializados estão hoje, em termos reais, reduzidos à metade.

A Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir – representou uma nova redução da base do ICMS, agora relativa às exportações de produtos semi-elaborados e primários. Os estados aceitaram essa ação em prol do Plano Real com a condição de que houvesse a compensação, por parte da União, condutora da política econômica, da perda de receita decorrente dessa nova redução de base.

As dificuldades de obter um nível adequado de compensação se fizeram sentir desde o início. Mas se agravaram no tempo, sendo que, atualmente, os valores destinados à compensação alcançam apenas a metade do valor originalmente recebido pelos estados.

A desoneração prevista na Lei Kandir igualmente foi constitucionalizada, fato que ocorreu com a Emenda Constitucional nº 42/2003. A compensação prevista pelo artigo 91 do Ato

das Disposições Transitórias da Constituição ainda carece de regulamentação. Mas o governo federal está dando sinais claros de se elidir desse compromisso. Por essa razão, os valores relativos à compensação dos efeitos na receita da “Lei Kandir” resultam de negociações anuais, sendo que a quantia prevista para os últimos anos para todo o país estacionou nos R\$ 5,2 bilhões, quando as perdas estimadas alcançam R\$ 18 bilhões anuais.

A Lei Kandir também é a Lei Complementar básica do ICMS, repetida em todas as legislações estaduais, retirando força à expressão da existência de “27 legislações do ICMS”. E ela trouxe a concepção de créditos, principalmente os relacionados às exportações, terem liquidez imediata, permitindo seu aproveitamento irrestrito e a transferência incondicional dos excedentes.

Essas duas situações, o direito de uso irrestrito dos créditos e a compensação insuficiente das perdas de receita, levaram ao agravamento das finanças estaduais, já envoltas no turbilhão do endividamento.

A tabela com as perdas e compensações abaixo, envolvendo todo o segmento externo, permite aferir o grau de comprometimento das finanças estaduais do Rio Grande do Sul nos últimos três anos:

Tabela: Potencial de receita, total de ressarcimentos e perda de receita de ICMS, relativos às exportações nas finanças do Estado do Rio Grande do Sul – 2003 a 2005.

Anos	Receita potencial de ICMS sobre exportações (alíquota de 13%)	Total ressarcimentos: FPEX, Lei Kandir e Auxílio financeiro às exportações	Perda de receita
2003	3.161.844.731,00	718.743.911,00	2.443.100.819,00
2004	3.763.969.071,00	719.361.190,00	3.044.607.880,00
2005	3.292.420.857,00	801.866.042,00	2.490.554.816,00

Fonte: Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do RS.

A perda de receita nos fluxos de exportações representa o volume de recursos que está sendo drenado para os agentes

do comércio exterior, seja ele em favor dos exportadores ou dos adquirentes externos. A distribuição desses recursos entre exportadores e adquirentes depende da elasticidade-preço da oferta e da demanda. Mas a perda, com certeza, desemboca nas finanças estaduais.

No que concerne ao valor dos créditos absorvidos pelo Estado do Rio Grande do Sul em relação às exportações cabe informar que, além do aproveitamento e da transferência de todos os créditos relativos a operações entre os estabelecimentos da mesma empresa, cuja mensuração não é possível pela não diferenciação dos créditos nos informes oficiais, são autorizadas transferências de créditos entre empresas em torno de R\$ 900 milhões por ano.

Considerando que a arrecadação total do ICMS se situa em R\$ 10 bilhões anuais e contrapondo os valores relativos às perdas de receitas nos fluxos externos (em torno de R\$ 2,5 bilhões) e de créditos transferidos (R\$ 900 milhões), obtém-se uma idéia da magnitude que representa, em termos financeiros, a equação montada pelas desonerações das exportações e seu sistema de compensações insuficientes, num contexto de aproveitamento liberalizado de créditos definido pela lei básica do ICMS, a Lei Kandir, e sob a condição financeira de cumprir o acordo de amortização da dívida para com a União.

Por fim, ressalte-se que o ressarcimento das perdas pela desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados findará, de acordo com o § 4º do art. 1º do PLC, na hipótese de advir uma reforma tributária que direcione o ICMS para o princípio do destino.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 18, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069/90 fica acrescida dos seguintes artigos:

Art. 74-A. As obras audiovisuais referentes a CINE-MA, VÍDEO, DVD e congêneres deverão ser classificadas segundo a faixa etária a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

Parágrafo único. A Classificação de que trata o *caput* consiste em:

- I – livre;
- II – inadequado para menores de 10 (dez) anos;
- III – inadequado para menores de 12 (doze) anos;
- IV – inadequado para menores de 14 (quatorze) anos;
- V – inadequado para menores de 16 (dezesesseis); e
- VI – inadequado para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 75-A. A classificação indicativa por faixa etária será justificada com base no grau de conteúdos de sexo, drogas e violência e em descrições temáticas de cenas analisadas.

Parágrafo único. Correspondências entre gradação dos conteúdos e descrições temáticas serão regularmente discutidas em âmbito interno do órgão competente e em consultas públicas.

Art. 2º O artigo 75 e o § 1º do 149 da Lei nº 8.069/90 passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 75.

§ 1º

§ 2º O acesso de crianças e adolescentes a obras audiovisuais classificadas como inadequadas à faixa etária, na qual se inserem, será permitido na companhia dos pais ou responsáveis expressamente autorizados e observados os limites abaixo:

I. crianças de 10 a 11 anos poderão ter acesso a espetáculos e diversões públicas classificados como Inadequados para menores de 12 anos;

II. adolescentes de 12 a 13 anos poderão ter acesso a espetáculos e diversões públicas classificados como Inadequados para menores de 14 anos;

III. adolescentes de 14 a 15 anos poderão ter acesso a espetáculos e diversões públicas classificados como Inadequados para menores de 16 anos;

IV. crianças de 0 a 9 anos poderão ter acesso a espetáculos e diversões públicas classificados como "Livre" e também como "Inadequados para menores de 10 anos" apenas na companhia de seus pais ou responsáveis;

V. não será permitido, em qualquer hipótese, o acesso de crianças e adolescentes a diversões ou espetáculos públicos cuja classificação recebida corresponda a "Inadequado para menores de 18 anos".

§ 3º O documento de autorização de que trata o parágrafo anterior poderá, inclusive, ser manuscrito, desde que seja legível e contenha os dados essenciais dos envolvidos. Essa autorização deverá ser retida

no estabelecimento de exibição, locação ou venda de obras audiovisuais destinadas a cinema, vídeo e DVD. (NR)

Art. 149.

I –

II –

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, observado o disposto no art. 75, levará em conta, dentre outros fatores:

.....

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Visa o presente projeto de lei dirimir uma situação conflituosa e muitas vezes restritiva aos direitos das crianças e adolescentes, quanto a sua presença em atividades culturais, no caso específico, cinema, teatros e salas de exibição de DVD, vídeos e congêneres, quando em desacordo com as classificações indicativas estipuladas pelo Ministério da Justiça, órgão competente para regular e dispor sobre o assunto.

Com efeito, o entendimento dado à matéria pelo Ministério da Justiça, é que a classificação por faixa etária é uma indicação e orientação que os pais e responsáveis podem acatar quando da permissão para que seus filhos e tutelados possam ir aos respectivos espetáculos. Não é de forma alguma um enquadramento impositivo, censurador. Os mecanismos coercitivos e limitadores das atividades dos menores é assunto bem tratado em bons diplomas legais. O amparo e a proteção da infância não está desguarnecido.

Entretanto, a despeito das regulações sobre a classificação indicativa e as liberalidades, relativas à presença de menores nestes eventos, previstas no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê e pressupõe o exercício da autoridade familiar, dentro de limites é claro, o que vem ocorrendo é uma distorção no entendimento de a quem afinal

cabe o papel primordial de zelar pela integridade do menor. É situação comum que cinemas e casas de espetáculo munidos de advertências judiciais e ameaçados de punições administrativas vedem até mesmo a presença, claro que dentro de um princípio da razoabilidade, de menores acompanhados dos pais ou responsáveis, afrontando direitos e garantias fundamentais, inclusive, o do exercício do pátrio poder.

De forma que proponho que, dentro de limites clara e rigidamente definidos, e sem prejuízo das autoridades que zelam pelos direitos previstos no ECA, possamos flexibilizar e dividir responsabilidades, com os titulares – pais e responsáveis – que, insisto são os titulares naturais destas obrigações.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

**PROJETO DE LEI Nº 30,
DE 2006 – COMPLEMENTAR**
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 32 da
Lei Complementar nº 87, de 1996.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 32 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 32.
I –
II –
III –

§ 1º A União ressarcirá os estados e o Distrito Federal, impreterivelmente, até o dia 15 do mês subsequente das desonerações.

§ 2º O não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior, autoriza os estados e o Distrito Federal a não implementarem o pagamento de suas dívidas de qualquer natureza junto à União, até a igualdade dos débitos entre si.

§ 3º A União ressarcirá os estados e o Distrito Federal às desonerações já ocorridas, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A arrecadação financeira dos estados, do Distrito Federal e dos municípios é deficiente, não propiciando recursos para investimentos nas áreas econômica e social. Assim, também acontece com o Governo Federal, diante das imensas dívidas, tanto interna quanto externa.

Apesar do enorme esforço de estados, Distrito Federal e municípios para saldar suas dívidas junto ao Tesouro Nacional, elas estão sempre crescendo.

Uma das razões desse fato é o não-cumprimento da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87) ou seu cumprimento apenas pela metade. Assim, os Estados cumprem a sua parte, renunciando ao ICMS com a finalidade de baratear o produto para a exportação, tornando-o mais competitivo no mercado internacional. Entretanto, a União não vem cumprindo a sua parte, eximindo-se do dever de ressarcir os estados e Distrito Federal por essa renúncia. Por extensão, os municípios também ficam prejudicados nos repasses que lhes cabem.

Deste modo, submeto aos meus pares este Projeto de Lei Complementar, que sujeita a União ao cumprimento de um prazo – 15 dias – para ressarcir os estados e Distrito Federal das renúncias havidas. Sem isso, os estados e Distrito Federal passarão a recolher o ICMS devido, até que sejam ressarcidos.

Além disso, o projeto obriga a União a ressarcir, em 30 dias, a dívida acumulada até à data da publicação da Lei.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284,
de 2 de março de 2006.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que "Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; 4.771, de 15 de setembro de 1965; 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências", passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 10.

§ 4º O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal."

Art. 2º O art. 58 da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa alterar a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que versa sobre gestão de florestas públicas, que foi, parcialmente, sancionada pelo Presidente da República.

Cumprе ressaltar que a matéria quando tramitou no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açodado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, urgência e modernidade no que estava proposto. Além disso, afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas, que, diga-se de passagem, está longe de ser consensual no mundo inteiro, tanto como norma, tanto como modelo de gerenciamento.

E, ainda assim, na sanção da Lei, houve o governo por entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional. Os dispositivos que pretendemos retomar do texto original não são, um luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas relocalações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para como Poder Legislativo.

O art. 1º deste instrumento visa a reinserir o § 4º ao art. 10 da referida lei determinando que a concessão de florestas públicas que tenha área superior a 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o art. 2º, aqui proposto, restabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro, como era no texto original na referida lei.

É muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois trata-se de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no País e a nós cabe o dever de preservá-las.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 57, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.504/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.

I –

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos;

VIII – organizações não-governamentais;

IX – sociedades beneficentes;

X – sociedades esportivas;

XI – empresas que tiverem qualquer tipo de contrato com a Administração Direta ou Indireta da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, sob pena de nulidade imediata e absoluta de todos os contratos, sem direito a indenizações reparatórias por danos emergentes ou lucros cessantes.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica que contribuir para campanha eleitoral fica impedida de contratar, direta ou indiretamente, com a administração pública durante os quatro anos seguintes àquela eleição.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2005, o Senado Federal se debruçou de maneira impetuosa e decidida na discussão de alterações, ainda que mínimas necessárias para moralizar as legislações eleitoral e político-partidária. Apreciamos, em tempo recorde, o PLS nº 255/2005 do Senador Jorge Bornhausen, que, se não resolvia todos os problemas, já trazia em si o germe de regras eleitorais mais purificadoras do processo e menos suscetíveis de desvios e corrupção.

Dentre estes avanços, o PLS nº 255/05 dispunha, de maneira clara, sobre as condições do financiamento das campanhas políticas. Em sua proposta de alteração do art. 24 da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral) constavam os devidos limites e restrições que, na opinião do autor do projeto, deveriam ser aplicadas, inclusive, com muita severidade.

Pois bem, a despeito de sermos favoráveis ao financiamento pleno e exclusivamente público das campanhas políticas, entendemos, na época, que às vezes temos de buscar os aprimoramentos viáveis, ainda que mínimos e ainda que graduais, em nosso ordenamento jurídico.

O projeto, então, definia que era vedado aos particulares que possuíam contrato com a administração pública contribuir para candidatos ou partidos. Na ocasião, entendi que este já era um grande avanço, e com o objetivo de melhorar a proposição, apresentei e defendi uma emenda que instituía e resguardava a devida simetria que a regra exigia: Se era proibido pelo contratante doar, é lógico e coerente que esta restrição deveria prosseguir para instituir que quem doa, também fique vedado contratar com a administração pública pelo período do mandato subsequente. Na argumentação da emenda assim me expressei:

“O tema contribuinte de campanha, candidato e corrupção é assunto de intenso debate na sociedade brasileira. Cumpre registrar que o primeiro grande movimento que surgiu atentando para esses perniciosos vínculos adveio após, e como

conseqüência lógica direta, as CPI do Collor-PC e a dos Anões do Orçamento.

À época, ficou demonstrado como mais que evidente que grande parte da corrupção que afeta a vida e a administração pública começa na campanha eleitoral. É durante o processo eleitoral que se criam e se estreitam relacionamentos entre doadores de campanha e candidatos que, geralmente, ao desamparo da Lei, irão ser cobrados mais tarde quando da investidura e do exercício do cargo público.

A sociedade fica refém destes contratos obscuros em que o compromisso político se transforma e se avaliza no compromisso com a coisa pública, notadamente no desvio, na malversação, na corrupção e no roubo dos dinheiros públicos.

Após essas importantes CPI, apresentei requerimento com todas as assinaturas exigidas, propondo ao Congresso Nacional a extensão normal e lógica daqueles trabalhos, por meio da criação da CPI dos Corruptores. Infelizmente, por obstrução – na forma que seria, hoje, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como ilegítima –, pelos partidos da base do Governo de então, o PFL e o PSDB, que não indicaram os membros. Em conseqüência, a CPI não se instalou, não foram realizados os seus propósitos.

O retrato da crise política que vemos hoje nada mais é do que uma seqüência de aplicação destes costumes ilícitos, por parte dos partidos governantes de agora. Essas práticas já poderiam ter sido defenestradas de nossa realidade político-institucional. Infelizmente não foram. Agora, no entanto, surge uma nova oportunidade de correção de rumos e normas.

É o que este projeto vislumbra e, neste aspecto da corrupção eleitoral, ele começa bem. Vejamos o que ele propõe em seu art. 24, inciso XI:

“XI – empresas que tiverem qualquer tipo de contrato com a Administração direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, sob pena de nulidade imediata e absoluta de todos os contratos, sem direito a

indenizações reparatórias por danos emergentes ou lucros cessantes”.

Vemos que é salutar a proposta, pois quebra a espinha dorsal de um elo que pode criar ou ensejar relações corruptas e criminosas entre empresas e a administração pública. Entretanto, acredito que temos que ir além e bloquear as possibilidades concretas de brechas vindouras à corrupção.

Por isso proponho que, além da proibição da contribuição da empresa que já é contratante da administração pública, este impedimento se estenda, de forma a garantir uma simetria especular jurídica formal, à empresa contribuinte de campanha que não tenha contrato, a vedação de, no futuro imediato à eleição, possa contratar, direta ou indiretamente, com a administração pública.

Dessa forma, acredito que evitaremos, em grande parte, esta verdadeira praga que é a corrupção na coisa pública.”

Entretanto, ao final da discussão e votação do projeto na CCJ, esta entendeu que nem as restrições e limitações propostas pelo autor do PLS nº 255/2005 nem a minha contribuição deveriam ser aceitas. O texto enviado à Câmara dos Deputados, *data venia* meus pares e a douta CCJ, no meu entender ficou insuficiente, temerário e de precário equilíbrio e controle jurídico e jurisdicional. Acredito que, aprovada a regra proposta, estaremos, aí sim, escancarando as portas para a corrupção nas campanhas eleitorais. De forma que, com esta proposição, torno a insistir para que este assunto seja devidamente analisado novamente, agora sem o acodamento dos prazos urgentes que a tramitação legislativa e legal exigia.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 63, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De acordo com o disposto nos arts. 26 e 27, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será incluído na base nacional comum curricular do ensino fundamental e médio componente dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

Art. 2º O componente curricular a que se refere o art. 1º deve observar as seguintes diretrizes:

I – difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – estudo dos direitos e deveres do cidadão;

III – defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

IV – estímulo à ação comunitária.

Parágrafo único. No desenvolvimento das diretrizes dispostas neste artigo deve ser dado destaque a fatos da atualidade, de ordem local, regional, nacional ou internacional.

Art. 3º Os sistemas de ensino decidirão sobre a carga horária a ser dedicada ao componente curricular de que trata esta Lei, que poderá também ser cumprida mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação ética e cívica dos alunos.

Art. 4º Será incluído componente curricular de que trata esta Lei na base nacional comum curricular dos cursos de formação dos profissionais da educação.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação estabelecerá as diretrizes para que o componente curricular de que trata o *caput* deste artigo seja incluído em:

I – curso de licenciatura, de graduação plena, de qualquer área;

II – curso de educação superior, de qualquer área, desde que tenham cumprido programa de formação pedagógica;

III – curso normal superior, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

IV – curso normal de nível médio, para a formação de docentes para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries ou ciclos correspondentes do ensino fundamental.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no ano seguinte à sua publicação.

Justificação

Em 1997 apresentei esta proposta de inclusão na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – de dispositivo que institui como componente curricular transversal de disciplina voltada para o ensino da ética e dos princípios de cidadania. A proposta foi arquivada, por isso torno a apresentá-la. Considero que as motivações e os argumentos para justificar a proposta continuam os mesmos, que faço questão de repeti-los:

“A presente proposta tem por finalidade romper com a visão cada vez mais predominante de que a escola de nível básico deve tão-somente transmitir informações e saberes que tenham utilidade para a vida profissional ou para a continuidade dos estudos em nível superior. É preciso rejeitar essa concepção puramente instrumental da escola, tornando mais conseqüente o fato de que ela é também responsável pela formação ética e cívica dos estudantes. Essa responsabilidade ganha ainda maior relevância diante do tempo cada vez mais exíguo que muitos pais dispõem para conviver com seus filhos, educando-os adequadamente, e também diante do papel por vezes deletério que os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, assumem na formação das personalidades das crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a criação de um componente curricular para a abordagem de questões éticas e cívicas se reveste de inequívoca importância.

É bem verdade que a abordagem interdisciplinar e transversal de temas de natureza ética e cívica tem sido mais valorizada pela maioria dos educadores. Ela permite um tratamento mais flexível a tais conteúdos, evitando a sobrecarga curricular. Assim, por exemplo, um professor que trata da expansão colonial do início da época moderna terá uma excelente oportunidade de falar aos seus alunos sobre o pluralismo cultural e étnico. Um professor de biologia, por sua vez, mostrará a falácia das tentativas de dar caráter científico ao conceito de raça superior. Já o professor de língua portuguesa poderá discorrer sobre as manifestações racistas na literatura brasileira e as suas contestações por poetas e prosadores. Enfim, um mesmo tema, no caso, o pluralismo cultural e étnico, poderá ser abordado por várias disciplinas, com um tratamento voltado para o cotidiano dos alunos.

Entretanto, julgamos insuficiente o tratamento desses temas apenas por meio de abordagem interdisciplinar e transversal. Cada vez mais o professor é pressionado a cumprir o conteúdo tradicional de sua disciplina dentro de um prazo rígido, dispondo de pouco tempo para discorrer sobre questões de fundo ético. As pressões de nossa sociedade utilitária, das

cobranças do vestibular, dos concursos e exames de seleção, todos cada vez mais competitivos, tiram do professor a disponibilidade de tempo para tratar desses temas, o que freqüentemente recebe a complacência de pais incautos e de estudantes ainda imaturos, uns e outros mais preocupados com o “sucesso” escolar, medido por notas altas, e com o bom êxito na futura vida profissional, compensando o “investimento” feito pela família. Fatos importantes do dia-a-dia nem sempre encontram a possibilidade de debate em sala de aula. Afinal, há que cumprir um conteúdo para a prova da semana seguinte, ou, então, um tema relevante não se enquadra claramente em nenhuma das disciplinas tradicionais, mais freqüentemente ainda, enquadra-se em várias, com o resultado de que ninguém se sente responsável pela sua abordagem. E o assunto passa em branco.

A proposta ora apresentada é flexível e nada tem a ver com o autoritarismo de que temos um exemplo recente na finada disciplina Educação Moral e Cívica, em boa hora banida das escolas; mediante iniciativa do Governo do Presidente Itamar Franco, aprovada pelo Legislativo. Nem mesmo nome possui o componente curricular que propomos. Apenas foram estudadas as suas diretrizes, que permitem o tratamento de uma diversidade de temas e abordagens, como o respeito às regras de trânsito, a relevância de um convívio respeitoso com os deficientes físicos e os idosos, a discussão sobre os princípios éticos envolvidos na doação de órgãos humanos, o estudo das formas de discriminação étnica, ou debates sobre desigualdades sociais, entre tantos outros.

Fica aberta, ao mesmo tempo, a possibilidade de saída da aula tradicional, mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação ética e cívica dos estudantes. Dessa forma, uma aula sobre violência no trânsito pode ocorrer por meio de uma palestra de um policial especializado na matéria; sobre drogas, pela palestra de um médico ou psicólogo; sobre o respeito aos idosos, por meio de uma visita a um asilo; sobre a importância do Poder Legislativo, pela visita a uma de suas Casas; sobre a ação comunitária, mediante a participação em

um trabalho de melhoria das instalações da própria escola. Por outro lado, temas que ganham relevância local, ou mesmo nacional e mundial, poderiam ser discutidos sem tão grandes preocupações com o tempo, usando-se uma linguagem própria para os jovens, que nem sempre está disponível nos programas de televisão, jornais ou revistas.

Os professores do componente curricular poderão ser selecionados entre os licenciados de qualquer área, com graduação plena; os portadores de diploma de educação superior que tenham cumprido programa de formação pedagógica; e os diplomados em curso normal superior e médio. Como se pode ver, não haveria dificuldades maiores para a seleção de docentes, uma vez que o componente curricular que propomos exige mais um conjunto de conhecimentos gerais e a disposição de trabalhar com as diretrizes e abordagens a serem fixadas na lei do que uma habilitação específica. Para se dedicar à nova área, as escolas públicas tanto poderão convidar professores que já estão na carreira do magistério oficial, mas se dedicam a outras disciplinas, como terão a liberdade de fazer concursos específicos para a seleção de novos profissionais.

Bem sabemos que não se deve esperar que a escola tenha um poder mágico de resolver todos os problemas ligados à formação ética e cívica dos jovens. Entretanto, não podemos admitir que, ante o conhecimento de fatos bárbaros, desafiantes dos mais elementares princípios de civilidade, fiquemos a nos perguntar pelos culpados, como a nos eximir de uma responsabilidade que também tem um fundo coletivo. É preciso atacar o problema, e a proposta que ora apresentamos constitui uma contribuição para que a escola assuma sua parcela de responsabilidade, ajudando no desenvolvimento de personalidades preocupadas com o respeito aos demais indivíduos e empenhadas na construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, cabe lembrar que a Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, prevê, em seu art. 26, que "os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de

ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Ao mesmo tempo, seu art. 27, estabelece que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar, como uma de suas diretrizes, "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática". Dessa forma, julgamos ser plausível admitir que a União institua a sugestão que propomos, usando de sua prerrogativa de fixar diretrizes e bases da educação nacional (Constituição Federal, art. 22, inciso XXIV), algo que naturalmente não se esgota com a LDB.

Em vista das razões expostas, solicitamos o apoio de nossos Pares para a aprovação deste Projeto de Lei."

Sala das Sessões, Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 70, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....
.....

§ 7º A implantação de rede de distribuição de água ou de energia elétrica em assentamento humano estabelecido em desacordo com esta Lei equipara-se, para todos os efeitos, ao parcelamento do solo. (NR)”

“Art. 16.....
.....

§ 3º A prestação dos serviços de distribuição de água e de energia elétrica somente poderá ser realizada após a aceitação das obras executadas. (NR)”

“Art. 37-A. A prestação dos serviços de distribuição de água e de energia elétrica a loteamento ou desmem-

bramento irregularmente executado dependerá de prévia autorização dos órgãos urbanísticos e ambientais.”

“Art. 51. Quem, de qualquer modo, concorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta Lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial os atos praticados na qualidade de mandatário de loteador, diretor ou gerente de sociedade ou de dirigente de órgão ou empresa prestadora de serviço público. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º

§ 5º As perdas comerciais decorrentes de ligações clandestinas às redes de infra-estrutura utilizadas na prestação do serviço, serão consideradas como custos gerenciáveis, de responsabilidade exclusiva da concessionária. (NR)”

Art. 3º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população, das redes de infra-estrutura e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados ao ordenamento territorial da cidade, tendo em vista os interesses e necessidades da população e as características locais;

VI –

.....

h) a instalação de redes de infra-estrutura em desacordo com a ordem urbanística estabelecida pelo plano diretor.

.....

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária, regulatória e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

.....
XIII – anuência do Poder Público municipal e consulta à população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente urbano, natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

.....(NR)”

“Art. 4º.....

IV – institutos regulatórios, tributários e financeiros:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

d) regulação dos serviços públicos de transporte coletivo, distribuição de energia elétrica e de água e esgotamento sanitário.....(NR)”

Art. 4º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.

.....
§ 4º Na regulamentação deste artigo, a ANEEL levará em conta, dentre outros fatores, a ordem urbanística, a proteção ambiental, a taxa de atendimento da concessionária ou permissionária, considerada no global e desagregada por município e a capacidade técnica, econômica e financeira necessárias ao atendimento das metas de universalização.

§ 14. A delimitação das áreas a que se refere o inciso I será feita em colaboração com os órgãos estaduais e municipais de política urbana e ambiental. (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O parcelamento irregular do solo urbano é responsável por inúmeros problemas vivenciados pelos moradores das principais cidades brasileiras: poluição de recursos hídricos, propagação de doenças respiratórias e infecto-contagiosas, congestionamentos de trânsito e aumento dos custos de urbanização, dentre outros.

Além de comprometerem o ordenamento territorial do município, esses assentamentos provocam grave degradação ambiental, na medida em que contribuem para a erosão da terra e o assoreamento dos rios. Em muitos casos, caracterizam-se como áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos e alagamentos, que têm por vítima principal a população de baixa renda.

A ocupação irregular do território é agravada pela desarticulação entre a prestação de serviços públicos e as políticas urbana e ambiental. É raro, por exemplo, encontrar um loteamento clandestino que não esteja abastecido com água e energia elétrica, o que, por sua vez, contribui para seu adensamento e cria um fato consumado de difícil reversão.

O presente projeto de lei visa eliminar essa incoerência nas políticas públicas, contribuindo para reduzir a ocupação irregular do solo urbano, mediante o controle do principal insumo logístico necessário para a consolidação de loteamentos clandestinos, que é o abastecimento de água e energia elétrica.

O desenvolvimento urbano é regido na esfera federal pelas Leis nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 2001, mais conhecida como “Estatuto da Cidade”, que estabelece as diretrizes e os instrumentos da política urbana.

Os loteamentos devem ser realizados segundo projetos aprovados pelas autoridades municipais, em áreas e segundo parâmetros previamente estabelecidos pelo plano diretor, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 182, § 1º, da Constituição Federal).

A execução de loteamentos à margem desse processo é caracterizada como crime e sujeita o infrator a penas que vão de um a cinco anos. Admite-se, entretanto, a sua regularização pela Prefeitura, para “evitar lesão aos padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes” (art. 40 da Lei nº 6.766, de 1979).

Nas etapas iniciais de um assentamento irregular, o abastecimento de água e energia elétrica é feito por meio de ligações clandestinas, mais conhecidas como “gatos”. Muitas dessas ligações são realizadas por verdadeiros empresários, que furtam água e energia elétrica no “atacado”, para vendê-las no “varejo” aos demais moradores.

Posteriormente, muitas concessionárias oficializam essas ligações e passam a cobrar tarifas. Ainda assim, é grande a dificuldade em gerenciar o serviço, uma vez que, em muitos casos, os funcionários da concessionária são hostilizados pelos moradores.

Toda essa atuação das concessionárias de serviços públicos em assentamentos irregulares ocorre à revelia das políticas urbana e ambiental dos estados e municípios. Ocorre que a provisão de infra-estrutura tem efeito indutor sobre a ocupação do território, estimulando a ocupação das áreas atendidas. A extensão das redes de distribuição de água e energia elétrica a um loteamento clandestino não apenas consolida a sua ocupação, mas fundamentalmente estimula novos loteamentos, na medida em que cria a expectativa de atendimento dos futuros empreendimentos. Além disso, uma vez oficializadas as ligações, o assentamento tende a se expandir, mediante a implantação de novas ligações clandestinas.

Paradoxalmente, é a própria regulação dos serviços públicos que induz as concessionárias a agirem em prejuízo da ordem urbanística e da proteção do meio ambiente. Muitas vezes, autoriza-se a compensação das chamadas “perdas comerciais”, decorrentes de ligações clandestinas, com o aumento generalizado das tarifas do serviço, pagas por toda a população. Dessa forma, retira-se da concessionária qualquer

incentivo econômico para combater essa prática ilícita, uma vez que ela não arca com nenhum prejuízo.

Além disso, a expansão das redes de distribuição tem sido subsidiada pelas tarifas dos demais usuários, em nome da universalização dos serviços. A implantação de ligações oficiais em assentamentos clandestinos é cobrada, por exemplo, das concessionárias de energia elétrica, independentemente de qualquer consideração urbanística ou ambiental.

Embora a universalização seja um objetivo legítimo, ela não pode se sobrepujar aos valores constitucionais do adequado ordenamento territorial (art. 30, VIII) e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225).

A universalização dos serviços públicos há de ser empreendida em harmonia com a política urbana. Muitos assentamentos irregulares devem ser regularizados. Outros, no entanto, precisam ser desconstituídos, como os situados em áreas de risco ou de proteção ambiental. A opção por uma ou outra providência é de responsabilidade dos órgãos urbanísticos e ambientais, e não das concessionárias de serviços públicos. A Lei nº 6.766, de 1979, detalha o procedimento de regularização de assentamentos irregulares, a ser feito pela Prefeitura Municipal. É preciso que a provisão de serviços seja integrada a essa política, como uma etapa da regularização urbanística.

A presente proposição procura integrar a prestação de serviços públicos à política urbana e ambiental, mediante alteração das respectivas leis.

A Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é alterada para estabelecer a regra geral segundo a qual a ligação do loteamento às redes de distribuição de água e energia elétrica deve ser feita após a aceitação das obras de responsabilidade do loteador. A implantação de rede de distribuição de água ou energia elétrica em assentamentos irregulares é submetida ao regime geral de parcelamento do solo: deverá ser autorizada pelos órgãos urbanísticos e ambientais, a quem incumbe decidir sobre a regularização. Explicita-se, ainda, a responsabilidade penal do dirigente de

órgão ou empresa prestadora de serviço público que contribua para o parcelamento irregular do solo.

O Estatuto da Cidade é alterado, em suas diretrizes, para integrar a implantação de redes de infra-estrutura ao contexto do planejamento urbano, de modo a corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Estabelece-se, ainda, a necessidade de anuência do município para a implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente urbano. A regulação dos serviços de transporte coletivo, distribuição de energia elétrica e de água e esgotamento sanitário é incluída entre os instrumentos da política urbana, devendo ser adequada aos objetivos do desenvolvimento urbano.

A Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre as concessões de serviço público, é alterada, para impedir o repasse automático das perdas decorrentes de ligações clandestinas às tarifas, de modo a criar incentivos econômicos para que as concessionárias desenvolvam medidas de proteção às suas redes.

Por fim, altera-se a Lei nº 10.438, de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, para determinar que a política de universalização leve em consideração a ordem urbanística e a proteção ambiental e que a delimitação das áreas de atendimento obrigatório pelas concessionárias seja feita em parceria com os estados e municípios.

A infra-estrutura urbana é um poderoso instrumento de ordenamento territorial. As medidas propostas permitirão harmonizar sua provisão com as políticas de desenvolvimento urbano e de proteção do meio ambiente, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 95, DE 2006 – COMPLEMENTAR
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona e acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 1º

§ 5º O benefício do sigilo, previsto no *caput*, não se aplica às operações financeiras e às movimentações das contas bancárias vinculadas ao pagamento de contratos celebrados no âmbito da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, independente ou não da existência de processo licitatório para a respectiva pactuação e contratação.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 5º

§ 4º Para os pagamentos previstos no *caput*, é obrigatória a abertura de conta corrente em institui-

ção financeira, em praça nacional, acordada entre as partes, vinculada e de uso restrito e exclusivo a cada contrato específico celebrado com a administração pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objeto desta proposição é dar total abertura e transparência para gastos da administração pública no pagamento dos contratos celebrados à luz da Lei de Licitações, nº 8.666/93, sejam elas realizadas ou não.

A seqüência infundável de malversações, superfaturamentos, desvios e apropriação indevida de recursos públicos, nos leva a concluir e clamar por um aperfeiçoamento das normas que tratam de pagamentos e de contratos.

Este entendimento traz a certeza de que qualquer dispêndio do Erário público, não pode ter a sua movimentação financeira e suas transações bancárias protegidas por sigilo bancário.

E é este caminho que busca a presente proposição para a qual conto com o apoio de meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 122, DE 2006
- COMPLEMENTAR
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, o seguinte inciso:

“Art. 19.

XII – instituir linha de crédito imobiliário para as seguintes situações:

a) aquisição, construção, reforma e ampliação de imóveis residenciais e comerciais, novos ou usados, urbano ou rural;

b) instituição de consórcio imobiliário para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, e lote urbanizado;

c) arrendamento residencial com objetivo de atender à necessidade de moradia da população de baixa renda, até seis salários mínimos, localizada nos centros

urbanos, com opção de compra ao final do período contratado.”

Justificação

A presente proposta tem o objetivo de ampliar o financiamento do crédito imobiliário por instituição financeira pública. Hoje, esta modalidade de atuação no mercado habitacional é restrita à Caixa Econômica Federal.

Dada a capilaridade, confiança e respeitabilidade do Banco do Brasil, é de extrema importância a possibilidade de este banco criar a sua própria carta de crédito imobiliário.

A entrada do referido banco nesse mercado, em muito beneficiará os brasileiros, dos quais a maioria depende deste tipo de financiamento para adquirir a sua casa própria.

Dispor de uma quantia para pagamento à vista é algo muito raro, nos dias de hoje, o que torna o financiamento habitacional a forma mais utilizada para a realização do sonho da casa própria.

Assim, a abertura de crédito e a atuação no mercado imobiliário por mais uma instituição financeira pública – o Banco do Brasil – só tem a beneficiar a sociedade, pois aumenta a oferta, acirrando a competição neste setor, o que – esperamos – reflita-se em pressão para menores juros e taxas, e diminuição dos ônus destas operações financeiras.

Pelas razões expostas, conto com a colaboração dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 44, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Acrescenta § 4º ao art. 5º da Lei nº 10.189,
de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe
sobre o Programa de Recuperação Fiscal
– REFIS.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, o seguinte § 4º:

"Art. 5º.....

§1º

§ 4º A verba de sucumbência de até um por cento do valor do débito consolidado, incluído no Refis ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, substitui o encargo legal de 20% previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969 e alterações posteriores".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta tem o objetivo de uniformizar a aplicação do ônus de sucumbência aplicado aos débitos, quando da adesão do devedor ao Programa de Recuperação Fiscal

– REFIS, e a conseqüente e subseqüente finalização do procedimento processual.

Com efeito, hoje, quando da renegociação dos débitos previdenciários no âmbito do Refis, a Lei nº 10.189/2001 prevê, explicitamente, a aplicação de taxa de sucumbência ao máximo de 1% do valor dos débitos previdenciários. Entretanto, tal patamar não é, isonomicamente, estabelecido nos débitos tributários de outra natureza.

O Judiciário tem entendido, que aos débitos fiscais deve ser aplicada a valoração de honorários da PGFN na regra geral – que é de até 20% – conforme dispõe o Decreto-Lei nº 1.025/69.

Ora, temos de registrar que, além da inexplicável divergência de tratamento, cumpre observar que o contribuinte devedor quando opta por um regime diferenciado para negociação de seus débitos, obviamente, é por que o mesmo já não dispõe de integridade econômica para honrar seus compromissos fiscais. Logo, ele não pode fazer jus ao valor extremamente majorado, a critério de custas, honorários, punição rescisória ou de qualquer outro ônus, em até 20% de sua dívida.

Pelas razões expostas, conto com a colaboração dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 203, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Dispõe sobre a mineralização dos solos
e a segurança alimentar e nutricional.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A segurança alimentar e nutricional é um direito do indivíduo e é responsabilidade do Estado assegurar as condições para a realização desse direito.

Art. 2º Segurança alimentar e nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Art. 3º A fim de garantir à população os micronutrientes essenciais à formação, manutenção e desenvolvimento do organismo humano, o Poder Público deve estabelecer normas visando a mineralização dos solos.

Art. 4º São considerados micronutrientes essenciais, dentre outros, o ferro, o zinco, o cobre, o iodo, o manganês, o selênio, o flúor e outros elementos químicos indicados pelas autoridades competentes.

Art. 5º O aporte dos micronutrientes necessários à manutenção da saúde da população, sem prejuízo ao meio ambiente e sem custos adicionais ao consumidor, deve ser garantido por meio do acesso regular a alimentos básicos de qualidade.

Art. 6º Os solos utilizados na produção de alimentos de origem vegetal ou animal devem receber, na adubação, os elementos químicos que garantam a presença, nas quantidades recomendadas pelos órgãos nacionais responsáveis pela qualidade dos insumos e dos alimentos, dos micronutrientes essenciais.

Art. 7º A escolha dos micronutrientes a serem adicionados aos adubos, bem como sua quantidade, serão determinados pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e produção agropecuária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na Cúpula Mundial de Alimentação, promovida em Roma, em 1994, o Brasil apresentou a seguinte definição de segurança alimentar:

A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Do exposto, fica evidente que a segurança alimentar e nutricional deve englobar, além da quantidade, a qualidade dos alimentos. Ademais, pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pela Coordenação-Geral de Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, acerca da desnutrição por micronutrientes no Brasil, indicou sérias deficiências, especialmente de vitamina A, ferro e iodo.

A deficiência de vitamina A, constatada em extensas áreas das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, é a principal causa de cegueira evitável no mundo.

No que se refere à deficiência de ferro, a anemia constitui-se em um dos problemas nutricionais mais graves do País, e

afeta, especialmente, mulheres em idade fértil e crianças de até dois anos. A deficiência de iodo, responsável pela ocorrência de bócio, também é associada à deficiência mental, auditiva e da fala.

O ferro e a vitamina A podem ser administrados por intermédio do enriquecimento de alimentos, tais como farinhas, massas ou leite, enquanto a administração de iodo é realizada pela adição do mineral ao sal de cozinha, prática já consagrada em lei.

Entretanto, existem outros micronutrientes essenciais à saúde e que estão ausentes da alimentação da maioria dos brasileiros, inclusive daqueles com maior poder aquisitivo. O zinco, o selênio, o cálcio, o ferro e o magnésio podem ser encontrados em vegetais, cereais e produtos de origem animal utilizados na alimentação humana, desde que os solos onde foram produzidos apresentem esses elementos em quantidade adequada. Como a maioria dos solos brasileiros é carente desses minerais, os alimentos neles produzidos também apresentam deficiências em micronutrientes. Desse modo, torna-se imperiosa a ingestão de suplementos vitamínicos para alcançar os níveis recomendados pelos padrões internacionais de nutrição.

A ingestão de suplementos vitamínicos industrializados não é factível em um país com grande parte da população vivendo em situação de pobreza. Portanto, restam três opções para combater a deficiência de nutrientes que acomete a população brasileira: o enriquecimento de alimentos de consumo popular com vitaminas e sais minerais; a distribuição de vitaminas industrializadas aos grupos populacionais considerados em situação de risco para carências nutricionais; e a adição de micronutrientes aos adubos, nos casos de comprovada deficiência dos solos em microelementos essenciais à saúde.

As duas primeiras opções são de natureza emergencial e estão intimamente relacionadas aos programas de saúde e de assistência social, enquanto a última opção, pela sua natureza ampla, exigiria acordos entre as áreas de saúde pública e de produção agropecuária.

De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, a alimentação é um fator determinante e condicionante da saúde da população. Outrossim, de acordo com a Lei, compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, é a responsável pela qualidade dos alimentos oferecidos à população. Atualmente, a Anvisa está realizando um levantamento, em todo o País, dos laboratórios com capacidade de análise de nutrientes, com o objetivo de subsidiar o banco de dados da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO), que informa a composição dos principais alimentos consumidos no Brasil.

Já o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem a atribuição de fiscalizar a produção e o comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes, enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no País.

Assim, do ponto de vista institucional, a responsabilidade pela política de segurança alimentar, no que se refere a mineralização dos alimentos básicos, é compartilhada por vários órgãos governamentais, o que implica na necessidade de uma política dotada de objetivos comuns e de uma coordenação única nas ações a serem adotadas.

A promulgação de uma lei sobre a adequada mineralização dos solos, com vistas a melhorar a qualidade dos alimentos, irá causar um impacto extremamente positivo na saúde de nossa população, razão pela qual peço sua aprovação aos nobres pares.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2006**
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Acrescenta um inciso ao art. 49 da Constituição Federal

Art. 1º É acrescentado um inciso ao art. 49 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XVIII – autorizar a construção de barragens, ou a transposição de águas, em rios que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.”

Justificação

A presente proposta insere-se na Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia, lançada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A recente polêmica, suscitada pela determinação do Governo Federal de realizar o megaprojeto de transposição das águas do rio S. Francisco, veio pôr a nu uma falha grave no sistema de equilibrada repartição de competências entre os Poderes da União. Verificou-se, por esse episódio, que a Constituição Federal não dá ao Poder Legislativo atribuição

alguma no que tange à realização de obras de construção de barragens, ou de transposição de águas, em rios que banhem mais de um Estado. O mesmo se diga em relação a obras de grande porte em rios que servem de limites com outros países, ou se estendem a território estrangeiro ou dele provêm. Tal assunto não está previsto no rol das atribuições do Congresso Nacional, objeto dos artigos 48 e 49 do texto constitucional; o que significa que o Poder Executivo é livre de tomar tais decisões e de pô-las em execução, submetendo-se, tão só, ao controle posterior dos demais Poderes da União.

Essa situação de desequilíbrio institucional precisa ser urgentemente corrigida.

Pelo disposto no art. 20, inciso III, da Constituição Federal, incluem-se entre os bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água (...), que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais”. Trata-se, como se vê, de bens que, embora pertencentes à União Federal, são essenciais à manutenção do equilíbrio federativo, ou ao bom relacionamento do Estado brasileiro com os países limítrofes. Em tais condições, não faz sentido que somente o Poder Executivo tenha competência para decidir a realização de grandes obras de engenharia civil, suscetíveis de causar impacto ambiental, de alterar profundamente as condições de vida das populações ribeirinhas, ou mesmo de interferir no aproveitamento do potencial de energia hidráulica, quer dos estados cujo território é atravessado pelo curso d’água, quer dos países limítrofes com o nosso.

Por essas razões, propõe-se incluir tal matéria na relação dos assuntos que são da competência exclusiva do Congresso Nacional, cuja função constitucional precípua é a de zelar pelo equilíbrio federativo, representar o povo soberano perante o Poder Executivo e controlar a atuação do Presidente da República no desempenho de sua função de manter relações com Estados estrangeiros.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2006**
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Altera a redação do inciso VII do art. 129
da Constituição Federal.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se, ao inciso VII do art. 129, a seguinte redação:

VII – exercer o controle externo da atividade policial, direcionando a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária, na forma da lei.

At. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As reformas legislativas efetuadas na Itália, em Portugal e na Espanha deixaram a fase investigatória sob a direção do Ministério Público, acompanhando as modernas democracias ocidentais, como a Alemanha, os Estados Unidos da América do Norte e a França, entre outras, com resultados imediatos, conforme se pôde verificar pelos noticiários da chamada “Operação Mãos Limpas”.

O autor da ação penal, que é o Ministério Público, deve direcionar a colheita da prova que será apresentada em juízo, com a presença das partes, garantindo-se, deste modo, a eficácia da persecução penal e os direitos individuais dos acusados.

O sistema inquisitorial, atualmente adotado no Brasil, apresenta a morosidade da repetição de tudo o que foi feito no inquérito policial em juízo e, portanto, a morosidade da aplicação da lei, sendo rejeitado por nossa sociedade, ante a ineficácia no combate à criminalidade, devendo ser modificado, adotando-se o sistema acusatório, conforme proposto.

Estamos, inclusive, na iminência de um procedimento definitivo do Supremo Tribunal Federal, que obviamente deliberará à luz da norma vigente, sobre a participação do Ministério Público nas investigações. Esta proposta harmoniza com outra de minha autoria, porém restrita aos casos de extrema relevância e repercussão social, que já traz a condução do inquérito para o MP.

Espero contar com o apoio de meus pares para esta proposição.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 50-A. A Justiça Eleitoral divulgará, aos domingos, durante o período de veiculação da propaganda eleitoral, os nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro parlamentar.

§ 1º Para efeito do *caput*, a Justiça Eleitoral informará o nome ou nomes com os quais o candidato tenha sido registrado, o cargo ao qual concorre, o número do processo e seu objeto.

§ 2º Ao iniciar e ao terminar tal programa, a Justiça Eleitoral informará que os candidatos citados não são considerados culpados até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, ou até que o órgão legislativo competente decida pela perda do mandato, conforme o caso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei que submeto à consideração de meus ilustres pares tem por objetivo criar um programa semanal, durante o período de veiculação da propaganda eleitoral gratuita, no qual a Justiça Eleitoral informe os nomes de candidatos que respondam a processos criminais ou a representações por quebra de decoro parlamentar.

Trata-se de medida que visa maior esclarecimento sobre a situação jurídica dos postulantes a cargos eletivos, para que o eleitorado possa fazer suas escolhas com mais informação e de forma mais consciente.

É sabido que tais informações, ainda que sejam transmitidas com objetividade, podem ensejar pré-julgamento do candidato pelo eleitorado. Todavia, com essa ressalva deve ser conciliado ao direito do eleitor à informação sobre os postulantes, deverá a Justiça Eleitoral frisar a presunção de não-culpabilidade dos candidatos citados. Tal solução harmoniza os dois valores constitucionais em questão sem prejuízo a qualquer deles.

Essas as razões por que solicito o apoio de meus pares ao presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador *Pedro Simon*

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
Nº 2, DE 2006**
(Do Senador Pedro Simon)

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro.

Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,
Senador Leomar Quintanilha

Nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e, eventualmente, judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra sistema financeiro, especificamente em operações cambiais fraudulentas. Proponho ainda a solicitação dos respectivos inquéritos das 18 instituições indicadas e os respectivos

relatórios administrativos realizados pelo Banco Central, Receita Federal e de outros órgãos federais de controle correlatos, conforme o noticiado pelo jornal *Folha de S.Paulo* do dia 19 do corrente, páginas de capa, B1 e B3 (anexas).

Justificação

Preliminarmente, transcrevo na íntegra as matérias publicadas, no dia 19-2-2006, no jornal *Folha de S.Paulo*, conforme acima supracitadas:

"Suspeita é de envolvimento com doleiros para beneficiar clientes; instituições financeiras negam irregularidades – PF abre inquérito para indiciar 18 bancos."

A Polícia Federal decidiu abrir nos próximos dias inquérito em que vai indiciar os administradores de 18 bancos que operam no País. A suspeita é que essas instituições tenham se envolvido com uma rede internacional de doleiros para beneficiar clientes.

As movimentações suspeitas e sob investigação podem chegar a US\$8 bilhões em um período de sete anos, entre 1997 e 2003.

A lista de indiciados incluirá os administradores de alguns dos maiores bancos nacionais, como Bradesco/BCN, Itaú, Unibanco e o estatal Banco do Brasil, além de estrangeiros como Santander, HSBC, Citibank e BankBoston.

Todos os bancos negam ter cometido irregularidades e afirmam que já repassaram ao Banco Central informações sobre as operações (leia na pág. B3).

A suspeita, baseada em investigações e provas documentais produzidas pela PF e pelo Banco Central e apurações ainda em curso na Receita Federal, é a de que os bancos tenham usado 78 contas de doleiros (muitos já presos) para movimentar dinheiro de seus clientes fora do Brasil.

A PF não chegou a uma conclusão sobre se a utilização dos doleiros era feita com o conhecimento dos altos escalões dos bancos. Muitas das operações, segundo a PF, partiram das áreas de *private banking*, geralmente destinadas a cuidar bem de clientes importantes e endinheirados.

Para a PF, com o indiciamento de seus administradores, os bancos serão obrigados a apontar as pessoas responsáveis pelas áreas em que as operações suspeitas ocorreram e, eventualmente, chegar aos nomes de quem as autorizava a utilizar a rede de doleiros.

Movimentações

Um cliente que desejasse mandar dinheiro de sua conta para fora do Brasil, por exemplo, repassava o valor desejado a um doleiro no Brasil. Depois, o mesmo doleiro ou um sócio seu no exterior depositava para o cliente a mesma quantia em uma conta do banco fora do País. Outras operações faziam o caminho inverso.

Nesse tipo de operação, conhecida no mercado como “dólar cabo”, não há movimentação física de dinheiro para fora ou para dentro do País.

O objetivo do indiciamento, segundo a PF, é tentar chegar aos responsáveis pela suposta utilização das contas dos doleiros que teriam beneficiado os clientes.

O indiciamento é resultado de investigação que se arrasta há vários anos e que culminou com a descoberta, em 2003, dos detalhes das movimentações da conta Beacon Hill nos EUA, operada por dezenas de doleiros.

Com base nas informações da conta Beacon Hill e de suas várias subcontas (Chello, Lonton, Midler, Rolling Hills, Sinkel, entre outras), a PF chegou aos bancos responsáveis por essas movimentações e

produziu algumas listas com os nomes das pessoas físicas e empresas donas do dinheiro.

No final de agosto passado, a *Folha* noticiou a existência de algumas dessas listas, que incluem, entre outros, personalidades do mundo político, empresarial, esportivo e artístico, além de centenas de empresas de vários setores.

Os dados e nomes dessas pessoas listadas foram posteriormente cotejados com as informações que elas declararam à Receita Federal e com os registros no Banco Central. Em muitos casos, segundo a PF, essas movimentações financeiras não tiveram nenhum registro no BC ou na Receita-órgão em que as investigações ainda estão em curso.

Relatórios do BC

No final de 2004, o Banco Central produziu relatório com centenas de páginas onde foram escrutinadas várias das subcontas da Beacon Hill e a participação dos bancos no Brasil nas movimentações. Nos documentos, aparecem dados como as datas, os valores e cópias dos extratos das movimentações.

Nesse primeiro relatório, o Banco Central é incisivo e, ao analisar a conduta de alguns bancos, usa explicitamente termos como “lavagem de dinheiro”, “origem em conta de doleiro” e “operação de câmbio artificialmente realizada apenas com o propósito de cumprir os requisitos das normas do DECEX (Departamento de Operações de Comércio Exterior)”.

Em uma segunda etapa, o BC pediu explicações aos 18 bancos e produziu um novo relatório, desta vez de 11 páginas. Nele, afirma para a maioria dos casos que os esclarecimentos prestados pelos bancos “não foram conclusivos” e que, com as informações disponíveis, “não foi possível aprofundar os questionamentos”.

Diante das conclusões do BC, a Polícia Federal decidiu partir para o indiciamento a fim de obrigar os bancos a prestar

novos esclarecimentos e a apontar os responsáveis diretos e indiretos pelas movimentações suspeitas.

As investigações e os questionamentos do BC ficaram concentrados em 749 movimentações realizadas pelos 18 bancos. As operações foram selecionadas por amostragem, segundo critérios de data de ocorrência (as mais recentes) e relevância em quantidade e valor (os mais elevados).

Novas contas

Segundo a Polícia Federal, o volume de operações irregulares e o número de bancos podem ser muito maiores. Entre 1997 e 2003, há 269.869 registros de movimentações financeiras que passaram por 78 contas de doleiros que operavam com o dinheiro de pessoas físicas e empresas brasileiras por meio da conta Beacon Hill e suas subcontas.

A PF pretende fazer o mesmo tipo de investigação, com a ajuda do BC e da Receita, em várias contas similares à Beacon Hill, sobre as quais já começou a obter informações.

Além de Bradesco/BCN, Itaú, Unibanco, Banco do Brasil, Santander, HSBC, Citibank e BankBoston, estão sendo indiciados pela Polícia Federal os bancos ABN-Amro, Pactual, Lloyds, Merrill Lynch, Rural, Schahin, Pine, Bannrisul, Bic e Sofisa.

Instituições financeiras já prestaram esclarecimentos sobre as operações suspeitas ao BC – Bancos negam irregularidades apontadas.

Questionados sobre as investigações da Polícia Federal a respeito da suspeita de utilização de rede de doleiros para beneficiar seus clientes, os bancos afirmaram que as explicações sobre as movimentações já foram encaminhadas ao Banco Central. Segundo documento do BC, as explicações (resumidas) são as seguintes:

ABN-Amro – “A movimentação de numerário ocorreu no exterior, não havendo remessa para fora do País, portanto não houve operação de câmbio ou transferência internacional de reais”.

Santander – “A agência Miami foi encerrada em novembro de 2001 no processo de privatização do Banespa (final de 2000). As pessoas citadas nas transferências não mantêm nem mantiveram relacionamento comercial com a instituição no Brasil. Pactual – Não existem operações de câmbio ou transferências internacionais em reais correspondentes. O Pactual não mantém vínculo com o POBT Bank, mas o mesmo já funcionou como banco correspondente do Pactual até 2000”.

Sofisa – “O Sofisa International Bank Ltd., subsidiário do Sofisa, exercia exclusivamente a atividade de banco correspondente de instituições sediadas no exterior”.

Lloyds – “A filial brasileira não realizou operações de câmbio ou de transferências internacionais em reais relativas às ocorrências citadas”. O Lloyds informou também que vendeu sua área de “private banking” para o Itaú e a área de corporate e a financeira Losango para o HSBC.

Merrill Lynch – “Não procedeu nenhuma das transações elencadas, uma vez que não mantém contas de clientes pessoas físicas no Brasil ou no exterior e suas atividades não envolvem abertura e manutenção de contas para residentes estrangeiros ou transferências de fundos para o exterior por meio de contas de investimentos de estrangeiros”.

Unibanco – “Informa que adota controles de prevenção da lavagem de dinheiro, inclusive para suas subsidiárias no exterior. As operações citadas foram realizadas por clientes da área de “private” do Unibanco Brasil.

BankBoston – O BC considerou que as informações encaminhadas inicialmente foram insuficientes e pediu novos esclarecimentos. O banco afirma que o pedido do BC foi “prontamente” atendido e que o órgão já recebeu novas informações “detalhadas”.

Banco do Brasil – “As contas foram acompanhadas, inclusive no que concerne aos controles de prevenção de lavagem de dinheiro, detalhando as informações de cada uma das operações citadas, com o envio de cópias de todas as transações ao Sisbacen”.

Rural – “Diz que foram adotados controles de prevenção da lavagem de dinheiro e que os documentos relativos às ocorrências encontram-se em seus arquivos”.

Schahin – “Informa que as movimentações de recursos em questão são de dois clientes da instituição. Possuem os dossiês de câmbio de cadastro que atestam a regularidade das mesmas.”

Pine – “Informa que não constam nos registros da instituição qualquer participação nas transferências relatadas.”

HSBC – “Informa que observou estritamente o cumprimento das ordens formais recebidas do administrador do fundo à época suportadas por solicitações formais dos cotistas envolvidos.”

Itaú – “Não foi encontrada nenhuma evidência de que o Itaú Private tenha efetuado as transferências citadas”. “As transferências do Itaú Luxemburgo estão protegidas pela legislação local de sigilo bancário, pelo que sugerem seja contatada autoridade local.”

Citibank – “Com relação às 39 transferências informam que identificaram cinco clientes com contas correntes ativas e três que mantiveram contas no passado, sendo que não houve interveniência do Citibank Brasil nessas operações”. “Quanto às três transferências a débito, se referem a contato de câmbio, cuja documentação está em poder da instituição.”

Banrisul – “Solicitaram os documentos relativos às operações realizadas pela filial de Cayman Island, mas, segundo legislação local, as informações não poderão ser disponibilizadas. Esclarecem ainda que foi relatada à autoridade competente em Cayman Island a investigação em curso.

Bic – “Informam que a finalidade das transferências visava o cumprimento de ordem de crédito para depósito em conta corrente. Possuem regulamento para a prevenção da lavagem de dinheiro, os quais são aplicados na subsidiária de Cayman.”

Bradesco/BCN – “Bradesco: as operações são realizadas com correntistas do banco cujos cadastros estão atualizados.

Antes da realização de qualquer operação são observados os princípios de “Conheça seu Cliente”. “BCN: trata-se de operações financeiras realizadas por terceiros e foram adotados os procedimentos de “Conheça seu Cliente”.

Como se constata, mais uma vez nos deparamos com fortes indícios de crimes contra o sistema financeiro, principalmente nas transferências e conversões ilegais de moedas, utilizando para tanto o mecanismo operacional de doleiros desonestos e as facilidades das movimentações por *off-shores* em paraísos fiscais.

Esta verdadeira novela de impunidade é antiga e impressionantemente recorrente. Desde as CPI dos Bancos, dos Precatórios, até a recente e inconclusa CPI do Banestado, tem sido feito o diagnóstico e somente as apurações preliminares é que ocorreram, nunca se concluindo profundamente qualquer investigação. Os mesmos comportamentos, no mínimo anômalos, voltam a ser constantemente repetidos. Só para lembrar, nos relatórios produzidos pela CPI do Banestado, tanto o do Relator como o alternativo oferecido pelo Presidente da Comissão, várias destas instituições já estavam sujeitas a reiterados processos administrativos, abertos pelo Banco Central, justamente pelos mesmos crimes que agora a Polícia Federal e a Receita querem dar seguimento e, quiçá, buscar a punibilidade devida.

Nesta tarefa acredito que o Senado Federal não pode abdicar de seus deveres de fiscalização. É necessário e imprescindível que nós, pelo colegiado devido que é esta Comissão, acompanhe passo a passo estes procedimentos.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2006.– Senador *Pedro Simon*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 403, DE 2005**

(De autoria do Senador Pedro Simon)

Dispõe sobre as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São nulos os atos administrativos referentes às concessões dos benefícios previdenciários praticados sob a vigência da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005.

Art. 2º É direito líquido e certo para o segurado da previdência social que tenha sido submetido ao regime da MP nº 242, de 24 de março de 2005, o reexame de seus pleitos junto à Previdência Social, à luz da legislação vigente antes da vigência da MP em questão.

Art. 3º Revoga-se a Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005.

Justificação

O Poder Executivo, numa ação no mínimo açodada, promoveu uma alteração substancial na formulação e no cálculo de benefícios previdenciário, tal como o auxílio-doença, por exemplo, com a edição da Medida Provisória nº 242, de 24 de

março de 2005. Tal modificação, felizmente, foi revista pelo Governo, graças a uma intempestiva e real necessidade de reexame da matéria.

Mesmo o Governo tendo voltado atrás em relação a este pequeno, mas relevante “saquinho de maldades”, restaram os atos praticados durante o período de vigência dessa Mediada Provisória, ou seja, de 24 de março a 20 de julho do corrente ano. O cidadão que procurasse os postos de atendimento do INSS para pleitear seus direitos, nesse período, teria sua reivindicação atendida com base em regra que não prosperou e, conseqüentemente, não teve continuidade.

De forma que, a partir de 20 de julho, esse cidadão que requereu seus benefícios não estará em idênticas condições às do cidadão que busca o sistema com a regra em vigor, hoje.

Tal discrepância levou os segmentos sociais organizados a buscar, no Judiciário, tratamento isonômico por parte da Previdência Social. Sobre este embroglio jurídico existem pelo menos 3 arguições sobre a constitucionalidade dos atos normativos em tela, são elas as ADI: 3.467, 3.473 e 3.505.

Logo, nada mais oportuno que este Projeto de Decreto Legislativo que, de maneira a meu ver sensata, propõe a melhor alternativa, qual seja, a anulação de todos os atos administrativos sobre a vigência desta malfadada MP e a garantia ao cidadão da revisão dos seus pleitos.

Sala das Sessões, agosto de 2005. – Senador *Pedro Simon*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO
SENADO FEDERAL Nº 46, DE 2006**
(De autoria do Senador Pedro Simon)

*Dá nova redação ao artigo 211 do Regi-
mento Interno do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O *caput* do art. 211 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. As proposições sujeitas à deliberação legislativa consistem em:

- I –
- II –
- III –
- IV –
- V –
- VI –” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Objetiva esta proposição delimitar com clareza o conceito de deliberação legislativa concernente e inerente ao

exercício da atividade parlamentar. Com efeito, há muito o Congresso tem se deparado com a questão da legitimidade e normalidade de seus atos e deliberações, e na falta de uma melhor definição do que seja a atividade legislativa, em seu sentido estrito, e assim ficamos a mercê de entendimentos de diversas tendências, porém sempre flutuantes ao sabor do momento político.

Busca-se dar a questão a definição técnica de que a atividade parlamentar que constitui e finaliza em deliberações legislativas é toda aquela que é tratada e encaminhada no trâmite regimental para as proposições elencadas no artigo 211 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2006.– Senador *Pedro Simon*

Pareceres

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2006 (Nº 13, de 10-1-2006, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Bernardo de Azevedo Brito, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a escolha que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Bernardo de Azevedo Brito para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

A Constituição Federal, na forma de seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro – RJ em 4 de junho de 1935, filho de João Aleixo de Brito e Alvesina Azevedo Brito. Apresenta o documento de identidade nº 1.153.771, do Instituto Félix Pacheco/Rio e o CPF nº 750738049-1.

Em 1956, completou o Curso de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha, Guarda-Marinha (FN). Em 1957, tornou-se Segundo Tenente (FN) da Reserva da Marinha.

Em 1958, completou o CPCD-IRBr. Tornou-se Cônsul de Terceira Classe, em 28 de fevereiro de 1958. Foi lotado na Divisão de Atos Internacionais (DAI), como assistente. Ainda em 1958, CAD-IRBr.

Em 1960, serviu como Terceiro e Segundo Secretário, na Embaixada de Copenhague. No mesmo ano, foi agraciado com a Ordem do Libertador San Martin, Argentina, no grau de Oficial.

Em 24 de outubro de 1961, é promovido ao posto de Segundo Secretário, por merecimento.

Em 1962, é designado Cônsul-Adjunto, no Consulado Geral em Copenhague. No mesmo ano, é agraciado com a Ordem do Dannebrog, Dinamarca, no grau de Cavaleiro. Ainda em 1962, é designado para a Embaixada de Oslo, como Segundo Secretário.

Em 1964, é contemplado com a Ordem de Santo Olavo, Noruega, no grau de Cavaleiro de 1ª Classe. É designado Cônsul para o Consulado de Sevilha. No mesmo ano, chefiou a delegação do Brasil à Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações da XLVIII sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Em 1965, voltou a desempenhar a mesma função, na sessão seguinte. Em 1967, é designado assistente na Divisão da América Meridional I (DAM-I).

Em 30 de junho de 1968 é promovido a Primeiro Secretário, por merecimento. Foi agraciado com a Ordem de Bernardo O'Higgins, no Chile, no grau de Oficial, e com a Ordem do Mérito Naval, no Brasil, também no grau de Oficial. É designado Chefe interino da Divisão da Bacia do Prata e Chile (DBP).

Em 1969, é designado Primeiro Secretário e Conselheiro da Missão junto às Nações Unidas, Nova Iorque.

Em 1970, participa da 4ª e 5ª sessões do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de Delegação. Também, chefiou as delegações brasileiras à 6ª sessão do Comitê Preparatório da Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento e à 6ª Sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, ambas em Nova Iorque.

Em 1971, participou dos seguintes eventos:

– 11ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, em Nova Iorque, como Chefe de Delegação;

– 7ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

– Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Nova Iorque, como Chefe de Delegação;

Comitê Especial para a Racionalização dos Trabalhos e Organização da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Relator;

8ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

1ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

9ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

12ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, em Genebra, como Chefe de delegação.

Em 1972, participou dos seguintes eventos:

13ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

2ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, em Nairóbi, como Chefe de delegação;

Grupo Intergovernamental Preparatório da Conferência da ONU/IMCO sobre Transporte Internacional de Cofres de Carga, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Presidente;

11ª e 12ª sessões do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

1ª sessão do Comitê de Revisão e Avaliação da Estratégia para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Genebra, como Chefe de delegação/Relator;

Reuniões Conjuntas do Comitê de Programa e Coordenação (CPC) e do Comitê Administrativo de Coordenação (ACC), em Genebra, como Chefe de delegação;

Em 1º de janeiro de 1973, é promovido a Conselheiro, por merecimento, e, durante o ano, participou dos seguintes eventos:

15ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

3ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, em Nova Delhi, como Chefe de delegação;

Comitê das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

13ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

1ª sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), em Genebra, como Chefe de delegação;

14ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

16ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, em Genebra, como Chefe de delegação.

Em 1974, participou dos seguintes eventos:

Comitê interseccional do ECOSOC sobre Empresas Transnacionais, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

2ª sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), em Nairóbi, Como Chefe de delegação;

Comitê das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

15ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente.

Em 1975, participou dos seguintes eventos:

1ª sessão do Comitê de Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos, em Nova Iorque, como Chefe de delegação;

16ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Vice-Presidente;

4ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, Tóquio, como Chefe de delegação;

2ª sessão do Comitê de Revisão e Avaliação da Estratégia para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Nova Iorque, como Chefe de delegação/Relator;

Nomeado Conselheiro/Ministro de Segunda Classe, na Embaixada de Roma e Representante Permanente junto à FAO;

5ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre a Carne, em Roma, com Chefe de delegação;

50ª sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

67ª sessão do Conselho da FAO, em Roma, como Chefe de delegação.

Em 1976, esteve presente aos seguintes eventos:

10ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, em Nairóbi, como Chefe de delegação;

10ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, em Roma, como Chefe de delegação/Presidente;

19ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre o Arroz, Roma, como Chefe de delegação;

11ª sessão da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", em Roma, como Chefe de Delegação;

1ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

Conferência das Nações Unidas para o Estabelecimento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em Roma, Como Chefe de delegação;

11ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, em Roma, como Chefe de delegação/Presidente;

69ª sessão do Conselho da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

6ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre a Carne, em Roma, como Chefe de delegação;

Reunião Preparatória sobre Juta e Produtos de Juta, do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação;

12ª sessão do Comitê sobre Produtos de Cacau e Chocolate, da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", em Bienne, como Chefe de delegação;

Reunião de Peritos da UNCTAD sobre Cobre, em Genebra, como Chefe de delegação;

2ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

1ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação/Presidente.

Em 1977:

11ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, em Roma, como Chefe de delegação;

12ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, em Nova Delhi, como Chefe de delegação;

4ª sessão do Comitê de Agricultura da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

51ª sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

Presidente do Grupo dos 77, em Roma;

3ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

71ª sessão do Conselho da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

1ª Reunião Preparatória sobre Óleos Vegetais e Oleaginosas do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação;

2ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação/Presidente;

4ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas da Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

1ª sessão do Conselho de Administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em Roma, como Chefe de delegação/Governador;

72ª e 73ª sessões do Conselho da FAO, em Roma, como Chefe de delegação.

Em 1978:

3ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação/Presidente;

12ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, em Roma, como Chefe de delegação;

2ª Reunião Preparatória sobre Óleos Vegetais e Oleaginosas do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação;

13ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, em Roma, como Chefe de delegação;

2ª sessão do Comitê "Ad Hoc" sobre Alimentos e Políticas de Nutrição, em Roma, como Chefe de delegação;

5ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

12ª sessão da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", em Roma, como Chefe de Delegação;

4ª sessão do Comitê FAO sobre Florestas, em Roma, como Chefe de delegação;

12ª sessão do Comitê da FAO sobre Pesca, em Roma, como Chefe de delegação;

6ª sessão do Comitê Intergovernamental "ad hoc" do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação;

Reunião do Grupo de Peritos sobre Sisal e Henequen, do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, como Chefe de delegação;

6ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, em Roma, como Chefe de delegação;

74ª sessão do Conselho da FAO, em Roma, como Chefe de delegação;

Em 12 de dezembro, é promovido Ministro de Segunda Classe, por merecimento;

2ª sessão do Conselho de Administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em Roma, como Chefe de delegação/Governador.

Em 1979:

Nomeado Vice-Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (agregado);

Recebe a Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Grande Oficial.

Em 1981, Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (agregado)

Em 1982, Embaixador em Lusaka (Zâmbia).

Em 1983, Conferência Consultiva Anual da SADCC, em Maseru, como Chefe de Delegação.

Em 1986, Conferência Consultiva Anual da SADCC, em Harare, como Chefe de Delegação. Embaixador em Harare.

Em 1988, 1ª Reunião do Comitê Ministerial Permanente para Cooperação Econômica do Movimento Não-Alinhado, Harare – Chefe de delegação.

Em 28 de junho de 1990, Ministro de Primeira Classe, por merecimento.

Em 1991:

13ª sessão da Comissão das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, em Harare, como Chefe de delegação;

Agraciado com a Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.

Em 1992:

3ª sessão da Força Tarefa sobre Reestruturação do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC), em Harare, como Chefe de delegação;

8ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC), em Harare, como Chefe de delegação.

Em 1994:

Embaixada em Helsinki, como Embaixador;

Embaixador, cumulativo, em Talinn (Estônia).

Em 1997, Ordem do Lião da Finlândia, Finlândia, Grã-Cruz.

Em 1998, Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em Santa Catarina (ERESC).

Em 2000, II Congresso Internacional de Turismo das Mercocidades, Florianópolis, Como Chefe de delegação.

Em 2001, IX Encontro da Unidade Temática de Cultura das Mercocidades, Florianópolis, como Chefe de delegação.

Em 2004, Escritório de Representação do Brasil em Ramallah (Embaixador), Chefe.

Dados básicos sobre o Iraque

Nome Oficial: República do Iraque;

Organização do Estado: República;

Área: 437.072km²;

População: 26.074.906 habitantes (estimativa da CIA, em jul./2005);

Composição étnica: Árabes (75-80%); Curdos (15-20%); Turcomanos, Assírios e outros (5%) (2005 – eia);

Data Nacional 17 de julho (1968) – Dia da Revolução. O atual Governo Interino pretende escolher uma nova data nacional, já que o 17 de julho era celebrado durante o regime de Sadam Hussein;

PIB (2005): US\$ 97,6 bilhões (eia – est.);

PIB *per capita*: US\$ 2.100 (estimativa 2004, CIA);

Unidade Monetária: Novo Dinar Iraquiano (NID\$);

Chefe de Estado: Presidente Jalal Talabani;

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Ibrahim al Jaafari;

Ministro das Relações Exteriores: Hoshyar Zebari;

Maiores cidades: Bagdá, Basra, Mosul, Irbil, Karbala, Najaf, Kikkurk.

Relações bilaterais

Nas décadas de 1970 e 1980, Brasil e Iraque mantiveram intenso relacionamento bilateral, decorrente da complementaridade entre as duas economias. Em meados da década de 1970, depois do primeiro choque do petróleo, apareceram no Brasil sinais claros de esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento adotado, que dependia de alto endividamento externo. O Brasil passou, então, a sofrer de escassez de divisas. A pequena produção nacional de petróleo nos obrigava a importar grandes quantidades do produto.

O Iraque, por sua vez, era um dos principais produtores mundiais de petróleo. Em decorrência da elevação brutal dos preços do produto no mercado externo, havia-se tornado o país com o maior programa de investimentos em infra-estrutura, em todo o mundo em desenvolvimento.

Havia, ainda, uma forte relação de amizade entre os dois Governos, uma vez que o Brasil fora um dos primeiro países a se solidarizar com o Iraque, logo após a nacionalização das empresas de petróleo do país, em 1971. Mantiveram-se, na ocasião, as importações do petróleo iraquiano, a despeito do embargo decretado pelos países desenvolvidos.

O Iraque, naquela época, tornou-se o único país a vender petróleo ao Brasil, sem a exigência de garantias ou cartas de crédito. Por falta de divisas suficientes para adquirir o produto, as importações eram pagas, em parte, com contratos de prestação de serviços. Essa complementaridade de interesse trouxe benefícios para ambos os países, durante muitos anos. Enquanto o Brasil obtinha um substancial alívio cambial, o Iraque executava seu projeto de modernização de infra-estrutura, apoiando-se, parcialmente, em empreiteiras brasileiras.

Após o início da guerra Irã–Iraque, em 1980, entretanto, o relacionamento bilateral tornou-se, pouco a pouco, complexo e oneroso. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para os gastos decorrentes do conflito e, conseqüentemente, a atrasar os pagamentos devidos às empresas brasileiras. O Brasil, entretanto, continuava dependente do petróleo iraquiano. Por isso, foram realizadas diversas operações financeiras entre empresas nacionais prestadoras de serviços e instituições de direito privado controladas pelo Governo brasileiro, como o Banco do Brasil e a Petrobrás, de modo a permitir a continuidade das obras de infra-estrutura do Iraque.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o Governo brasileiro acatou determinação da ONU que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. Essa medida acabou acarretando a ruptura de contratos e o não-pagamento de dívidas iraquianas. Naquela ocasião, foi desativada a Embaixada brasileira em Bagdá.

Na atual crise do Iraque, o Brasil se colocou ao lado da ordem internacional. A posição brasileira refletiu a postura tradicional do Brasil de defesa de princípios como o da responsabilidade do Conselho de Segurança da ONU nos assuntos relativos à paz e à segurança internacional e o da não-interferência em assuntos internos de países soberanos. Nesse sentido, favoreceu, apoiou e empreendeu esforços tendentes a propiciar a preservação da paz e, na eclosão do conflito, ao reiterar a convicção de que não tinham sido esgotadas todas as possibilidades para uma solução pacífica da crise, lamentou o desencadeamento das hostilidades e a desconsideração da responsabilidade do CSNU nessa matéria. Essa posição se deveu ao estrito respeito da legalidade internacional.

O Governo brasileiro se manteve favorável à plena reinserção da ONU no processo de reconstrução e reorganização política do Iraque e espera que seja alcançado consenso entre as diferentes facções políticas, religiosas e étnicas do país. Considera importante que o novo regime político a se estabelecer mantenha a integridade territorial do Iraque e viabilize a participação eqüitativa e condizente dos diversos componentes da sociedade local em sua administração. Nesse sentido, foi

favorável à realização de eleições no país, transparentes e conduzidas de forma independente.

É entendimento do Governo brasileiro que, embora a Resolução nº 1.546 do CSNU não tenha proporcionado o melhor resultado final, ela estabelece o início do término da ocupação no Iraque. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil atuou no processo negociador da resolução, orientado pelos objetivos de assegurar autoridade ao governo interino, como representante soberano do povo iraquiano; de estabelecer as Nações Unidas como um parceiro do novo governo, de enfatizar a importância da observância das obrigações internacionais nos campos dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário; de estabelecer claramente o controle iraquiano sobre as forças de segurança do país, incluindo suas forças armadas, bem como seus recursos econômicos; e de estabelecer mandato claro e preciso para a presença, no Iraque, da Força Multinacional, após o fim da ocupação do país. A plena implementação do mandato outorgado às Nações Unidas pela Resolução nº 1.546 e o seu retorno ao Iraque dependerão de melhora significativa nas condições de segurança.

O Brasil acompanhou, com atenção, a realização da Conferência de Doadores para o Iraque, realizada em Madri, em outubro de 2003, tendo em vista a perspectiva de reconstrução do Iraque e a recuperação dos laços bilaterais econômicos e comerciais preexistentes.

Em 28 de junho de 2004, teve lugar a assunção do governo interino do Iraque, conforme previsto na Resolução nº 1.546. Nesse mesmo contexto, 30 de janeiro de 2005, realizaram-se eleições legislativas. O Brasil manifestou contentamento com a realização das eleições, como passo importante e positivo no processo de transição e elogiou o papel importante das Nações Unidas em sua implementação. Observou a necessidade de inclusão dos grupos que se alienaram do processo eleitoral no quadro de transição política, com vistas a que a nova estrutura pudesse refletir, acuradamente, os diversos segmentos da sociedade iraquiana.

Em 1º de agosto de 2004, o Governo brasileiro criou um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual de sua Embaixada em Bagdá. Em 6 de abril de 2005, o Chefe do Núcleo foi acreditado como Encarregado de Negócios junto à Chancelaria iraquiana, com residência temporária em Amã. Considera-se provável a indicação, no decorrer de 2006, de um Embaixador do Iraque no Brasil.

Em maio de 2005, em sua primeira viagem ao exterior após a assunção do novo governo provisório, o Presidente Talabani chefiou a delegação iraquiana presente à Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília. Na Declaração de Brasília, os países signatários enfatizam o respeito à unidade, à soberania e à independência do Iraque e à não-interferência em seus assuntos internos.

Em junho de 2005, o Ministro Celso Amorim participou, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Européia e pelo governo dos Estados Unidos da América. A Conferência de Bruxelas constituiu oportunidade para a discussão, entre representantes do governo iraquiano e cerca de 80 representantes de países e de organizações internacionais, sobre temas como reconstrução econômica, processo político e situação institucional iraquiana.

O Brasil, que além de El Salvador, foi o único país da América Latina a ser convidado, viu com bons olhos a iniciativa. Na oportunidade, reiterou o apoio do Governo brasileiro, já manifestado por ocasião da Cúpula América do Sul – Países Árabes, e sublinhou a necessidade de que o processo democrático iraquiano se complete de forma transparente e com a participação de todos os segmentos da sociedade. Em sua alocução, o Senhor Ministro de Estado expressou, ademais, o apoio brasileiro à proposta do Presidente Talabani de criação de um banco birregional entre América do Sul e o mundo árabe, e informou da intenção do Governo brasileiro de reativar, gradualmente, a Embaixada de Bagdá e retomar o relacionamento bilateral nos níveis anteriores aos da Guerra do Golfo.

De 13 a 14 de setembro de 2005, realizou-se, em Amã, Jordânia, a feira “Brasil na Reconstrução do Iraque”, organizada pela Apex e pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque. O sucesso do empreendimento incentivou os organizadores a incluir a participação do Brasil na exposição “Rebuild Iraq 2006 – The 3rd Internacional Trade Exhibition for Rebuilding Iraq”, que terá lugar de 3 a 6 de abril de 2006, em Aman.

Embora o contexto histórico e geopolítico atual se tenha alterado radicalmente, (no Brasil, praticamente, não mais existe a dependência externa de petróleo), sempre será relevante, no âmbito de nossa inserção no Oriente Médio, o relacionamento com Bagdá. Há perspectivas promissoras de cooperação para as empresas e instituições brasileiras retomarem a posição de prestígio e confiança de que desfrutavam há cerca de duas décadas.

COMÉRCIO BRASIL–IRAQUE – INDICADORES ECONÔMICOS

IRAQUE	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (US\$ bilhões)*	-	-	25,8	26,4	89,8	98,0
PIB (bilhões de dinarés)**	-	-	8,02122	9,896	-	144,55
Taxa crescimento PIB (%)	-	-6,0	-3,0	-21,8	52,3 (est.)	3,7
Taxa de Inflação (%)	5,0	16,4	19,3	29,3	25,4 (est.)	11,2
População (milhões)	-	23,6	24,2	-	25,3	26,07
Taxa de Desemprego	-	-	-	-	25 – 30	27 – 40
Dívida Externa Pública (US\$ bi, valor bruto)	-	-	-	-	125 (est.)	100 (est.)

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL–IRAQUE	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	17.694	6.033	70.583	42.366	61.595	41.301
Importações	219.167	25.576	328.623	279.816	473.070	522.522
Déficit/Superávit do Brasil	-201.473	-19.543	-258.040	-237.450	411.474	481.221

Este, Senhoras e Senhores Senadores, um resumo dos documentos sobre a República do Iraque e suas relações com o Brasil, que poderão ser examinados com mais detalhe, em consulta à documentação que acompanha a indicação do ilustre Senhor Embaixador.

Sala da Comissão, janeiro de 2006.

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reexame, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, que altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízos Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Esta Comissão reexamina a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, que altera a redação do art. 102, inciso I, alínea *h*, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízos Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio, tendo em vista o despacho da Presidência desta Casa, proferido em Plenário no dia 3-10-2005, que determinou o reexame da matéria por esta Comissão, em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 8-12-2004 (reforma do Judiciário), que “transferiu do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça

a competência para a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de “exequatur” às cartas rogatórias.

Consoante já havia sido assentado no Parecer nº 383, de 2003, desta Comissão, que acolheu parecer da minha própria lavra, favorável à aprovação da matéria, a alteração proposta nos arts. 102, inciso I, alínea *h*, e 109 do texto constitucional, tinha por finalidade possibilitar o deslocamento da competência da homologação das sentenças estrangeiras de divórcio do Supremo Tribunal Federal para a Justiça Federal de primeira instância, tendo como vantagem a simplificação do processo para o jurisdicionado, que poderia acionar o Poder Judiciário no seu próprio local de residência, em princípio, e, por outro lado, levando em conta que o Supremo Tribunal Federal poderia se dedicar com maior afinco às questões constitucionais mais relevantes.

II – Análise

Ocorre que, paralelamente à tramitação da presente Proposta de Emenda à Constituição, o Congresso Nacional aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a denominada Emenda da Reforma do Judiciário, em que revogou a alínea *h* do art. 102, inciso I, da Constituição Federal. Em decorrência, foi suprimida a competência do Supremo Tribunal Federal para “a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias”. No entanto, essa competência deslocou-se para o Superior Tribunal de Justiça, por meio da nova alínea *i* do inciso I do art. 105 da Constituição Federal, e não para a Justiça Federal de primeira instância, como prevê o texto da Proposta de Emenda à Constituição em análise.

Assim, o jurisdicionado ainda não pode dispor da facilidade de acionar o Judiciário fora de Brasília para poder homologar a sentença estrangeira de divórcio.

III – Voto

Ante o exposto, somos da opinião de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, encontra-se apenas

parcialmente prejudicada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, no que tange à modificação proposta no art. 102, inciso I, alínea *h*, da Constituição Federal, mas deve ter a sua tramitação prosseguida nos seguintes termos, a fim de que a Justiça Federal de primeiro grau passe a ter a competência para homologar a sentença estrangeira de divórcio:

PARECER Nº 57, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2006 (nº 899, de 22-12-2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação da Doutora Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Rio Grande do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

Pela Mensagem nº 4, de 2006, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação do nome da Doutora Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e criada em decorrência da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

2. A Constituição Federal (arts. 52, III, *a*, e 111-A, *caput*) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por maioria absoluta e por voto secreto, a

escolha de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, após arguição em sessão pública.

3. O art. 101, II, *i*, do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

4. Constam dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* e informações complementares sobre a indicada, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

5. Magistrada de longa e bem-sucedida carreira jurídica, a Doutora Rosa Maria Weber Candiota da Rosa nasceu a 2 de outubro de 1948, tendo se formado em Direito em 1971, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Destacamos aqui que a ilustre indicada foi a primeira classificada, tanto no vestibular pelo qual ingressou na Faculdade de Direito, como na conclusão do curso, tendo recebido a láurea acadêmica Professor Brochado da Rocha.

6. Ingressou na Magistratura do Trabalho como Juíza Substituta em 1976, por concurso público, tendo sido titularizada como Juíza Presidente de Vara da Justiça do Trabalho em 1981. Exerceu essa função até 1991, quando foi promovida, por merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, aonde chegou à Presidência, no Biênio 2001/2003.

7. Destaque-se que, entre o ano de 2004 e o de 2005, foi convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho.

8. O itinerário profissional da ilustre magistrada consigna, ainda, outras importantes atividades como, *exempli gratia*, o exercício da docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bem como sua participação, como membro, em Comissões Examinadoras de Concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho e participação em Associações de Magistrados.

9. Cumpre, por fim, consignar que a indicada de que tratamos foi agraciada com diferentes condecorações ao longo da sua carreira.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação da ilustre magistrada.

Sala da Comissão, 24 de janeiro de 2006.

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 174, de 12 de maio de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo recebeu a chancela daquela Casa em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 2 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a Proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator que subscreve este Parecer, no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de um extenso e detalhado acordo, composto de vinte e um artigos, que visa a disciplinar as regras para a cooperação bilateral entre Brasil e Líbano na prevenção do crime e na persecução penal. Acordos como este, principalmente bilaterais, têm sido adotados pelo Brasil e se destinam a compor um quadro de relacionamento internacional favorável à implantação de sistemas de cooperação para a repressão criminal, o que, nessa época de transnacionalização, representa a alternativa mais eficaz.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, depreende-se bem esse caráter do acordo em análise, expresso no seguinte trecho:

O instrumento em apreço, que reflete a importância que vem adquirindo a cooperação judiciária no contexto internacional, privilegia a agilização da troca de informações, relativas à legislação e jurisprudência, em todo o processo penal que tenha por objeto infrações cuja repressão seja de competência das autoridades de ambos os países.

Ao designar os Ministérios das Justiças dos dois Estados como autoridades centrais para atender às obrigações acordadas entre os Governos brasileiro e libanês, cria-se mecanismo que certamente facilitará o intercâmbio de informações entre

as Partes, bem como a assistência recíproca em assuntos de natureza penal.

O escopo do tratado está bem resumido na Exposição Ministerial, devendo ser acrescido que se dispõe também sobre sua inaplicabilidade para casos de delito político, ameaça a interesse público essencial da Parte Requerida, perseguição por raça, sexo, religião, nacionalidade ou opinião política e de conduta que não constituir delito na Parte Requerida.

É importante assinalar que o texto do Acordo contempla a proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias à investigação. Foi previsto, ademais, artigo específico que determina os procedimentos a serem seguidos por ambas as Partes quanto à localização, à imobilização, ao confisco, à custódia e à transferência de produtos do crime.

O texto do Acordo em apreço estabelece ainda procedimentos de cooperação para obtenção de provas, entrega de atos processuais e de decisões judiciais e comparecimento de testemunhas, peritos e pessoas processadas.

Destaque-se que o Brasil mantém acordos de assistência judiciária em matéria penal com vários outros países (por exemplo, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e Peru) e que se encontram em tramitação acordos da mesma natureza com outros países. São tratados recentes, o que sinaliza uma tendência da diplomacia brasileira de se equipar com instrumentos de cooperação judiciária para o melhor enfrentamento dos delitos que se aproveitam dos refúgios fora das fronteiras nacionais.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006.

Sala da Comissão, fevereiro de 2006

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 267, de 2005 (nº 806, de 24-11-2005, na origem), pela qual o Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Trata-se do exame de mensagem do Presidente da República, fundamentada no inciso V do art. 52 da Constituição Federal (CF), com vistas a submeter ao Senado Federal o pedido de autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM nº 00401/CPAT/ – MRE – APAT), datada de 4 de novembro de 2005, subscrita pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, no exercício do cargo de ministro de Estado: o imóvel objeto de dação encontra-se alugado pelo governo da Bolívia ao governo do Brasil e abriga a Chancelaria da Embaixada do

Brasil em La Paz, conforme contrato assinado em 2 de julho de 2001. Tendo em vista a assinatura da *side letter* de dação, foi firmado novo contrato de locação por meio do qual o valor do aluguel mensal do referido imóvel passa a ser de US\$1.00 (um dólar) e que vigorará durante o período em que ambos os governos tramitarem a documentação para a concretização da dação ou até o pagamento do valor devido pela Bolívia.

Ainda de acordo com a referida EM: a aceitação da dação do imóvel é de grande interesse para o Governo brasileiro na medida em que além de permitir a ampliação do espaço destinado às instalações da Chancelaria da Embaixada do Brasil em La Paz, possibilitará a transferência do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) para o mesmo imóvel. Ademais, a incorporação do imóvel como próprio nacional representará para o Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$230,000.00 (duzentos e trinta mil dólares) que eram gastos com os aluguéis da Chancelaria e do Imóvel que abriga o Centro de Estudos Brasileiros.

II – Análise

Cabe a esta Comissão examinar apenas os aspectos atinentes à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria sob exame, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), tendo em vista que quanto aos aspectos econômicos e aos que envolvem as nossas relações internacionais devem ser examinados, respectivamente, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), conforme consta do despacho do Segundo-Secretário do Senado, Senador João Alberto (às fls. 1 do processo).

A operação financeira que é objeto da mensagem veio ao exame desta Casa em razão da competência privativa do Senado Federal, prevista no inciso V do art. 52 da Lei Maior para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União. Na verdade, trata-se de atribuição exclusiva, porque insuscetível de delegação, e não privativa,

conforme equivocadamente expressa o *caput* do referido art. 52 da CF.

Verificamos, portanto, que o pedido de autorização para a realização da operação financeira de que trata a mensagem do Chefe do Poder Executivo em exame está em consonância com a prescrição constitucional que rege tais operações financeiras externas em que a União tenha participação direta, pois a autorização do Senado Federal é condição indispensável para a sua validade.

As vantagens ou desvantagens econômicas da operação financeira ou a sua conveniência para as relações internacionais do Brasil, especialmente com os países vizinhos, devem ser avaliadas pelas comissões desta Casa que detenham a atribuição regimental para tratar de tais assuntos que são, neste caso, a CAE e a CRE, devendo a primeira formular o devido projeto de resolução em atendimento ao disposto no art. 99, inciso VI, do RISF, combinado com os arts. 389 a 392 do mesmo Regimento.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Mensagem nº 267, de 2005, para que seja autorizada a operação solicitada pelo Presidente da República.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem (SF) nº 92, de 2006 (Nº 99, de 16-2-2006, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a escolha que o Senhor Presidente da República faz do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

A Constituição Federal, na forma de seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata in-

dicado, do qual extraímos, para este Relatório, as seguintes informações.

Nascido na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, em 12 de setembro de 1950, filho de José Elias Felício e Aurora Martins Felício, apresenta o documento de identidade nº 5293-MRE/DF e o CPF nº 366501107-87.

Em 1973, completou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense/RJ. Em 1974, o CPDC – IRBr. No mesmo ano, foi a Terceiro Secretário, em 18 de novembro, e lotado na Divisão da Organização dos Estados Americanos, como assistente.

Em 1977, exerceu missão junto à Organização dos Estados Americanos, como Terceiro Secretário.

Em 1978, foi promovido a Segundo Secretário, por antiguidade, em 12 de junho.

Em 1980, foi designado para a Embaixada em Abidjan, como Segundo Secretário.

Em 1981, participou de reunião da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial sobre o Alto Volta, Uagadugu, como Chefe de delegação. No mesmo ano, foi promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho, e agraciado com a Ordem do Mérito Naval, no grau de Oficial, Brasil.

Em 1983, foi indicado para a Embaixada em Viena, como Primeiro Secretário.

Em 1986, foi nomeado para o Conselho de Segurança Nacional, Secretaria-Geral, como Adjunto da Primeira Subchefia. No mesmo ano, recebeu a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Em 1987, foi promovido a Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro.

Em 1988, participou da reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), em Kuala Lumpur, como Chefe de delegação. No mesmo ano, foi nomeado Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais.

Também foi agraciado com a Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial.

Em 1989, foi nomeado Chefe da Divisão de Produtos de Base. Participou da Reunião do Comitê Executivo da Organização dos Países Produtores de Estanho, como Chefe de delegação; também foi Chefe de delegação na Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, que teve continuação em 1990. Em 1990, ainda, foi indicado para a Delegação Permanente em Genebra, como Conselheiro.

Em 1991, CAE – IRBr, As Salvaguardas Internacionais.

Em 1993, participou do Comitê Preparatório da Organização para Proibição das Armas Químicas, em Haia, como Chefe de delegação. Também foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em 1994, participou de “Problemas of Compliance and Enforcement of Regional Arms Limitation Treaties and Agreements”, *in* Disarmament and Arms Limitations and Obligations, UNIDIR, em Genebra. Em 30 de junho do mesmo ano, foi promovido a Ministro de Segundo Classe, por merecimento. Agraciado com a Medalha “Mérito Santos Dumont”, Brasil. Participou de Os Regimes de Controle das Tecnologias Avançadas e a Inserção do Brasil na Nova Equação do Poder Internacional, *in* Temas de Política Externa II, IPRI/FUNAG, Brasília.

Em 1995, participou de: Missão junto à Organização das Nações Unidas, como Ministro Conselheiro; de Conferência de exame e extensão do Tratado de Não-Proliferação e Armas Nucleares (TNP), Nova Iorque, e do Comitê ad hoc sobre o estabelecimento da Corte Penal Internacional, Nova Iorque, como Chefe de delegação.

Em 1996, participou do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com Edmundo Fujita e Achilles Zaluar, *in* Parcerias Estratégicas, ano 1 nº 1, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília, e da Primeira Sessão do Comitê Preparatório da Organização do Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares, Nova Iorque, como Chefe de delegação.

Em 1997, participou do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do ano 2000 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Nova Iorque; da Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova Iorque, e da XIX Sessão do Comitê de Informação das Nações Unidas, Nova Iorque, sempre como Chefe de delegação.

Em 1998, participou da VIII reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, Nova Iorque, e da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, Nova Iorque, como Chefe de delegação.

Em 1999, foi designado Ministro-Conselheiro na Embaixada de Ottawa.

Em 2001, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como Assessor Especial do Ministro, e Chefe da Divisão da América Meridional II.

Em 2002, Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Comendador.

Em 2003, designado Chefe do Departamento da América do Sul; agraciado com a Ordem El Sol Del Peru, Grande Oficial; e com a Ordem do Mérito de Defesa, Brasil, Grande Oficial; e a Ordem do Libertador General José de San Martín, Argentina, Grande Oficial; promovido Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro.

Em 2004, como Secretário na Secretaria de Planejamento Diplomático, e Ordem do Wissan Al-Alaoui, Marrocos, Grande Oficial.

Dados básicos sobre o Uruguai

Nome Oficial: República Oriental do Uruguai;

Área: 176.220 km²;

População: 3.390.000 habitantes (2004);

Cidades Principais: Capital: Montevidéu (1,3 milhão de habitantes). Outras cidades: Salto (93 mil), Paysandú (84 mil) Las Piedras (99 mil).

Moeda: Peso.

Chefe de Estado e de Governo: Tabaré Ramón Vasquez Rosas.

Chanceler: Reinaldo Gargano.

PIB (2004): US\$13,138 bilhões (nominal)

PIB per capita: US\$3.865 (nominal).

Exportações (2004): US\$3.264 milhões (fob).

Importações (2004): US\$3.859 milhões (cif).

Dívida Externa Total: (2004): US\$12,9 bilhões.

Desemprego: 12,1% (trimestre de setembro a novembro de 2004).

Inflação (2004): 7,59%.

Relações bilaterais

As relações Brasil–Uruguai, tradicionalmente estreitas, conheceram renovado impulso a partir do início do Governo Tabaré Vasquez.

Em fevereiro de 2005, ainda antes da posse das novas autoridades eleitas no ano anterior, o Chanceler Reinaldo Gargano visitou Brasília para conversações com seu homólogo brasileiro. Em março, esteve em Motevidéu o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia.

No começo de abril, o Presidente Vasquez realizou visita de Estado ao Brasil, a convite do Presidente Lula. No comunicado conjunto divulgado naquela oportunidade, há menção à reativação da Comissão Geral de Coordenação, em nível de Chanceler, e dos Mecanismos de Consulta e Concertação Política reuniu-se, em 9 de agosto, e o Mecanismo de Monitoramento do Comércio, em 20 de setembro e 18 de novembro de 2005. Foi, ainda, criada a Comissão Mista de Energia.

No dia 2 de fevereiro de 2005, o Chanceler Reinaldo Gargano, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita de trabalho ao Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Chanceleres trataram de temas da agenda bilateral como o estado de projetos de integração na área de energia e de transportes, como o projeto de interligação de redes elétricas e a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão. O Brasil ofereceu, ainda, ajuda para que o Uruguai possa construir uma agência de cooperação técnica. Estudou-se a possibilidade de revitalizar o acordo comercial entre as Zonas Francas de Colônia e Manaus, com o objetivo de obter benefícios equilibrados para ambas as partes.

Os Ministros examinaram temas econômicos como a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai para promover as exportações daquele país e gerar empregos; a análise de mecanismos proporcionados pelo Mercosul para estimular as economias de seus membros, como o Fundo de Convergência Estrutural e a importância de avançar no objetivo da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), prevista na Decisão nº 54/04, do Conselho do Mercado Comum.

Os Chanceleres avaliaram questões relativas à integração da América do Sul e as perspectivas decorrentes dos processos eleitorais em curso na região. Observou-se a oportunidade de incentivar a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, cujo calendário de reuniões para 2006 foi discutida, especialmente a convocação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano.

Na mesma ocasião, avaliaram o andamento das principais iniciativas em curso entre os dois países, como o Mecanismo de Consulta e Concertação política Brasil-Uruguai e o Mecanismo de Monitoramento de Comércio Brasil-Uruguai, que deveria reunir-se, pela terceira vez, em fevereiro corrente. Nessa oportunidade, será dado seguimento a temas de comércio e promoção de investimentos brasileiros no Uruguai, já mencionados.

O nível de expectativas uruguaias no relacionamento com o Brasil, inclusive quanto à possibilidade de superação de entraves comerciais, aumentou com o início do governo da Frente Ampla. O Brasil tem dado reiteradas mostras de seu interesse em atender às reivindicações uruguaias. O Uruguai, por sua vez, informou que fechará sua Missão Militar em Washington e abrirá outra em Brasília, elevando o status da atual adidância no Brasil, devido à suspensão da cooperação militar norte-americana diante da decisão uruguaia de assinar acordo de isenção de jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai

Brasil e Uruguai compartilham uma fronteira terrestre de mais de 1.000 km de extensão, sem grandes obstáculos naturais e densamente povoada (cerca de 720 mil pessoas, nos dois lados da linha divisória). Desenvolvem, desde 2002, um importante programa de cooperação e integração na área fronteiriça: a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai. A “Nova Agenda” vem sendo adotada como modelo para outras experiências de desenvolvimento de áreas fronteiriças, como no caso da divisa entre Brasil e Bolívia, e entre Brasil e Argentina. O Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho está plenamente implementado

A posse do Governo uruguaio e a eleição de intendentes no ano passado colocaram em compasso de espera os temas relativos à Nova Agenda e à cooperação fronteiriça com o Brasil. A natural substituição dos responsáveis postergou os trabalhos da Nova Agenda e de outras Comissões relativas à cooperação fronteiriça. Do lado brasileiro, o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), capitaneado pelo Ministério da Integração Nacional, foi apresentado ao Vice-Presidente do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, em 23-9-2005. Os dois países tencionam retomar, entre março e abril, as Reuniões de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço. Os dois Governos concordaram

em bilateralizar o acordo de Residência do Mercosul, o que será feito proximamente.

Este, Senhoras e Senhores Senadores, um resumo dos documentos sobre a República do Uruguai e suas relações com o Brasil, que poderão ser examinados com mais detalhe, em consulta à documentação que acompanha a indicação do ilustre Senhor Embaixador.

Sala da Comissão, março de 2006.

Presidente,

Relator.

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002 (nº 4.827, de 1998, na Casa de origem), que institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002 (nº 4.827, de 1998, na Casa de origem), de autoria da Deputada Zulaiê Cobra, que institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

A proposição traz a disciplina jurídica da mediação – judicial ou extrajudicial –, definida como atividade técnica exercida por terceira pessoa, que, escolhida ou aceita pelas partes interessadas, as escuta e orienta com o propósito de lhes permitir que, de modo consensual, previnam ou solucionem conflitos.

O projeto contempla a possibilidade de mediação em toda matéria que a lei civil ou penal admita conciliação, reconciliação ou transação, apontando como mediadores, tanto pessoas

físicas quanto pessoas jurídicas, que, nos termos de seu objeto social, se dediquem ao exercício da mediação.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, não tendo sido interposto o recurso a que alude o inciso I, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, sendo então remetido a esta Câmara Alta para revisão, a teor do que dispõe o art. 65 da Constituição da República.

Nesta Casa, a proposição não recebeu emendas. Entretanto, o Senador Eduardo Suplicy apresentou na última reunião da CCJ (8-3-2006) Voto em Separado, que também constituirá objeto desta análise.

II – Análise

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002, merecendo registro que é competência privativa da União legislar sobre Direito Processual (CF/88, art. 22, inciso I). Da mesma forma, no que concerne à juridicidade, a proposta se revela isenta da necessidade de reparos.

Quanto ao mérito, porém, cremos que o avanço trazido pela proposição afigura-se tímido. Cabe salientar que, hoje, se vive no Brasil momento especialmente favorável às iniciativas que buscam desafogar o Poder Judiciário, trazendo à luz mecanismos modernos de solução alternativa de conflitos.

Não podemos nos furtar à menção do novíssimo inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal (introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 – Reforma do Judiciário), que estatui que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Ora, essa norma programática é que nos anima a perseguir avanços ainda maiores na legislação acerca da mediação.

Nesse sentido, mantivemos intenso diálogo com instituições públicas e representantes da sociedade civil, e recebemos di-

versas sugestões de aperfeiçoamento da proposta ora relatada, merecendo destaque as sugestões do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, do Grupo de Pesquisa e Trabalho em Arbitragem, Mediação e Negociação da Universidade de Brasília, do Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil e do Centro de Administração de Conflitos.

As sugestões diferem parcialmente do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, justamente por avançar na disciplina jurídica da mediação, classificando-a em judicial ou extrajudicial e prévia ou incidental. Outrossim, as sugestões contemplam a formação e seleção dos mediadores, trazendo linhas gerais sobre o Registro de Mediadores, que dará aos interessados – e à sociedade, em última análise – a indispensável segurança para eleger mediadores, com a garantia de que a pessoa ou instituição escolhida goza de reputação ilibada e vasta experiência na atividade.

Como fruto dessa interação, apresentamos substitutivo, que entendemos disciplinar de forma mais abrangente o instituto da mediação, avançando em alguns pontos que o projeto original aprovado pela Câmara dos Deputados não contemplava, mas sem atentar contra o seu espírito, ressalva feita à mediação penal, que não concordamos deva integrar o texto.

Especificamente quanto à mediação em matéria penal, deve ser feito o registro de que vige nesta seara o princípio da obrigatoriedade da ação penal, que, embora sofra temperamentos, merece um detalhamento incompatível com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Em verdade, o membro do Ministério Público, que é o *dominus litis* da ação penal pública, dispõe de “discricionariedade vinculada” quanto à transação penal ou à suspensão condicional do processo, de modo que, para o seu efetivo exercício, é indispensável que a lei traga de forma minuciosa as suas hipóteses de cabimento.

Nosso substitutivo é estruturado em seis capítulos: I – modalidades de mediação; II – dos mediadores; III – do

registro dos mediadores e da fiscalização e controle da atividade de mediação; IV – da mediação prévia; V – da mediação incidental; e VI – disposições finais.

No Capítulo I, definimos a atividade de mediação, e estabelecemos suas modalidades em prévia ou incidental e judicial ou extrajudicial (art. 3º), assentando que ela será sempre sigilosa, salvo convenção das partes (art. 6º) e que o termo de transação lavrado pelo mediador e assinado por ele e pelos interessados poderá ser homologado pelo juiz e consistirá em título executivo judicial. (art. 7º).

No Capítulo II, trouxemos a disciplina jurídica dos mediadores, assentando quem pode ser mediador judicial (art. 10) e extrajudicial (art. 11) e co-mediador (art. 15), outorgando atribuições à Ordem dos Advogados do Brasil, aos Tribunais de Justiça dos Estados e às instituições especializadas previamente credenciadas pelos Tribunais de Justiça para treinar e selecionar candidatos à função de mediador (art. 14).

Este, sem dúvida, é ponto sensível para o sucesso da mediação, pois é fundamental a habilidade pessoal do mediador para apaziguar os ânimos e buscar uma solução consensuada do conflito.

O Capítulo II, outrossim, equipara os mediadores, quando no exercício de suas atribuições, aos funcionários públicos para fins penais (art. 12, *in fine*), e aos auxiliares da Justiça, para todos os fins (art. 12), impondo-lhes os deveres de imparcialidade, independência, aptidão, diligência e confidencialidade (art. 13).

No Capítulo III, tratamos do Registro de Mediadores, mantido pelos Tribunais de Justiça (art. 16), a quem caberá normatizar o processo de inscrição dos mediadores que atuarão no âmbito de sua jurisdição (art. 16, § 1º). Ademais, inserimos disposição que impõe aos Tribunais de Justiça a sistematização dos dados dos mediadores e a sua publicação para fins estatísticos (art. 16, § 4º).

Neste ponto, optamos por tornar a inscrição no Registro de Mediadores obrigatória para o exercício da atividade

de mediação, seja judicial ou extrajudicial. Tal fato se deve à necessidade de se ter o efetivo controle do trabalho dos mediadores, de modo a assegurar aos que optarem pela prevenção ou solução de seus conflitos pela mediação, que o terceiro que escolherem para conduzir os trabalhos gozará dos atributos que a lei exige. Tal providência será útil, ainda, para que haja rigoroso controle estatístico.

Além disso, com o controle do Registro de Mediadores pelo Tribunal de Justiça do Estado, será possível punir efetivamente os mediadores que apresentarem desvios de conduta e banidos do exercício da atividade de mediação, impedindo que maus mediadores inviabilizem a incorporação da mediação na cultura dos brasileiros.

Ademais, está descrita a forma de fiscalização e controle da atividade de mediação. Aqui, arrolamos hipóteses de impedimento dos mediadores e condutas passíveis de censura (arts. 20 a 24), trazendo linhas gerais sobre o processo administrativo a que se submeterão os mediadores (art. 25). Cabe registrar a disciplina especial trazida para os mediadores judiciais, que submeter-se-ão ao controle efetuado pela Ordem dos Advogados do Brasil (art. 18).

Outrossim, no Capítulo III estão enumeradas as hipóteses de exclusão do Registro de Mediadores, e a cláusula de vedação de recadastramento do mediador excluído por conduta inadequada, em qualquer local do território nacional (art. 24, § 2º).

No Capítulo IV, acolhendo quase integralmente as propostas da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul e do Grupo de Pesquisa e Trabalho em Arbitragem, Mediação e Negociação da Universidade de Brasília, disciplinamos a mediação prévia.

No Capítulo V, contribuiu a solidez dos argumentos espoados nas sugestões da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, no sentido de tornar obrigatória a tentativa de mediação incidental. Neste sentido, a obrigatorieda-

de da mediação incidental pode ter o condão de estimular a autocomposição e desafogar as varas de primeira instância.

Por fim, o Capítulo VI traz disposições finais, de caráter geral, estatuidando que a atividade do mediador será sempre remunerada e estabelecendo o prazo de 180 dias para os Tribunais de Justiça expedirem as normas regulamentadoras que viabilizem o início das atividades.

Como já foi dito, foi apresentado, na última reunião desta Comissão, relatório substitutivo de autoria do ilustre Senador Eduardo Suplicy, espelhando posicionamento do Ministério da Justiça e, conforme acordado com o nobre colega, reapresento meu parecer com nova redação contemplando e acatando em parte as propostas ora apresentadas.

III – Voto

Com as considerações precedentes de que ressaltam a constitucionalidade, juridicidade, oportunidade e conveniência da proposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002 (nº 4.827, de 1998, na origem), na forma do substitutivo a seguir:

Emenda nº – CCJ (Substitutivo)

Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei institui e disciplina a mediação paraprocessual nos conflitos de natureza civil.

Art. 2º Para fins desta Lei, mediação é a atividade técnica exercida por terceiro imparcial que, escolhido ou aceito pelas partes interessadas, as escuta, orienta e estimula, sem apresentar soluções, com o propósito de lhes permitir a prevenção ou solução de conflitos de modo consensual.

Art. 3º A mediação paraprocessual será prévia ou incidental, em relação ao momento de sua instauração, e judicial ou extrajudicial, conforme a qualidade dos mediadores.

Art. 4º É lícita a mediação em toda matéria que admita conciliação, reconciliação, transação ou acordo de outra ordem.

Art. 5º A mediação poderá versar sobre todo o conflito ou parte dele.

Art. 6º A mediação será sigilosa, salvo estipulação expressa em contrário pelas partes, observando-se, em qualquer hipótese, o disposto nos arts. 13 e 14.

Art. 7º O acordo resultante da mediação se denominará termo de mediação e deverá ser subscrito pelo mediador, judicial ou extrajudicial, pelas partes e advogados, constituindo-se título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. A mediação prévia, desde que requerida, será reduzida a termo e homologada por sentença, independentemente de processo.

Art. 8º A pedido de qualquer um dos interessados, o termo de mediação obtido na mediação prévia ou incidental, poderá ser homologado pelo juiz, caso em que terá eficácia de título executivo judicial.

CAPÍTULO II **Dos Mediadores**

Art. 9º Pode ser mediador qualquer pessoa capaz, de conduta ilibada e com formação técnica ou experiência prática adequada à natureza do conflito, nos termos desta Lei.

Art. 10. Os mediadores serão judiciais ou extrajudiciais.

Art. 11. São mediadores judiciais os advogados com pelo menos três anos de efetivo exercício de atividades jurídicas, capacitados, selecionados e inscritos no Registro de Mediadores, na forma desta Lei.

Art. 12. São mediadores extrajudiciais aqueles independentes, selecionados e inscritos no respectivo Registro de Mediadores, na forma desta Lei.

Art. 13. Na mediação paraprocessual, os mediadores judiciais ou extrajudiciais e os co-mediadores são considerados auxiliares da Justiça, e, quando no exercício de suas funções, e em razão delas, são equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da lei penal

Art. 14. No desempenho de suas funções, o mediador deverá proceder com imparcialidade, independência, aptidão, diligência e confidencialidade, salvo, no último caso, por expressa convenção das partes.

Art. 15. Caberá, em conjunto, à Ordem dos Advogados do Brasil, aos Tribunais de Justiça dos Estados e às pessoas jurídicas especializadas em mediação, nos termos de seu estatuto social, desde que, no último caso, devidamente autorizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado em que estejam localizadas, a formação e seleção de mediadores, para o que serão implantados cursos apropriados, fixando-se os critérios de aprovação, com a publicação do regulamento respectivo.

Art. 16. É lícita a co-mediação quando, pela natureza ou pela complexidade do conflito, for recomendável a atuação conjunta do mediador com outro profissional especializado na área do conhecimento subjacente ao litígio.

§ 1º A co-mediação será obrigatória nas controvérsias submetidas à mediação que versem sobre o estado da pessoa e Direito de Família, devendo dela necessariamente participar psiquiatra, psicólogo ou assistente social.

§ 2º A co-mediação, quando não for obrigatória, poderá ser requerida por qualquer dos interessados ou pelo mediador.

CAPÍTULO III

Do Registro de Mediadores e da Fiscalização e Controle da Atividade de Mediação

Art. 17. O Tribunal de Justiça local manterá Registro de Mediadores, contendo relação atualizada de todos os mediadores habilitados a atuar prévia ou incidentalmente no âmbito do Estado.

§ 1º Os Tribunais de Justiça expedirão normas regulamentando o processo de inscrição no Registro de Mediadores.

§ 2º A inscrição no Registro de Mediadores será requerida ao Tribunal de Justiça local, na forma das normas expedidas para este fim, pelos que tiverem cumprido satisfatoriamente os requisitos do art. 15 desta Lei.

§ 3º Do registro de mediadores constarão todos os dados relevantes referentes à atuação do mediador, segundo os critérios fixados pelo Tribunal de Justiça local.

§ 4º Os dados colhidos na forma do parágrafo anterior serão classificados sistematicamente pelo Tribunal de Justiça, que os publicará anualmente para fins estatísticos.

Art. 18. Na mediação extrajudicial, a fiscalização das atividades dos mediadores e co-mediadores competirá sempre ao Tribunal de Justiça do Estado, na forma das normas específicas expedidas para este fim.

Art. 19. Na mediação judicial, a fiscalização e controle da atuação do mediador será feita pela Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de suas seccionais; a atuação do co-mediador será fiscalizada e controlada pelo Tribunal de Justiça.

Art. 20. Se a mediação for incidental, a fiscalização também caberá ao juiz da causa, que, verificando a atuação inadequada do mediador ou do co-mediador, poderá afastá-lo de suas atividades relacionadas ao processo, e, em caso de urgência, tomar depoimentos e colher provas, dando notícia, conforme o caso, à Ordem dos Advogados do Brasil ou ao Tribunal de Justiça, para as medidas cabíveis.

Art. 21. Aplicam-se aos mediadores e co-mediadores os impedimentos previstos nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil.

§ 1º No caso de impedimento, o mediador devolverá os autos ao distribuidor, que designará novo mediador; se a causa de impedimento for apurada quando já iniciado o procedimento de mediação, o mediador interromperá sua atividade, lavrando termo com o relatório do ocorrido e solicitará designação de novo mediador ou co-mediador.

§ 2º O referido relatório conterá:

- a) nomes e dados pessoais das partes envolvidas;
- b) indicação da causa de impedimento ou suspeição;
- c) razões e provas existentes pertinentes do impedimento ou suspeição.

Art. 22. No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o mediador informará o fato ao Tribunal de Justiça, para que, durante o período em que subsistir a impossibilidade, não lhe sejam feitas novas distribuições.

Art. 23. O mediador fica absolutamente impedido de prestar serviços profissionais a qualquer das partes, em matéria correlata à mediação; o impedimento terá o prazo de dois anos, contados do término da mediação, quando se tratar de outras matérias.

Art. 24. Considera-se conduta inadequada do mediador ou do co-mediador a sugestão ou recomendação acerca do mérito ou quanto aos termos da resolução do conflito, assessoramento, inclusive legal, ou aconselhamento, bem como qualquer forma explícita ou implícita de coerção para a obtenção de acordo.

Art. 25. Será excluído do Registro de Mediadores aquele que:

- I – assim o solicitar ao Tribunal de Justiça, independentemente de justificação;

II – agir com dolo ou culpa na condução da mediação sob sua responsabilidade;

III – violar os princípios de confidencialidade e imparcialidade;

IV – funcionar em procedimento de mediação mesmo sendo impedido ou sob suspeição;

V – sofrer, em procedimento administrativo realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, pena de exclusão do Registro de Mediadores;

VI – for condenado, em sentença criminal transitada em julgado.

§ 1º Os Tribunais de Justiça dos Estados, em cooperação, consolidarão mensalmente relação nacional dos excluídos do Registro de Mediadores.

§ 2º Salvo no caso do inciso I, aquele que for excluído do Registro de Mediadores não poderá, em hipótese alguma, solicitar nova inscrição em qualquer parte do território nacional ou atuar como co-mediador.

Art. 26. O processo administrativo para averiguação de conduta inadequada do mediador poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação e obedecerá ao procedimento estabelecido pelo Tribunal de Justiça local.

Art. 27. O processo administrativo conduzido pela Ordem dos Advogados do Brasil obedecerá ao procedimento previsto no Título III da Lei nº 8.906, de 1994, podendo ser aplicada desde a pena de advertência até a exclusão do Registro de Mediadores.

Parágrafo único. O processo administrativo a que se refere o *caput* será concluído em, no máximo, noventa dias, e suas conclusões enviadas ao Tribunal de Justiça para anotação no registro do mediador ou seu cancelamento, conforme o caso.

Art. 28. O co-mediador afastado de suas atividades nos termos do art. 19, desde que sua conduta inadequada seja comprovada em regular procedimento administrativo, fica

impedido de atuar em novas mediações pelo prazo de dois anos.

CAPÍTULO IV Da Mediação Prévia

Art. 29. A mediação prévia pode ser judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. O requerimento de mediação prévia interrompe a prescrição e deverá ser concluído no prazo máximo de 90 dias.

Art. 30. O interessado poderá optar pela mediação prévia judicial. Neste caso, o requerimento adotará formulário padronizado, subscrito por ele ou por seu advogado, sendo, neste caso, indispensável à juntada do instrumento de mandato.

§ 1º Distribuído ao mediador, o requerimento ser-lhe-á encaminhado imediatamente.

§ 2º Recebido o requerimento, o mediador designará dia, hora e local onde realizará a sessão de mediação, dando ciência aos interessados por qualquer meio eficaz e idôneo de comunicação.

§ 3º A cientificação ao requerido conterà a recomendação de que deverá comparecer à sessão acompanhado de advogado, quando a presença deste for indispensável. Neste caso, não tendo o requerido constituído advogado, o mediador solicitará à Defensoria Pública ou, na falta desta, à Ordem dos Advogados do Brasil a designação de advogado dativo. Na impossibilidade de pronto atendimento à solicitação, o mediador imediatamente remarcará a sessão, deixando os interessados já cientificados da nova data e da indispensabilidade dos advogados.

§ 4º Os interessados, de comum acordo, poderão escolher outro mediador, judicial ou extrajudicial.

§ 5º Não sendo encontrado o requerido, ou não comparecendo qualquer das partes, estará frustrada a mediação.

Art. 31. Obtido ou não o acordo, o mediador lavrará o termo de mediação, descrevendo detalhadamente todas as cláusulas do mesmo ou consignando a sua impossibilidade.

Parágrafo único. O mediador devolverá o requerimento ao distribuidor, acompanhado do termo de mediação, para as devidas anotações.

Art. 32. A mediação prévia extrajudicial, a critério dos interessados, ficará a cargo de mediador independente ou daquele ligado à instituição especializada em mediação.

Art. 33. Em razão da natureza e complexidade do conflito, o mediador judicial ou extrajudicial, a seu critério ou a pedido de qualquer das partes, prestará seus serviços em regime de co-mediação com profissional especializado em outra área que guarde afinidade com a natureza do conflito.

CAPÍTULO V **Da Mediação Incidental**

Art. 34. A mediação incidental será obrigatória no processo de conhecimento, salvo nos seguintes casos:

I – na ação de interdição;

II – quando for autora ou ré pessoa de direito público e a controvérsia versar sobre direitos indisponíveis;

III – na falência, na recuperação judicial e na insolvência civil;

IV – no inventário e no arrolamento;

V – nas ações de imissão de posse, reivindicatória e de usucapião de bem imóvel;

VI – na ação de retificação de registro público;

VII – quando o autor optar pelo procedimento do juizado especial ou pela arbitragem;

VIII – na ação cautelar;

IX – quando na mediação prévia, realizada na forma da seção anterior, tiver ocorrido sem acordo nos cento e oitenta dias anteriores ao ajuizamento da ação.

Parágrafo único. A mediação deverá ser realizada no prazo máximo de 90 dias e, não sendo alcançado o acordo, dar-se-á continuidade ao processo.

Art. 35. Nos casos de mediação incidental, a distribuição da petição inicial ao juízo interrompe a prescrição, induz litispendência e produz os demais efeitos previstos no art. 263 do Código de Processo Civil.

§ 1º Havendo pedido de liminar, a mediação terá curso após a respectiva decisão.

§ 2º A interposição de recurso contra a decisão liminar não prejudica o processo de mediação.

Art. 36. A designação inicial será de um mediador, judicial ou extrajudicial, a quem será remetida cópia dos autos do processo judicial.

Parágrafo único. As partes, de comum acordo, poderão escolher outro mediador, judicial ou extrajudicial.

Art. 37. Cabe ao mediador intimar as partes por qualquer meio eficaz e idôneo de comunicação, designando dia, hora e local para seu comparecimento.

§ 1º A intimação deverá conter a recomendação de que as partes deverão se fazer acompanhar de advogados, quando indispensável à assistência judiciária.

§ 2º Se o requerido não tiver sido citado no processo judicial, a intimação para a sessão de mediação constituí-lo-á em mora, tornando prevento o juízo, induzindo litispendência, fazendo litigiosa a coisa e interrompendo a prescrição.

§ 3º Se qualquer das partes não tiver advogado constituído nos autos do processo judicial, o mediador procederá de acordo com o disposto na parte final do § 3º do art. 30.

§ 4º Não sendo encontrado o requerido, ou não comparecendo qualquer das partes, estará frustrada a mediação.

Art. 38. Na hipótese de mediação incidental, ainda que haja pedido de liminar, a antecipação das despesas do processo, a que alude o art. 19 do Código de Processo Civil, somente será devida após a retomada do curso do processo, se a mediação não tiver resultado em acordo ou conciliação.

Parágrafo único. O valor pago a títulos de honorários do mediador, na forma do art. 19 do Código de Processo Civil, será abatido das despesas do processo.

Art. 39. Obtido ou frustrado o acordo, o mediador lavrará o termo de mediação descrevendo detalhadamente todas as cláusulas do acordo ou consignando sua impossibilidade.

§ 1º O mediador devolverá a petição inicial ao juiz da causa, acompanhada do termo, para que seja dado prosseguimento ao processo.

§ 2º Ao receber a petição inicial acompanhada do termo de transação, o juiz determinará seu imediato arquivamento ou, frustrada a transação, providenciará a retomada do processo judicial.

Art. 40. Havendo acordo, o juiz da causa, após verificar o preenchimento das formalidades legais, homologará o acordo por sentença.

Parágrafo único. Se o acordo for obtido quando o processo judicial estiver em grau de recurso, a homologação do mesmo caberá ao relator.

CAPÍTULO VI **Disposições Finais**

Art. 41. A mediação será sempre realizada em local de fácil acesso, com estrutura suficiente para atendimento condigno dos interessados, disponibilizado por entidade pública ou particular para o desenvolvimento das atividades de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça local fixará as condições mínimas a que se refere este artigo.

Art. 42. Os serviços do mediador serão sempre remunerados, nos termos e segundo os critérios fixados pela norma local.

§ 1º Nas hipóteses em que for concedido o benefício da assistência judiciária, estará a parte dispensada do recolhimento dos honorários, correndo as despesas às expensas de dotação orçamentária do respectivo Tribunal de Justiça.

Art. 43. O art. 331 e parágrafos da Lei nº 5.869, de 1973, Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, para qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 1º Na audiência preliminar, o juiz ouvirá as partes sobre os motivos e fundamentos da demanda e tentará a conciliação, mesmo tendo sido realizada a tentativa de mediação prévia ou incidental.

§ 2º A lei local poderá instituir juiz conciliador ou recrutar conciliadores para auxiliarem o juiz da causa na tentativa de solução amigável dos conflitos.

§ 3º Segundo as peculiaridades do caso, outras formas adequadas de solução do conflito poderão ser sugeridas pelo juiz, inclusive a arbitragem, na forma da lei, a mediação e a avaliação neutra de terceiro.

§ 4º A avaliação neutra de terceiro, a ser obtida no prazo a ser fixado pelo juiz, é sigilosa, inclusive para este, e não vinculante para as partes, sendo sua finalidade exclusiva a de orientá-las na tentativa de composição amigável do conflito.

§ 5º Obtido o acordo, será reduzido a termo e homologado pelo juiz.

§ 6º Se, por qualquer motivo, a conciliação não produzir resultados e não for adotado outro meio de solução do conflito,

o juiz, na mesma audiência, fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário” (NR)

Art. 44. Fica acrescentado à Lei nº 5.869, de 1973, Código de Processo Civil, o art. 331-A, com a seguinte redação:

“Art. 331–A. Em qualquer tempo e grau de jurisdição, poderá o juiz ou tribunal adotar, no que couber, as providências no artigo anterior”.

Art. 45. Os Tribunais de Justiça dos Estados, no prazo de 180 dias, expedirão as normas indispensáveis à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 46. O termo de mediação, de qualquer natureza, frustrado ou não o acordo, conterà expressamente a fixação dos honorários do mediador, ou do co-mediador, se for o caso.

Parágrafo único. Fixando as partes os honorários do mediador, no termo de mediação, este constituirá título executivo extrajudicial; não havendo tal estipulação, o mediador requererá ao Tribunal de Justiça que seria competente para julgar, originariamente, a causa, que os fixe por sentença.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator.

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2001, que “dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação”

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

É submetido à análise desta Comissão o Projeto de Resolução nº 1, de 2001, de autoria da Mesa do Senado Federal, que “dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação”.

O Projeto de Resolução sob análise altera o Regimento Interno desta Casa, no sentido de promover ajustes na disciplina dos requerimentos de informação, especialmente no que diz respeito àqueles que envolvem matéria protegida pelo sigilo bancário. Busca-se, nesse ponto, adaptar a Lei Interna do Senado Federal aos ditames da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”.

Trata-se de providência que já tinha sido feita, administrativamente, pela Colenda Comissão Diretora, com a edição do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, cujas disposições são, praticamente, repetidas na proposição sob análise.

Conforme explica a Mesa Diretora, o presente Projeto de Resolução nada mais é do que o Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001, com adequações redacionais e pequenos acréscimos decorrentes de pareceres vigentes sobre a matéria, e reflete o propósito de que a matéria seja deliberada por todos os Senadores e incorporada ao Regimento Interno.

O Projeto recebeu a Emenda nº 1, de autoria do ilustre Senador Roberto Requião, que visa a normatizar os requerimentos destinados ao Tribunal de Contas da União, na forma do que estabelecem os incisos IV e VII do art. 71 da Lei Maior.

É o relatório.

II – Voto

O requisito de constitucionalidade é atendido pelo Projeto de Resolução nº 1, de 2001, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em Resolução do Senado Federal (Constituição Federal, art. 52, XIII), sem restrição de iniciativa.

A proposição é, igualmente, jurídica e vem vazada em boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, opinamos pela aprovação da matéria. A edição da Lei Complementar nº 105, de 2001, que flexibilizou a possibilidade de quebra do sigilo bancário, significou um importante passo no sentido de permitir a aprimoramento dos instrumentos de investigação à disposição do Poder Legislativo, do Ministério Público e da Receita Federal. Assim, é fundamental que esta Casa adapte as suas normas internas ao novo diploma legal e é importante que essas normas sejam objeto de deliberação do Plenário do Senado Federal.

Além disso, o projeto promove outros ajustes na parte de nosso Regimento Interno que disciplina os requerimentos de informações, incorporando avanços sobre a matéria.

Com relação à emenda apresentada, opinamos pelo seu acolhimento. Trata-se de iniciativa que supre lacuna da Lei Interna desta Casa, que não disciplina a tramitação dos requerimentos a serem submetidos ao Tribunal de Contas da

União, previstos nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição e nos incisos I e II do art. 38 da Lei Orgânica daquela Corte, a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Impõe-se, entretanto, fazer alguns ajustes na emenda, uma vez que não pode o Senado Federal, por meio de resolução, fixar prazo para que a Corte de Contas atenda a requerimento seu. Só por lei poderia tal prazo ser estabelecido.

Com efeito, muito embora, nos termos do art. 71 da Constituição, o Tribunal de Contas seja um órgão auxiliar do Poder Legislativo, é-lhe assegurada a mesma autonomia administrativa conferida aos Tribunais integrantes do Poder Judiciário.

Isso deflui do art. 73 da Constituição, ao estender ao Tribunal de Contas o disposto no art. 96, que trata da autonomia do Poder Judiciário, cabendo-lhe, dentre outras competências, organizar seus serviços, prover seus cargos e propor, privativamente, a criação e a extinção deles, assim como, a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.

Inexiste, assim, uma relação de subordinação entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo que legitime a definição de prazo para que aquele atenda a requerimento deste, por meio de Resolução do Senado. Tal prazo depende de previsão em lei, que pode ser a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

De outra parte, com a finalidade de ajustar a proposição ao seu novo status normativo, torna-se indispensável que, no texto do art. 3º do Projeto, seja substituído o termo "Ato" por "Resolução".

Além do exposto, quero também, aproveitar a oportunidade de tratarmos de melhorar a legislação dos Requerimentos de Informação, e sugerir na forma de emenda de Relator a inclusão de dispositivo que além do envio ao autor da proposição, seja determinado a publicação na íntegra do requerimento e sua respectiva resposta pela autoridade requerida, ressalvado, obviamente, os casos protegidos por sigilo.

À vista do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2001, com as seguintes alterações:

Subemenda à Emenda nº 1

Acrescente-se o seguinte artigo ao PRS nº 1, de 2001, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 3º Acrescente-se, após a Subseção de que trata o art. 2º, a seguinte Subseção:

‘Subseção II–B

Dos requerimentos ao Tribunal de Contas da União (Const. art. 71, IV e VII, e Lei nº 8.443, de 1992, art. 38, I e II)

Art. 217–L. O requerimento ao Tribunal de Contas para a realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal ou para prestar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de inspeções e auditorias realizadas será apresentado perante o Plenário do Senado Federal ou qualquer de suas comissões.

§ 1º Lido na Hora do Expediente, o requerimento será publicado no *Diário do Senado Federal* e em avulsos e incluído na Ordem do Dia, respeitado o interstício de que trata o art. 280.

§ 2º À tramitação dos requerimentos de que trata este artigo não se aplica o prazo previsto no art. 167, parágrafo único, *in fine*.

§ 3º Aprovado o requerimento serão solicitadas as informações ou a realização da inspeção ou auditoria, ficando

interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

§ 4º As informações ou providências serão solicitadas por meio de correspondência do Presidente do Senado Federal ou da comissão pertinente, que será acompanhada de cópia integral ou avulso do requerimento.”

Emenda nº /CCJ (de Relator)

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 216-C do projeto:

“Parágrafo único. Ressalvadas as informações protegidas por sigilo, o requerimento e sua respectiva resposta serão publicados no *Diário do Senado Federal*, concomitantemente ao seu envio ao autor do mesmo.”

Emenda nº /CCJ

Dê-se, ao art. 3º do Projeto de Resolução nº 1, de 2001, a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões

Presidente

Relator.

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº 1.731, de 2005, na origem), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco em 14 de abril de 2004.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 549, de 1º de setembro de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco em 14 de abril de 2004.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo foi distribuído para as Comissões Parlamentares do Mercosul, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A matéria

foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 16 de março de 2005.

No Senado Federal, nos termos do art. 376 do Regimento Interno da Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 27 de março de 2006, e, na Comissão, a este Relator, em 10 de abril.

II – Análise

A fronteira entre o Brasil e o Uruguai é integrada de relações intensas, inclusive possuindo cidades separadas apenas por avenida, como é o caso de Santana do Livramento (RS) e Rivera (Uruguai), ou ponte, a exemplo de Quaraí (RS) e Artigas (Uruguai). Além disso, a geografia rural é igualmente integrada. Essa relação é favorável para intercâmbio cultural, social e econômico, mas igualmente facilita certas ações criminosas.

Diante essa realidade, o tratado em análise versa sobre cooperação policial entre Brasil e Uruguai em matéria de investigação, prevenção e controle de fatos delituosos. Essa cooperação compreenderá intercâmbio de informações sobre atos preparatórios, *modus operandi* ou execução de delitos, bem como a realização de atividades investigativas e de diligência sobre situações ou pessoas imputadas ou presumivelmente vinculadas a fatos criminosos (artigo 4 e seguintes).

Como muito bem ressalta a Exposição de Motivos nº 224, de 23 de julho de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, o ato internacional em apreço "(...) estabelece mecanismos que facilitam o intercâmbio de informações entre as autoridades policiais dos dois países, bem como a execução, em coordenação, de atividades investigativas e diligências necessárias à prevenção e ao combate ao crime. O Acordo proverá a região da fronteira entre os dois países de valioso instrumento para coibir a prática de delitos como abigeato, furto de veículos, tráfico de drogas e de armas".

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a aprovação do Acordo em análise, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 62, de 2000 (Ofício nº 150-P/MC, de 12 de dezembro de 2000, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senado Federal para fins do art. 52, X, da Constituição Federal.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Retorna ao exame desta Comissão o Ofício "S" nº 62, de 2000 (Ofício nº 150-P/MC, de 12 de dezembro de 2000, na origem), mediante o qual o Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou cópia do acórdão proferido por aquela Corte no Mandado de Segurança nº 23.562, no qual foi declarada a inconstitucionalidade da alteração introduzida no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, pela Medida Provisória (MP) nº 1.577, de 1997, reeditada até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 2000.

Em reunião realizada em 30 de março de 2005, este Colegiado aprovou projeto de resolução para suspender, no uso da competência prevista no art. 52, X, da Constituição Federal,

a execução do dispositivo impugnado pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa oportunidade, o processado retorna a esta Comissão, tendo em vista o Ofício SF nº 1.112/2005, da Presidência do Senado, no qual é solicitado reexame da matéria, ante as seguintes circunstâncias: (i) o projeto de resolução aprovado limita-se a suspender a execução do art. 4º da Medida Provisória nº 2.027-39, não mencionando a de nº 1.577, de 1997 e suas reedições; (ii) após a decisão do STF, houve reedição do texto declarado inconstitucional até a Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001, que, por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, continua em vigor.

II – Análise

Como observado pelo Presidente do Senado Federal, a matéria está a merecer reapreciação por este colegiado. Com efeito, o dispositivo impugnado pelo Supremo Tribunal Federal figurou em sucessivas reedições da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, até vir a ser declarado inconstitucional pelo Excelso Pretório, quando integrava o art. 4º da Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000. É necessário, pois, que a resolução senatorial suspensiva da execução do ato faça remissão às reedições anteriores, para que a norma perda de todo a eficácia temporal.

Muito se discutiu no passado a respeito dos efeitos das resoluções do Senado suspensivas da execução de leis consideradas inconstitucionais. Uma corrente doutrinária sustentava que a suspensão seria semelhante a uma revogação, de tal sorte que, uma vez editado o ato senatorial, a norma impugnada teria seus efeitos coartados para o futuro, mantendo a sua eficácia em relação aos atos praticados durante o período em que esteve em vigor.

Não obstante ainda hoje alguns doutrinadores propugnem tal interpretação, entendemos que as resoluções do Senado Federal editadas com base na competência do art. 52, X, da

Constituição Federal produzem efeitos *ex tunc*, ou seja, fulminam a eficácia do ato desde quando ele entrou em vigor.

Já na década de 70, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania considerava ser dotada de efeitos *ex tunc* a resolução do Senado. Tal posicionamento foi manifestado no memorável Parecer nº 154, de 1971, no qual asseverou o Relator, Senador Accioly Filho:

Essa suspensão é mais do que a revogação, tanto pelas suas conseqüências quanto por desnecessitar da concordância da outra Casa do Congresso e da sanção do Poder Executivo. Em suas conseqüências, a suspensão vai muito além da revogação. Esta opera *ex nunc*, alcança a lei ou ato revogado só a partir da vigência do ato revogador, não tem olhos para trás e, assim, não desconstitui as situações constituídas enquanto vigorou o ato derogado. Já quando de suspensão se trate, o efeito é *ex tunc*, pois aquilo que é inconstitucional, é natimorto, não teve vida (cf. Alfredo Buzaid e Francisco Campos), e, por isso, não produz efeitos, e aqueles que porventura ocorreram ficam desconstituídos desde as suas raízes, como se não tivessem existido.

Integra-se, assim, o Senado numa tarefa comum com o STF, equivalente àquela da alta Corte Constitucional da Áustria, do Tribunal Constitucional alemão e da Corte Constitucional italiana. Ambos, o Supremo e o Senado realizam, na Federação brasileira, a atribuição que é dada a essas Cortes européias.

Na mesma direção, podemos citar o escólio do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em seus escritos doutrinários (Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1999, p. 388), e Clémerson Merlin Clève (A fiscalização abstrata de constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1995, p. 96).

Assentado isso, e tendo em vista tratar-se a norma de medida provisória numerosas vezes reeditada, concluímos ser necessária a referência a tais reedições, para que os efeitos da resolução do Senado possam se estender por todo o período em que a norma esteve em vigor.

Quanto às reedições posteriores ao aresto do STF, não poderia a resolução alcançá-las, pois a redação da primeira que se seguiu ao julgamento já veio alterada, para adaptar-se à deliberação. De feito, a declaração de inconstitucionalidade ocorreu em virtude de a Medida Provisória ter modificado a redação do art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.629, de 1993, para dispensar a exigência de comunicação prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao proprietário de imóvel rural a ser vistoriado para fins de desapropriação. A Suprema Corte considerou a dispensa ofensiva aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Ocorre que a Medida Provisória nº 2.027-40, de 29 de junho de 2000, a primeira reedição após o julgado, sanou o vício das anteriores, ao prever que a comunicação ao proprietário deveria ser prévia à vistória. Dessarte, sendo diversa a redação das MP posteriores, cuja constitucionalidade, no ponto, sequer foi objeto de apreciação pelo STF, não está o Senado Federal investido de poderes para suspender sua execução.

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a decisão da Suprema Corte no Mandado de Segurança nº 23.562, e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule o seguinte projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal:

Projeto de Resolução do Senado nº , de 2006

Suspende a execução do art. 4º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte em que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 23.562-4, do Estado de Tocantins, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 4º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte em que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os Projetos de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 48, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dão nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Volta a esta Comissão, para análise prévia à sua remessa para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 209, de 2002, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro, agora tramitando em conjunto com o PLS nº 48, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, e que possui ementa idêntica.

O PLS nº 209, de 2003, já havia sido aprovado, com emendas, nesta Comissão e na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, pronto para ser votado em Plenário, quando foi aprovado o Requerimento nº 1.490, de 2005, em 11 de abril de 2006, para que o PLS nº 48, de 2005, passasse a tramitar em conjunto com o primeiro.

Em seu art. 1º, o PLS nº 209, de 2002, dá nova redação a vários dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março 1998, que dispõe sobre o combate a ações de “lavagem” de dinheiro.

A alteração promovida no art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, inclui novas infrações a serem tipificadas como antecedentes à prática do crime de lavagem de dinheiro, a saber:

- financiamento do crime de terrorismo;
- contravenção penal;
- tráfico de seres humanos e lenocínios; e
- crimes contra a ordem tributária.

Além disso, a inclusão da expressão “a qualquer tempo” na redação do § 5º do art. 1º passa a facultar ao juiz a possibilidade de deixar de aplicar a pena ou de substituí-la por pena restritiva de direitos posteriormente ao julgamento.

O PLS nº 209, de 2003, adiciona o § 6º no art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, estabelecendo não ser necessário lavrar termos nos autos da negociação autorizada pelo juiz e pelo Ministério Público.

O art. 4º é alterado para permitir que o processo tenha continuidade mesmo à revelia do réu ou no caso de este não ter constituído defensor, por meio de alteração do § 3º, e para tornar obrigatório ao Ministério Público requerer o bloqueio dos bens, direitos e valores referentes a ações penais, por meio da inclusão do § 5º.

O art. 10 da referida lei recebeu § 4º que obriga as pessoas jurídicas que foram utilizadas de alguma forma nas operações ilícitas definida na Lei nº 9.613, de 1998, a providenciarem para que não seja possível a identificação em seus sistemas do funcionário que houver cadastrado operação suspeita.

No art. 11, é acrescentado § 4º que dispõe que as informações objeto de quebra de sigilo bancário serão completas, inteligíveis e analíticas.

São inseridos, no art. 15, os §§ 1º e 2º, que prevêm que a quebra do sigilo bancário será concedida para toda a operação, não sendo necessária nova autorização judicial para cada novo suspeito ou envolvido que surgir no curso das apurações, e que informações meramente cadastrais de clientes e usuários podem ser fornecidas sem a necessidade de prévia autorização judicial.

O art. 16 é alterado para incluir representante do Ministério Público na composição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

No art. 2º do PLS nº 209, de 2003, revoga-se o art. 3º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, providência necessária para eliminar ambigüidade que poderia tirar a eficácia da nova redação que se dará ao art. 4º, que, por sua vez, permitirá o seguimento do processo à revelia do acusado.

Foram oferecidas, nesta Comissão, à época da primeira tramitação, e aprovadas, as seguintes modificações ao PLS em sua versão original:

a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que inclui, entre as atividades ilícitas antecedentes à prática do crime de lavagem de dinheiro, o tráfico de animais, por meio de alteração na redação do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, nele incluindo essa hipótese;

a Emenda nº 2, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que passou a permitir que os crimes tipificados na Lei nº 9.613, de 1998, sejam suscetíveis de fiança, desde que o valor seja arbitrado pelo juiz em montante capaz de ressarcir os prejuízos causados pela prática criminosa; e

a Emenda nº 3, também do Senador Antônio Carlos Valadares, que transcreve o conteúdo do art. 28 do Código de Processo Penal (CPP), no § 5º do art. 4º da Lei nº 9.613, de 2005, trocando a referência pela transcrição, com o fim de

que a lei não seja alterada se, eventualmente, aquele dispositivo do CPP o for.

Já o PLS nº 48, de 2005, visto de maneira global, é muito mais abrangente que a proposta que vinha até então sendo discutida no Senado Federal. Traz, inclusive, alguns aperfeiçoamentos importantes, pois absorve mudanças legislativas já ocorridas desde 2003 e que não foram, naturalmente, incorporadas pelo Autor do PLS nº 209.

Um exemplo é a alteração do inciso II do art. 1º da referida lei, incluindo o crime de terrorismo e seu financiamento entre as práticas tipificadas como ilícitas, redação essa já alterada pela Lei nº 10.701, de 9 de julho de 2003.

O PLS nº 48, de 2005, cria todo um Capítulo X, que institui nova disciplina processual penal na persecução aos crimes de lavagem de dinheiro e demais práticas ilícitas tipificadas na Lei nº 9.613, de 1998. Cria também um Capítulo XI, contendo disposições gerais que procuram dar mais eficiência e articulação ao relacionamento entre autoridades, instituições estatais e outras instâncias que atuam no combate às práticas ilícitas tipificadas na citada lei.

II – Análise

Como as proposições foram encaminhadas a esta Comissão para avaliação de seus aspectos econômicos, antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entendemos que o exame da matéria, nesta oportunidade, deve ficar restrito às suas repercussões econômicas.

Antes disso, porém, é preciso considerar que se tratam de duas proposições que contêm um núcleo muito semelhante, quase idêntico, a partir do qual o PLS nº 48, de 2005, parece ter-se desenvolvido.

Isso é muito natural. A rapidez com que o crime organizado se sofisticava e se estende em ramificações internacionais faz com que os estados nacionais tenham que se aparelhar muito rapidamente, também no campo normativo, para lhe

dar combate efetivo. Nesse sentido, o PLS nº 48, de 2005, absorve avanços que foram sendo incorporados recentemente nas legislações de vários países para dar mais eficácia ao combate aos crimes de lavagem de dinheiro e conexos.

Note-se que, além do núcleo que as duas proposições têm em comum, o PLS nº 48, de 2005, oferece toda uma nova disciplina de procedimentos processuais, o que é de extrema relevância para a real coercividade da norma, uma vez que a rapidez de movimentos do crime organizado e das redes de corrupção, aliada ao grande poderio econômico que detêm e à grande capacidade que têm de transformar rapidamente sua riqueza ilícita nos mais diversos tipos de ativos, cruzando as fronteiras nacionais, exige como resposta do ordenamento jurídico que sejam criadas regras processuais céleres e que não abram flancos para a ação estratégica dessas organizações, que detêm exércitos de especialistas voltados para explorar cada fresta deixada pela legislação.

Certamente, não só o passar do tempo, mas a experiência do autor do PLS nº 48, de 2005, Senador Antero Paes de Barros, adquirida no período em que presidiu a CPI do Banestado, permitiu que o PLS nº 209, de 2003, de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, mantido seu núcleo essencial, fosse aperfeiçoado, à luz dos novos conhecimentos voltados para o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Como ressaltávamos, no último parecer, os crimes e contravenções que passam a ser tipificados como antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro, têm efeitos econômicos os mais perversos sobre a atividade econômica e, porque não dizer, sobre a convivência social. Onde o dinheiro sujo pode se transformar em riqueza lícita, os valores sociais desaparecem.

Os trágicos fatos que vimos de testemunhar, no Estado de São Paulo, nada mais são do que a expressão do poder do crime organizado. E o crime organizado só pode existir se for capaz de criar formas de circular, acumular e distribuir patrimônios e rendas. Enfim, o crime organizado só sobrevive se

for dada a ele, de alguma maneira, a oportunidade de legitimar e legalizar seus fluxos e estoques de recursos.

O PLS nº 48, de 2005, traz essa novidade importante: a de tipificar como práticas antecedentes aquelas que, embora não sejam crimes per se, mas meras contravenções penais, como o jogo do bicho e as máquinas de caça-níqueis, funcionam como colônias em que os crimes principais extrairão seus alimentos e suporte para se proliferar. E, passando a ser práticas antecedentes, passará a ser, igualmente, objeto da perseguição criminal.

No momento em que estamos vivendo é preciso não ter ilusões: o crime tende, cada vez mais, a se coligar e a se ramificar. Ele opera em redes. O seu oxigênio deve ser cortado em todas as células.

Do ponto de vista do impacto direto sobre a atividade econômica, a sonegação, o contrabando e o descaminho, entre outros crimes contra a ordem tributária – que também passam a ser tipificados como práticas antecedentes –, têm efeito devastador sobre a economia por dois mecanismos principais: primeiro, pela redução da receita pública que provocam e, conseqüentemente, pela redução da capacidade fiscal do Estado em atender demandas sociais e manter o equilíbrio fiscal; segundo, pela concorrência predatória que os crimes tributários instauram.

Os competidores que cumprem suas obrigações tributárias passam a sofrer a ameaça da perda de mercado e até mesmo de verem inviabilizados seus negócios. Para reagir à ameaça da competição espúria dos sonegadores, sentem-se premiados a, também, sonegar. Fecha-se, dessa maneira, um ciclo vicioso que, se não combatido, pode trazer graves prejuízos à organização da economia em geral e às finanças públicas, em particular.

Um outro benefício da proposta está em aumentar o risco de fracasso econômico das atividades ilícitas, pois a perda dos valores obtidos ilicitamente ou a impossibilidade de sua transferência, de sua transformação em capital financeiro ou

da sua utilização como meio de pagamento faz desaparecer a maior das motivações para a prática criminosa.

Há, inclusive, toda uma linha de pesquisa econômica que estuda a relação entre os incentivos ou desincentivos econômicos e os índices de criminalidade. O expoente desse campo da Ciência Econômica, Professor Gary Becker, conseguiu provar, em seus clássicos trabalhos, que um dos mais fortes fatores para a redução da criminalidade é a imposição de perdas econômicas ao criminoso. As proposições em análise caminham exatamente nessa direção.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, e das Emendas nºs 1 a 3 a ele apresentadas.

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2006 (nº 4.524, de 2001, na Casa de origem), que acrescenta § 3º-A ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito brasileiro. (Dispõe sobre placas de veículos oficiais).

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 6, de 2006 (nº 4.524, de 2001, na Casa de origem), do Deputado Helenildo Ribeiro, que “acrescenta § 3º-A ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito brasileiro. (Dispõe sobre placas de veículos oficiais)”.

O projeto consta de três artigos e determina que os veículos oficiais “terão placas com cores de fundo e de caracteres marcadamente diferenciadas das adotadas para as placas dos veículos particulares, nos termos estabelecidos pelo Contran”.

Na justificção, o autor informa que visa evitar o “abuso do patrimônio público em proveito particular”. Isso porque, segundo ele, com o tempo, as placas dos veículos oficiais e dos veículos particulares tendem a se tornar mais parecidas, acarretando o uso impróprio dos veículos oficiais, que podem mesmo ser encontrados “circulando por balneários e locais turísticos”.

II – Análise

A preocupação do autor com o abuso dos recursos públicos é justíssima. De fato, muitos veículos oficiais são encontrados em horários e situações que claramente demonstram que não estão sendo utilizados para o benefício da coletividade, mas sim em proveito particular.

Malgrado tal preocupação, o encaminhamento do problema não nos parece o mais adequado.

As placas dos veículos oficiais e dos veículos particulares já são marcadamente diferentes, conforme determina a Resolução nº 45, de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Nesse sentido, como reflexo de tal diferença, a própria população cunhou a expressão “chapa branca”, ou seja, oficial, por analogia com as placas dos veículos oficiais.

Ao propor que as cores e os caracteres das placas sejam diferenciados, há a hipótese de acontecer três situações distintas. No primeiro caso, nada aconteceria, pois o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que continuaria com a prerrogativa de especificar os modelos das placas, entenderia que a situação atual já atende ao exigido no PLC nº 6, de 2006. Na segunda hipótese, as placas oficiais mudariam de cor e caracteres, o que poderia ter um efeito contrário ao pretendido, já que a população poderia passar a não identificar os veículos oficiais. No terceiro caso, os carros particulares teriam suas placas mudadas, o que acarretaria enormes transtornos para a população em geral. De qualquer maneira, na segunda ou na terceira hipóteses, haveria enorme custo seja para o poder público, seja para a população em geral.

Como afirmamos antes, a população sabe diferenciar os veículos oficiais dos privados. O que falta, isto sim, é um esforço para que as instituições brasileiras cumpram rigorosa e rapidamente seu papel de coibir este e outros abusos com o patrimônio público.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela rejeição do PLC nº 6, de 2006.

PARECER Nº 564, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o PDL nº 564, de 2005 (PDC nº 39, de 2003, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 30 de julho de 2002, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 671, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e

Defesa Nacional; de Minas e Energia; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a Proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a qual destaca a importância do diploma para o incremento da cooperação bilateral.

O Acordo, versado em dez artigos, fixa como campos básicos da cooperação, a ser conduzida com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, os que seguem:

- Desenvolvimento de materiais avançados;
- Intercâmbio de informações e “spin-off” de tecnologias de tecnologias de aplicação industrial;
- Utilização de reatores nucleares de pesquisa;
- Aplicação de técnicas nucleares;
- Meio Ambiente;
- Desenvolvimento e aplicações de tecnologia laser;
- Segurança nuclear e radiológica de instalações nucleares e radioativas;
- Salvaguardas; e
- Nucleoeletricidade.

A cooperação ocorrerá pelo desenvolvimento comum de projetos, por visitas científicas e treinamento de profissionais e técnicos, por convites recíprocos a peritos com a finalidade de transferir experiência e pelo livre intercâmbio de informação e experiência, exceto nos casos em que a Parte que transmite a informação estabeleça restrições ou reservas com respeito ao seu uso e difusão. Os peritos visitantes e demais pessoas que entrem em território da outra Parte por razão do Acordo

não estarão eximidas de observar as leis e regulamentos do país visitado.

O Acordo terá como órgãos de execução as respectivas Comissões de Energia Nuclear dos Estados. Às cooperações poderão ser aplicadas salvaguardas, de acordo com o julgamento da Agência Internacional de Energia Atômica.

Ficam pendentes de decisão posterior, pela forma de Protocolos Adicionais específicos, a forma e as condições nas quais será desenvolvida a cooperação e, por comum acordo, as condições de pagamento das despesas decorrentes da execução do Acordo.

II – Análise

Registre-se, inicialmente, que dentre as promissoras rammas de cooperação brasileiro-chilena para a diversificação de sua matriz energética (energias eólica, solar, de biomassa, a partir das marés), nenhuma das quais explorada em outros tratados de cooperação bilateral, o Acordo em tela versa sobre o uso pacífico da energia nuclear, objeto de outros acordos de cooperação firmados pelo Chile com a Coréia do Sul e a Austrália.

Embora o Acordo de Cooperação sob exame alcance os usos múltiplos da energia, todos eles carentes de desenvolvimento no Chile (medicina, mineração, agricultura, conservação de alimentos), é a crise de abastecimento de gás natural por que passa o Chile no início do século XXI que o tem levado a envidar esforços na mudança de sua matriz energética, o principal motor da assinatura do diploma em análise.

Os problemas de abastecimento do gás argentino, que cobrem 37% da demanda energética chilena – agravados a cada ano em razão do escasseamento do produto na Argentina, em virtude dos baixos investimentos na exploração de novos mananciais – fizeram com que o Chile pensasse na diversificação de suas fontes de energia, sobretudo, no desenvolvimento da energia nuclear, como forma de prover sustentabilidade energética ao País. Esse objetivo reflete a necessidade pre-

mente de prover o País de fontes energéticas alternativas, no prazo de 15 anos. As regiões Norte do Chile, Antofagasta e Atacama, as quais alcançam temperaturas glaciais, carecem de fontes hidrelétricas e dependem fortemente da importação de gás Argentino. A sobrevivência das populações residentes nessas regiões é colocada em risco em razão desse cenário nada alvissareiro.

A opção nuclear ganha importância, uma vez que as respostas mais imediatas à crise, como a antecipação para este ano da entrada em funcionamento da hidrelétrica Ralco, no curso superior do Rio Bío-Bío, que atravessa o centro do Chile, encontram resistência nas comunidades indígenas pehuenches e em organizações ambientalistas.

Malgrado esse fato, vale observar que o esforço desenvolvido pelo Chile ocorre na contramarcha da tendência mundial: a Europa tem paulatinamente desativado suas plantas nucleares e que, nada obstante o caráter oficialmente pacífico da cooperação aqui sob exame e o compromisso chileno com tratados internacionais de restrição ao uso de armas nucleares e convencionais (Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição; Convenção sobre Armas Biológicas; Convenção sobre Certas Armas Convencionais; Tratado de Não-Proliferação Nuclear; Convenção de Armas Químicas; Tratado de Tlateloco), o esforço nuclear chileno gera apreensões quanto ao equilíbrio militar regional, sobretudo por parte do Peru, país com o qual mantém relacionamento tenso, em razão da divergência na delimitação do mar territorial e da zona econômica exclusiva de ambos no Pacífico, cujo objeto de discórdia é um triângulo de cerca de 35 mil quilômetros rico em recursos marinhos de alto valor no mercado.

Os termos do Acordo de Cooperação que ora analisamos, no entanto, são razoáveis e estão em consonância com outras linhas de cooperação existentes, nada havendo a ressaltar sobre eles.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 564, de 2005.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2005.— Senador *Pedro Simon*

PARECER Nº 526, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o PDS nº 203, de 2006 (PDC nº 1.758, de 2005, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Casa Civil, por meio do Aviso nº 1.687, de 30 de dezembro de 2004, que intermedia a Mensagem Presidencial nº 1.001, da mesma data.

Consta do Processado Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que destaca serem os principais pontos contemplados pelo Ato:

– troca de informações sobre suas respectivas legislações, inclusive sobre leis de proteção e preservação dos patrimônios natural e cultural de cada país;

– o estímulo ao intercâmbio de estudantes e de acadêmicos entre suas respectivas instituições de formação e treinamento;

– a apresentação de atrações turísticas mediante a participação em exposições e conferências organizadas pela outra Parte. Cada uma das Partes deverá encorajar visitas recíprocas de agentes de viagem, operadores turísticos, profissionais de imprensa e especialistas da mídia;

– o estímulo a investimentos recíprocos no setor turístico dos dois países e, para tanto, deverá ser promovido o intercâmbio de informações sobre incentivos para investimentos nos dois países;

– a cooperação, no âmbito da Organização Mundial de Turismo (OMT) e de outras organizações internacionais que tratem, em seus programas de trabalho, do tema Turismo, atentando para o devido cumprimento do Código Mundial de Ética da OMT.

Na Casa Iniciadora, o texto, tornado Projeto de Decreto Legislativo na sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi escrutinado, ainda, pela Comissão Turismo e Desporto e pela então Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e aprovado em Plenário em 16 de março de 2006.

Nesta Casa, o Ato foi encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 27 de março e, subsequente, a este Relator em 10 de abril.

II – Análise

O Acordo, de estrutura simples, versado em dez artigos, traduz linhas gerais de uma aproximação bilateral visando ao fortalecimento dos laços econômicos e de amizade, pela via do turismo.

Na singeleza de seus propósitos e caminhos escolhidos para alcançá-los, é emblemático de uma aproximação que ocorre entre países sem vínculo diplomático tradicional que permita

abordagem mais vigorosa para a densificação das relações bilaterais. Ambos são signatários de apenas cinco acordos bilaterais, referentes à cooperação cultural, educacional e desportiva.

A Síria foi elemento integrante de uma das mais polêmicas manobras na política externa do atual governo: a visita do Presidente da República a países do Oriente considerados, muitos deles, como pertencentes ao Eixo do Mal, na concepção norte-americana.

A visita de alto nível, ocorrida no primeiro ano do mandato do Presidente Lula – ainda em meio às reverberações do 11 de setembro e no ponto alto do asseveramento da política externa norte-americana na cruzada contra o terrorismo internacional – foi considerada por muitos analistas brasileiros como inoportuna, temerária e tendente à conquista de resultados pífios. A viagem, que se estendeu por outros quatro países, ocorreu em circunstâncias desfavoráveis: o recrudescimento da Intifada nos territórios ocupados por Israel; a estagnação do plano Mapa para a Paz; as reações causadas pela Iniciativa Árabe de Paz, que Jerusalém e Washington rejeitavam; e a resistência à ocupação do Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados.

À viagem, seguiu-se a igualmente polêmica cúpula árabe no Brasil, cujos resultados ficaram aquém do esperado.

Essas questões não devem obscurecer, todavia, o entendimento de que o multilateralismo, salutar tradição da política externa brasileira, é, para além de uma estratégia de inserção internacional, um princípio de boa convivência internacional que deve ser sempre observado e devidamente cortejado.

Não há o que impeça ao Brasil estreitar relações corretas com a Síria visando à cooperação bilateral.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006.

Sala da Comissão,

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 27, de 2002, que acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir o abatimento, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com material escolar, e do PLS nº 81, de 2002, que permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Chegam a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, os PLS nºs 27 e 81, ambos de 2002, acima ementados, que tramitam em conjunto, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, por força do Requerimento (RQS) nº 516, do Senador Delcídio Amaral, aprovado em 12 de julho de 2005.

O PLS nº 27, de 2002, foi apresentado, em 28 de fevereiro de 2002, pelo Senador Carlos Bezerra, e distribuído à CAE, para decisão terminativa. Em 9 de junho de 2004, foi aprovado o RQS nº 733, do Senador Osmar Dias, de audiência da Comissão de Educação (CE), a qual, em 30 de novembro de

2004, rejeitou, por unanimidade, a proposição, relatada pelo Senador Delcídio Amaral.

O PLS nº 27, de 2002, pretende introduzir alínea *h* ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, em virtude da qual os pagamentos relativos a livros, uniformes e material escolar, destinados ao uso do contribuinte e de seus dependentes, passariam a ser deduzidos da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), desde que comprovada a matrícula em creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, em curso de especialização e profissionalizantes.

O Autor, na justificação, recorda que a lei contempla apenas a dedução, parcial, das despesas com pagamento de mensalidades a estabelecimentos de ensino. Entretanto, o conceito de educação engloba uma série de outros itens imprescindíveis ao aprendizado e ao rendimento escolar, entre os quais o material didático-escolar. Afirma que o projeto não se enquadra no conceito de renúncia fiscal, tal como definido no § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, uma vez que não propõe qualquer benefício em caráter não geral, discriminado ou tratamento diferenciado.

O PLS nº 81, de 2002, foi apresentado em 11 de abril de 2002, pelo Senador Carlos Wilson e distribuído à CAE, para decisão terminativa. Em 30 de outubro de 2003 foi aprovado o RQS nº 1.034, do Senador Osmar Dias, de audiência da CE, a qual, em 9 de março de 2004, aprovou, com doze votos favoráveis e quatro contrários, a proposição, relatada pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Em seu art. 1º, o PLS nº 81, de 2002, pretende suprimir, da alínea *b* do inciso II e do § 3º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995 as expressões “até o limite individual de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais)” e “observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea *b* do inciso II deste artigo”, respectivamente. Seu art. 2º contém cláusula de vigência imediata, ou seja, na data de publicação da lei resultante. O art. 3º revoga as disposições em contrário.

O Autor, na justificação, sustenta que o limite para despesas com educação na legislação do imposto de renda não é compatível com as disposições dos arts. 205 e 212 da Constituição Federal.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

II-1. Da Constitucionalidade

Quanto à constitucionalidade, nada há a objetar. A matéria é de competência do Congresso Nacional, *ex vi* dos arts. 48, I, e 153, III, da Carta de 1988. A iniciativa da proposição está respaldada no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

II-2. Da Juridicidade e da Regimentalidade

A juridicidade, a nosso ver, não encontra óbice no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

As exigências formuladas no *caput* e nos incisos I e II do art. 14 da LRF, relativamente a proposições concessivas de isenção, ou de outro benefício tributário, das quais decorra renúncia de receita, são de atendimento impossível na Casa iniciadora, pois não se pode exigir que seus autores, Senadores ou Deputados, adivinhem em que exercício financeiro elas deverão entrar em vigor.

Somente na fase final de tramitação dessas proposições no Congresso Nacional, ou seja, quando iminente a sua aprovação com ou sem emendas na Casa revisora, é que se tem conhecimento do exercício financeiro em que elas provavelmente começarão a vigorar.

Portanto, o atendimento das referidas exigências da LRF só é factível na Casa revisora, salvo se a proposição for devolvida à Casa de origem para apreciação de emendas.

Não obstante, para evitar que entendimento diverso prejudique a aprovação do PLS nº 81, de 2002, propomos emenda

assecuratória do cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da LRF.

Quanto à regimentalidade dos projetos, também não há reparos a fazer.

II-3. Da Técnica Legislativa

O art. 1º do PLS nº 81, de 2002, precisa ser ajustado às disposições do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina sejam as pequenas mudanças promovidas no próprio texto do dispositivo alterado, no caso, o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

A utilização de cláusula genérica de revogação, no art. 3º do projeto, desatende ao disposto no art. 9º da mesma Lei Complementar nº 95, de 1998: “Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”.

II-4. Do Mérito

A argumentação expendida na justificação do PLS nº 81, de 2002, nos parece inteiramente procedente.

Sem dúvida, a disposição de lei ordinária que se pretende alterar – o art. 8º, II, b, e § 3º, da Lei nº 9.250, de 1995 – não é compatível com as disposições da Constituição de 1988 atinentes à educação: arts. 205, que a considera direito de todos e dever do Estado e da família, e 212, que vincula à sua manutenção e desenvolvimento percentuais significativos da receita de impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É acertada, pois, a iniciativa legislativa de superar essa antinomia mediante a eliminação, no referido art. 8º, do limite de valor máximo para a dedutibilidade das despesas com educação, ora fixado em R\$2.373,84 (dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos) pelo art. 3º da Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006.

Entretanto, o PLS nº 27, de 2002, embora nobre no seu propósito, não possui a mesma relevância. Com efeito, o Programa Nacional do Livro Didático, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, já supre, anualmente, as necessidades dos alunos da rede pública do ensino fundamental, desde muito tempo. E, em 2004, foi implantado, em caráter experimental, nas regiões Norte e Nordeste, o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, universalizado para todo o País, a partir de 2006. Concordamos, ademais, com as razões de rejeição oferecidas pela CE, notadamente a que se refere à oportunidade de abusos e fraudes, que a proposição, se aprovada, poderia ensejar.

III – Voto

Com fulcro nas razões expostas, somos pela rejeição do PLS nº 27, de 2002, e pela aprovação do PLS nº 81, de 2002, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 81, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

II –

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente:

.....

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante, em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração. (NR)”

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 81, de 2002, a seguinte redação:

Art. 2º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia tributária resultante do disposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 81, de 2002, a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente ao art. 1º, a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de cumprimento do disposto no art. 2º.

Sala da Comissão,
Presidente

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, que dispõe sobre o seguro educacional.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Encontra-se nesta Comissão, para análise e decisão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 226, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra.

A proposição institui o referido seguro com o intuito de amparar o seu beneficiário no que concerne ao custeamento dos gastos com educação, de acordo com a ocorrência dos riscos segurados.

São excluídos da modalidade educacional os seguros de acidentes pessoais destinados à cobertura dos educandos.

A proposição estabelece, ainda, as garantias dessa modalidade de seguro e define que somente o educando será o beneficiário, mesmo que legalmente representado ou assistido. Versa, também, sobre os riscos seguráveis.

Determina, por outro lado, que o capital segurado deva ser destinado ao pagamento das mensalidades e, opcional

ou adicionalmente, previsto para outras despesas escolares, podendo prever um valor a ser pago, a título de apoio e estímulo à iniciação profissional.

A proposta estipula que o contrato deve fixar o prazo para o pagamento da indenização e dá outras providências.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Com a aprovação do Requerimento nº 645, de 2006, de iniciativa do Senador Augusto Botelho, o projeto foi encaminhado à Comissão de Educação para que ela se pronunciasse a respeito da matéria.

A Comissão de Educação aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, com a apresentação de duas emendas de redação.

II – Análise

Como a proposição foi encaminhada a esta Comissão, em decisão terminativa, entendemos que o exame da matéria deva abranger, também, os aspectos relativos à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

A proposição aborda assunto da competência legislativa da União, que se insere entre as atribuições do Congresso Nacional, previstas no art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima, conforme preceitua o art. 61. Assim, a proposição não contraria disposições constitucionais, nem infraconstitucionais.

Com respeito à técnica legislativa, é apropriada a transposição do título “Do Objeto”, contida na Emenda nº 1, proposta pela Comissão de Educação. Ademais, como a alusão ao termo “Circular” foi equivocada, parece-nos cabível a Emenda nº 2, indicada pela referida Comissão, para substituí-lo pela palavra “Lei”.

Em relação ao mérito, acentue-se que a educação, direito de todos, estende-se ao desenvolvimento da pessoa, à prática da cidadania e à qualificação para o trabalho. Esse é o

entendimento atual da educação. Desse modo, ela não mais se restringe à instrução da pessoa.

Mencione-se que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em sua Circular nº 47, de 1998, trata de maneira imprópria o seguro educacional. A maior imperfeição dessa norma consiste no fato de suas disposições excluírem vários cursos da possibilidade de uso do Seguro Educacional.

É de enfatizar que os princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana norteiam a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que se encontra harmonizada com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Para tanto, o projeto sob comento está em perfeita consonância com a disciplina da aludida Lei nº 9.394, de 1996, visto que ele estende o uso do seguro educacional a todas as modalidades de ensino previstas e praticáveis pela iniciativa privada, até mesmo ao curso supletivo. Assim sendo, essa proposição constitui um relevante avanço normativo para o fomento da educação nacional.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, com as emendas apresentadas na Comissão de Educação.

Sala da Comissão,

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2004 (nº 6.416, de 2005, na Casa revisora), que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

A Comissão examina o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 155, de 2004.

De autoria do ilustre Senador César Borges, o PLS nº 155, ao qual se direciona o Substitutivo, foi concebido para tornar possível a realização extrajudicial de inventários e partilhas consensuais, mediante escritura pública, desde que todos os herdeiros sejam civilmente capazes, haja um único bem a partilhar e inexista credor do espólio.

O PLS também autoriza a realização do inventário e da partilha por termo nos autos, na hipótese de já ter sido ajuizada

ação, ou por simples escrito particular. Essas duas hipóteses, e também a realizada por escritura pública, dependem de homologação judicial.

Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Casa revisora, onde o PLS foi identificado como Projeto de Lei (PL) nº 6.416, de 2005, o ilustre relator designado apresentou Substitutivo com o propósito de estender os efeitos da medida a todos os processos de inventário e partilha em que não haja testamento e cujos interessados, civilmente capazes, manifestem consenso e estejam assistidos por advogado.

O relator do Substitutivo, ademais, quer a ampliação da proposta, de modo a possibilitar a realização extrajudicial de separações e divórcios consensuais, por escritura pública, condicionados a que os requerentes sejam assistidos por advogado e não possuam, em comum, filhos menores ou incapazes.

II – Análise

O Substitutivo, no art. 1º, direciona-se aos arts. 982 e 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil – CPC), com o propósito de autorizar o inventário e a partilha extrajudiciais em todos os casos de sucessão, no prazo de sessenta dias, a contar da data do óbito, ultimando-se nos doze meses subseqüentes.

Observe-se que o PLS nº 155, de 2004, recomenda a alteração do art. 2.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil – CC), e não do Código de Processo Civil, e o faz com o propósito de autorizar herdeiros civilmente capazes a realizarem a partilha amigável extrajudicial, por escritura pública, quando existir um único bem a partilhar.

No art. 2º, semelhantemente ao PLS nº 155, o Substitutivo busca a interação entre o art. 1.031 do CPC e o art. 2.015 do Código Civil, editado em 2002, e acrescenta que a partilha amigável será homologada pelo juiz.

É no art. 3º, porém, que o Substitutivo difere significativamente do PLS nº 155, pois recomenda a adição de um art. 1.124-A ao CPC, com o objetivo de autorizar a realização extrajudicial não apenas do inventário e da partilha, mas também da separação e do divórcio consensuais, desde que os requerentes, assistidos por advogado, não possuam, em comum, filhos civilmente incapazes.

O art. 4º do Substitutivo, por fim, contém a cláusula de vigência, que coincidirá com a data de sua publicação, no que não difere do PLS.

Constata-se, no Substitutivo, a presença dos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Constituição, e o teor da proposição não afronta cláusula pétreia.

O Substitutivo, ademais, atende a todos os requisitos de juridicidade, pois está lavrado sob a forma de lei ordinária; a matéria nele tratada inovará o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais de direito; e é dotado de potencial coercitividade.

Quanto ao mérito, é elogiável a ampliação de medidas simplificadoras nas principais e mais morosas das relações cíveis. Com louvor a Câmara dos Deputados deu colaboração inequívoca para o exercício da cidadania.

III – Voto

Diante das razões expendidas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2004, e pela aprovação do Substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC nº 50), de 2006, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006 (PL nº 7.074, de 2002, na casa de origem), de autoria do Poder Executivo, autoriza o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

A proposição pretende conceder autorização para que o INSS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, receba em dação em pagamento, para quitação de dívidas previdenciárias, imóvel de 33.638,3878 hectares, localizado no Município de Tailândia, Estado do Pará, que será destinado à criação de uma Floresta Nacional, sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

A operação não poderá implicar qualquer despesa ou encargo financeiro para a administração pública, inclusive os decorrentes da avaliação do imóvel, bem como sua respectiva escrituração em favor da União. O valor da área da dação em

pagamento terá como parâmetro a justa indenização, nos termos do inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, e, para destinar o imóvel ao fim previsto, o INSS será imediatamente ressarcido pela União, mediante compensação de crédito.

Se a avaliação do imóvel for inferior ao valor da dívida, subsistirá o crédito em favor do INSS quanto ao remanescente. Se, por outro lado, exceder o valor da dívida previdenciária, os proprietários deverão renunciar ao excesso em favor da União. Cópia do laudo de avaliação deve ser encaminhada à Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República, para ciência dos critérios adotados na operação e manifestação no prazo de trinta dias.

Na Exposição de Motivos Interministerial nº 44/MMA/MPAS/MP/MF/2002, subscrita pelos Senhores Ministros de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Previdência e Assistência Social (atual Ministério da Previdência Social) e da Fazenda, destaca-se que a medida visa dar cumprimento ao Programa Nacional de Florestas – PNF (instituído mediante o Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000), que prevê a criação de cinquenta milhões de hectares de novas Florestas Nacionais na Amazônia, conforme compromisso firmado perante a comunidade internacional, em Londres, no ano de 1998.

Ressalta-se, ainda, que o Ibama realizou vistoria no imóvel e concluiu que a área em questão tem potencial para criação de Floresta Nacional destinada à conservação e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal. Por fim, menciona-se que a criação dessa Floresta Nacional, a ser denominada Acará-Mirim, possibilitará a proteção integral das áreas que irão compor a unidade de conservação, atendendo, assim, ao disposto no art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Na Câmara dos Deputados, o projeto, sujeito à apreciação conclusiva das Comissões, recebeu parecer favorável das seguintes Comissões: *a)* Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); *b)* Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM); *c)* Finanças e Tributação (CFT); *d)* Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Verifica-se do parecer aprovado na CCJC na Câmara dos Deputados que foi encaminhada àquela unidade, por solicitação, cópia do Processo Administrativo nº 03000.005493/2001-51, referente à dação em pagamento do imóvel em tela pelas empresas Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda, Reunidas S/A – Transportes Coletivos e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A. Referido processo compreende cópias autenticadas das certidões vintenárias, que atestam a cadeia dominial das propriedades que compõem o imóvel e cópia do Ofício nº 212/99 – PG, de 12-4-1999, do Instituto de Terras do Pará, que confirma a localização, naquela instituição, dos registros dos Títulos Definitivos envolvidos na operação.

O citado processo administrativo abrange, ainda, os seguintes pareceres dos órgãos e ministérios envolvidos, todos favoráveis ao implemento da medida: *a)* Parecer PGFN/CJU/Nº 541, de 12-3-2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; *b)* Manifestação favorável da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14-1-2002; *c)* Parecer nº 66/COARP/STN, de 7-3-2002, da Secretaria do Tesouro Nacional; *d)* PARECER/MP/CONJUR/GAN/Nº 006-5.3.2/2002, de 4-1-2002, da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; *e)* Manifestação favorável da Secretaria do Patrimônio da União, de 21-12-2001; *f)* Parecer Eletrônico nº 50/CONJUR/MMA/2001, de 3-12-2001, da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com dados do parecer da CCJC na Casa iniciadora, o montante da dívida em favor do INSS totaliza R\$21.432.612,53. Já o valor do imóvel, segundo avaliação econômica do Ibama (Parecer nº 017/01), ocorrida em fevereiro de 2001, é de R\$ 20.830.336,05.

Em 10 de maio de 2006, o projeto foi remetido a esta Casa para apreciação. Não recebeu emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre

a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito do presente projeto de lei.

A proposição não apresenta óbice relativo à constitucionalidade. Foram observados os incisos I e VI do art. 24 da Constituição Federal, que atribuem à União competência para legislar sobre direito tributário e proteção do meio ambiente, bem como o art. 61, caput da Carta Magna, que conferem ao Presidente da República a iniciativa de leis ordinárias.

A matéria está em conformidade com o disposto no inciso XI do art. 156 do Código Tributário Nacional (CTN), incluído pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, que permite a extinção do crédito tributário por meio da dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei. Como a referida lei não foi editada – o que impede que a dação em pagamento seja autorizada administrativamente – tal operação tem sido realizada, em cada caso concreto, por meio de lei específica, que estabelece os critérios a serem observados.

Procedimento semelhante foi adotado por meio da Lei nº 10.635, de 30 de dezembro de 2002 (*DOU* de 31-12-2002), que autorizou o INSS a receber em dação em pagamento, para quitação de créditos previdenciários, imóvel localizado no Estado do Mato Grosso, com a finalidade de criação de uma floresta nacional, na forma e nas condições estabelecidas na própria lei autorizativa.

O projeto atende, portanto, os requisitos de juridicidade, visto que: *a)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é adequado; *b)* a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; *c)* a proposição está dotada de potencial coercitividade; *d)* a proposição é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. A ausência de generalidade, característica dos atos tipicamente legislativos, deve-se ao fato de se tratar de projeto de lei de efeitos concretos (cujo objeto é determinado e os destinatários certos), pois, como mencionado, não existe lei geral que fixe a forma e as condições para a quitação de

débito tributário mediante dação em pagamento, como exige o art. 156, XI, CTN.

Quanto à técnica legislativa, entendemos necessária a adequação da proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Nesse sentido, apresentamos uma emenda meramente de redação para que a expressão “exceder ao valor da dívida previdenciária”, constante do art. 2º, § 2º, do PLC, seja substituída por “exceder o valor da dívida previdenciária”.

No mérito, a proposição atende o interesse público, pois visa criar floresta nacional, definida pelo art. 17 da Lei nº 9.985, de 2000, como uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, cujo objetivo é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.

Ademais, a operação proporcionará benefícios à União, que poderá incorporar área florestal sem contrair dívida ou necessitar de previsão orçamentária; ao Ministério do Meio Ambiente e Ibama, que poderão converter área adequada em floresta nacional, garantindo a preservação do meio ambiente; e ao INSS e Ministério da Previdência Social, que poderão reduzir o passivo com o Tesouro Nacional.

Por fim, convém mencionar que estão presentes as seguintes garantias contra desvios de finalidade ou prejuízos que a União possa sofrer com a implementação da medida: os proprietários responderão, perante o Ibama ou a União, pela eventual existência de ônus tributário ou não-tributário que recaia sobre o imóvel, e qualquer alteração na titularidade do imóvel, até a efetivação da lei, implicará a cessação dos seus efeitos.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 50, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao § 2º do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º Se a avaliação do imóvel exceder o valor da dívida previdenciária, os proprietários deverão renunciar ao excesso em favor da União, como condição para a liquidação de seus débitos previdenciários, mediante a realização da transação de que trata esta Lei.”

Sala das Sessões,

PARECER Nº , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2003 (nº 5.704-A, na Câmara), que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei de Ação Civil Pública, para legitimar os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, para a sua propositura.

Relator: Senador **PEDRO SIMON**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei de Ação Civil Pública), para legitimar os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores para a sua propositura.

Consoante o Substitutivo, o art. 5º da Lei de Ação Civil Pública deve ter o seguinte teor:

Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – a Defensoria Pública;

III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V – a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A comparação entre o PLS nº 131 e o Substitutivo oferecido na Câmara dos Deputados realça a modificação do objeto, que na proposição do Senado é o de atribuir legitimidade a Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais, e Vereadores, para a propositura da ação civil pública, enquanto no Substitutivo, em lugar dos Parlamentares, figuram a Defensoria Pública e o Distrito Federal.

II – Análise

O Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 131, de 2003, apresenta-se consentâneo com os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), e que a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, o que atende ao caput do art. 48 da Carta Magna, no qual se confere aos Deputados e Senadores livre iniciativa para disciplinarem sobre o tema.

No que concerne à juridicidade, a Emenda Substitutiva dá nova forma a original e incluiu a Defensoria Pública e o Distrito Federal no rol dos entes legitimados para a proposição de ação civil pública.

A alteração de forma justifica a substituição de uma proposição por outra, e o acréscimo da Defensoria e do Distrito

Federal no rol das pessoas e entes legitimados para a proposição de ação civil pública é relevante para defender interesses relativos ao meio ambiente, aos valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, e dos consumidores, aqueles órgãos não necessitam ocupar o pólo ativo da ação.

III – voto

Diante do exposto e do debate que se seguiu na Comissão, reformulamos o Relatório preliminar apresentado e opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003.

Sala da Comissão,

Requerimentos

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 122, DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer, ao Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à venda, no mercado, de 7,5% do capital do Banco do Brasil.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea *a*, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a V. Ex^a sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda, as seguintes informações, baseadas em notícia divulgada pela imprensa (matéria em anexo) – e, segundo ela, “confirmada pelo Banco”:

1 – É verdade que o Governo irá colocar à venda 7,5% do capital do Banco do Brasil? Quando e de que forma – em quantas tranches de colocação?

2 – É procedente a informação de que o Governo pretende ampliar a participação estrangeira na composição acionária do Banco do Brasil, hoje de no máximo 5,6% para 25%? Qual é o instrumento jurídico que o Governo pretende utilizar para este aumento?

3 – Qual será a parcela, em cotas de participação, das ações a serem negociadas e seus respectivos possuidores (Tesouro Nacional, BNDES, Previ e outros)?

4 – Qual a finalidade da referida negociação das ações do Banco do Brasil? Em que o Tesouro Nacional pretende aplicar o recurso auferido?

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 37 consagra, entre outros, o princípio da publicidade dos atos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Associada a este princípio constitucional encontra-se a obrigação do Poder Legislativo de fiscalizar os atos do Executivo, Sendo o requerimento de informação um dos instrumentos de fiscalização e controle.

A questão fundamental que justifica a utilização do instrumento em tela é o fato noticiado da venda, no mercado financeiro, de parte do controle acionário do Banco do Brasil, hoje sob controle público. Acessoriamente, outra preocupação é o incremento da participação do capital estrangeiro na posse das ações do Banco.

Preocupação análoga nos adveio quando da divulgação, depois tornada infundada, de processo semelhante de operação financeira tendo como objeto a Petrobrás S/A. À época, várias iniciativas foram tomadas no sentido de cumprir o dever inalienável e impreterível do Legislativo em relação à fiscalização e controle dos Atos do Executivo, diante da iminência, ou sua obscura intenção, de privatização daquela estatal.

Respaldado nas considerações acima, sinto-me no dever de, novamente, questionar junto ao Poder Executivo acerca de operações financeiras que possam vir acarretar ao Banco do Brasil um preocupante quadro de desestruturação, seja como entidade pública, seja como instituição nacional, bem como a oportunidade e a conveniência de tal operação em ano eleitoral.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça Senador Antônio Carlos Magalhães, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública para discutir o PLC nº 20/2006 que versa sobre a unificação dos Órgãos da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Secretário-Geral da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid, a Secretária da Receita Previdenciária, Sra. Liêda Amaral de Souza e os representantes da Unafisco e da Anfip.

Justificação

O presente requerimento visa ouvir as partes acima mencionadas, bem como discutir as questões a cerca da unificação da Secretaria Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária.

Assim, é importante que se discuta a matéria, com seriedade e despida de qualquer espírito corporativista, para que

sejam analisados os diversos aspectos da referida unificação. Lembremos que a matéria é extremamente controversa, tendo sido inclusive rejeitada quando de sua inoportuna apresentação com medida provisória.

Para tanto é imprescindível a presença dos titulares das instituições a serem unificadas, bem como dos representantes das categorias que possuem notório, confuso e divergente entendimento acerca da criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer seja incluído, entre os convidados a discutir, em Audiência Pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006, o Dr. Paulo Ziulkoski.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a seja convidado a debater a PEC nº 9/2006, junto a esta Comissão, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente do Conselho Nacional de Municípios.

Justificação

A PEC nº 9/2006 envolve interesses de autoridades federais, estaduais e municipais, portanto, nada mais justo e produtivo que seja ouvido o Sr. Paulo Ziulkoski, como titular de um órgão que envolve todos os municípios de nosso País e, assim é porta-voz qualificado dos interesses dos municípios.

Sala das Comissões, 9 de março de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2006

(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o transcurso dos 40 anos de fundação do MDB.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto nos artigos 154, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a V. Ex^a a realização de Sessão Especial destinada a homenagear a passagem dos 40 anos de fundação do MDB, que ocorrerá no próximo dia 24 de março do corrente.

Justificação

No dia 24 de março de 1966, depois de uma reforma partidária imposta pelo regime militar, que limitava a duas siglas o espectro político nacional, surgia o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao Governo vigente. Presidido pelo Senador Oscar Passos, o novo partido tinha como vice-presidente aquele que seria o principal dos seus militantes, o Deputado Ulysses Guimarães, o senhor Diretas, o Doutor Ulysses, o homem que promulgaria, em 1988, a Constituição cidadã.

Ao longo dos anos seguintes, o MDB escreveria uma das mais belas páginas da história brasileira: a longa caminhada em direção ao restabelecimento de um regime democrático. Treze anos depois de criado, o partido consegue sua primeira grande vitória. Em 1979, além de ser concedida a anistia política, foi extinto o mais arbitrário dos instrumentos criados pelo regime de exceção, o Ato Institucional nº 5.

Em 1985, ainda em eleições indiretas, foi eleito Tancredo Neves, que, ao lado de Ulysses Guimarães, um dos maiores líderes na luta pela redemocratização. Infelizmente, Tancredo não assumiu o Governo, vindo a falecer antes de ser empossado. Três anos depois, Ulysses Guimarães promulgaria a nova Constituição, que garantia instituições democráticas fortes, como nunca antes na nossa história. De certa forma, fecha-se aí um longo ciclo de vinte e quatro anos de permanente e dedicada batalha pelo soerguimento da liberdade democrática.

Assim, venho, por meio deste documento, solicitar a realização de uma sessão especial, em que se faça a justa homenagem desta grande agremiação política, uma das mais importantes da nossa vida republicana. Queremos uma sessão em que sejam homenageados homens como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Miguel Arraes.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006 – CCJ

*(De autoria dos Senadores
Pedro Simon e Marco Maciel)*

Requer a criação de Subcomissão Permanente da Comissão de Constituição e Justiça para estudar e propor medidas quanto à consolidação legislativa, nos termos do disposto nos arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Excelentíssimo Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Requeremos, de acordo com o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetida ao plenário deste Colegiado a proposta de criação de Subcomissão Permanente da Comissão de Constituição e Justiça, constituída por cinco senadores e igual número de suplentes, para, de maneira perene e contínua, analisar a situação das normas jurídicas, estudar e propor ações e medidas para a consolidação dos diplomas legais do País.

Justificação

No ano de 2003, o ilustre colega, Senador Marco Maciel, apresentou ao Congresso Nacional requerimento para criar

a Comissão Mista Especial do Congresso Nacional (RQN nº 14/2003) para estudar e propor medidas para a consolidação das leis no Brasil. Ocorre que, até a presente data, a Câmara dos Deputados não indicou nenhum membro para fazer parte da comissão, ao contrário do Senado que, de pronto, designou os seus membros. Diante disso, até agora referida comissão não foi instalada.

Como são inúmeras as leis existentes no nosso ordenamento jurídico, torna-se imperiosa a consolidação das mesmas, para que se tenha um ordenamento jurídico enxuto e eficaz.

Esta proposta de uma comissão no âmbito do Poder Legislativo para este fim é de extrema urgência. Porém, infelizmente, a proposta inicial do Senador Marco Maciel não prosperou. Por considerar oportuno e conveniente é que transcrevo aqui o inteiro teor da justificação do requerimento apresentado ao Congresso Nacional:

“De há muito, vêm os Poderes Legislativo e Executivo, no Brasil, se preocupando com a racionalização da tarefa de elaboração das leis e com o grande número de nossos textos normativos.

O problema da multiplicação de nosso acervo legislativo, como elemento altamente complicador da vida nacional, desde que fator de insegurança dos indivíduos em suas relação entre si ou com o Estado, foi objeto de uma monografia que, já em 1978, publicamos em número da revista Política, da Fundação Milton Campos.

Chamávamos a atenção ali, para o gigantismo de nosso Direito legislado, apontando a existência de mais de sessenta mil diplomas legais, não incluindo, nesse número, atos normativos editados por órgãos ministeriais como portarias, resoluções e instruções, contendo preceituações de grande alcance, como podem ser referidas, entre elas, as resoluções do Conselho Monetário Nacional que tanto influem na conjuntura econômico-financeira do País.

Sensibilizado com o problema, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei de iniciativa do Deputado Henrique Turner que, além de conter preceitos originados no sentido de um trabalho efetivo de consolidação de nossas leis, trazia regras de elaboração legislativa indispensáveis à sistematização do processo de feitura da lei.

Infelizmente, aquele projeto não encontrou acolhida no Senado uma vez que, tendo em vista a edição de lei complementar, a matéria não se incluía entre aquelas para que a Constituição, então vigente, prescrevia aquele tipo de norma.

Havíamos, na Câmara, renovado, em 1983, as intenções do Deputado Turner, em projeto que tomou o nº 130.

Com a nova Constituição, foi afastado o grande obstáculo à feitura de lei que alcançasse aqueles propósitos: pois uma lei ordinária não teria, obviamente, o poder de conformar a legislação futura; e uma lei complementar esbarrava na omissão da Carta em prevê-la.

O art. 59, parágrafo único, da Constituição de Outubro de 1988, dispunha:

“Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Reapresentamos, então, nesta Casa, em 4 de março de 1991, projeto que tomou o nº 9 e em que pretendia “estabelecer normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.”

Mas, somente muito tempo depois, quase dez anos após a promulgação da Constituição, foi aprovada a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, essa resultante de mensagem do Executivo.

A Consolidação das Leis, segundo a Lei Complementar nº 95

Segundo o art. 13 da Lei Complementar nº 95, as leis federais:

“Serão reunidas em codificações e em coletâneas integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, consti-

tuindo em seu todo, juntamente com a Constituição Federal, a Consolidação das Leis Federais brasileiras”.

E foram, para tal, estabelecidos prazos rigorosos:

– os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, no prazo de cento e oitenta dias, procederiam ao exame, triagem e seleção das leis complementares, delegadas, ordinárias e decretos-leis relacionados com as respectivas áreas de competência;

– as entidades da administração indireta tomariam as mesmas providências no prazo de noventa dias, remetendo os respectivos textos ao ministério a que estivessem vinculados, que, por sua vez, os revisaria, juntamente com os seus e os remeteria à Presidência da República para encaminhamento ao Congresso nos sessenta dias subseqüentes;

– a Mesa do Congresso adotaria, então, todas as medidas necessárias para, no prazo máximo de cento e oitenta dias do recebimento dos textos efetuar “a primeira publicação da Consolidação das Leis Federais brasileiras”.

Um intento anterior, do Ministério da Justiça

Muito antes, ainda na vigência da Constituição anterior, o Decreto nº 85.022, de 11 de agosto de 1980, constituíra, no âmbito do Ministério da Justiça, uma Comissão Especial incumbida de promover a edição de compilações atualizadas da legislação em vigor e seu subseqüente aprimoramento e consolidação.

Nos seus considerandos, se asseverava:

– que a multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, freqüentemente superpostos ou paralelos, dificulta o conhecimento, o entendimento e aplicação eficaz da legislação em vigor;

– que constitui imperativo da sociedade moderna a ordenação dos textos legais vigentes, de modo a assegurar aos cidadãos o acesso fácil à informação jurídica, para a garantia de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

– a conveniência da observância de normas de boa técnica legislativa na elaboração de quaisquer textos legais e demais atos normativos; finalmente, que, na etapa de desenvolvimento da democracia brasileira e de aperfeiçoamento de suas instituições jurídicas, se impõe um esforço de compilação, atualização e consolidação legislativas.

O esforço da Comissão resultou em que fossem 16 as compilações realizadas, em volumes publicados pela Imprensa Nacional. Foram as seguintes:

1. locação e arrendamento de imóveis;
2. títulos de crédito;
3. desapropriação;
4. entorpecentes;
5. sucessões;
6. eleições e partidos;
7. legislação de trânsito;
8. relações de consumo;
9. legislação agrária;
10. estrangeiros;
11. o cidadão e o consumidor;
12. legislação sobre municípios;
13. comércio exterior;
14. obras intelectuais;
15. legislação do advogado;
16. fiscalização orçamentária e financeira.

Grandes nomes de nosso cenário jurídico haviam sido convocados para tal tarefa, tais como os Professores Luis Antônio de Andrade, para a reunião dos textos sobre Locação e Arrendamento de Imóveis, Joaquim Antônio de Vizeu Pernalve Santos, para Títulos de Crédito, e Roberto Rosas, para Sucessões.

Mas – é de lamentar – o esforço da Comissão não tivesse atingido o principal objetivo, que era o da redução de nosso enxundioso quadro legal.

Um decreto presidencial

O Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, veio estabelecer, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, regras para a redação de atos normativos de competência do Poder Executivo. E propondo regras para a elaboração de tais atos, de sua articulação e da técnica redacional, determinou, também, a constituição, no âmbito da Consultoria Jurídica de cada ministério, Comissão de Consolidação e Revisão de Atos Normativos, “com a finalidade de proceder ao levantamento da legislação pertinente à sua esfera de atuação, bem como dos atos normativos infralegais editados pelo próprio ministério, visando à compactação dos textos e a limpeza periódica do sistema, pela retirada de normas repetitivas, não revogadas expressamente ou consideradas inconstitucionais ou ilegais.”

E poderia ser constituída comissão de especialistas, escolhidos dentre juristas de notável conhecimento sobre determinada matéria, para elaborar projetos de consolidação em matérias que exijam maior nível de especialização.

Uma ação do Congresso

Cabe, agora, uma ação do Congresso para que se abrevie o cumprimento dos propósitos da Lei Complementar nº 95.

É daí que se proponha a constituição de Comissão Permanente de Consolidação Legislativa, nos termos em anexo.

Teria a Comissão, como seu principal apoio e suporte, o Prodasen e o Unilegis e poderia convocar, com a colaboração da OAB, das associações de magistrados, das faculdades de direito do País, os melhores vultos de nossa cena jurídica para esse esforço de consolidação.

Inicialmente, a Comissão selecionaria as áreas de maior interesse, promovendo a edição de compilações atualizadas das leis, decretos-leis, decretos e outros atos materialmente normativos referentes a cada área, estudando e propondo

a adoção das normas de técnica legislativa e dos processos de tratamento de informação necessários à consolidação da legislação vigente e à sua manutenção atualizada.

Creemos que, com esse esforço, dar-se-á importante passo para o aperfeiçoamento da democracia no País, assegurando aos cidadãos, com o mais pleno conhecimento das normas e de suas determinações, maior conscientização dos direitos e deveres de cada um."

Creio que com estes notáveis argumentos, a discussão sobre a necessidade e a conveniência da referida Comissão está, por assim dizer, exaurida. De forma que contamos com o apoio de nossos pares para aprovar, colaborar e trabalhar neste hercúleo projeto de reformulação das normas brasileiras.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2006. – Senador *Pedro Simon* – Senador *Marco Maciel*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no art. 167, combinado com o art. 214, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a V. Ex^a a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de minha autoria, que acrescenta inciso ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Justificação

A matéria em apreço visa suprir lacuna na legislação quanto à definição do que seja instrumento de trabalho e sua impenhorabilidade, pacificando o entendimento no qual os maquinários utilizados na agricultura são ferramentas para o agricultor, logo, passíveis de serem impenhoráveis, claro que a exceção de seu próprio financiamento, como bem foi corrigido pelos ilustres relatores.

A proposição já está devidamente instruída, com Pareceres favoráveis, sob os nºs 425/2002 e 272/2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o de nº 1.071/2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Logo, o projeto está plenamente apto a entrar em pauta na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006 – CAE
*(De autoria do Senador Pedro Simon
e outros)*

*Audiência Pública conjunta da CAE, CAS,
CI e CDR, para tratar sobre a recupera-
ção empresarial da companhia de avia-
ção – Varig.*

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedidos desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Comissão de Infra-Estrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre o processo de recuperação empresarial da Varig, as propostas de reestruturação e os respectivos impasses, a garantia dos empregos e de defesa do consumidor; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições: a) Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), c) BR – Distribuidora, d) Trabalhadores do Grupo Varig (TVG) e Infraero.

Justificação

Apesar da grave crise financeira, a Varig permanece como a maior empresa aérea brasileira em vôos internacionais e a terceira no mercado doméstico de aviação. Com dívidas estimadas em mais de R\$7 bilhões, a empresa enfrenta, há

anos, dificuldades que, segundo especialistas, são reflexo das perdas geradas pelo congelamento das tarifas aéreas nas décadas de 80 e 90, combinadas com a má administração da companhia.

No começo do Governo Lula, o Planalto tentou promover uma fusão entre Varig e a TAM numa tentativa de reduzir os custos operacionais do setor, que ainda sofria os reflexos da crise deflagrada pelos ataques terroristas de 2001.

O projeto não deu certo e as empresas desfizeram a união. O prejuízo maior ficou com a Varig, que continuou a perder mercado para a TAM, que passou a liderar em vôos domésticos. A entrada em operação da Gol, em 2001, também contribuiu para conseguir, rapidamente, tirar da Varig o posto de segunda maior empresa em tráfego nacional. Todavia, isso não pode ser encarado como algo problemático, pois, ao contrário, favoreceu a concorrência e a disputa de mercado, com ganhos para o consumidor.

Sem conseguir arcar com compromissos assumidos com credores, a empresa passou a enfrentar a ameaça de ter a falência decretada pela Justiça, mas ganhou sobrevida, no ano passado, quando seu pedido de recuperação judicial foi aprovado. Esse instrumento de recuperação, previsto na Lei de Falências, protegeu a empresa de ações movidas por credores, mas a Varig continuou obrigada a arcar com despesas correntes, como combustíveis e taxas aeroportuárias.

O Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 1ª Vara Empresarial do Rio, que cuida do processo de recuperação judicial da Varig, afirmou, nos jornais, que pretende retardar, o quanto puder, a eventual falência da companhia aérea. Enquanto houver chance de recuperação, diz ele, a companhia não terá sua falência decretada. Ademais, segundo o juiz, as informações do administrador judicial, a Deloitte, e da consultoria contratada para comandar a reestruturação da companhia, a Alvarez & Marsal, mostram que a Varig tem chances de recuperação.

É bom lembrar que, há pouco tempo, os credores da Varig aprovaram seu plano de recuperação, que prevê a demissão de funcionários e a venda de subsidiárias, como a VarigLog (de

transporte de cargas) e a VEM (de manutenção de aeronaves), medidas que poderiam dar fôlego à empresa. Recentemente, entretanto, o Presidente da Varig, Marcelo Bottini, veio a público, afirmar que a empresa não seria paralisada, após uma onda de boatos de que ficaria sem caixa para continuar a voar.

O presidente da Varig admitiu que o caixa da empresa é limitado e afirmou que negociara com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) empréstimos para a empresa e, também, pediria uma linha de crédito de US\$200 milhões e a fornecedores, sendo US\$70 milhões de empresas estatais como a Infraero e a BR Distribuidora.

O Presidente Lula e os Ministros Guido Mantega (Fazenda) e Dilma Roussef (Casa Civil) afirmaram, entretanto, que não seria papel do Governo socorrer a Varig, que teria que encontrar uma solução sem recursos públicos. Outra tentativa da Varig, que previa fazer um acordo de compartilhamento de vôos com a OceanAir, foi vetada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Continua nas mãos da Varig, agora, proposta de compra apresenta por sua ex-subsidiária VarigLog, que ainda não teve sinalização positiva, por parte de credores e trabalhadores da empresa. A proposta ainda será oficialmente analisada, mas trabalhadores já criticaram a demissão de mais de 5.000 funcionários já prevista no plano. Já os credores mostraram-se insatisfeitos porque a empresa seria dividida em duas: a nova e a velha Varig. Da nova Varig, que ficaria com a parte boa da empresa, os credores teriam uma participação de apenas 5%.

Também pode ajudar a Varig o julgamento, na Primeira Seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em que a empresa pede indenização pelo congelamento da tarifas aéreas entre 1985 e 1992.

A ação, que pode render cerca de R\$4 bilhões para a empresa aérea, não será, porém, analisada rapidamente, uma vez que a União entende que ainda poderá recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal), mesmo que seja derrotada no STJ.

Por todos esses fatos, que interessam aos trabalhadores diretamente envolvidos, aos empregos indiretos, ao consumidor e à própria soberania nacional em intercomunicar seus quatro cantos, torna-se oportuno a realização de audiência pública no Senado Federal.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2004. – Senador *Antônio Carlos Valadares* – Senador *Pedro Simon* – Senador *Paulo Paim*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Congratulações pela posse da Ministra Ellen Gracie Northfleet no cargo de Presidente no Supremo Tribunal Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a seja submetida à Casa a proposta de um voto de congratulações à Ministra Ellen Gracie Northfleet, por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Justificação

No ano de 2000 nós louvamos a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de indicar a Juíza Ellen Gracie Northfleet, para integrar a mais alta Corte de Justiça do País. Esta indicação veio reparar uma das mais graves injustiças contra a mulher, no Brasil.

Na época ressaltamos que a mulher brasileira, há muito tempo, tem se tornado apta ao exercício de qualquer das mais importantes e complexas funções na sociedade brasileira. O ato daquele Governo foi mais um passo no resgate dessa dívida da sociedade.

Lembramos ainda, que essa reparação teve início com a nomeação, para cargos de ministras do Superior Tribunal de Justiça, ainda recentemente, das Juízas Eliana Calmon e Fátima Nancy Aldrighi. E depois, com a indicação da Juíza Ellen Gracie para Ministra do STF, veio a verdadeira consolidação deste reconhecimento da, no mínimo, igual qualificação, eficiência e habilitação para o exercício de qualquer atividade.

Não custa recordar a biografia desta ilustre magistrada brasileira: carioca de origem mas, desde muito, radicada no Rio Grande do Sul, a Juíza Ellen Gracie Northfleet exercia, até então, o cargo de Presidente da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que já presidira, no período de 1997 a 1999. Assumindo sua vaga no Supremo Tribunal Federal, a Ministra exerceu e vem exercendo sua função com estrita isenção e imparcialidade, sendo até desnecessário citar o brilho, o lustro, o sóbrio e profundo saber jurídico que permeia generosamente em seus juízos.

Esta singela homenagem é o início do reconhecimento de um trabalho de Presidência do STF, que com certeza marcará a história jurídica e social de nosso País.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2006 – CI
(*De autoria do Senador Pedro Simon e outros*)

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2^o, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de: Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2006. – Senador *Heráclito Fortes* – Senador *Pedor Simon* – Senador *Paulo Paim*.

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2006 – CI
(De autoria do Senador Pedro Simon e outros)

Exm^o Senhor Presidente da Comissão de Infra-Estrutura,
Senador Heráclito Fortes,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2^o, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de: Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Adacyr Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2006. – Senador *Heráclito Fortes* – Senador *Pedro Simon* – Senador *Paulo Paim*.

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2006 – CI

*(De autoria do Senador Pedro Simon
e Paulo Paim)*

Exm^a Sr^a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais,
Senadora Lúcia Vânia,

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública com vistas a tratar de questões atinentes à “Recuperação Judicial da Varig”, notadamente quanto à sua relação com os estados devedores (conforme relação anexa), para o dia 9 de maio de 2006, às 10h. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os governadores ou vice-governadores ou seus secretários de Fazenda dos Estados de: São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e do Distrito Federal.

Justificação

Conforme visto em recentes depoimentos nesta Comissão, a Consultoria Alvarez e Marsal, responsável pelo plano de recuperação da companhia aérea aposta em uma negociação com os Governos de 26 estados, para levar adiante um plano emergencial, a fim de manter a empresa voando.

A idéia, segundo o Diretor-Geral da consultoria, Marcelo Gomes, é tentar convencer esses governadores a admitirem, formalmente, a dívida que soma R\$1.385.813.930,03, com a companhia aérea.

O valor poderia até mesmo ser parcelado ao longo de anos, não entrando no caixa da Varig, imediatamente. Mesmo assim, segundo Gomes, o reconhecimento formal do crédito junto aos estados poderia ser utilizado pela companhia como garantia para obter mais prazo nas negociações com a BR Distribuidora e a Infraero e, até mesmo, ter acesso a capital no mercado.

O crédito que a Varig teria com os estados é relativo ao pagamento de ICMS no período de 1989 e 1994, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado pelo STF – Supremo Tribunal Federal.

No Senado, a proposta de acordo com os estados ganhou o apoio de vários senadores. Preocupados, até então, em defender, prioritariamente, um encontro de contas entre as dívidas da empresa com a União e os débitos, já reconhecidos pelo STJ – Superior Tribunal de Justiça, da União com a companhia aérea, referente ao congelamento de preços de passagens, no Governo Collor.

Por estas razões pedimos aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2006. – Senador *Paulo Paim* – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
*(De autoria do Senador Pedro Simon
e outros)*

Requeremos voto de pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 11 de maio de 2006, do jornalista e analista político Abdias Silva, ex-Redator dos jornais Correio do Povo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 11 de maio de 2006, em Brasília, do jornalista Abdias Silva, analista da vida política brasileira contemporânea.

Requeremos, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do jornalista.

Justificação

Abdias Silva não foi apenas um jornalista da cobertura diária dos fatos da vida política brasileira. Foi um analista da trajetória política contemporânea brasileira. Estava aposentado depois de militar, como redator de texto claro e preciso, nos jornais *Correio do Povo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil.*

Abdias nasceu no Piauí e lá conviveu, nas escolas que cursou, com o ex-Senador e ex-Governador de Minas, Fran-

celino Pereira, e com o jornalista Carlos Castelo Branco. Com a ida de Francelino para Minas e de Castelinho para o Rio, Abdias passou a acalentar o sonho de se transferir para o Sul. Teve a idéia, então, de enviar uma carta ao Escritor Érico Veríssimo, em Porto Alegre. Tinha apenas 16 anos de idade. O texto da carta encantou o escritor, que enviou telegrama “Via Western”, com poucos dizeres: “Venha, já acertei com o Dr. Breno Caldas um emprego para você no *Correio do Povo*. Caldas era dono do jornal. E, numa época de transporte pouco favorável, Abdias Silva viajou de navio, um Ita do Norte, fez escala em Salvador, onde deveria encontrar-se com Érico Veríssimo, que estaria de passagem dos Estados Unidos, mas houve um desencontro e ele foi então à residência de Jorge Amado, anunciando à porta que era um jornalista. Amado o recebeu com uma indagação: “Você é o Abdias Silva?” Abdias confirmou e quis saber como ele, Amado, sabia seu nome. “O Érico me telegrafou, pedindo-me que o recebesse. Ele – o escritor viajaria ao exterior – adiou a viagem, por atraso no visto.”

Em Porto Alegre, com a recomendação de Érico Veríssimo, Abdias passou a integrar a redação do *Correio do Povo*, que mais tarde o transferiu para o Rio, para a cobertura do Senado e da Câmara dos Deputados.

Poucos anos após a transferência da Capital para Brasília, Abdias também foi transferido para a sucursal do Correio, passando a trabalhar depois no *Jornal do Brasil* e em *O Estado de S. Paulo*.

Grande amigo de Castelinho, Abdias era o primeiro a ler a Coluna do Castelo, que era, então, o mais importante artigo da imprensa brasileira. Ele a lia no original, na redação da Sucursal do *JB*. Às vezes, quando Castelo viajava, Abdias escrevia a coluna.

Sala das Sessões, maio de 2006. – Senador *Arthur Virgílio* – Senador *Heráclito Fortes* – Senador *Mão Santa* – Senador *Alberto Silva* – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos Senador Luiz Otávio,

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública para discutir a situação das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China, no sentido de buscar políticas para fortalecer e proteger o mercado nacional, em todos os seus setores, inclusive, em face da adesão desta à Organização Mundial do Comércio e as regulações subsidiárias daí decorrentes.

Como sugestão de representantes a serem convidados para instruir o debate, e por considerar como os mais afetos ao tema, tomo a liberdade de indicar os Presidentes da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto; Federações das Indústrias de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaff, e do Rio Grande do Sul – FIERGS, Sr. Paulo Tigre; o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, e o Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid.

Justificação

O presente requerimento visa ouvir e debater com os representantes e as autoridades acima mencionadas, a grave e delicada situação por que passam as relações comerciais entre Brasil e China.

Com efeito, não é recente o fato de o relacionamento entre esses mercados oscilar, sob nossa ótica, entre prolífico, interessante e desejável, a até, desequilibrado e pernicioso para nossa economia local. A recente adesão da república chinesa à OMC justifica o debate sobre ações, estratégias e políticas específicas para a regulação harmoniosa destas relações comerciais. Os mecanismos institucionais regrados pela OMC, com os quais passamos a contar neste caso, exige profunda reflexão sobre suas disponibilidades e uso de forma mais eficaz possível para o nosso País. Obviamente, dentro do mais estrito respeito à integridade e à soberania da nação chinesa, bem entendida como país parceiro em negócios. Nem sócio, nem patrão, nem empregado.

A sugestão dos convidados é, por meu entendimento, elencada pelos representantes setoriais que considero que estão mais próximos ao tema. De fato, dentro do espectro de nossa economia, São Paulo e Rio Grande do Sul formam estreito elo com o respectivo mercado exterior. E entre os representantes institucionais públicos, creio que os titulares dessas pasta podem em muito contribuir no balizamento e objetividade que o assunto exige. Claro que isso não suprime ou inibe quaisquer outros entendimentos, convidados e sugestões para a discussão. Entretanto, torno a enfatizar que o tema exige, a meu ver, ser tratado com extrema objetividade e pragmatismo.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer a realização de Sessão Solene Especial para comemorar o centenário do nascimento do escritor Mário Quintana.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no Art. 154, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização, em data a ser oportuna e brevemente marcada – preferencialmente no mês de junho, para comemorar o centenário de nascimento do Escritor Mário Quintana – (30/07/2006), de Sessão Solene Especial destinada a homenageá-lo.

Justificação

Mário Quintana nasceu em 30-7-1906 na cidade de Alegrete/RS e, no decorrer do presente ano, completaria 100 anos. Entretanto, o ilustre escritor gaúcho faleceu em 1994.

Por execrar a chatice, a longuidão, é que o escritor adorava a síntese. Mário inicia, na infância, o aprendizado da língua francesa, idioma muito usado em sua casa. Conclui o curso primário, na escola do português Antônio Cabral Beirão. Em 1919 vai estudar, em regime de internato, no Colégio Militar

de Porto Alegre. É quando começa a traçar suas primeiras linhas e publica seus primeiros trabalhos na revista *Hyloea*, da Sociedade Cívica e Literária dos Alunos do Colégio Militar.

Cinco anos depois, sai da escola e vai trabalhar como caixeiro (atendente) na Livraria do Globo, contrariando seu pai, que queria o filho doutor. Mas Mário permanece por lá nos três meses seguintes. Aos 17 anos, publica um soneto em jornal de Alegrete, com o pseudônimo JB. O poema era tão bom que seu Celso queria contar que era pai do poeta.

Em 1925, retorna a Alegrete e passa a trabalhar na farmácia de propriedade de seu pai. Nos dois anos seguintes, a tristeza marca a vida do jovem Mário: a perda dos pais. Primeiro sua mãe, em 1926, e no ano seguinte, seu pai. Mas a alegria também não estava ausente e se mostra na premiação do concurso de contos do jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre com "A Sétima Passagem" e na publicação de um de seus poemas na revista carioca *Para Todos*, de Alvaro Moreyra.

Aos 23 anos, vai para a redação do jornal *O Estado do Rio Grande* traduzir telegramas e redigir uma seção chamada O Jornal dos Jornais. O veículo era comandado por Raul Pilla, sendo considerado por Quintana como seu melhor patrão.

A *Revista do Globo* e o *Correio do Povo* publicam seus versos, em 1930, ano em que eclode o movimento liderado por Getúlio Vargas e *O Estado do Rio Grande* é fechado. Quintana parte para o Rio de Janeiro e torna-se voluntário do 7º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre. Seis meses depois, retorna à capital gaúcha e reinicia seu trabalho na redação de *O Estado do Rio Grande* já reaberto.

Em 1934, a Editora Globo lança a primeira tradução feita por Mário. Trata-se de uma obra de Giovanni Papini, intitulada *Palavras e Sangue*. A partir daí, segue-se uma série de obras francesas traduzidas para a Editora Globo. O poeta é responsável pelas primeiras traduções, no Brasil, de obras de autores do quilate de Voltaire, Virginia Woolf, Charles Morgan, Marcel Proust, entre outros.

Após dois anos, ele deixa a Editora Globo e transfere-se para a Livraria do Globo, onde vai trabalhar com Érico Veríssimo, que lembra de Quintana justamente pela fluência na língua francesa. Nessa época, seus textos publicados na revista *Ibirapuitan* chegam ao conhecimento de Monteiro Lobato, que pede ao poeta gaúcho uma nova obra. Quintana escreve, então, *Espelho Mágico*, que só é publicado em 1951, com prefácio de Lobato.

Na década de 40, Quintana é alvo de elogios dos maiores intelectuais da época e recebe uma indicação para a Academia Brasileira de Letras, que nunca se concretizou.

Como colaborador permanente do *Correio do Povo*, Mário Quintana publica, semanalmente, *Do Caderno H*, que, conforme ele mesmo, se chamava assim, porque era feito na última hora, na hora "H".

Em agosto de 1966, o poeta é homenageado na Academia Brasileira de Letras, pelos ilustres Manuel Bandeira e Augusto Meyer. Neste mesmo ano, sua obra *Antologia Poética* recebe o Prêmio Fernando Chinaglia de melhor livro do ano. No ano seguinte, vem o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Esta homenagem, concedida em 1967, e uma placa de bronze eternizada na praça principal de sua terra natal, Alegrete, no ano seguinte, sempre eram citadas por Mário como motivo de orgulho. Nove anos depois, recebe a maior condecoração do Governo do Rio Grande do Sul: a medalha Negrinho do Pastoreio.

Na década de 1980, o poeta recebe diversas honrarias, entre elas: o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra e, em 1981, reverência pela Câmara de Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Passo Fundo, durante a Jornada de Literatura Sul-rio-grandense, de Passo Fundo.

Em 1982, recebe o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Oito anos depois, outras duas universidades, a Unicamp, de Campinas (SP), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedem o mesmo tipo de honraria a Mário Quintana. Mas

talvez a mais importante tenha vindo em 1983, quando o Hotel Majestic, onde o poeta morou de 1968 a 1980, passa a chamar-se Casa de Cultura Mario Quintana. A proposta do então Deputado Ruy Carlos Ostermann obteve a aprovação unânime da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nos 80 anos de Mário Quintana, a Editora Globo lança a coletânea *80 Anos de Poesia*. Em 1989, é eleito o Príncipe dos Poetas Brasileiros, pela Academia Nilopolitana de Letras, Centro de Memórias e Dados de Nilópolis e pelo jornal carioca *A Voz*. Em 1992, *A Rua dos Cataventos* tem uma edição comemorativa aos 50 anos de sua primeira publicação, patrocinada pela Ufrgs.

Em 5 de maio de 1994, aos 88 anos, Mário Quintana nos deixa para enriquecer o céu com suas belas poesias.

As palavras de Mario sobre ele mesmo:

“Nasci em Alegrete, em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! Eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Ah! mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas... Aí vai! Idades só há duas: ou se está vivo ou morto. Neste último caso é idade demais, pois foi-nos prometida a Eternidade.”

Sala das Sessões, junho de 2006.— Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2006 – CAS
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Em complemento ao Requerimento nº 09 – CAS, de Audiência Pública conjunta da CAE, CAS, CI e CDR, solicito o convite ao Prof. Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES.

Excelentíssimo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, DD. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais,

Em complemento ao Requerimento nº 9, de 2006, dessa Comissão, solicito a Vossa Excelência a inclusão do Professor Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES, entre as autoridades convidadas a participar da Audiência Pública sobre o processo de recuperação da Varig.

Justificação

O Professor Carlos Lessa merece ser ouvido nessa Audiência Pública, em razão de sua experiência como ex-Presidente do BNDES, seu largo tirocínio e das propostas apresentadas na revista *IstoÉ* desta semana e em outros veículos da imprensa nacional.

Com certeza, o Professor Carlos Lessa poderá oferecer importantes contribuições ao nosso propósito, que é o de todos quantos se preocupam com a problemática da Varig. Com esta finalidade, junto a este Requerimento vasta do-

cumentação que traduz, em parte, as idéias e propostas do Professor Carlos Lessa.

A recuperação da Varig merece toda a nossa atenção, em razão do que representa a empresa na aviação comercial brasileira e, em especial, no mercado internacional.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2004.— Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer convite ao Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, para prestar esclarecimentos relativos ao desempenho e às atividades geridas e exercidas por sua Pasta.

Com fundamento no disposto no art. 50 da Constituição Federal e no § 1º, do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência, ouvido o plenário da Comissão seja convidado o Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, para, perante este Colegiado, prestar informações relativas às atividades desenvolvidas pelo Órgão por ele gerido, principalmente no que se refere ao teor das notícias publicadas pela revista *IstoÉ*, em sua edição de 19-11-2006, na matéria (anexa) Espião versus Espião, de autoria dos jornalistas Hugo Studart e Hugo Marques.

Justificação

A revista *IstoÉ*, na edição de 19 do corrente mês, trouxe, pela matéria intitulada Espião versus Espião, graves indícios e denúncias de uso não-ilibado das informações e das atribuições do órgão máximo de inteligência nacional. Com efeito, ao acreditarmos nas informações ali contidas, estamos diante de um perigoso quadro de ilegalidade, insurreição e desmando institucional por parte da Agência Brasileira de Inteligência

– ABIN e, por consequência hierárquica, de seu órgão superior, o Gabinete de Segurança Institucional.

Mais uma vez o que é temerário e preocupante é a sugestão de que a estabilidade das instituições democráticas possa ficar a mercê de ações maniqueístas, facilmente classificáveis como chantagem, justamente no momento em que se busca um reordenamento funcional e administrativo. De fato, a vinculação dos órgãos de inteligência à Polícia Federal é tema que pode ser discutido e aventado como um aprimoramento institucional. Faço questão de transcrever a matéria, para que sobre a mesma, o titular máximo daquele Órgão possa prestar todos os devidos e imprescindíveis esclarecimentos.

“Espião *versus* espião

Governo decide tornar a Abin um setor dentro da Polícia Federal. Arapongas reagem, disparam ameaças e abrem guerrilha de contra-informações.

Por Hugo Studart e Hugo Marques

Houve um tempo em que, às primeiras horas da manhã, os presidentes se sentavam com o ministro responsável pelo setor de inteligência do governo. Esse hábito perdurou de Castelo Branco, o marechal que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo que extinguiu o “serviço”, mas, com a outra mão, criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Desde que o Governo Lula começou, a Abin entrou em crise profunda. O presidente jamais convidou para as reuniões do círculo íntimo do poder o ministro da área, general Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ele olhava a Abin com desconfiança. Com o tempo, foi se afastando cada vez mais de Félix, esvaziu-o, passava semanas sem recebê-lo, até decidir extinguir seu cargo no próximo governo. Agora, Lula está decidido a rebaixar a própria Abin. Dias atrás, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, levou ao presidente um plano para fundir a Polícia Federal com

a Abin. Com a PF no comando, naturalmente. Lula foi sincero: "Gostei da idéia, estou de acordo!"

A Abin, segundo esse plano, pode se tornar um simples departamento da Diretoria de Inteligência da PF (DIP), na qual nascem as maiores operações policiais da instituição. Será como se a CIA, a agência onde operam os cinematográficos espões americanos, de repente tivesse de prestar contas aos policiais do FBI. "Queremos um casamento de véu e grinalda", explica um ministro. Lula já mandou Thomaz Bastos preparar uma minuta de legislação para permitir a encampação. Quando sair, irá sacramentar uma espetacular inversão de comandos. Por muito tempo, afinal, a PF foi um braço policial do SNI, dirigido por coronéis do Exército. A partir da nova legislação, porém, terá controle sobre a velha estrutura. A medida provisória sobre o assunto deve ficar pronta nesta semana.

Muitas das articulações pela extinção da Abin estão sendo feitas sem o conhecimento do general Félix. Na semana passada, ele estava em missão pelo Oriente Médio, junto com o Diretor-Geral da Abin, Márcio Buzanelli. Lula já o chamou de volta. Mandou que se apresentasse a seu gabinete assim que retornar das Arábias. Mas a notícia vazou, e uma conspiração teve início em Brasília. Na segunda-feira 13, analistas e agentes da Abin mobilizaram-se para tentar reverter a situação. "Se eles fizerem isso conosco, vamos ter que abrir nossos arquivos", disse numa reunião fechada Nery Kluwe, presidente da associação dos funcionários da agência, a Asbin. "Muita gente pode cair", acrescentou enigmático. Foram enviados emissários do corpo de elite da Abin para uma série de contatos sigilosos com integrantes do Congresso, do Exército e da PF. Na terça-feira 14, quatro representantes da Abin mantiveram um encontro secreto com um assessor direto de Lula.

Na PF, costura-se um pacto com uma das facções internas de delegados para que as duas instituições permaneçam separadas. O plano passa por levar ao Presidente Lula duas listas tríplices para a nomeação dos substitutos dos atuais diretores da PF, Paulo Lacerda, e da Abin, Márcio Buzanelli. O grupo ligado a Lacerda defende a sinergia da PF com a Abin. Já Buzanelli quer a manutenção da Abin como está, voltada

à espionagem no Exterior e ligada aos centros de inteligência das Forças Armadas. Os analistas civis da Abin, por sua vez, querem se livrar do GSI e dos militares, mas preferem ficar subordinados diretamente a Lula, no mesmo *status* da Advocacia Geral da União. Na PF, os delegados reclamam da falta de colaboração da agência: “Nunca recebemos informação palpável da Abin que servissem para uma ação concreta da polícia”, queixa-se um dos diretores da PF.

Toda essa movimentação só existe por conta da conjunção de dois fatores. Primeiro porque, no Governo Lula, a PF apareceu como nunca: realizou até a semana passada 162 operações especiais e prendeu 4,5 mil pessoas. Em paralelo, a Abin, com 1,7 mil funcionários, entrou em parafuso. A primeira diretora da agência, a psicóloga Marisa Del’Isolla, foi herdada do Governo FHC. Ainda funcionava bem. Foi sob sua batuta que o setor de Operações, coração de qualquer agência, descobriu uma rede de agentes contrabandeando urânio brasileiro para a Coreia do Norte. O relatório foi passado para o Planalto, mas nenhuma providência foi tomada. Começou aí a desconfiança mútua. Hoje, acredita-se dentro da Abin que aquele urânio tenha sido a matéria-prima da bomba atômica que os coreanos explodiram semanas atrás. Ocorre que a mesma equipe também arquivou informes de que a campanha de Lula em 2002 teria recebido dinheiro das Farc, da Colômbia. Não tinham provas, mas vazaram o documento para a imprensa. Marisa foi derrubada pelo ex-Ministro José Dirceu, que colocou em seu lugar o delegado paulista Mauro Marcelo Lima e Silva. Foi ele quem, atendendo a um pedido de Dirceu, mandou seus agentes investigarem as atividades da multinacional Unisys dentro da Previdência, e acabaram atingindo a Unisys e o grupo de Roberto Jefferson nos Correios.

Hoje, Lula desconfia de tudo que venha da Abin. Só trata seus analistas pelo pejorativo de arapongas e acha que a agência trabalha contra ele. Não pede nada à Abin e, toda vez que precisa de alguma informação, recorre a Márcio Thomaz Bastos. Lula não tem afinidades pessoais com Félix. O general operou pela derrubada do paulista Mauro Marcelo e para que no lugar dele ficasse Buzanelli, um civil ligado aos

militares. Buzanelli instalou no setor de Operações o agente Thelio Braun, burocrata que diariamente vai para casa às 18 horas, em ponto, e que deu a ordem aos 320 analistas para que produzam 500 relatórios por ano. Os analistas da Abin confessam que já não produzem nada de relevante. Quando estourou o caso do mensalão, o general Félix admitiu de público que não repassava ao presidente as informações que recebia da Abin. Desde então, os analistas não passam nada de relevante para Buzanelli, que não repassa para Félix, que nada entrega a Lula. Nem Lula pede nada a eles. Destino insólito o de uma instituição que já foi considerada onividente, onisciente e onipotente.”

É inadmissível que essa discussão possa vir a ser cerceada pela truculência de ameaças à segurança democrática. Se confirmado o teor da matéria, a mais elementar das conclusões é que no mínimo a inteligência nacional padece de uma crônica falta do que fazer. De forma que com estas preocupações e no sentido de evitar que novos erros se perpetuem, submeto a meus pares estes questionamentos que merecem resposta.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2006.

REQUERIMENTO/QUESTÃO DE ORDEM Nº , DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente

Da Comissão de Assuntos Econômicos

Sr. Presidente,

Na Sessão da CAE de hoje consta como item 31 da pauta, o PLC nº 20/2006, que trata da unificação das receitas da fazenda e da previdência, criando a chamada Super-Receita. A matéria encontra-se com a discussão encerrada e está em fase de votação, depois a matéria segue para exame da CCJ, para exame da legalidade, juridicidade e constitucionalidade.

A despeito da extensa discussão do tema, nesta Comissão – muitas audiências foram, por mim, sugeridas ou pedidas, considero que o assunto ainda demanda questões cruciais. Faço anexar a esta Questão de Ordem, e que sejam encaminhados a cada membro deste colegiado, dois importantes estudos que arguem de maneira profunda a constitucionalidade do projeto.

Ambos os estudos, o da Ordem dos Advogados do Brasil e o elaborado pelo ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Osiris Lopes Filho, fazem graves críticas à matéria e, questionam, com legitimidade, a necessidade da audiência Preliminar da CCJ, para que neste fórum sejam dirimidas e resolvidas as inconstitucionalidades que apontam.

Sensibilizado por esses argumentos e por considerar a importância, a responsabilidade, o impacto e a amplitude do órgão a ser criado por essa proposição, sinto-me na obrigação de alertar este colégio sobre a nossa obrigação em não errar. Ainda mais errar no básico da legalidade e da constitucionalidade de relevante norma.

Portanto, gostaria de questionar e solicitar à Mesa sobre a possibilidade de que antes que este colegiado delibere sobre a matéria, possamos ouvir a CCJ sobre as questões levantadas.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2006.

Senador PEDRO SIMON

REQUERIMENTO Nº 1.136, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Ministro, ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet.

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet ocorrido, na madrugada do dia 18 de novembro corrente, em Três Lagoas – MS, sua cidade natal.

Justificação

Ramez Tebet tem uma biografia ímpar por ter exercido praticamente todos os cargos disponíveis no serviço público.

Entre 1961 e 1964, Ramez exerceu o cargo de promotor público em sua cidade natal, Três Lagoas. Nos anos seguintes, dividiu-se entre a advocacia e o magistério.

Os primeiros anos de sua vida política foram exercidos em sua cidade natal Três Lagoas, ainda à época Mato Grosso, sem a divisão que se faria entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim, já em 1975, foi nomeado prefeito de sua cidade natal. Deixou o cargo ao ser empossado como secretário de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano seguinte, tornou-se Deputado Estadual na primeira legislatura, da então recém-nascida, Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Nesses anos como Deputado Estadual, foi o relator da Assembléia Constituinte do Mato Grosso do Sul e participou ativamente dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição do Estado.

Deixou a Assembléia Legislativa para ocupar a vaga de vice-governador de Wilson Barbosa Martins (PMDB) na chapa que seria eleita para governar o Estado na primeira eleição direta para os governos estaduais desde a implantação da ditadura militar. Em 14 de março de 1986, quando Wilson se afastou para concorrer ao Senado, Ramez assumiu o governo. Seu mandato durante exatamente um ano, quando então deu a posse ao sucessor Marcelo Miranda (PMDB).

Em 1994, foi eleito senador. Destacou-se no Senado brasileiro na presidência da que investigou o Poder Judiciário – e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. À frente desses cargos, investigou o episódio da quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado em 2001, o que levou à inédita cassação de um senador – Luís Estevão, em 2000 – e à renúncia de outros três – Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Em junho de 2001, Ramez Tebet foi nomeado Ministro da Integração Nacional, permanecendo no cargo por três

meses, quando, em setembro, com a renúncia de Jader Barbalho, foi eleito Presidente do Senado, tendo, em 1º de janeiro de 2003, dado posse ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2002, foi reeleito com a maior votação já obtida por um político de Mato Grosso do Sul – mais de setecentos e trinta mil votos. Nessa legislatura, foi o relator da nova Lei de Falências.

Em segundo mandato, presidiu as duas comissões mais poderosas do Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos. Seu mandato no Senado Federal terminaria em 2011 e será substituído por seu primeiro suplente, Valter Pereira de Oliveira.

Na década de 80, curou um câncer na bexiga. Em 2004, o câncer reapareceu e Ramez lutou contra ele até seu falecimento, dois anos depois.

Em seu velório, no Ginásio de Esportes Cacilda Acre, estiveram presentes o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o Deputado Federal Michel Temer, presidente nacional do PMDB; e os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL); Pedro Simon (PMDB-RS); Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS); além de grande multidão de treslagoenses. Foi enterrado em 18 de novembro de 2006 no cemitério Santo Antônio em sua cidade natal de Três Lagoas.

Sua filha Simone se tornou a portadora do legado político do pai. Eleita deputada estadual de Mato Grosso do Sul em 2002, em 2004 deixou a Assembléia para disputar a prefeitura três-lagoense e venceu a eleição. Dos quatro filhos de Ramez, a advogada Simone é a única que enveredou pela militância política.

Um dos afilhados políticos do senador é o governador eleito de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB), que se iniciou na política nos anos 70 pelas mãos de Ramez.

Filho de Taufic Tebet e Angelina Jaime Tebet, vindo de uma tradicional família árabe-brasileira, Ramez Tebet se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 1959.

Casado com Fairte Nassar Tebet, era pai de Simone Nassar Tebet, advogada e atual prefeita de Três Lagoas; Eduarda, médica; e os gêmeos Rodrigo, professor, e Ramez, também advogado.

Além de todas essas qualidades, Ramez Tebet teve a de ser católico praticante. Daí, pedirmos a Deus o receba em seu reino e lhe dê a merecida recompensa e descanso eterno.

Brasília, 20 de novembro de 2006.— Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 1.046, DE 2006

(De autoria do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Louvor pela concessão do Prêmio Nobel da Paz ao senhor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank de Bangladesh.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência seja submetida à Casa a proposta de um Voto de louvor pela concessão do Prêmio Nobel da Paz ao senhor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank de Bangladesh.

Justificação

Numa decisão surpreendente a Academia Sueca resolveu, com imensa sabedoria, contemplar, acredito que pela primeira vez, um banqueiro com o Nobel da Paz. O cidadão Muhammad Yunus de Bangladesh revolucionou o mundo com a implantação de um sistema de microcrédito, que pelo rigor e pela frieza do sistema financeiro, seria um sistema naturalmente fadado ao fracasso.

Pesquisando sobre o tema, deparei-me com várias informações sobre o financiamento aos micro e pequenos em-

preendedores e achei pequenas curiosidades, principalmente no que se refere a sua história, que antecede as ações do banqueiro de Bangladesh.

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeisen. A região passou por um rigoroso inverno que levou os fazendeiros locais a contraírem dívidas e ficarem na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec criou as Caisses Populaires que, com a ajuda de 12 amigos, reuniu o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às Caisses Populaires cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “fundos de ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$1,00 destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Provavelmente, entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas devem ter ocorrido ao redor do planeta com características de microcrédito, porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhammad Yunus.

Observando que os pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava eram reféns dos agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, pagando

corretamente, o professor Yunus começou a emprestar a essas pessoas pequenas quantias com recursos pessoais, que depois ampliou, contraindo empréstimos.

Com o passar do tempo, obteve ajuda de bancos e instituições privadas, criando, em 1978, o Grameen Bank e o modelo atual de microcrédito, que atualmente pode ser definido como sistema de crédito diretamente relacionado ao combate à pobreza, através do financiamento aos micro produtores, via grupos solidários, que prestam garantia mútua dispensando a garantia tradicional dos bancos. O crédito é evolutivo, podendo iniciar com US\$ 10,00, porém a média de empréstimo é de US\$100,00. As mulheres representam 96% dos clientes do Banco.

A experiência do Grameen gerou a revolução do microcrédito no mundo, onde hoje existem programas nele espelhados em sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como Canadá, França e Estados Unidos.

O microcrédito é uma alternativa de crédito para os empreendedores do setor formal e informal, que não têm acesso ao sistema formal de crédito (sistema bancário tradicional) e desejam montar, ampliar ou melhorar seu negócio.

A liberação de um microcrédito é baseada principalmente na análise socioeconômica do empreendedor, onde é avaliada a intenção e a potencialidade do cliente, análise esta feita pelo Agente de Crédito.

Podemos dizer que no crédito tradicional o cliente vai até a agência e no microcrédito o banco vai ao cliente (através do Agente de Crédito).

Normalmente as instituições que operam com microcrédito, como ONG, OSCIP e Bancos do Povo, emprestam dinheiro para negócios já existentes com mais de seis meses de existência.

Empresta-se para capital de giro, aquisição de ativo fixo e para reformas ou ampliações do negócio.

Exatamente neste espírito, apresentei, em dezembro de 2003, o PLS nº505 – Complementar que institui o crédito para

os microempreendedores. Minha sugestão de proposição se baseou nestas várias experiências já realizadas no Brasil e Bangladesh – com o Banco do Povo.

Especificamente, inspirei-me nas propostas e os programas realizados pela Prefeitura de Porto Alegre, Governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, mais as lições do Banco do Povo de Bangladesh, do Sr. Yunus.

No estabelecimento do microcrédito verificou-se, aliás, uma feliz realidade na relação contratual entre instituições e tomadores, ali viu-se que a inadimplência é próxima de zero. Porque o pobre, a pessoa humilde em geral, só dispõe, às vezes, de um único patrimônio, sua palavra, seu nome.

A proposta do microcrédito tem um viés exclusivamente voltado para o microempreendedor. A prerrogativa fundamental do pagamento do financiamento é a mera e simples recomposição do valor emprestado. Estas operações financeiras não são um jogo para o banco ganhar. O sistema financeiro e a cidadania empatam e o que se ganha é perspectiva de vida para quem não a tem.

Parábens para a Academia Sueca e mais ainda, muitos parábens e longa vida a esse benemérito cidadão, agora também do mundo, esse iluminador, Sr. Muhammad Yunus.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2006.

REQUERIMENTO Nº 1.044, DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.

Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal

Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no inciso II, do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.

Solicitamos, ainda, que nossas condolências sejam levadas a toda a sua família.

Justificação

Editor atuante, parlamentar durante a Constituinte e intelectual consagrado, Fernando Gasparian faleceu no sábado passado, aos 76 anos. Cidadão que teve participação efetiva na luta pela reconquista da democracia durante o regime militar, Gasparian foi cremado no crematório da Vila Alpina, em São Paulo, após o velório na Assembléia Legislativa paulista.

Reconhecido como empresário e político de fortes convicções nacionalistas, Fernando Gasparian fundou nos anos 70 o combativo semanário "Opinião" e a revista "Argumento", considerados ambos focos de resistência à ditadura militar.

Presidiu ainda a Editora Paz e Terra e criou a livraria Argumento, no Rio de Janeiro.

Nos seus derradeiros dias, Gasparian esteve internado no hospital Sírio-Libanês, da capital paulista, para tratamento de problemas renais que levaram a uma infecção generalizada seguida de parada cardíaca.

“Meu pai tinha duas paixões na vida, minha mãe [Dalva] e o Brasil”, declarou à imprensa um dos filhos do editor, Eduardo.

Numa declaração aos jornalistas, a professora Ruth Cardoso, disse que o editor foi peça fundamental na “resistência cultural” à ditadura: “Nós perdemos um grande amigo de mais ou menos cinco décadas, desde a adolescência. E o Brasil perdeu um empresário que lutou muito por suas idéias. “Opinião” e “Argumento” foram a base da luta contra a ditadura”.

No início dos anos 60, Fernando Gasparian era um dos principais empresários da indústria têxtil no País, dono da América Fabril, empresa sediada no Rio de Janeiro, que chegou a ter mais de 5.000 funcionários.

Após o golpe militar de 64, Fernando Gasparian passou a ser perseguido pela ditadura. “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador”, disse o filho Eduardo.

Em 1970, ao saber que poderia ser preso por motivos políticos, Gasparian decidiu exilar-se na Inglaterra. Retornou ao Brasil logo depois, quando fundou o jornal “Opinião”.

Foi editor do jornal entre 1971 e 1975. Durante sete anos, aquele veículo firmou-se como um dos mais importantes críticos ao regime militar, abrigando autores como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Dias Gomes, Alceu Amoroso Lima e Érico Veríssimo.

Em 1973, o grupo do “Opinião” liderado por Gasparian assumiu a Editora Paz e Terra, fundada em 1965 pelo seu amigo e editor Ênio Silveira, também fundador da Civilização Brasileira.

A Paz e Terra deu espaço a autores que eram adversários do regime, como o educador Paulo Freire (1921-1997), autor de "Pedagogia do Oprimido".

A editora deu prioridade às áreas de filosofia, sociologia e ciência política, tornando-se referência no meio acadêmico.

A revista *Argumento* tratava com inventividade temas da política, da economia, dos esportes e das artes. O então diretor-responsável, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), chegou a suspender a circulação da revista após o quarto número, em resposta a uma tentativa de tutela da linha editorial pelos censores do governo.

Em 1977, Gasparian criou a Livraria Argumento em São Paulo. No ano seguinte, transferiu-a para o Rio de Janeiro. Hoje, a livraria conta com três lojas na capital fluminense: no Leblon, na Barra da Tijuca e em Copacabana.

O editor retornou a São Paulo em 1984. Dois anos depois, se elegeu deputado federal pelo PMDB. Na Constituinte, sua contribuição mais citada foi a criação do teto dos juros reais em 12% ao ano.

Gasparian também tentou, como deputado, impor uma quarentena (não poderiam ocupar cargos na iniciativa privada) aos ex-dirigentes do Banco Central.

Durante o governo de seu amigo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), opôs-se à privatização da companhia mineradora Vale do Rio Doce e defendeu a adoção do limite de 12% aos juros reais – assim como dizia a Constituinte–, nunca colocada em prática.

Gasparian deixou viúva, Dalva, e quatro filhos, a diplomata Helena e os três livreiros, Laura, Eduardo e Marcus, que dirigem as livrarias Argumento.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2006. – Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº 1.043, DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado de nº 209, de 2003 e de nº 48, de 2005, que já tramitam em conjunto.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a tramitação conjunta das seguintes proposições: Projeto de Lei do Senado de nº 193, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, que acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; com os Projetos de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e o de nº 48, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dão nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Todos os projetos são de tema correlato, sendo que os dois últimos projetos supracitados já estão sob minha análise, para sobre eles emitir relatório pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Justificação

Os projetos de lei do Senado acima citados propõem alterações substanciais na Lei nº 9.613/98 para torná-la mais

eficiente para o combate ao crime de lavagem de dinheiro. Logo é oportuna a apensação e apreciação conjunta destas proposições.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº 1.001, DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requeremos Voto de Aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.

Requeremos, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais da Casa, ato de aplauso à população do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha. Requeremos, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Senhor Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e, por seu intermédio, ao povo gaúcho.

Justificação

O povo gaúcho celebra, hoje, o mais importante evento de sua história política, a Revolução Farroupilha, que incorporou todas as etnias que, naquela época integravam a população do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha foi um evento nascido a partir de um movimento que surgiu na Praia da Alegria, às margens do Rio Guaíba e se compunha de um grupo de pessoas – os chamados Farrapos – que decidiu marchar sobre a capital, Porto Alegre, às vésperas do dia 20 de setembro de 1835.

O movimento visava combater os altos impostos que, à época, eram cobrados no local de venda de produtos como animais, couro, charque, mate e outros, produzidos nas diversas estâncias que representavam, então, a economia gaúcha.

A Revolução durou 10 anos, sem vencedor nem vencido, com a assinatura de Tratado de Paz em Ponche Verde, pelo Duque de Caxias e o General Davi Canabarro, em 28 de fevereiro de 1845. É comemorada, todos os anos, com desfiles militares e das diversas etnias que compõem a população gaúcha, sendo hoje feriado estadual para propiciar maior brilhantismo às comemorações.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006.– Senador *Pedro Simon* –Senador *Paulo Paim*– Senador *Sérgio Zambiasi*

REQUERIMENTO / CCJ Nº , DE 2006
(Do Senador Pedro Simon)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Senador Antonio Carlos Magalhães,

Com fundamento no disposto nos artigos 50, § 1º e 58 § 2º, inciso III, da Constituição Federal e nos artigos 138, § 1º, e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetido à Comissão, em data mais breve e oportuna possível, pedido de convocação do Ex^{mo} Senhor Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, para prestar esclarecimentos e informações sobre a grave crise na segurança pública que afeta ao País e suas Entidades Federadas.

Justificação

Mais uma vez lamentamos a eclosão de mais um surto de intensa violência no País. Mais uma vez a maior vítima é a sociedade brasileira, e em particular a paulista. Ao longo destes últimos meses vimos surgir uma escalada sem fim de atentados na capital paulista. Em todos os momentos de crise aguda todos nós somos levados e obrigados a refletir e questionar sobre o que fazer.

Infelizmente, o comportamento das autoridades e dos Poderes Públicos, ao invés de ensejar planejamento e soluções, se submerge em uma inócua, irresponsável e infundável dis-

cussão sobre limites, responsabilidades e atribuições. Aliada a este inútil debate vem a disputa política que não interessa de forma alguma aos verdadeiros patrões dos homens públicos – os cidadãos.

Este realmente não quer saber se a tropa é federal, se a polícia é municipal ou estadual; se o presídio é comandado por A ou B, ele sabe de uma coisa: o crime está à sua porta e está bem organizado – é quase um sistema de insegurança pública.

Nestes espasmos de reação das autoridades, e refiro-me a todas e em todos os níveis e estâncias de poder, o que fica é a nítida sensação de total falta de planejamento, de articulação, legislação e de integração dos sistemas de segurança e proteção do cidadão. Sempre o que resta é a convicção de que nesse caos urbano, a bandidagem bate ponto e atua regularmente, e no entanto, a presença do Estado é ocasional, circunstancial, como se fosse não um trabalho mas um bico.

Assim, julgo da maior importância que o Senhor Ministro da Justiça compareça perante esta Comissão para prestar esclarecimentos a respeito.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2006.– Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requer a realização de Sessão Solene Especial para comemorar o centenário do primeiro vôo do 14-BIS do inventor Alberto Santos Dumont.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 154, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a realização de Sessão Especial em homenagem a Alberto Santos Dumont, em data próxima ao dia 23 de outubro, quando se comemora o centenário do primeiro vôo do 14-BIS, façanha que se deu em Paris, e devida ao nosso conterrâneo, nascido em Minas Gerais, na localidade de Palmira, hoje Santos Dumont.

Justificação

O primeiro vôo de um dirigível mais pesado que o ar foi, com certeza, uma das mais revolucionárias conquistas da humanidade. Esse feito impressionante se deve a um conterrâneo nosso, sem nenhuma ajuda governamental, com recursos próprios e até sem o conhecimento das

autoridades brasileiras, já que se deu na França e sem a publicidade que o feito merecia.

Por outro lado, é impressionante e lamentável constatar que os brasileiros, em geral, pouco sabem a respeito dessa grande realização, cujo centenário se comemora no dia 23 de outubro do corrente ano.

Por isso, a necessidade de realizarmos uma cerimônia que dê amplo destaque e vasta divulgação a esse feito do nosso conterrâneo Alberto Santos Dumont. E que essa cerimônia se dê, preferencialmente, em data próxima ao 23 de outubro, quando o mundo comemora o primeiro vôo de um dirigível mais pesado que o ar.

Dentro das cerimônias comemorativas do centenário, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva juntamente com o Governador de Minas Gerais Aécio Neves, no dia 26 de julho de 2006, compareceram à cidade de Santos Dumont, onde visitaram, na localidade de Cabangu, a casa onde nasceu Alberto Santos Dumont. Ali a Aeronáutica mantém um museu dedicado ao inventor e aos seus feitos. Também esteve presente às cerimônias o Ministro Luiz Dulci da Secretaria-Geral da Presidência, nascido em Santos Dumont, além de outras autoridades, como o Prefeito local, Evandro Nery.

Também, na mesma data, dentro das cerimônias comemorativas dos cem anos do vôo inaugural da aviação, foi realizada, no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, a cerimônia de inscrição de Alberto Santos Dumont no Livro dos Heróis da Pátria. A essas cerimônias estiveram presentes, além do Presidente da República, o Ministro da Defesa Waldir Pires, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além da Governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia.

Outra homenagem que vale ressaltar é a do empresário goiano Alan Calassa, que, a partir de fotos e registros expostos em Paris, reproduziu fielmente o 14-BIS. Essa réplica já foi testada, em dezembro de 2005, pilotada pela filha do empresário, Aline Calassa, na pista do aeroporto de Caldas Novas – GO, tendo alcançado distância até 600 m, com duração de até 55 segundos no ar e 10 m de altura.

Alberto Santos Dumont nasceu em 20 de julho de 1873, na cidade de Palmira, mais tarde rebatizada de Santos Dumont, em homenagem ao herói.

Deste modo, Senhor Presidente, é indispensável que nossa Casa se associe a todas essas homenagens, quando menos em agradecimento pela maravilha dessa máquina inventada por Alberto Santos Dumont e que nos transporta, semanalmente, para os mais diversos e distantes pontos deste nosso imenso País e mesmo para o Exterior.

Sala das Sessões, 2 agosto de 2006.– Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, de minha autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607 de 1999; 94, 190 e 232 de 2000; 50 e 56 de 2001; 167, 210 e 368 de 2003; 75 e 323 de 2004; 87 e 236 de 2005.

Justificação

Os projetos de lei do Senado todos acima enumerados tratam de isenção tributária de diversos bens. O de minha autoria, o PLS nº 568/99, trata especificamente da isenção de IPI e da criação de um programa voltado para a facilitação da compra de tratores agrícolas voltados para a agricultura familiar e seus cooperativados. Em face da densidade do tema e da amplitude de todas as matérias apensadas, e no sentido de dar mais agilidade ao trato desta proposição, que teve boa

acolhida pelo relator, solicito sua tramitação em separado das outras matérias.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006.– Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº – CAE, DE 2006
(Do Senador Pedro Simon)

Requer a inclusão em Pauta da Comissão do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,

Senador Luiz Otávio,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência a inclusão em Pauta da Comissão do Projeto de Lei do Senado nº 568/99, de minha autoria que cria o Programa Trator Popular, concedendo isenção do Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI, na aquisição do trator popular, por pequenos e médios produtores rurais e suas respectivas cooperativas.

Justificação

A proposição já está devidamente instruída, com Parecer apresentado pelo ilustre Senador Garibaldi Alves, devolvido em meados de maio. Logo, o projeto está apto a entrar em pauta.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2006 –Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(Do Senador Pedro Simon)

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Governador Dante de Oliveira.

Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal

Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no inciso II e na alínea “e” do disposto no inciso III do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e, duas vezes, Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, que ocorreu ontem, em Cuiabá.

Solicitamos, ainda, que nossas condolências sejam levadas à viúva Thelma de Oliveira e a toda a sua família.

Justificação

O Brasil e as lutas democráticas muito devem ao jovem Deputado do PMDB Dante de Oliveira, representante do Mato Grosso, ontem falecido, aos 54 anos. Em março de 1984, Dante tomou uma iniciativa então considerada apenas uma corajosa provocação e apressou a queda do regime. O movimento Diretas Já, coordenado pelo PMDB, uniu as forças democráticas em torno de uma idéia poderosa, comprovando

historicamente, mais uma vez, o poder das idéias diante da força das armas.

Dante de Oliveira inscreveu seu nome na história do Brasil, como autor da Emenda das Diretas Já, também conhecida como Emenda Dante de Oliveira. Foi um ano 'quente'. Em todo o País, as praças ficaram lotadas com milhares de pessoas que aderiam às manifestações pela democracia e compareciam aos comícios que reuniam as principais lideranças democráticas. Entre eles, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Lula, Brizola, Franco Montoro e Mário Covas. Artistas famosos aderiram ao movimento, como Chico Buarque, Fafá de Belém, Milton Gonçalves, Fernanda Montenegro e Elba Ramalho. O mais conhecido locutor esportivo do País, Osmar Santos, era o principal orador.

A Emenda Dante de Oliveira foi votada sob tensão, com ameaças do regime ao Congresso. Recebeu a maioria dos votos do plenário, 298 a 65, mas faltaram 22 votos para atingir o *quorum* mínimo de dois terços, necessários para alterar a Constituição. Mas, o movimento democrático que a Emenda das Diretas deflagrou, acabou por levar à queda do regime militar no colégio eleitoral, no ano seguinte. Assim, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves derrotou o candidato do governo, Paulo Maluf, na eleição indireta para a Presidência da República, por 480 votos a favor, contra 180 e 26 abstenções.

Dante de Oliveira merece todas as nossas homenagens, em especial do Congresso Nacional, instituição que soube honrar com sua atuação corajosa e determinada. Porém, mais do que isso, Dante se transformou num exemplo para as novas gerações, porque foi um brasileiro que fez a sua parte, pensando num País melhor para se viver, com liberdades democráticas e melhores perspectivas de futuro.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(Do Senador Pedro Simon e outros)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a participação e a influência da televisão na formação e estruturação dos valores éticos em nossa sociedade.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação
Senador Augusto Botelho (em exercício),

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública para discutir a importância, a participação e a influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania em nossa sociedade e, em especial, a influência desse meio de comunicação nas crianças e jovens. Para tanto, gostaríamos que fosse convidado o escritor e autor de telenovelas, Senhor Sílvio de Abreu, sem o prejuízo de outras pessoas cujas participações esta Comissão entenda como apropriadas e oportunas para o debate.

Justificação

Este requerimento veio no esteio da feliz oportunidade em que esta Comissão aprovou o PLS nº 63/2006, que insere no contexto didático dos níveis de ensino médio e fundamental

o componente curricular que ensine, valorize e proporcione o desenvolvimento dos valores éticos, morais e de cidadania. No prolífico debate desta proposição, relatada de forma brilhante pelo Senador Cristovam Buarque, surgiu a questão de como estão desvirtuados os valores em nossa sociedade. E, como não poderia ser diferente, a discussão nos remeteu imediatamente à questão da influência e do papel da mídia, em especial da televisão, sobre este quadro.

E, naturalmente, todos os membros lembraram e refletiram sobre a entrevista concedida por Sílvio de Abreu à revista *Veja* – Páginas Amarelas de edição recente, intitulada “A moral está torta”. Esta matéria repercutiu entre representativos segmentos da sociedade assim como nos debates plenários desta Comissão e do Congresso Nacional. Além disso, ela joga luz sobre a premência de se coibir a consolidação de um triste quadro social, pelo qual – nas palavras do escritor – “o valor não seja mais fazer algo dignificante”.

O teor da matéria resume preocupação com a formação de nossos jovens. A experiência que Sílvio de Abreu vem acumulando ao longo de um trabalho responsável, cuja natureza peculiar o faz acessar diretamente a maioria dos lares brasileiros, realça a importância e o interesse dos parlamentares em ouvi-lo.

Com esse pensamento, entendi por bem sugerir que a Comissão de Educação do Senado formalizasse convite ao renomado escritor para comparecer a esta Casa e ser ouvido em Audiência Pública, oportunizando aos membros da Comissão, convidados e demais interessados em debater o assunto.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2006 – CI

Ex^{ma} Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais,
Senadora Lúcia Vânia,

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública com vistas a tratar de questões atinentes à “Recuperação Judicial da Varig”, notadamente quanto à sua relação com os Estados devedores (conforme relação anexa), para o dia 9 de maio de 2006, às 10:00 horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de: São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e do Distrito Federal.

Justificação

Conforme visto em recentes depoimentos nesta Comissão, a Consultoria Alvarez e Marsal, responsável pelo plano de recuperação da companhia aérea aposta em uma negociação com os governos de 26 Estados, para levar adiante um plano emergencial, a fim de manter a empresa voando.

A idéia, segundo o diretor-geral da consultoria, Marcelo Gomes, é tentar convencer esses governadores a admitirem, formalmente, a dívida que soma R\$1.385.813.930,03, com a companhia aérea.

O valor poderia até mesmo ser parcelado ao longo de anos, não entrando no caixa da Varig, imediatamente. Mesmo assim, segundo Gomes, o reconhecimento formal do crédito junto aos Estados poderia ser utilizado pela companhia como garantia para obter mais prazo nas negociações com a BR Distribuidora e a Infraero e, até mesmo, ter acesso a capital no mercado.

O crédito que a Varig teria com os Estados é relativo ao pagamento de ICMS no período de 1989 e 1994, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado pelo STF – Supremo Tribunal Federal.

No Senado, a proposta de acordo com os Estados ganhou o apoio de vários Senadores. Preocupados, até então, em defender, prioritariamente, um encontro de contas entre as dívidas da empresa com a União e os débitos, já reconhecidos pelo STJ – Superior Tribunal de Justiça, da União com a companhia aérea, referente ao congelamento de preços de passagens, no Governo Collor.

Por estas razões pedimos aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2006. – Senador *Paulo Paim* – Senador *Pedro Simon*

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

(Do Senador Pedro Simon)

Requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição de números 12, de 2006; 11, 29 e 61, de 2005; 51, de 2004 e 1 e 23, de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a tramitação conjunta das seguintes proposições: PEC nº 12/2006, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de autoria do Senador Renan Calheiros; PEC nº 11/2005, que altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais, de autoria do Senador José Maranhão; PEC nº 29/2005, que dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios, de autoria do Senador Sérgio Cabral; PEC nº 61/2005, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios, de autoria do Senador Paulo Paim; PEC

nº 51/2004, que altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências, de minha autoria; PEC nº 1/2003, que altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios, de autoria do Senador Maguito Vilela; PEC nº 23/2003, que dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais, de autoria do Senador Efraim Morais.

Justificação

Todas as proposições são de tema correlato e merecem ser analisadas e estudadas de maneira conjunta, principalmente, aproveitando o ensejo das audiências públicas que estão previstas na Comissão de Constituição e Justiça para o exame do tema. Logo é oportuna a apensação e apreciação conjunta destas proposições.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2006. – Senador *Pedro Simon*.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 03110/2006

Em vários dos pronunciamentos que fez em 2006, o Senador Pedro Simon tratou da disputa presidencial, quase sempre denunciando a forte pressão desencadeada por importantes líderes do PMDB para evitar a candidatura própria, deixando o partido como mero caudatário do PT. O Senador criticou duramente os que estariam mais interessados em assegurar o comando de ministérios e de estatais num possível segundo governo Lula.

Num discurso, Simon disse que tudo o que o PT dizia a respeito do governo do PSDB era verdadeiro, do mesmo modo que tinha fundamento tudo o que o PSDB dizia a respeito das irregularidades no governo do PT. Os dois partidos, segundo o Senador, têm que se justificar diante da opinião pública. O PSDB para defender a privatização de estatais rentáveis e o PT para explicar o mensalão e o dossiê anti-Serra.

Na Tribuna, o Senador tratou de temas relevantes como: a recusa da União em não resgatar dívidas que tem com o Rio Grande do Sul, em função da Lei Kandir; violência urbana; a mulher no mercado de trabalho do Brasil; a crise da Varig; o massacre tributário da classe média; a penúria dos municípios brasileiros; e o vandalismo dos sem-terra, que destruíram uma estação experimental em Guaíba. É importante destacar ainda o pronunciamento feito na sessão comemorativa do centenário de nascimento de Mario Quintana.

Embora 2006 tenha sido um ano eleitoral, caracterizado pela queda na quantidade dos trabalhos legislativos, o Senador Pedro Simon, além de 63 pronunciamentos, apresentou 18 propostas legislativas, elaborou 18 pareceres e redigiu 30 requerimentos. Entre suas iniciativas legislativas destacam-se a que trata da reposição das perdas dos Estados com a Lei Kandir; a do Estatuto da Criança e do Adolescente; a da gestão de florestas públicas; a do controle do financiamento de campanhas eleitorais; a da criação de disciplina sobre ética e cidadania no ensino público; e a da restrição do sigilo fiscal de empresas que transacionam com o governo.